

2
R-429

ANDAIMES, CASACAS, TIJOLOS E LIVROS:

Uma Associação de Artífices no Recife, 1836 - 1880.

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Silvia Hunold Lara

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 27/02/2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Silvia Hunold Lara (orientadora)

Silvia Hunold Lara

Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Sidney Chalhoub

Prof. Dr. Cláudio H. M. Batalha

Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Gitahy

Maria Lucia Gitahy

Prof. Dr. Marc Hoffnagel

Marc Hoffnagel

Prof. Dr. Marcus J. M. de Carvalho (suplente)

Prof. Dr. Luigi Biondi (suplente)

Prof. Dr. Michael Hall (suplente)

Prof. Dr. Fernando Teixeira (suplente)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

M137a **Mac Cord, Marcelo**
**Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices
no Recife, 1836-1880 / Marcelo Mac Cord . - Campinas, SP :**
[s. n.], 2009.

Orientador: Silvia Hunold Lara.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Liceu de Artes e Ofícios – Recife (PE) . 2. Mutualismo.
3. Ensino Profissional. I. Lara, Silvia Hunold II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III.Título.

msh/ifch

**Título em inglês: Scaffolds, dress-coats, bricks and books: an artists association
in Recife, 1836-1880.**

Palavras chaves em inglês (keywords) : Liceu de Artes e Ofícios – Recife (PE)
Mutualism
Education, Professional

Área de Concentração: História

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora: Silvia Hunold Lara, Sidney Chalhoub, Cláudio Batalha,
Marc Hoffnagel, Maria Lucia Gitahy

Data da defesa: 27/02/2009

Programa de Pós-Graduação: História

RESUMO

No Brasil, a Constituição de 1824 extinguiu as corporações de ofício. Apesar da determinação legal, muitos costumes corporativos sobreviveram no Recife oitocentista. Valores como trabalho bem feito, honra, treinamento, perícia e inteligência continuaram a ser cultivados pelos mestres de ofício daquela cidade. Para escapar dos estigmas da escravidão e do “defeito mecânico”, um grupo de artífices de pele escura criou uma associação que lhes proporcionaria o desejado aperfeiçoamento artístico e socorros mútuos. Além de suprir necessidades cotidianas, a nova entidade também visava o reconhecimento dos talentos e virtudes de seus membros. Adotando um discurso “modernizador”, esses artífices especializados conseguiram transformar sua associação em um importante agente político e pedagógico, bem como controlar alguns setores do mercado da construção civil no Recife, garantir importantes conquistas pessoais e ascender socialmente. Dividida em cinco capítulos, esta tese discute o processo de formação dessa entidade e suas transformações internas em diferentes conjunturas políticas e sociais, bem como os desdobramentos que levaram a sua vinculação ao Liceu de Artes e Ofícios na década de 1870.

ABSTRACT

In Brazil, the 1824 Constitution extinguished the artisans corporations. Despite the legal determination, many corporative uses survived in Recife during the eighteenth century. Values such as a well done work, honor, training, verification and intelligence continued to fill the imagination of the masters of arts of that city. In order to separate themselves from slavery and from the “mechanical defect”, a group of black skin artisans created an association to help them to improve their art and mutual help. Besides covering daily needs, the new entity also wanted recognition for their talent and virtues. Adopting a “modernizing” speech, those specialized artisans transformed their association into an important political and pedagogical agent, get control over sectors of bilding market in Recife, important personal conquests and social mobility.

“No final, carpinteiro de mim!”
Raul Seixas e Marcelo Nova

Igor, meu filho, mais uma vez dedico a você meus esforços.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de parar, respirar e se emocionar. Nos últimos cinco anos, acho que “convivi” muito mais com os artífices que povoam esta tese do que com as pessoas que ainda posso abraçar. Acho que “caminhei” muito mais pelas antigas e miasmáticas ruas do Recife oitocentista do que pelas ruas do Cachambi, meu bairro no Rio de Janeiro. Acho que me envolvi muito mais com os problemas cotidianos de um extinto grupo de artífices do que com minhas próprias demandas pessoais. Nesta longa e solitária jornada, por muitas vezes me senti em uma espécie de “não-lugar”... Contudo, neste momento me despeço desta estranha experiência. Um dia, Gilberto Gil cantou que o melhor lugar do mundo é aqui e agora. Sinto a plenitude de tal sensação enquanto escrevo estas linhas. Fazer os agradecimentos da tese, aqui e agora, é poder lembrar de pessoas muito especiais. De uma forma ou de outra, elas permitiram que este trabalho acontecesse.

Há dez anos, Silvia Lara resolveu orientar minha pesquisa de mestrado. De lá pra cá, aprendi com ela muitas coisas sobre o ofício do historiador. Sou muito grato por todos os seus toques acadêmicos. Entretanto, o maior agradecimento não passa por questões teóricas, metodológicas ou historiográficas. Ao me aceitar por duas vezes como orientando, Silvia Lara permitiu que eu pudesse sonhar com um futuro melhor para mim e toda minha família. Sou grato também a Sidney Chalhoub, que, com extrema boa vontade e acuidade, vem marcando presença em todas as minhas bancas de qualificação e defesa. A partir do final do mestrado, me aproximei de Cláudio Batalha. Na montagem de meu projeto de doutorado, suas dicas foram importantes para que eu pudesse vislumbrar as tensões que envolveram artífices, irmandades e mutualistas. Na banca de qualificação, dialogamos um pouco mais sobre a problemática.

Aos colegas das linhas de História Social do Trabalho e de História Social da Cultura, sou grato pelos debates que envolveram um dos primeiros textos que produzi, que versava sobre a mobilidade social dos filhos pardos do fundador preto da então “Sociedade das Artes Mecânicas”. Nas searas administrativas da vida acadêmica, três pessoas fizeram as coisas acontecerem. No Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, lembro das ajudas via e-mail que me foram dadas pelo Junior, e que foram fundamentais quando

estava no Rio de Janeiro e no Recife. Na Biblioteca do IFCH, Helena também foi muito prestativa, especialmente quando estavam por expirar os prazos dos empréstimos dos livros. No CECULT, Flávia, sempre serena, foi uma grande colega, sempre pronta a ajudar. A FAEP também será lembrada, pois recebi do órgão um auxílio financeiro quando fui pesquisar no Recife. Por falar em recursos, esta tese somente foi elaborada porque o CNPq me concedeu uma bolsa de doutorado.

No Recife, mais uma vez a UFPE permitiu que me hospedasse na CEU-M. Desde o mestrado, tenho a felicidade de conseguir o amparo da PROACAD. Em relação ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, agradeço especialmente a Marcus Carvalho. O bom conselheiro sempre apareceu com palavras amigas e de incentivo ao meu trabalho. Em momentos mais pontuais, Sylvana Brandão e Suzana Cavani Rosas também foram solícitas aos meus apelos. Outras instituições e profissionais pernambucanos merecem agradecimentos. No IAHGP, Galvão e Severo encabeçam a lista. Na ALEPE, Cinthia e João. No APEJE, o incansável Hildo. No AGTJPE, a grande amiga e sempre solidária Rejane. Na UNICAP, Jayse, Arlete e Poly. Para encerrar a lista, também agradeço às equipes da Biblioteca Pública de Pernambuco, da FUNDAJ e da Faculdade de Direito do Recife. Em todos estes espaços, seus arquivos iconográficos, acervos bibliográficos, impressos, hemerotecas e manuscritos foram sempre franqueados com presteza. Já que o assunto é documentação, no Rio de Janeiro também agradeço ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional e ao IHGB.

O obrigado mais especial, contudo, vai para minha família, que sempre buscou amenizar as dificuldades que enfrentei no processo de doutoramento. Nos períodos em que estive no Recife, por exemplo, minha mãe demonstrou ser uma grande amiga. Ao ajudar Milena a cuidar do Igor, ela permitiu que minhas pesquisas transcorressem com mais tranquilidade. Meu pai, meus irmãos, minha sobrinha e minha cunhada também merecem ser lembrados aqui, pois sempre torceram para que tudo desse certo. Ah! Na dissertação, todos ficaram chateados comigo por que não citei seus nomes... Pois bem, obrigado Margarida, Aluisio, Angélica, Marcio, Cris e Eileen. Ao meu filho, o que dizer? Igor, meu filho, dedico a você algo maior que esta tese. Dedico a você minha Vida!!! Pensando agora nestas pessoas que amo, imagino a paciência que precisaram desenvolver para conviver comigo. Além da falta de outro assunto que não fosse os mestres de ofício recifenses, o

“não-lugar” que estava imerso e as muitas horas diárias de escrita lhes causavam enormes estranhamentos. Parecia que desperdiçava minha vida em frente ao computador. De certa forma, acho há verdade neste julgamento...

No Rio de Janeiro, no Recife e em Campinas, vários amigos me ajudaram em algum momento da tese. Dentre os cariocas, meus abraços fraternos em Antonio Leal, Marcelo Oliveira, Reinaldo “Ovo”, Leonardo Bahiense, Gisele Cunha e Eduardo Cavalcante. Na Cidade Maurícia, Andréa Bonfim permitiu que as pesquisas fossem mais amenas e alegres. Trabalhamos e rimos muito pelos arquivos recifenses, pois sempre conduzimos nossas pesquisas com profundo bom-humor. Outra grande colega foi Maria Emília Vasconcelos dos Santos, que me apresentou ao AGTJPE e sempre torceu por mim. Na CEU-M conquistei alguns amigos. Contudo, seis irmãos ficarão para sempre! Izaildo, Marcio, Ronaldo, Iranildo, Dudu e “Munita”, vocês sabem que grandes desafios foram superados porque pude contar com sua solidariedade no ano e meio que passei no Recife. Em Campinas, tudo ficou mais animado e fácil por conta de Karen Fernanda Rodrigues de Souza, Renilson Rosa Ribeiro, Adilton Martins, Glaydson José da Silva e Paula Christina Bin Nomelini. Por fim, um abraço especialíssimo vai para Adriano Bernardo Moraes Lima!

Carlos Eduardo Moreira de Araújo (meu irmão Dudu), Karoline Carula, Jonis Freire e Robério Santos Souza formaram um grupo a parte. Com o “núcleo duro da Diretoria”, compartilhei tudo o que de melhor e pior um doutorando pode passar. Não será possível descrever nestes agradecimentos tantos anos de cumplicidade, respeito, auxílio-mútuo, torcida e trocas. Nestas últimas linhas, basta apenas dizer que, com vocês, encontrei novos sentidos para a palavra AMIZADE.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - Inteligência e Progresso	15
1.1. O “futuro” e as antigas tradições	15
1.2. Aprendizes de uma nova experiência organizacional	39
Capítulo 2 - “Moralidade” e aperfeiçoamento da mão-de-obra	71
2.1. A inteligência como cal e a instrução como areia	71
2.2. Perícia e distinção no mercado de edificações	98
Capítulo 3 - Novos rumos	129
3.1. Sob vigilância imperial	129
3.2. Aulas e escola particular	150
3.3. Tradições e concorrência	168
Capítulo 4 - Abalos na obra institucional	189
4.1. Os fluxos e refluxos entre a associação e a irmandade	189
4.2. Tensões políticas e pedagógicas	211
4.3. Crise na Sociedade e nas aulas	232
4.4. O mercado das edificações	247
Capítulo 5 - Uma Sociedade Imperial e um Liceu	267
5.1. Os artífices e a “instrução popular”	267
5.2. O consórcio entre Sociedade e o Liceu na primeira metade da década de 1870	283
5.3. A economia do favor e o jogo político	301
5.4. Uma empresa de edificações	322
Conclusão	339
Fontes e Bibliografia	343

LISTA DE MAPAS, FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Mapa 1 – Mancha Urbana do Recife em 1865	253
Mapa 2 – Mancha Urbana do Recife em 1876	254
Figura 1 – Negros Serradores de Tábuas	25
Figura 2 – Rua da Cruz (1858-1863)	49
Figura 3 – Charles Dupin	72
Figura 4 – Litografia Aquarelada de Guesdon	93
Figura 5 – “Fotografia [...] Desembarque do Imperador D. Pedro II – 1869”	116
Figura 6 – Praça da Boa Vista (1858-1863)	208
Figura 7 – A rua Nova por volta de 1865	250
Figura 8 – Fotografia do Campo das Princesas –1875.....	277
Figura 9 – Palacete do Liceu de Artes e Ofícios, projeto modificado –1878	332
Figura 10 – Fotografia do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios – 1880	334
Figura 11 – Fotografia dos Sócios na inauguração do Palacete – 1880	337
Quadro 1 – Os Sócios Pioneiros em 1841	16
Quadro 2 – Outros Sócios em 1841	47
Quadro 3 – Características dos Sócios na Década de 1840	53
Quadro 4 – Características dos Sócios na Década de 1850	99
Quadro 5 – Características dos Sócios encontrados em 1861	135
Quadro 6 – Os Pioneiros e Fundadores na Diacronia	136
Quadro 7 – Características dos 20 Sócios Efetivos matriculados em 1862 e 1863	148
Quadro 8 – Eleições para a Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar	200
Quadro 9 - Características dos 36 Sócios Efetivos encontrados no final do ano de 1870..	269
Quadro 10 - Características dos 105 Sócios Efetivos matriculados entre 1871 e 1874	285
Quadro 11 - Mesas da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”	300
Gráfico 1 – Média de Idade dos Sócios na Década de 1840	55
Gráfico 2 – Proporção da Carpinas e Pedreiros no Corpo Social da Sociedade	58
Gráfico 3 – Matrículas nas Aulas da Sociedade entre os Anos de 1858 e 1874	291
Gráfico 4 – Matrículas nas Aulas da Sociedade entre os Anos de 1858 e 1878	319

Introdução

“Nem a mão nua nem o intelecto, deixados a si mesmos, logram muito. Todos os feitos se cumprem com instrumentos e recursos auxiliares, de que dependem, em igual medida, tanto o intelecto quanto as mãos. Assim como os instrumentos mecânicos regulam e ampliam o movimento das mãos, os da mente aguçam o intelecto e o precavêm”¹.

No aforismo II do Livro I do *Novo Organum*, o filósofo Francis Bacon rompia com a tradição platônica de que o trabalho manual estava dissociado do pensamento racional. Empirista, o pensador inglês entendia que o conhecimento caminhava através do consórcio entre experiência e reflexão. Apesar de este debate ganhar maior fôlego nas primeiras décadas dos seiscentos, nesse período ainda era muito forte a perspectiva de que as atividades manuais eram “inferiores” e, por isso, apropriadas apenas para as classes baixas. Em Portugal, no início do século XVIII, por exemplo, o *Vocabulário Portuguez e Latino* do padre Raphael Bluteau foi bastante enfático ao consagrar a separação entre artes mecânicas e liberais. O verbete “mecânico” é categórico quando remete o consulente à “indignidade” dos “homens mecânicos”, considerados “baixos” e “humildes”². Por contraste, o dicionarista também afirmou que “as artes mecânicas, ou servis, são as que são opostas às artes liberais”³. Estas exercitariam “o engenho sem ocupar as mãos”, sendo “próprias de homens nobres e livres não só da escravidão alheia, mas também da escravidão de suas próprias paixões”⁴. Entre outras formas de artes liberais, estavam a pintura, a música, a gramática e a arquitetura⁵.

A escravização dos africanos e o uso intensivo de sua mão-de-obra na América Portuguesa tornaram ainda mais complexos os sentidos da vilania dos afazeres manuais (fossem eles mais ou menos especializados), especialmente em cidades da importância do Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Do ponto-de-vista da exegese católica, quando as *gentes* que desconheciam a fé cristã labutavam de maneira compulsória ou sobreviviam com o

¹ Francis Bacon, *Novo Organum*, São Paulo, Nova Cultura, 1997.

² Fundação Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, Setor de Obras Raras, Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, pp. 379-380.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Idem, p. 109.

suor do próprio rosto, cumpriam uma pena que continha um profundo teor pedagógico. Na ótica de Roma, a escravidão seria uma das formas mais convenientes de os “negros” purgarem o pecado original⁶. Neste sentido, como o trabalho físico estava associado à escravidão e a questões morais, as artes mecânicas ficaram ainda mais estigmatizadas, especialmente nas regiões em que abundava a mão-de-obra cativa. Para reforçar a ideologia senhorial de que havia uma relação direta entre punição e trabalho, o ócio era um dos principais valores culturais que distanciavam o homem livre do cativo⁷.

Ao descrever um evento cotidiano ocorrido em terras brasileiras, John Luccock ilustrou muito bem as complexas relações entre o trabalho escravo, a desvalorização do exercício das artes mecânicas e a importância do ócio como ingrediente de distinção social. De passagem pelo Rio de Janeiro em princípios dos oitocentos, o viajante inglês havia perdido as chaves de um dos aposentos de sua residência. Preocupado com o fato, ele procurou os serviços de um artífice especializado para resolver seu problema. O mestre carpinteiro contratado destacou um de seus oficiais para executar a tarefa solicitada, que por sinal era tecnicamente bastante simples. Em suas anotações, John Luccock registrou o espanto que experimentou ao perceber que o assistente do perito daquela “arte útil” apresentou-se vestido com toda pompa e circunstância. O estanhamento ganhou maiores proporções quando observou que um laçao carregava as ferramentas do trabalhador, que se recusava a portá-las temendo ser confundido com um indivíduo qualquer⁸. E chegou ao auge ao constatar que, não conseguindo abrir a porta, simplesmente quebrou sua fechadura...

Na primeira metade dos oitocentos, o trabalho mecânico ainda continuava a ser desvalorizado em termos gerais, mas é preciso lembrar que, nesse período, muitas transformações sociais e políticas haviam ocorrido. Além disso, não se pode esquecer que essa desvalorização nem sempre era compartilhada por toda a sociedade. Na cidade do Recife, por exemplo, existiam artífices especializados no ramo das edificações que eram livres, mas não eram brancos, e acreditavam no trabalho como fator de distinção social. Forjados nos costumes corporativos, eles compartilhavam valores como orgulho,

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Jorge Benci, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, São Paulo, Grijalbo, 1977.

⁷ Emanuel Araújo, *Teatro dos Vícios*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1993.

⁸ John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridional do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte, Editora da USP/Itatiaia, 1975, p. 73.

dignidade, precisão e inteligência, que moldavam suas vidas familiar, profissional, social e política. Por mais que o filósofo Francis Bacon possa ter sido um nome estranho para esses mestres de ofício de pele escura, havia entre eles a convicção de que o trabalho mecânico deveria ser conduzido por um intelecto cada vez mais “aperfeiçoado” pelo conhecimento sistematizado teoricamente. Para além do “progresso” da prática de suas profissões, eles consideravam que este saber também poderia ser o passaporte para o reconhecimento de seus talentos e virtudes.

Desde 1824, a Constituição havia determinado o fim das corporações de ofício no Brasil. Com ela, oficialmente, os mestres artesãos perderam o privilégio de monopolizar o ensino de suas artes e controlar seus respectivos mercados⁹. Dialogando com princípios liberais e experiências européias, o governo central pretendia criar processos escolarizantes de instrução das artes mecânicas e assumir o lugar das velhas formas do ensino artesanal. A inserção do Recife nestes debates foi muito interessante. Ainda na primeira metade do oitocentos, setores das elites letradas e proprietárias pernambucanas preconizaram a “proletarização” dos antigos mestres¹⁰. Contudo, o cercamento do tirocínio artesanal não foi acompanhado por uma contundente iniciativa oficial para substituir os tradicionais processos de aprendizagem das ditas “artes mecânicas”. Ou seja, a necessidade de combater o “atraso” corporativo e de implantar medidas em favor do “progresso” da mão-de-obra e dos ofícios permaneceram somente no campo das idéias. Neste vácuo, um grupo de mestres carpinas e pedreiros, todos pretos e pardos, mas livres, soube compreender as conjunturas e criar alternativas para reelaborar seu legado e adaptá-los aos “novos tempos”.

Matriculados na Irmandade de São José do Ribamar e contando com idade avançada, esses mestres carpinas usufruíam de todas as mercês das extintas corporações de ofício. Desde finais do século XVIII, a confraria havia sido embandeirada e congregava pedreiros, carpinteiros, marceneiros e tanoeiros. Segundo o Compromisso da Irmandade devotada ao Santo Patriarca, somente os mestres destes quatro ofícios poderiam se revezar nos postos de comando da Mesa Regedora. O cargo mais importante era o de Juiz. Além da

⁹ Mônica de Souza N. Martins, *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real, 1808-1824*, Rio de Janeiro, Garamond, 2008, pp. 112 e seguintes.

¹⁰ Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, pp. 279-280.

prerrogativa de controlar a vida administrativa do grupo, seu ocupante também expedia cartas de examinação - documentos que habilitavam os oficiais à mestrança e tinham a chancela da municipalidade. Ninguém poderia exercer aquelas quatro profissões sem passar pelas hierarquias da confraria devotada àquele orago. Por mais que a Constituição de 1824 tenha desmontado o aparato legal que privilegiava as corporações de ofício, todos os seus costumes e práticas culturais ainda estavam vivos nos corações e mentes daqueles mestres carpinas e pedreiros que se mantinham vinculados àquela irmandade. Eles valorizavam o trabalho com inteligência, a perícia, o respeito às hierarquias, a distinção social e usavam a irmandade como uma instituição agregadora dos praticantes daqueles ofícios¹¹.

Procurando reconstruir os privilégios perdidos e afirmar seus talentos e virtudes, os mestres carpinas e pedreiros também releram alguns valores caros às elites letradas e proprietárias e fundaram uma associação mais laica, em 1841: a “Sociedade das Artes Mecânicas”. Preocupados com o “progresso” e com a “civilização” do trabalhador nacional, os sócios fundadores, liderados pelo mestre carpina José Vicente Ferreira Barros, estabeleceram dois objetivos centrais para o grupo. O primeiro deles foi o “aperfeiçoamento” mais amplo de seus associados. Para tanto, o grupo inicialmente implementou duas aulas noturnas, de caráter “teórico”. O outro objetivo foi incrementar as práticas de auxílio-mútuo¹², por meio da concessão de pecúlios e da captação de serviços. Como os governos central e pernambucano mantiveram certo desinteresse em criar escolas de artes e ofícios no Recife, os sócios acreditavam que sua iniciativa pioneira poderia angariar simpatias e proteção. Se no passado os mestres haviam dominado o ensino da “prática”, agora eles poderiam reinventar o monopólio de seus ofícios através de aulas “teóricas”. O discurso de morigeração, esforço intelectual e mérito realmente sensibilizou os políticos locais. Em 1844, uma ajuda financeira anual foi votada em favor da nova agremiação. Ela foi justificada pela falta de estabelecimentos escolares, por seu baixo custo aos cofres públicos e pelo bom exemplo que a Sociedade poderia suscitar.

¹¹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”

¹² A partir de inícios dos oitocentos, é possível observar um fenômeno muito comum: a abertura de sociedades de auxílio-mútuo (ou de socorro mútuo ou mutuais). Entre outros objetivos, elas eram “formadas voluntariamente com o objetivo de promover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”. Marcel van der Linden (edictor), *Social Security Mutualism: the comparative history of mutual benefit societies* Bern, Lang, 1996, pp. 13-14.

Na década de 1850, o fim do tráfico de africanos escravizados e a Exposição Universal de Londres foram fundamentais para o fortalecimento da associação. Ela era uma das poucas referências locais para os legisladores pernambucanos pensarem em políticas de controle da mão-de-obra livre. Não por acaso, a lei provincial que previa a montagem de uma Escola Industrial acabou dialogando com a experiência dos sócios. Por mais que este estabelecimento tenha ficado somente no papel, o grupo de artistas mecânicos pertencente à Sociedade conseguiu conquistar a função de mantenedor do empreendimento. Ao comemorar seu décimo aniversário, a associação mudou de nome e reformou seu Estatuto. De “Sociedade das Artes Mecânicas”, ela passou a ser reconhecida como “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Neste momento, os artífices construíram ligações mais efetivas com membros das elites letradas e proprietárias, abriram suas matrículas para toda a “classe artística” e reafirmaram com mais ênfase o uso da inteligência nas artes mecânicas. Por todas estas razões, conseguimos encontrar muitos de seus mestres pardos e pretos trabalhando em diversas obras públicas e freqüentando escolas primárias e secundárias do Recife.

O crescimento do prestígio da associação criou muitas tensões com a Irmandade de São José do Ribamar, que levaram a uma ruptura entre elas. Até meados da década de 1860, as duas agremiações estiveram sediadas na Igreja de propriedade da confraria. A insistência da Sociedade em ocupar mais espaços físicos e simbólicos no Templo devotado ao Santo Patriarca criou grandes atritos entre facções de irmãos e sócios (antes e depois do rompimento institucional, já que muitos confrades permaneceram sócios e vice-versa). Expulsa da Igreja de São José do Ribamar por causa destes conflitos, a então “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” passou por momentos institucionais bastante críticos. Desalojado e com seus pertences guardados em depósito público, o grupo de artífices teve sua existência ameaçada pelas contingências. Contudo, as redes de clientela da associação permitiram que os artífices se reorganizassem em um novo endereço, mesmo que as aulas noturnas tivessem sofrido fortes abalos. Foi neste período que diversos políticos e empreiteiros passaram a integrar seus quadros, como Sócios Honorários e Beneméritos, enquanto o mercado de edificações públicas recrudescia algumas práticas mais liberalizantes.

A presença das elites letradas e proprietárias no Livro de Matrículas da Sociedade aumentou ainda mais em princípios da década de 1870. Não é coincidência o fato de a Sociedade ter ganho, nesse período, o privilégio de administrar o futuro Liceu de Artes e Ofícios e ostentar o título de “Imperial”. A entidade artística fundada por José Vicente Ferreira Barros entrava definitivamente para o *establishment* pernambucano, pois assumiu a missão de participar das políticas nacionais de “instrução popular”. Muitos artífices que ficaram alijados das benesses advindas do consórcio entre Sociedade e Liceu ficaram descontentes e romperam com o grupo. Contudo, um pequeno número de artistas mecânicos de pele escura conseguiu capitalizar muitas vantagens e escapar da crescente “proletarização” que se espalhava pelos canteiros de obras da cidade do Recife. Apesar da presença marcante da “boa sociedade” nas vivências da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, os artífices de pele escura continuaram a ser os protagonistas desse espaço institucional, profissional e de sociabilidades.

Conhecidos o tema e os problemas da tese, podemos tratar agora dos debates com a historiografia social do trabalho que os resultados dessa pesquisa implicam. O primeiro deles foi relativizar uma certa tendência em se afirmar que o fim das corporações de ofício exigiu que os trabalhadores especializados *substituíssem* as irmandades embandeiradas por associações laicas¹³. No Recife oitocentista, como enunciei, a entidade artística fundada por José Vicente Ferreira Barros e a Irmandade de São José do Ribamar foram instâncias cooperativas até meados da década de 1860. Por mais que as corporações de ofício tenham sido extintas 40 anos antes, parece evidente que a confraria devotada ao Santo Patriarca ainda respondia algumas demandas de certas “classes” de artífices. Os profundos imbricamentos entre as duas agremiações oferecem, portanto, um caminho alternativo às leituras clássicas de que o liberalismo tenha necessariamente forçado os artífices especializados a *trocarem* suas “arcaicas” confrarias pelas “modernas” associações.

¹³ Cláudio H. M. Batalha, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11, p. 51. Mesmo que alguns autores não partam do princípio da “substituição”, ficamos com a impressão de que houve uma passagem “natural” das irmandades embandeiradas para as mutualistas. Por exemplo, Arthur José Vitorino Renda afirma que “a Constituição de 1824 vai proibir a existência das corporações de ofícios. A partir disto, os operários livres começam a formar associações de socorros mútuos”. Arthur José Vitorino Renda, “Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira”, In: Cláudio H. M. Batalha et al (organizadores), *Culturas de Classe: identidade e diversidade no operariado*, Campinas, Editora da Unicamp, 2004, p. 170.

Um outro debate provocado por essa tese remete à perigosa idéia de *transição*. Em estudo clássico, José Albertino Rodrigues procurou rastrear a “evolução” da *consciência* da “classe trabalhadora” no Brasil. Preocupado em construir uma “história do movimento operário”, o intelectual enquadró as associações de trabalhadores livres criadas antes de 1888 no “período mutualista”, que seria a “primeira fase do movimento sindical brasileiro”¹⁴. Conceitualmente, tal etapa corresponderia “a um período que ainda não é rigorosamente sindical, mas, pelo fato de organizar o trabalho livre, contém seus elementos embrionários e prepara sua gestação”¹⁵. Atento às especificidades históricas que forjaram a história da Sociedade pernambucana que estudo e as experiências particulares dos artesãos que a compuseram, as análises que aqui desenvolvo só podem se vincular à corrente historiográfica que problematiza tal perspectiva: os trabalhadores organizados em grupos de socorros mútuos não podem ser encapsulados em alguma “pré-história” do proletariado¹⁶.

As problemáticas desenvolvidas na tese também vão de encontro às interpretações mais generalizantes que afirmam a impossibilidade de qualquer mobilidade social ascendente para os descendentes de escravos¹⁷. Bem ao contrário, os peritos de pele escura da associação estudada conseguiram conquistar prestigiosos espaços sociais desde os primeiros anos de funcionamento do grupo. As articulações dos mestres de ofícios com as elites letradas e proprietárias ainda permitiram que os sócios de cor continuassem acumulando prestígio nas últimas décadas do oitocentos, apesar do fortalecimento das teorias racistas nos meios intelectuais recifenses. Especialmente neste último período, os obstáculos ideológicos a serem vencidos pelos Sócios Efetivos foram enormes. Silvia Lara, ao comentar a historiografia do trabalho, indica que aquela corrente científica influenciou muitas análises sociológicas feitas no século XX, que imputavam aos (ex-)cativos e seus descendentes a pecha de “indolentes e apáticos [...] ou de anômicos e desajustados à

¹⁴ José Albertino Rodrigues, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p. 6.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Silvia Hunold Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Projeto História*, (1998), número 16, pp. 25-38. Cláudio H. M. Batalha, “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”, In: Marcos Cezar de Freitas (organizador), *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo, Contexto, 2003, pp. 145-158.

¹⁷ Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, 2 volumes, São Paulo, Dominus/Editora da USP, 1965.

modernidade do capitalismo, despreparados para o trabalho livre devido à experiência da escravidão”¹⁸.

É importante frisar que tomo os debates aqui arrolados de forma dialógica. Na medida em que critico as correntes historiográficas que defenderam a “transição do trabalho escravo para o trabalho livre”, entendo que os cativos e seus descendentes construíram importantes práticas étnico-profissionais no oitocentos. Ao centrar meu estudo em um grupo de artífices especializados, de pele escura, livres e com alto grau de “coesão de classe”¹⁹, pretendi contribuir com a historiografia que procura revelar a importância das experiências laborativas dos não-brancos na formação da(s) identidade(s) do(s) trabalhador(es) no Brasil Imperial. Especificamente sobre as mutualistas que foram criadas antes da Abolição, os estudos disponíveis discutem o fenômeno associativo em si, sem adensar análises sobre estudos de caso mais pontuais²⁰. Entretanto, eles são importantes ferramentas para uma compreensão mais ampla das práticas de socorro mútuo, pois fazem comparações entre estatutos, debatem a legislação de 1860 (que regulamentou o “espírito de empresa”) e esmiúçam as conjunturas que permitiram sua “popularização”.

No Recife oitocentista, muitos mestres de obras tiveram capacidade e treinamento adequados para conduzir empreitadas “sob seu próprio plano”. A partir dos projetos que eles próprios elaboravam, conseguiam demonstrar a seus clientes o que pretendiam edificar. Com o contrato lavrado, o perito juntava sua equipe de oficiais, aprendizes e serventes e organizava o canteiro de obras. Comprava cal, areia, madeiras e outros insumos. Antes mesmo de o trabalho começar, organizava os ritmos do serviço, adequando-os aos prazos estipulados pelos contratantes para a entrega do produto final. Com o passar do tempo, nem sempre era possível cumprir o combinado. Entre outros fatores, os oficiais poderiam ficar doentes, os fornecedores poderiam atrasar a entrega dos materiais de construção e as

¹⁸ Sílvia Lara, op. cit., p. 38.

¹⁹ Eric J. Hobsbawm, *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária*, 3ª edição revista, São Paulo, Paz e Terra, 2000, p. 39.

²⁰ Entre outros, consultar: Ronaldo Pereira de Jesus, “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)”, In: Carla M. de Carvalho & Mônica Ribeiro de Oliveira (organizadoras), *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*, Minas Gerais, Editora da UFJF, 2006. Adhemar Lourenço da Silva Junior, *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*, Porto Alegre, PUC-RS, 2004, tese de doutorado em História.

intempéries poderiam estragar o que já havia sido feito. Contudo, os trabalhadores continuavam construindo o que fora encomendado. Terminada a obra, carpinteiros, canteiros, pedreiros e ferreiros haviam feito o melhor possível. É verdade que nem sempre o freguês ficava satisfeito. Entretanto, o que foi outrora projetado havia sido executado com dignidade e empenho - pelo menos essas características eram valorizadas por aqueles artesãos e eles queriam vê-las reconhecidas por todos.

O trabalho que executei para elaborar essa tese de doutoramento possui algumas semelhanças com as rotinas profissionais observadas nos canteiros de obras do Recife oitocentista. Enfrentei uma árdua jornada desde a elaboração do projeto de pesquisa até a redação final da tese que agora apresento: coloquei as mãos na massa documental, arquitetei hipóteses, levantei argumentos, desmanchei antigas interpretações, cimentei análises, enformei meus capítulos e construí narrativas²¹. Ao final desta longa e cansativa empreitada, é chegado o momento de experimentar expectativas similares àquelas dos mestres de obras que povoam meu texto. Entre elas, a dúvida se o produto de minha labuta diária satisfará aos mais exigentes e refinados gostos. Se porventura os julgamentos forem desfavoráveis às minhas pretensões, fico ao menos com a sensação de que executei as tarefas a mim confiadas com dignidade e empenho. Contudo, antes de entregar a obra pronta, discorrerei em linhas gerais sobre o material utilizado para a construção dessa empreitada.

Um pouco mais acima, mencionei a possibilidade de questionar leituras teleológicas e generalizantes sobre a “classe operária”. Ao dividir as “fases” do movimento sindical brasileiro, José Albertino Rodrigues havia utilizado a “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” como modelo para sua análise do “período mutualista”, vigente antes do 13 de maio de 1888. Ao analisar o Estatuto de 1882 dessa Sociedade, Rodrigues afirmou que o grupo fora formado em 1836, mas que a instalação da instituição havia ocorrido em 21 de dezembro de 1841. Segundo ele, como o escopo da associação recifense era instruir e socorrer seus membros, estaríamos “diante de uma típica organização gremial, de bases artesanais e de finalidades mutualistas”²². Contudo, o pesquisador declarava que

²¹ As analogias entre o trabalho dos artífices do ramo das construções e o ofício do historiador são antigas. Nos primórdios dos *Analles*, Lucien Febvre afirmou que a História “tem necessidade de bons operários e bons contramestres, capazes de executar corretamente os trabalhos segundo os planos de outrem”. Lucien Febvre, *Combates pela História*, volume 1, Lisboa, Editorial Presença, 1977, p. 57.

²² José Albertino Rodrigues, op. cit., p. 7.

“não temos, infelizmente, outra notícia dessa instituição, senão a que nos é dada pelos Estatutos e nada garante que tenha funcionado”²³. Para ele, “o grande espaçamento entre as datas, desde a fundação até a aprovação dos estatutos, indica as dificuldades que certamente terá enfrentado a Sociedade no sentido de sua legalização”²⁴.

Apesar das indicações de José Albertino Rodrigues, imaginei ser possível levantar uma casa no terreno baldio formado pelo “grande espaçamento” entre os anos 1836 e 1882. Durante as pesquisas que realizei para minha dissertação de mestrado²⁵, havia travado o primeiro contato com as fontes produzidas pela Sociedade, guardadas pela Universidade Católica de Pernambuco. Ali podem ser encontrados livros de atas, contas-correntes, matrículas de sócios e de alunos. Por si só, esta documentação já indica que o grupo de artífices estava autorizado a funcionar legalmente desde seus primórdios. Ao perceber a ligação da mutualista com a Irmandade de São José do Ribamar, recorri a algumas notas que havia feito quando compulsei os mais diversos registros dessa confraria, guardados pelo IPHAN do Recife, quando estudava a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Foi com base nesse *corpus* documental que projetei os marcos iniciais da pesquisa para o doutorado, que visava analisar a montagem da entidade artística. Quanto ao marco final, optei por fixá-lo em 1880, data da inauguração do palacete do Liceu de Artes e Ofícios, que ficou sob a responsabilidade da Sociedade. Teve grande influência nessa escolha uma foto do festejo, que chegou a minhas mãos por meio de Cláudio Batalha: nela, homens de pele escura posavam às portas da nova escola, vestidos com extremo rigor.

Foi com estes elementos que cimentei os alicerces de minhas pesquisas e interpretações. Para levantar os muros da tese, concentrei minha atenção nos dois principais objetivos da Sociedade: auxílio-mútuo e instrução. Para além da análise das fontes produzidas pelos próprios sócios, recorri ainda a documentos produzidos pelas elites letradas e proprietárias de Pernambuco, pois muitos dos objetivos do grupo de artífices se aproximavam das propostas expressas por políticos e jornalistas do período. Assim, dentre outras fontes depositadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, consultei

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ Idem, *ibidem*.

²⁵ Marcelo Mac Cord, *O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1873*, Campinas, UNICAMP, 2001, dissertação de mestrado em História; publicada com o título *O Rosário de D. Antônio. Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*, Recife, FAPESP/Editora Universitária da UFPE, 2005.

todos os códigos referentes às Obras Públicas, Gerais e Militares. Nestas séries, encontrei os mestres carpinas e pedreiros que eram sócios em diversas empreitadas governamentais, o que permitia que empregassem seus consócios. Nos livros referentes à Instrução Pública, foi possível observar que alguns artífices também conseguiram aprofundar seus estudos em escolas provinciais. Assim, aos poucos, associando-me à historiografia que indica terem existido tênues limites entre os espaços público e privado no oitocentos brasileiro, tive a certeza de que a associação contava com uma sólida economia do favor.

Feitos os alicerces e levantados os muros da tese, era chegada o momento de fazer seu entelhamento. Nas fontes produzidas pela Câmara Municipal, Presidência da Província e Assembléia Legislativa, foi possível perceber como a Sociedade foi protegida pelos mais diversos níveis e poderes do Estado. Era interessante para os governantes pernambucanos incensar uma organização modelar, que poderia ser utilizada como exemplo de morigeração, disciplina e ordem para uma crescente mão-de-obra livre e pobre que se amontoava pelos cortiços da capital da Província. Por sua vez, nas fontes produzidas pelo grupo de artífices, a “boa sociedade” aumentava os quadros de Sócios Honorários e Benfeitores. Ao receber as elites letradas e proprietárias em sua sede, a Casa pretendia monopolizar o ensino das artes mecânicas e reinventar o controle do mercado de edificações através de seus diplomas. O Liceu de Artes e Ofícios seria o ponto alto deste projeto. Por fim, foi preciso tratar do acabamento da construção. Para melhor cercar o objeto que estudei, utilizei jornais, relatórios governamentais, folhetos oitocentistas e inventários. No Rio de Janeiro, complementei a pesquisa com fontes do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Descrito o processo produtivo da tese, sua concepção arquitetônica e os insumos utilizados em sua feitura, é chegada a hora de abriremos sua planta baixa. Os capítulos foram organizados respeitando a periodização. Ou seja, a narrativa observa a passagem do tempo, a mudança das conjunturas, as modificações sociais mais amplas e as alterações internas da Sociedade. Ao invés de contemplar a simples cronologia, busquei acompanhar as transformações experimentadas pelo grupo de artífices na diacronia. No Capítulo 1, intitulado **Inteligência e Progresso**, os leitores conhecerão os artífices que organizaram a então chamada “Sociedade das Artes Mecânicas”. Será possível perceber que eles compartilhavam tradições comuns, forjadas pelos costumes corporativos vivenciados na

Irmandade de São José do Ribamar. Atentos ao movimento mutualista que ganhava força na Europa, os peritos de pele escura criaram uma associação mais afinada com o “Progresso”. A partir das ações desta nova entidade artística, o texto apontará como os artesãos conseguiram encontrar meios para se desvincular dos estigmas da escravidão, desmistificar o “defeito mecânico”, combater o concorrente estrangeiro e conquistar o reconhecimento de seus talentos e virtudes.

No Capítulo 2, intitulado “**Moralidade**” e **aperfeiçoamento da mão-de-obra**, o grupo de artífices percebe a inoperância do Estado em criar estabelecimentos escolares para o ensino de ofícios e substituição das extintas corporações, apesar de o governo de Pernambuco ter aprovado a criação da Escola Industrial. Para ocupar esse espaço e fazer com que suas aulas noturnas ganhassem projeção pública e talvez chancelas de oficialidade, a Casa passou a utilizar o “sistema” do Barão Charles Duphin, um dos métodos mais aplicados nas escolas profissionalizantes européias. Nesta parte da tese, o leitor acompanhará os combates que envolveram o consórcio entre a Sociedade e a Escola Industrial. No processo, a rebatizada “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” reforçou o discurso de que seus membros possuíam “moralidade” para poder substituir os estrangeiros nos serviços públicos. A partir da construção de uma primeira rede de clientela, os artesãos pernambucanos de pele escura conseguiram penetrar em espaços como o Arsenal de Guerra, Arsenal de Marinha e na Repartição de Obras Públicas. Neste momento, pipocaram os primeiros conflitos de poder na Sociedade, que continuava privilegiando os profissionais das edificações, mesmo que ela tivesse aberto suas portas para toda a “classe artística” nacional.

O Capítulo 3, que tem por título **Novos Rumos**, acompanhará as estratégias que a rebatizada “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” precisou construir para adequar seu escopo às exigências da legislação imperial de 1860 (que pretendia disciplinar o “espírito de empresa”). Para manter a prestação de socorros aos sócios e garantir a continuidade das aulas noturnas, o grupo de artífices utilizou o poder de seus patronos para instituir uma espécie de “duplicidade jurídica”. Oficialmente, a associação assumiu a personalidade jurídica de mutualista. Entretanto, para manter suas lições, ganhou foro de escola particular chancelada pela Instrução Pública. Do ponto-de-vista institucional, a Casa precisou abrir mão de sua rejeição ao elemento estrangeiro e reformou seu Estatuto. No

mercado de obras públicas, o “espírito de empresa” recrudescera com o *laissez-faire*. O sistema de arrematações passou a dominar as rotinas dos departamentos responsáveis pelos contratos públicos. Neste momento, os sócios com alguma poupança e bem relacionados com os burocratas abocanharam uma série de empreitadas, garantindo mais trabalho para suas equipes.

Em meados da década de 1860, o poder da então “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” havia extrapolado os limites do Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. João dos Santos Ferreira Barros, filho do idealizador da mutualista nos anos 1830, havia conquistado os mais importantes postos de poder da Mesa Diretora (na Sociedade) e da Mesa Regedora (na Irmandade). A confraria centenária ficou a reboque da associação, o que era algo impensável para os irmãos leigos. Em meio a uma série de brigas por precedência no Templo, a Sociedade acabou sendo expulsa do edifício religioso. No Capítulo 4, intitulado **Abalos na obra institucional**, rastreei estes conflitos e suas conseqüências. Por mais que a Assembléia Legislativa socorresse a associação, que se instalou em novo endereço, houve uma debandada de sócios. Neste ínterim, os velhos artífices perderam seus lugares de poder para trabalhadores menos especializados ou com pouco destaque institucional. O número de aulas oferecidas diminuiu e a maior parte dos discentes era menor e externa aos quadros associativos. As lições noturnas haviam perdido, portanto, seu objetivo original, de “aperfeiçoar” os sócios. Apesar de a crise interna pouco afetar o nível de empregabilidade dos associados, os capitalistas desvinculados dos costumes corporativos começavam a dominar o mercado pernambucano.

Finalmente, o Capítulo 5 (**Uma Sociedade Imperial e um Liceu**) narra as (des)venturas dessa entidade artística depois que D. Pedro II iniciou uma política de fomento à “instrução popular” ao término da Guerra do Paraguai. Seguindo as diretrizes do imperador, as elites letradas e proprietárias pernambucanas empenharam-se na construção do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. No mesmo período, para não fechar as portas, a então “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” se reorganizou. Os velhos mestres que haviam perdido seus lugares de poder conseguiram voltar ao comando da Casa e a associação foi convidada para manter o Liceu de Artes e Ofícios: os artífices de cor eram dos poucos a possuir experiência político-pedagógica para tocar o projeto. Consórcio assinado, o afluxo de personalidades no Livro de Matrículas da Sociedade foi incomum e

logo a instituição ganhou o título de “Imperial”. Apesar disto, a maior parte dos mandatários da Sociedade e do Liceu era de homens de cor que labutavam nas “artes úteis”. Os profundos laços que acabaram por unir estes indivíduos aos políticos conservadores de Pernambuco viabilizaram uma série de empregos de caráter público. Em meio a este processo, a Sociedade virou uma empresa de edificações para tentar, sem muito sucesso, competir com os capitalistas que atuavam em seu mercado.

Eis um panorama geral do produto que agora entrego aos leitores. A partir deste momento, essa construção não é mais minha... Apesar do apego, recolho meus equipamentos do canteiro de obras e sigo em frente. Entretanto, diferente da maior parte dos trabalhadores da construção civil que pouco sabem sobre aqueles que podem usufruir de seu trabalho, espero poder compartilhar com os leitores desta tese suas mais diversas impressões.

Capítulo 1

Inteligência e Progresso.

1.3. O “futuro” e as antigas tradições.

A memória e os memorialistas pernambucanos afirmam que José Vicente Ferreira Barros idealizou uma associação de artífices em 1836. Seu escopo seria a promoção de auxílio-mútuo e o aperfeiçoamento profissional dos sócios. Homem de origem simples, de cor preta, ele era um pernambucano livre que exerceu o ofício de carpina¹, um dos ramos da carpintaria que se ocupa especificamente “dos trabalhos de madeira das construções civis”². Nos canteiros de obra do Recife, entre outros serviços, poderíamos encontrar estes profissionais consertando tesouras, refazendo coberturas, substituindo caibros e construindo portas. Lançada a proposta inicial, o idealizador encontrou eco imediato para suas pretensões. Outros nove indivíduos foram seduzidos e arregimentados por José Vicente Ferreira Barros. Todos eles também eram homens de cor, livres e exerciam aquele mesmo ofício³. Juntos, eles tocaram o projeto de criação do empreendimento artístico.

A identidade social entre os pioneiros é evidente. Podemos afirmar que existiu um padrão bem demarcado no período de montagem da entidade artística. Ela estava se

¹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*, volume I, Recife, Diário de Pernambuco, 1975, pp. 329-336. “Resumo Histórico da Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes”, *Revista do Lyceu de Artes e Officios*, Pernambuco, *l.s.e. l.*, 1928, pp. 5-8. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*, Recife, Typographia d’A Província, 1891. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos: 1834-1850*, volume X, 2ª edição, Recife, Governo de Pernambuco/FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1985, pp. 249-253. Existem referências impressionistas de que o fundador da associação foi Isidoro Santa Clara. *Perfil do Liceu e Análise Sócio-econômica do Corpo Discente*, Recife, Unicap, 1980, p. 5.

² Francisco Augusto Pereira da Costa, *Vocabulário Pernambucano*, 2ª edição, Recife, Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1976, p. 213.

³ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit., pp. 329-336. “Resumo Histórico da Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes”, op. cit., pp. 5-8. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 249-253.

organizando a partir de perfis étnicos, jurídicos e profissionais muito específicos. O Quadro 1, construído a partir do Livro de Matrículas da associação, permite que confirmemos e aprofundemos ainda mais as semelhanças entre os dez carpinas. O código é de 1841, ano em que o empreendimento dos carpinas foi reconhecido oficialmente pelas autoridades pernambucanas. Antes da chancela de seu primeiro Estatuto, todas as atividades do grupo eram informais. Isto talvez tenha prejudicado sua escrituração entre os anos de 1836 e 1841.

Quadro 1
Os sócios pioneiros em 1841

NOME	IDADE	QUALIDADE	ESTADO	NATURALIDADE	MORADIA
Antonio Baptista Clemente	58	Pardo	Casado	Pernambuco	R. da Roda
Bernardo Henriques	56	Preto	Casado	Pernambuco	R. da Guia
Eleutério Pereira da Silva	32	Pardo	Casado	Pernambuco	R. da Roda
Francisco da Cunha dos Prazeres	51	Preto	Casado	Pernambuco	Pocinho
Francisco Martins dos Anjos Paula	42	Pardo	Casado	Pernambuco	R. do Carmo
Isidoro Santa Clara	52	Pardo	Viúvo	Pernambuco	R. do Padre
João Romão de Moura	51	Pardo	Casado	Pernambuco	R. da Roda
José Vicente Ferreira Barros	63	Preto	Casado	Pernambuco	R. da Assunção
Manoel Gomes de Oliveira	48	Pardo	Casado	Pernambuco	-
Timoteo da Silva	59	Preto	Casado	Pernambuco	R. do Rosário

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4, 12, 13, 20, 21, 36, 37, 44, 45, 68, 69, 76, 77, 92 e 93. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 6-7.

Primeiramente, analisemos a questão das idades dos carpinas que fundaram a Sociedade. Considerando seus prováveis tempos de vida em 1836, a média etária é de 46,2 anos. Do quantitativo total, 40% dos pioneiros tinham mais de 50 anos no período em quadro. A mesma percentagem é encontrada entre os que contavam com mais de 40. Dividindo-os pela cor, os pretos computavam a média de 52,25 anos, enquanto os pardos alcançavam 42,17. Eles são homens de pele escura longevos, considerando-se os padrões

demográficos brasileiros do século XIX. Comparativamente, no Rio de Janeiro oitocentista, os poucos escravos que conseguiram chegar a idades entre 40 e 50 anos foram considerados homens “velhos”⁴. A boa expectativa de vida dos 10 carpinas é um dado ainda mais interessante quando constatamos que eles labutaram no pesado ramo das edificações. No transcorrer de suas existências, os trabalhadores dos canteiros de obras ficavam expostos às intempéries por longas jornadas e ainda conheciam difíceis condições de trabalho.

Como todos os trabalhadores arrolados na tabulação eram mestres de ofício, suas idades avançadas indicam que passaram por longo processo de aprendizado e prática da carpina. O trabalho dos mestres era caracterizado muito mais pelo controle que exerciam sobre seus oficiais, aprendizes, serventes e escravos, do que pela mão na massa⁵. Bernardo Henriques, por exemplo, foi mestre carpina reconhecido no Recife. Algumas obras da Igreja do Corpo Santo foram por ele realizadas nos anos de 1822 e 1839/40. Neste período, ele coordenou os trabalhos na clarabóia do teto do Templo. Naquele outro, sua perícia foi utilizada no coreto e nas estantes que se encontravam no mesmo edifício⁶. Outro pioneiro que merece menção é Francisco Martins dos Anjos Paula. Em 1850, ele foi fiador de Jacob Martins da Paixão na arrematação de um dos lanços do muro do cemitério público⁷. Ser fiador de obra pública requeria o acúmulo de algum cabedal, coisa pouco provável para algum artífice com pouca experiência e baixa remuneração no mercado.

A questão familiar também confirma o provável alto grau de especialização dos demais carpinas. O fato de todos eles serem homens casados nos permite pensar em outras características da maestria. Tomemos como comparativo os estudos de Eric. J. Hobsbawm. O autor afirma que as elites artesãs da Londres oitocentista, conhecidas como “aristocracia do trabalho”, vivenciaram fortes noções de direito familiar. As práticas de ensino e monopólio dos ofícios estiveram entre elas. Segundo o historiador, havia a perspectiva de hereditariedade na concepção de trabalho daquelas personagens que dominavam a

⁴ Mary C. Karasch, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 157.

⁵ Carlos Alberto Medeiros Lima, *Trabalho, Negócios e Escravidão: artífices na cidade do Rio de Janeiro, 1790-1808*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1993, dissertação de mestrado em História, p. 122.

⁶ Judith Martins, *Dicionário de Artistas e Artífices de Pernambuco*, mimeo, p. 93.

⁷ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1849-1852, fl. 56v.

maestria⁸. Confirmando esta tendência, José Vicente Ferreira Barros direcionou três de seus filhos ao mais alto grau de especialização em ofícios ligado à madeira. Ele ainda os tornou membros da associação na década de 1840⁹.

Articular as questões da cor, da liberdade e da naturalidade também é algo fundamental para desenharmos o perfil dos primeiros membros da nascente entidade artística. Vimos que todos os dez carpintas foram referidos nas fontes como sendo pretos e pardos. A historiografia tradicional, por exemplo, destacou a grande presença de mestiços nas artes mecânicas do país¹⁰. Sobre os pretos, é muito significativo o fato de que 40% dos pioneiros fossem definidos desta forma. No Sudeste brasileiro, o termo “preto” era considerado sinônimo de escravo. Nessa região, na primeira metade do oitocentos, esta ainda era uma referência que designava basicamente os africanos¹¹. Ao cotejarmos este caso com o recifense, o uso da categoria contraria tal tendência. Todos os pioneiros que foram definidos como pretos eram homens livres e naturais de Pernambuco¹².

Podemos conjecturar que os pioneiros referidos como pretos e pernambucanos pudessem ter sido escravos um dia. Contudo, mesmo que eles tivessem experimentado o cativo em algum momento de suas vidas, acredito que esta condição provavelmente

⁸ Eric. J. Hobsbawm, *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, p. 372.

⁹ Por ordem de idade, temos José Vicente Ferreira Barros Junior, João dos Santos Ferreira Barros e Antonio Basílio Ferreira Barros. Respectivamente, eles foram mestres nos ofícios de carpinteiro, marceneiro e entalhador. Na associação, todos atingiram importantes postos de comando na segunda metade do oitocentos. Do ponto-de-vista educacional, os três alcançaram a instrução secundária. O mais velho e o mais novo se tornaram professores públicos de instrução primária da Província. Antonio Basílio chegou a se matricular nas aulas maiores da Faculdade de Direito do Recife. João dos Santos um dos mais requisitados Mestre de Obras do Recife. Marcelo Mac Cord, “Os Ferreira Barros: uma família de artífices ‘de cor’ nas searas da mobilidade social, Recife, século XIX”, mimeo.

¹⁰ Lourival Gomes Machado, “Arquitetura e Artes Plásticas”, In: Sérgio Buarque de Holanda (diretor), *História Geral da Civilização Brasileira: a Época Colonial*, tomo 1, volume 2, 7ª edição, São Paulo, Editora Bertrand Brasil, 1993. Gilberto Freyre, *Um Engenheiro Francês no Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1940. José Luiz Mota Menezes, “A presença de negros e pardos na arte pernambucana”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (2005), número 61. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, 9ª edição, Rio de Janeiro, Editora Record, 1996, p. 606.

¹¹ Hebe Maria Mattos, *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, pp. 30 e 130.

¹² No Recife, a especificidade das referências étnicas foi flagrante no oitocentos. O Rei do Congo D. Antônio de Oliveira Guimarães era um homem livre, mas foi muitas vezes referido como africano. Sua “cor” também era manipulada de acordo com as conveniências sociais. Marcelo Mac Cord, *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*, Recife, FAPESP/Editora Universitária UFPE, 2005.

havia se passado há algum tempo¹³. Fossem alguns dos pioneiros realmente africanos ou ex-escravos, nada disto importava para eles. Esta perspectiva se reforça ao verificarmos o Estatuto de 1841. Segundo a letra do documento, a matrícula na associação era franqueada somente ao elemento nacional e livre¹⁴. Era desta forma que os dez carpinas se auto-referiam e queriam ser socialmente reconhecidos. Ser livre e brasileiro marcava uma posição fundamental na luta pela proteção e/ou conquista do mercado de edificações. Os europeus eram competidores diretos dos pioneiros em finais da década de 1830. Muitos portugueses eram grandes empreiteiros e donos de um número considerável de escravos. Neste período também os alemães trabalhavam nos “melhoramentos materiais” de Pernambuco, realizando algumas reformas urbanas na capital e sua ligação com as áreas produtoras do *hinterland*¹⁵.

As obras haviam sido iniciadas em 1830 “sob a chefia do engenheiro alemão J. Bloem”¹⁶. Em 1837, o governo conservador do Barão da Boa Vista acelerou e deu maior visibilidade àquelas “modernizações”. Neste ano, segundo a bibliografia, se iniciava a política de “reorganização e do futuro” da Província. É desta época a montagem da Repartição de Obras Públicas. No bojo deste processo, o Executivo tomou duas decisões pontuais. A primeira delas foi arremeter uma Companhia de Operários na Europa. Ela desembarcou no porto do Recife em 1839, contando com 195 alemães. Entre eles, encontramos Mestres, Contramestres e Oficiais de diversas artes mecânicas. Além de

¹³ Apoio minha afirmativa nas perspectivas de Hebe Mattos e Eduardo Silva. Os autores indicam que os forros conquistavam seus sobrenomes a partir de um tenso processo de reconhecimento social. Neste sentido, era muito difícil encontrar recém-libertos com sobrenomes. Hebe Maria Mattos, op. cit., p. 333. Eduardo Silva, *Dom Oba II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 203. Do ponto-de-vista historiográfico, encontramos trabalhos que abrem outros campos interpretativos para a relação entre alforria e sobrenomes. Jean Hebrard afirma que muitos recém-libertos imediatamente assumiam sobrenomes, por conta da necessidade de sua inserção em sociabilidades mais complexas. Enquanto os adultos do sexo masculino logo tomavam o sobrenome de seu ex-senhor, as mulheres incorporavam um que as remetia a sua devoção. Jean Hebrard, “Eslavage et Dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, (2003), número 53/54, pp. 85, 88 e 89.

¹⁴ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 12.

¹⁵ No Rio de Janeiro da década de 1830, por exemplo, também existiu uma forte oposição entre os “mulatos” e os estrangeiros na substituição das “tropas estrangeiras por forças militares nacionalizadas”. Ivana Stolze Lima, *Corés, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 70.

¹⁶ Izabel Andrade Marson, “O Engenheiro Vauthier e a Modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do Progresso”, In: Stella Bresciani, *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994, p. 36.

labutarem nos “melhoramentos materiais” da cidade, eles deveriam treinar e “moralizar” a mão-de-obra local¹⁷. A oficina de carpintaria da Companhia de Operários certamente arranhou uma série de interesses locais. A outra decisão do Presidente da Província, tomada em 1840, foi contratar o engenheiro francês Louis Léger Vauthier para conduzir as obras¹⁸.

Aproveitando o gancho dos “melhoramentos materiais” da cidade do Recife, podemos explorar as relações de vizinhança entre aqueles que elaboraram a associação de artífices. Quando os endereços dos sócios foram registrados no Livro de Matrículas, a cidade do Recife tinha três freguesias centrais. Apesar de estarem situadas em acanhado espaço urbano, a movimentação humana era intensa. São Frei Pedro Gonçalves, também conhecida como Recife, era zona portuária localizada ao final do istmo que partia de Olinda. Santo Antonio, por sua vez, era área insular e comercial. A ilha era porção de terra cercada pelo contato das águas do rio Capibaribe e do Oceano Atlântico. Boa Vista, finalmente, estava localizada no continente e tinha caráter mais residencial¹⁹. As pontes uniam as três freguesias. Excetuando Manoel Gomes de Oliveira, sem endereço discriminado, todos os carpinteiros residiam nestas freguesias. Sete dos precursores habitavam a localidade de Santo Antonio, sendo que três deles viveram na mesma rua. Podemos ainda encontrar um dos pioneiros no Recife e outro na Boa Vista.

O que foi analisado e discutido até aqui possibilitou que conhecêssemos algumas características dos homens que se reuniram a partir de 1836. Resumidamente, todos eles eram artistas mecânicos especializados no ofício de carpintaria, tinham a pele escura e eram

¹⁷ Guilherme Auler, *A Companhia de Operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1959, pp. 37, 77-78. A chegada dos trabalhadores alemães em Pernambuco dialogou (in) tensamente tanto com as discussões sobre o fim do tráfico de escravos, quanto com os projetos de “moralização” da mão-de-obra livre. Nesta conjuntura, a Lei de número 108, aprovada em 11 de outubro de 1837, foi um importante instrumento para a arregimentação da Companhia de Operários. Tal lei regulamentou a contratação de estrangeiros para trabalharem no Brasil. Ademir Gebara, *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil, 1871-1888*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 78-80. Maria Lúcia Lamounier, *Da Escravidão ao Trabalho Livre: a lei de locação de serviços de 1879*, Campinas, Papius, 1988, p. 64.

¹⁸ No transcorrer do texto, esta personagem será mais bem conhecida. Para maiores informações, consultar: Louis Léger Vauthier, *Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier, 1840-1846*, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940. Gilberto Freyre, *Um Engenheiro Francês no Brasil*.

¹⁹ Entre outros trabalhos que descrevem a cidade do Recife no oitocentos, consultar: Leonardo Dantas da Silva, *Recife: uma história de quatro séculos*, Recife, Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura, 1975. Orlando Parahym, *Traços do Recife: ontem e hoje*, Recife, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1978. Flávio Guerra, “O Recife e o Conde da Boa Vista”, In: Arquivo Público Estadual de Pernambuco (organizador), *Um Tempo do Recife*, Recife, Editora Universitária UFPE, 1978. Vanildo Bezerra Cavalcanti, “O Recife e a origem dos seus bairros centrais”, In: Arquivo Público Estadual de Pernambuco (organizador), *Um Tempo do Recife*, Recife, Editora Universitária UFPE, 1978.

homens livres. Além disto, suas residências eram bastante próximas umas das outras. Ainda vale destacar que algumas de suas famílias, como a de José Vicente Ferreira Barros, provavelmente vivenciaram formas de controle profissional por causa da mestrança dos patriarcas. Como podemos notar, existiram diversos pontos de identificação entre os pioneiros. Não foi coincidência tamanha familiaridade. A idéia de constituir uma associação permitiu que eles reforçassem antigos laços comuns e reelaborassem um repertório cultural há muito tempo consolidado e compartilhado por eles na cidade do Recife²⁰. Neste sentido, além do idealizador da associação, as fontes disponíveis permitem que identifiquemos mais cinco carpinas matriculados na Irmandade de São José do Ribamar.

Com data precisa de entrada na confraria pernambucana, encontramos dois artistas mecânicos. O primeiro deles é Manoel Gomes de Oliveira, registrado em seus livros correspondentes no ano de 1814²¹. O outro é Isidoro Santa Clara, que assentou como irmão no ano de 1816²². Na documentação da Irmandade de São José do Ribamar, este membro ainda foi encontrado ocupando os cargos de Tesoureiro e Definidor. Observamos sua presença em administrações das décadas de 1830 e 1840²³. Os outros quatro carpinas, que não consegui precisar o ano de matrícula, também surgiram nas fontes ocupando cargos na vida administrativa da confraria. No ano de 1838, Francisco Cunha dos Prazeres foi seu Tesoureiro²⁴. Na década de 1840, temos o próprio idealizador, José Vicente Ferreira Barros, e Francisco Martins dos Anjos Paula surgindo como Procuradores Parciais ou

²⁰ A problemática da reelaboração do repertório cultural corporativo pelas mutualistas foi muito bem analisada por Sewell. Ao estudar o caso francês, o autor percebeu que os temas e sentimentos compartilhados nas guildas fundamentaram a experiência organizativa de certos grupos de trabalhadores na primeira metade dos oitocentos. William H. Sewell Junior, *Work & Revolution in France: the language of labor from the Old Regime to 1848*, New York, Cambridge University Press, 1982.

²¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 64v.

²² Idem, fl. 50.

²³ Em alguns recibos dos anos de 1836 e 1837, Isidoro Santa Clara surgiu na Irmandade de São José do Ribamar como Tesoureiro. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas, 1786-1854. No Livro de Matrículas, em anotação posterior a sua entrada, temos uma observação ratificando que Isidoro Santa Clara foi Tesoureiro no exercício 1835-1836 e Definidor no de 1843-1844. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 50.

²⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas, 1786-1854.

Definidores²⁵. Em mesmo período, sabemos que Antonio Baptista Clemente ocupou a importante função de Procurador Geral²⁶.

Para que possamos compreender a importância da Irmandade de São José do Ribamar para homens como esses carpinas, precisamos antes conhecer um pouco das características mais fundamentais deste tipo de entidade religiosa²⁷. Segundo os estudos de Russell-Wood, estes espaços católicos surgiram na Europa Medieval entre os séculos XII e XIII. Eles pretendiam promover o auxílio-mútuo e a prática da caridade entre seus irmãos²⁸. Ainda segundo o autor, tais organizações apresentavam mais duas marcantes especificidades constituintes. A primeira delas era a atenção ao culto de algum santo padroeiro. Em tese, este seria o principal motivo da formação do grupo. A outra era a eminente presença de leigos, ou seja, pessoas sem ordenação sacra, em seus quadros e rotinas administrativas²⁹. Mesmo assim, as irmandades leigas tinham quer ser aprovadas pelas autoridades eclesiásticas para poderem promover atos de devoção e caridade.

Do ponto-de-vista legal, o perfil das irmandades religiosas era informado pelo Compromisso. Este documento, depois de aprovado pelas autoridades eclesiásticas e civis, oficializava sua vida social e garantia seu funcionamento. A letra do regulamento confraternal determinava “os objetivos da associação, as modalidades de admissão de seus

²⁵ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião.

²⁶ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 117P, maço Religião.

²⁷ As irmandades têm se tornado, nos últimos anos, um privilegiado objeto de estudo dos historiadores. Desde a criação de liturgias negras, passando pela hegemonia de determinados grupos étnicos em seus quadros e chegando até o controle social de hierarquias étnicas e profissionais através de seus membros, alguns trabalhos contribuem para que possamos entendê-las como instituidoras de sentidos de pertencimento. Entre outros trabalhos, consultar: Mariza Carvalho Soares, *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. Anderson José Machado de Oliveira, “*Os Santos Pretos Carmelitas*”: o culto aos santos, catequese e devoção negra no Brasil Colonial, Niterói, UFF, 2002, tese de doutorado em História. Lucilene Reginaldo, *O Rosário dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*, Campinas, Unicamp, 2005, tese de doutorado em História. Marcelo Mac Cord, *O Rosário de D. Antônio*.

²⁸ A. J. R. Russell-Wood, “Black and Mulatto Brotherhoods in Colonial Brazil: a study in collective behavior”, *Hispanic American Historical Review*, (1974), volume 54, number 4.

²⁹ A bibliografia que trata do tema “irmandades” é variada. Para compreendermos de forma mais aprofundada seu perfil, entre outros, também consultar: Julita Scarano, *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976. Anderson José Machado de Oliveira, *Devoção e Caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)*, Niterói, UFF, 1995, dissertação de mestrado em História. Caio César Boschi, *Os Leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo, Editora Ática, 1986. Patricia Mulvey, “Slave Confraternities in Brazil: their role in Colonial Society”, *The Americas*, (1982),

membros, seus deveres e obrigações”³⁰. Fiscalizando o respeito à lei maior das irmandades estava a Mesa Regedora. Ela era um instrumento deliberativo escolhido anualmente pelos irmãos que podiam votar e serem votados. Composta por Juiz, Escrivão, Tesoureiro, Procurador, entre outros cargos executivos, esta instância de poder detinha o privilégio de voto sobre as questões e demandas cotidianas do grupo³¹. Como vimos, cinco dentre os seis pioneiros que foram irmãos de São José do Ribamar frequentaram este lugar de poder confraternal. Concluimos, por isto, que eles tiveram boa influência política na vida social daquela Irmandade.

Com a expansão portuguesa em terras de “além-mar”, as irmandades passaram a organizar a vida religiosa dos colonos a partir do modelo confraternal metropolitano³². Na falta de clero regular e secular pelos brasis, elas foram fundamentais para difundir e apoiar o culto católico nos primeiros séculos da ocupação lusitana³³. Caio Boschi afirma que algumas delas chegaram a substituir entidades políticas em Minas Gerais setecentista, canalizando tensões e rivalidades que extrapolavam sua marca de devoção e caridade³⁴. Por serem espaços seletivos que dialogavam com as hierarquias sociais, os irmãos quase sempre compartilham, de forma combinada ou não, relações de vizinhança, práticas devocionais, o exercício de algum ofício, as mesmas cor e posição social³⁵. Neste sentido, compreendemos um pouco mais dos vínculos entre os dez carpinas. De forma ilustrativa, ainda indico que as elites letradas e proprietárias tendiam a se congregar em irmandades como o Santíssimo Sacramento³⁶. Homens pretos, entre outras, nas do Rosário e São Benedito.

Algumas pesquisas apontam que, no Recife, a Irmandade de São José foi erigida em princípios do século XVIII na Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso. Neste Templo, localizado na freguesia de Santo Antonio, a confraria ocupou um dos altares

volume XXXIX, number 1, pp. 39-68. João José Reis, “Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão”, *Tempo*, (1996), volume 2, número 3, pp. 7-33.

³⁰ Kátia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província do Império*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p. 397.

³¹ Julita Scarano, op. cit., p. 29.

³² A. J. R. Russell-Wood, op. cit., p. 568.

³³ Frei Oscar de Figueiredo Lustosa, *A Presença da Igreja no Brasil*, São Paulo, Editora Giro, 1977, p. 15.

³⁴ Caio César Boschi, op. cit., p. 3.

³⁵ Kátia M. de Queirós Mattoso, op. cit., p. 397.

³⁶ As irmandades com o perfil do Santíssimo Sacramento “exigiam severamente dos candidatos a irmãos a condição de brancos além da capacidade de concorrerem para os cofres da corporação com quantias ou ‘esmolas’ avultadas”. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, p. 375.

colaterais. Seu primeiro Compromisso foi aprovado pelas autoridades reais em 1735 e vigorou até o ano de 1770, quando foi substituído por outro. Seus principais irmãos foram os profissionais da madeira³⁷. E não poderia ser diferente. Nas Sagradas Escrituras, São José é referido como carpinteiro. Por este motivo, a devoção destes profissionais ao Patriarca foi muito recorrente no mundo atlântico português. Entre outras localidades do Império, encontramos irmandades semelhantes à do Recife em cidades como Lisboa, Rio de Janeiro e Salvador³⁸.

Além dos representantes da carpintaria, a confraria recifense foi um espaço devocional que também congregou marceneiros e tanoeiros. Ambos os ofícios, assim como a carpintaria, lidavam cotidianamente com a mesma matéria-prima. Os pedreiros completaram seus quadros e participavam da associação desde seu início. No século XVIII, os principais cargos da Mesa Regedora deveriam ser preenchidos pelos mais qualificados peritos dos quatro ofícios fundadores. Os mestres eram os protagonistas da Irmandade de São José do Ribamar e os oficiais ocupavam espaços sociais mais restritos. Apesar de a confraria possuir forte perfil masculino, por causa de sua marca profissional, isto não significou que as mulheres estivessem de fora de seu Livro de Matrículas. Finalmente, escravos ligados àqueles quatro ofícios puderam pertencer aos quadros da associação religiosa pernambucana. Contudo, as funções de monta na Mesa Regedora lhes eram vetadas³⁹.

O Recife tinha muitos cativos de ganho e aluguel prontos para realizar serviços de carpintaria e outras artes mecânicas⁴⁰. Basicamente, eles tiveram dois tipos de senhores. Entre os primeiros encontramos os pequenos proprietários urbanos, que dispunham de

³⁷ Flávio Guerra, *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*, 2ª edição revista e ampliada, Recife, Fundação Guararapes, 1970, p. 79. José Antônio Gonsalves de Mello (coordenador), *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*, Recife, IPHAN, 1975, datilografado. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos: 1740-1794*, volume VI, Recife, Governo de Pernambuco/FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1985. Fernando Ponce de León, *A Igreja da Irmandade do Patriarca São José*, Recife, IPHAN, 2004, mimeo (Projeto Patrimônio).

³⁸ Franz-Paul Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: subsídios para sua história*, volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1943, p. XLI. Luiz Antônio Cunha, *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*, 2ª edição, São Paulo/Brasília, Editora Unesp/FLACSO, 2005, p. 42. Maria Helena Flexor, *Oficiais Mecânicos na Cidade do Salvador*, Salvador, Prefeitura da Cidade do Salvador/Departamento de Cultura/Museu da Cidade, 1974, p. 44.

³⁹ Flávio Guerra, op. cit. José Antônio Gonsalves de Mello (coordenador), *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, volume VI. Fernando Ponce de León, op. cit.

poucos artífices. Os outros eram os empreiteiros de médio e grande porte que possuíam quantidades de escravos mais consideráveis⁴¹. Recordemos que muitos portugueses fizeram parte deste grupo. Como no Rio de Janeiro, talvez estes empreiteiros recifenses empregassem seus cativos como serradores de tábuas e cavouqueiros⁴². A comparação com a Corte é pertinente. Ali, assim como no Recife, “uma das ocupações mais comuns dos escravos e libertos especializados era a carpintaria, ou, de modo mais geral, todos os ofícios relacionados com a construção”⁴³.

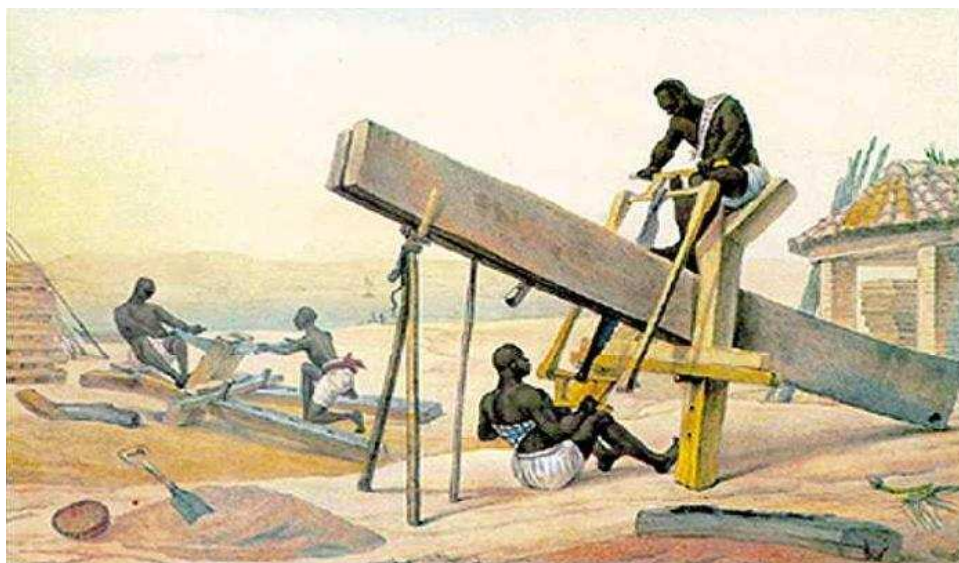


FIGURA 1 – Negros Serradores de Tábuas (Jean Baptiste Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, [1834] tomo 1, São Paulo, Martins, /s.d./).

A matrícula de escravos na Irmandade de São José do Ribamar talvez estivesse condicionada à presença de seus proprietários, mestres de ofício, na confraria. Esta possibilidade é verossímil na medida em que encontramos, em suas fileiras, marceneiros da envergadura artística do francês Julian Antoine Fortunat Beranger. Sua entrada na Irmandade foi registrada no ano de 1818⁴⁴. Mais conhecido no Recife como Julião Beranger, radicou-se na cidade por volta de 1816 e era natural de Nantes. Sua oficina na rua

⁴⁰ Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*, Recife, Editora Universitária UFPE, 1998, p. 53.

⁴¹ José Luiz Mota Menezes, op. cit., p. 311

⁴² Carlos Alberto Medeiros Lima, “Sobre a lógica e a dinâmica das ocupações escravas na cidade do Rio de Janeiro (1789-1835)”, In: Jorge Prata de Sousa (organizador), *Escravidão: ofícios e liberdade*, Rio de Janeiro, APERJ, 1998, p. 16.

⁴³ Mary C. Karasch, op. cit., p. 277.

⁴⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 176v.

da Florentina foi uma referência tanto por seu porte, quanto pela manufatura de móveis com sua assinatura. O sucesso de seu trabalho foi tão retumbante que sua produção foi batizada e reconhecida posteriormente como estilo “pernambucano”⁴⁵. Podemos ter uma noção do cabedal que acumulou a partir de um processo de execução de uma dívida que contraiu no valor de 20.000\$000rs, em 1849. No litígio com José Antonio Lourenço, os bens imóveis do marceneiro (sua residência e a oficina que ficava nos números 10, 12 e 14 daquela rua) foram avaliados em 75:000\$000rs⁴⁶. Uma quantia considerável.

O Templo dedicado ao Patriarca São José, sede própria daquela Irmandade recifense, começou a ser construído quase vinte anos depois da aprovação de seu primeiro Compromisso. Segundo o pesquisador Fernando Ponce de León, no arco-cruzeiro de sua Capela-mor encontramos a inscrição que periodiza o começo e o término das principais obras de construção. Nele, temos gravados os anos de 1752 e 1778. Neste ano foram concluídas a cabeceira da Nave da Igreja e o espaço antecedente ao da sua Capela-Mor⁴⁷. O mesmo autor ainda esclarece que foi a toponímia da cidade que compôs o nome da Igreja e da Irmandade de São José. O prédio que comportava a devoção da confraria ficava a “ribamar do flanco sudeste da ilha de Santo Antonio”⁴⁸, ou seja, na região que beirava o mar⁴⁹. No presente, por causa dos aterros que foram feitos desde o século XIX, a Igreja ficou um pouco mais distante das águas.

Frente às hierarquias confraternais do Recife, a construção da Igreja de São José do Ribamar foi um importante símbolo de distinção e identidade para os membros da Irmandade dedicada ao respectivo orago. Na Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, eles sempre tinham que se subordinar às ordens de outrem. Com o novo Templo, de sua propriedade, a confraria dos carpinteiros, pedreiros, tanoeiros e marceneiros passou a ter mais autonomia em sua vida social. A importância desta independência se tornou bastante evidente quando a localidade onde ficava a Igreja, São José, foi promovida à

⁴⁵ Gisele Melo de Carvalho, *Interiores Residenciais Recifenses: a cultura francesa na casa burguesa do Recife no século XIX*, Recife, UFPE, 2002, dissertação de mestrado em História, pp. 134-135.

⁴⁶ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Tribunal da Relação, 1849 Caixa 2, “Execução de Dívida. Executante: José Antônio Lourenço. Executado: Julião Beranger”, fls. 7, 202 e 246.

⁴⁷ Fernando Ponce de León, op. cit., p. 48.

⁴⁸ Idem, p. 2.

⁴⁹ Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 11ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 1059.

categoria de freguesia, em 1844⁵⁰. Neste momento da história social do Recife, uma matriz deveria ser escolhida pelas autoridades locais. Ela sediaria os ofícios religiosos e eleitorais da nova subdivisão eclesiástica. Por causa de sua centralidade, o templo escolhido pelos mandatários pernambucanos acabou sendo aquele construído e protegido pelos profissionais da madeira.

Além desta escolha oficial, foi determinado pelas autoridades locais que a Irmandade do Santíssimo Sacramento para lá se transferisse com suas alfaías. Sendo esta uma confraria de “homens bons”, seus irmãos relutaram contra sua necessária subordinação à Irmandade dona do Templo. Não será difícil deduzirmos que uma das principais motivações para o desconforto fosse a “inferioridade” social dos anfitriões. Os artífices especializados, por mais que não exercessem o “vil” trabalho manual, carregavam o estigma do “defeito mecânico”⁵¹. Além disto, para incrementar o drama representado no Templo, muitos dos artífices matriculados eram homens de pele escura, fossem escravos ou não. Por mais que artesãos com o perfil de Julião Beranger também fossem confrades, conflitos inevitáveis ocorreram entre as associações. Aos 13 de março de 1845, por conta dos desgastes cotidianos, a Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar foi até a Comissão de Negócios Eclesiásticos da Assembléia Legislativa Provincial.

A petição endereçada àqueles encarregados legislativos sublinhava, com muita energia, que a criação da Matriz de São José não envolvia “a idéia de ser a suplicante privada do direito de propriedade”⁵² sobre o Templo. Afinal, segundo os *Autos do Patrimônio dado pelo Reverendo Escrivão da Câmara Episcopal*, anexo àquele requerimento, a construção da Igreja foi uma pia mercê concedida aos confrades em 26 de

⁵⁰ São José era uma espécie de bairro que ficava na freguesia insular de Santo Antonio. Desmembrou-se administrativamente desta quando foi elevada àquela condição. Sua população era eminentemente a mais pobre e a mais escura da ilha. Marcus J. M. de Carvalho, op. cit., p. 62. Ver também Artur Gilberto Garcéa de Lacerda, *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*, Recife, UFPE, 2003, dissertação de mestrado em História.

⁵¹ O “defeito mecânico” foi um importante elemento que ajudou a construir a “inferioridade social” do artesão. Entendamos rápida e panoramicamente sua genealogia. Ao hierarquizar e classificar as especializações, Aristóteles distinguiu as artes mecânicas como “menores” porque mercenárias. Nesta perspectiva, elas somente objetivavam a especulação financeira e a desonestidade. Estas seriam a “essência” do “defeito mecânico” na Antiguidade. Na Idade Média, o “defeito mecânico” se associou ao “tabu da impureza” cristão. Os trabalhos que exigiam esforços físicos foram entendidos como herança do “pecado original”. Wilson de Oliveira Rios, *A Lei e o Estilo: a inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira (Salvador e Vila Rica, 1690-1750)*, Niterói, UFF, 2000, tese de doutorado em História, pp. 15-19.

⁵² Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião.

junho de 1752. Indignados com as pretensões da congênera composta por “homens bons”, afirmavam que “a Irmandade de São José, composta quase toda de Artistas, com o trabalho de seus braços e sacrifício de suas economias edificou aquele Templo desde remota época para dedicá-lo, como de fato o fez, ao Culto Divino do Patriarca S. José”⁵³. Portanto, não poderiam aceitar que no altar-mor de sua Igreja fosse colocado o Santíssimo Sacramento. Este lugar mais sagrado da Igreja, segundo os relatos dos irmãos, era “propriedade exclusiva do Patriarca S. José”⁵⁴.

Ao brigarem pela manutenção de sua hegemonia no e sobre o Templo, os confrades de São José acionaram fortes noções de “direitos próprios”. Eles também demonstraram orgulho quanto ao valor simbólico do trabalho feito por seus braços. Tais sensibilidades nos remetem para um senso de altivez muito aguçado, tributário das tradições corporativas⁵⁵. Lembremos que a Irmandade de São José do Ribamar foi uma confraria embandeirada. Até a outorga da Constituição de 1824, seus irmãos monopolizavam os mercados em que atuavam. Eles também controlavam toda a aprendizagem de seus ofícios e ainda emitiam cartas de exame. Todo este processo passava pela confirmação legal do Juiz da Irmandade. Era ele quem cancelava a examinação. Isto posto, sua autoridade confirmava tanto o que era trabalho bem feito, quanto quem estava habilitado para trabalhar. Nos compromissos que vigoraram até 1824, este mesário era escolhido dentre os mestres mais especializados da Irmandade de São José do Ribamar. Esta eleição, socialmente prestigiada, ocorria anualmente perante a municipalidade⁵⁶.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ Idem, *ibidem*. Os reclames da Irmandade de São José do Ribamar foram ouvidos. Aos 8 de setembro de 1849 foi lançada a pedra fundamental da atual Igreja Matriz de São José. Neste ano o Santíssimo Sacramento já estava afastado da Igreja de São José do Ribamar, mas não foi possível saber a data de sua saída. As obras da nova Matriz foram morosas e muito questionadas. Sua inauguração ocorreu somente em 1864. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Setor de Obras Raras, *Oração que na pomposa solemnidade da inauguração da nova Matriz de San-José da cidade do Recife, no dia 8 de dezembro de 1864 recitou Joaquim Ferreira dos Santos...*, Pernambuco, Typographia do Correio do Recife, 1864.

⁵⁵ Ao estudar a Londres oitocentista, Prothero afirma que o senso de respeitabilidade dos artífices deriva de sua ocupação especializada, de seu vínculo aos valores da comunidade, de sua capacidade de subsistência e de seus fortes laços familiares. Considerando as análises que foram feitas sobre o perfil dos pioneiros da associação, compreendemos o zelo da Irmandade de São José do Ribamar com seu Templo. Iorwerth Prothero, *Artisans & Politics in early nineteenth-century London: John Gast and his times*, London, University Paperbacks, 1979.

⁵⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa, “Estudo histórico-retrospectivo sobre as Artes em Pernambuco”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (1900), número 54, pp. 33-34. Apesar de os mestres de ofício serem escolhidos perante a municipalidade no Brasil Colônia, existiu uma especificidade frente à Metrópole: os artistas mecânicos de “além-mar” foram excluídos dos cargos de representação política das Câmaras. Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Mediação, pureza de sangue e oficiais

Miriam Halpern Pereira explica que esta correspondência mais direta entre irmandades e corporações foi algo muito comum no final do Antigo Regime⁵⁷. A autora entende que isto foi possível porque existiu o consórcio de “laços religiosos” e “laços jurídicos” em mesmo lugar social. Estes últimos garantiram aos irmãos que eram artífices o controle monopolista de alguns mercados por meio de concessões régias. Aqueles outros laços uniram “moralmente” os artífices que eram irmãos através da devoção e obediência ao Compromisso⁵⁸. Nesta conjuntura, laços religiosos e jurídicos eram complementares e comprometiam profundamente os indivíduos presos em suas teias. Segundo Pereira da Costa, outras duas irmandades recifenses também usufruíram destas prerrogativas. Foram elas as Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, dos sapateiros, e Irmandade de São Elói, Bispo, dos ourives de ouro e prata⁵⁹.

Vivenciar relações diretas e indiretas com autoridades municipais de maneira oficial, definir genericamente o que seria considerado trabalho bem feito, decidir quem poderia trabalhar nos ofícios protegidos, diplomar artífices que comandariam alguns mercados da cidade, taxar preços, entre outros privilégios, eram benesses muito prestigiosas. Elas não puderam ser esquecidas por quem as experimentou de forma intensa. Aqui, nem estou me referindo à Irmandade de São José do Ribamar como instituição. Estou pensando nas próprias experiências dos pioneiros que eram mestres de ofícios e irmãos. Suas idades avançadas testemunham que eles foram contemporâneos da Irmandade quando embandeirada. Todos eles vivenciaram as mudanças impostas pela Constituição outorgada de 1824, mesmo que alguns deles não tenham sido confrades naquele ano. O fim das corporações de ofício ainda estava vivo em suas memórias.

mecânicos. As Câmaras, as festas e a representação do Império português”, In: Eduardo França Paiva & Carla Maria Junho Anastasia (organizadores), *O Trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*, São Paulo, Annablume/PPGH/UFGM, 2002, p. 307. A representação política dos artífices nas Câmaras da Metrópole era feita através da Casa dos Vinte e Quatro, dos Mesteirais que representavam seus ofícios e do Juiz do Povo. Franz-Paul Langhans, op. cit. Para um estudo mais pontual do caso português, ver Georgina Silva dos Santos, *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a inquisição na Lisboa Moderna*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005.

⁵⁷ Miriam Halpern Pereira, “Artesãos, Operários e o Liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840)”. *Ler História*, (1988), número 14, p. 46.

⁵⁸ Idem, pp. 46-48.

⁵⁹ Francisco Augusto Pereira da Costa, “Estudo histórico-retrospectivo sobre as Artes em Pernambuco”, pp. 33-34.

Os antigos costumes confraternais ajudaram os pioneiros na modelagem da associação que pretendiam fundar⁶⁰. O Compromisso da Irmandade de São José do Ribamar, aprovado em 1838, confirma que as velhas prerrogativas das corporações de ofício ainda eram importantes para os confrades (incluindo neste rol os pioneiros). Este documento foi elaborado pelos irmãos para minimizar suas perdas sociais com o advento da Constituição de 1824. Além disto, eles próprios afirmaram que aquele Compromisso era um esforço para que sua história ficasse “em harmonia com a legislação moderna do Império”⁶¹. Podemos também entender a elaboração do Compromisso de 1838 como forma de a Irmandade se adequar ao processo de “reorganização e do futuro” que se instaurava em Pernambuco. A palavra de ordem do corpo confraternal era adaptar-se aos novos tempos, porém sempre reafirmando o legado que permitia aos confrades se reconhecerem mutuamente. Os atritos entre perspectivas de “passado” e “futuro” conduziram este diálogo.

Os primeiros elementos que evidenciam tal situação se referem à matrícula dos confrades. Ao ser confirmado pelas autoridades eclesiásticas e civis locais, o Compromisso de 1838 definiu que somente homens e mulheres livres poderiam fazer parte da Irmandade de São José do Ribamar⁶². Em comparação com os regulamentos anteriores, a matrícula de escravos foi proibida. Os que já fizessem parte do corpo confraternal poderiam permanecer, mas deixariam de exercer quaisquer das atividades sociais da confraria⁶³. Apesar desta mudança, também existiram continuidades. Somente os artífices que exercessem um dos quatro ofícios representados pela confraria podiam votar e serem votados para a Mesa Regedora⁶⁴. Este foi um eco dos tempos em que a confraria havia sido corporação de ofícios. Por conta deste antigo costume, os homens e as mulheres de fora da tradição

⁶⁰ Comparativamente aos casos europeus da primeira metade do oitocentos, países como França e Espanha vivenciaram experiências semelhantes às do Recife. André Gueslin afirma que algumas sociedades operárias de socorro mútuo francesas foram tributárias das antigas irmandades que foram corporações de ofício. André Gueslin, *L'Invention de l'Économie Sociale: idées, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans la France du XIXe siècle*, 2^e édition révisée et augmentée, Paris, Economica, 1998, p. 146. Em Espanha, segundo Michel Ralle, encontramos quadro similar. A maioria das sociedades de auxílio mútuo pareciam “uma clara herança das irmandades”. Michel Ralle, “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha”, *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11, pp. 20, 25 e 36.

⁶¹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 1.

⁶² Idem, fl. 1v.

⁶³ Idem, fl. 2.

⁶⁴ Idem, fl. 1v.

profissional continuavam recebendo tratamento diferenciado. O Compromisso de 1838 os considerou inelegíveis para as funções da Mesa Regedora. Além disto, eles continuaram sem poder de voto nos pleitos que escolhiam os mesários⁶⁵.

Apesar do tratamento diferenciado, isto não representou desprestígio confraternal. Algumas vezes estes irmãos eram homens de grande envergadura política, econômica e social. A presença de confrades com este lastro colaborou para que a Irmandade de São José do Ribamar fortalecesse seus sentimentos de orgulho e altivez. Depois de aprovado o Compromisso de 1838, encontramos o Senador Nabuco de Araújo se matriculando em seus quadros no ano de 1844. O certificado atesta que sua entrada no corpo confraternal foi motivada por relevantes serviços prestados à Irmandade. Por isto, ele recebeu o título de benfeitor⁶⁶. Parece evidente que os irmãos estiveram atentos aos movimentos políticos *strictu sensu*. Eles diplomaram um ícone conservador quando os liberais voltavam ao poder. Quatro anos depois, pouco antes da Revolta Praieira, sua esposa recebeu o título honorário de Juíza por Devoção, durante os festejos do Patriarca. Na ocasião, ela pagou 16\$000rs em ouro e se tornou irmã remida⁶⁷.

Para que algum irmão fosse eleito Juiz da Mesa Regedora, o candidato ainda deveria ser perito em quaisquer das quatro artes representadas na confraria. Ou seja, exigia-se que o postulante ao juizado fosse mestre reconhecidamente examinado em seu ofício⁶⁸. Apesar do fim das corporações de ofício, a função mantinha a mesma aura do tempo em que vigoravam os “laços jurídicos”⁶⁹. Como a função de Juiz da Mesa Regedora também cobrava experiência administrativa e traquejo institucional, outra exigência foi feita. O pretendente ao cargo deveria ter servido ao corpo confraternal como Escrivão, Tesoureiro ou Procurador Geral. O membro da Irmandade de São José do Ribamar que ocupasse esta

⁶⁵ Idem, *ibidem*.

⁶⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro, Arquivo, Coleção Senador Nabuco, lata 361, pasta 18.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁸ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarca o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 3v.

⁶⁹ Na Corte, podemos observar situação semelhante à recifense. Apesar do fim das corporações de ofício, as práticas pedagógico-profissionais continuaram nas mãos dos mestres da capital. Mônica de Souza N. Martins, *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real, 1808-1824*, Rio de Janeiro, Garamond, 2008, pp. 145, 149 e 150.

última função também fazia a vez de Procurador do Patrimônio⁷⁰. Finalmente, o candidato ao juizado deveria ser brasileiro⁷¹. Recordemos que a questão da nacionalidade também foi fundamental para os pioneiros da entidade artística.

A titulação de mestre de ofício e a nacionalidade brasileira também eram pré-requisitos para que outros postulantes preenchessem os postos de Escrivão, Tesoureiro e Procurador Geral. Assim como no caso do juizado, também se exigia dos candidatos alguma experiência anterior na Mesa Regedora⁷². É importante destacar que Juiz, Escrivão, Tesoureiro e Procurador Geral constituíram a primeira linha de poder nas hierarquias da Irmandade dedicada ao Patriarca São José. Os brasileiros queriam mesmo ocupar lugares de poder. Por esta razão, nenhum irmão poderia ficar nos cargos por mais de dois anos consecutivos. Precauções contra privilégios; para que também houvesse algum equilíbrio na vida administrativa do corpo confraternal, carpinas, pedreiros, marceneiros e tanoeiros deveriam se revezar nas funções: “Por exemplo, no primeiro ano o Juiz será um Carpina, o Escrivão um Pedreiro, o Tesoureiro um Marceneiro, o Procurador Geral um Tanoeiro” e assim sucessivamente⁷³.

No segundo escalão da confraria encontramos os Procuradores Parciais e os Definidores. Eles também deveriam ser mestres examinados em seus ofícios. Esta exigência não era algo extraordinário para estes mesários. As funções secundárias requeriam que seus ocupantes já tivessem ocupado um dos quatro cargos maiores da Irmandade de São José do Ribamar. Contudo, diferentemente dos postos eletivos, Procuradores Parciais e Definidores eram nomeados pela Mesa Regedora. Os quatro sufragados do primeiro escalão teriam a prerrogativa de escolher, cada um, três Definidores e um Procurador Parcial. O Compromisso não reza sobre o assunto, mas é muito provável que cada um dos quatro principais mesários indicasse irmãos do mesmo ofício que exerciam. Entre as funções auxiliares, o Zelador era definido diretamente pelo Juiz. Havia

⁷⁰ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarca o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 3v.

⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁷² Idem, fls. 5-5v.

⁷³ Idem, fl. 3v

também um Sacristão na confraria, mas o membro que fosse ocupar este posto era escolhido coletivamente pela Mesa Regedora⁷⁴.

Duas questões muito interessantes surgem quando o assunto é a necessidade da mestrança para ocupar os primeiro e segundo escalões da Irmandade de São José do Ribamar. A primeira é que podemos confirmar novamente o alto grau de especialização dos pioneiros que chegaram àquelas funções da Mesa Regedora. Recordemos que cinco deles foram mesários quando o Compromisso de 1838 vigia. A outra questão é merecedora de maiores cuidados. Até o fim das corporações de ofício, alguns bons oficiais da Irmandade não tiveram a oportunidade de serem examinados. Outros deixaram de ser avaliados porque ainda se encontravam relativamente despreparados. Segundo o Compromisso de 1838, o exame sempre exigiu dos postulantes “o maior aperfeiçoamento possível”⁷⁵. Porém, mais de dez anos haviam se passado desde a outorga da Constituição de 1824. Neste lapso de tempo, o que aconteceu com os oficiais que se tornaram “mestres de fato”?

Por mais que os “laços jurídicos” não existissem na década de 1830, a Irmandade de São José do Ribamar criou estratégias bastante engenhosas para reconhecer os confrades que eram mestres sem diploma. Para que eles conseguissem o título, inicialmente teriam que ser eleitos ou nomeados mesários da Irmandade. Ao Juiz, Escrivão, Tesoureiro e Procurador Geral da Mesa Regedora cabia conceder, conjuntamente, o “título de aprovação e exame a todos os mestres dos quatro ofícios que não sendo examinados servirão nesta Irmandade”⁷⁶. A diplomação, nestes casos, ganhou contornos extraordinários. Exigia-se somente o notório saber do perito. Não havia prova. A hierarquia parece ter servido de fundamento para estas determinações. Seria bastante delicado um mestre de ofício avaliar outro artista mecânico com mesmo nível técnico. Submeter um reconhecido perito, mestre de fato, ao processo de exame, parecia ser algo despropositado e pouco respeitoso para as tradições corporativas.

O diploma de mestre, contudo, não seria dado automaticamente a estes homens de notório saber. A eleição ou nomeação para a Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar era apenas o primeiro passo. Para conseguir o título de aprovação e exame, o mestre sem diploma tinha que cumprir uma longa lista de exigências. Estes pré-requisitos

⁷⁴ Idem, fls. 7-7v.

⁷⁵ Idem, 9v.

⁷⁶ Idem, fls. 9-9v.

são importantes porque nos ajudam a conhecer, mesmo que indiretamente, um pouco mais o perfil profissional dos pioneiros. Segundo o Compromisso de 1838, o artífice que estivesse naquela situação teria que redigir um requerimento à Irmandade, comprovando efetivamente ser mestre de fato “e que como tal [era] geralmente reconhecido” na cidade⁷⁷. Esta publicidade iria além da simples confirmação oral ou escrita. Ela seria fundamentada através de “obras que [o postulante] tenha feito de seu plano”⁷⁸. Além disto, o mestre sem diploma deveria possuir tenda aberta e ter servido em quaisquer funções da confraria.

Dois destes pré-requisitos merecem análise. Em primeiro lugar, fazer “obras de seu plano” significava ter usado a inteligência e a razão na arte mecânica. Desde o século XVIII, a “arte de projetar estruturas”, entendida como “plano” ou desenho, ficou dissociada das rotinas profissionais dos mestres de ofício ligados às edificações. Tal atividade era qualificação dos arquitetos civis e militares porque eles aprendiam geometria prática, aritmética e desenho⁷⁹. Ao fazerem “obras de seu plano”, os mestres da Irmandade de São José do Ribamar brigavam contra essa separação. O trabalho mecânico com inteligência era o fundamento de seu orgulho e altivez, trunfos contra o “estigma mecânico”. O outro pré-requisito era a tenda aberta. Isso significava que o postulante deveria ser patrão, dono de seu próprio negócio⁸⁰. Portanto, ele tinha experiência profissional, recursos para manter uma oficina funcionando, reconhecimento da Câmara e gente trabalhando sob suas ordens. A valorização do negócio, frente ao ócio, também ratifica que eles entendiam seu trabalho como forma positiva de identificação social.

Outras determinações do Compromisso de 1838 se fundamentavam nas antigas prerrogativas corporativas. Por mais os mestres da Irmandade tivessem perdido o monopólio de seus mercados e ofícios, os confrades que fossem artistas de menor titulação continuavam sob constante vigilância. O documento confraternal afirma que nenhum oficial poderia tomar “obras de seu plano”, pois a falta de perícia e conhecimento destes profissionais menos qualificados poderia ocasionar obras mal acabadas. Como

⁷⁷ Idem, fl. 9v.

⁷⁸ Idem, ibidem.

⁷⁹ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, São Paulo, USP, 2001, tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, p. 32.

⁸⁰ José Luiz Mota Menezes, op. cit., p. 307.

consequência, a imagem da Irmandade poderia ser denegrida⁸¹. O oficial, por isto, não poderia ter tenda aberta. Caso mantivesse uma, pagaria multa de 16\$000rs. Contudo, ao profissional de menor perícia era aberta a possibilidade de ascensão em seu ofício. Caso se aperfeiçoasse com o passar do tempo, o oficial poderia pedir progressão à mestrança.

O candidato que pretendesse ser examinado era interrogado por três mestres de seu ofício, nomeados pela Mesa Regedora. Além deles, mais um dos quatro principais mesários da Irmandade comporia a banca, presidindo-a. Caso fosse aprovado por dois dos examinadores, o postulante ao título seria chancelado “simplesmente”. Com o aval dos quatro, “plenamente”. Depois o examinando receberia uma cópia do termo de aprovação à mestrança. Ele serviria “de título de indivíduo examinado”⁸². Assim, por mais que as corporações de ofício tivessem sido extintas, os confrades mantinham as rotinas costumeiras na Irmandade de São José do Ribamar. Ao expedirem cartas de exame com rigor e circunstância, os irmãos diziam aos recifenses que ainda eram homens habilitados para competir no e pelo mercado de trabalho. Isto porque a tradição do exame atestava a qualidade de sua mão-de-obra e o respeito aos minuciosos critérios da aprendizagem sob regras corporativas.

Os aprendizes, que estavam na base das hierarquias laborativas, também foram alvo de controle no Compromisso de 1838. Os dispositivos que regulavam a aprendizagem ainda mantinham permanências que extrapolavam os “laços religiosos” da Irmandade de São José do Ribamar. Isto fica evidente na medida em que os aprendizes não eram necessariamente irmãos. Para se tornarem confrades, os neófitos precisavam completar um ano de prática sob a supervisão de algum mestre que fosse membro da Irmandade. Findo o prazo de carência, o patrão era obrigado a matricular o aprendiz na confraria. A omissão dos peritos fazia com que incidisse sobre eles uma multa de 2\$000rs⁸³. Além disto, nenhum mestre deveria aceitar aprendizes que estivessem comprometidos com outros peritos. As multas para os infratores seriam de 16\$000rs. Em caso de reincidência, 32\$000rs. As relações de compromisso no mundo do trabalho evidenciam que as marcas corporativas eram

⁸¹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarca o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 12.

⁸² Idem, fls. 10-10v.

⁸³ Idem, fls. 11v-12.

fundamentais para aqueles homens. As trocas de patrão somente ocorreriam em casos de impedimento do mestre ou de castigos excessivos⁸⁴.

Note-se que tais castigos eram imputados a homens livres, já que o Compromisso de 1838 proibia a entrada de escravos na Irmandade de São José do Ribamar. Ainda sobre esta interdição, é pertinente que a discutamos com mais vagar. Quais teriam sido seus principais motivos e sentidos? Ao alijarem o cativo do Livro de Matrículas de sua entidade leiga, os confrades mais graduados sinalizavam aos pernambucanos o desejo de serem bem classificados socialmente. A exclusão de homens e mulheres escravizados do corpo confraternal foi utilizada estrategicamente pelos mestres de ofício. Com esta deliberação, os peritos nas artes mecânicas pretendiam confirmar, por contraste, suas próprias qualificações. Como muitos deles queriam “harmonizar” a confraria devotada ao Santo Patriarca com a Constituição de 1824, seria muito ruim ter sua imagem vinculada àqueles indivíduos sem uma conveniente personalidade jurídica. Afinal, o escravo não era cidadão. Conquistar o direito constitucional de ser reconhecido por seus talentos e virtudes seria uma boa forma de compensar a perda de privilégios corporativos.

Na luta pela conquista da cidadania, os confrades tiveram muitos motivos para dissociarem sua imagem do escravo. Dois deles merecem destaque. O primeiro está relacionado aos inúmeros turbilhões políticos e sociais que o Recife conheceu na primeira metade do oitocentos. Este período ficou conhecido pela historiografia regional como *Ciclo de Insurreições do Nordeste*. Segundo Marcus Carvalho, nesta conjuntura de fortes tensões cotidianas, “os escravos participaram das manifestações ocorridas entre 1823 e 1849 saqueando lojas, roubando gente, gritando e cantando pelas ruas e promovendo todo tipo de algazarra”⁸⁵. Suas ações cotidianas deixaram “claro que a haitianização do país não era impossível de ocorrer”⁸⁶. Os anos de 1830, especialmente, foram marcados pelo grande temor quando às rebeliões de escravos por quase todo país⁸⁷. Ocorrida em 1835 na cidade

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ Os marcos cronológicos apresentados pelo autor se referem, respectivamente, à Confederação do Equador e às escaramuças promovidas pelos Praieiros no Recife. Marcus J. M. de Carvalho, *op. cit.*, p. 193.

⁸⁶ Idem, *ibidem*.

⁸⁷ Regina Célia Lima Xavier, *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*, Campinas, Unicamp, 2002, tese de doutorado em História, p.27. Carlos Eugênio Líbano Soares, *op. cit.*, p. 289. Keila Grinberg, *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 114-115.

do Salvador, a revolta dos malês foi vital para que este clima de medo dos escravos se acirrasse⁸⁸.

O outro motivo para aquela desvinculação surgiu do discurso que paulatinamente atribuía ao trabalho dos cativos baixa qualidade técnica e “moral”. Bom exemplo desta postura pode ser encontrada na série de artigos publicados no *Diário Novo*, em 1845. O jornal alegava que os serviços prestados por escravos eram mal feitos porque eles trabalhavam “sem inteligência” e com “má vontade”⁸⁹. Por conta deste discurso, a mão-de-obra cativa era taxada por alguns seguimentos sociais como “indisciplinada” e tremendamente “incapaz”. No Recife, esta perspectiva ganhava força desde a década de 1830, dialogando com o processo de “melhoramentos urbanos” da cidade e com o aumento da mão-de-obra livre⁹⁰. Neste sentido, a própria arregimentação da Companhia de Operários europeus, em 1839, será entendida como uma tentativa contumaz de “moralização” do trabalho e de “civilização” do trabalhador. Para conseguir serviços nesta conjuntura, o nacional livre precisava que sua imagem pública fosse necessariamente vinculada a este projeto.

Ao eliminar o cativo de sua vida social, a Irmandade de São José do Ribamar deu um contundente recado aos recifenses. O Compromisso de 1838 queria atestar à sociedade pernambucana que seus irmãos constituíam uma mão-de-obra qualificada, ordeira, apta e cidadã. Esta estratégia tinha dois desdobramentos imediatos. Ao serem reconhecidos como trabalhadores “moralizados”, os confrades poderiam conseguir novos serviços. A conjuntura favoreceria esta estratégia. Os “melhoramentos materiais” promovidos pelo Barão da Boa Vista permitiram o surgimento de muitas obras feitas por particulares. Como as empreitadas públicas foram em direção dos arredores do Recife, muitas residências de recreio foram construídas por lá⁹¹. O outro desdobramento vem da própria regularidade das

⁸⁸ João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

⁸⁹ Bruno Augusto Dornelas Câmara, *Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*, Recife, UFPE, 2005, dissertação de mestrado em História, p. 35.

⁹⁰ Apesar de poucos confiáveis, existem dados estatísticos referentes ao ano de 1828. Eles indicam que a população escrava do Recife chegava ao montante de 30,4% da população total da cidade. Marcelo Mac Cord, *O Rosário de D. Antônio*, p. 29.

⁹¹ Até a década de 1840, com a melhoria de estradas e do porto, ocorreu o loteamento de áreas contíguas ao núcleo original do Recife. Por isto, “se formaram bairros bem cuidados onde proliferaram os sítios e as ‘casas de refrigério’ (em Apipucos, Monteiro e Madalena) ao longo do Capibaribe, nos quais a elite proprietária passava os meses de fim de ano”. Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 219.

obras. O trabalho morigerado e constante permitia que os artífices não fossem considerados “vadios”, o que também os livrava do malfadado recrutamento militar⁹². No Recife da primeira metade do oitocentos, havia a associação direta entre “vadio” e soldado. Muitos recrutados que residiam na cidade requereram a liberação do serviço militar atestando suas idoneidade, honestidade, dedicação ao trabalho e à família⁹³.

Podemos concluir esta seção afirmando que o Compromisso de 1838 pretendeu posicionar os irmãos ao lado da ideologia do “progresso”. Apesar de todos os seus esforços, eles estavam em uma encruzilhada social. Desde que o Barão da Boa Vista iniciara sua gestão com a política de “reorganização e do futuro”, a categoria “atraso” vinha sendo paulatinamente associada aos privilégios artísticos e seus restritivos processos de aprendizagem. Muitos políticos queriam o ensino profissional fora das oficinas, tendas e canteiros. Para eles, a totalidade dos braços ociosos e despreparados precisavam ser “moralizados”⁹⁴. Recordemos que a Companhia de Operários também foi arrematada para ensinar ofícios aos recifenses. Isto posto, como as sobrevivências do “arcaísmo” corporativo da Irmandade de São José do Ribamar poderia conviver com políticas mais “democratizadoras” da instrução artística? O ensino das artes mecânicas ao público mais amplo representaria a “proletarização” dos ofícios mecânicos e o golpe final sobre a prerrogativa dos mestres.

O dilema entre os sentidos de “progresso” e “atraso” foi a pedra de toque que os pioneiros da associação dos artífices tiveram que lapidar no final dos anos de 1830. O que fazer para proteger o costume sem parecer que queriam reforçar o “atraso” corporativo? Por mais que os dez carpinteiros concordassem com o elitismo das corporações, eles tiveram que aprofundar ainda mais a ruptura formal com suas tradições confraternais. Talvez esta fosse a melhor estratégia para tentarem conquistar novos espaços sociais na nova conjuntura. A Irmandade parecia ter chegado ao limite de todas as suas possibilidades de reforma. Para que aqueles homens conquistassem os direitos que acreditavam merecer, eles passaram pelo

⁹² O recrutamento militar era um “tributo de sangue” cobrado aos desempregados e imposto aos sentenciados. Peter M. Beattie, *The Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*, Durham/NC, Duke University Press, 2001.

⁹³ Edlúcia da Silva Costa, *As Agruras e Aventuras dos Recrutados no Recife*, Recife, UFPE, 2002, dissertação de mestrado em História, p. 84.

⁹⁴ Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, pp. 282-283.

menos quatro anos resignificando sua memória e elaborando formas organizativas que fossem além das que conheciam.

1.2. Aprendizes de uma nova experiência organizacional.

O processo de gestação da entidade artística foi complexo e dialogou (in) tensamente com os mais diversos referenciais políticos e culturais. Entre eles, o fim das corporações de ofício, as controvérsias sobre a mão-de-obra estrangeira, a pertinência do trabalho escravo e a “proletarização” dos trabalhadores livres⁹⁵. A partir das proposições de Mike Savage, diríamos que a ação dos pioneiros foi motivada por uma forma de “insegurança estrutural”. Para o autor, este conceito representaria certo sentimento de impotência dos trabalhadores. Ele seria fruto da perda de seus meios de subsistência com o “desenvolvimento” do capitalismo. Como resposta às crises sociais, as “classes laboriosas” teceriam algumas redes comunitárias e criariam novas identidades coletivas⁹⁶. Resguardadas todas as especificidades conjunturais vividas pelos pioneiros que elaboravam a associação, é possível utilizar aquela categoria para caracterizar o processo de formação da entidade artística recifense⁹⁷. Ao mesmo tempo, também entendo que a paulatina formação do grupo de mestres de ofício possa ser entendida como um ato de esperança. Com ele, os dez carpinas buscavam manter sua autonomia e um relativo controle sobre seus próprios destinos. As crises também oferecem aos sujeitos históricos algumas possibilidades de superação e busca de novas perspectivas sociais.

⁹⁵ Entre os fatores arrolados, talvez esteja o possível empobrecimento da Irmandade de São José do Ribamar. Ao estudar as confrarias recifenses, Vanessa Sial indicou que estas organizações perderam lastro financeiro na primeira metade dos oitocentos. Vanessa Viviane de Castro Sial, *Das Igrejas ao Cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*, Campinas, Unicamp, 2005, dissertação de mestrado em História.

⁹⁶ Mike Savage, “Classe e História do Trabalho”, In: Cláudio H. M. Batalha et al (organizadores), *Culturas de Classe*, Campinas, Editora da Unicamp, 2004, p. 33.

⁹⁷ Aproprio-me da categoria “fazer-se” pensando nas discussões de E. P. Thompson. Ela é importante porque permite que desconstruamos alguns determinismos sobre a formação de identidades sociais dos trabalhadores. Relativizando o conceito de “classe” enquanto categoria modelar e auto-explicativa, o autor inglês ofereceu aos pesquisadores em História Social a possibilidade de entender a formação da(s) “classe(s) operária(s)” como algo processual. Em sua ótica, devemos estar atentos às ações dos trabalhadores em suas próprias conjunturas históricas e sociais. Com estes cuidados, as conexões entre “passado”, “presente” e “futuro” seriam fruto de escolhas e combates políticos travados entre os sujeitos históricos. A formação da(s) “classe(s) operária(s)” nada teria a ver com causalidades teleológicas, sendo entendida a partir de fluxos e refluxos do

O *Discurso sobre as Sociedades Científicas e de Beneficência que tem sido estabelecidas na América*, publicado pela Sociedade Literária do Rio de Janeiro em 1836, pode ser o ponto-de-partida para compreendermos por que os pioneiros apostaram no aprendizado de uma nova experiência organizacional. Este texto havia sido recitado na sede da entidade carioca pelo sócio Emilio Joaquim da Silva Maia, Doutor em Medicina pela Escola de Paris e Bacharel formado em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra. Sua palestra foi publicada ainda naquele mesmo ano⁹⁸. Segundo o autor do ensaio que também circulou no Recife, as associações compostas por homens de notório saber e responsabilidade pública deveriam ser caracterizadas como instrumentos eminentemente pedagógicos⁹⁹. A matriz ilustrada desta concepção é nítida nas proposições do Médico e Bacharel. Podemos identificá-la facilmente a partir de dois vetores analíticos.

O primeiro deles surge quando os consórcios de “inteligências” são entendidos como uma forma de comunidade literária e científica. Ao observarmos algumas considerações de Eric Havelock sobre o setecentos, compreendemos a relação direta entre alfabeto, escrita e imprensa com a os pressupostos da “História Universal”, da “Civilização” e do tempo progressivo, teleológico. Estes cruzamentos teriam sido fundamentais para a instituição de uma comunidade intelectual mais homogênea no Ocidente¹⁰⁰. O outro vetor se evidencia no texto de Francisco Falcon. No processo de difusão do saber ilustrado, existiu a pretensão de se diminuir as desigualdades entre “os espíritos bem-pensantes, moralmente bem-formados e socialmente bem-educados, da plebe ignorante, supersticiosa, inclinada aos maus costumes e mal-educada”¹⁰¹. Nesta perspectiva, as associações colaborariam tanto com a condução de homens menos afortunados nos caminhos da Razão, quanto com o desvelamento do “sentido” da História em sua marcha teleológica para o aperfeiçoamento humano.

processo de construção de identidades coletivas. E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*, volume 1, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

⁹⁸ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Coleção de Livretos Raros, volume 141, Emilio Joaquim da Silva Maia, *Discurso sobre as Sociedades Científicas e de Benemerência que tem sido estabelecida na América*, Rio de Janeiro, Typographia Imparcial de Brito, 1836.

⁹⁹ Idem, p. 7.

¹⁰⁰ Eric A. Havelock, *A Revolução da Escrita na Grécia e suas Conseqüências Culturais*, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Editora da Unesp, 1996.

¹⁰¹ Francisco José Calazans Falcon, *Iluminismo*, 4ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo, Editora Ática, 2002, pp. 62-63. Grifos do autor.

Atento também aos possíveis cruzamentos que poderiam ser feitos entre Razão e Fé, Emilio Joaquim da Silva Maia construiu entre elas uma ponte muito bem arquitetada. Esta sua escolha ideológica não causaria nenhum espanto ao leitor, na medida em que sabemos que a defesa absoluta da irreligiosidade nas Luzes foi um mito¹⁰². Sem criar quaisquer suscetibilidades com a Igreja Católica e seus representantes, o acadêmico formado na Europa afirma que foi por causa da religião cristã que seus contemporâneos poderiam “tributar mil louvores pelo assombro do progresso”¹⁰³. Tudo isto porque foi ela quem consagrou o princípio de associação da humanidade, sendo “a causa primeira desta ditosa revolução”¹⁰⁴. Em sua ótica, as diversas ordens religiosas foram efetivamente o “perfeito modelo” para as associações modernas, seguidas de irmandades e outras congregações¹⁰⁵.

Não por acaso, Emilio Joaquim da Silva Maia entendia que a Europa era o grande modelo civilizatório a ser alcançado pelas emergentes nações americanas. O fortalecimento do “espírito associativo” era fundamental para o Novo Mundo “progredir” naquela direção. Conseguir ocupar espaços privilegiados no concerto das nações requeria o cultivo das ciências e das letras. Segundo o *Discurso*, confirmando o “espírito do tempo”, o Brasil começava a despertar para esta exigência civilizatória, pois o país dava passos mais efetivos e consistentes em direção ao amadurecimento do “espírito associativo”. O autor concluía seu pensamento dizendo que “a nossa progressiva marcha na carreira da civilização” poderia ser confirmada com a fundação de importantes grupos, criados pelas elites letradas e proprietárias após 1822¹⁰⁶. Entre eles, citou a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827, a Sociedade de Medicina da Corte, de 1830, e a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, de 1832.

Os princípios pedagógicos do *Discurso* eram familiares para alguns setores dominantes da sociedade pernambucana. A política de “reorganização e do futuro” iniciada pelo Barão da Boa Vista confirma esta perspectiva¹⁰⁷. Segundo Raimundo Arrais, o projeto

¹⁰² Francisco José Calazans Falcon, *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, São Paulo, Editora Ática, 1982, p. 127.

¹⁰³ Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IHAGP), Recife, Setor de Folhetos Raros, volume 141, Emilio Joaquim da Silva Maia, *Discurso sobre as Sociedades Científicas e de Benemerencia que tem sido estabelecidas na America*, Rio de Janeiro, Typographia Imparcial de Brito, 1836, p. 7.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁶ Idem, p. 37.

¹⁰⁷ A circulação de idéias entre as elites letradas e proprietárias brasileiras foi uma das razões da unidade do Império. A homogeneidade intelectual destas personagens teria sido um traço distintivo do país desde o

“modernizador” do Presidente de Pernambuco era por si só um discurso civilizatório. A própria cidade do Recife, em materialidade, foi utilizada como meio para promover a “instrução e ensinamento dos novos costumes de civilidade, de ordem pública, de salubridade”¹⁰⁸. Através da construção de avenidas, teatros, prédios públicos e áreas de recreio, “administradores, médicos, padres, educadores e historiadores encarregaram a cidade de transmitir suas mensagens”¹⁰⁹.

A atenção dispensada ao “espírito associativo”, agora reelaborado a partir de valores vinculados à Modernidade, também sensibilizou a “boa sociedade” pernambucana. Duas das mais representativas entidades da Província foram criadas em 1839 e 1841. A Associação Comercial de Pernambuco foi instalada oficialmente no dia 1º de agosto de 1839, e iniciou suas atividades preocupada com os serviços relacionados ao porto do Recife. A agilidade na circulação de mercadorias era símbolo liberal de “progresso”. Seus fundadores acreditavam que a região somente poderia “avançar” com um porto à altura dos “novos tempos”¹¹⁰. A outra entidade foi a Sociedade de Medicina. Nela, “os higienistas pernambucanos dirigiram seus esforços para conhecer os problemas de salubridade do Recife, e o primeiro passo que deram nessa direção consistiu em estabelecer a ‘constituição médica’ da cidade”¹¹¹. Como podemos concluir sem muito esforço, o escopo destas associações foi constituído no bojo das preocupações da política de “reorganização e do futuro”.

A política do Barão da Boa Vista também atraiu para Pernambuco muitos outros agentes do “progresso” e diversas concepções sobre a Modernidade e sobre o “futuro”. Devemos sublinhar que o Recife era uma cidade que se pretendia cosmopolita com as reformas urbanas da década de 1830. Os desejos de “modernização” do porto e o projeto da “constituição médica” queriam fazer do município um lugar apazível aos capitais e empreendedores estrangeiros. Por conta destas preocupações, aquela década registrou a chegada de muitos franceses e ingleses a Pernambuco. Eles estavam dispostos a se dedicar

Período Colonial. José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*, 2ª edição revista, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

¹⁰⁸ Raimundo Arrais, *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 13.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*.

¹¹⁰ Estevão Pinto, *A Associação Comercial de Pernambuco*, Recife, Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1940, pp. 8-9.

¹¹¹ Raimundo Arrais, *op. cit.*, p. 364.

aos mais variados ramos de negócios¹¹². Apesar de pertencerem à outra classe social e profissional, os artífices alemães também aportaram no Recife na mesma conjuntura. Cada um destes imigrantes trouxe consigo experiências de vida e diferentes perspectivas sociais. Novas idéias foram “apresentadas” à população local naqueles anos e, provavelmente, colaboraram com a montagem da associação artística pelos pioneiros.

Alguns artífices e engenheiros estrangeiros que labutaram na Repartição de Obras Públicas, por exemplo, fizeram circular concepções do “primeiro socialismo” no Recife¹¹³. É o caso dos artistas mecânicos alemães, que chegaram à cidade em 1839. O pesquisador Alvin W. Goldner afirma que, desde a década de 1830, o mercado alemão se fechava à tradição corporativa por causa da expansão do capitalismo. Por conta do processo de proletarização da mão-de-obra, muitos bons artífices eram preteridos em diversas empreitadas, pois sua remuneração era considerada alta demais. Sem aceitarem passivamente esta pressão dos empreiteiros, os artífices alemães criaram diálogos mais intensos com alguns intelectuais, como professores, advogados, médicos e jornalistas. A partir destas trocas de idéias, a Alemanha passou a contar com o que o autor chamou de “proletariado intelectualizado”. Na própria década de 1830, este grupo teria iniciado a montagem de associações para reunir e auxiliar seus pares. Para tanto, eles coordenaram o legado corporativo com princípios cooperativos do “primeiro socialismo”¹¹⁴.

¹¹² Idem, p. 179.

¹¹³ A categoria “primeiro socialismo” abrange uma série de tradições e referências políticas. Entre elas, cooperativismo, associativismo, republicanismo, democracia e doutrina cristã. Entretanto, apesar de imprecisa, a categoria “primeiro socialismo” não carrega em si perspectivas teleológicas suscitadas pela congênere “socialismo utópico”. Ivone Cecília D’Avila Gallo, *A Aurora do Socialismo: fourierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)*, Campinas, Unicamp, 2002, tese de doutorado em História.

¹¹⁴ Alvin W. Gouldner, “Artisans and Intellectuals in the German Revolution of 1848”, *Theory and Society*, (1983), volume 12, number 4, pp. 521-532. Sublinhemos que a cooperação entre artífices, na primeira metade do oitocentos, foi um fenômeno de dimensões mais amplas. Na Inglaterra, os anos entre 1830 e 1850 presenciaram o crescimento das filiações dos mais diversos atores sociais em grupos de *self-help*. Estas organizações preconizavam auxílio-funeral, maior penetração na sociedade local, salvaguarda na doença e promoção do convívio social. Algumas delas somente reuniram artistas mecânicos, considerados como uma espécie de “classe superior” entre os trabalhadores. Eric Hopkins, *Working-Class Self-Help in Nineteenth-Century England*, London, UCL Press, 1995, pp. 27, 33-35. Nos EUA, o período de 1840 a 1860 viu florescer organizações conjuntas de mestres e oficiais. Elas teriam sido inspiradas por ideais cooperativos de Fourier. Muitas destas associações, como a *Mechanics’ Mutual Protection*, criada em Búfalo no ano de 1842, se espalharam rapidamente pelo país. John R. Commons et al, *History of Labour in the United States*, volume 1, New York, Augustus M. Kelley Publishers, 1966, pp. 491-506. Em França, o fenômeno associativo de cooperação que associou tradições corporativas e mutualismo também foi muito comum. André Gueslin, op. cit. Henri Desroche, *Solidarités Ouvrières: sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900)*, tome 1, Paris, Les Editions Ouvrières, 1981.

As fontes indicam que o arregimentador do Barão da Boa Vista esteve atento à crise corporativa alemã dos anos de 1830. Em correspondência com Presidente da Província, ele afirmava que muitos pedreiros e carpinteiros estavam desesperados com suas dívidas, diante da falta de serviços na estação fria. Aproveitando a oportunidade encontrada em Hamburgo, Luiz de Carvalho Paes de Andrade contratou bons mestres e oficiais fazendo alguns adiantamentos para que pudessem honrar seus compromissos¹¹⁵. As conjunturas eram tão favoráveis às pretensões do arregimentador que ele chegou a dispensar dos contratos alguns “indivíduos de culto israelita”¹¹⁶. Ele relatava ao Barão da Boa Vista que fez isto não somente pela diferença de culto, mas também porque os judeus tinham muitos dias santificados. Por isto, “mal poderiam ser obrigados a trabalhar”¹¹⁷.

A documentação ainda aponta que alguns alemães contratados falavam bem a língua portuguesa. O arregimentador do Barão da Boa Vista chegou a informar ao Presidente da Província que os lusófilos haviam tido alguma experiência pregressa no Império e diziam gostar do Brasil. Além de servirem como intérpretes, eles ainda foram utilizados para encorajar aqueles que se sentiram inseguros para fazer a travessia atlântica¹¹⁸. Ao chegarem a Pernambuco, estes homens também facilitaram a comunicação mais imediata entre artífices germânicos e recifenses. Lembremos que, além da realização de obras, a Companhia de Operários deveria treinar a mão-de-obra local. O Artigo 8º do contrato obrigava-a a aceitar brasileiros como aprendizes e os “mapas diários” de atividades confirmam que este dispositivo foi relativamente respeitado¹¹⁹. Sendo assim, a troca de idéias, ideais e experiências entre os trabalhadores foi uma realidade nos canteiros de obras.

As insatisfações também fizeram parte das vivências dos estrangeiros. Pouco tempo depois do desembarque, muitos artistas mecânicos alemães romperam seus contratos unilateralmente. Ainda em 1839, a Companhia de Operários registrou dezenas de deserções. Esta foi uma constante até 1842, quando findou o contrato¹²⁰. Podemos compreender a reincidência desta atitude. O arregimentador Paes de Andrade havia mentido aos artífices ainda em Hamburgo. Em carta ao Barão da Boa Vista, ele informou que como

¹¹⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II, Códice DII-15, fl. 4v.

¹¹⁶ Idem, fl. 5.

¹¹⁷ Idem, ibidem.

¹¹⁸ Idem, ibidem.

¹¹⁹ Guilherme Auler, op. cit., pp. 77-78.

“um bom marceneiro ou outro dificilmente se submeteria a pegar em picaretas numa estrada”, precisou omitir-lhes este item do contrato¹²¹. Além deste vilipêndio, muitos outros destratos devem ter ocorrido cotidianamente. Considerando as análises de Alvin W. Goldner sobre o forte sentimento de dignidade dos artífices alemães, a deserção era a alternativa mais imediata contra o trabalho considerado “indigno”. De fato, aqueles estrangeiros especializados dificilmente aceitariam qualquer tipo de trabalho. As fugas da Companhia de Operários indicam que o governo não conseguiu obter o sucesso desejado com suas falcatruas, frustrando as pretensões iniciais do representante pernambucano na Europa.

Entre os franceses que ajudaram a circular novas idéias em Pernambuco, merece destaque Louis Léger Vauthier. Ex-aluno da Escola Politécnica de Paris, o engenheiro chegou ao Recife em 1840. Ele havia sido contratado pelo Barão da Boa Vista para continuar a coordenação dos “melhoramentos materiais” da Província. Além de dirigir obras públicas, Vauthier foi reconhecido divulgador das idéias do “primeiro socialismo”. Autores como Saint-Simon e Owen estiveram entre suas principais leituras¹²². Fourier também foi outro autor que o influenciou. O engenheiro francês defendeu a “regeneração” da Província através da “moralização” daqueles que estavam na base da pirâmide social. Seu projeto foi ao encontro das demandas políticas da “boa sociedade”. Até 1846, quando retornou à França, Vauthier escreveu em jornais recifenses, apresentou publicações de seu país aos intelectuais da cidade e noticiou aos seus patrícios os “progressos” pernambucanos¹²³. Ele também se inteirou das experiências do Falanstério do Saí, em Santa Catarina. Segundo Ivone Gallo, as conquistas do fourierista dissidente Jules Benoit Mure causaram certo despeito em Vauthier¹²⁴.

Como pudemos observar, várias idéias sobre “modernização” e “futuro” circulavam no Recife entre os anos de 1836 e 1841. Em meio a este ambiente, a criação de uma Sociedade poderia fazer com que os pioneiros cerrassem filas entre os “civilizados” e

¹²⁰ Idem, pp. 69-73.

¹²¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II, Códice DII-15, fl. 6v.

¹²² Gilberto Freyre, *Um Engenheiro Francês no Brasil*, p. 147.

¹²³ Adelaide Gonçalves, “As Comunidades Utópicas e os primórdios do Socialismo no Brasil”, *E-topia: Revista Eletrônica de Estudos sobre a Utopia*, (2004), número 2. <http://www.letas.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>. Acessado em 5/5/2007.

¹²⁴ Ivone Cecília D’Avila Gallo, op. cit., p. 112.

“reorganizados para o futuro”. Por conta de seu legado e da sintonia com as novas idéias de “progresso”, os pioneiros queriam desvincular suas imagens daqueles que eram considerados “incivilizados” (escravos e homens livres desqualificados, por exemplo)¹²⁵. Os próprios pressupostos do *Discurso* nos ajudam a fundamentar esta afirmativa. Segundo o livreto, as Sociedades pressupunham a reunião de “inteligências” e o amor ao “progresso”. Reunidos sob estes pressupostos, a “boa sociedade” teria alguma dificuldade para imputar aos dez carpinas o estigma do “defeito mecânico”. Se conseguissem ser reconhecidos por seus sentimentos “superiores”, as chances de serem identificados como “ignorantes” ou “passadistas” diminuiriam sensivelmente.

A partir do (in)tenso diálogo entre costumes comuns, experiências pregressas, temores, esperanças, novas idéias e expectativas quanto ao “futuro”, a associação artística recifense foi oficializada aos 21 de outubro de 1841. A época de sua fundação é emblemática porque a entidade foi contemporânea de diversas iniciativas similares tanto no exterior, quanto no Brasil¹²⁶. Pereira da Costa diz que seu primeiro nome foi Sociedade Auxiliadora da Indústria em Pernambuco. Contudo, este nome teria tido curtíssima duração¹²⁷. Se esta informação do memorialista pernambucano é procedente, percebemos que a entidade recifense fez uma referência direta à fidalga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Este é um dado que confirma mais uma vez a atenção dos pioneiros aos acontecimentos do Império e seu desejo por reconhecimento social. A primeira sede foi instalada na residência de Isidoro Santa Clara, localizada à rua do Caldeireiro, número

¹²⁵ No único trabalho acadêmico mais específico sobre a Sociedade, Itacir Luz afirma que sua criação foi um ato de resistência “negra” à “ordem vigente”. No transcorrer da tese, o leitor observará que divirjo das conclusões do pesquisador, que partem de categorias apriorísticas e generalizantes. Itacir Marques da Luz, *Compassos Letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*, João Pessoa, UFPB, 2008, dissertação de mestrado em Educação.

¹²⁶ Em notas anteriores, descrevemos algumas experiências artísticas alemã, francesa, inglesa e norte-americana da primeira metade do oitocentos. Na Bahia, aos 16 de dezembro de 1832 foi instalada a Sociedade dos Artífices. Seus membros queriam promover auxílio-mútuo e aperfeiçoamento profissional de seus sócios. Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva, *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia: elo dos trabalhadores em Salvador*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia/Fundação Cultural do Estado da Bahia/Empresa Gráfica da Bahia, 1998, p. 35. Outra entidade artística que merece destaque é a Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e suas Famílias. Instalada na Corte aos 9 de agosto de 1835, seus objetivos também se aproximaram da congênere baiana. Contudo, além de artistas mecânicos, ela também matriculava artistas liberais. Fundação Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, Setor de Obras Raras, *Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias sancionados em 9 de agosto de 1835*, Rio de Janeiro, Typographia Fluminense de Brito & Companhia, 1835, p. 3-5.

¹²⁷ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, volume X, p. 249.

24¹²⁸. Além dos dez pioneiros, mais sete membros surgiram matriculados no dia da fundação¹²⁹.

Quadro 2
Os outros sete sócios em 1841

NOME	IDADE	PROF.	QUALIDADE	ESTADO	NATURAL.	MORADIA
Amaro Pereira da Cruz	40	Pedreiro	Pardo	Casado	Pernambuco	r. da Trempe
Crispim dos Santos Ferreira	41	Pedreiro	Preto	Viúvo	Pernambuco	Capunga
Francisco Xavier de Lima	48	Pedreiro	Preto	Casado	Pernambuco	Capunga
Ignácio Pereira Rosa	47	Carpina	Pardo	Viúvo	Pernambuco	Largo da Ribeira
José Nazário dos Anjos	49	Carpina	Pardo	Solteiro	Pernambuco	r. das Cruzes
Joaquim Pedro Fernando Macário	46	Carpina	Pardo	Casado	Pernambuco	r. do Fogo
Manoel de Holanda Lobo	51	Carpina	Pardo	Casado	Pernambuco	-

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4, 20, 21, 44, 45, 68, 69, 76, 77, 92 e 93. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 6-7.

De forma geral, estes novos sócios têm o mesmo perfil dos pioneiros. A documentação também permitiu que identificássemos mais quatro sócios entre os confrades da Irmandade de São José do Ribamar. Amaro Pereira da Cruz foi assentado como irmão no ano de 1822¹³⁰. Em 1831 ocupou o lugar de Procurador¹³¹ e em 1855 foi o segundo mais votado para Tesoureiro¹³². Neste mesmo ano foi nomeado para assumir a Oficina de Pedreiro da Irmandade junto com mais dois confrades¹³³. Este foi um espaço que orçava e fiscalizava serviços executados pelos irmãos. Crispim dos Santos Ferreira foi Tesoureiro

¹²⁸ Idem, ibidem. Observe-se que no período de montagem da associação, Isidoro Santa Clara residia na rua do Padre.

¹²⁹ Idem, p. 250.

¹³⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 125v.

¹³¹ Idem, ibidem. A fonte não define se Procurador Geral ou Parcial.

¹³² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1854-1855, fls. 8-8v.

¹³³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 3v.

em 1837¹³⁴ e Juiz em 1851¹³⁵. Joaquim Pedro Fernando Macário foi Definidor no anos de 1850, 1856 e 1857¹³⁶. Finalmente, Manoel de Holanda Lobo se tornou confrade em 1829¹³⁷. Em 1845 exerceu o cargo de Escrivão¹³⁸. Na década de 1860, ainda podemos encontrá-lo concorrendo a esta mesma função e à de Juiz¹³⁹. Tendo em vista o Compromisso de 1838, podemos afirmar com segurança que todos estes trabalhadores eram mestres em seus ofícios.

Dois pequenas diferenças em relação aos primórdios da associação merecem destaque. Uma é o fato de José Nazário dos Anjos ser referido como homem solteiro – característica então rejeitada. A outra é a presença de três pedreiros na entidade – fato possível porque o Estatuto de 1841 havia permitido a entrada destes profissionais na associação, além dos carpinas¹⁴⁰. Trazê-los para seu quadro social, do meu ponto de vista, teve duas motivações centrais. A primeira delas foi o costumeiro convívio entre carpinas e pedreiros na Irmandade de São José do Ribamar. Como esta confraria havia sido embandeirada, uma de suas maiores características foi aglutinar alguns ofícios que se complementavam no mercado¹⁴¹. Deriva daí justamente o segundo motivo. A presença de pedreiros na Sociedade foi ao encontro das necessidades profissionais dos carpinas. O ramo das construções, altamente cooperativo, sempre precisou extrapolar os limites de uma arte específica. Pequenos serviços ou grandes construções, de acordo com suas complexidade e dimensões, poderiam necessitar de pedreiros, carpinas, pintores, canteiros, ferreiros etc.

¹³⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Recibos, 1786-1854.

¹³⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1851*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1850, pp. 178-179.

¹³⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maços 1850 e 1857.

¹³⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 12.

¹³⁸ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião.

¹³⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 35v, 36 e 41.

¹⁴⁰ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, volume X, p. 250.

¹⁴¹ Franz-Paul Langhans, op. cit., pp. LIII-LVIII.



FIGURA 2 – Rua da Cruz (1858-1863), In: Gilberto Ferrez, *O Álbum de Luis Schlappriz: Memória de Pernambuco, álbum para os amigos das artes, 1863*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p. 29.

A gravura representando a rua da Cruz, antiga rua dos Judeus, localizada na freguesia portuária e comercial do Recife, pode nos ajudar a perceber a necessidade da constante coordenação profissional entre a mão-de-obra de carpinas e pedreiros. Entre outras observações possíveis, a gravura de Luis Schlappriz mostra muitos escravos carregadores, o chafariz de abastecimento de água e um imponente casario pertencente aos homens de posses¹⁴². Ao fundo, encontramos a imponente Torre de Malakoff. Este prédio público foi construído em 1855, sendo concebido pelas autoridades para servir de observatório astronômico. Logo abaixo dele, à direita, temos um suntuoso sobrado pronto para sofrer reparos. Os andaimes – certamente construídos por um servente de carpina ou pedreiro – denunciam o fato.

Um orçamento feito para concertar o Lazareto do Pina permite imaginar os serviços que o sobrado da rua da Cruz poderia receber. Naquele prédio, os carpinas deveriam trocar trinta caibros e consertar uma das terças do telhado da Casa-Grande, para impedir futuras

¹⁴² No século XIX, os fidalgos possuíam casas de até seis pavimentos neste bairro do Recife. Gisele Melo de Carvalho, op. cit., p. 29.

goteiras e infiltrações. Os pedreiros, para complementar o conserto do madeiramento, deveriam reforçar os apoios de todas as coberturas que necessitassem de reparos. As goteiras e infiltrações preexistentes haviam minado as paredes do prédio, exigindo ainda que os pedreiros concertassem todos os rebocos da Casa-Grande e suas dependências. Em meio a tudo isto, o combate aos cupins era imperativo¹⁴³. Um projeto de construção de uma das pequenas casas do Cemitério Público do Recife, feito em finais de 1850, também mostra a necessidade de coordenação entre carpinas e pedreiros. O orçamento definia que estes últimos fariam cornijas, guarnições, soleiras e demais obras de alvenaria, enquanto aqueles primeiros se responsabilizariam por terças, cumeeiras, ripamentos, portas e telhas da obra¹⁴⁴.

Da mesma forma que existiam diversos pontos de convergência entre as funções de carpinas e pedreiros, muitos outros imbricamentos também existiram entre Sociedade e Irmandade. Os cruzamentos entre as entidades foram tantos que, em junho de 1842, parte das atividades da associação foi transferida para o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar¹⁴⁵. A coexistência entre as instituições é importante elemento de análise. Segundo Cláudio Batalha, há uma tendência em afirmar que as corporações de ofício e as irmandades foram paulatinamente “substituídas” pelas associações de auxílio-mútuo¹⁴⁶. Não é o que observamos no Recife. Parece evidente que a montagem da Sociedade foi uma alternativa à Irmandade, mas isso não implicou sua substituição nem sua exclusão. Os sócios que eram confrades continuaram sendo irmãos de São José. As consonâncias ideológicas entre as organizações permitem que as entendamos como espaços cooperativos, que se complementavam nas estratégias de conquista e/ou manutenção de direitos para os artífices.

Sublinho também a existência de diferenças fundamentais entre Sociedade e Irmandade. Afinal, ambas as entidades eram autônomas e se apropriaram de modo diverso

¹⁴³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-5, fls. 94-96v.

¹⁴⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-24, fl. 367.

¹⁴⁵ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 7. *Revista do Lyceu de Artes e Officios*, p. 5. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, volume X, p. 249.

dos temas caros ao “progresso”. A comparação entre as rotinas organizacionais e pré-requisitos de admissão revela que a Sociedade fez quatro rupturas muito significativas com os antigos costumes. Em primeiro lugar, a prestigiosa função de Juiz foi excluída do Estatuto de 1841. O termo e sua semântica remeteriam diretamente às antigas corporações de ofício e talvez não fosse conveniente para as pretensões “modernizadoras” manter signos do “atraso” na entidade. Em seu lugar, foi criado o cargo de Diretor, que era assessorado pelos Vice-Diretor, Primeiro Secretário e Segundo Secretário. Estes postos deliberativos davam um caráter laico à associação, além de maior autonomia identitária em relação à Irmandade.

Além disto, quando o Estatuto de 1841 definiu que somente carpintas e pedreiros seriam sócios, ele descartou prontamente a matrícula de tanoeiros e marceneiros. Este também foi outro forte golpe contra o que poderia ser considerado um “atraso” corporativo. Como observamos no Compromisso de 1838, a Irmandade dedicada ao Patriarca São José ainda aglutinava os quatro ofícios fundadores em função das antigas Bandeiras. Mas é preciso considerar que tanoeiros e marceneiros eram duas especialidades profissionais dissociadas dos canteiros de obras. Como Julião Beranger, os marceneiros da Irmandade estavam mais ligados à produção de móveis, enquanto que os tanoeiros faziam barris. Excluindo estes artistas, a associação ganhava uma identidade mais voltada para uma “classe” específica – aquela que lidava com as edificações.

O veto à entrada das mulheres na Sociedade foi algo muito significativo e também merece menção. Por razões de identidade profissional, somente os artistas mecânicos livres poderiam se associar. Em contrapartida, ainda que as artes de carpinteiro, tanoeiro, pedreiro e marceneiro fossem atividades eminentemente masculinas, encontramos algumas irmãs e devotas na Irmandade de São José do Ribamar. Embora elas não usufríssem de alguns benefícios confraternais, sua presença foi sentida no Templo dedicado ao Santo Patriarca. Portanto, sua exclusão da nova entidade artística foi além das características masculinas dos canteiros de obras. Como afirma Michelle Perrot, no oitocentos havia muitas justificativas que fizeram da “mulher” um ser “dissonante em relação ao discurso do

¹⁴⁶ Cláudio H. M. Batalha, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11, p. 51.

progresso”¹⁴⁷. Sendo assim, incluí-las na entidade iria de encontro a todo reconhecimento social que os sócios desejavam conquistar¹⁴⁸.

Finalmente, a exclusão dos estrangeiros constituía outro elemento de rupturas entre Sociedade e Irmandade. Resumidamente, recordemos como ambas as instituições entendiam esta presença em seus quadros. O Compromisso de 1838 permitiu que artífices de outras nações fizessem parte da vida social da confraria, ratificando uma tendência mais antiga. O marceneiro francês Julião Beranger, por exemplo, foi irmão muito antes da chancela daquele regimento confraternal. A especificidade da década de 1830, na Irmandade de São José do Ribamar, foi a hegemonia do elemento nacional nas principais funções deliberativas de sua Mesa Regedora. Comparativamente, a Sociedade foi ainda mais além em seu Estatuto de 1841. Motivada pela competição por trabalho (gerada pelos “melhoramentos materiais”), ela criou uma ruptura mais radical em relação aos trabalhadores estrangeiros, excluindo-os definitivamente de suas fileiras.

Conhecidos o perfil social e as diretrizes da entidade artística até sua fundação, uma pergunta se faz imperativa. Até que ponto a nascente Sociedade conseguiu sustentar suas políticas e estratégias institucionais? O Quadro 3 permite confrontar as características dos primeiros sócios e as dos que ingressaram no transcorrer da década de 1840.

¹⁴⁷ Michelle Perrot, *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 208.

¹⁴⁸ A Sociedade foi apenas mais um dos atores sociais que diminuiu o “papel social” das mulheres em Pernambuco oitocentista. Nos “mundos do trabalho” recifense, as “pretas” vendeiras e criadas eram consideradas mulheres “sem honra” e “sem moralidade”. Contudo, ao contrário do julgamento da sociedade pernambucana, Maciel da Silva percebeu que existiram fortes padrões de confiança, fidelidade e competência na execução de seus serviços. Maciel Henrique Carneiro da Silva, *Pretas de Honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*, Recife, UFPE, 2004, dissertação de mestrado em História.

Quadro 3
Características dos Sócios na Década de 1840

		1842	1843	1844	1846	1847	1849
Novos Sócios		10	7	14	4	6	13
Ofícios	Carpinas e Pedreiros	80%	71,40%	28,58%	0%	50%	76,92%
	Outros	20%	14,30%	35,71%	75%	50%	7,69%
	Sem definição	0%	14,30%	35,71%	25%	0%	15,39%
Nascimento	Pernambuco	90%	71,40%	78,57%	100%	100%	93,30%
	Europa	10%	0%	0%	0%	0%	0%
	Sem definição	0%	28,60%	21,43%	0%	0%	6,70%
Qualidade	Preto	20%	28,57%	14,28%	0%	0%	30,76%
	Pardo	70%	57,14%	64,28%	75%	83,33%	61,53%
	Branco	10%	0%	0%	25%	16,67%	7,71%
	Sem definição	0%	14,29%	21,44%	0%	0%	0%
Estado	Casado	60%	71,40%	42,85%	25%	33,34%	46,15%
	Solteiro	30%	14,30%	35,71%	75%	66,66%	46,15%
	Sem definição	10%	14,30%	21,44%	0%	0%	7,70%
Moradia	Recife	100%	71,40%	71,42%	50%	100%	84,61%
	Sem definição	0%	28,60%	28,58%	50%	0%	5,39%
Sócio identificado como mesário de São José		10%	28,57%	7,14%	0%	0%	7,69%
Média de Idade		43,2 anos	38,3 anos	30,6 anos	25 anos	35,3 anos	26,3 anos

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas e Despesas, 1860-1907, fls. 8-9, 30-35, 42-45. Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 10v, 32, 35v-36, 40v-41, 56v, 67-67v, 74. Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859. Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1861-1863, 1865-1869. Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1841-1849. Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fls. 73v, 78-78v, 81v. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião.

Ao compararmos os dados do Quadro 3 com o que foi discutido neste capítulo, percebemos que alguns aspectos do perfil da entidade artística se mantiveram relativamente estáveis na diacronia. Isto porque persistiu no corpo social a manutenção de uma postura seletiva no aceite de novos membros. Como podemos observar na tabulação, poucos artífices foram assentados no transcorrer da década de 1840. Considerando outras semelhanças com o período de montagem do grupo, a maior parte dos sócios ainda era composta por pretos e pardos naturais de Pernambuco. Mesmo que os dados sobre moradia estejam incompletos, também parece verossímil que todos os novos sócios residissem nos

bairros centrais do Recife. Além disto, os artífices do mercado de edificações continuaram preponderando nos quadros da Sociedade. Parece evidente que a atitude mais segregacionista das corporações de ofício continuava ecoando na Sociedade¹⁴⁹.

Dentre as continuidades em relação ao período de montagem da associação, merece destaque a proximidade entre Irmandade e Sociedade. Por mais que o Quadro 3 aponte para um aparente distanciamento entre as instituições, os laços entre elas se apertaram ainda mais na década de 1840. Corroborando esta afirmativa, vimos que em 1842 parte das atividades da entidade artística se transferiu para a Igreja de São José do Ribamar. Poucos anos depois, a “Sociedade das Artes” relatou ao Juiz da Irmandade dedicada àquele Patriarca que seus sócios tinham dificuldades para se reunir na velha sede¹⁵⁰. Por isto, a associação reiterava o desejo de obter mais um favor. Ela solicitou outra “licença para em um dos consistórios dessa Irmandade poder a dita Sociedade fazer as suas reuniões”¹⁵¹. Aos 25 de setembro de 1845 a autorização havia sido deferida e a sede do grupo foi completamente transferida para o Templo¹⁵².

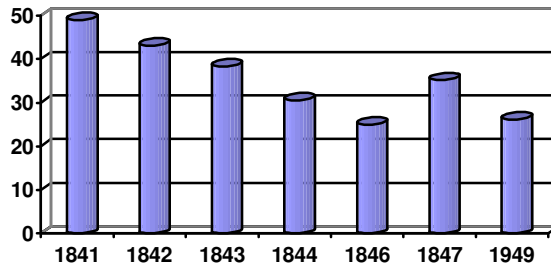
Em contrapartida, a leitura do Quadro 3 também permite observar importantes mudanças institucionais ao longo dos anos entre 1836 e 1841. A primeira delas vem da média de idade dos novos sócios. O Gráfico 1 deixa evidente que a diacronia testemunhou a contínua queda dos padrões etários dos artífices matriculados. Sem quaisquer interrupções, esta tendência descendente seguiu até o ano de 1846. Em apenas cinco anos, a média de idade dos novos sócios caiu de 49,05 para 25 anos. Mesmo que computemos o aumento das médias nos anos de 1847 e 1849 (respectivamente, 35,2 e 26,2 anos), elas continuavam mais baixas que as registradas nos três primeiros anos de vida social da entidade artística. Com o passar da década de 1840, a associação deixava de ser uma instituição composta exclusivamente por homens “velhos”.

¹⁴⁹ O Recife foi uma das cidades brasileiras que manteve sobrevivências corporativas na década de 1840. Nesta época, a Corte também contou com permanências destas práticas em manufaturas. Luiz Carlos Soares, *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense, 1840-1880*, volume 1, Niterói, UFF, 1980, dissertação de mestrado em História, p. 117.

¹⁵⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos).

¹⁵¹ Idem, *ibidem*.

Gráfico 1 – Média de Idade dos Sócios na Década de 1840



Fonte: vide Quadro 3.

A queda das médias etárias da Sociedade é diretamente proporcional à significativa presença de homens solteiros em seu Livro de Matrículas. Observando o Quadro 3, percebemos que, desde o ano de 1842, progressivamente mais membros nesta condição foram aceitos. Entretanto, foi a partir de 1844 que eles ganharam maior visibilidade no corpo social da entidade artística. Recordemos que dos 17 matriculados no ano de 1841, somente um deles foi referido como homem solteiro. Tendo em vista estas considerações, o que significou a matrícula de pessoas mais jovens e solteiras na associação? Podemos inferir que muitos oficiais e aprendizes conquistaram o direito de cerrar fileiras na Sociedade. Esta afirmativa se fundamenta na relação direta entre idade, constituição de família e grau de especialização do artífice.

A entrada de aprendizes na entidade artística foi registrada pela primeira vez em 1844. Não por acaso, este foi o primeiro ano em que a queda da média etária e o assento de solteiros foram mais representativos. Ao consultarmos o Livro de Matrículas da Sociedade, encontramos naquele ano três rapazes de 16 anos entre os sócios. Todos eles eram referidos como pardos e solteiros¹⁵³. Em 1846, um “estudante” que aparece no Quadro 3 tinha 19 anos e também era pardo e solteiro¹⁵⁴. Finalmente, no ano de 1849, um dos matriculados tinha 18 anos e apresentava as mesmas características sociais dos outros aprendizes¹⁵⁵. O aceite destes jovens na associação parece dialogar com alguns dispositivos do Compromisso de 1838. Recordemos que este documento determinava que os mestres da

¹⁵² Idem, *ibidem*.

¹⁵³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 12-13, 52-53.

¹⁵⁴ Idem, fls. 76-77.

Irmandade de São José do Ribamar assentassem alguns de seus pupilos na confraria. Pela familiaridade entre as instituições, é muito provável que os peritos da entidade artística tivessem seguido práticas organizativas semelhantes.

Tendo em vista as fontes existentes, não conseguimos saber que mestres da Sociedade teriam sido responsáveis pelo treinamento daqueles aprendizes. Apesar disto, a família Ferreira Barros permite que verifiquemos a proximidade entre os sócios nos ambientes de trabalho e o respectivo processo de treinamento. Em 1847, observamos a matrícula de dois filhos do mestre carpina e pioneiro José Vicente Ferreira Barros na Sociedade. O mais velho deles era José Vicente Ferreira Barros Junior. Ele tinha 23 anos e era oficial de carpinteiro. O outro era João dos Santos Ferreira Barros. Ele foi registrado na associação com 21 anos e exercia o ofício de marceneiro. Ambos eram pardos, solteiros, naturais de Pernambuco e residiam com seu pai na rua da Assunção¹⁵⁶. Como podemos observar, esta família possuía forte especialização no ramo da madeira. Cada um de seus membros exercia tipos muito específicos de trabalho sobre esta matéria-prima, atestando o direcionamento do treinamento dos aprendizes.

O fato de os irmãos Ferreira Barros serem assentados como pardos também é algo muito relevante. Seu pai havia sido registrado no Livro de Matrícula da Sociedade como homem preto. A mudança de cor da prole do mestre carpina José Vicente Ferreira Barros vai ao encontro das batalhas por reconhecimento social que os pioneiros vinham travando desde 1836¹⁵⁷. Entre elas, as mais significativas eram a conquista da cidadania e o repúdio aos estigmas referentes ao cativo. Neste sentido, devemos sublinhar que, no transcorrer da década de 1840, a própria associação testemunhou a paulatina diminuição dos pretos em seus termos de matrícula. Para ratificar esta tendência e reforçá-la, os primeiros sócios referidos como homens brancos assentaram neste mesmo período. As fontes permitiram que identificássemos quatro membros sendo referidos desta maneira. Segundo os dados, três deles eram nacionais e filhos da própria Província de Pernambuco.

¹⁵⁵ Idem, fls. 44-45.

¹⁵⁶ Idem, fls. 76-77.

¹⁵⁷ Atenta aos setecentos, Silvia Lara afirma que “os vocábulos relativos à cor estão mais a indicar posições sociais do que a referir-se especificamente a uma natureza dos indivíduos”. Isto posto, podemos extrapolar suas análises para o caso da família Ferreira Barros, que manipulou alguns sinais diacríticos de sua identidade social para reconstruir suas mais amplas experiências políticas. Silvia Hunold Lara, *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 141.

Dentre os artífices naturais daquela Província, merece destaque Francisco Manoel Beranger, mestre marceneiro que se tornou sócio em 1849. Nesta ocasião, o artista mecânico contava com 28 anos, era casado e residia na freguesia de São José, na rua Direita¹⁵⁸. Sua biografia é muito interessante e nos ajuda a entender a precocidade de sua mestrança. Francisco Manoel Beranger nasceu na cidade do Recife em 1820. Filho do também mestre marceneiro Julião Beranger, morou em França entre os anos de 1838 e 1845 para aperfeiçoar seus estudos¹⁵⁹. Ao retornar com louvores à sua cidade natal, atuou em duas frentes profissionais. Na primeira delas, ajudou seu pai a desenvolver o estilo “pernambucano” abrindo oficinas nas ruas da Penha e do Colégio¹⁶⁰. Na outra frente, seus conhecimentos teóricos fizeram dele “Professor de Desenhos e Diversas Artes” no Colégio de Órfãos de Olinda em 1848¹⁶¹.

Por suas características, ele se aproximava do *espírito* que havia unido os pioneiros. O mestre Francisco Manoel Beranger encarnava o princípio de que as artes mecânicas poderiam ser executadas com inteligência e maior aperfeiçoamento possível. Ao mesmo tempo, no entanto, sua matrícula desrespeitou, de certa forma, o Estatuto de 1841¹⁶². Como vimos, este documento somente facultou inscrição na Sociedade para carpinas e pedreiros. As desobediências ao regimento não se restringira a este caso. O quarto membro branco a que nos referimos acima era português. Joaquim dos Santos Pinto era mestre marceneiro e se matriculou na associação em 1842. Neste ano, o artista mecânico europeu tinha 48 anos, era casado e residia na rua do Aragão, na freguesia da Boa Vista¹⁶³. Assim como no caso do

¹⁵⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 44-45.

¹⁵⁹ Gisele Melo de Carvalho, op. cit., pp. 134-136.

¹⁶⁰ Idem, ibidem. Judith Martins, op. cit., p. 39.

¹⁶¹ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR042, maço 1848, “Relatório do Colégio de Órfãos de Olinda, 18/1/1848”.

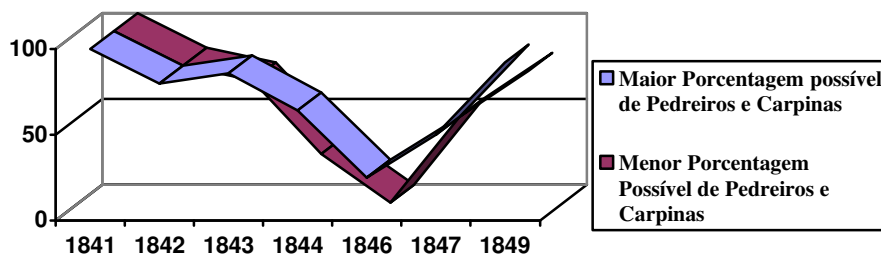
¹⁶² Comparativamente, muitas irmandades religiosas se utilizaram desta mesma estratégia. Segundo João José Reis, “nem tudo o que dizia o compromisso era para ser exatamente seguido”. João José Reis, *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991, p. 64. Esta atitude é compreensível. Os regimentos de confrarias e associações precisavam do aval das autoridades competentes. Por isto, nem sempre seus dispositivos refletiram os desejos dos membros. Caso irmãos e sócios explicitassem todos os seus anseios nos regimentos, corriam o risco do documento ser oficialmente vetado. Além disto, consideremos também que as demandas de associações e irmandades mudavam com o passar do tempo. Antes de os estatutos e compromissos serem reformados, as novas conjunturas políticas e sociais exigiram a manipulação destas constituições de acordo com as conveniências cotidianas dos membros.

¹⁶³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 76-77.

filho de Julião Beranger, o cruzamento das fontes indica que o lusitano possuía loja própria, situada na rua da Cadeia de Santo Antonio¹⁶⁴.

Finalizaremos as análises do Quadro 3 considerando a entrada de outras categorias profissionais na associação recifense. Apesar da impossibilidade de identificarmos as ocupações de alguns artífices nela matriculados, percebemos algo muito significativo no Livro de Matrículas. Um ano depois da oficialização da entidade artística, os carpinas e pedreiros deixaram de ser os únicos artistas mecânicos a freqüentá-la. Mais uma vez o Estatuto de 1841 havia sido desrespeitado por quem deveria, em tese, zelar por ele. Além dos marceneiros que citamos acima, ainda podemos encontrar nas fileiras da Sociedade alguns carpinteiros, e também funileiros, sapateiros e alfaiates. O mais intrigante é que estas duas últimas categorias profissionais absolutamente nada tinham a ver com o ramo das edificações. Talvez eles estivessem no grupo idealizado por José Vicente Ferreira Barros porque confeccionavam e/ou consertavam as roupas e sapatos dos demais sócios.

Gráfico 2 – Proporção de Carpinas e Pedreiros no Corpo Social da Sociedade



Fonte: vide Quadro 3. A “Maior Porcentagem Possível de Pedreiros e Carpinas” foi calculada somando-se, a cada ano em que houve matrículas, o efetivo destes profissionais com a totalidade de sócios que ficaram sem ofício registrado. Hipoteticamente, consideramos que todos estes também fossem carpinas ou pedreiros. Em contrapartida, para calcular a “Menor Porcentagem Possível de Pedreiros e Carpinas”, consideramos que aqueles membros sem ofício registrado tivessem outras profissões. Com este procedimento, chegamos aos níveis mais extremos da proporção de carpinas e pedreiros no corpo social da entidade artística.

Observemos atentamente o Gráfico 2. Independente da variável analítica que escolhamos, os anos de 1842, 1843 e 1849 testemunharam mais assentos de pedreiros e

¹⁶⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Algebeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do*

carpinas na Sociedade do que de outras categorias profissionais. Apesar da flexibilidade na obediência ao Estatuto de 1841, a entidade artística ainda mantinha sua tendência associativa mais original. Contudo, os anos entre 1844 e 1847 viram aqueles dois ofícios ligados às edificações perderem sua hegemonia nas entradas do Livro de Matrículas. Esta constatação é muito significativa, principalmente quando cruzamos a leitura dos dados apresentados pelo Gráfico 2 com as conjunturas recifenses. Em especial, é preciso ter em conta sublinhamos o “processo de disputa político-partidária que se desenrolou na Província de Pernambuco entre 1842 e 1849”¹⁶⁵.

Em finais de 1842 e princípios de 1843, a associação encontrou nas cisões políticas pernambucanas sua primeira grande oportunidade para conquistar alguns benefícios sociais. Neste período, muitos proprietários ligados ao comércio de pequeno porte e às atividades de construção urbana, entre outros setores, foram alijados do governo do Barão da Boa Vista¹⁶⁶. Insatisfeitos com sua marginalização política, estes burgueses deixaram os quadros dos Partidos Conservador e Liberal. O caminho que eles escolheram para combater o que chamaram de “barões feudais”, representados pela oligarquia “Rego Barros-Cavalcanti”, foi a criação de um novo partido¹⁶⁷. Fundado em 1843, o Partido Nacional de Pernambuco ficou mais conhecido como Praieiro¹⁶⁸. Desde seus primeiros movimentos, a legenda tratou de atacar vários de seus desafetos. Entre eles, estavam o engenheiro Vauthier, o próprio Barão da Boa Vista e os financistas portugueses de grande envergadura econômica.

Vale destacar que os Praieiros também criaram algumas estratégias para se aproximar de setores da “arraia miúda”. Aproveitando-se da crescente insatisfação dos trabalhadores nativos com a mão-de-obra estrangeira, os facciosos defendiam em sua

Norte, Ceará e Alagôas para o ano de 1850, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1849, p. 217.

¹⁶⁵ Izabel Andrade Marson, *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*, São Paulo, Editora Moderna, 1980, p. 1.

¹⁶⁶ Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, p. 206.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁸ O termo “Praieiro” foi pejorativo quando surgiu. Esta foi a forma com que os opositores chamaram a nova facção. Segundo Amaro Quintas, ele foi forjado por Sebastião do Rego Barros “‘por escárnio’, pelo fato da tipografia do *Diário Novo* ser na rua da Praia”. Apesar da intenção depreciativa, em 1844 o Partido Nacional de Pernambuco resolveu assumir aquela denominação. Amaro Quintas, *O Sentido Social da Revolução Praieira*, Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 2004, pp. 43-44. O *Diário Novo* foi o periódico que publicizou os ideais dos Praieiros, em oposição ao *Diário de Pernambuco*, folha conservadora. Izabel Andrade Marson, *Movimento Praieiro*. Vale ainda destacar que o Partido Nacional de Pernambuco se chamou Praieiro porque muitos comerciantes de pequeno e médio trato tinham naquele logradouro seus estabelecimentos. Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, p. 209.

plataforma de governo a “nacionalização do comércio a retalho”¹⁶⁹. Entre outros temas, a proteção dos artistas mecânicos brasileiros e seus mercados foi muito bem explorada pelos correligionários do novo partido. Em *O Guarda Nacional* de 27 de abril de 1843, por exemplo, eles disseram que “a introdução dos estrangeiros no Brasil, tão adotada por nossos inimigos, tem por fim nulificar a classe necessitada dos nossos Concidadãos que vivem dos ofícios mecânicos”¹⁷⁰. Com este tipo de discurso, o Partido Nacional de Pernambuco pretendia seduzir os trabalhadores que eram votantes e conquistar seu apoio em eleições primárias.

Preocupada com as pretensões políticas dos Praieiros e pressionada pelas exigências sociais dos trabalhadores nativos, a “oligarquia Rego Barros-Cavalcanti” contra-atacou. O relatório da Câmara Municipal do Recife à Assembléia Legislativa de Pernambuco, escrito aos 16 de dezembro de 1843, evidenciou que os “baronistas” também se preocuparam com as demandas dos artistas mecânicos¹⁷¹. A municipalidade indicou aos legisladores provinciais que logo agissem em “favor da numerosa e abandonada classe dos artífices”¹⁷². Para tanto, sugeria que os deputados criassem leis apropriadas para estimulá-la e protegê-la. O escopo desta futura legislação seria proporcionar competitividade ao artista nacional por meio de seu contínuo aperfeiçoamento¹⁷³. Seguiam os vereadores dizendo que ao se regular o ensino das artes mecânicas, o melhor resultado deste processo seria a “moralização” dos trabalhadores. Segundo a Câmara Municipal, este plano somente seria alcançado com “a subordinação dos discípulos aos seus mestres por meio de regulamentos adequados”¹⁷⁴.

Em meio a tantas recomendações às esferas provinciais de poder, a iniciativa dos artífices que haviam se estabelecido “no Consistório da Igreja de S. José” apareceu nesse documento como um modelo a ser seguido e protegido¹⁷⁵. Na ótica dos vereadores, este tipo de empreendimento desterraria “o pernicioso costume de menosprezar-se aos que

¹⁶⁹ Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, p. 209. Para maior compreensão da campanha pela “nacionalização do comércio a retalho” e as ações dos caixeiros recifenses, consultar o já citado trabalho de Bruno Câmara.

¹⁷⁰ Apud. Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, p. 226.

¹⁷¹ As Câmaras Municipais pernambucanas foram de maioria conservadora até 1844. Idem, p. 238.

¹⁷² Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR041, maço 02/1844, “Relatório da Câmara do Recife à Assembleia Legislativa, 16/12/1843”.

¹⁷³ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*.

professam entre nós as artes mecânicas”¹⁷⁶. Para a municipalidade, ao contrário, “se elas fossem estimuladas e honradas, passariam de pais a filhos e não estariam sempre errantes”¹⁷⁷. Podemos observar que a Sociedade estava sendo encarada pela “boa sociedade” como fator de estabilidade social, princípio fundamental da ordem pública. Por estes motivos, a proposta da Câmara Municipal encontrou acolhida por parte do próprio Barão da Boa Vista. No dia 1º de março de 1844, o Presidente da Província reiterou à Assembléia Legislativa os tópicos contidos naquele relatório. Poucos meses depois, aos 2 de maio, foi sancionada a Lei de número 130, cujo Artigo 25 concedia à associação a verba anual de 500\$000rs¹⁷⁸.

A Sociedade soube tirar vantagens da queda-de-braço da situação com os Praieiros. Ela percebeu que falar em nome dos “artistas mecânicos” iria ao encontro dos projetos políticos das elites letradas e proprietárias. Ao alargar estrategicamente seu conceito de “classe artística”, a entidade recifense ganhou maior visibilidade social e poder de barganha, obtendo assim sua primeira vantagem pecuniária. Contudo, a negociação entre os sócios e os setores da “boa sociedade” proporcionou-lhes apenas uma vitória parcial. O tema da retirada do estrangeiro do mercado de trabalho local continuava intocado pela administração do Barão da Boa Vista. O próprio relatório da Câmara Municipal indicava a importância da mão-de-obra dos europeus em Pernambuco. O documento informa que eles deveriam continuar presentes na Província porque traziam “sua habilidade e indústria a nossa Pátria”¹⁷⁹. Além disto, “a muitos destes se devem já aperfeiçoamentos de artes utilíssimas e precisas”¹⁸⁰.

As subvenções anuais concedidas pelo governo da “oligarquia Rego Barros-Cavalcanti” não foram suficientes para aplacar os anseios dos sócios. Eles continuavam lutando pela exclusão dos trabalhadores europeus do mercado de trabalho recifense. Para atingir este objetivo, os membros da Sociedade perceberam que precisariam construir

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁸ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 8-9. A Lei de número 130 foi uma das últimas realizações da administração “baronista”. O Barão da Boa Vista deixou a Presidência da Província aos 7 de junho de 1844. Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, p. 235.

¹⁷⁹ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR041, maço 02/1844, “Relatório da Câmara do Recife à Assembleia Legislativa, 16/12/1843”.

outros laços clientelares. Poucos meses depois da aprovação da Lei de número 130, a Sociedade apelou mais uma vez aos poderes provinciais produzindo o “manifesto dos artistas de 1844”. Desta vez, patrocinados por Praieiros mais radicais, alguns sócios aproveitaram os “tumultos” ocorridos nas festividades da Independência para lançar o referido requerimento¹⁸¹. Nele, os sócios exigiam que os “baronistas” cumprissem todas as suas reivindicações, sendo a principal delas referente à proibição de mão-de-obra européia em Pernambuco¹⁸².

As articulações dos sócios com opositores e governistas, em 1844, foram facilitadas por causa das brigas eleitorais. O Partido Nacional de Pernambuco acabou sendo o grande vencedor do pleito organizado naquele ano, conquistando a maioria dos cargos em disputa. Os novos representantes tomaram posse no exercício iniciado em 1845¹⁸³. A subida ao poder do Gabinete Liberal aos 2 de fevereiro de 1844 também foi muito importante para a vitória dos Praieiros nas eleições locais¹⁸⁴. Coroando o processo de “inversão política”, que rompeu a hegemonia dos Conservadores na política Imperial, Antonio Pinto Chichorro da Gama foi nomeado Presidente da Província de Pernambuco em maio de 1845. Por mais que não tivesse assumido imediatamente o Poder Executivo, este magistrado baiano era homem de confiança dos Praieiros¹⁸⁵. Depois deste último golpe sobre os “baronistas”, os vitoriosos ampliaram ainda mais suas redes de poder e foram os protagonistas da política local a partir de junho de 1845¹⁸⁶.

Ilmar de Mattos afirma que era muito comum ouvir-se dizer, em meados do século XIX, que não havia “nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder”¹⁸⁷. Em se tratando da questão dos “artistas mecânicos”, a mesma máxima poderia ser convenientemente utilizada em Pernambuco. Prova disto foi a edição de *O Nazareno* de 13

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁸¹ Amaro Quintas, op. cit., p. 38. Marcus J. M. de Carvalho, “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”, *Revista Brasileira de História*, (2003), volume 23, número 45, p. 228.

¹⁸² Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, *Crônica da Rebelião Praieira – 1848 e 1849*, Brasília, Senado Federal, 1978, pp. 3-5.

¹⁸³ Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, p. 247.

¹⁸⁴ Amaro Quintas, op. cit., p. 38.

¹⁸⁵ Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, p. 248.

¹⁸⁶ Marcus J. M. de Carvalho, “Os nomes da Revolução”, p. 215.

¹⁸⁷ Os “saquaremas” eram os homens ligados ao Partido Conservador. Já os “Luzias”, ao Partido Liberal. Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*, 3ª edição, Rio de Janeiro, ACCESS, 1994, p. 97.

de novembro de 1845, que anunciava que os deputados do Partido Nacional de Pernambuco estavam muito mais preocupados em “arranjar um aumento de ordenado” e “votarem a soma de 200 contos para [a] colonização estrangeira” do que atender as solicitações dos artífices, “cansados de sofrer”¹⁸⁸. O redator da nota exigia que a segunda “petição dos artistas” fosse prontamente atendida pelos legisladores. Em sua perspectiva, ela era uma forma pacífica de se solicitar aos “poderes do Estado o remédio a seus males”¹⁸⁹. Segundo Amaro Quintas, “essa representação dos artistas de 1845, verdadeiro manifesto subversivo, é um documento muito expressivo do estado de desajustamento da Província”¹⁹⁰.

Nos arquivos históricos da Assembléia Legislativa de Pernambuco, a única petição de artífices encaminhada em 1845 foi escrita aos 21 de março. Antes de conhecermos suas reivindicações, é muito importante identificarmos sua autoria. De imediato, percebemos que ela foi assinada por alguns dos gestores da “Sociedade das Artes Mecânicas e Industriais”¹⁹¹. Esta foi a forma com que a entidade artística fundada em 1841 foi chamada pelos próprios sócios. Dentre os associados que nos referimos até este momento da tese, o único pioneiro que ocupou cargo diretivo naquela administração foi o mestre carpina Isidoro Santa Clara. Ele assinou o requerimento como Vice-Diretor. O mestre pedreiro Francisco Xavier de Lima, matriculado em 1841, foi registrado como Vice-Tesoureiro. Isto posto, conheçamos agora os outros membros que ocuparam aquela Mesa Diretora.

Francisco José Gomes de Santa Rosa era Vice-Secretário. Matriculado em 1844, tinha 34 anos, era mestre pedreiro, pardo, casado, natural de Pernambuco e residia na rua da Glória (freguesia da Boa Vista)¹⁹². Este artífice também foi Tesoureiro e Juiz da Irmandade de São José do Ribamar na década de 1840¹⁹³. Ocupando o lugar de Tesoureiro da Sociedade encontramos Manoel Pereira de Hollanda. Sócio em 1843, tinha 22 anos, era

¹⁸⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 1 (documentos avulsos), *O Nazareno*, 13/11/1845.

¹⁸⁹ *Idem*, *ibidem*.

¹⁹⁰ Amaro Quintas, *op. cit.*, p. 85.

¹⁹¹ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Organização Social e Civil.

¹⁹² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 44-45.

¹⁹³ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maço 1850.

pardo, casado e natural de Pernambuco¹⁹⁴. O Livro de Matrículas não determina qual era seu ofício no momento em que se associou. Contudo, suas atividades profissionais indicam que ele foi mestre carpina no transcorrer de sua vida¹⁹⁵. Sendo relativamente jovem na época de sua entrada na associação, talvez isto indique que estivesse em estágios intermediários de sua aprendizagem profissional. Não por acaso, somente encontramos este sócio ocupando funções na Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar, lugar de mestres, a partir de meados da década de 1850¹⁹⁶. Podemos imaginar que ele tenha alcançado a tesouraria da associação porque tivesse habilidade com letras e números.

Ainda segundo a petição de 1845, o Diretor da Sociedade era Geraldo Amarante dos Santos¹⁹⁷. Ele assentou como sócio em 1842. No Livro de Matrículas da entidade artística, este artista mecânico era mestre funileiro, tinha 54 anos, era pardo, casado, natural de Pernambuco e residia no Aterro da Boa Vista¹⁹⁸. O cruzamento com outras fontes permite que saibamos que ele possuía loja própria, localizada em mesmo endereço de sua residência¹⁹⁹. A presença deste artífice no mais importante cargo da Sociedade permite que cheguemos a algumas conclusões. Em primeiro lugar, apesar de esta personagem estar de fora do ramo das edificações, percebemos que seu perfil social era o mesmo dos primeiros sócios. Em seguida, observamos que a abertura da entidade à “classe artística” não se refletiu na maior parte das funções da Mesa Diretora. Ela continuava em mãos de carpinas e pedreiros que também eram irmãos de São José.

Identificada a autoria da petição, passemos para o conteúdo do documento, que indica que a lei aprovada pela “oligarquia Rego Barros-Cavalcanti” estava sendo

¹⁹⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 92-93.

¹⁹⁵ Aos 2 de agosto de 1870, Manoel Pereira de Hollanda foi pago pelo forro, porta e quatro nichos da sacristia onde ficava a Irmandade do Bom Jesus da Via Sacra. Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (AGTJPE), Setor de Documentos Históricos, Caixa sem indexação, “1871 – O Juízo de Capellas – Autoamento da Petição de Manoel Domingues de Santa Anna Junior, thesoureiro da Irmandade do Bom Jesus da Via Sacra, para o fim prestar contas de sua receita e despesas”, fl. 7.

¹⁹⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fl. 78.

¹⁹⁷ As fontes indicam que sua gestão se prolongou até o ano de 1846. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR041, maço 1846.

¹⁹⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 52-53.

¹⁹⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Algibeira... para o anno de 1850*, op. cit., p. 300. Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, Brasília: Senado Federal/Editora da UnB, 1979, p. 300.

desconsiderada pelos Praieiros²⁰⁰. Os peticionários exigiam que a lei fosse posta em prática e que a Sociedade recebesse o pagamento de suas cotas anuais. Sem dúvida, a picuinha política pode ser apontada como um dos prováveis fatores para o bloqueio da cota, mas não era o único motivo. Segundo Isabel Marson, ao contrário dos discursos de 1844, os Praieiros procuraram instituir políticas que “proletarizassem” a mão-de-obra dos trabalhadores urbanos. Eles queriam transformá-los em “simples vendedores de força de trabalho e consumidores de mercadorias, absolutamente sem autonomia”²⁰¹. Sendo assim, o que discutimos até aqui permite que percebamos o absoluto confronto dos princípios do governo do Partido Nacional de Pernambuco com os objetivos mais centrais da Sociedade recifense.

Além do pronto pagamento da cota anual regulada por lei, os sócios também exigiam o aumento de seu valor. Isto porque, segundo os peticionários, os legisladores deveriam compreender melhor a função do Estado. Na ótica da Sociedade, ele não deveria servir somente “às Armas, às Academias, à Magistratura e às grandes classes”²⁰². Aquela instância de poder deveria zelar pelo bem-estar de todos. Por esta razão, ainda segundo o documento de 1845, a entidade artística reclamava “por igual proteção”²⁰³. Para pressionar os legisladores, os associados diziam que a justeza desta medida evitaria “mais eficazmente a imoralidade e, com isto, a dissolução do Estado”²⁰⁴. Os argumentos desenvolvidos pela entidade artística, na petição, estavam afinados com a nota de *O Nazareno*. Ambos os documentos atribuem ao Estado o papel de promotor da justiça social. Entretanto, se Amaro Quintas qualificou este documento como texto subversivo, houve certo exagero. Mais do que subverter, a Sociedade alertava para a necessidade de ordem.

Um ano depois, de forma mais submissa, “Associação das Artes Mecânicas” voltou a solicitar o auxílio pecuniário aos legisladores Praieiros e ao Presidente da Província

²⁰⁰ Apesar do mau estado de conservação, a “Cópia do Relatório que foi ao Presidente da Província em 1849” confirma esta questão. Segundo o documento, somente em 1844 a associação recebeu a cota de 500\$000 rs. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos).

²⁰¹ Isabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, pp. 279-280.

²⁰² Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Organização Social e Civil.

²⁰³ Idem, *ibidem*.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*.

Antonio Pinto Chichorro da Gama²⁰⁵. Mais uma vez, a cota anual surgia como lenitivo para que os sócios pudessem manter suas aulas noturnas e, assim, “suportar a concorrência estrangeira”²⁰⁶. Curiosamente, a expulsão destes trabalhadores nem foi ventilada no texto. O tom da petição de 1846 é mesmo mais conciliador. Ao invés de acusarem o Estado de negligência nos pagamentos, disseram que “talvez por fatalidade [...] ficaram os pobres artistas esquecidos”²⁰⁷. Finalmente, os componentes da Mesa Diretora assinaram o documento apresentando “seus sinceros e respeitosos protestos de dedicação”²⁰⁸. Devo salientar que a mudança de atitude da entidade artística não foi fruto de uma virada de mesa. Dos três sócios que assinam o documento, Geraldo Amarante dos Santos autografou a solicitação como Diretor, Francisco José Gomes de Santa Rosa como Secretário e José Vicente Ferreira Barros, idealizador da Sociedade, como Tesoureiro²⁰⁹.

Em meio às atividades e estratégias da Sociedade para garantir o respeito à Lei de número 130, outros atores sociais se aproveitaram do descumprimento das promessas eleitorais feitas pelos Praieiros para capitalizar dividendos políticos. Se personalidades como o Barão da Boa Vista foram acusadas de privilegiar artistas mecânicos estrangeiros durante sua gestão, eles agora se apropriavam convenientemente do que poderíamos chamar de “causa artística nacional”. Para angariar simpatizantes entre os trabalhadores urbanos do Recife, por exemplo, o próprio ex-Presidente da Província poderia ser visto brindando em botequins e até oferecendo sua casa para que os mestres de ofícios fizessem suas festas²¹⁰. Toda esta simpatia e atenção direcionada aos “de baixo” da pirâmide social tinha por objetivo a construção de redes de clientela. No pleito de 1847, elas deveriam garantir muitos votos primários aos conservadores.

Na disputa pelos votos e pelos cargos que garantiriam o poder político local, apesar da crescente insatisfação com o governo dos Praieiros, eles levaram ligeira vantagem naquelas eleições. Contudo, a maior visibilidade dos conservadores nas urnas preocupou o Presidente da Província Antonio Pinto Chichorro da Gama. E não era para menos. Aproveitando-se do relativo enfraquecimento do Partido Nacional de Pernambuco, grandes

²⁰⁵ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR041, maço 1846.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*.

²⁰⁸ Idem, *ibidem*.

²⁰⁹ Idem, *ibidem*.

proprietários conservadores iniciaram a “Revolta Guabiru”. Alegando resistência aos pretensos abusos de poder praticados pelos Praieiros em suas regiões e engenhos, aqueles representantes da “boa sociedade” pegaram em armas nos primeiros meses de 1848. A instabilidade política advinda deste evento, entre outros, fez o representante maior do Poder Executivo pernambucano cair em abril. Junto dele, outros facciosos foram substituídos por indivíduos mais “moderados” em diversas funções de Estado. Ao invés da pretendida pacificação dos ânimos com estas medidas, eles se acirraram ainda mais²¹¹.

Os Praieiros do Recife, também sofrendo com as pressões Guabirus, utilizaram como estratégia de sobrevivência política a retomada (e a radicalização) dos discursos favoráveis aos trabalhadores nacionais. Aos 27 de junho de 1848, uma representação foi enviada à Assembléia Legislativa de Pernambuco. Sem assinaturas, ela exigia que os pernambucanos tivessem acesso ao “comércio a retalho, bem como o direito de serem caixeiros e o exercício dos diferentes ramos da indústria brasileira dentro da província”²¹². No dia seguinte, outra representação de teor semelhante foi entregue aos deputados provinciais. Este segundo documento, ao contrário do anterior, apresentava 245 assinaturas. “Entre os subscreventes, encontramos alguns nomes de Praieiros bem conhecidos como José Higino de Miranda e o ‘general das massas’ José Ignácio de Abreu e Lima. Encontramos também o redator d’*A Voz do Brasil*, Ignácio Bento de Loyola”²¹³. O mais interessante é que os membros da Sociedade estiveram de fora desta petição, a exceção de Francisco Xavier de Lima²¹⁴. Talvez, a ausência maciça dos sócios se explique pelos desgastes referentes às cotas anuais, além de uma possível aproximação com os conservadores.

Com a ascensão do Gabinete Conservador ao poder imperial, ocorrido em 29 de setembro de 1848, os Praieiros foram ainda mais alijados da política pernambucana. A posse de Herculano Ferreira Pena como Presidente da Província, aos 17 de outubro, foi o golpe final sobre a possível continuidade dos projetos de poder da facção. Mesmo assim, os representantes do Partido Nacional de Pernambuco continuaram resistindo às investidas dos

²¹⁰ Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, p. 340.

²¹¹ Marcus J. M. de Carvalho, *A Guerra dos Moraes: a luta dos senhores de engenho na Praieira*, Recife, UFPE, 1986, dissertação de mestrado em História.

²¹² *O Lidador* 30/6/1848. Apud. Bruno Câmara, op. cit., p. 187.

²¹³ Idem. ibidem, p. 155.

²¹⁴ *Diário de Pernambuco* 1/7/1848. Apud. Bruno Câmara, op. cit., pp. 189-195.

Guabirus. Radicalizado ainda mais suas posições políticas, muitos Praieiros não entregaram os cargos que ocupavam na administração pública provincial. Percebendo que a nova “inversão política” era inexorável, em novembro os Praieiros lançaram mão de escaramuças pelo interior da Província. Poucos meses depois, em fevereiro de 1849, Pernambuco testemunhou a mais ousada das ações armadas promovidas pela facção: a tentativa frustrada de assalto à cidade do Recife, centro do poder provincial²¹⁵.

Depois deste episódio que afrontou os conservadores e a legitimidade de seu poder, a repressão foi imediatamente organizada pelas autoridades policiais Guabirus. Chefiadas por Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, elas criaram um projeto de “rebelião” que foi moldado nas delegacias de polícia²¹⁶. Neste processo, várias pessoas foram presas depois da tentativa de tomada da capital da Província. Nos autos do inquérito conduzido pelo Chefe de Polícia, uma listagem de formação de culpa merece especial destaque. Nela, o mestre funileiro Geraldo Amarante dos Santos surgiu como um dos colaboradores daqueles “tumultos” de fevereiro. Junto dele, mais quatorze indivíduos compuseram o referido rol. Vale sublinhar que alguns dos arrolados eram artífices pardos, todos eles residentes fora dos limites do Recife²¹⁷. Tendo em vista as relações de vizinhança dos sócios nas freguesias mais centrais desta cidade, evidenciadas pelo Livro de Matrículas da associação, nenhum deles foi membro da entidade artística.

Nos autos do processo contra os quinze insurgentes, confirmando o que dissemos acima, todos os envolvidos foram acusados de crime de “rebelião”. Presos na Cadeia do Recife, aqueles homens ganharam a pejorativa alcunha de “sedutores dos povos”²¹⁸. Do ponto-de-vista legal, a situação daqueles prisioneiros era bastante crítica por causa do Código Criminal. Sobre suas cabeças recaíam crimes contra a segurança interna do Império e contra a pública tranqüilidade²¹⁹. Em especial, Geraldo Amarante dos Santos se complicava ainda mais com o desenrolar dos depoimentos. Tudo levava a crer que ele realmente tivesse alguma importância no movimento que agitou o Recife em fevereiro de

²¹⁵ Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, pp. 206, 226-228, 246, 248. Amaro Quintas, op. cit., p. 38.

²¹⁶ Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, p. 142.

²¹⁷ Manoel Joaquim da Costa era alfaiate; Genuíno Celestino da Cunha era oficial de pedreiro, “pardo” e morador de Maria-Farinha (Olinda); Paulino Ferreira era ferreiro, “pardo” e morador de Itamaracá. Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, op. cit., pp. 301 e 305.

²¹⁸ Idem, p. 281.

²¹⁹ *Código Criminal do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1869.

1849. Segundo o testemunho do negociante branco José Gonçalves da Silva, sua loja era utilizada para a “reunião dos defensores da revolta”²²⁰. De repente, sem muita explicação, houve uma reviravolta no caso. Apesar de todas as acusações, o nome do mestre funileiro não apareceu no libelo acusatório²²¹.

O envolvimento do artífice Geraldo Amarante dos Santos com a “rebelião” teve alguma repercussão para a Sociedade. Mesmo que a entidade artística não tivesse envolvida diretamente com os “tumultos” de fevereiro de 1849, existiu certo desconforto na e com a instituição que congregava artistas mecânicos. Afinal, o mestre funileiro havia sido Diretor da Sociedade durante algumas gestões. Por conta do clima de vigilância adotado pelo governo, foi solicitado à Mesa Diretora um relatório com todas as atividades do grupo desde 1841. Fundamentalmente, o documento apresentado ao Presidente da Província Honório Hermeto Carneiro Leão continha balanços de receitas e despesas. Contudo, quando os sócios narraram aqueles “tumultos”, eles deixaram claro que se ressentiam daquela prisão e rebeldia. Ao mesmo tempo, eles sublinhavam que nada além existia contra a Sociedade. Isto porque parte de seus artífices seguiam “trabalhando em lugares distantes desta cidade e alguns mesmo fora da Província”²²².

Por fim, considerando os cruzamentos entre as disputas políticas provinciais e o alargamento do conceito de “classe artística” implementado pela associação na década de 1840, concluímos que as relações entre os sócios e os grupos das elites letradas e proprietárias foram muito (in)tensas e multifacetadas. Dificilmente conseguimos entender suas alianças de forma esquemática e modelar. As aproximações e trocas entre os atores sociais foram conjunturais e dialogaram com e no calor dos acontecimentos políticos. Cada um dos atores envolvidos com aquele processo pernambucano perseguiu seus próprios interesses. A construção de uma “causa dos artistas mecânicos”, vinculada, entre outros, à cidadania, foi a pedra de toque que possibilitou algumas barganhas entre aqueles que estavam no topo e na base da pirâmide social. No bojo destas interfaces recifenses, também foram fundamentais os debates sobre a instrução das “classes laboriosas”.

²²⁰ Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, op. cit., p. 300.

²²¹ Idem, p. 402.

²²² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos).

Capítulo 2

“Moralidade” e aperfeiçoamento da mão-de-obra.

2.1. A inteligência como cal e a instrução como areia.

Pelo menos desde meados de 1842, as aulas da Sociedade contaram com os serviços do lente Joaquim José de Carvalho Siqueira Varejão¹. Os sócios apostaram que este professor poderia ajudá-los tanto no aperfeiçoamento profissional, quanto na luta pelo reconhecimento de seus talentos e virtudes. Os motivos para que eles alimentassem estas expectativas eram consistentes. A personagem em quadro era bacharel formado pela prestigiada Escola de Belas-Artes de Paris e sua fama de “habilíssimo pintor retratista” correu as ruas do Recife oitocentista². Além de dominar os saberes legitimados pelos “de cima” da pirâmide social, e receber aplausos acalorados como artista liberal, também é relevante o fato de seus contemporâneos definirem-no como uma pessoa “parda”³. Ao aprenderem geometria aplicada às artes e desenho linear pelas mãos de um homem de cor qualificado, os sócios sinalizavam aos pernambucanos que os estigmas da escravidão e do “defeito mecânico” poderiam ser superados.

Sensível aos principais anseios da Sociedade, o bacharel Joaquim José de Carvalho Siqueira Varejão procurou adequá-los à sua experiência acadêmica e às conjunturas recifenses. A partir destes cruzamentos, o lente pretendia encontrar uma forma para melhor promover a visibilidade pública da associação. Para isso, o caminho mais conveniente a seguir era fazer com que suas aulas também tivessem legitimidade perante as elites letradas e proprietárias. Desta forma, a entidade artística poderia fortalecer sua imagem

¹ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos: 1834-1850*, volume X, 2ª edição, Recife, Governo de Pernambuco/FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1985, p. 249. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*, Recife, Typographia d’A Província, 1891, p. 7. *Revista do Lyceu de Artes e Officios*, Pernambuco, *ls.e. l.*, 1928, p. 5. A documentação das aulas da Sociedade somente contemplam os anos posteriores à 1858. Por este motivo, nesta seção deixaremos de analisar quantitativamente seus significados.

² José Luiz Mota Menezes, “A presença de negros e pardos na arte pernambucana”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (2005), número 61, p. 321. Francisco Augusto Pereira da Costa, op. cit., p. 249.

³ José Luiz Mota Menezes, op. cit., p. 321.

“civilizadora” e cancelar seu projeto de promover a qualificação mais ampla de seus membros. Para que todos estes objetivos fossem alcançados conjuntamente, era necessário que o renomado artista liberal acertasse na escolha de seus princípios filosófico-pedagógicos e didáticos. Neste sentido, ele determinou que o fio condutor das lições ministradas no Templo dedicado ao Santo Patriarca seria o “sistema do Barão Ch. Dupin”⁴.

Um parêntese pode ajudar a compreender tanto os motivos de lente e artífices dialogarem com esta alternativa de ensino das “artes úteis”, quanto as razões de esta escolha criar significativas interfaces entre entidade artística e “boa sociedade”. O que era o “sistema do Barão Ch. Dupin”? Seu idealizador, Charles Dupin, havia nascido na França da segunda metade dos setecentos, se formou na *École Polytechnique*, foi membro do Instituto de França e da Academia de Ciências deste mesmo país⁵. Ele é considerado pelos especialistas como um dos precursores da “educação industrial”⁶.



⁴ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Offícios Recebidos, Caixa OR041, maço 02/1844, “Relatório da Câmara do Recife à Assembleia Legislativa, 16/12/1843”.

⁵ Bibliothèque Nationale de France, Gallica, Charles Dupin, *Applications de Géométrie et de Mécanique, aux ponts et chaussées etc.*, Paris, Bachelier Libraire, 1822. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k110325x>. Acessado em 24/7/2007.

⁶ Felipe Manoel Simões dos Santos, *A Organização e Gestão das Universidades: aplicação ao ensino superior público português*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1996, dissertação de mestrado em Gestão e Estratégia Industrial, p. 33.

FIGURA 3 – Charles Dupin (Julien Leopold Boilly, 1820), Smithsonian Institution Libraries, <http://www.sil.si.edu>, acessado em 02 de setembro de 2007.

Charles Dupin também se dedicou às letras. Além de escrever livros “técnicos”, ele canalizou boa parte de seus esforços intelectuais para entender a educação como processo “civilizatório”. Sua atuação como autor preocupado com o “progresso” das artes possibilitou também que ele se tornasse membro de diversas sociedades científicas européias, dentre elas, a Sociedade de Engenheiros Civis da Grã-Bretanha, a Academia Real de Ciências de Estocolmo e a Sociedade das Artes de Genebra. O envolvimento de Charles Dupin com o universo do saber institucionalizado também permitiu que ele fosse um renomado professor de mecânica do *Conservatoire de Arts et Métiers*⁷. Originalmente, este estabelecimento parisiense fora criado, após a Revolução Francesa, para ser depósito público de máquinas, desenhos e livros sobre artes e ofícios. Depois dos anos de 1820, com a notável atuação de Charles Dupin, o ensino das artes mecânicas ganhou visibilidade naquele espaço público. Por todo seu destaque social no campo do conhecimento, a mercê do baronato lhe foi concedida em 1824⁸.

Em uma sessão de abertura do *Cours Normal* do *Conservatoire de Arts et Métiers*, ocorrida aos 29 de novembro de 1826, Charles Dupin discorreu pormenorizadamente sobre a política pedagógica que defendia. Ele acreditava que a prosperidade da França era diretamente proporcional a mais ampla instrução de seus trabalhadores. Neste sentido, para que houvesse “avanços” sociais e econômicos, o Estado deveria fomentar o ensino popular da aritmética, da geometria e da mecânica aplicada às “artes úteis”. Para facilitar o aprendizado destas disciplinas, Charles Dupin também indicava a necessidade de aulas de leitura e escrita. Com estas lições básicas, continua o autor, uma massa de operários e artífices incrementaria sua capacidade intelectual e sua precisão nos serviços⁹. Para destacar

⁷ Bibliothèque Nationale de France, Gallica, Charles Dupin, *Applications de Géométrie et de Mécanique, aux ponts et chaussées etc.*, Paris, Bachelier Libraire, 1822. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k110325x>. Acessado em 24/7/2007.

⁸ Fernand Perrin, “Le Conservatoire des Arts et Métiers et sa transformation en un véritable enseignement technique sous l’impulsion de Charles Dupin”, *Bulletin de L’Académie François Bourdon*, (2001), n. 2. http://www.afbourdon.com/Telechargement/Detail_Bulletins/Bulletin_2/PAGE20.pdf. Acessado em 14/7/2007.

⁹ Bibliothèque Nationale de France, Gallica, Charles Dupin, *Effects de L’Enseignement Populaire de La Lecture, de L’Écriture, de L’Arithmétique, de La Géométrie et La Mécanique, appliquées aux arts, sur les prospérités de La France, discours prononcé dans la séance d’ouverture du Cours normal de Géométrie et de Mécanique appliquées, le 29 novembre 1826, au Conservatoire de Arts et Métier*, Paris, Bachelier Libraire, 1826. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k110299j>. Acessado em 24/7/2007. Na Europa, por exemplo, estas

a importância de se articular “teoria” e “prática” para a formação dos artistas mecânicos, Charles Dupin apoiava-se nos princípios diderotianos que combatiam o monopólio corporativo. Para o autor iluminista, somente através daquele consórcio, fruto do fim dos privilégios artesanais da aprendizagem, é que arte e artista ganhariam maior “utilidade” social¹⁰.

As visitas de estudos que Charles Dupin fez às Ilhas Britânicas, entre os anos de 1816 e 1824, também colaboraram bastante para que ele fortalecesse tais idéias pedagógicas contra as corporações. Na Inglaterra, desde o século XVIII, a economia política prescrevia a necessidade de uma instrução mínima para o conjunto dos trabalhadores¹¹. Ao escrever sobre a riqueza das nações, Adam Smith combateu o privilégio dos mestres como um entrave ao desenvolvimento sócio-econômico do capital e do trabalho. Em sua perspectiva, os demorados processos de aprendizagem das oficinas e o monopólio do conhecimento artesanal deveriam ser anulados e a sociedade deveria substituir as rotinas corporativas por uma instrução mais geral e circunscrita às exigências da labuta diária. Ler, escrever, contar e conhecer alguns princípios da geometria e da mecânica era a educação suficiente para os operários. Esta base de conhecimentos também seria uma eficiente forma de minorar o “embrutecimento” dos trabalhadores, uma espécie de “efeito-colateral” da divisão social do trabalho¹².

idéias atravessaram os Pirineus e chegaram a Portugal. Segundo Antônio Martinho, a Sociedade Promotora da Indústria Nacional utilizou os fundamentos propostos pelo Barão francês em seu ensino artístico. Estas aulas foram iniciadas aos 7 de dezembro de 1836 e tinham por objetivo a pública prosperidade. Antônio Manoel Matoso Martinho, “A criação do ensino industrial em Portugal”, *Mathesis*, (2006), número 15, p. 59.

¹⁰ Na *Enciclopédia*, mais precisamente no verbete “Arte”, Denis Diderot afirma que não havia artesanato executado com maestria sem a correspondente dose de especulação. Por sua vez, a teoria também necessitava de correta aplicação prática. Denis Diderot, *Da Interpretação da Natureza e Outros Escritos*, São Paulo, Iluminuras, 1989, pp. 147-160. O enciclopedista considerava que as experiências acumuladas nas oficinas era condição *sine qua non* para o aprendizado das “artes úteis”. Contudo, os tradicionais saberes adquiridos na labuta cotidiana eram insuficientes aos artífices. Em sua ótica, sem o auxílio essencial dos conceitos, a mente dos trabalhadores tendia a se “estretar”. Desta forma, mesmo que os artistas mecânicos estivessem em patamares cognitivos menos privilegiados que os artistas liberais, eles também se utilizavam (e precisavam) da intelectualização em suas atividades. John R. Pannabecker, “Representing Mechanical Arts in Diderot’s ‘Encyclopedie’”, *Technology and Culture*, (1998), volume 39, number 1, p. 41.

¹¹ Margaret Bradley & Fernand Perrin, “Charles Dupin’s Visits to the British Isles, 1816-1824”, *Technology and Culture*, (1991), volume 32, number 1, pp. 47-68.

¹² Ana Maria Moura Lins, *A Burguesia sem Disfarce: a defesa da ignorância versus as lições do capital*, Campinas, Unicamp, 1992, tese de doutorado em Educação, pp. 142-146. Julia Wrigley afirma que observamos que apesar de o debate existir na Inglaterra setecentista, os projetos britânicos de instrução dos trabalhadores somente foram implementados no século XIX. A autora ainda destaca que a escolarização dos “de baixo” da pirâmide social acirrou ainda mais os processos de estratificação social. Através das hierarquias entre as formas de conhecimento chanceladas pela burguesia, os trabalhadores confirmaram ainda mais seu desprestigiado lugar na arquitetura da Nação. Julia Wrigley, “The Division between Mental and Manual

Ocupado com estas idéias, Charles Dupin criou seu “sistema” para ensinar aos artífices e operários a “teoria” necessária para complementar à “prática” de seus ofícios. Iniciativa de cunho escolarizante, esse “sistema” foi um recurso didático para que as regras das artes mecânicas pudessem ser metodicamente disponibilizadas aos trabalhadores mais comuns. Seu objetivo maior era que tais sujeitos menos especializados pudessem executar suas atividades manuais com alguma autonomia. Em outras palavras, sem o tradicional domínio monopolista dos mestres de ofício nos processos de aprendizagem. Mais uma vez, o pensamento do lente do *Conservatoire de Arts et Métiers* foi tributário das idéias de Denis Diderot. Na *Encyclopédia*, o filósofo ilustrado afirma que todo método deveria expor os “progressos” das artes mecânicas “de uma maneira mais instrutiva e mais clara”¹³. Ao explicar paulatinamente os “passos sucessivos da arte”, ele deveria facilitar “a inteligência aos espíritos mais ordinários”¹⁴. Desta forma, em sua generalidade, os artífices seriam devidamente colocados “no caminho que teriam de seguir para mui aproximar-se da perfeição”¹⁵.

Analisando as obras de Charles Dupin por esta ótica, observamos que seu “sistema” é mais bem representado pela *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts*. Publicada nos anos de 1825 e 1826, ela se divide em três tomos. De forma sucessiva e processual, como queria Diderot, cada um deles apresenta e ensina às “classes laboriosas” o conjunto das leis físicas e naturais que possibilitariam superar a aprendizagem adquirida somente pelo tirocínio artesanal¹⁶. O primeiro volume do “sistema” apresenta alguns dos mais relevantes princípios teóricos da geometria. Seu escopo era propiciar aos artistas mecânicos o conhecimento das superfícies existentes. Contidas no segundo volume, as teorias mecânicas demonstram tanto as vantagens técnicas de se usar o sistema métrico decimal, quanto a necessidade de aprender as primeiras leis do movimento. Entre elas, as forças paralelas, os centros de gravidade, as noções de estática e as relações entre plano

Labor: artisan education in science in nineteenth-century Britain”, *The American Journal of Sociology*, (1982), volume 88, supplement: Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class and States.

¹³ Denis Diderot, op. cit., p. 151.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ Idem, ibidem.

¹⁶ Charles Dupin, *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts: cours normal à l'usage des artistes et des ouvriers, des sous chefs et des chefs d'ateliers et de manufactures*, trois parties, Paris, Bachelier Libraire, 1826. Vale ainda destacar que antes de 1826, o autor também publicou obras mais introdutórias. Charles Dupin, *Introduction au cours de mécanique appliqué aux arts ouvert près du Conservatoire des Arts*

inclinado e equilíbrio. A última parte, dedicada às forças motrizes, tem por objetivo indicar o melhor modo de utilizá-las na indústria¹⁷.

Devo destacar que a ambição da obra *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts* não foi somente conduzir os artífices e operários nos caminhos do “Progresso”. De forma complementar, ela também pretendia guiá-los nas searas da “Civilização”. No *Effects de L’Enseignement Populaire*, Charles Dupin afirma que a melhoria da capacidade intelectual dos trabalhadores colaborava diretamente com a construção de seu senso de dignidade. Segundo o autor, este elemento era crucial para a ordem social¹⁸. Por conta disto, a política pedagógica adotada pelo professor de mecânica do *Conservatoire de Arts et Métiers* esteve absolutamente comprometida com o projeto educacional francês da primeira metade dos oitocentos. Elaborado por Condorcet em finais dos setecentos e dividido em vários níveis de escolaridade, o Plano de Instrução Nacional teve como principal propósito “assegurar um bem-estar coletivo que só poderia ser obtido mediante o desenvolvimento dos potenciais individuais”¹⁹. Nas hierarquias do conhecimento escolar, o “sistema do Barão Dupin” se alinhou aos propósitos do ensino básico. Eles primavam pelo aperfeiçoamento “técnico” do trabalhador e sua “moralizada” conduta pública²⁰.

Cruzando estas metas mais gerais do ensino básico com o que foi dito sobre Charles Dupin, podemos fechar o parêntese chegando a duas conclusões correspondentes. A primeira delas é que o *Conservatoire de Arts et Métiers* foi uma escola onde as “classes

et Métiers, Paris, Bachelier Libraire, 1821. Charles Dupin, *Introduction d'un nouveau cours de mécanique appliqué aux arts ouvert près du Conservatoire des Arts et Métiers*, Paris, Bachelier Libraire, 1824.

¹⁷ Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, hemeroteca, “Ciencias Físicas y Naturales – Geometrie et Mecanique des Arts et Metiers et des Beax Arts”, *Ócios de Espanoles Emigrados*, (1826), tomo VI, número 30, pp. 233-239. <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12482087572351512976846>. Acessado em 25/7/2007.

¹⁸ Bibliothèque Nationale de France, Gallica, Charles Dupin, *Effects de L’Enseignement Populaire*.

¹⁹ Carlota Boto, “Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet”, *Educação e Sociedade*, (2003), volume 24, número 84, p. 743.

²⁰ Idem, p. 745. Ao criar políticas mais amplas para instruir o “povo”, o Estado francês queria mesmo era consolidar o “lugar social” dos pobres nos “mundos do trabalho”. Para tanto, esta clientela apenas receberia do Estado algum capital simbólico (como ler, escrever e contar) para que melhor exercessem suas atividades cotidianas. Duas justificativas foram dadas pelos governantes para legitimar este tipo de política pedagogia. A primeira delas é que tal público dispunha de pouco tempo para estudar, na medida em que estava preso a longas e contínuas jornadas de trabalho. A outra se apoiou na necessidade de ordem pública. Os conteúdos do ensino básico seriam escolhidos e administrados para refrear as paixões da plebe e manter o *status quo*. Maria Cristina Soares de Gouvêa & Mônica Yumi Jinzenji, “Escolarizar para moralizar: disposições sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)”, *Revista Brasileira de Educação*, (2006), volume 11, número 31, pp. 124-126.

laboriosas” deveriam “lapidar” suas capacidades de acordo com os interesses do Estado francês. Segundo Antonio Santoni Rugiu, tais interesses foram ditados pela necessidade da “instrução acelerada”, que fazia com que “os tempos da formação cultural-profissional” dos indivíduos fossem “medidos segundo as exigências da coletividade, e não segundo a vantagem dos velhos naipes corporativos”²¹. Em tese, seriam varridos das escolas como o *Conservatoire de Arts et Métiers* os valores “adquiridos ou desenvolvidos predominantemente pelo longo caminho do tirocínio artesão”²². Por conseguinte, a outra inferência é que a montagem do “sistema do Barão Ch. Dupin” colaborou com a “proletarização” dos artífices. O desenvolvimento de metodologias escolares na aprendizagem de ofícios dialogou profundamente com a emergência do livre-mercado e com o fortalecimento das relações capitalistas²³.

Fechado o parêntese, podemos retornar à problemática que o motivou. Conhecido o “sistema do Barão Ch. Dupin”, seus objetivos e as concepções de seu autor, vamos destacar algumas vantagens de seu uso pela Sociedade. A obra *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts* foi um excelente instrumental didático para que os mestres carpas e pedreiros da associação melhor planejassem, construíssem e reparassem estruturas urbanas. Ao ensinar conceitos relativos aos tipos de superfícies e às forças dinâmicas, os três tomos auxiliariam os sócios a bem exercerem seus ofícios e a legitimarem sua “inteligência” nas artes mecânicas. Com a adoção do “sistema” de Charles Dupin pela Sociedade, os membros da entidade artística ratificavam o propósito de que pretendiam “evoluir” em suas técnicas de trabalho e melhorar a qualidade de seus serviços. Como vimos no transcorrer do capítulo, esta estratégia era fundamental para que os sócios tivessem oportunidades para competir com a mão-de-obra estrangeira pelo mercado de edificações.

No relatório produzido pela Câmara Municipal do Recife em 1843, observamos que a Sociedade também procurou extrair das potencialidades técnicas da metodologia francesa alguns dividendos políticos. Segundo os vereadores da capital da Província, a associação vinha ganhando expressiva visibilidade pública na cidade justamente porque havia

²¹ Antonio Santoni Rugiu, *Nostalgia do Mestre Artesão*, Campinas, Editora Autores Associados, 1998, pp. 130 e 148.

²² Idem, *ibidem*.

²³ Richard Stott, “Artisans and Capitalist Development”, *Journal of the Early Republic*, (1996), volume 16, number 2, pp. 258-263, 271.

implementado uma “aula de mecânica aplicada às artes e ofícios”²⁴. Satisfeita com esta atitude pedagógica dos artífices, a municipalidade ainda sublinhou que eles estavam conscientes de que a “perfeição” de seus serviços era diretamente proporcional ao estudo de algumas “regras que participam da teoria”²⁵. Como desdobramento desta iniciativa modelar no campo da instrução, os representantes daquela Casa ainda elogiaram o fato de a Sociedade estar convencida de que seus membros somente abandonariam a “infância” das artes mecânicas quando deixassem de exercê-las “por um mecanismo de tradição ou rotinas de nossas oficinas”²⁶. Podemos concluir que a Sociedade utilizou o “sistema” de Charles Dupin como um meio para que os “de cima” da pirâmide social reconhecessem que seus artífices trilhavam os caminhos do “Progresso”.

Observando os princípios filosófico-pedagógicos que nortearam as publicações de Charles Dupin, outro debate muito importante motivou os sócios a adotarem a obra *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts*. Os três tomos traziam em suas entrelinhas a defesa de que a dignidade social dos artífices passava pela instrução. Sendo assim, as aulas noturnas de geometria e desenho da Sociedade poderiam colaborar diretamente com o reconhecimento dos talentos e virtudes de seus membros. Esta apropriação das perspectivas ideológicas do nobre francês se confirma quando retomamos o requerimento de 1845. Enviado pela Sociedade aos deputados provinciais, o documento sublinhava a relevância pública daqueles estudos como motivo da subvenção anual. Os sócios pediam a verba à Assembléia Legislativa de Pernambuco porque sabiam que “a opulência e a civilização dos Artistas” era vetada àqueles trabalhadores que “apenas têm podido ser menos que práticos”²⁷. Por esta razão, os 500\$000rs eram fundamentais para que a associação continuasse abrindo “os olhos de seus membros aos grandes princípios da ciência”²⁸.

Junto das vantagens analisadas, também parece paradoxal o uso do “sistema de Ch. Dupin” pela Sociedade. A obra *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-*

²⁴ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR041, maço 02/1844, “Relatório da Câmara do Recife à Assembleia Legislativa, 16/12/1843”.

²⁵ Idem, ibidem.

²⁶ Idem, ibidem.

²⁷ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Organização Social e Civil.

²⁸ Idem, ibidem.

Arts pretendeu combater as práticas corporativas que ainda sobreviviam na Europa. Como vimos, a metodologia aplicada às “artes úteis” surgiu para subalternizar os mestres de ofício, enfraquecer definitivamente a velha autonomia das oficinas e disciplinar a aprendizagem dos ofícios mecânicos através da escolarização controlada pelo Estado. Neste sentido, os princípios ideológicos do “sistema do Barão Ch. Dupin” também combatiam os projetos mais particulares da Sociedade. Para que possamos saber se a adoção de um método contrário aos costumes corporativos criou algum tipo de suscetibilidade política ou pedagógica à vida cotidiana do grupo de artífices, abriremos um segundo parênteses. Com este recurso narrativo, pretendo apresentar alguns aspectos mais pontuais da história da educação pernambucana na primeira metade dos oitocentos.

Em sua tese, Adriana Maria Paulo Silva afirma que os poderes locais pouco estimularam a montagem da instrução pública pernambucana na primeira metade do século XIX. Além disto, as poucas políticas que foram instituídas pelo Estado tiveram critérios extremamente seletivos em sua execução. Por mais que a Carta de 1824 pretendesse propiciar medidas de educabilidade para os cidadãos brasileiros, em cidades como o Recife este processo esteve visceralmente baseado tanto no “merecimento” de seus beneficiários, quanto na sua capacidade de tecer redes de clientela. Ao se referir especificamente ao nível mais básico de escolarização (aquele que oferecia leitura, escrita e rudimentos da matemática aos alunos), a pesquisadora ainda esclarece que seu alcance social foi bastante pequeno entre os indivíduos mais pobres. Assim, além de insipiente, a escola primária pernambucana ainda esteve completamente desvinculada do ensino mais específico dos ofícios mecânicos²⁹.

Para o período em quadro encontrei algumas medidas isoladas do governo provincial na tentativa de sistematizar o aprendizado das “artes úteis”. Recordemos, por exemplo, do contrato firmado em 1839 entre mestres alemães e presidência da Província. Entre outros objetivos, a arregimentação da Companhia de Operários previa o treinamento dos trabalhadores nacionais pelos peritos estrangeiros. Outro caso modelar foi a aprovação da Lei de número 222 aos 16 de agosto de 1848. Feita no calor das disputas entre praeiros e conservadores pelo poder local, ela determinava a criação da Escola Industrial. Este seria um estabelecimento no qual os pernambucanos poderiam aprender alguns ofícios. Apesar

destes ensaios das autoridades provinciais na direção do ensino das artes mecânicas, seu grau de prioridade foi ainda menos significativo que o da escola primária. Sobre o contrato que formou a Companhia de Operários, sabemos que a cláusula sobre o aprendizado de ofícios foi cumprida de forma bastante insatisfatória. Por sua vez, a Lei de número 222 não saiu do papel³⁰.

Junto das malsucedidas iniciativas do governo provincial, outros agentes públicos e particulares também tentaram organizar o treinamento da mão-de-obra livre nas artes mecânicas. Três deles merecem especial destaque, pela expressiva representatividade social dos grupos envolvidos e seus diferenciados campos de atuação. Esta diversidade permitirá que tenhamos uma boa visão panorâmica sobre a instrução em Pernambuco. Em primeiro lugar, focalizaremos a Associação Comercial de Pernambuco. Composta essencialmente por comerciantes de grosso trato, como vimos, ela pensou em aproveitar a “modernização” do porto do Recife para desenvolver os ofícios mecânicos na Província. A preocupação em melhor equipar a cidade levou seus fundadores a desejarem promover o treinamento mais formal dos trabalhadores locais. Desta forma, estes homens também teriam mais condições de se empregar em outras obras³¹. Contudo, este projeto somente saiu do papel na segunda metade do século. E mesmo assim, com algumas mudanças significativas em seu foco³².

²⁹ Adriana Maria Paulo da Silva, *Processos de Construção das Práticas de Escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*, Recife, UFPE, 2006, tese de doutorado em História.

³⁰ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que ao Illmo e Exm Sr Conselheiro Presidente da Província Sergio Teixeira de Macedo apresentou o Director Geral da Instrução Pública Joaquim Pires Machado Portella*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1857. De forma mais geral, o pouco interesse no treinamento da mão-de-obra livre e pobre foi uma realidade no Brasil dos primeiros cinqüenta anos do século retrasado. Na Corte, o projeto da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios ilustra bem esta afirmativa. Como o próprio nome do estabelecimento sugeriu aos seus contemporâneos, seu objetivo seria promover o “progresso” das “artes úteis” e incentivar as “artes maiores” na Metrópole interiorizada. Contudo, a Missão Artística de 1816 somente privilegiou o ensino das “belas-artes” na grade curricular do estabelecimento. Lebreton acreditava que o ensino das primeiras letras e o curso de artes mecânicas não eram dignos de conviverem com os “saberes maiores”. Não por acaso, quando foi inaugurada em 1826, a escola havia sido rebatizada como Academia Imperial de Belas-Artes. Nela, somente os “artistas de luxo” tiveram espaços de poder mais significativos em seus corredores e aulas. Tadeu Daniel Ribeiro, *As Razões da Arte. A questão artística brasileira: política ilustrada e neoclassicismo*, volume 2, Rio de Janeiro, UFRJ, 1998, tese de doutorado em História, pp. 354-369.

³¹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Coleção de Livretos Raros, volume 18, *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 9 de agosto de 1861*, Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1861. Estevão Pinto, *A Associação Commercial de Pernambuco*, Recife, Officinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1940, pp. 8-9.

³² Nos próximos capítulos discutirei estas mudanças.

A segunda entidade que pretendeu o ensino mais formal das artes mecânicas foi o Colégio de Órfãos de Olinda. Este estabelecimento pio foi instalado aos 16 de fevereiro de 1835 para recolher, proteger e instruir os meninos pernambucanos desamparados³³. Nos anos de 1846 e 1847, ou seja, pouco mais de uma década após sua inauguração, seu diretor ainda reclamava dos obstáculos que precisava superar para introduzir seus alunos nos ofícios artesanais. Comunicando os resultados de sua administração aos deputados provinciais, aquele gestor afirmou que encontrava muitas dificuldades para prover a cadeira de “geometria mecânica” em sua escola³⁴. Além da falta de lentes que pretendessem ministrar conhecimentos aplicados às “artes úteis” aos meninos desvalidos da Província, os relatórios enviados à Assembléia Legislativa de Pernambuco ainda informavam outro problema. Segundo as fontes, existia grande desinteresse dos mestres artesãos em instalar algumas de suas oficinas no Colégio de Órfãos de Olinda³⁵. Apesar de esta instituição prever o ensino teórico e prático das “artes úteis” para seus alunos carentes, concluímos que este objetivo ficou muitos anos sem representativa execução.

Depois das constantes reclamações do diretor do Colégio de Órfãos de Olinda aos legisladores pernambucanos, o quadro parecia mudar. Em 1848, aquela tendência mais desfavorável quanto a aprendizagem das artes mecânicas parecia se reverter. Neste ano, a recém aberta oficina de sapateiro começava a apresentar “algum resultado favorável”³⁶. Além disto, como destaquei em seções anteriores, Francisco Manoel Beranger (que se tornou membro da Sociedade em 1849) também acabou assumindo aquela cadeira vaga de “geometria mecânica”. Entretanto, sua presença no Colégio de Órfãos de Olinda extrapolou o ensino da teoria. O mestre organizou uma pequena marcenaria para que os meninos

³³ “O patrimônio dos órfãos se originou quando D. Pedro II, por Lei Imperial de 9 de dezembro de 1830, decretou a extinção da Congregação dos Padres de S. Felipe Nery, estabelecida em Pernambuco. Foi determinado, no art. 2º da referida lei, que todos os bens pertencentes à extinta Congregação, passariam para o patrimônio de uma Casa Pia”. Além do Colégio de Órfãos de Olinda, foi criado também o Colégio das Órfãs do Recife em 1847. Vera Lúcia Braga de Moura, *Pequenos Aprendizizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*, Recife, UFPE, 2003, dissertação de mestrado em História, p. 152.

³⁴ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR041, maço 1846, “Relatório do Diretor do Colégio de Órfãos de Olinda à Assembléia Legislativa – 17/8/1846” e Caixa OR042, maço 03/1847, “Relatório do Colégio de Órfãos à Assembléia Legislativa – 2/1/1847”.

³⁵ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR042, maço 1847, “Relatório do Colégio de Órfãos à Assembléia Legislativa – 2/1/1847”.

³⁶ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR042, maço 1848, “Relatório do Colégio de Órfãos à Assembléia Legislativa – 18/1/1848”.

carentes aprendessem seu ofício. Segundo as informações do renomado artífice ao diretor da escola, por mais que sua oficina ainda estivesse aquém das expectativas, alguns de seus aprendizes “têm feito bastante progresso e alguns se acham assaz adiantados”³⁷. Na seqüência das aulas, eles haviam produzido para o próprio Colégio de Órfãos de Olinda “uma mesa grande para a aula de sapataria, duas estantes para a aula de música e alguns outros objetos de menor consideração”³⁸.

Por fim, os militares também se preocuparam com o ensino dos ofícios em Pernambuco da primeira metade do século XIX. Criado pela Carta Régia de 1811, o Trem Militar foi um espaço privilegiado para a aprendizagem das artes mecânicas³⁹. Segundo Luiz Antônio Cunha, os *trens* “eram oficinas de porte inferior aos arsenais, onde se consertavam e, eventualmente, se construíram armas e utensílios vários para o exército”⁴⁰. No Recife, contudo, o acanhamento de suas acomodações físicas e o quadro de instabilidade política advindo com *Ciclo de Insurreições do Nordeste* obscureceram bastante suas atividades no campo do ensino dos ofícios⁴¹. Mesmo depois do decreto de 21 de fevereiro de 1832, quando o Trem Militar passou à condição de Arsenal de Guerra de Pernambuco, e da nova regulamentação da Companhia de Menores Aprendizes, de 1842, a situação permaneceu pouco favorável ao treinamento mais regular de trabalhadores⁴². Segundo Vera Lúcia Braga de Moura, somente na segunda metade dos oitocentos é que o

³⁷ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR042, maço 1847, “Relatório do Colégio de Órfãos à Assembléia Legislativa – 2/1/1847”.

³⁸ Idem, *ibidem*.

³⁹ Adriana Maria Paulo da Silva, *op. cit.*, p. 228.

⁴⁰ Luiz Antônio Cunha, *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*, 2ª edição, São Paulo/Brasília, Editora Unesp/FLACSO, 2005, p. 63.

⁴¹ Adriana Maria Paulo da Silva, *op. cit.*, p. 228.

⁴² A partir dos anos de 1830, os estabelecimentos militares começaram a voltar sua atenção para uma “uma política de absorção, instrução e qualificação para o trabalho”. Contudo, a falta de investimentos mais significativos fez com que esta política obtivesse pouco sucesso na primeira metade do século XIX. Jorge Prata Souza, “A mão-de-obra de menores escravos, libertos e livres nas instituições do Império”, In: Jorge Prata Souza (organizador), *Escravidão: ofícios e liberdade*, Rio de Janeiro, APERJ, 1998, p. 37. Em 1842, as Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais de Guerra foram reorganizadas. Além de aulas de música, desenho e primeiras letras, os meninos órfãos e desvalidos deveriam aprender ofícios nas oficinas militares. Com o novo regulamento, o Arsenal de Guerra pretendia oferecer aos aprendizes menores uma “educação tão desvelada como a que os bons pais de família devem dar aos seus filhos”. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 16, “Regulamento n. 113 de 3 de Janeiro de 1842 dando nova organização as Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais de Guerra em conformidade do art. 39 da Lei n. 243 de 30 de Novembro de 1841”.

Arsenal de Guerra, assim como o de Marinha, organizou melhor suas diversas oficinas e o adestramento dos meninos nas “artes úteis”⁴³.

Fechado o segundo parênteses do texto, observamos que as políticas e iniciativas arroladas tiveram pequeno ou nenhum alcance político-pedagógico em Pernambuco da primeira metade dos oitocentos. Dentre as medidas que obtiveram algum resultado na instrução das artes mecânicas, destaco as que foram direcionadas exclusivamente para o aperfeiçoamento de menores aprendizes (nada que atingisse os mestres da associação). Vale também sublinhar que os atores que elaboraram os projetos de treinamento da mão-de-obra livre e pobre da Província estiveram, direta ou indiretamente, ligados às elites letradas e proprietárias. Pode-se afirmar que, após a outorga da Carta de 1824, inexistiram ações mais significativas dos governos central e local para estimular o aprendizado mais específico dos ofícios mecânicos na Província. Diferente do caso francês, que contou com o *Conservatoire de Arts et Métiers* de Paris, no Recife houve um profundo hiato na “substituição” do tirocínio artesanal por estabelecimentos públicos especialmente voltados para o ensino industrial.

De certo modo, as conjunturas recifenses ajudaram os sócios a minimizar os possíveis paradoxos do uso do “sistema” de Charles Dupin. Afinal, o Estado, em seus variados níveis, não assumiu convenientemente a escolarização dos artistas mecânicos. Por causa disto, pode-se atribuir novos sentidos ao processo histórico que levou à Lei de número 130, sancionada em 2 de maio de 1844. Como sabemos, a referida norma regulou a concessão de um privilégio para a Sociedade. Através de uma verba anual, ela prescrevia um benefício exclusivo para o aperfeiçoamento profissional dos sócios. Apesar de todos os conflitos por causa do pagamento irregular da subvenção, a Lei de número 130 foi uma forma bastante sutil de o governo pernambucano delegar à particulares parte de suas prerrogativas no campo da instrução dos artífices. Como o “sistema do Barão Ch. Dupin” trazia em seu bojo diretrizes de ordem, morigeração e disciplina, nada impedia que os poderes provinciais apostassem em uma iniciativa que além de “moralizadora”, poucos gastos daria aos cofres públicos.

Ao mesmo tempo em que a proteção à Sociedade parecia importante às elites letradas e proprietárias, a mercê governamental também cancelava a luta de alguns sócios

⁴³ Vera Lúcia Braga de Moura, op. cit. Mesmo após as tentativas de reorganização, veremos oportunamente

para ressignificar seus velhos privilégios. Conquistando o aval das autoridades públicas e sofrendo a concorrência de frágeis estabelecimentos “escolares”, os membros da associação tiveram a oportunidade de transformar o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar em uma referência no ensino das ciências aplicadas às artes mecânicas. Desta forma, se a Irmandade daquele tradicional orago havia conseguido controlar a “prática” de alguns ofícios antes da Carta de 1824, a Sociedade, sob bases absolutamente “modernas”, poderia construir a possibilidade de se oficializar no ensino da “teoria”. Se tivessem sucesso neste vantajoso intento, seus mestres, como no passado corporativo, poderiam continuar a dominar o mercado de mão-de-obra especializada. Com este predomínio, fruto de uma forte economia de favores, eles continuariam dizendo onde, quando e quem poderia trabalhar nas obras da cidade do Recife.

No alvorecer da década de 1850, contudo, a Lei de número 222 de 1848 retornou à pauta da política provincial com algumas reorientações. Entretanto, os debates sobre a efetiva implementação da Escola Industrial voltaram a ameaçar o projeto monopolista da Sociedade. No campo das idéias, o estabelecimento de ensino profissionalizante continuava indo de encontro a quaisquer possibilidades de oficialização das aulas noturnas que eram oferecidas pelos mestres associados. Além de aquela instituição pública pretender ser a maior referência do ensino das artes mecânicas pernambucanas, também queria formar mestres “proletarizados”. Na abertura do ano legislativo de 1852, os políticos provinciais deixaram muito claro qual seria o novo papel da Sociedade nas demandas por “aperfeiçoamento” da mão-de-obra artesanal. A autoridade maior do Poder Executivo definiu que os sócios deveriam garantir a “transição” dos destinos de Pernambuco em direção ao “Progresso”:

“A associação dos artistas, que recebe dos cofres provinciais o socorro anual de 700\$000rs, vai tendo alguma animação e aproveita alguns homens estudiosos e aplicados que dela recebem meios de instruir-se: se a beneficência pública vier em seu auxílio, muito útil pode ser ela às artes que se cultivam no país, e com abundância de recursos poder-se-ão marcar prêmios aos oficiais sob certas condições de progresso, aos que derem certo número de discípulos distintos, aos que converterem em hábeis artífices homens entregues ora à ociosidade e finalmente aos que habituando o povo ao

que o estabelecimento militar continuou enfrentando problemas em suas oficinas.

trabalho e moralizando as classes industriosas, contribuem tão poderosamente para o crescimento da riqueza e da prosperidade geral. Tomando a associação esse desenvolvimento, e progredindo alguns ramos da indústria na Província, convirá então criar-se a Escola Industrial decretada pela lei provincial n. 222 e para a qual tem sido marcada a consignação anual de 2:000\$000rs”⁴⁴.

Nesta conjuntura, fica nítido que o Presidente da Província pensava na Sociedade como uma experiência política, social e econômica. Ou seja, a associação era encarada como um meio para que Pernambuco atingisse um fim maior. Os resultados das atividades implementadas pelos sócios seriam uma espécie de “termômetro” para que o Estado tomasse quaisquer providências mais definitivas no campo da instrução dos artistas mecânicos. Segundo o extrato do relatório que reproduzi, percebe-se que os governantes locais somente montariam a Escola Industrial caso Pernambuco “evoluisse” materialmente e a Sociedade demonstrasse que a “moralização” das “classes industriosas” era algo possível. Com algumas diferenças estratégicas em relação ao ano de 1844, a política governamental no início da década de 1850 corrobora o que afirmei anteriormente. Com baixo custo para os cofres públicos, as elites letradas e proprietárias continuaram delegando aos sócios parte de suas atribuições quanto ao ensino industrial.

Na diacronia, contudo, a Sociedade encontrou alguns aliados de peso para tentar reverter esta pretensa sujeição ao “dever histórico”. Em 1857, o Diretor Geral da Instrução Pública procurou motivar uma mudança de rumo no projeto provincial de ensino das artes e ofícios. Em relatório ao Presidente da Província, Joaquim Pires Machado Portella comunicou sua inquietação com o papel que estava sendo atribuído à Sociedade. Se as nações mais “modernas” do mundo têm “procurado desenvolver e enobrecer a indústria artística”, por que a Província não vinha se esforçando convenientemente “por fazer aperfeiçoar as artes mecânicas favorecendo e animando a Associação dos Artistas?”⁴⁵. Criticando a pequena verba que os associados recebiam anualmente do governo pernambucano, o Diretor Geral da Instrução Pública dizia ser “preciso não deixar

⁴⁴ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou na abertura da sessão ordinária em 01 de março de 1852 o Exmo Sr da mesma Província*, Typographia de M. F. de Faria, 1852, p. 35.

⁴⁵ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que ao Illmo e Exm Sr Conselheiro Presidente da Província Sergio Teixeira de Macedo apresentou o Director Geral da Instrução Pública Joaquim Pires Machado Portella*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1857, p. 45.

esmorecer, e talvez morrer, essa associação”⁴⁶. Para que este objetivo fosse alcançado, ele sugeria uma espécie de consórcio. Joaquim Pires Machado Portella entendia que “o meio mais profícuo” para a continuidade da associação talvez fosse a definitiva montagem da Escola Industrial no Recife⁴⁷.

A proteção oferecida à Sociedade pelo Diretor Geral da Instrução Pública era fruto de políticas verticais muito bem tecidas pelos sócios. Ao completar dez anos de existência em 21 de outubro de 1851, a associação promoveu algumas reformas institucionais para facilitar sua interação com outros grupos sociais. Entre elas, mudou de nome e reformou seu Estatuto. Rebatizada como “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, manteve seus objetivos originais, mas introduziu duas novidades à sua constituição. A primeira delas tornou *direito* uma relação *de fato*. Ou seja, as matrículas agora estavam oficialmente abertas para todos os artistas mecânicos que pudessem preencher suas exigências. Por sua vez, também poderiam se inscrever na associação aqueles que exercessem as artes liberais⁴⁸. Ao assumir este novo perfil e denominação, a Sociedade expunha dois desejos. O primeiro, de ampliar seu campo de influência no Recife. O outro, de confirmar os talentos e virtudes de seus sócios através da convivência com indivíduos melhor qualificados da vida pernambucana.

Para concretizar parte deste projeto, os sócios organizaram diversas solenidades com objetivo de aproximar a entidade artística de alguns representantes das elites letradas e proprietárias. Vejamos alguns exemplos. Na ato de seu décimo aniversário, a entidade artística contou com a presença do Presidente da Província na assistência de seus exames de “Arquitetura” e “Geometria Prática”⁴⁹. Ao final das provas, os sócios que foram aprovados receberam “um prêmio [...] por mão” do representante maior do Poder Executivo

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portella, na sessão solene aniversário, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*, volume I, Recife, Diário de Pernambuco, 1975, pp. 329-336. “Resumo Histórico da Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes”, *Revista do Lyceu de Artes e Officios*, Pernambuco, /s.e. /, 1928, pp. 5-8. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 249-253.

⁴⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 1.

pernambucano⁵⁰. Em outubro de 1852, a construção de redes de favores se tornou uma política institucional mais clara. Em reunião extraordinária do Conselho Deliberativo, os sócios discutiram a conveniência de “oferecer alguns Diplomas a certas e determinadas pessoas”⁵¹. Segundo as atas daquela sessão, com o exercício desta prática poderia “a Sociedade ganhar mais terreno, e ser-lhe mais favorável conseguir algumas de suas pretensões”⁵². Entre elas, como sabemos, maior pontualidade do governo no pagamento de suas subvenções, melhor acesso à instrução e, claro, mais espaço no mercado de edificações.

Depois disto, logo em 1853, não é coincidência haver mais representantes da “boa sociedade” nos exames “técnicos” da associação. Nas bancas que foram organizadas pelos sócios, também em 21 de outubro, foram avaliadores externos duas importantes personalidades da vida pública pernambucana. Eram eles o Doutor José Mamede Alves Ferreira e Januário Alexandrino Rabello Caneca. O primeiro foi Diretor da Repartição das Obras Públicas entre os anos de 1850 e 1856⁵³. Vale destacar que o engenheiro José Mamede foi o sucessor do também engenheiro Vauthier no respectivo cargo. O outro avaliador era Diretor Interino do Liceu Provincial em 1850⁵⁴. Junto do Colégio das Artes Preparatórias do Curso Jurídico de Olinda, aquele foi o mais importante estabelecimento público de ensino secundário de Pernambuco⁵⁵. Presente ao ato também esteve o Presidente da Província José Bento da Cunha Figueiredo⁵⁶. A presença destes homens na sede da

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁵¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 18.

⁵² Idem, *ibidem*.

⁵³ A Repartição de Obras Públicas foi criada em 1835, dialogando com o processo que instaurava os “melhoramentos materiais” de Pernambuco. Cleonir Xavier de Albuquerque e Costa & Vera Lúcia Costa Acioli, *José Mamede Alves Ferreira: sua vida, sua obra – 1820-1865*, Recife, APEJE/Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/Governo do Estado de Pernambuco, 1985.

⁵⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-7, fls. 45 e 49. O Liceu Provincial deixou de existir em 1855, sendo substituído pelo Ginásio Provincial de Pernambuco. Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1855*, Recife, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1855.

⁵⁵ Criado em 1832, o Colégio das Artes Preparatórias do Curso Jurídico foi produto do fim do Seminário de Olinda. Adriana Maria Paulo da Silva, *op. cit.*, p. 228. Em 1855, o Colégio das Artes já havia sido transferido para o Recife. Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1855*, Recife, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1855.

⁵⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 2.

Sociedade corrobora a luta dos sócios pela conquista de mais “terreno” para conquistarem suas “pretensões”.

Isto posto, retomemos o relatório do Diretor Geral da Instrução Pública. Para sabermos até que ponto seu intento foi eficiente, é necessário consultar mais atentamente os orçamentos provinciais. Desde o ano em que a Lei de número 222 foi aprovada até o exercício de 1852, o erário realmente previra o empenho anual de 2:000\$000rs para a manutenção das atividades letivas da Escola Industrial⁵⁷. Como os políticos pernambucanos deixaram de priorizar sua organização, o estabelecimento de ensino ficou sem verbas nas despesas orçamentárias dos anos seguintes. Não por acaso, em 1857 esta verba retornou mais uma vez às previsões de gastos da Província. Neste ano, porém, seriam destinados 6:000\$000rs para que os cursos artesanais se efetivassem e prestassem bons serviços artísticos aos provincianos. Contudo, a partir deste ano financeiro, as subvenções da Escola Industrial perderam sua autonomia na planilha de gastos públicos. O estabelecimento passou a estar subordinado à rubrica da “Associação Artística”. Junto deste empenho, a Sociedade também continuaria recebendo seu antigo auxílio. Em 1857, seu valor estava definido em 1:500\$000rs⁵⁸.

A partir destes dados, fica evidente que Joaquim Pires Machado Portella conseguiu impor sua perspectiva político-pedagógica. Ele derrotou a antiga forma de o governo pernambucano encarar a relação entre Escola Industrial e Sociedade. De meros instrumentos de “passagem” para a “Civilização”, os sócios se tornaram mantenedores do estabelecimento de ensino que representava a própria “modernização”. Esta nova diretriz, que estabelecia um consórcio entre ambas as entidades, tinha força suficiente para reacender os desejos monopolistas dos associados. Afinal, eles também se credenciavam como agentes diretos da Instrução Pública de Pernambuco. Por mais que o Estado ficasse responsável pelas políticas de aprendizagem da Escola Industrial, a Sociedade estaria participando ativamente deste processo. Ou seja, mesmo que sua autonomia fosse limitada

⁵⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XV, anno de 1850*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1850, p. 14 e *Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVI, anno de 1851*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1851, p. 18.

⁵⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XX, anno de 1857*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1857, p. 49.

por normas governamentais, seus membros estariam ocupando espaços públicos de destaque e experimentando relativo comando no universo da aprendizagem artesanal.

Apesar de ouvida, a voz do Diretor da Instrução Pública não ecoou o suficiente na curta duração. Mais uma vez a Lei de número 222 deixou de ser executada e o novo empenho orçamentário da Escola Industrial foi programado somente até 1859⁵⁹. Para a Sociedade, esta derrota foi bastante negativa. Era de suma importância que aquele estabelecimento público fosse montado sob sua batuta. Os sócios precisavam fazer parte do *establishment* do ensino das “artes úteis”, pois as pressões do governo central contra as sobrevivências corporativas ganhavam força na década de 1850. Os olhares sobre o treinamento da mão-de-obra livre e pobre começavam a se diferenciar daqueles que foram registrados em décadas anteriores. Depois do fim do tráfico atlântico, em 1850, e da Exposição Universal de Londres, em 1851, o Gabinete da Conciliação buscou implementar algumas medidas mais gerais que proporcionassem ao país “melhoramentos materiais, intelectuais [e] morais”⁶⁰. Na oportunidade, reformas que se pretendiam de grande alcance social foram planejadas pelo governo imperial. Entre as que nos interessam mais diretamente, temos a reorganização da instrução pública e a montagem de um plano de obras públicas⁶¹.

Neste processo “modernizador” da vida nacional, alguns expoentes da política brasileira entenderam que era necessário “incorporar o ensino técnico e profissionalizante às instituições de ensino do Império”⁶². Dois exemplos de esforços governamentais nesta direção merecem especial destaque. Em 1855, a Academia Imperial de Belas-Artes precisou “relativizar” seus velhos preconceitos contra as “artes úteis” e foi obrigada a abrir suas portas para artífices e operários que estivessem interessados em aprender conceitos

⁵⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, anno de 1859*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1859, p. 21.

⁶⁰ Francisco Iglésias, “Vida Política, 1848-1866”, In: Sérgio Buarque de Holanda (diretor), *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*, tomo 2, volume 5, 8ª edição, São Paulo, Editora Bertrand Brasil, 2004, p. 56. A Exposição Universal de Londres, realizada em 1851, foi a primeira do gênero. Segundo Lília Schwartz, as exposições universais foram “festas da modernidade”. Elas tinham o papel simbólico de representar e promover o desenvolvimento econômico e a expansão do mercado em contextos imperialistas. Lília Moritz Schwartz, “Exposições Universais: festas do trabalho, festas do progresso”, In: *As Barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

⁶¹ Francisco Iglésias, op. cit., p. 56.

⁶² Letícia Coelho Squeff, “A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista”, *Cadernos CEDES* (2000), ano XX, número 51, p.109.

aplicáveis aos seus ofícios⁶³. Em 1857, o Ministério da Marinha regulamentou o funcionamento das Companhias de Aprendizes Menores de seus Arsenais⁶⁴. No bojo deste movimento, particulares também conceberam iniciativas de fomento ao ensino das artes mecânicas. A “Sociedade Propagadora das Belas-Artes” foi modelar. Fundada na Corte em 1856, seu idealizador foi o arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva⁶⁵. Formada por membros das elites letradas e proprietárias, a associação criou o Liceu de Artes e Ofícios, inaugurado aos 9 de janeiro de 1858⁶⁶. Seu principal escopo foi criar diálogos entre a emancipação gradual, o ensino das “artes úteis” e a europeização do Brasil⁶⁷.

No Recife, podemos perceber como esta política repercutiu através de um artigo publicado no *Diário de Pernambuco* aos 25 de janeiro de 1858. Escrito por *Abdala-el-Kratif* na crônica semanal “A Carteira”, seu título era “O futuro dos nossos artistas mecânicos. A Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Marinha”⁶⁸. Tal pseudônimo era utilizado pelo mestiço Antônio Pedro de Figueiredo, conhecido jornalista e socialista utópico recifense⁶⁹. No jornal de maior circulação da Província, o articulista aplaudia os poderes imperiais pela idéia de organizar Companhias de Aprendizes Menores em alguns de seus Arsenais de Marinha. Menção especial merecia o de Pernambuco, pois ele foi “o primeiro arsenal que tomou a iniciativa nesta circunstância”⁷⁰. Segundo o autor, desde então muitas famílias pobres começavam a amenizar parte de suas dificuldades cotidianas mais básicas⁷¹. A primeira e mais fundamental delas era a material. Além de o estabelecimento militar proporcionar aos meninos aprendizes “uma diária de 300rs para o seu sustento”, eles também tinham a oportunidade de viverem em “casa asseada”, de se

⁶³ Idem, p. 107.

⁶⁴ Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 112.

⁶⁵ Celina Midori Murasse, *A Educação para a Ordem e o Progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)*, Campinas, Unicamp, 2001, tese de doutorado em Educação, p. 145.

⁶⁶ Idem, p. 2.

⁶⁷ Idem, pp. 80-82, 104, 118 e 151.

⁶⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “O futuro dos nossos artistas mecânicos. A Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Marinha”, *Diário de Pernambuco*, 25/1/1858.

⁶⁹ Antônio Pedro de Figueiredo também era conhecido como *Cousin Fusco*, por causa das idéias de Vitor Cousin. No Recife, o jornalista “mestiço” editou o jornal *O Progresso* em 1846. Sua concepção de socialismo utópico estava fundamentada na realização progressiva do princípio cristão de liberdade, igualdade e fraternidade. Seu socialismo deveria ser efetuado sem violência e por meio de medidas apropriadas às necessidades dos diversos países. Amaro Quintas, *O Sentido Social da Revolução Praieira*, Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 2004, pp. 142-163.

⁷⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, *Diário de Pernambuco*, 25/1/1858.

alimentarem com “comida abundante”, de dormirem em “boa cama” e de contarem com “4 criados livres para os servir”⁷².

No artigo, *Abdala-el-Kratif* também criticou as dificuldades que as famílias pobres encontravam para obter acesso aos princípios mais fundamentais da educação pública. Por este motivo, ele também elogiava o fato de os aprendizes menores poderem se instruir no Arsenal de Marinha de Pernambuco. Segundo o jornalista, eles recebiam do estabelecimento militar aulas de “língua nacional, de leitura e escrita, de aritmética, de álgebra, de geometria e de geometria retilínea”⁷³. De forma complementar, além destas disciplinas “teóricas” aplicadas às artes mecânicas e às demandas da vida cotidiana, os meninos adquiriam habilidades “práticas” com os mestres de ofício das diversas oficinas militares. Ao consultarmos as correspondências entre o Arsenal de Marinha e o Presidente da Província, observamos que em 1858 os aprendizes poderiam ser adestrados nas artes de carpinteiro, calafate, carpina, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, funileiro, polieiro e canteiro⁷⁴. Vale ainda registrar que a pretensão destas e daquelas lições era criar “artistas perfeitos e moralizados”⁷⁵.

Em 1859, o relatório que o Presidente da Província enviou à Assembléia Legislativa de Pernambuco confirma a importância dos “cofres gerais” no aperfeiçoamento da mão-de-obra artística local⁷⁶. O representante maior do Poder Executivo afirma que além desta despesa “com a aula de mecânica do Arsenal de Marinha”, o erário central ainda favorecia as “oficinas do mesmo Arsenal e do de Guerra”⁷⁷. Em contrapartida, por mais que “o desenvolvimento do elemento industrial” merecesse muito desvelo “em um país como o nosso”, segundo o relatório “nada despense a Província para o ensino industrial, quer

⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁷² Idem, *ibidem*. Ao consultarmos o “Regulamento da Companhia de Artífices do Arsenal de Marinha da Província de Pernambuco”, aprovado aos 19 de abril de 1856, o relato de Antônio Pedro de Figueiredo se confirma. Observamos neste documento que os menores matriculados tinham direito, entre outros regalos, à ração diária, roupas e algum pecúlio. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha, Códice AM-16, fl. 227v.

⁷³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, *Diário de Pernambuco*, 25/1/1858.

⁷⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha, Códice AM-20, fl. 209.

⁷⁵ Idem, fl. 18.

⁷⁶ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que o Presidente da Província enviou à Assembleia Legislativa*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1859.

⁷⁷ Idem, *ibidem*.

agrícola, quer comercial ou artístico”⁷⁸. A única contrapartida concreta de Pernambuco seria “o auxílio de 1:000\$rs para uma associação particular de artistas”⁷⁹. No mais, somente alguns empenhos orçamentários que nunca eram regulamentados. Entre eles, os “6:000\$rs para a escola industrial”⁸⁰. Parece que o maior afluxo de recursos oriundos da Corte, destinados ao treinamento das artes mecânicas, colaborou para que a Tesouraria provincial fechasse suas torneiras na execução da Lei de número 222.

Apesar dos revezes conjunturais, a Sociedade encontrou alternativas para seus projetos políticos. Para acompanhar as demandas imperiais que pretendiam formar trabalhadores “moralizados” e os fluxos e refluxos da Escola Industrial, os sócios trataram de ampliar o espectro de suas aulas noturnas. Nos anos de 1850, mais três disciplinas foram oferecidas nas dependências da Igreja de São José do Ribamar. A primeira delas foi arquitetura. Sem que conseguisse precisar o ano de sua abertura, o mestre de marceneiro Francisco Manoel Beranger foi o lente contratado pela entidade artística. Além desta aula, o perito dos trabalhos em madeira também seguia ministrando as de desenho linear e geometria aplicada às artes⁸¹. Recordemos que estas foram as mesmas lições que outrora tiveram como titular Joaquim José de Carvalho Siqueira Varejão. Vale destacar que a criação da aula de arquitetura, junto da maior projeção política da Sociedade no Recife, exigiu mais espaços físicos e simbólicos no Templo dedicado ao Santo Patriarca. Neste sentido, no dia 9 de setembro de 1852, os sócios reeditaram um requerimento que foi enviado aos vogais da confraria⁸².

No documento, a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” afirmou que queria gozar de maiores privilégios na Igreja de São José do Ribamar. A Mesa Diretora pediu autorização aos vogais da confraria homônima para “fazer seu trânsito [livremente] pelo corredor do lado Evangélico”⁸³. Para tanto, prometeram instalar na respectiva porta que

⁷⁸ Idem, *ibidem*.

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁸¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 4v. As aulas da Sociedade e do Colégio de Órfãos ajudaram Francisco Manoel Beranger a consolidar sua visibilidade pública como professor de conhecimentos liberais aplicados às artes mecânicas.

⁸² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 14-14v.

⁸³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos).

dava para a rua as “precisas ferragens”⁸⁴. Concomitantemente, no “mesmo corredor da parte alta”, a entidade artística pretendia “estabelecer uma de suas aulas”, pois “incompatíveis são seus trabalhos em uma mesma sala, qual é a do consistório em que atualmente exerce todas as funções”⁸⁵. Do ponto-de-vista das conveniências cotidianas, o pedido da Sociedade também objetivava evitar que os eventuais fechamentos do Templo interrompessem a regularidade dos estudos conceituais aplicados às artes mecânicas, o que poderia proporcionar “aos escolares imensos prejuízos” materiais e intelectuais⁸⁶. Contudo, mais do que somente contemplar demandas educacionais, a nova mercê permitiria que os sócios conquistassem total independência para circular no edifício religioso, sem vigilâncias ou prévias autorizações.



FIGURA 4 – Litografia aquarelada de Guesdon. Panorama da freguesia de São José por Frederick Hagedorn (1856). Diretoria de Documentação/CEHIBRA, Acervo da Fundação Joaquim Nabuco-Recife. Detalhe da obra que destaca a Igreja de São José do Ribamar.

O detalhe da litografia aquarelada de Guesdon reproduz a Igreja de São José do Ribamar na década de 1850. A imagem permite que visualizemos as pretensões espaciais

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ Idem, *ibidem*. Há referências de que o Consistório Leste tinha 52 palmos de extensão, 31 de largura e 18 de altura. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Hemeroteca, “Apreciável”, *Jornal do Recife*, 15/7/1863. No sistema métrico decimal, aproximamos estas medidas para 11,44m x 6,82m x 3,96m.

⁸⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos).

da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, o prédio religioso tem uma “planta típica das matrizes de irmandades do século XVIII”⁸⁷. De formato retangular, a construção setecentista teve a “preocupação de destinar aos fiéis uma espaçosa sala, embutido-se os altares em nichos cavados nas paredes ou encaixado-os nos ângulos livres”⁸⁸. De um lado e outro do grande salão, existem dois corredores que “conduzem à Sacristia e à Secretaria”⁸⁹. Cada uma daquelas passagens tinha comunicação independente com a rua e contava com escadas que “permitem o acesso às galerias e aos consistórios das irmandades do andar superior, bem como aos púlpitos e às tribunas que dominam a nave”⁹⁰. Portanto, ao cruzarmos as características arquitetônicas da Igreja dedicada ao culto de São José com o requerimento preparado pela “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, podemos ter certeza sobre as intenções mais autonomistas do grupo de artífices.

No dia 19 de setembro de 1852, as atas do Conselho Administrativo da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” indicaram que o pedido feito dias antes à Irmandade de São José do Ribamar foi deferido. O Diretor João dos Santos Ferreira Barros mandou que o Tesoureiro da associação mandasse “botar as ferragens precisas na porta de entrada do Corredor da Igreja no lado do Evangelho”⁹¹. Como podemos inferir, o ideal co-operativo ainda parecia orientar as práticas cotidianas de ambas as instituições pernambucanas. Isto posto, por conta da ampliação dos espaços físicos e simbólicos usufruídos no Templo devotado ao Santo Patriarca, a Sociedade criou sua quarta aula noturna em 1854. A instrução primária esteve “sob a direção de um de seus membros para isto habilitado”⁹². O objetivo do *ABC* era permitir que os sócios analfabetos e semi-alfabetizados melhor

⁸⁷ José Antônio Gonsalves de Mello (coordenador), *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*, Recife, IPHAN, 1975, datilografado, p. 14.

⁸⁸ Idem, *ibidem*. Provavelmente, nestes lugares encontraríamos as imagens de Nossa Senhora do Bom Parto e do Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Na década de 1850, as irmandades devotadas aos respectivos oragos estavam instaladas na Igreja de São José do Ribamar. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Ribamar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maços 1850 e 1851.

⁸⁹ José Antônio Gonsalves de Mello (coordenador), *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*, Recife, IPHAN, 1975, datilografado, p. 14.

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

⁹¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 15v-16.

aproveitassem as lições “técnicas”⁹³. Por fim, em 1856 foi iniciado o curso de francês, de provável caráter mais instrumental. Ele esteve voltado para os associados letrados⁹⁴. Como justificativa para sua montagem, foi lembrado “o grande número de livros que tem a Sociedade nesta língua”⁹⁵.

A idéia de se oferecer o idioma estrangeiro na sede da Sociedade parece ter sido a adaptação de um outro projeto. Aos 23 de março de 1854, os sócios pediram à Assembléia Legislativa de Pernambuco o aumento das cotas anuais. O dinheiro extra seria utilizado para bancar as novas aulas de primeiras letras e viabilizar a continuidade da “tradução e impressão da obra de geometria [escrita] pelo Barão Charles Dupin”⁹⁶. Por falta de recursos, a Sociedade afirmou aos deputados provinciais que somente havia conseguido traduzir e imprimir três lições⁹⁷. Lamentando o fato, a entidade artística entendia que o “sistema” era o método mais adequado “para o estudo dos Artistas, pela imediata aplicação de suas regras e preceitos às diferentes artes e ofícios”⁹⁸. Depois deste pedido às autoridades, a associação conseguiu que a subvenção passasse imediatamente de 700\$000rs para 1:500\$000rs. Contudo, apesar de os sócios atingirem seus objetivos pecuniários, aquele processo editorial cessou. As fontes não permitem dizer se o aumento foi insatisfatório. Provavelmente, a aula de francês deve ter sido uma alternativa mais econômica para a associação.

De qualquer forma, a meta da Sociedade era a mesma caso finalizasse a tradução e impressão do “sistema de Ch. Dupin” ou criasse as aulas de francês. A partir de 1852, a entidade artística criou uma nova diretriz docente. Seus próprios mestres passaram a assumir a titularidade de algumas das aulas noturnas que eram ministradas no Consistório

⁹² Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 125P, maço Educação. Não consegui localizar o professor, ou os professores, da cadeira de primeiras letras na década de 1850.

⁹³ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 11.

⁹⁴ *Idem*, pp. 10 e 16. Não consegui localizar o professor, ou os professores, da cadeira de francês na década de 1850.

⁹⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 10v. Os títulos não foram arrolados na fonte.

⁹⁶ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 125P, maço Educação.

⁹⁷ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁸ *Idem*, *ibidem*.

Leste da Igreja de São José do Ribamar. Para que suas lições “teóricas” obtivessem melhores resultados, era necessário material em português ou a possibilidade de uma leitura instrumental dos compêndios importados. No processo de substituição dos lentes que tinham formação escolar européia por peritos “práticos” que aprenderam a “teoria”, a cadeira de arquitetura foi assumida por Francisco José Gomes de Santa Rosa e a de geometria por José Vicente Ferreira Barros Junior⁹⁹. Oportunamente, conhecemos o perfil destes destacados sócios. Do ponto-de-vista simbólico, esta nova política da Sociedade foi uma medida que caminhava no sentido de relativizar o “defeito mecânico” dos sócios, buscar o reconhecimento de seus talentos e virtudes e adaptar o monopólio corporativo aos ditames “modernos”.

Para ambos os mestres de ofício da Sociedade, os caminhos da docência exigiam habilitação certificada. Antes de tomarem posse das novas funções, eles passaram pelos exames de arquitetura da entidade artística. Em 1851, durante os eventos de comemoração do décimo aniversário do grupo, eles foram aprovados plenamente pelos respectivos avaliadores¹⁰⁰. Para Francisco José Gomes de Santa Rosa, este processo apenas ratificou sua mestrança sob bases “modernas” e escolarizantes. Ao se matricular em 1844, como sabemos, ele já era mestre pedreiro e irmão de São José do Ribamar. Para José Vicente Ferreira Barros Junior, o diploma significou mobilidade ascendente nas artes mecânicas. Como vimos, ao se matricular em 1847, o filho mais velho do idealizador da Sociedade era oficial de carpintaria. Ao se habilitar em arquitetura, ele finalmente legitimava publicamente sua capacidade de fazer “obras de seu plano”. Não por acaso, na década de 1850, encontramos registros de sua vida na Irmandade dedicada ao Santo Patriarca¹⁰¹.

As fontes disponíveis ainda indicam que José Vicente Ferreira Barros Junior trilhou outras vias para complementar sua instrução. Em finais da década de 1840, encontramos o artífice matriculado nas aulas secundárias do Liceu Provincial. Ele conseguiu a mercê de

⁹⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 3v-4v.

¹⁰⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 1.

¹⁰¹ Em 1853, o carpinteiro fez parte da comissão de reforma de seu Compromisso. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Livro de Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fl. 78.

freqüentar suas lições de gramática e língua latina¹⁰². Para aprender estas disciplinas voltadas para a “boa sociedade”, o filho mais velho de José Vicente Ferreira Barros devia conhecer as primeiras letras. Segundo Adriana Maria Paulo da Silva, apesar da precariedade da instrução pública, as fontes indicam que alguns meninos de cor, livres e libertos, freqüentavam o ensino básico pernambucano na primeira metade dos oitocentos. Eles eram oriundos de famílias nucleares chefiadas por homens. Nos poucos mapas disponíveis para análises, tais menores sempre foram registrados com suas famílias declaradas. Por causa desta regularidade, a autora concluiu que os pretos e pardos alcançavam o *ABC* na medida em que estivessem em núcleos familiares organizados¹⁰³. Como sabemos, a família Ferreira Barros tinha este perfil. Além disto, ela convivia com patronos que poderiam facilitar o acesso de seus membros a maiores níveis educacionais.

Aliando sua escolaridade, sua experiência docente em geometria e a economia de favores construída na entidade artística, José Vicente Ferreira Barros Junior também se tornou professor vitalício da Instrução Pública de Pernambuco. Ele iniciou esta carreira aos 29 de abril de 1854¹⁰⁴. O então mestre carpinteiro da Sociedade havia sido aprovado no concurso que o habilitou para assumir a cadeira de Nossa Senhora do Ó. Esta localidade estava em Olinda, que começava a perder seu prestígio secular e ser considerada parte integrante dos arredores do Recife. Instalado naquele posto, o membro da associação trabalhou regularmente no transcorrer de toda a década. As fontes indicam que o lente foi extremamente dedicado à docência pública. Nos anos de 1850, ele somente gozou duas licenças de 30 dias: a primeira em maio de 1855; a outra em outubro de 1857¹⁰⁵. O próprio fato de José Vicente Ferreira Barros Junior ter conquistado um cargo público indica que o filho mais velho do idealizador da Sociedade teve sua cidadania reconhecida¹⁰⁶.

¹⁰² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-6, fls. 33, 45 e 46.

¹⁰³ Adriana Maria Paulo da Silva, op. cit., pp. 299-322.

¹⁰⁴ Como os sócios criaram as aulas de escrita e leitura em mesmo ano, existe a possibilidade do professor de geometria ter acumulado funções. Afinal, como vimos, quem assumiu as lições de primeiras letras da Sociedade foi um sócio devidamente habilitado.

¹⁰⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-22, fl. 490.

¹⁰⁶ No primeiro capítulo de seu livro, Ivana Stolze Lima verificou que o reconhecimento da cidadania dos “homens de cor” passou pelas disputas por cargos públicos e na Guarda Nacional. Ivana Stolze Lima, *Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 102.

De tudo o que foi observado e analisado nesta seção, concluímos que desde o período de sua montagem a Sociedade procurou (re)construir a distinção cotidiana de seus membros. Sob bases mais “modernas”, a argamassa do prestígio social foi sendo elaborada a partir da mistura da cal da inteligência com a areia da instrução. Valores como a melhoria do *status* dos artistas mecânicos (através do reconhecimento político de sua cidadania e do aperfeiçoamento industrial de sua mão-de-obra) estiveram presentes neste processo. A luta da associação pelo saber, contudo, não deverá ser entendida como algo ensimesmado. As batalhas pela sobrevivência cotidiana de seus artífices foram a principal motivação para tamanho esforço institucional. A busca de legitimidade pública destes trabalhadores deveria se converter em serviços, melhores jornais e mais dignas condições de vida. Dialeticamente, foi justamente a partir da busca de possibilidades superiores de sobrevivência que os conflitos entre os sócios começaram a surgir com mais intensidade.

2.2. Perícia e distinção no mercado de edificações.

O Estatuto de 1841 pretendeu que a Sociedade fosse uma instituição “moderna”, mas reservada aos interesses corporativos de certos mestres carpinteiros e pedreiros pernambucanos. Entretanto, as conjunturas políticas que se desenharam na passagem da década dialogaram com a flexibilização de algumas características da entidade artística. Sinteticamente, percebemos isto através de dois vetores. No primeiro deles, muitos artífices de diferentes ofícios puderam se associar ao grupo e frequentar o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Funileiros, marceneiros, alfaiates, sapateiros, serralheiros e carpinteiros alargaram o entendimento de “classe artística” da Sociedade. No outro, as matrículas da associação foram franqueadas aos oficiais e aprendizes. Diferentemente dos peritos, estes trabalhadores eram menos qualificados e estavam inferiorizados nas hierarquias das oficinas, tendas e canteiros. Até que ponto este “fazer-se” se reproduziu na década de 1850?

Quadro 4
Características dos Sócios na Década de 1850

		1851	1852	1853	1854	1855	1857	1858	1859
Novos Sócios		8	18	8	6	22	8	12	6
Ofícios	Carpinas e Pedreiros	37,50%	22,22%	25%	16,66%	36,36%	12,50%	41,66%	16,66%
	Outros	62,50%	44,44%	25%	83,34%	31,82%	50,00%	50,00%	50,00%
	Sem definição	0%	33,34%	50%	0%	31,82%	37,50%	8,34%	33,34%
Nascimento	Pernambuco	75%	66,66%	87,50%	100%	63,63%	75%	91,66%	16,66%
	Outras Províncias	25%	0%	0%	0%	9,10%	0%	0%	0%
	Europa	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Sem definição	0%	33,34%	12,50%	0%	27,27%	25%	8,34%	83,34%
Qualidade	Crioulo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	16,66%	0%
	Preto	0%	0%	25%	0%	13,63%	0%	0%	0%
	Pardo	87,50%	61,11%	50%	100%	50,00%	62,50%	58,33%	66,66%
	Branco	12,50%	5,55%	25%	0%	9,09%	12,50%	16,66%	0%
	Sem definição	0%	33,34%	25%	0%	27,28%	25,00%	8,35%	33,34%
Estado	Casado	25%	16,66%	0%	33,34%	9,10%	37,50%	41,66%	50%
	Solteiro	75%	44,44%	87,50%	66,66%	63,63%	37,50%	33,33%	50%
	Viúvo	0%	5,55%	0%	0%	0%	0%	16,66%	0%
	Sem definição	0%	33,35%	12,50%	0%	27,27%	25,00%	8,35%	0%
Moradia	Recife	87,50%	61,11%	62,50%	83,33%	59,10%	25%	66,66%	50%
	Sem definição	12,50%	38,89%	37,50%	16,67%	40,90%	75%	33,34%	50%
Sócio identificado como mesário de São José		25%	27,77%	25%	0%	4,54%	25%	0%	16,66%
Média de Idade		27	26,18	21,14	22,66	27,35	28,66	28,27	28,33

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859. Livro de Mensalidades dos Sócios, 1841-1859, fls. 27-29 e 34-36. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 4v, 5v, 6, 8v, 15, 17v, 21v e 26v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 12v e 17. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas e Despesas, 1860-1907, fls. 8-9, 30-35, 42-45. Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 10v e 25v. Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859. Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fls. 10v, 25v, 73v, 74v, 78, 79v e 81v. Observo que, dos sócios que apareceram nas fontes relativas aos anos de 1850, deixamos sete deles fora da tabulação. O principal motivo que justificou esta medida foi a dificuldade que encontrei para determinar o ano de suas matrículas.

A partir do Quadro 4, percebemos que existiram algumas regularidades diacrônicas em relação aos dados do Quadro 3. A primeira delas é que os pernambucanos de cor parda residentes nas três freguesias centrais do Recife continuaram dominando a associação. Em seguida, observamos que a queda da faixa etária dos sócios tendeu a se consolidar e se estabilizar na década de 1850. Por causa disto, os quadros da Sociedade contaram cada vez

mais com homens solteiros e que ainda não eram mestres em seus ofícios. Além disso, como o Estatuto de 1851 ratificou e incentivou a abertura do Livro de Matrículas para outras “classes”, cada vez mais os pedreiros e carpinteiros se tornavam uma minoria no grupo. Acompanhando esta curva descendente, temos também as matrículas de mestres da Irmandade de São José do Ribamar. Elas permaneceram em mesmos patamares que foram registrados após 1842. Em termos proporcionais, a presença de destacados confrades na Sociedade ficou cada vez mais rarefeita.

O Quadro 4 mostra ainda que a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” continuava avessa aos trabalhadores estrangeiros. Os ecos da década de 1840 ainda repercutiam no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Segundo Bruno Câmara, “entre os anos de 1844 e 1848, aconteceram cerca de sete manifestações de rua em que o alvo principal dos amotinados [grupos que eram compostos por certos trabalhadores livres pernambucanos] era a comunidade portuguesa residente na cidade”¹⁰⁷. O mote destes “mata-marinheiros” era o direito do nativo ao comércio a retalho e aos serviços urbanos do Recife¹⁰⁸. É claro que dentre os 23,8% dos sócios sem lugar de nascimento registrado, podemos até encontrar algum português. Além dessa nacionalidade, porém, não há sobrenomes que indiquem associados de outras partes do Velho Mundo. Em especial, referimo-nos aos sobrenomes de origem alemã, que poderiam nos remeter aos artífices vindos de Hamburgo no final da década de 1830.

Ainda focados na década de 1850, também vale a pena sublinharmos algumas novidades suscitadas pelo Estatuto de 1851. Outras “classes” que eram estranhas às chamadas “artes úteis” também passaram a frequentar o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Ao elaborar o Quadro 4, deixei sete sócios de fora das estatísticas. Apesar de eles se matricularem na associação no período em quadro, não consegui determinar o ano de seus assentos. Dentre os que excluí da tabulação, Romualdo Alves de Oliveira foi registrado no Livro de Mensalidades pela primeira vez em 1858¹⁰⁹. Curiosamente, o editor do jornal *O Brado do Povo* era seu homônimo. Tal periódico circulou no Recife entre os anos de 1854 e 1856 e contestava as políticas imperial e local. Segundo Marc Hoffnagel, o

¹⁰⁷ Bruno Augusto Dornelas Câmara, *Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*, Recife, UFPE, 2005, dissertação de mestrado em História, pp. 118 e seguintes.

¹⁰⁸ Idem. *Ibidem*.

¹⁰⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Mensalidades dos Sócios, 1841-1859, fls. 34-36.

referido jornalista e advogado foi um intelectual que militou em prol da causa republicana. No Recife, ele era bastante famoso por seu “lusofobismo e simpatia com a classe artística”¹¹⁰. Considerando estas últimas características do publicista, que sem dúvida permitiam criar vínculos de proximidade entre ele e Sociedade, pode ser que estejamos diante da mesma personagem.

Outro indivíduo ligado à imprensa pernambucana também se matriculou na “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. É o caso do tipógrafo Francisco de Paula Silva Lins, inscrito em 5 de setembro de 1852¹¹¹. Além de seu ofício ser considerado uma espécie de arte mista, sua trajetória no mercado editorial recifenses foi marcada pela boa proximidade com os artistas mecânicos qualificados¹¹². Analisando o Rio de Janeiro, o pesquisador Artur José Vitorino Renda demonstrou que, na década de 1850, os tipógrafos acreditavam que seu trabalho tinha um caráter superior. Reunidos em uma associação, eles defenderam a nobreza de sua arte porque “consideravam seu ofício uma atividade intelectual, difícil e exemplar”¹¹³. Por este motivo, “não gostavam de ser equiparados aos trabalhadores braçais”¹¹⁴. Se homens com costumes comuns à Francisco de Paula Silva Lins pensavam desta forma, não há dúvidas de que a Sociedade era um bom lugar para ele frequentar. Um dos objetivos do grupo era justamente lutar contra o estigma do “defeito mecânico”.

Atentando somente para aqueles indivíduos que estão presentes no Quadro 4, a Sociedade teve apenas um membro que fazia das artes liberais sua principal atividade econômica. Seu nome era Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga. Aceito na entidade artística aos 24 de setembro de 1857, ele tinha 56 anos, era pardo, músico, casado, nascido em Pernambuco e morador na rua das Calçadas (logradouro localizado na freguesia de São

¹¹⁰ Marc Jay Hoffnagel, “Rumos de Republicanismo em Pernambuco”, In: Leonardo Dantas da Silva (organizador), *A República em Pernambuco*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990, p. 160.

¹¹¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 11v-12v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 26v.

¹¹² Na década de 1860, Francisco de Paula Silva Lins fez parte do corpo redacional do jornal “O Phil’ Artista”. Este periódico circulou entre outubro e dezembro de 1863. Luiz do Nascimento, *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, volume 2, Recife, Editora Universitária UFPE, 1966.

¹¹³ Arthur José Renda Vitorino, *Processo de Trabalho, Sindicalismo e Mudança Técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*, Campinas, Unicamp, 1995, dissertação de mestrado em História, p. 78.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*.

José)¹¹⁵. Infelizmente, as fontes não oferecem dados sobre formação. Contudo, é bastante provável que seu aprendizado artístico estivesse fundado sob bases mais “tradicionais”. A Irmandade de Santa Cecília, por exemplo, congregara músicos e difundia sua arte desde finais dos setecentos¹¹⁶. Na década de 1850, a ausência de sócios com formação acadêmica na música e nas belas-artes talvez se explique pela crescente cisão ideológica entre elas e as “artes úteis”. Segundo Letícia Coelho Squeff, esta ruptura começou a ganhar força justamente no início da segunda metade dos oitocentos.

Vale destacar que, no período em quadro, lugares de saber e poder como a Academia Imperial de Belas-Artes definiram com maior precisão quais eram os limites que separavam o *artista* (escultor, músico, pintor) do *artífice*¹¹⁷. Como vimos em outros momentos da tese, também foi em princípios da década de 1850 que os artistas mecânicos cariocas receberam a mercê de freqüentar algumas das aulas aplicadas às artes daquele estabelecimento de ensino. Apesar desta abertura, a segregação entre artes e ofícios foi muito forte. Como os artífices assistiam lições no curso noturno e os *artistas* durante o dia, entre eles preservou-se todas as “distâncias e hierarquias”¹¹⁸. Não é por acaso que, em 1851, a entidade artística recifense passou a se chamar “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Esta era uma forma de se demonstrar que ambos os tipos de artes poderiam conviver e dialogar em mesmo espaço. Para os artistas mecânicos este convívio representaria, sem dúvida, prestígio social.

Apesar da provável ausência dos *artistas* na Sociedade, é interessante observar que três artífices complementavam seus jornais como músicos. Em especial, citarei o caso de Targino Francisco de Mello¹¹⁹. Sócio aos 11 de fevereiro de 1858, ele tinha 26 anos, era branco, solteiro, pernambucano, exercia o ofício de entalhador e residia na rua das

¹¹⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 116-117.

¹¹⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa, “Estudo histórico-retrospectivo sobre as Artes em Pernambuco”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (1900), número 54, p. 16.

¹¹⁷ Letícia Coelho Squeff, op. cit., p. 114.

¹¹⁸ Idem, p. 113.

¹¹⁹ Na reunião ocorrida aos 27 de novembro de 1862, por exemplo, a Mesa Diretora da Sociedade recebeu “uma participação do irmão Targino Francisco de Mello pedindo dispensa de não comparecer por ir tocar numa sala de dança”. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 69

Trincheiras (localizada em Santo Antonio)¹²⁰. Neste caso, as fontes permitem conhecer o porquê de sua versatilidade. Quando criança, a partir de 2 de junho de 1844, ele esteve matriculado nas aulas do Colégio de Órfãos de Olinda. Em 1848, quando Francisco Manoel Beranger era lente daquele estabelecimento, atribuíram a Targino Francisco de Mello a idade de 14 anos. Na ocasião, ele aprendia desenho com o mestre marceneiro, seu comportamento era considerado bom e seus educadores entendiam que ele tinha muitas aptidões. Além daquela disciplina, na parte da manhã o menino também estudava as primeiras letras. Na parte da tarde, música. Segundo o professor desta lição, sua turma seguia o aprendizado “com grande aproveitamento”¹²¹.

O exame do perfil da entidade artística na década de 1850 permite concluir que apesar das novidades que o Estatuto de 1851 pretendia instaurar, a constituição do grupo pouco se alterou em relação ao passado recente. Por mais que a Sociedade estivesse aberta aos representantes das artes liberais, seus quadros não se verticalizaram. Contudo, esta tendência não representou total desprestígio. Como sabemos, muitos indivíduos da “boa sociedade” construíram fortes redes de clientela com a associação. Se atentarmos às relações horizontais tecidas pelos próprios artífices, percebemos que o grupo conseguiu consolidar um perfil cada vez mais plural. Além dos ofícios que conhecemos, a Sociedade ainda passou a agregar as “classes” dos chapeleiros, tanoeiros, torneiros, seleiros e entalhadores. Ressalte-se também que pela primeira vez o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar contou com artífices que exerciam atividades complementares às artes mecânicas. José Vicente Ferreira Barros Junior, por exemplo, foi um artífice que foi contratado como professor da Instrução Pública em 1854. Contudo, se a mais ampla construção da “classe artística” ajudou a Sociedade em suas lutas cotidianas, será que foi possível satisfazer em mesmo espaço e tempo uma plêiade de interesses e demandas?

Para responder a esta questão, precisamos antes conhecer a composição de duas instâncias organizativas da Sociedade. Iniciemos esta empreitada pela Mesa Diretora. Na década de 1850, este lugar de poder foi bastante freqüentado pelos Ferreira Barros, especialmente por João dos Santos. O segundo filho do idealizador da Sociedade foi eleito

¹²⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 148-149.

¹²¹ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR042, maço 1849, “Mappa demonstrativo dos Nomes, Idades, entradas, officios, comportamento e Aptidão dos Orphãos deste Collegio no anno de 1848”.

Diretor do grupo nos anos de 1852, 1853 e 1854¹²². Ele ainda ocupou o cargo de Primeiro Secretário em 1850, Orador em 1855 e Vice-Diretor em 1856 e 1857¹²³. O que viabilizou esta trajetória deliberativa foi a confirmação de sua mestrança no exame de arquitetura organizado em 1851¹²⁴. Após o reconhecimento desta sua competência, em 1853 João dos Santos ainda passou por outra avaliação. Ele foi aprovado plenamente em desenho linear e prática dos ofícios de marcenaria e carpina¹²⁵. Não por acaso, tais qualificações o levaram à Mesa Regedora da Irmandade dedicada ao Santo Patriarca¹²⁶. Entre outros cargos, ele foi Secretário em 1855 e Definidor em 1856 (neste ano, o artífice ainda foi o segundo mais votado para Juiz)¹²⁷.

Outros filhos de José Vicente Ferreira Barros também chegaram ao poder na Mesa Diretora da Sociedade. Em 1851, encontramos José Vicente Junior ocupando o cargo de Primeiro Secretário¹²⁸. Provavelmente, sua presença mais discreta nos assuntos administrativos da entidade artística foi fruto de sua dedicação à docência. Contudo, ainda encontramos um terceiro filho do idealizador da Sociedade naquele órgão deliberativo. Matriculado em 1852, Antonio Basílio Ferreira Barros tinha 17 anos, era pardo, solteiro, pernambucano, exercia o ofício de entalhador e residia na rua da Assunção¹²⁹. Seguindo os passos de seus familiares, em 1855 o caçula foi aprovado plenamente nos exames de geometria e arquitetura da Sociedade¹³⁰. Devidamente habilitado como mestre nas artes

¹²² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 4v, 42 e 42v. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 125P, maço Educação.

¹²³ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR043, maço maio/1850. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 1v, 13v, 14 e 16v.

¹²⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 1.

¹²⁵ Idem, fl. 2.

¹²⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fl. 73v.

¹²⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 1v e 10v. Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maços 1850 e 1858.

¹²⁸ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Arquivo, Petições, Caixa 122P, maço Educação.

¹²⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4.

¹³⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 3.

mecânicas e podendo fazer “obras de seu plano”, Antonio Basílio reuniu condições para participar de Mesas Diretoras. Além de Primeiro Secretário em 1855 e Segundo em 1859, no transcorrer da década o mais jovem dos Ferreira Barros também ocupou interinamente outros cargos¹³¹. Por fim, como seus parentes, ele também era mais um confrade de São José¹³².

Além dos membros da família Ferreira Barros, dois outros conhecidos e antigos sócios conquistaram lugares na Mesa Diretora da Sociedade. O primeiro deles é o carpina Manoel Pereira de Hollanda. Depois do décimo aniversário da associação, este mestre de ofício ocupou a cadeira diretora do grupo em 1855¹³³. O outro é o pedreiro Francisco José Gomes de Santa Rosa, professor de arquitetura da Sociedade após 1852. Este perito das edificações se tornou Segundo Secretário em 1851, Primeiro Secretário em 1852, Tesoureiro em 1853 e Diretor em 1856¹³⁴. Como observamos neste capítulo, ambos os artistas mecânicos compunham a administração da Sociedade desde a década de 1840. Neste rol de sócios que aliavam antigüidade e prestígio para fazer parte da Mesa Diretora, encontramos ainda um velho pioneiro que colaborou com a montagem e oficialização da Sociedade. As fontes indicam que o carpina Joaquim Pedro Fernando Macário foi Diretor em 1850¹³⁵. Finalmente, não é demais recordar ao leitor que assim como os Ferreira Barros, Hollanda, Santa Rosa e Macário também eram destacados irmãos e mesários da Irmandade de São José.

Com trajetórias semelhantes a esses sócios, outros artífices compuseram a Mesa Diretora da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” na década de 1850. Cândido

¹³¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 1v, 11, 37, 43, 47 e 51. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1859*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1858, p. 334.

¹³² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 61.

¹³³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 1v.

¹³⁴ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Arquivo, Petições, Caixa 122P, maço Educação. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 4v e 41v-43v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 13v e 14.

Francisco Gomes se matriculou em 1849. Com 31 anos, ele era preto, solteiro, pernambucano, pedreiro e residia na rua da Viração (em Santo Antonio)¹³⁶. Este mestre de ofício foi Procurador da Irmandade de São José do Ribamar em 1845, onde tinha se assentado como irmão em 1836¹³⁷. Na Sociedade, ele foi escolhido como Segundo Secretário em 1853 e Primeiro Procurador em 1859¹³⁸. Sócio em 1849, João de Brito Correia tinha 42 anos. Ele era pardo, casado, pernambucano, carpinteiro e residia na Praia de Santa Rita (em São José)¹³⁹. As fontes indicam que ele também fez parte daquela confraria, mas não há como saber se foi mesário¹⁴⁰. Na associação, ele foi Vice-Diretor no exercício de 1859¹⁴¹. Ricardo Tavares Ferreira Bispo, sócio em 1852, era marceneiro, pardo e solteiro. Pernambucano, ele foi vizinho de Brito Correia¹⁴². Na Irmandade, o perito foi Escrivão em 1854¹⁴³. Na Sociedade, ele serviu como Segundo Procurador em 1853 e Segundo Secretário em 1857¹⁴⁴.

Finalmente, temos dois sócios para os quais as fontes não oferecem dados precisos sobre sua participação na Irmandade de São José do Ribamar. O primeiro deles é José Gomes de Souza. Na Sociedade, sua matrícula ocorreu em 1844. O pedreiro tinha 36 anos,

¹³⁵ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR043, maço maio/1850.

¹³⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 20-21.

¹³⁷ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros, fl. 75v.

¹³⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 41v-43v. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1859*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1858, p. 334.

¹³⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 76-77.

¹⁴⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 67.

¹⁴¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1859*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1858, p. 334.

¹⁴² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 132-133.

¹⁴³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fls. 81v-82.

¹⁴⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais,

era casado, preto, pernambucano e residente na Capunga (Boa Vista)¹⁴⁵. Ele foi Vice-Diretor eleito no pleito de 1852¹⁴⁶. O outro é Francisco Xavier Soares, matriculado em 1849 aos 41 anos. Era pardo, pedreiro, solteiro, pernambucano e mais um artífice que residia próximo aos Ferreira Barros, na rua da Assunção¹⁴⁷. Soares destacou-se junto ao grupo de artistas mecânicos. No ano do décimo aniversário da Sociedade, foi escolhido pelos associados como Diretor¹⁴⁸. No mais prestigiado cargo da associação, uma de suas maiores realizações foi conduzir os trâmites administrativos e legais que prepararam as mudanças estatutárias. Ao trazer representantes da “boa sociedade” para os exames de 1851, ele pretendeu dar nova visibilidade à entidade artística.

Vale frisar que as fontes também indicam que mesários de outras tradições e ofícios participaram das decisões cotidianas da Sociedade. Diretor da entidade artística nos anos de 1845 e 1846, o mestre funileiro Geraldo Amarante dos Santos ressurgiu como Tesoureiro em 1850¹⁴⁹. Além dele, mais dois outros funileiros foram registrados como Vice-Diretor e Primeiro Secretário em 1853¹⁵⁰. Um chapeleiro foi Primeiro Secretário em 1857¹⁵¹. Por fim, um entalhador foi Diretor nos anos de 1857 e 1859¹⁵². Este foi Joaquim Borges Carneiro, sócio em 1855. Ele tinha 26 anos, era pardo, casado, maranhense e residente na Boa Vista¹⁵³. Por mais que estas outras artes mecânicas fossem escolhidas para deliberar no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar, observamos que a década de 1850 foi

1852-1853, fls. 41v-43v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 20.

¹⁴⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 76-77.

¹⁴⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 3v.

¹⁴⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 44-45.

¹⁴⁸ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Arquivo, Petições, Caixa 122P, maço Educação.

¹⁴⁹ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR043, maço maio/1850.

¹⁵⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 41v-43v.

¹⁵¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 16v.

¹⁵² Idem, fl. 19.

¹⁵³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 76-77.

marcada pela hegemonia dos carpinas, pedreiros e marceneiros. Até mesmo quando Geraldo Amarante dos Santos ocupou o maior posto da associação, ele esteve cercado de uma maioria de mesários que, além de irmãos e vogais da Irmandade devotada ao Santo Patriarca, eram mestres carpinas e pedreiros.

Não bastasse a hegemonia de pedreiros, carpinas e marceneiros na Mesa Diretora da Sociedade, havia ainda um dispositivo estatutário que somente os favorecia. Ele permitia que os Diretores nomeassem os membros de algumas Comissões de Obras. Estas instâncias eram centrais na vida do grupo, pois sua função era orçar e distribuir os serviços externos que seriam executados por determinados sócios¹⁵⁴. Para a década de 1850, é possível identificar escolhas de comissários em 1852 e 1855. No primeiro marco temporal, somente dois grupos foram formados e definidos. A Comissão de Obra de Pedreiro foi composta pelo conhecido Primeiro Secretário Francisco José Gomes de Santa Rosa e por Antonio Francisco de Santa Anna¹⁵⁵. Este mestre pedreiro matriculou-se em 1842, tinha 35 anos, era pardo, casado, nascido em Pernambuco e residia na mesma rua que a família Ferreira Barros¹⁵⁶. Assim como a maioria dos representantes da Mesa Diretora da Sociedade, Santa Anna foi vogal na Irmandade de São José do Ribamar. Em 1846, encontramos-lo como Escrivão¹⁵⁷. Em 1854, ele foi eleito pelo corpo confraternal para executar a função de Juiz¹⁵⁸.

Por sua vez, ainda em 1852, a Comissão de Orçamento para as Obras de Carpina também foi composta por dois sócios. O primeiro deles é nosso velho conhecido. Refiro-me ao pioneiro, destacado irmão de São José e mestre de ofício Francisco Martins dos Anjos Paula. O outro comissário responsável pelos serviços de carpina, também escolhido pelo

¹⁵⁴ No transcorrer da tese, observamos que existiu instância semelhante na Irmandade de São José do Ribamar.

¹⁵⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 3v-4.

¹⁵⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4.

¹⁵⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1841-1849.

¹⁵⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fl. 81v.

Diretor João dos Santos Ferreira Barros, foi Feliciano Primo de Souza¹⁵⁹. Matriculado como sócio em 1851, as fontes não indicam sua idade. Contudo, sabemos que ele era Pernambucano, carpina, pardo, casado e morador na freguesia da Boa Vista¹⁶⁰. Seguindo o mesmo padrão identitário de outros importantes associados, ele foi membro da Mesa Regedora da confraria dedicada ao Santo Patriarca. Há registros, por exemplo, de sua participação como vogal em 1853. No ano seguinte, ele foi o terceiro irmão mais votado para o cargo de Procurador Geral¹⁶¹. Vale ainda destacar que, na cidade do Recife, Feliciano Primo de Souza era proprietário de uma oficina de carpina, que ficava na Travessa da Madre de Deus, número 1¹⁶².

Sobre as comissões de orçamento escolhidas em 1855, e que foram chanceladas pelo Diretor Manoel Pereira de Hollanda, há uma novidade. Além daquelas mais tradicionais de carpina e pedreiro, uma outra de marcenaria foi constituída. Para não ser repetitivo, somente analisarei a composição desta última. Seus membros foram o Orador João dos Santos Ferreira Barros e Manoel Raimundo dos Prazeres Junior¹⁶³. Este artista mecânico se tornou sócio em 1852 ou 1853. Sobre seu perfil, as fontes permitem que somente saibamos que ele tinha 19 anos, era pardo e solteiro¹⁶⁴. Além disto, em 1855, Prazeres Junior havia sido aprovado plenamente nos exames de desenho linear e prática de ofício de marcenaria¹⁶⁵. Apesar de conquistar a perícia com pouca idade, não faltou ao jovem artífice experiência e proteção corporativa. Seu pai foi um destacado mestre de ofício recifense. Irmão de São José do Ribamar, Manoel Raimundo dos Prazeres foi Juiz da

¹⁵⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 3v-4.

¹⁶⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 44-45.

¹⁶¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fl. 78v e 81v.

¹⁶² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1863, p. 261.

¹⁶³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 2v.

¹⁶⁴ No Livro de Matrículas da Sociedade, parte do suporte em que Manoel Raimundo dos Prazeres Junior está registrado se encontra deteriorada. Por sua vez, no Livro de Mensalidades sua primeira aparição ocorre em 1853. Contudo, estão perdidas todas as informações referentes ao ano de 1852. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 92-93. Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 24-28.

confraria em 1856 e era proprietário de uma loja de marcenaria na rua das Cruzes¹⁶⁶. Em 1854, por exemplo, devido a mudança da Faculdade de Direito de Olinda para o Recife, tal estabelecimento forneceu móveis para a nova sede do curso jurídico pernambucano¹⁶⁷.

Comparando o Quadro 4 com as instâncias de poder da Sociedade ligadas a sua vida administrativa e ao mundo do trabalho, chegamos a uma importante conclusão. Percebemos que, apesar de o Livro de Matrículas da entidade artística possuir um perfil relativamente plural, as políticas cotidianas da associação privilegiaram somente determinadas “classes” e sócios. Como resultado deste restritivo processo de controle dos postos de poder, ocorreram diversos conflitos entre os artistas mecânicos, em especial durante o período em que João dos Santos Ferreira Barros assumiu o maior cargo da Mesa Diretora. Pelo menos duas querelas administrativas marcaram sua gestão. Em 1852, ao manobrar o Estatuto com inteligência, o filho do idealizador da Sociedade utilizou seu poder para prejudicar Francisco Manoel Beranger. Sua atitude foi uma espécie de vingança, já que um membro dos Ferreira Barros havia sido empregado na loja daquele mestre marceneiro. Ao ser demitido por razões pretensamente banais, aquela família entendeu o caso como uma grande ofensa¹⁶⁸.

O desagravo ocorreu durante uma visita oficial à loja de Beranger. Com o intuito de saber o motivo das ausências do lente nas aulas da Sociedade, o então Diretor João dos Santos aproveitou uma pequena brecha para questionar a perícia artística daquele artífice. Ao analisar uma coluna de madeira perante os oficiais do estabelecimento, o visitante afirmou que o objeto “continha um erro” de execução¹⁶⁹. Por sua vez, Beranger retrucou dizendo que o artefato foi feito “debaixo de todos os preceitos”¹⁷⁰. Em meio a acalorada discussão sobre o domínio das artes mecânicas, eles deixaram a briga sem desfecho

¹⁶⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 3.

¹⁶⁶ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 128P, maço Religião. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1851*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1850, pp. 255-256.

¹⁶⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-1, fl. 82.

¹⁶⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 27-27v.

¹⁶⁹ Idem, fl. 26v.

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*.

conclusivo. Para dar um parecer qualificado e desinteressado sobre a matéria, foi consultado o engenheiro José Mamede Alves Ferreira, nosso conhecido Diretor das Obras Públicas. Frustrando a vaidade de ambos os mestres, este homem de Estado afirmou que a disputa não tinha sentido porque eles seguiam metodologias diferentes¹⁷¹. Como a ofensa era mais importante que o rigor com os critérios técnicos, João dos Santos conseguiu atingir seus objetivos ao melindrar Beranger. Por causa do destrato, este artífice se negou a continuar as aulas que ministrava na Sociedade¹⁷².

Movido pelo sentimento de desforra, João dos Santos desconsiderou totalmente as razões das faltas de Beranger, que havia informado à Sociedade que suas ausências tinham sido motivadas pelas complicações de parto da esposa¹⁷³. Além daquela sensação, o Diretor da Sociedade queria o desligamento do lente pois acreditava que seu retorno às aulas era realmente desnecessário. Havia um trato de que Beranger somente continuaria ensinando “enquanto não houvesse algum aluno habilitado”¹⁷⁴. Como sabemos, nas comemorações do décimo aniversário da entidade artística, alguns membros já se encontravam devidamente examinados e qualificados. Foi no bojo deste processo de “evolução” da Sociedade que José Vicente Ferreira Barros Junior e Francisco José Gomes de Santa Rosa foram contratados para lecionar, respectivamente, as cadeiras de Geometria e Arquitetura. Francisco Manoel Beranger somente continuou ensinando desenho porque se desculpou com João dos Santos. Segundo as atas da Sociedade, aquele sócio afirmou que “era necessário fazer justiça ao Senhor Diretor”¹⁷⁵.

Convocada aos 31 de março de 1853, uma reunião extraordinária da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” reforçou a política de privilégios na diretoria de João dos Santos Ferreira Barros. O intuito deste encontro especial era esclarecer algumas queixas que estavam sendo feitas pelas ruas do Recife. Nas atas do Conselho Administrativo, alguns membros da Sociedade estavam sendo acusados de vociferar publicamente contra Francisco José Gomes de Santa Rosa. Na ocasião, o mestre pedreiro acumulava diversas funções bastante significativas para o funcionamento do grupo. Recuperando o que pudemos saber sobre sua vivência institucional, sabemos que no primeiro semestre de 1853

¹⁷¹ Idem, fls. 28v-29.

¹⁷² Idem, fl. 27v.

¹⁷³ Idem, fl. 28v.

¹⁷⁴ Idem, fl. 26v.

¹⁷⁵ Idem, fl. 28v.

ele ainda ocupava a Primeira Secretaria da entidade artística, era lente da cadeira de Arquitetura e compunha a Comissão de Obra de Pedreiro. Sem dúvida, sua proeminência e visibilidade feriam muitos interesses. Segundo o depoimento da Mesa Diretora, o articulador da campanha que pretendia depreciar a imagem de Santa Rosa era o não menos prestigiado mestre carpina e ex-Diretor Joaquim Pedro Fernandes Macário¹⁷⁶.

Obrigado a prestar esclarecimentos sobre o caso no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar, Macário contestou a acusação. Contudo, sem dar maiores satisfações à Mesa Diretora, o indiciado afirmou que somente se explicaria com mais detalhes em outro momento. Imediatamente censurado pelo Diretor João dos Santos, o mestre carpina e ex-mesário ficou revoltado com a reprimenda e “arremessou sobre a mesa o Estatuto”¹⁷⁷. Segundos as atas do Conselho Administrativo, Macário afirmou em seguida que a constituição da Sociedade era constantemente desrespeita pelos próprios gestores e que iria mesmo para os jornais. Em meio ao conflito, todos os sócios presentes queriam se inteirar dos reais motivos que levaram Macário à revolta. Um dos maiores interessados na punição do insurgente tomou a palavra naquele exato instante. O companheiro de Santa Rosa na Comissão das Obras de Pedreiro, Antonio Francisco de Santa Anna, afirmou aos assistentes que Macário teve “a ousadia de dizer fora [do Templo dedicado ao Santo Patriarca] que havia [de] acabar com a panela que existia na Sociedade”¹⁷⁸. Este, portanto, seria o real motivo de suas queixas públicas.

Na seqüência do caso, as insatisfações de Macário ganharam força no grupo e geraram outros problemas. Como resultado deste processo, tivemos a expulsão do insurgente e a absolvição de Santa Rosa aos 8 de abril de 1853¹⁷⁹. Poucos meses depois deste julgamento, a associação acabou por criar sua primeira listagem de sócios riscados de seus Livros de Matrículas. Aos 19 de junho de 1853, trinta membros foram sumariamente desligados dos quadros da entidade artística¹⁸⁰. Cruzando os nomes dos artífices punidos com aquele códice da Sociedade, notamos que sete deles eram pedreiros e nove eram carpinas. Ainda encontramos um serralheiro, três marceneiros, um carpinteiro, um sapateiro

¹⁷⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 32.

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

¹⁷⁸ Idem, ibidem.

¹⁷⁹ Idem, fl. 35v.

e um alfaiate. Não identificamos os ofícios dos outros sete membros. Dos números absolutos, é importante salientar que a expulsão diminuiu sensivelmente os quadros da Sociedade. Além disso, 83,3% dos excluídos haviam se associado na década de 1840¹⁸¹. Por fim, ainda vale frisar que nem todos os artífices arrolados estiveram diretamente ligados àquelas brigas de Macário. Fatores como a falta de comprometimento com o grupo e infrações ao Estatuto também justificaram a ação da Mesa Diretora¹⁸².

Estiveram presentes na listagem alguns mestres de ofício que eram irmãos e mesários de São José. Prontamente, identificamos quatro deles. Lucas Evangelista Soares de Brito, sócio em 1852, era pardo, solteiro, pernambucano, marceneiro e residente na rua da Concórdia (Santo Antonio)¹⁸³. Em 1856, ele foi Escrivão da Irmandade¹⁸⁴. Domingos José Ribeiro Gouvim, sócio em 1852, foi Escrivão (substituto) da confraria em 1856¹⁸⁵. Vicente Ferreira de Lima, sócio em 1843, foi Definidor de São José em 1845¹⁸⁶. Por fim, Bernardino de Sena entrou na Sociedade em 1844. Ele era pardo, solteiro, marceneiro, pernambucano e sua casa ficava na rua das Águas Verdes (Santo Antônio)¹⁸⁷. Naquele espaço religioso dedicado ao culto do Santo Patriarca, ele foi Procurador em 1845¹⁸⁸. Ratificando debates anteriores, percebemos que apesar de existirem profundos cruzamentos entre Sociedade e Irmandade, as relações entre estas entidades sempre foram autônomas. Sujeitos que tinham destaque na confraria poderiam ser secundários na associação.

¹⁸⁰ Idem, fls. 37v-38.

¹⁸¹ Este dado será importante para as análises do próximo capítulo.

¹⁸² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, “Relatório do estado actual da Sociedade das Artes Mechanicas e Liberaes em Pernambuco, que em nome da direcção da mesma fez o respectivo director em o dia 10 de julho proximo passado”, *Diário de Pernambuco*, 6/10/1853.

¹⁸³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 84-85.

¹⁸⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 10v.

¹⁸⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 17. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maço 1858.

¹⁸⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 164-165. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião.

¹⁸⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 12-13.

¹⁸⁸ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião.

Ausentes dos lugares de poder desta última entidade, é bastante provável que os quatro artífices tenham sucumbido às “panelas”.

Dentre os sócios que haviam cometido pequenas infrações e constavam da listagem, a Sociedade somente concedeu anistia a três indivíduos. Todos os perdoados foram citados no transcorrer deste texto e tiveram grande destaque na vida da associação. O primeiro deles foi José Gomes de Souza, Vice-Diretor em 1852. Para justificar sua permanência no grupo de artistas mecânicos, ele afirmou “estar muito arrependido de ter involuntariamente deixado de cumprir com o que devia”¹⁸⁹. Segundo seu relato, suas falhas deveriam ser creditadas a “sua avançada idade [e] seu mau estado físico”¹⁹⁰. O outro sócio foi Manoel Pereira de Hollanda. As fontes não indicam o que motivou a concessão daquela mercê, mas sabemos que poucos anos depois, mais precisamente em 1855, ele foi eleito para ocupar o cargo mais prestigioso da Mesa Diretora da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Finalmente, temos Cândido Francisco Gomes. Arrependido por desobedecer as leis da Sociedade, ele prometia “seguir daqui em diante a letra dos Estatutos”¹⁹¹. Em 1852, ele já havia sido absolvido por ter sido, sem a devida consulta à comissão de orçamentos, contratado para realizar serviços particulares no Recife¹⁹².

Parece evidente que muitos sócios tivessem motivos para se revoltar. As fontes relativas às diversas obras públicas que ocorreram no Recife da década de 1850 oferecem ainda mais munção para compreendermos seus descontentamentos. É impressionante como mesários e comissários conseguiam abocanhar quase todos os serviços. Em janeiro de 1857, a Câmara Municipal do Recife contratou “o mestre pedreiro Francisco José Gomes de Santa Rosa” para escorar um sobrado demolido na rua do Livramento¹⁹³. Meses antes, em setembro de 1856, quem fez a vistoria deste imóvel foi Francisco Martins dos Anjos Paula¹⁹⁴. Em 1850, como vimos oportunamente, o mestre carpina também foi fiador da arrematação de lanços do muro do cemitério público. Sua penetração no mercado de

¹⁸⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 40v.

¹⁹⁰ Idem, ibidem.

¹⁹¹ Idem, fls. 40-40v.

¹⁹² Idem, fls. 9v-10 e 11v.

¹⁹³ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1855-1858, fl. 84v.

¹⁹⁴ Idem, fl. 61.

edificações foi bastante consistente. Em 1853, José Mamede Alves Ferreira, Diretor das Obras Públicas, contratou seu trabalho para algumas obras na Casa de Detenção e reparos nos canos de esgotos e nas latrinas do Palácio do Governo¹⁹⁵. Mais uma vez, não custa reforçar as relações que este burocrata e engenheiro havia construído com a Sociedade. Podemos reafirmar que a economia de favores empreendida pela associação foi bastante eficiente.

As fontes ainda indicam que outros conhecidos sócios participavam das empreitadas públicas. Em 1854, através do Fiscal da freguesia de São José, a Câmara Municipal do Recife contratou Cândido Francisco Gomes para “tapar os vãos das portas da casa caída da rua das Águas Verdes”¹⁹⁶. Em 1859, durante os preparativos da visita de D. Pedro II ao Recife, o mestre marceneiro João dos Santos Ferreira Barros ficou responsável por “dirigir a obra” de montagem do “pavilhão que será construído para receber o Imperador”¹⁹⁷. Dentre os artífices que estariam sob sua autoridade, é possível encontrar o sócio Francisco Dornellas Munduri. Matriculado em 1851, o pintor tinha 31 anos, era pardo, solteiro, pernambucano e residia na rua das Águas Verdes¹⁹⁸. É importante ressaltar o fato de a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” ser escolhida para executar a empreitada. Como a Província queria agradar a Sua Majestade Imperial, todo o serviço deveria ser bem feito. Neste quesito, a associação vinha lutando há mais de uma década para demonstrar a qualidade de seus matriculados.

Antes de continuarmos a detectar os sócios nos canteiros de obras recifenses, é preciso destacar algo muito interessante sobre a viagem de D. Pedro II à Província de Pernambuco. Durante um passeio noturno pelas freguesias mais importantes da capital, Sua Majestade Imperial soube da existência da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” e foi assistir as aulas que eram ministradas no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Sem dúvida, este fato proporcionou mais prestígio aos mestres. Segundo seu

¹⁹⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-33, fls. 124 e 246.

¹⁹⁶ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1852-1855, fl. 286.

¹⁹⁷ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1858-1860, fl. 103.

¹⁹⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 44-45.

relato, as lições industriais eram freqüentadas por 38 alunos, sendo que a associação contava com 60 sócios (o que corrobora a diminuição de seus quadros quando dos conflitos de inícios da década de 1850). Na perspectiva de D. Pedro II, todos os professores da Casa pareciam maus, à exceção do professor de francês. Entretanto, é preciso relativizar sua fala. O julgamento partia de um homem erudito, que tendia a desmerecer os conhecimentos mais elementares dos artífices que serviam como lentes de seus pares. De qualquer forma, ao finalizar seu relato, o visitante defendeu o incentivo ao grupo que foi idealizado por José Vicente Ferreira Barros¹⁹⁹.

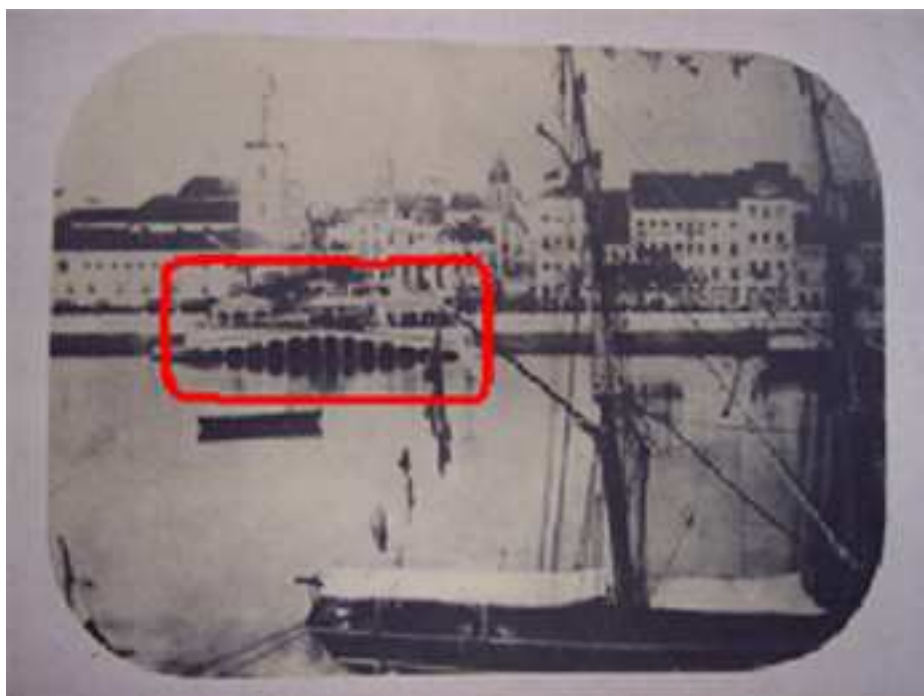


FIGURA 5 – “Fotografia tirada cinco minutos antes do memorável desembarque do Imperador D. Pedro II, em 1859, na praça do Colégio, no Recife. No ângulo esquerdo, o casarão do velho colégio dos Jesuítas, então ocupado pela Academia de Direito e sua igreja, cuja torre servia para o telégrafo de sinais. É a atual igreja do Espírito Santo. A fotografia é de Sthal & Cia”. Gilberto Ferrez, *Álbum de Pernambuco e seus Arrabaldes*, Recife, F. H. Carls, 19-?. O destaque feito na foto apresenta a estrutura que foi construída pelos sócios para recepcionar D. Pedro II.

Nas empreitadas organizadas pela Câmara Municipal, ainda se pode encontrar o ex-Diretor Francisco Xavier Soares nos canteiros de obras recifenses. Ele esteve junto de Francisco Martins dos Anjos Paula naquela vistoria realizada em 1856²⁰⁰. Contudo, a maior

¹⁹⁹ Dom Pedro II, *Viagem a Pernambuco em 1859*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1952, pp. 64-65.

²⁰⁰ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1855-1858, fl. 61.

peculiaridade da trajetória profissional de Soares foi ter sido contratado como Mestre Pedreiro da Repartição de Obras Públicas. Como os peritos definiam suas equipes de trabalho, é verossímil que a Sociedade tenha conseguido implementar uma economia de favores que privilegiava seus oficiais e aprendizes em alguns serviços do governo provincial. Não encontrei, nas fontes, a época da contratação de Francisco Xavier Soares. Em 1853, contudo, José Mamede Alves Ferreira, Diretor daquele órgão, informava ao Conselheiro Doutor José Bento da Cunha Figueiredo, Presidente da Província, que o artífice deveria ter seus jornais diários aumentados. Como justificativa para o pedido, o engenheiro dizia que o mestre pedreiro era muito requisitado, costumando “ser empregado em algumas obras que se fazem nesta cidade” do Recife²⁰¹.

Todos os dados revelam a forte presença de sócios nos assuntos da Câmara Municipal do Recife. No período colonial, os artistas mecânicos, mesmo os mais qualificados, eram impedidos de participar politicamente das câmaras. Apesar desta interdição, sabemos que as irmandades embandeiradas fizeram com que seus mestres de ofício criassem laços íntimos com aquela instância de poder. Por mais que a Constituição de 1824 tenha acabado com as corporações de ofício e enfraquecido os vínculos mais formais entre peritos e poderes municipais, uma importante peculiaridade foi notada no Recife: as práticas culturais consagradas pelo costume ainda mantiveram os sócios que eram irmãos de São José muito próximos dos vereadores da capital da Província de Pernambuco. A tradição fazia com que eles fossem contratados pelos fiscais das freguesias para realizar vistorias e reparos em imóveis abandonados. A manutenção destes contatos reforça a hipótese de que essa economia de favores tenha viabilizado a lei de 1844. Foi aquela Casa que indicou aos deputados provinciais a necessidade de a entidade artística receber auxílios financeiros.

Na década de 1850, a presença visível de alguns associados em obras públicas também se estendeu a diversas obras particulares. Pudemos citar uma ou outra empreitada no transcorrer do texto. Como a maior parte dos associados participou das rotinas religiosas e administrativas da Irmandade de São José do Ribamar, é bastante provável que eles também vivenciassem outras sociabilidades confraternais. Ao estudar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada na freguesia de Santo Antônio,

²⁰¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série

percebi que, no Recife oitocentista, este espaço devocional também era permeado por intensas redes sociais. Considerando a importância da congênere do Santo Patriarca, as estratégias poderiam ser semelhantes. Por este motivo, existia uma tendência para que os irmãos de São José e membros da Sociedade fossem chamados para construir e/ou reparar os patrimônios dos leigos. Potencialmente, serviços não faltavam. Novas igrejas eram construídas e outras eram reparadas. Muitas casas que eram doadas às irmandades precisavam de consertos. Diversos móveis, como bancos de missa, mesas e cadeiras, por exemplo, precisavam ser substituídos ou consertados.

Alguns casos ilustrarão estas afirmativas. Em primeiro lugar, utilizarei os exemplos que encontrei cruzando as fontes que compulsei com a bibliografia especializada. Do texto de Judith Martins sobre as artes pernambucanas, encontramos dois conhecidos sócios trabalhando para as irmandades. Em 1855, Francisco Martins dos Anjos Paula foi o mestre carpina responsável por obras na Igreja da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares. Na Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres, ele foi convocado para fazer uma vistoria em 1859²⁰². Em mesmo ano, nos montes dos Guararapes, João dos Santos Ferreira Barros realizou vistoria na Igreja dos Prazeres e na Casa dos Religiosos²⁰³. Dentre os sócios que o leitor ainda desconhece, em 1855 encontramos José Francisco Bento fazendo grades de ferro para as janelas da Conceição dos Militares²⁰⁴. Como podemos observar, ele fazia parte da mesma empreitada que Anjos Paula. O serralheiro entrara na Sociedade em 1851. Ele era pardo, solteiro, pernambucano e residia na rua Direita (Santo Antonio)²⁰⁵. É improvável que Bento fosse irmão de São José, mas, em 1856, suas redes permitiram que ele fornecesse as ferragens do novo sino que foi instalado na sede da confraria²⁰⁶.

As pesquisas realizadas por José Antônio Gonsalves de Mello, sobre a Igreja de Nossa Senhora do Terço, também mencionam alguns sócios envolvidos em empreitadas. Cândido Francisco Gomes, por exemplo, construiu a calçada que circundava o Templo. Esta obra se estendeu por pouco mais de um ano. Mais precisamente, do período

Obras Públicas, Códice OP-33, fl. 63v.

²⁰² Judith Martins, *Dicionário de Artistas e Artífices de Pernambuco*, mimeo, p. 150.

²⁰³ Idem, p. 35.

²⁰⁴ Idem, p. 98.

²⁰⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 76-77.

compreendido entre 15 de novembro de 1852 e 19 de novembro de 1853²⁰⁷. Em mesma ocasião, o mestre pedreiro Manoel do Carmo Ribeiro reconstruiu alguns dos oitões daquele prédio religioso²⁰⁸. Sócio na década de 1850, ele está entre os indivíduos que não conseguiram definir o ano de entrada. Contudo, o Livro de Matrículas indica que Ribeiro possuía 37 anos no ato de sua inscrição, era casado, pardo e pernambucano²⁰⁹. Como muitos de seus pares, o artífice em foco foi irmão e mesário de São José do Ribamar. As fontes indicam que sua agência foi mais marcante em Mesas Regedoras da década de 1860. Encontramo-lo como Tesoureiro em 1862, Definidor em 1865 e, por fim, recebendo algumas votações para Juiz em 1864 e 1868²¹⁰.

Nas prestações de contas das irmandades ao Juiz de Capelas, podem ser encontrados muitos detalhes sobre a vida financeira destas entidades devocionais. No Recife, a maior parte desta documentação está em estado bruto, mal acondicionada e quase sempre disponível para as décadas posteriores a 1860. Para o ano de 1856, encontrei algumas querelas sobre o patrimônio da Irmandade das Almas da freguesia de Santo Antonio. Esta confraria estava localizada na mais importante Igreja Matriz da capital – o que indica que a entidade leiga ocupava um lugar de prestígio entre suas congêneres. Possuidora de alguns imóveis, seu sobrado na rua do Rangel precisou de reparos. Um dos serviços foi realizado pelo funileiro Bartolomeu Guedes de Mello. No prédio urbano, ele colocou trinta e seis vidros em seus caixilhos e mais três no telhado (para cumprir a função de clarabóia)²¹¹. Este artista foi o mesmo que ocupou a vice-diretoria da Sociedade em 1853. Ele se tornou sócio em 1851, tinha 37 anos, era branco, paraibano e residia em mesma rua do sobrado²¹². É

²⁰⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859.

²⁰⁷ José Antônio Gonsalves de Mello, *A Igreja de Nossa do Terço*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1984, p. 12.

²⁰⁸ Idem, p.16.

²⁰⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 92-93.

²¹⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas e Despesas, 1860-1907, fl. 22. Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 3v e 73v. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 131P, maço Religião.

²¹¹ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (AGTJPE), Setor de Documentos Históricos, Caixa sem indexação, “1856 – Provedoria de Capellas – Autoamento da Certidão da Notificação feita às Irmandades da Cidade do Recife. A Irmandade das Almas da freguesia de Santo Antonio”, fl. 69.

²¹² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 12-13.

bastante provável que relações religiosas e de vizinhança tenham ajudado o artista mecânico a conquistar o serviço.

Apesar de esta amostragem apontar para uma boa penetração da Sociedade no mercado das edificações, o grupo pretendia amealhar mais serviços para seus membros. A estratégia era ocupar alguns espaços em que os estrangeiros ainda tinham domínio. Sem dúvida, o primeiro grande êxito da associação foi ter um de seus sócios como Mestre Pedreiro da Repartição de Obras Públicas. Apesar de a Companhia de Operários ser absorvida por este órgão governamental na década de 1840, quem ocupou aquela função por muitos anos foi o mestre alemão Wilmer²¹³. A contratação de Francisco Xavier Soares (homem pardo e pernambucano) foi uma vitória daqueles que queriam que os artistas mecânicos nacionais rompessem com o velho privilégio dos europeus. As pressões de alguns setores da “boa sociedade” pernambucana favoreceram a luta dos sócios pela ampliação de sua influência para além dos mercados que já dominavam. A edição de *O Echo Pernambucano* de sete de setembro de 1853 é esclarecedora. Nela há um artigo intitulado “A associação de artistas mecânicos em Pernambuco”²¹⁴.

Antes de analisarmos este elogioso texto sobre a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, lembremos que o jornal *O Echo Pernambucano* circulou no Recife entre os anos de 1850 e 1856²¹⁵. O responsável pelo periódico, Ignácio Bento de Loyola, havia sido editor d’*A Voz do Brasil*, folha que na década de 1840 defendera os ideais do Partido Nacional de Pernambuco. Ele assinara, em 1848, uma das representações organizadas por praieiros e trabalhadores livres pobres que pedia aos deputados provinciais a criação de medidas que facilitassem a nacionalização do comércio a retalho. Não foi sem motivo que *O Echo Pernambucano* pretendia recuperar alguns debates deste período cheio de embates políticos. Em sua perspectiva, apesar do recente arrefecimento dos ânimos públicos, os provincianos precisavam se inteirar de algumas permanências que prejudicavam a população local. Por causa disto, um de seus principais motes era homenagear anualmente

²¹³ Guilherme Auler, *A Companhia de Operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1959, pp. 23 e 98.

²¹⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “A associação de artistas mecânicos em Pernambuco”, *O Echo Pernambucano*, 7/9/1853.

²¹⁵ Luiz do Nascimento, op. cit.

os combates armados que haviam sido travados no Recife durante a Praieira, em de fevereiro de 1849²¹⁶.

Em suas primeiras linhas, aquele artigo afirma a necessidade de discorrer sobre o “progresso” de uma associação que oferecia “lisonjeiros frutos” ao Recife²¹⁷. “Benéfica, civilizadora e moral”, ela permitia que muitos “artistas brasileiros” conseguissem alcançar “a posição de mestres altamente habilitados”. Com suas aulas teóricas e formação criteriosa, a Sociedade deixava claro para todos os cidadãos que seus artífices trabalhavam “cientificamente”. O redator da matéria atribuiu aos liberais o gérmen deste sucesso, pois teriam sido os primeiros a proteger o grupo. Contudo, apesar de o jornal ser porta-voz de setores desta corrente, é muito interessante o elogio feito à Presidência do conservador José Bento da Cunha Figueiredo. O reconhecimento não se restringiu somente pela continuidade da verba, mas principalmente porque o representante maior do Poder Executivo havia tomado “sob sua patriótica proteção e preferência essa instituição, como é de pública notoriedade”. Por estas razões, o jornal não poderia deixar de cumprir com o “rigoroso dever de lhe tributar nossos parciais e sinceros elogios”.

Diante dessa “patriótica proteção presidencial”, o articulista alimentava uma grande esperança. Ele acreditava que os artistas mecânicos aprovados pela Sociedade logo ocupariam a maior parte dos serviços públicos. Justiça seria feita quando todas as esferas governamentais assumissem esta política. Muitas obras feitas em Pernambuco estavam repletas de estrangeiros com habilitação inferior “às que têm esses artistas brasileiros [da Sociedade]”. As críticas eram direcionadas especialmente ao português Eliziário dos Santos, Inspetor do Arsenal de Marinha. O artigo também pretendia pressioná-lo, exigindo igualdade na seleção de trabalhadores, *O Echo Pernambucano* lembrava ao lusitano “que esta sua *pátria adotiva* [o Brasil] lhe merece a *preferência*” (grifos do jornal). Para promover alguma paridade, o articulista sugeriu que Eliziário dos Santos deixasse de contratar europeus, como o citado pedreiro Wilmer, que além de considerados pouco aperfeiçoados, eram referidos como tendenciosos. Suas equipes somente contavam com

²¹⁶ Idem, *ibidem*.

²¹⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “A associação de artistas mecânicos em Pernambuco”, *O Echo Pernambucano*, 7/9/1853. As citações que se seguem referem-se a esta fonte.

contramestres e oficiais de suas relações, diminuindo as chances de trabalho dos brasileiros²¹⁸.

Na década de 1850, em meio a todas estas estratégias políticas e sociais, a documentação disponível permite localizar a promoção de um dos membros da Sociedade como Mestre Pedreiro Interino do Arsenal de Marinha de Pernambuco. De perfil semelhante a Francisco Xavier Soares, Antonio Francisco Paz se tornou sócio em 1843. Na ocasião, ele tinha 42 anos, era reconhecido como um homem pardo, casado, pedreiro e morador na rua Imperial (logradouro de São José)²¹⁹. Destacado irmão de São José do Ribamar, na Irmandade ele foi Procurador ou Definidor em 1845, Escrivão em 1849, Tesoureiro em 1850 e Definidor em 1856²²⁰. Naquele estabelecimento militar, Antonio Francisco Paz seguiu carreira como artista mecânico. Não precisamos o ano de seu engajamento. Contudo, pouco antes de sua elevação provisória àquele posto, o artífice de pele escura foi Contramestre da Oficina de Pedreiro. Em 1857, quando ainda ocupava interinamente a mestrança do Arsenal de Marinha, ele pediu licença desta função para tratar de suas obras particulares. Mercê concedida, tentou sua reintegração como Mestre Efetivo em 1860, mas teve seu requerimento indeferido²²¹.

No tempo em que Antonio Francisco Paz gozou de sua licença, encontramos-lo envolvido com empreitadas organizadas pela Câmara Municipal do Recife. Mais uma vez, percebemos a estreita relação dos mestres da Sociedade e confrades de São José com os assuntos da municipalidade. Antes do acordo com o mestre pedreiro, as obras do matadouro público estavam embargadas. Encarregado pela inspeção da empreitada, o vereador Oliveira informou àquela Casa que, desde o dia 15 de novembro de 1858, os trabalhos haviam sido retomados. Apesar do tempo parado, a autoridade relatou aos seus pares que

²¹⁸ Como vimos neste capítulo, este tipo de prática protecionista também foi comum entre os próprios sócios. Inclusive, elas geraram muitas insatisfações no grupo.

²¹⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4.

²²⁰ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Religião. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maços 1850 e 1858. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1850*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1849, p. 143.

²²¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha, Códice AM-18, fl. 114 e AM-22, fl. 9.

conseguiu se servir “de alguns dos trabalhadores que já lá estavam, quando se resolveu a paralisação das obras”²²². Nesta nova fase do serviço é que Antonio Francisco Paz surgiu nos canteiros do matadouro. Ele comandou a edificação da “casa de matança”²²³. Por sua vez, ratificamos a proximidade dos sócios e irmãos de São José com as redes confraternais. A bibliografia especializada indica que, em 1860, o artista mecânico licenciado do Arsenal de Marinha fez vistorias nas obras da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres²²⁴.

Por mais que Antonio Francisco Paz tenha alcançado a mestrança interina do Arsenal de Marinha de Pernambuco, devemos relativizar a força da Sociedade e de seus aliados naquele espaço. No processo de luta que pretendeu pressionar o português Eliziário dos Santos, venceram os estrangeiros. No segundo semestre de 1857, o Arsenal de Marinha pediu a contratação de mais trabalhadores vindos da Europa. O requerimento foi prontamente aprovado. Em meados do ano seguinte, 22 portugueses e 17 belgas chegaram ao Recife²²⁵. Desde então, considerando a licença de Paz, o Mestre Interino da nova Oficina de Canteiros e Pedreiros passou a ser o estrangeiro Christovão Pratto²²⁶. Esta promoção explica o porquê de aquele sócio ter seu pedido de retorno indeferido. Completando a cena, dentre os poucos associados engajados, nenhum deles fazia “obras de seu plano”. Eles estavam impossibilitados de disputar quaisquer cargos de mestre. É o caso, por exemplo, de Amaro José do Amaral e Francisco Alexandre Cordeiro. Sócios em 1855, este último era oficial de 3ª classe de calafate e carpinteiro, enquanto aquele primeiro era aprendiz de 8ª classe de carpinteiro²²⁷.

Assim, apesar de a Sociedade conhecer fluxos e refluxos em seus combates pela conquista de novos espaços laborativos, haviam ocorrido sensíveis mudanças qualitativas desde os tempos em que a associação havia sido idealizada. Em 1849, o relatório enviado

²²² Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1858-1860, fl. 8.

²²³ Idem, *ibidem*.

²²⁴ Judith Martins, *op. cit.*, p. 148.

²²⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha, Códice AM-19, fls. 116-188 e 227, AM-20, fl. 151.

²²⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha, Códice AM-20, fl. 173.

²²⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4. Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fl. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha, Códice AM-17, fl. 229 e Códice AM-14, fl. 98.

ao Presidente da Província indicou que os membros da associação trabalhavam longe do Recife e até mesmo em outras províncias. É claro que este argumento poderia ter sido utilizado como álibi para evitar punições por causa dos “tumultos” da Praieira. Recordemos que um ex-Diretor foi indiciado pelas autoridades policiais e isto poderia comprometer a “moralidade” de todo o grupo. Contudo, também há muitas razões para que aceitemos as justificativas contidas naquele documento. Segundo a bibliografia especializada, muitas empreitadas da década de 1840 eram controladas por estrangeiros. Se foi realmente assim, fica explicada a “interiorização” dos serviços prestados pela Sociedade.

Aos 26 de agosto de 1854, em artigo intitulado “O que são os artistas brasileiros”, *O Brado do Povo* fez algumas denúncias. O periódico afirmou que os artífices nativos eram “mortos à fome, desprezados pelo governo, afrontados pelos estrangeiros que lhes roubam o direito de trabalhar; enfim reduzidos ao estado mais deplorável que dar-se pode”²²⁸. Considerando estas informações sobre o mundo do trabalho, parece que as conjunturas recifenses eram as mesmas de anos anteriores. Contudo, tenho a convicção de que precisamos matizar esta perspectiva quando olhamos para a Sociedade. No início da segunda metade dos oitocentos, seus mais destacados mestres conseguiram formar uma identidade coletiva diferenciada daqueles genéricos “artistas brasileiros”. Como vimos, mesmo que os estrangeiros ainda dominassem alguns espaços no mercado de edificações, existia uma economia de favores que ajudou a Sociedade na conquista de serviços. Contudo, na distribuição destas empreitadas, foram privilegiados alguns mestres, como, por exemplo, João dos Santos Ferreira Barros, Francisco Martins dos Anjos Paula e Francisco José Gomes de Santa Rosa.

Alguns mandatários locais sabiam que o apoio ideológico da Sociedade era imprescindível. Protegê-la era proteger-se. Esta questão é evidente no exercício executivo de 1852. Em relatório enviado à Assembléia Legislativa, o Presidente da Província de Pernambuco afirmou que a associação era entendida como um lugar de “moralidade” e combate ao ócio²²⁹. Em 4 de agosto de 1854, em artigo intitulado “A ociosidade”, *O Echo*

²²⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “O que são os artistas brasileiros”, *O Brado do Povo*, 26/8/1854.

²²⁹ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou na abertura da sessão ordinária em o 1 de março de 1852 o Exmo Sr da mesma Província*, Typographia de M. F. de Faria, 1852, p. 35.

Pernambuco entendeu que este estado era a “raiz e princípio de todos os males”²³⁰. O trabalho morigerado seria o meio mais profícuo para que os indivíduos considerados bestializados silenciassem seus “apetites desordenados”²³¹. Por causa de seu alto grau de periculosidade, a vadiagem deveria ser combatida. Com esta sentença conclusiva, o jornal fez uma exigência aos legisladores. Além das leis contra “os furtos, adultérios, homicídios e outros pecados”, os governos também necessitavam criar normas para punir severamente a ociosidade²³². Como a Sociedade era uma reunião de trabalhadores que buscavam a “Civilização”, o “Progresso” e o trabalho bem feito, estava justificada sua defesa como um modelo a ser seguido e incentivado.

Além do combate ao ócio, existiu outro projeto nos corações e mentes das autoridades ligadas às obras públicas. Elas pretendiam que os trabalhadores se comprometessem afetiva e positivamente com suas atividades laborativas. Em 1855, o responsável pela Diretoria das Obras Militares relatou ao Presidente da Província que seus operários somente eram responsáveis enquanto recebiam pagamentos²³³. Segundo aquela autoridade, além do profundo desejo pelas diárias, “nenhum laço os liga a mim”²³⁴. No ano seguinte, este relato foi reforçado²³⁵. Contudo, uma estratégia foi utilizada pelas Obras Militares para tentar reverter aquele quadro. A repartição passou a adiantar os jornais. Contudo, logo que os artífices beneficiados pela mercê conseguiam algum outro serviço que pagasse mais, sem aviso eles abandonavam a empreitada em curso e embolsavam os mil-réis previamente recebidos. Este tipo de prática era chamada de “gancho”. Segundo o relatório de 1856, depois de lesados os cofres públicos, era muito difícil reaver o montante pago ou obrigar os trabalhadores a cumprir seus tratos. Para dificultar as diligências policiais, os contratados mudavam “facilmente de habitação, e mesmo de domicílio”²³⁶.

Poucos tempo depois desta frustrada iniciativa oficial, mais uma proposta foi feita pela diretoria das Obras Militares. Para tentar comprometer os operários com suas tarefas, o Tenente Coronel Engenheiro Diretor José Joaquim Rodrigues Lopes sugeria que o Poder

²³⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “A ociosidade”, *O Echo Pernambucano*, 4/8/1854.

²³¹ Idem, *ibidem*.

²³² Idem, *ibidem*.

²³³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-1, fl. 110. As Obras Militares eram uma repartição do governo central em Pernambuco.

²³⁴ Idem, *ibidem*.

²³⁵ Idem, fl. 168.

Executivo provincial colaborasse com a formação de uma Companhia de Artífices das Obras Militares. A ajuda do governo pernambucano seria importante. Ligada ao governo central, aquela repartição era pequena, estava sobrecarregada de atividades e tinha poucos recursos. O objetivo do novo regimento, composto por artistas mecânicos, era criar um quadro específico e estável de empregados. Estes trabalhadores seriam especialmente destacados para servir em empreitadas de diversos quartéis e fortes. Depois de consolidado o grupo, um montepio seria instituído para garantir aos matriculados algum pecúlio “nos dias de doença”²³⁷. Para Rodrigues Lopes, estas iniciativas redundariam “em recíprocas vantagens ao Estado e a classe artífice de cidadãos laboriosos”²³⁸. Contudo, depois deste relatório ao Presidente da Província, as fontes nada mais tratam sobre o assunto.

Considerando estes projetos e discursos, a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” aglutinou em sua vida institucional todos os predicados que as elites letradas e proprietárias começavam a valorizar e perseguir. A “moralização” dos trabalhadores livres passava pela entidade artística por causa de diversos aspectos. Seus membros acreditavam nos sentidos de “Progresso” e “Civilização”. Com viés “modernizador”, a Sociedade queria aperfeiçoar e “humanizar” seus associados através de processos escolarizantes socialmente reconhecidos. Preocupado com as releituras de práticas mais tradicionais, o grupo de artífices ainda mantinha o orgulho do trabalho bem feito a partir de profundas teias culturais, familiares e corporativas. Todos estes elementos enredavam os sócios e criavam os mais diversos laços de solidariedade e parentela entre eles. Estas redes eram acionadas nos casos de doença, inatividade por acidentes de trabalho e distribuição de serviços. Dispositivos institucionais e institucionalizantes como as Comissões de Obras zelavam pelo nome da entidade artística e combatiam práticas, como o “gancho”, que manchassem sua imagem.

A visibilidade da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” não se deu por passiva submissão dos sócios aos desejos de seus patronos. Ao contrário. O projeção da entidade artística foi fruto de sua capacidade de (re)construir uma identidade coletiva que seduziu as elites letradas e proprietárias. Elas reconheceram a capacidade daqueles homens de pele escura e entenderam que seria muito importante dialogar e criar laços de

²³⁶ Idem, *ibidem*.

²³⁷ Idem, fl. 204.

²³⁸ Idem, *ibidem*.

reciprocidade com eles. Na década de 1850, as conjunturas permitiram que a Sociedade se apropriasse das angústias das elites letradas e proprietárias. Ao construir um discurso afinado com os valores caros à Modernidade, os sócios conseguiram criar interfaces com os mais novos ideais de combate ao ócio e de compromisso com o trabalho. A marcante presença de alguns dos mestres da Sociedade nos canteiros do Recife foi diretamente proporcional à sua capacidade de traduzir os anseios de presidentes da província, diretores de obras públicas e burocratas da educação. Além disto, todas as conquistas do grupo de artífices foram possíveis por causa de uma forte identidade coletiva. Ela foi acionada na defesa contra a concorrência estrangeira e contra o processo de “proletarização”. É claro que nem sempre a associação ganhou as batalhas políticas que travou, mas é certo que ela derrubou alguns muros sociais.

Capítulo 3

Novos rumos.

3.1. Sob vigilância imperial.

No Brasil de finais da década de 1850, observamos o processo de derrocada das políticas defendidas pelo Gabinete da Conciliação. Neste período de importantes mudanças conjunturais, setores das elites letradas e proprietárias propuseram algumas reformas institucionais no Império¹. Destacamos aqui os debates que foram travados pelo Poder Legislativo sobre o papel do Estado no controle do “espírito de empresa”, que estão diretamente relacionados ao nosso tema. Como resultado destas discussões, foram aprovadas pelo poder central a Lei de número 1.083 (de 22 de agosto de 1860) e o Decreto de número 2.711 (de 19 de dezembro de 1860), que regulamentava aquela lei. Estas regras preconizavam uma forte vigilância sobre a livre iniciativa nas vidas financeira, econômica e associativa do país². Especificamente sobre este último aspecto, determinou-se que as chamadas “sociedades” (recreativas, religiosas, profissionais, artísticas, beneficentes etc.) teriam que obedecer a uma série de requisitos legais. Somente assim essas entidades garantiriam sua existência oficial e, conseqüentemente, seu funcionamento cotidiano³.

A primeira exigência legal feita às associações foi definida pelo Artigo 2 da Lei de número 1.083. Seu Parágrafo 1º determinava que o reconhecimento das mais diversas “sociedades” passava pela “aprovação [governamental] de seus estatutos”⁴. Nas Províncias, por exemplo, pertenceria a seus respectivos Presidentes “a faculdade de aprovar os estatutos dos Montepios, das Sociedades de Socorros Mútuos ou de qualquer outra

¹ Francisco Iglésias, “Vida Política, 1848-1866”, In: Sérgio Buarque de Holanda (diretor), *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*, tomo 2, volume 5, 8ª edição, São Paulo, Bertrand Brasil, 2004, pp. 98-101.

² Idem, p. 99. Ronaldo Pereira de Jesus, “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)”, In: Carla M. de Carvalho & Mônica Ribeiro de Oliveira (org.), *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*, Minas Gerais, Editora da UFJF, 2006, pp. 285-304. Paula Christina Bin Nomelini, *Sociedade Humanitária Operária: o mutualismo no estudo da classe operária*, Campinas, IFCH/UNICAMP, 2004, p. 96.

³ Ronaldo Pereira de Jesus, op. cit.

⁴ Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1860*, tomo XXI, parte I, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1860, p. 31.

Associação de beneficência”⁵. Por sua vez, o Decreto de número 2.711 foi mais específico sobre o conteúdo dos documentos que oficializavam as chamadas “sociedades”. Eles deveriam explicitar, entre outros itens, o nome do grupo, seus propósitos associativos, as formas de admissão de novos membros e as responsabilidades de seus gestores⁶. As “Disposições Gerais” do Decreto previam ainda que os livros de registros das “sociedades” deveriam sempre estar disponíveis para o exame das autoridades competentes⁷. Por fim, para que os grupos de socorros mútuos, científicos, literários e religiosos tivessem efetiva utilidade pública, seus sócios sempre deveriam zelar e promover os “bons costumes”⁸.

Todas as associações que haviam sido fundadas antes de 1860 deveriam adequar suas políticas, estatutos e diretrizes institucionais à nova legislação em vigor⁹. Para reformar o Estatuto de 1851, a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” iria encontrar fortes entraves jurídicos, pois seria muito difícil contemplar as diretrizes legais e manter ao mesmo tempo suas tradições associativas. O maior e mais imediato problema que sócios enfrentaram foi construir alternativas para contornar o Capítulo VIII do Decreto de número 2.711. O artigo 31 desse capítulo, intitulado “Das Sociedades de Socorros Mútuos”, afirmava que tais organizações teriam “**unicamente** por objeto prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos nos casos de enfermidade ou inutilização de serviço, e ocorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral”¹⁰. Assim, uma associação só podia prestar auxílio financeiro a seus membros nessas ocasiões, estando impedida de oferecer outros benefícios. Como o tradicional escopo da associação recifense era promover aulas noturnas e oferecer socorros mútuos em diversas ocasiões, a legislação aprovada em 1860 exigia redefinições importantes para aquele grupo de artífices.

⁵ Idem, p. 32. Segundo a Lei de número 1.083, o poder do Presidente da Província sobre as associações era limitado “pela disposição do art. 10 § 10 da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834”. Idem, ibidem. Segundo esta norma, competia às Assembléias Legislativas das Províncias regularem as “casas de socorros públicos, conventos e quaisquer associações políticas ou religiosas”. Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1834*, parte I, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1866, pp. 17-18.

⁶ A exigência estava no Artigo 5 do Capítulo I, intitulado “Da Criação e Organização de Bancos”. Sempre que a Lei de número 2.711 se referiu ao formato que os estatutos das associações deveriam possuir, pediu que fossem copiadas as instruções do referido dispositivo. Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1860*, tomo XXIII, parte II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1860, p. 1126.

⁷ Idem, p. 1140.

⁸ Idem, p. 1133.

⁹ Ronaldo Pereira de Jesus, op. cit.

¹⁰ Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1860*, tomo XXIII, parte II, p. 1134. Grifo meu.

No primeiro semestre de 1861, a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” se esquivou ao máximo de uma decisão político-institucional que arranhasse suas costumeiras práticas. Contudo, a estratégia de protelar a reforma de sua personalidade jurídica apenas alcançou resultados temporários. Pouco mais de um ano após a aprovação da Lei de número 1.083, o Poder Executivo pernambucano colocou os sócios contra a parede. Em 5 de setembro daquele ano, a Mesa Diretora afirmou ser obrigada a ceder às exigências burocráticas que vinham “de cima”. Para continuar funcionando, o grupo necessitava escolher rapidamente seu novo caráter. Segundo as autoridades locais, caso os sócios pretendessem manter o nome “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, os objetivos da entidade estariam exclusivamente vinculados às suas diversas aulas e ao contínuo “aperfeiçoamento” de seus membros. Em contrapartida, se a Casa optasse pela permanência dos auxílios financeiros como sua única diretriz organizativa, tal escolha inclusive obrigaria o grupo de artífices a “mudar de título”¹¹.

No dia 26 de setembro, pressionados, os sócios chegaram a um acordo. Depois de algumas considerações tecidas pela diretoria, “a Casa aprovou” a proposta governamental que conservava “o título da Sociedade”¹². Do ponto-de-vista legal, podemos concluir que esta medida limitava o escopo do grupo ao exclusivo “progresso” das artes e ao “aperfeiçoamento” dos artífices. É bastante provável que esta escolha tenha tido duas motivações importantes. A primeira delas teria sido a continuidade da verba anual concedida pelo governo. As aulas noturnas oferecidas no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar sempre haviam justificado este privilégio e, no transcorrer da década de

¹¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 44. Junto das medidas legislativas que pretenderam impedir a dupla atuação de grupos como a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, o Estado também deu justificativas mais pragmáticas para o combate da prática. Tomemos como parâmetro comparativo uma decisão tomada na Corte. Em 22 de setembro de 1862, o Conselho de Estado avaliou o Estatuto da “Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade”. Em determinado momento do processo, os conselheiros teceram considerações mais gerais, elogiando tanto as entidades que preconizavam os “socorros mútuos de artistas”, quanto as que promoviam o “desenvolvimento das artes”. Entretanto, na perspectiva daqueles indivíduos, era muito difícil que um mesmo grupo conciliasse o “desenvolvimento das artes” com o “socorro aos artistas e às suas famílias”. Segundo o Conselho de Estado, as organizações que perseguiam ambas as metas tendiam ao fracasso e dificultavam o controle governamental. Portanto, em meio a tantos inconvenientes, o Estatuto da “Trabalho, União e Moralidade” deveria ser revisto segundo a Lei de número 1.083 e o Decreto de número 2.711. Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Fundo Conselho de Estado, caixa 532, pacote 1, documento 25, fls. 4 e seguintes.

1850, a subvenção esteve registrada nos empenhos orçamentários da Instrução Pública. Se a Sociedade deixasse de oferecer suas diversas disciplinas, poderia perder dinheiro. Outro bom motivo para que os sócios escolhessem as aulas foi a respeitabilidade que com elas conquistavam. Como sabemos, a “moralidade” era um capital simbólico que lhes vinha abrindo importantes espaços no mercado recifense das edificações.

Apesar de parecer absolutamente submissa às determinações impostas pelo Palácio do Governo de Pernambuco, a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” ainda tentou driblar a legislação de 1860 e impor algumas de suas vontades com relação aos auxílios financeiros. No mesmo instante em que a Casa decidiu que o nome da associação seria mantido e as aulas privilegiadas, também o corpo social determinou que fossem suspensos apenas “os socorros das famílias dos sócios”¹³. Houve um profundo silêncio sobre o término da prática costumeira quanto ao benefício destinado aos próprios membros. Em nenhum instante eles mencionaram qualquer coisa que indicasse uma renúncia a este direito que achavam justo e legítimo. Atentos à seqüência dos acontecimentos, notamos que a estratégia dos sócios foi muito inteligente. Apesar de a Sociedade definir seu caráter com precisão, o governo pernambucano ainda questionou a adequação às regras de 1860. Como a problemática do enquadramento jurídico permaneceu latente, os artífices ganharam um pouco mais de tempo para negociar a continuidade de seu projeto associativo original.

Em meio às tentativas de dirimir o problema jurídico que insistia em macular os objetivos da Sociedade idealizada por José Vicente Ferreira Barros, os artífices também buscaram outras soluções junto à praça do Recife. Caso o grupo se consolidasse como uma entidade exclusivamente instrucional, era preciso apelar para o apoio de alguma organização que promovesse os socorros mútuos. No início da década de 1860, existiram contatos mais estreitos entre a associação e o “Monte Pio Popular Pernambucano”¹⁴. Fundada em 1856, esta última organização somente aceitava brasileiros natos em seus

¹² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 45.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, pp. 234-235.

quadros¹⁵. Contudo, o elemento nacional deveria ser “livre na administração de sua pessoa e bens”¹⁶. Ou seja, o escravo estava excluído da mutualista que pretendia proteger seus filiados e familiares. Para finalizar a lista de exigências, o candidato ainda precisava apresentar “boa conduta civil e moral”¹⁷. Do ponto-de-vista ideológico, parece que Sociedade e “Monte Pio Popular Pernambucano” travaram contatos porque compartilhavam alguns princípios muito semelhantes.

Ao mesmo tempo, a Sociedade também procurou ordenar seus mais diversos registros como queria a nova legislação. No dia 8 de novembro de 1860, por exemplo, a Mesa Diretora determinou que se escolhesse um sócio “habilitado a fazer as escrituras da Casa, a fim de ficarem inutilizados os livros e mais papéis que se acham no arquivo”¹⁸. Extraordinariamente, seria escolhido um amanuense para transcrever em novos códices todas as informações associativas que estavam desorganizadas ou se perdendo. Depois de algumas semanas, mais precisamente no dia 29, surgiu “Basílio Barros propondo-se para amanuense”, que logo foi aprovado para o cargo¹⁹. Com esta nomeação para o posto provisório, concluímos que o mestre de ofício e ex-mesário Antonio Basílio Ferreira Barros tinha bom domínio da linguagem escrita – assim como seus irmãos João dos Santos e José Vicente Junior. A indicação confirma, além disto, a hegemonia de determinados artífices (com perfis sociais muito bem definidos) nos lugares mais estratégicos de poder da entidade artística recifense.

Os resultados do trabalho de Antonio Basílio são visíveis quando cotejamos dois almanaques organizados pelo editor José de Vasconcellos. Os dados referentes ao ano de 1860 informam que “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” continha 125 membros em suas fileiras²⁰. Entretanto, há indícios de que este quantitativo estava baseado em documentação mais antiga e desatualizada. Ao somarmos o número de sócios apresentados

¹⁵ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Coleção de Livretos Raros, volume 123, *Estatutos do Monte Pio Popular Pernambucano, aprovados por provisão do governo da Província em 9 de dezembro de 1861*, Recife, Typographia Universal, 1862, p. 5.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 29v.

¹⁹ Idem, fl. 31.

²⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o anno de 1860, organizado por José de Vasconcellos*, Pernambuco, Typographia Commercial de Geraldo H. de Mira & C., 1860, p. 208.

em outros capítulos, chegamos ao total de 159 matrículas entre os anos de 1841 e 1859. Sabemos que 27 membros foram expulsos em 1853, sendo 2 deles fundadores²¹. Dos outros 15 fundadores, somente Bernardo Henriques, Manoel de Holanda Lobo, Francisco Martins dos Anjos Paula e Francisco Xavier de Lima ainda estavam vivos em 1860²². Até este ano, ainda localizamos mais 15 falecimentos – entre eles, os de Gerando de Amarante dos Santos e Francisco Manoel Beranger²³. Sendo assim, uma contagem panorâmica indicaria que a associação reunia 106 membros. Para reduzir um pouco mais este número, ainda computaríamos outras formas de saída do grupo.

Em compensação, para o ano de 1861, o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco* trouxe informação mais precisa aos seus leitores. Suas páginas registravam que a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” contava com 67 artífices inscritos em seus quadros²⁴. Recordemos que este número é bastante semelhante àquele que foi indicado por D. Pedro II, quando de sua visita ao Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. O montante indicado pelo periódico era fruto dos trabalhos de revisão realizados por Antonio Basílio. Atualizados, os livros e demais papéis do grupo de artífices que chegam até nós permitem confirmar os dados do respectivo periódico e construir a tabulação a seguir.

²¹ No capítulo 2, citamos Macário. José Nazário dos Anjos também foi expulso. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 37v-38.

²² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4, 12, 13, 20, 21, 36, 37, 44, 45, 68, 69, 76, 77, 92 e 93. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 37v-38v. Livro de Mensalidades dos Sócios, 1841-1859, fls. 2, 8 e 9. Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fls. 12, 16, 17 e 53. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º anniversário da sua installação pelo director da mesma sociedade*, Recife, Typographia d'A Província, 1891, pp. 6-7.

²³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Mensalidades dos Sócios, 1841-1859, fls. 27-28. Livro de Matrícula dos Sócios, fls. 1-4, 20-21, 28-29, 44-45, 52-53, 76-77, 116-117.

²⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o anno de 1861, organizado por José de Vasconcellos*, Pernambuco, Typographia Commercial de Geraldo H. de Mira & C., 1861, p. 189.

Quadro 5
Características dos 67 sócios encontrados em 1861

Ofícios	Carpinas e Pedreiros	55,23%	Total 100%
	Outros	37,31%	
	Sem definição	7,46%	
Tipo de artista	Mecânico	80,60%	Total 100%
	Liberal	2,98%	
	Mecânico complementando renda com atividades liberais	8,96%	
	Sem definição	7,46%	
Qualidade	Pardo	71,63%	Total 100%
	Preto	13,43%	
	Branco	4,50%	
	Crioulo	2,98%	
	Sem definição	7,46%	
Período de matrícula	Entre 1841-1849	20,90%	Total 100%
	Entre 1850-1859	70,15%	
	Em 1860 e 1861	8,95%	

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4, 12, 13, 20, 21, 27-29, 34-36, 37, 44, 45, 68, 69, 76, 77, 92 e 93. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 4v, 5v, 6, 8v, 15, 17v, 21v e 26v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 12v e 17. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 6-7.

O Quadro 5 confirma algumas análises feitas em outros momentos da tese, como, por exemplo, a preponderância de artífices pardos no grupo. Entretanto, ele nos oferece uma novidade muito interessante. Observamos que os artistas pedreiros e carpinas voltaram a ser majoritários na entidade. Recordemos que, em décadas anteriores, a proporção destes profissionais diminuiu frente às outras especialidades. Para compreendermos a nova conjuntura, precisamos reconhecer que determinados trabalhadores das edificações foram favorecidos na composição das Mesas Diretoras e nas Comissões de Obras. Por este motivo, muitos artistas mecânicos ficaram sem voz e romperam com a instituição. Além disto, algumas outras “classes” se organizavam no Recife. Em 1856, foi fundada a “Associação Tipográfica Pernambucana”. Em 1857, a “Sociedade União Beneficente dos Artistas Seleiros”. Em 1859, a “Sociedade Arte e Amizade dos Marceneiros”. Em 1860, a “Associação dos Artistas Alfaiates” e a “Sociedade União Beneficente dos Cocheiros”²⁵.

²⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o anno de 1860*, pp. 209, 211 e 213.

Desta forma, a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” deixou de ser a única alternativa “moderna” para a proteção dos trabalhadores.

A mudança geracional na “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” é outra informação muito importante que extraímos do Quadro 5. Em 1861, como podemos notar, a maioria dos indivíduos matriculados havia entrado na associação na década de 1850. Dois fatores contribuíram com este perfil. Em primeiro lugar, recordemos que 83,3% dos artífices desligados na expulsão ocorrida em 1853 haviam se inscrito na Sociedade antes do final da primeira metade dos oitocentos. Ou seja, a maioria daqueles que tiveram seus nomes riscados do Livro de Matrículas pertencia à primeira geração de associados. O outro fator que destacamos é ainda mais significativo. No transcorrer do processo de reformas estatutárias, somente 3 dos 17 pioneiros e fundadores ainda cerravam fileiras no grupo, como se pode ver no Quadro 6. A maioria das baixas ocorreu por falecimento, considerando que a faixa etária de boa parte daqueles mestres carpinteiros e pedreiros era bastante alta para os padrões oitocentistas. Portanto, durante a renovação do Estatuto de 1851, as referências mais originais da Sociedade estavam sendo resignificadas por trabalhadores que foram formados após o fim das corporações de ofício.

Quadro 6
Os sócios pioneiros e fundadores na diacronia

NOME	SÓCIO	IRMANDADE	SITUAÇÃO ATÉ 1860
Antonio Baptista Clemente	1841	Identificado como vogal	Falecido em janeiro de 1850
Bernardo Henriques	1841		Continua sócio
Eleutério Pereira da Silva	1841		Falecido em dezembro de 1841
Francisco da Cunha dos Prazeres	1841	Identificado como vogal	Falecido em maio de 1845
Francisco M. dos Anjos Paula	1841	Identificado como vogal	Continua sócio
Isidoro Santa Clara	1841	Identificado como vogal	Falecido em maio de 1849
João Romão de Moura	1841		Falecido em julho de 1850
José Vicente Ferreira Barros	1841	Identificado como vogal	Falecido em 1846
Manoel Gomes de Oliveira	1841	Identificado como vogal	Falecido em 1848
Timoteo da Silva	1841		Falecido em 1855
Amaro Pereira da Cruz	1841	Identificado como vogal	Falecido até 1860*
Crispim dos Santos Ferreira	1841	Identificado como vogal	Falecido até 1860*
Francisco Xavier de Lima	1841		Continua sócio
Ignácio Pereira Rosa	1841		Falecido em abril de 1848
José Nazário dos Anjos	1841		Eliminado em 1853
Joaquim Pedro F. Macário	1841	Identificado como vogal	Eliminado em 1853
Manoel de Holanda Lobo	1841	Identificado como vogal	Continua sócio

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o anno de 1861*, pp. 193-195.

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4, 12, 13, 20, 21, 36, 37, 44, 45, 68, 69, 76, 77, 92 e 93. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 37v-38v. Livro de Mensalidades dos Sócios, 1841-1859, fls. 2, 8 e 9. Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fls. 12, 16, 17 e 53. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*, Recife, Typographia d'A Província, 1891, pp. 6-7. * O primeiro livro de matrículas da associação possui registros de 1841 até 1860. A nota “Falecido até 1860” atesta que o óbito foi anotado no mesmo códice, mas sem precisar a data. Como os falecidos não apareceram nos livros posteriores, pressuponho que seus passamentos realmente ocorreram antes de 1860.

Na entrada do ano de 1862, a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” retomou de maneira mais incisiva e formal os debates sobre a revisão de seu regulamento. Retomemos também a temática. Em 16 de janeiro, a Mesa Diretora convocou cinco sócios para formar a Comissão de Revisão dos Estatutos²⁶. Dois comissários são nossos velhos conhecidos. Eles desfrutavam de prestígio na Sociedade, na Irmandade e no mercado das edificações: o mestre carpina Feliciano Primo de Souza e o mestre pedreiro Manoel do Carmo Ribeiro²⁷. O terceiro comissário foi João Duarte de Faria Tibau²⁸. Sócio em 1858 com 30 anos, era pedreiro, crioulo, casado, pernambucano e morava em Santo Antonio²⁹. Sua perícia era notória, pois, em 1860, fez parte da Comissão das Obras de Pedreiro da entidade artística³⁰. O penúltimo comissário foi João Manoel de Faria³¹. Sócio em 1860, tinha 41 anos, era pardo, pedreiro e residia na Casa Forte (nos arredores do Recife)³². Mestre habilitado, em 1861 foi Examinador das provas práticas de carpina e pedreiro

²⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 47v.

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ Idem, ibidem.

²⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 76-77. Tradicionalmente, o termo “crioulo” nos remete ao filho de africanos nascido no Brasil. As fontes não permitiram que pudéssemos explorar com mais profundidade o significado desta referência identitária para Tibau.

³⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 24v.

³¹ Idem, fl. 47v.

³² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 76-77.

promovidas pela Sociedade³³. Sobre Tibau e Faria, não encontrei indícios de que fizessem parte da confraria devotada ao Santo Patriarca, forma com que era chamado São José.

O quinto comissário merece atenção especial. José Francisco do Carmo era canteiro, se tornou sócio em 1853, contava 24 anos, era pardo, solteiro, pernambucano e residia na rua do Livramento (localizada na freguesia de Santo Antonio)³⁴. Por mais que este artífice não fosse pedreiro ou carpina como seus companheiros, sua labuta diária também estava diretamente ligada ao ramo das edificações. Ou seja, o artífice militava no mesmo mercado dos demais componentes da Comissão de Revisão dos Estatutos. Assim como nos casos de Tibau e Faria, também não encontrei registros que vinculassem José Francisco do Carmo à Irmandade de São José do Ribamar. Entrementes, é necessário destacar que o canteiro provavelmente mantinha relações de compromisso e trabalho com a família Ferreira Barros. Sua matrícula na “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” foi feita por indicação do próprio Diretor João dos Santos³⁵. Portanto, ao cruzarmos os perfis sociais e profissionais de todos os comissários, reforçamos uma tendência observada neste e em outros capítulos: existiu regularidade nas políticas de privilegiamento da entidade artística.

De imediato, observamos que uma das primeiras medidas da Comissão de Revisão dos Estatutos foi mudar a escolha jurídica feita em setembro de 1861. Ao invés de privilegiarem as aulas, os comissários entenderam que a melhor opção para o grupo seria obedecer ao Capítulo VIII do Decreto de número 2.711. Como sabemos, existia uma orientação das autoridades públicas para que a Sociedade mudasse de nome caso optasse pelos auxílios mútuos. Ao decidirem que a Casa teria um caráter exclusivamente mutualista, os sócios pretenderam rebatizá-la como “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”³⁶. Contudo, a nova mudança de personalidade jurídica era uma manobra semelhante àquela utilizada em setembro de 1861. Os comissários mantiveram a postura de tentar contornar as regras imperiais de acordo com a conveniência da entidade. Prova disto

³³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 32-32v.

³⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 76-77.

³⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 29v.

é que aquela instância de poder anotou no regulamento revisto que os objetivos centrais da Sociedade eram a “prática de mútua e recíproca beneficência” e a “ilustração e progresso das classes artísticas”³⁷. Em meio às tentativas de encontrar uma forma de manter aulas e socorros, também foram discutidos outros dispositivos estatutários.

Documento pronto, era chegada a hora de testar sua pertinência. Depois de terceira discussão, ocorrida em 30 de abril de 1862, o Estatuto foi aprovado unanimemente pelos sócios³⁸. O próximo passo da Sociedade seria encaminhar o regulamento para a análise do Presidente da Província. Naquele mesmo dia, Joaquim Borges Carneiro, Diretor na década de 1850 e em 1860³⁹, se ofereceu para levar o material ao Palácio do Governo de Pernambuco. De pronto, seu nome foi aprovado pela Casa⁴⁰. Apesar de a associação estar coesa sobre a legitimidade de seus objetivos, sabemos que existia um ambiente desfavorável às suas pretensões. Entretanto, contrariando as expectativas, no dia 24 de julho, os sócios comentaram que sua constituição havia sido plenamente aprovada. Na oportunidade, eles tentavam juntar a quantia necessária para pagar os tributos que liberariam o Estatuto⁴¹. Uma portaria do mês de agosto concedeu licença para que a rebatizada “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” pudesse funcionar oferecendo socorros e aulas⁴².

Tendo em vista o rigor da legislação de 1860, pode causar certo estranhamento o fato de o Presidente da Província sancionar o trabalho da Comissão de Revisão dos Estatutos. Sendo assim, por que os comissários alcançaram êxito onde outros sócios falharam? A resposta para esta pergunta está no próprio conjunto de artigos e parágrafos do Estatuto de 1862. Em especial, em um deles, que nos permite perceber que a Sociedade encontrou fortes aliados políticos para garantir a permanência das aulas e dos socorros.

³⁶ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 12.

³⁷ Idem, *ibidem*.

³⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 50v.

³⁹ Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o anno de 1860*, p. 208.

⁴⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 51.

⁴¹ Idem, fl. 54v.

⁴² Idem, fl. 55v.

Com o objetivo de aumentar as redes sociais do grupo, a constituição dos artífices determinou que fossem criadas mais três novas categorias de sócios: Honorário, Benemérito e Correspondente⁴³. Em fevereiro de 1863, localizamos cinco homens públicos pernambucanos matriculados naquela primeira categoria. Para ser Sócio Honorário, o indivíduo deveria possuir ao menos um de três atributos fundamentais: ser personalidade de reconhecido talento literário, ter indubitável prestígio social ou em algum momento de sua vida ter prestado relevantes serviços à associação⁴⁴.

O primeiro Sócio Honorário agraciado com o título foi Joaquim Pires Machado Portella. Ao ser aceito como membro honorário da entidade artística, contava com 33 anos, foi referido como Doutor, residia na rua Nova e ocupava a Direção Geral da Instrução Pública⁴⁵. No mesmo período em que assentou como associado, o político conservador acumulou muito poder. Em 1862, podemos encontrá-lo na presidência do Conselho Diretor da Instrução Pública, na 2ª Vice-Presidência da Província e em uma das cadeiras da Assembléia Provincial de Pernambuco⁴⁶. Segundo o *Diário de Pernambuco* de 3 de fevereiro de 1865, as atividades advocatícias de Joaquim Pires Machado Portella concentravam-se em escritório próprio, localizado rua do Imperador, número 83, primeiro andar⁴⁷. Recordemos que o mais novo e prestigiado membro da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” nutria simpatias pelo grupo de artífices desde a década de 1850. Sabemos que sua influência política foi decisiva para a valorização da entidade artística. O caso da Escola Industrial confirma essa afirmação.

Outro Sócio Honorário digno de nota é Manoel do Nascimento Machado Portella⁴⁸. Um pouco mais novo que seu irmão Joaquim Pires, foi co-proprietário do mesmo escritório

⁴³ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Hemeroteca, “Apreciável”, *Jornal do Recife*, 15/7/1863.

⁴⁴ Gabinete Português de Leitura (GPL), Recife, Biblioteca/Obras Raras, *Estatutos da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco instituida em 1836 e inaugurada nesta cidade do Recife aos 21 de novembro de 1851*, Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1882, p. 9.

⁴⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 77-77v.

⁴⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1861, pp. 4, 6 e 120.

⁴⁷ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 3/2/1865.

de advocacia da rua do Imperador. O caçula também foi Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife em 1857 e 1861⁴⁹. Conservador, sua atuação política é perceptível na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Nos anos de 1859 e 1861, por exemplo, além de Deputado, foi Primeiro Secretário da Casa⁵⁰. O terceiro beneficiado com o título de honorário da Sociedade foi Antonio Rangel de Torres Bandeira⁵¹. Nas fontes da Instrução Pública referentes ao ano de 1863, o bacharel aparece como lente das Primeira e Segunda Cadeiras de História e Geografia do Ginásio Pernambucano⁵². Além disto, em 1862, foi Deputado Provincial e Conselheiro Substituto do Conselho Diretor da Instrução Pública⁵³. Ou seja, Torres Bandeira foi companheiro de Joaquim Pires em ambos os espaços de poder. O penúltimo indivíduo que recebeu a mercê foi Francisco de Araújo Barros⁵⁴. Na documentação da Irmandade de São José do Ribamar, há referências de que era Juiz Municipal e Provedor dos Resíduos e Capelas. Em 1862, o bacharel recebeu alguns irmãos em sua residência para ajustar as contas da confraria⁵⁵.

⁴⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 75v-76v.

⁴⁹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 3/2/1865. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Coleção Machado Portella, Col. M. P. 1-3. *Inventário [da] Coleção Machado Portella (Manoel do Nascimento Machado Portella)*, Recife, Governo do Estado de Pernambuco/Arquivo Público Estadual, 1982, p. 7. Segundo Izabel Marson, a freguesia de São José era o reduto político do “Dr. Machado Portela”. Neste sentido, podemos concluir que era conveniente para o bacharel uma aproximação com a Sociedade. Além de o grupo de artífices estar naquela localidade, muitos sócios residiam nas imediações da Igreja de São José do Ribamar. Izabel Andrade Marson, *O Império da “conciliação”: política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão*, Campinas, Unicamp, 1999, tese de concurso de livre docência em História, p. 329.

⁵⁰ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR042, maço abril de 1859 e Caixa OR048, maço Secretaria de Governo de Pernambuco 1861.

⁵¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 74v, 75 e 77v.

⁵² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-15, fl. 184. Em outros capítulos, vimos que o Ginásio Provincial de Pernambuco foi criado em 1855, substituindo o Liceu Provincial. Ambas as escolas se dedicaram à formação secundária.

⁵³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862*, pp. 7 e 121.

⁵⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 74v, 75 e 77v.

⁵⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas e Despesas, 1860-1907, fls. 12-13.

Assim como o Diretor Geral da Instrução Pública, o quinto Sócio Honorário merece especial destaque. Ele foi referido pelas atas do Conselho Administrativo da associação como o Senhor Doutor Figuerôa Faria⁵⁶. No *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Pereira da Costa afirma Manoel Figuerôa de Faria comprou a tipografia do *Diário de Pernambuco* em 1830 – e, mesmo depois de sua morte, em 1866, seus filhos tocaram o empreendimento⁵⁷. Nos oitocentos, o referido jornal foi o mais importante da Província, sendo um tradicional veículo do Partido Conservador. Na década de 1840, por exemplo, o periódico foi um dos maiores porta-vozes dos “guabirus” na luta ideológica contra os “praieiros” – que utilizavam o *Diário Novo* para expressar suas opiniões⁵⁸. O editor também possuía representativa ligação com o ensino profissional. Em 1862, Manoel Figuerôa de Faria lecionava na Primeira Cadeira do Curso Comercial Pernambucano⁵⁹. Por fim, além de membro da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, o bacharel também frequentou outras associações recifenses. Entre elas, o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco e a Associação Comercial Beneficente⁶⁰.

Conhecidos os Sócios Honorários, podemos afirmar que pelo menos dois deles, Joaquim Pires Machado Portella e Francisco de Araújo Barros, prestaram serviços diretos e indiretos à associação antes de 1863. De qualquer forma, a maior parte dos agraciados possuía sólidos conhecimentos jurídicos para assessorar a Sociedade na renovação do Estatuto de 1851. Mais do que isto, todos tinham poder político para fazer com que o Estado também afrouxasse a execução da Lei de número 1.083 e do Decreto de número 2.711. Acredito que seja impossível entender todo o processo que envolveu a feitura e a chancela do Estatuto de 1862 sem considerar a ingerência dos representantes das elites letradas e proprietárias no processo. Podemos extrapolar a afirmação até mesmo para o pagamento das cotas anuais. Como sabemos, a associação esteve numa espécie de limbo

⁵⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 75v-76v.

⁵⁷ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Diccionario Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, Typographia Universal, 1882, pp. 668-670.

⁵⁸ Izabel Andrade Marson, *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*, São Paulo, Moderna, 1980.

⁵⁹ O curso foi criado pela Lei de número 414 de 30 de abril de 1857. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862*, p. 130.

⁶⁰ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Diccionario*, pp. 668-670.

jurídico entre os anos de 1860 e 1862. Neste período, era muito difícil encontrar justificativas legais para que o orçamento provincial continuasse contemplando a Sociedade. Independente disto, os empenhos da Instrução Pública mantiveram 1:000\$000rs consignados na rubrica da “Associação Artística”⁶¹.

Feitas as análises sobre as conjunturas que envolveram a revisão do Estatuto de 1851, seguiremos discutindo algumas outras novidades contidas no documento aprovado em 1862. No tocante aos Sócios Efetivos (os artífices), foi mantida uma particularidade que observamos no décimo aniversário do grupo. Ou seja, ele tratava agora de tornar *direito* algumas relações que existiam de *fato*. A nova constituição da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” legalizou, por exemplo, o registro de oficiais e aprendizes⁶². Entretanto, estes membros teriam *status* diferenciado dos peritos. No topo da hierarquia, o Sócio Magistral precisava ser mestre completo (indivíduo que possuía conhecimentos práticos e domínio das matérias teóricas), estabelecido em sua arte e devidamente diplomado. Logo abaixo, encontramos o Sócio Provector. O postulante precisava ser mestre habilitado na prática de seu ofício e estabelecido em sua arte (portanto, deveria preencher dois requisitos exigidos ao Sócio Magistral). O Sócio Magistrando era o oficial, pois trabalhava sob o risco alheio. Na base da pirâmide encontramos o Sócio Aluno. Este era o aprendiz, trabalhador menos habilitado nas artes e ofícios⁶³.

Conhecidos os graus que distinguiram os sócios efetivos de acordo com seu nível de “aperfeiçoamento”, percebemos que o Estatuto de 1862 se reapropriou das fortes hierarquias corporativas que existiam na fundação da Sociedade. Por mais que as corporações de ofício tivessem sido extintas no Brasil há quase 40 anos, seus costumes e práticas continuaram sendo resignificados no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Sendo assim, por mais que a associação passasse a aceitar como legítima a matrícula de oficiais e aprendizes em suas fileiras, é preciso observar que inexistiram

⁶¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1860*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1860, p. 35. *Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1861*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1861, p. 24. *Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1862*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1862, p. 28.

⁶² Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 12.

quaisquer perspectivas de isonomia entre eles e os artífices “diplomados”. O grupo continuou reproduzindo em suas reuniões e nos demais atos sociais os mesmos ordenamentos experimentados antigamente nas tendas, nas oficinas e nos canteiros de obras. Prova disto é que os cargos de maior poder da Mesa Diretora permaneceram ocupados por mestres de ofício. Vejamos por exemplo o preenchimento das principais funções deliberativas no ano 1862. O respectivo pleito ocorreu em 4 de setembro, pouco tempo depois de a portaria provincial oficializar o Estatuto e a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”.

Apurados os votos, o Segundo Secretário escolhido pela Casa foi Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga. Vimos que o músico se tornou sócio na década de 1850. O vencedor da Primeira Secretaria foi Antonio Basílio Ferreira Barros. A Tesouraria ficou sob a responsabilidade de José Francisco do Carmo, ex-membro da Comissão de Revisão dos Estatutos⁶⁴. Contudo, no dia 30 de outubro, o canteiro pediu exoneração do cargo. No início de novembro, houve nova eleição para Tesoureiro. O mais votado foi João Manoel de Farias, também ex-comissário daquela extinta instância de poder⁶⁵. O Orador selecionado pelos sócios foi Joaquim Borges Carneiro, que havia levado o Estatuto revisto para apreciação do Presidente da Província. Por fim, o Diretor eleito foi João dos Santos Ferreira Barros⁶⁶. Fica nítido que, além da tradicional hegemonia dos filhos de José Vicente na associação, a Mesa Diretora continuou sendo majoritariamente composta por artífices especializados no ramo da madeira e das edificações. Ainda destacamos que a Mesa Diretora de 1862 contou com uma maioria de gestores que participaram do processo de reforma do Estatuto de 1851.

⁶³ Gabinete Português de Leitura (GPL), Recife, Biblioteca/Obras Raras, *Estatutos da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 9. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Hemeroteca, “Apreciável”, *Jornal do Recife*, 15/7/1863.

⁶⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas dos Trabalhos das Mesas Eleitorais, fl. 2. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 57.

⁶⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas dos Trabalhos das Mesas Eleitorais, fl. 2v. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 65v-66.

⁶⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas dos Trabalhos das Mesas Eleitorais, fl. 2. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 57.

É preciso sublinhar que a confirmação da escolha de João dos Santos para o cargo de Diretor precisou da chancela do Presidente da Província de Pernambuco. Segundo as atas da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, as regras imperiais de 1860 faziam esta exigência. Na seqüência da eleição, portanto, a Casa enviou uma listagem para o exame do governante⁶⁷. Em 1862, é bastante provável que o arrolamento reproduzisse o relatório da Mesa Eleitoral de 4 de setembro. Sendo assim, o segundo mais votado para Diretor foi Antonio Francisco Paz. Como vimos em outros capítulos, na década de 1850, o artífice surgira como Mestre Pedreiro Interino do Arsenal de Marinha e fora mesário da confraria devotada a São José. Logo em seguida, Felix de Valois Correia apareceu na terceira posição⁶⁸. O torneio pernambucano entrou na Sociedade em 1859⁶⁹. No ano seguinte, Valois ocupou interinamente o cargo de Tesoureiro e foi comissário do Exame de Contas⁷⁰. De qualquer forma, independente dos nomes listados, uma portaria de 24 de setembro ratificou a escolha feita pela da Casa⁷¹. No dia 2 de outubro, o documento foi lido aos sócios⁷².

⁶⁷ Idem, fl. 56. Ao consultarmos o Decreto de número 2.711, percebemos que a informação da Sociedade é procedente. O mais importante gestor dos grupos de socorros mútuos era nomeado pelas autoridades públicas. Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1860*, tomo XXIII, parte II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1860, p. 1134.

⁶⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas dos Trabalhos das Mesas Eleitorais, fl. 2. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 57.

⁶⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 2v.

⁷⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 24-24v.

⁷¹ Os sócios devem ter cometido algum equívoco quando transcreveram a portaria. Eles afirmaram que a provisão estava baseada no Parágrafo 35 do Artigo 29 do Decreto de número 2.781, de 19 de dezembro de 1860 (o último decreto deste ano foi o de número 2.719). Mesmo que relativizemos a anotação e consultemos o Decreto de número 2.711, observamos que o Artigo 29 possuía somente 5 parágrafos. A possibilidade de os sócios terem se equivocado ganha contornos mais nítidos quando sabemos que o dispositivo citado regulava a vida dos montepios – categoria em que a Sociedade não estava enquadrada. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fl. 11v. A partir da folha 11, este códice passou a registrar ofícios, despachos e correspondências.

⁷² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 61v.

Outra novidade do Estatuto de 1862 foi a abertura das portas da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” para a entrada de estrangeiros⁷³. Se lembrarmos dos objetivos iniciais da associação, tal determinação parecia um contra-senso. Como vimos no transcorrer da tese, as aulas noturnas e os socorros mútuos também foram instituídos para proteger o artífice pernambucano da competição com o europeu. Portanto, é inegável que a Sociedade nutria certa antipatia pelo imigrante. Prova disto é que, até 1859, somente localizamos entre seus quadros um português, Joaquim dos Santos Pinto. Sócio em 1842, o mestre marceneiro descumpriu suas obrigações com a Casa e foi listado entre os sócios expulsos em 1853⁷⁴. Podemos reforçar o incômodo da entidade artística com o estrangeiro através de outra lembrança. Na década de 1850, o *Echo Pernambucano* utilizou a perícia dos sócios para questionar a política de contratação do Inspetor do Arsenal de Marinha de Pernambuco. O artigo então publicado reclamava contra o português Elizário dos Santos, que preferia contratar trabalhadores europeus apesar do notório “aperfeiçoamento” dos membros da Sociedade.

Tendo em vista as costumeiras práticas político-institucionais da Sociedade quanto ao perfil identitário de seus filiados, duas hipóteses podem explicar a abertura do grupo aos artífices estrangeiros. A primeira delas está fundamentada na simples imposição governamental. Na Corte, por exemplo, o Conselho de Estado assumiu a postura de vetar todos os dispositivos estatutários que impedissem a presença de trabalhadores europeus nas associações artísticas⁷⁵. Segundo José Murilo de Carvalho, os pareceres e opiniões dos conselheiros tinham grande alcance político⁷⁶. Sendo assim, é provável que o Presidente da Província de Pernambuco seguisse aquela mesma orientação. A segunda hipótese é mais factível, pois, além de considerar as ordens vindas “de cima”, inclui os interesses e valores dos sócios no processo decisório. Sabemos que a Sociedade mantinha um diálogo frequente com destacados representantes das elites letradas e proprietárias. Por conta disto, a

⁷³ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 12.

⁷⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Offícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 37v-38.

⁷⁵ Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Fundo Conselho de Estado, caixa 532, pacote 1, documento 25, fls. 2v-3.

⁷⁶ José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*, 2ª edição revista, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996, p. 328.

liberação da matrícula aos europeus pode ter sido fruto de barganhas. É bastante crível que os sócios tenham negociado a nova diretriz associativa como uma espécie de “mal necessário”, tendo em vista as concessões conquistadas pelo grupo.

Independente da ilação que tenha mais correspondência com a abertura da Sociedade aos estrangeiros, é fato que os artífices pernambucanos continuaram contornando seu Estatuto quando lhes era conveniente. Nos primeiros anos de vigência do documento, somente quatro trabalhadores europeus puderam se matricular na “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Oriundos da Alemanha, encontramos os peritos Theodoro Ramph e Remigio Kneip⁷⁷. O primeiro era mestre pedreiro, assentou como Sócio Profecto em outubro de 1862, tinha 43 anos e era casado⁷⁸. O outro germânico se tornou sócio em 1863, era mestre “estabelecido com fábrica de marcenaria”, contava 45 anos e também era casado⁷⁹. Segundo os almanaques recifenses, sua loja ficava na rua da Imperatriz, número 23⁸⁰. Sobre os outros dois artistas mecânicos estrangeiros, ambos eram portugueses. João Luiz de Araújo era solteiro, exercia o ofício de carpina, tinha 25 anos e assentou como Sócio Aluno em 1863⁸¹. José Antonio Alves Neivas se tornou Sócio Profecto no mesmo ano, mas era casado, especialista na arte de estucador e contava 40 anos de vida⁸².

⁷⁷ Ao consultarmos as listagens de operários alemães que chegaram ao Recife em 1839, não encontramos estes nomes arrolados. Guilherme Auler, *A Companhia de Operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1959, pp. 23-29.

⁷⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 61, 64 e 72. Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 1v. Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fl. 7. Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos), “Acta da Sessão magna do dia 21 de 8bro de 1862”. Em princípios da década de 1850, Theodoro Ramph foi o Mestre Pedreiro das obras de Casa de Detenção do Recife. Por conta deste trabalho, sua mão-de-obra foi muito elogiada pelo Diretor da Repartição de Obras Públicas. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-33, fl. 63v.

⁷⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 230 e 233.

⁸⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862*, p. 272.

⁸¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 76, 93-93v.

⁸² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871,

Quadro 7

Características dos 20 Sócios Efetivos matriculados em 1862 e 1863

Ofícios	Carpinas e Pedreiros	40%	Total 100%
	Outros	45%	
	Liberais	15%	
Nascimento	Pernambuco	70%	Total 100%
	Europa	20%	
	Sem definição	10%	
Qualidade	Sem cor	95%	Total 100%
	Branco	5%	
Estado	Casado	45%	Total 100%
	Solteiro	40%	
	Viúvo	10%	
	Sem definição	5%	
Grau do Sócio Efetivo	Magistral	5%	Total 100%
	Profecto	35%	
	Magistrando	5%	
	Aluno	45%	
	Sem definição	10%	
Sócio identificado como irmão e mesário de São José		35%	
Média de idade		34,8 anos	

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 58-59v, 61, 62, 64-65v, 68, 70, 72, 76, 89v, 93, 93v, 98v e 101. Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fls. 1v-6. Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos), “Acta da Sessão magna do dia 21 de 8bro de 1862”. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 129, 210, 211, 230 e 233. Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fls. 9, 14, 15, 28, 45, 48, 49, 50, 52, 61, 62, 63 e 68. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas e Despesas, 1860-1907, fls. 22-27. Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 32, 41v, 46v, 47v, 50v.

Conhecidas as novidades do Estatuto de 1862, é preciso analisar as características dos 20 sócios efetivos que se matricularam em 1861 e 1862 (Quadro 7). De pronto, notamos que poucos artífices se tornaram sócios nos primeiros anos da década de 1860⁸³. De qualquer forma, observamos que permaneceu a tendência mais recente de equilíbrio quantitativo nas entradas de pedreiros, carpinas e outros ofícios. Regularidades de mais longa duração também são notadas, como a presença majoritária de pernambucanos e a

fl. 5v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 211.

⁸³ Há registros de artífices que conseguiram a aprovação de seus nomes para Sócio Efetivo, mas foram riscados em seguida por deixarem de pagar suas jóias dentro dos prazos estabelecidos pelo Estatuto.

menor afluência dos confrades de São José no Livro de Matrículas. Por sua vez, não é coincidência o fato de encontrarmos correspondências entre o número de homens casados e o total de Sócios Magistrais e Provetos. Sabemos que as tradicionais corporações relacionavam mestrança e laços familiares. Por sua vez, em comparação com as tabelas de outros capítulos, o Quadro 7 parece contraditório quando cruzamos o aumento da média etária com a expressiva porcentagem de Sócios Alunos. Contudo, pelo menos 6 deles foram promovidos para Sócios Magistrandos em poucos meses, algo incomum para neófitos nas artes mecânicas. Portanto, talvez tenha havido mais oficiais de fato na Sociedade do que indicaram os termos de matrícula⁸⁴.

O Quadro 7 também apresenta uma ruptura muito importante em relação aos objetivos iniciais da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Inexistiu qualquer referência a cor de 95% dos novos associados, mesmo que possamos sugerir que a maioria absoluta tivesse a pele escura. Hebe Matos identificou um fenômeno bastante semelhante quando estudou os ex-escravos no Sudeste brasileiro oitocentista. A autora afirma que muitos indivíduos não-brancos silenciaram sobre sua cor como uma estratégia de liberdade. Neste sentido, tais práticas passavam longe dos projetos ideológicos de “branqueamento” das elites letradas e proprietárias, pois foram forjadas a partir das próprias experiências dos “de baixo” da pirâmide social⁸⁵. Considerando um segundo momento desta experiência de liberdade, é possível afirmar que o silêncio sobre a cor era uma estratégia bastante vantajosa para os homens de pele escura que alcançaram mobilidade social ascendente. Ivana Stolze Lima afirma que “a cor que não é anunciada será a do cidadão”⁸⁶. Portanto, podemos inferir que os sócios mais uma vez reinventaram suas identidades sociais para gozar de direitos que acreditavam merecer. A seguir, examinaremos como a instrução continuou sendo um instrumento central nesta luta.

⁸⁴ Vejamos alguns exemplos. Joaquim Francisco Collares se tornou Sócio Aluno em 27 de fevereiro de 1863. Em 4 de agosto foi promovido a Sócio Magistrando. Elesbão Joaquim Dias se tornou Sócio Aluno em 18 de dezembro de 1862. Em 27 de julho de 1863 foi promovido a Sócio Magistrando. Felipe Jacome Costa se tornou Sócio Aluno 27 de fevereiro de 1863. Em 27 de julho foi promovido a Sócio Magistrando. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 129 e 211. Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fls. 4v-5.

⁸⁵ Hebe Maria Mattos, *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 19.

⁸⁶ Ivana Stolze Lima, *Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 125.

3.2. Aulas e escola particular.

Na outra seção, deixamos de nos referir propositadamente a uma última novidade do Estatuto de 1862. De forma inédita, ele permitiu que o público em geral também freqüentasse regularmente todas as aulas noturnas da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”⁸⁷. Oficialmente, o acesso ao “aperfeiçoamento”, ao “progresso” e à “moralidade” deixou de ser privilégio exclusivo dos sócios. Contudo, o altruísmo da medida também dialogou com interesses mais pragmáticos e particularistas. A nova diretriz estatutária foi criada porque a Sociedade estava sendo reconhecida pelo governo de Pernambuco como um grupo de socorros mútuos que também diversificava suas atividades como escola particular. No transcorrer da reforma estatutária, esta foi a saída legal encontrada para que os sócios mantivessem as aulas sem ferir o Capítulo VIII da Lei de número 2.711. A construção de uma espécie de “duplicidade jurídica” foi um importante elemento político para que o grupo de artífices mantivesse íntimas conexões com o projeto original dos fundadores. Por causa da importância deste processo para a entidade artística, nos debruçaremos sobre ele a seguir.

Antes de analisarmos os significados e os desdobramentos cotidianos da novidade político-pedagógica contida no Estatuto de 1862, é preciso recuar um pouco no tempo. Para tanto, utilizaremos os raros documentos que restaram sobre as aulas ministradas no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Aberto em 1858, o “Livro de Matrícula das Aulas de Geometria” parece confirmar que a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” realmente esteve fechada aos alunos externos. Ao compararmos os nomes que constam nesta fonte com os mais diversos registros que trataram dos sócios, notamos que todos os discentes inscritos entre 1858 e 1861 foram membros da associação⁸⁸. Dentre os artífices que foram citados neste e em outros capítulos da tese, encontramos Felix de Valois Correia e Ricardo Tavares Ferreira Bispo aprendendo

⁸⁷ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 13.

⁸⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4, 44-45, 132-133, 140-141, 148-149. Livro de Matrícula das Aulas de Geometria, 1858-1878, fls. 1-4.

conceitos matemáticos aplicados às “artes úteis”. É provável que todas as matérias “técnicas” seguissem a mesma tendência exclusivista da cadeira de Geometria, pois tal medida seria uma forma de garantir aos associados algum monopólio intelectual sobre o “aperfeiçoamento” dos ofícios mecânicos.

No tocante às cadeiras de caráter “humanista”, percebemos que o mesmo tipo de privilegiamento se deu nas aulas de língua estrangeira. O “Livro de Matrículas no Francês” que encontramos também foi aberto pela “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” em 1858. Até 1861, todos os nomes dos alunos inscritos foram encontrados nos papéis referentes à vida dos sócios⁸⁹. Sabemos que as mais “aperfeiçoadas” e famosas metodologias industriais oitocentistas foram publicadas naquele idioma, inclusive o “sistema do Barão Ch. Dupin”, largamente utilizado pela associação. Portanto, dominar um vocabulário básico e instrumental em francês permitiria que os sócios fossem mais autônomos no processo produtivo de suas artes mecânicas. Prova disto é que, entre os anos de 1858 e 1861, alguns alunos das lições de Francês também foram alunos de Geometria. Um deles foi o citado Felix de Valois Correia. Podemos facilmente concluir que existiu boa complementaridade entre ambas as lições que foram oferecidas pela entidade artística. Por este motivo, mais uma vez o controle hegemônico da relação entre saber e poder levou à exclusão dos alunos externos.

Em contrapartida, existiu uma importante peculiaridade no ensino das primeiras letras. Em 1858, a então “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” contou com 8 alfabetizando⁹⁰. No ano seguinte, este montante mais que triplicou, chegando ao total de 26 alunos inscritos⁹¹. No último ano da década, a curva ascendente estabilizou. O exercício letivo de 1860 testemunhou 25 matrículas⁹². Por fim, em 1861 houve uma diminuição do número total de assistentes. As aulas noturnas de alfabetização contaram com apenas 14 estudantes⁹³. Sendo assim, no período em quadro contabilizamos 73 inscrições na cadeira de Primeiras Letras. Ao esmiuçarmos estes dados com mais cuidado, percebemos que

⁸⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 44-45. Livro de Matrículas no Francês, 1858-1878, fls. 1-5.

⁹⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fl. 1.

⁹¹ Idem, fl. 2.

⁹² Idem, fl. 3.

⁹³ Idem, fl. 4.

existiram muitas rematrículas. Portanto, contabilizamos menos indivíduos que inscrições realizadas. Como os dados referentes ao ano de 1860 estão incompletos, é impossível precisar a quantidade de pessoas que buscaram seu letramento nas dependências da Sociedade. Apesar desta limitação, as fontes permitem que ao menos identifiquemos 43 pernambucanos (re)matriculados em 1858, 1859 e 1861. Destes, 29 eram de fora da Sociedade⁹⁴.

Do total de alunos externos que estiveram regularmente matriculados nas aulas de Primeiras Letras, apenas quatro conviveram de forma mais íntima com alguns membros da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Inscrito nas lições de *ABC* em 1858, o oficial de marcenaria Joaquim Raimundo dos Prazeres tinha 22 anos e era filho do mestre marceneiro Manoel Raimundo dos Prazeres (como vimos em capítulos anteriores, este perito foi confrade da Irmandade de São José do Ribamar e pai do sócio Prazeres Junior)⁹⁵. Portanto, Joaquim tinha laços de sangue com um dos membros da entidade artística. Por sua vez, os outros três estudantes tinham características identitárias muito diferentes do oficial de marcenaria. As fontes disponíveis indicam que todos eram menores, órfãos e aprendizes de determinado ofício mecânico. Com idades entre 9 e 12 anos, os meninos trabalhavam como “assistentes” de patrões que eram sócios⁹⁶. O “índio” Antonio Rodrigues dos Santos, por exemplo, foi discípulo do citado mestre pedreiro Cândido Francisco Gomes⁹⁷.

Dos 25 alunos externos sem vínculos diretos com os membros da Sociedade, conseguimos aferir uma média etária de aproximadamente 13 anos. A maior parte destes menores tinha a pele escura, estudava graciosamente, era aprendiz de ofícios mecânicos

⁹⁴ Idem, fls. 1-6. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 1-4. Estes dois códices não identificam quem era associado. Para chegarmos ao número de 29 alunos externos, cotejamos as referidas fontes com os livros de matrículas de sócios. Estas informações também são pertinentes para as próximas notas.

⁹⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fl. 1.

⁹⁶ Idem, fl. 2. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fls. 4 e 5v. Existiu a possibilidade de estes menores terem sido retirados do Colégio dos Órfãos. Segundo Vera Moura, muitos mestres de ofício do Recife pegavam meninos neste estabelecimento para lhes ensinar uma profissão. Vera Lúcia Braga de Moura, *Pequenos Aprendizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*, Recife, UFPE, 2003, dissertação de mestrado em História, p. 66.

diversos e foi levada às aulas de primeiras letras conduzida por seus próprios pais⁹⁸. É interessante notar que alguns responsáveis conquistaram a mercê de matricular dois ou mais de seus dependentes. No ano de 1859, Manoel Álvares dos Santos conseguiu vaga para que seus dois filhos se alfabetizassem. Ambos foram registrados como pardos. O mais velho era aprendiz de carpina e contava 16 anos, enquanto o caçula era neófito na arte de pedreiro e tinha 12 anos⁹⁹. Na mesma ocasião, Bento Felix Tavares garantiu que semelhante benesse fosse concedida ao seu menino de 14 anos, que na documentação apareceu como pardo e aprendiz de ferreiro¹⁰⁰. Este pai lutou bastante por um futuro melhor para seus descendentes. Em 1863, quando a nova constituição da Sociedade vigorava, o pernambucano ainda matriculou mais 3 outros filhos, todos aprendizes da arte de pedreiro, nas lições de *ABC*¹⁰¹.

Antes da aprovação do Estatuto de 1862, uma outra cadeira que havia sido franqueada “aos sócios e aos meninos” foi a de Língua Nacional¹⁰². É bastante provável que a Sociedade tenha criado o curso no ano de 1860. Para freqüentá-lo, os interessados precisavam dominar os saberes relativos às primeiras letras. Este era o pré-requisito básico para que os moradores do Recife concorressem às vagas anualmente oferecidas pela entidade artística. No início de 1863, por exemplo, Vicente Nogueira Ramos requereu a benesse da matrícula. Em 13 de fevereiro, o estudante pernambucano teve por despacho “matricule-se”, pois havia sido previamente alfabetizado pela própria Sociedade¹⁰³. À exceção de poucos dados qualitativos como este, é muito difícil criar tabulações que auxiliem conhecer o perfil dos alunos externos que assistiram às aulas de Língua Nacional.

⁹⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fl. 5v. Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fl. 2.

⁹⁸ Idem, fls. 1-4. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fls. 1-6.

⁹⁹ Idem, fl. 4v. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fl. 2.

¹⁰⁰ Idem, ibidem. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fl. 4.

¹⁰¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fl. 7. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 223.

¹⁰² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 29v.

¹⁰³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fl. 14v.

Como alertamos anteriormente, poucos livros de registros das aulas sobreviveram ao tempo. De qualquer forma, o fato de menores pobres conseguirem se inscrever na cadeira permite que imaginemos a existência de algumas semelhanças com os alunos da alfabetização.

É importante sublinhar que a limitada abertura das aulas da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” para alunos externos foi uma estratégia extremamente coerente com os acontecimentos de finais da década de 1850. Recordemos que o grupo de artífices estava na iminência de entrar no *establishment* da Instrução Pública. Esta benesse era viabilizada pela influência política do Diretor Geral da repartição, o bacharel Joaquim Pires Machado Portella. No ano de 1857, como sabemos, o governo da Província de Pernambuco havia transformado os sócios em potenciais mantenedores do projeto da Escola Industrial. Apesar de o estabelecimento de ensino das artes e ofícios nunca ter saído do papel e desaparecer do orçamento provincial em 1859, a associação foi estimulada a organizar suas aulas de acordo com as políticas educacionais mais gerais. Portanto, a presença de menores aprendizes pobres no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar foi uma espécie de ensaio político-pedagógico. Ou seja, uma espécie de preparação para receber os “novos tempos” que foram prometidos à Sociedade. Não foi coincidência o fato de os livros de matrículas compulsados terem sido abertos em 1858.

Conhecidas as primeiras experiências da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” com alunos externos, mais uma vez podemos afirmar que o Estatuto de 1862 tornou *direito* relações de *fato*. Contudo, o artigo que franqueou todas as aulas noturnas ao grande público era especial por sua complexidade, pois extrapolava os limites da simples legalização de uma prática costumeira. Ele foi a síntese de um processo político-institucional que manobrou a legislação de 1860 e concedeu certa “duplicidade jurídica” para o grupo de artífices. Paralelamente à obediência ao Capítulo VIII da Lei de número 2.711, que regulava as organizações de socorros mútuos, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também ganhou foro de escola particular reconhecida pela Instrução Pública. Por causa disto, os sócios tiveram que adaptar parte de suas atividades cotidianas segundo as exigências prescritas pela Lei Provincial de número 369, aprovada em 14 de maio de 1855 (que dava nova organização à Instrução Pública de Pernambuco). De forma

precisa, a associação deveria guiar suas atividades docentes segundo alguns artigos do Título 4, Capítulo Único, intitulado “Do ensino particular primário e secundário”¹⁰⁴.

O primeiro artigo que a Sociedade precisou obedecer foi o de número 80, que afirmava que o funcionamento de toda escola particular dependia do aval do Diretor Geral da Instrução Pública¹⁰⁵. Não foram encontradas as fontes governamentais que legitimaram a institucionalização escolar da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, mas é provável que a chancela tenha sido facilmente conseguida pelos sócios. Sabemos que o bacharel Joaquim Pires Machado Portella ocupou aquele importante cargo executivo nos anos em que o Estatuto de 1851 esteve sendo reformado. Por sua vez, percebemos que os Artigos 83, 84 e 86 efetivamente regularam o cotidiano do grupo de artífices. Os dois primeiros determinavam que fossem criados os programas de estudos e os regimentos internos das instituições particulares¹⁰⁶. Em 1863, a entidade artística recifense cumpriu com o que foi pedido, pois já contava com seu próprio Regulamento das Aulas¹⁰⁷. Finalmente, o último artigo mandava que fossem enviados relatórios trimestrais àquele órgão público¹⁰⁸. Nas atas do Conselho Administrativo, logo no segundo semestre de 1862, pode-se verificar que o documento foi devidamente providenciado pelos sócios¹⁰⁹.

No bojo do processo de adequação à Lei Provincial de número 369, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também precisou criar sua diretoria pedagógica. Esta foi uma outra exigência contida no Artigo 83¹¹⁰. Segundo as atas do Conselho Administrativo da entidade artística, cabia ao corpo social escolher o Diretor das Aulas, mas o candidato

¹⁰⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1855, pp. 45-46.

¹⁰⁵ Idem, p. 45.

¹⁰⁶ Idem, p. 46.

¹⁰⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 221.

¹⁰⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, p. 46.

¹⁰⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 58.

¹¹⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, p. 46.

não deveria exercer cargos docentes na Sociedade¹¹¹. Além disto, também era preciso que tal indivíduo tivesse conduta “moralizada”¹¹². Por sua vez, depois de eleito, o novo gestor nomearia o Secretário e o Censor das Aulas. Entretanto, os indivíduos que se investissem dos respectivos cargos precisavam do aval do Diretor da Sociedade¹¹³. Nos dois primeiros anos de funcionamento da Diretoria das Aulas, período em que a instância pedagógica ainda ganhava melhores contornos e experiência organizacional, a maior autoridade da Mesa Diretora sempre foi ouvida previamente sobre “todos os papéis ou negócios das aulas”¹¹⁴. Contudo, a partir da eleição ocorrida em fevereiro de 1864, o órgão ganhou mais solidez institucional e, por conseguinte, maior autonomia para administrar as rotinas escolares.

Naquele pleito, Eliziário Gomes de Mello foi eleito para o principal posto da Diretoria das Aulas¹¹⁵. Sócio Provector em 1862, contava 34 anos, era viúvo, pernambucano e alfaiate¹¹⁶. A importância que o mestre de ofício dava à instrução e à educação pode ser verificada pelo *Jornal do Recife* de 22 de abril de 1865, onde encontra-se a notícia de que a Assembléia Legislativa informava que seu filho havia sido aceito como aluno pensionista do Ginásio Provincial de Pernambuco¹¹⁷. Oportunamente, vimos que a referida escola era pública e de nível secundário, sendo criada para substituir o Liceu Provincial em 1855. Por sua vez, Elias da Rocha Pereira foi nomeado e confirmado para a Secretaria das Aulas¹¹⁸. Sócio Aluno em 1863, tinha 34 anos, era casado, pernambucano e exercia o ofício de

¹¹¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 243.

¹¹² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, pp. 45-46.

¹¹³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 246-247.

¹¹⁴ Idem, ibidem.

¹¹⁵ Idem, fl. 243, 246-247.

¹¹⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 58v e 64. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 129. Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 2. Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fl. 14. Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos), “Acta da Sessão Magna no dia 21 de 8bro de 1862”.

¹¹⁷ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Jornal do Recife*, 22/4/1865.

¹¹⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 246-247.

pintor¹¹⁹. Para Censor das Aulas, foi cancelado o nome de Rufino da Costa Pinto¹²⁰. O alfaiate tinha 40 anos, era viúvo e pernambucano¹²¹. Seu juramento como Sócio Provector ocorreu na mesma Sessão Magna que assentou Eliziário Gomes de Mello¹²². Além de ocupar o referido cargo pedagógico, Rufino ainda foi escolhido como Primeiro Adjunto do Diretor da Sociedade em 1863¹²³.

A composição desta Diretoria das Aulas traz em seu bojo questões interessantes. Como podemos observar, somente Elias da Rocha Pereira exercia um ofício que estava relacionado ao mercado das edificações. Apesar de sua matrícula na Sociedade ter sido feita na categoria de Sócio Aluno, talvez tenha havido algum equívoco no registro. É improvável que um aprendiz acumulasse competências para ocupar a Secretaria das Aulas. Além disto, é bastante incomum encontrarmos neófitos com tão idade avançada. O estranhamento fica mais forte se lembrarmos que a associação era pouco afeita à isonomia quando o assunto era suas hierarquias. Portanto, seria muito difícil defender que as sobrevivências corporativas permitissem igualitarismos entre Sócios Provectoros e Alunos. Isto posto, ainda podemos cruzar a ausência de carpinas e pedreiros na Diretoria das Aulas com discussões pgressas. Como muitos artífices de outras artes deixaram a Sociedade antes de 1860 (entre outros motivos, por causa da formação de “panelas”), os sócios podem ter apelado para um pouco menos de desequilíbrio na distribuição dos cargos associativos. De certa forma, isto ocorreu na própria Mesa Diretora de 1862, que contou com músico e canteiro.

Devidamente institucionalizada como uma associação de socorros mútuos que também mantinha sua escola particular, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” tratou de organizar alguns exames de acordo com as novas circunstâncias. Em sessão

¹¹⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 59v, 61-61v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 210.

¹²⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 246-247.

¹²¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 59v e 63v. Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 3. Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fl. 67. Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos), “Acta da Sessão Magna no dia 21 de 8bro de 1862”.

¹²² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 129.

ordinária de 27 de novembro de 1862, a entidade artística apresentou o programa de provas que havia sido criado pela “Congregação dos Lentes”¹²⁴. Entre outros itens, o documento previa a presença do Diretor Geral da Instrução Pública no processo de avaliação. De pronto, também foi ventilada a hipótese de os associados convocarem para o evento as chefias da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal¹²⁵. Contudo, existiram argumentos contra a nova idéia. Eles estavam fundados na possibilidade de os examinandos se intimidarem com tantas pessoas ilustres no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Depois de uma breve tréplica, venceu a outra proposta, que reforçava as antigas políticas de aproximação com os “de cima” da pirâmide social¹²⁶. O programa da Congregação dos Lentes ainda distribuiu as provas entre os dias 11 e 14 de dezembro, sempre marcadas para as “10 horas do dia”¹²⁷.

Nos dois primeiros dias da programação, teríamos, respectivamente, os exames de Primeiras Letras e Língua Nacional¹²⁸. Em 1862, o alfabetizador da Sociedade era Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga, destacado sócio a que nos referimos por diversas vezes no transcorrer do texto¹²⁹. As fontes deixaram alguns vácuos sobre a época de sua posse, dificultando mesmo qualquer especulação sobre o tema. O lente da outra disciplina era o não menos visível Antonio Basílio Ferreira Barros. Em 1860, pouco antes de se tornar Amanuense da Casa, o artífice se ofereceu graciosamente para ensinar Língua Nacional. Na ocasião, como o professor de Primeiras Letras encontrava dificuldades para “lecionar em poucas horas duas matérias”, a oferta foi logo aceita pelo corpo social¹³⁰. Em junho de 1863, encontramos Antonio Basílio ocupando a mesma cadeira como professor interino. Além do pagamento, uma das contrapartidas que recebeu foi o abono de suas mensalidades¹³¹. Somente no mês de outubro, o filho mais novo do idealizador da

¹²³ Idem, fl. 211.

¹²⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 69.

¹²⁵ Idem, fl. 69v.

¹²⁶ Idem, ibidem.

¹²⁷ Idem, fls. 69 e 70.

¹²⁸ Idem, fl. 69.

¹²⁹ Idem, fl. 48v.

¹³⁰ Idem, fl. 29v.

¹³¹ Idem, fl. 94.

associação foi definitivamente contratado para exercer a titularidade da cadeira de Língua Nacional¹³².

Segundo as atas do Conselho Administrativo, seriam avaliadores das provas de Primeiras Letras e Língua Nacional o “Dr. Jorge Dornellas, lente Catedrático desta Sociedade, e Mindello, professor de primeiras letras do bairro de S. Antonio”¹³³. O Dr. Dornellas lecionava a cadeira de Francês desde o início da década de 1860¹³⁴. Nestes anos, suas atividades como professor particular extrapolavam os muros da entidade artística, sendo reconhecidas oficialmente pela Instrução Pública¹³⁵. No *Diário de Pernambuco* de 31 de janeiro de 1865, ele publicou anúncios oferecendo lições daquele idioma estrangeiro em sua residência, localizada à rua Larga do Rosário, número 26¹³⁶. No mesmo espaço, também recebia clientes interessados em sua outra atividade profissional: a advocacia¹³⁷. Na Sociedade, por também professar a arte da música, a personagem assentou como Sócio Efetivo em setembro de 1862¹³⁸. Por todas as suas habilitações, recebeu o grau de Sócio Magistral¹³⁹. Com a morte de Joaquim Borges Carneiro, o Lente Catedrático ainda foi escolhido para substituí-lo na função de Orador, fato ocorrido em 29 de janeiro de 1863¹⁴⁰.

Por fim, nos dias 13 e 14 de dezembro ocorreriam, respectivamente, os exames das cadeiras de Arquitetura e Desenho¹⁴¹. A primeira disciplina era ensinada pelo sempre

¹³² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 230-231.

¹³³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 69.

¹³⁴ Idem, fl. 92.

¹³⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-17, fl. 157.

¹³⁶ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 31/1/1865.

¹³⁷ Idem, ibidem.

¹³⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 61-61v.

¹³⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fl. 45.

¹⁴⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 72v-73v. Livro de Atas dos Trabalhos das Mesas Eleitorais, fl. 3.

¹⁴¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 69.

presente Diretor João dos Santos Ferreira Barros¹⁴². A outra especialidade contou com os serviços de Bernardino d'Oliveira Coragem, contratado pela associação em julho de 1862¹⁴³. Não foi possível identificar este indivíduo entre os sócios, mas podemos localizá-lo como um dos empregados da Repartição de Obras Públicas de Pernambuco. Em 1863, Coragem ocupava o lugar de desenhista¹⁴⁴. Sobre o processo de examinação propriamente dito, as atas do Conselho Administrativo determinaram que os avaliadores da prova de Arquitetura seriam o próprio “Diretor Santos Barros, lente Catedrático desta Sociedade, e o nosso irmão 1º Secretário Basílio Barros, no caso de não encontrar-se professor de fora”¹⁴⁵. Na prova de Desenho, os examinadores que deveriam medir os conhecimentos dos alunos seriam “Bernardino e Gadutt”¹⁴⁶. É provável que os associados estivessem se referindo ao professor recém contratado e a Eduardo Gadault, que em 1862 era responsável pelas lições de desenho no Colégio de Órfãos¹⁴⁷.

Os três primeiros exames ocorreram nos dias e horários determinados. Não há registros de que a prova de desenho tenha acontecido. Além disto, nenhum dos avaliadores externos que foram arrolados participou da festividade. Como as verbas anuais eram consumidas quase que totalmente com o pagamento dos lentes, é possível que inexistissem recursos para pagar tanta gente de fora¹⁴⁸. O único examinador extraordinário que compareceu às provas foi Geminiano Joaquim de Miranda, que verificou os conhecimentos dos estudantes de primeiras letras junto com o Sócio Magistral e professor público José

¹⁴² Idem, fls. 52v e 54.

¹⁴³ Idem, fl. 54.

¹⁴⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco, anno XXXIII*, Pernambuco, Typographia M. F. de Faria & Filho, 1863, p. 113.

¹⁴⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 69.

¹⁴⁶ Idem, ibidem.

¹⁴⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862*, p. 131. Há referências de que Eduardo Gadault era pernambucano e foi se aperfeiçoar em Paris. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “Folhetim Político”, *O Echo Pernambucano*, 20/3/1855.

¹⁴⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 90.

Vicente Ferreira Barros Junior¹⁴⁹. Ao compulsarmos os documentos da Instrução Pública de Pernambuco, podemos saber que Miranda foi colega do filho mais velho do idealizador da Sociedade. Encontramo-lo como titular da Segunda Cadeira de Ensino Elementar da Freguesia de Boa Vista¹⁵⁰. A proximidade profissional entre os professores pode ter proporcionado alguma negociação no pagamento do serviço prestado pelo visitante. De resto, todos os outros lugares das três bancas contaram com a repetida presença dos sócios e lentes Alvarenga, Dornellas, João dos Santos e Antonio Basílio¹⁵¹.

É importante notar que as subvenções recebidas pela Sociedade estavam quase totalmente comprometidas com o pagamento destes professores. No início da década de 1860, alguns associados estiveram muito insatisfeitos com os destinos que o dinheiro público vinha ganhando. As vozes dos artífices queixosos foram amplificadas pelo sócio Joaquim Ildefonso da Motta Silveira. Matriculado como Sócio Provento em dezembro de 1862, o desenhista pernambucano era solteiro e contava 27 anos¹⁵². Em sessão ordinária da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, ocorrida no dia 18 de maio de 1863, o mestre protestou veementemente contra o fato de a maior parte das verbas governamentais ser utilizada no pagamento dos lentes. Do total de 1:000\$000rs recebidos anualmente pela Tesouraria da associação, 80% eram transferidos para os bolsos de Alvarenga, Dornellas, João dos Santos e Antonio Basílio. Na ótica de Motta Silveira, além do problema de caixa que este débito causava aos cofres da associação, o trabalho didático-pedagógico que era realizado pelos professores pouco justificava o montante reservado aos seus proventos¹⁵³.

A revolta de Motta Silveira atingia quase todos os sócios que estiveram envolvidos com as aulas. O primeiro alvo de seu agravo foi Dornellas, Orador e lente da cadeira de

¹⁴⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 5. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 65v.

¹⁵⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-19, fl. 196.

¹⁵¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fls. 5-6.

¹⁵² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 3v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 62. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 129. Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fl. 48.

¹⁵³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 90.

Francês. O bacharel seria “o primeiro a dar maus exemplos”¹⁵⁴. Segundo o mestre desenhista, era imoral o fato de o professor receber “oito meses de ordenado sem ter trabalhado”¹⁵⁵. Na ótica do Sócio Provector, a explicação para o abuso seria a imprescindível influência política de Dornellas junto à Assembléia Legislativa de Pernambuco¹⁵⁶. Outro sócio que esteve sob a mira de Motta Silveira foi João dos Santos, Diretor da Mesa Diretora e lente das cadeiras de Geometria e Arquitetura. O mestre marceneiro foi acusado de se ausentar das aulas com grande freqüência. Em vista disto, “somente por ter grande influência na Sociedade” é que teria recebido dez meses de salários¹⁵⁷. O único professor que escapou ileso do ataque de Motta Silveira foi o da cadeira de Primeiras Letras. Segundo as atas do Conselho Administrativo, o mestre desenhista teria dito que o “coitado” do Alvarenga era “o único que integralmente [cumpria com] suas obrigações”¹⁵⁸.

Sem apresentar provas contundentes das acusações que fazia, Motta Silveira foi interpelado pelo Diretor João dos Santos e chamado à ordem pelo sócio Antonio Basílio. O desenhista imediatamente rejeitou a intromissão do Primeiro Secretário e lente de Língua Nacional, dizendo que era parte interessada em seu silêncio¹⁵⁹. Para piorar os ânimos que se exaltavam, o acusador ainda afirmou que, nas prestações de contas à Tesouraria da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, eram passados “recibos graciosos [e] documentos falsos para encobrir não sei que”¹⁶⁰. Por fim, denunciando a existência de privilegiamentos na entidade artística, Motta Silveira fazia coro aos que diziam “que a Sociedade é patrimônio de certas e determinadas pessoas que existem nela”¹⁶¹. Em seguida, tomado pela ira e pelo descontentamento, o Sócio Provector retirou seu diploma de associado do bolso, se aproximou da Mesa Diretora com desdém, amassou o documento e lançou-o sobre os gestores. Em final apoteótico, Motta Silveira pediu sua eliminação

¹⁵⁴ Idem, fls. 90-90v.

¹⁵⁵ Idem, ibidem.

¹⁵⁶ Idem, fl. 90v.

¹⁵⁷ Idem, ibidem.

¹⁵⁸ Idem, fl. 91.

¹⁵⁹ Idem, ibidem.

¹⁶⁰ Idem, fls. 91-91v.

¹⁶¹ Idem, fl. 91v.

imediate da Sociedade e “pegando no chapéu e guarda-sol foi se retirando sem o menor respeito” à sessão¹⁶².

Como denunciou o sócio Motta Silveira e bem observamos no transcorrer da tese, é certo que a rebatizada “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” privilegiava certos e determinados membros. Contudo, o mestre desenhista vociferou contra o grupo de artífices porque queria participar de um jogo político do qual estava excluído. Os conflitos entre acusador, professores e Casa foram contornados pouco tempo depois do pedido de eliminação feito pelo Sócio Provento. As fontes disponíveis deixaram um vácuo sobre as possíveis barganhas que fizeram Motta Silveira mudar de idéia quanto sua saída da associação. De qualquer forma, logo em junho de 1863, o artista liberal foi escolhido para cumprir o papel de Primeiro Secretário da Mesa Eleitoral¹⁶³. No pleito que ajudou a organizar, o perito ainda foi eleito pelos sócios para ocupar a função de Primeiro Secretário da Mesa Diretora¹⁶⁴. Na seqüência dos acontecimentos, o novo funcionário foi promovido para o grau de Sócio Magistral, indicação convenientemente feita por um de seus antigos desafetos, o Orador e professor de francês Dornellas¹⁶⁵.

Isto posto, voltemos às provas de 1862 cruzando seus resultados com as questões levantadas pelo mestre desenhista. Dos 23 matriculados em Primeiras Letras naquele ano, somente 4 foram sabatinados¹⁶⁶. Todos eram alunos externos, menores e foram aprovados “plenamente”¹⁶⁷. Antonio Policarpo Rodrigues Salles ainda conseguiu os louros da “distinção”, fato explicável por ser aprendiz de tipógrafo, ofício que exigia convivência em ambiente letrado¹⁶⁸. A prova de Língua Nacional também contou com 4 inscritos. Dentre

¹⁶² Idem, *ibidem*.

¹⁶³ Idem, fl. 94.

¹⁶⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 211.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 99v.

¹⁶⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fl. 5. Livro de Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 5.

¹⁶⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fl. 5. Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 5.

¹⁶⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fl. 5. Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 5.

eles, 3 eram sócios, sendo que um foi aprovado “plenamente” e os outros “simplesmente”. O quarto aluno era externo e menor, tendo sido aprovado “plenamente”¹⁶⁹. Por fim, o exame de Arquitetura contou com apenas 2 sócios. Um foi aprovado “simplesmente” e o outro “plenamente”¹⁷⁰. Apesar de estes resultados parecerem corroborar parte das queixas de Motta Silveira, precisamos relativizar seu discurso contra os lentes. Recordemos que o trabalho de Alvarenga foi o único que mereceu consideração, mas os dados da examinação demonstram que seu desempenho foi bastante semelhante aos alcançados pelos irmãos Santos Barros.

Um outro documento também nos ajudará a repensar a pretensa falta de empenho dos professores da Sociedade. Independente das intenções que motivaram as denúncias feitas por Motta Silveira, os sócios sabiam que a institucionalização escolar da entidade artística exigiria resultados pedagógicos mais significativos. Por este motivo, novas mercês foram pedidas aos deputados provinciais. Em 6 de abril de 1863, a Mesa Diretora da Sociedade enviou uma petição à Assembléia Legislativa. No início do documento, o grupo de artífices exaltava os 22 anos de bons serviços que havia prestado às artes e aos artistas recifenses. Elogios também foram feitos à visão estratégica dos deputados provinciais, que haviam concedido apoio financeiro e simbólico aos associados desde o início do empreendimento¹⁷¹. Depois deste breve e conveniente preâmbulo, os sócios discorreram sobre um dos assuntos que tinham levado à feitura da solicitação. Na sua perspectiva, era necessário que os legisladores estivessem conscientes de que os artífices precisavam de dois a três anos para se habilitarem em quaisquer disciplinas. Somente depois deste prazo, poderiam participar dos exames de forma segura¹⁷².

Três justificativas fundamentavam o argumento em prol do alargamento dos prazos de examinação. A primeira delas era que as aulas da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” não funcionavam cotidianamente. A outra era que parte de sua clientela estava em patamar sócio-cultural diferenciado dos freqüentadores das “aulas públicas”¹⁷³. Finalmente,

¹⁶⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 5v.

¹⁷⁰ Idem, fl. 6.

¹⁷¹ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 129P, maço Educação.

¹⁷² Idem, ibidem.

¹⁷³ Idem, ibidem.

era preciso que fossem reconhecidas as dificuldades diárias de quem trabalhava durante o dia e estudava depois de uma longa e exaustiva jornada. Segundo a Mesa Diretora:

“Só o grande amor à Ciência e muita força de vontade obrigam aquele que consome as horas do dia, quer no banco com as ferramentas nas mãos, quer no andaime manejando a colher ou a trolha, a sacrificar a noite algumas horas de seu descanso ao estado de disciplinas que o devem tornar perfeito em sua arte”¹⁷⁴.

Nesta breve passagem, podemos notar que a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” continuou utilizando a velha estratégia de comprometer seus patronos com valores caros à “Modernidade”. Princípios como “morigeração”, “honra”, “mérito”, “Ciência” e “aperfeiçoamento” foram conscientemente acionados pelos sócios como instrumento de sedução e conquista de benesses. O Recife continuava construindo um ambiente favorável ao discurso da associação. No início da década de 1860, por exemplo, o *Diário de Pernambuco* havia publicado alguns artigos afirmando que incentivar o trabalhador livre era fortalecê-lo “moralmente” e que a própria ética do trabalho morigerado era indispensável à “ordem social” e à continuidade do “Progresso” e da “Civilização”¹⁷⁵. Talvez, este tenha sido um dos motivos que possibilitou a entrada de seu editor na Sociedade. O extrato do requerimento enviado à Assembléia Legislativa também permite que ratifiquemos uma importante conclusão, apresentada em outros capítulos. Os sócios se apropriaram de categorias “modernizantes” na tentativa de diminuir parte do abismo que os separava dos melhor situados na pirâmide social, ao professarem os mesmos valores que eles.

A documentação governamental compulsada nada traz sobre o alargamento dos prazos de examinação. Ao mesmo tempo, as diversas fontes produzidas pela “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” são pouco elucidativas quanto ao sucesso do pedido feito ao Poder Legislativo. O códice que registrou os exames realizados pela associação tem um grande salto temporal em suas páginas. Depois das anotações referentes às provas

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁵ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Os recentes trabalhos sobre a condição física e moral dos artistas”, *Diário de Pernambuco*, 29/8 e 1/9/1862. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, “Do trabalho em geral, considerado em relação a sua influência física, moral e social”, *Diário de Pernambuco*, 15, 17 e 18/2/1862.

realizadas em dezembro de 1862, os dados seguintes nos remetem aos princípios da década de 1870. De qualquer forma, somente foram memorizadas as provas ocorridas em 1873 e 1875¹⁷⁶. Especialmente sobre a década de 1860, é improvável que inexistissem exames organizadas pela entidade artística. Observamos um fluxo contínuo e regular de (re)matrículas nas aulas de francês, geometria e alfabetização. Como exemplo, tomemos o “Livro de Matrículas de Primeiras Letras”. Entre os anos de 1863 e 1870, tivemos uma média anual de 22,25 alunos inscritos no respectivo curso¹⁷⁷. Portanto, apesar de as fontes evidenciarem que a Sociedade mantinha uma contínua preparação de seus alunos, é realmente muito difícil precisar se a mercê dos exames bienais ou trienais foi atendida.

Vejamos ainda os dois últimos objetivos que motivaram a feitura da petição de 1863. Um esteve relacionado à problemática das cotas financeiras consignadas pelo governo. No documento expedido pela Mesa Diretora, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também solicitou à Assembléia Legislativa de Pernambuco o aumento da tradicional subvenção. Os sócios consideravam que o montante de 1:000\$000rs anuais eram insuficientes para manter suas aulas noturnas de acordo com as novas determinações legais advindas com a “duplicidade jurídica”¹⁷⁸. Ao consultarmos os orçamentos públicos, percebemos que, até o ano de 1863, o valor acima descrito ainda permaneceu inalterado nas previsões de gastos provinciais¹⁷⁹. No ano seguinte, contudo, o pedido dos sócios encontrou condições favoráveis para ser prontamente atendido. Nos empenhos da Instrução Pública referentes ao exercício de 1864, a rubrica da “Associação Artística” passou a contar com subsídios de 2:000\$000rs anuais¹⁸⁰. O reajuste de 100% no valor da cota também colabora com a relativização do discurso acusatório de Motta Silveira, indicando que as aulas da Sociedade vinham cumprindo seu papel pedagógico.

¹⁷⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios.

¹⁷⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 6-16.

¹⁷⁸ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 129P, maço Educação.

¹⁷⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1863*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1863, p. 33.

¹⁸⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1864*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1864, p. 66.

A última reivindicação do requerimento de 1863 foi ao encontro da principal luta dos sócios desde que as corporações de ofício foram extintas pela Constituição de 1824. Na medida em que a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” se institucionalizou como uma escola particular, seus membros entenderam que era necessária a criação de uma lei que obrigasse “os artistas a estudarem em suas aulas”¹⁸¹. Na perspectiva do grupo, tal benesse estaria justificada pela inexistência de “outro estabelecimento mais cômodo e apropriado” em Pernambuco¹⁸². Caso a lei fosse realmente criada pelos Deputados Provinciais, os associados também pretendiam que os artífices “sem as habilitações precisas, isto é, sem uma carta de exame”, ficassem proibidos de operar ou administrar obras na Província¹⁸³. Como podemos notar, os sócios reforçaram sua compreensão de que, na “Modernidade”, o controle do mercado-de-trabalho passava pelo monopólio escolar do aprendizado das artes e ofícios. Finalmente, concluímos que apesar de a associação “democratizar” suas aulas e seus postos de poder para artífices de outras artes, os profissionais das edificações continuaram privilegiados pelas políticas institucionais.

A nova tentativa de monopolizar o mercado das edificações também dialogou com conjunturas históricas muito especiais. Não foi por acaso que a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” tentou conciliar sua institucionalização escolar com o controle dos canteiros de obras do Recife. Era fundamental reforçar o projeto de reconstrução dos antigos privilégios corporativos sob fundamentos “modernizados”. Esta foi a estratégia que os sócios mais uma vez acionaram para tentar contornar a cada vez mais acirrada disputa por serviços – quer nas obras públicas, quer nas particulares. É sobre esta problemática que versará a próxima seção.

3.3. Tradições e concorrência.

Em meio ao processo de adequação institucional da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” às leis imperiais de 1860, a Mesa Diretora recebeu um interessante

¹⁸¹ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 129P, maço Educação.

¹⁸² Idem, *ibidem*.

¹⁸³ Idem, *ibidem*.

abaixo-assinado¹⁸⁴. Lido aos sócios em sessão extraordinária de 13 de maio de 1862, o documento exigia medidas extremas contra todos os empreiteiros e demais trabalhadores que tivessem sido criados fora dos costumes corporativos. De preferência, eles deveriam ser absolutamente expulsos das obras públicas e particulares que fossem realizadas em Pernambuco. Na perspectiva dos solicitantes, os *invasores* usurpavam “o direito daqueles [profissionais] que são inteiramente reconhecidos” como *verdadeiros* artífices¹⁸⁵. Por causa desta espécie de *injustiça* causada pela maior liberalidade do/no mercado das edificações, os requerentes propunham que a Sociedade arquitetasse algumas estratégias mais efetivas para que somente os “legítimos artistas” tomassem “obras a seu cargo”¹⁸⁶. Atentos ao teor do discurso contido na fonte, percebemos que seus autores acreditavam que a associação possuía capital simbólico para viabilizar políticas que fossem ao encontro dos anseios de determinada parcela da “classe artística”.

Cinco indivíduos estiveram diretamente envolvidos na feitura do abaixo-assinado. A relação destes homens com a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” foi plural. Em nenhum momento encontramos Manoel Mendes Martins entre os sócios. As demais fontes disponíveis também nada revelaram sobre esta personagem. Por sua vez, os outros solicitantes puderam ser divididos em 2 conjuntos com igual número de homens. No primeiro deles, encontramos os sócios Francisco Xavier Soares, que sabemos ter sido ex-Diretor da Sociedade e Mestre Pedreiro da Repartição de Obras Públicas, e Joaquim Lopes Pereira Guimarães. A matrícula deste último ocorreu em 1852. No ato, o mestre pedreiro contava 40 anos, era pardo, pernambucano, viúvo e residente à rua Direita (localizada na freguesia de Santo Antonio)¹⁸⁷. Na Irmandade de São José do Ribamar, Pereira Guimarães era um destacado confrade. O perito havia sido Tesoureiro na década de 1850¹⁸⁸. Nas eleições realizadas no ano de 1860, o artífice ainda foi o mais votado para ocupar o

¹⁸⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 51v.

¹⁸⁵ Idem, ibidem.

¹⁸⁶ Idem, ibidem.

¹⁸⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 7v e 9.

¹⁸⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859.

prestigiado posto de Procurador Geral. Nos respectivos registros do pleito, há referências de que outrora o mestre pedreiro também foi Juiz¹⁸⁹.

O outro conjunto que montei contém artífices que não eram membros da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” em 13 de maio de 1862. Contudo, suas vivências se cruzavam com o grupo de artífices. Eles foram Theodoro Ramph, mestre pedreiro alemão citado anteriormente, e Rufino Manoel da Cruz Cousseiro, que era confrade da Irmandade de São José do Ribamar. No ano de 1860, o mestre de ofício foi o terceiro irmão mais votado para ocupar o lugar de Procurador Geral¹⁹⁰. A mesma eleição foi vencida por Pereira Guimarães, que também constava no abaixo-assinado. Isto posto, no final do ano de 1861, Ramph e Cousseiro haviam procurado a entidade artística para serem testados na “Prática dos Ofícios de Carpina e Pedreiro”. Em mesma solenidade, ocorrida em novembro, os examinandos foram aprovados “plenamente” por uma banca composta por sócios que conhecemos no transcorrer da tese: João dos Santos Ferreira Barros e João Manoel de Faria¹⁹¹. Sublinhamos que esta prova foi apenas uma forma de os peritos se aproximarem da Sociedade. Ambos possuíam longa legitimidade no mercado das edificações.

Nos canteiros de obras espalhados pelo Recife, notamos que Ramph e Cousseiro desfrutaram de profunda intimidade profissional. Na Diretoria das Obras Militares, em agosto de 1861, ambos os artífices ganharam uma licitação para executarem, conjuntamente, os consertos da Fortaleza do Brum¹⁹². Os registros indicam que a empreitada foi concluída com correção¹⁹³. Poucos anos depois, mais precisamente em 1864, ainda encontramos o estrangeiro como fiador de Cousseiro nas obras do Quartel do 4º Batalhão de Artilharia a Pé de Olinda¹⁹⁴. Segundo as fontes, este serviço também foi realizado com excelência¹⁹⁵. Individualmente, observamos que a equipe de trabalho deste

¹⁸⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 32.

¹⁹⁰ Idem, ibidem.

¹⁹¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 4.

¹⁹² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-3, fl. 161. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR048, maço Palácio do Governo agosto de 1861. Em outros capítulos, vimos que a Diretoria das Obras Militares era uma repartição do governo central em Pernambuco.

¹⁹³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-3, fl. 260.

¹⁹⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-4, fls. 306 e 308.

¹⁹⁵ Idem, fl. 391.

último mestre de obras esteve envolvida com diversas prestações de serviços organizadas por aquela repartição. Entre elas, em 1862, citamos a construção da casa para latrinas do Quartel do 9º Batalhão de Infantaria e a montagem do compartimento de taboas para isolar os coléricos do Hospital Militar¹⁹⁶. Ainda neste ano, acrescentamos às empreitadas sob sua responsabilidade os consertos do Quartel de Olinda, do Quartel do 4º Batalhão de Artilharia a Pé e da prisão do Hospital Militar¹⁹⁷.

Pessoalmente, Ramph também garantiu para seus contramestres, oficiais e aprendizes uma expressiva parcela dos serviços contratados pela Diretoria das Obras Militares. Em maio de 1861, o mestre pedreiro alemão conseguiu arrematar “a construção do chafariz e oito banheiros precisos no Hospital Militar e Quartel do 10º Batalhão de Infantaria”¹⁹⁸. Os respectivos serviços foram acertados pela pequena fortuna de 5:030\$000rs, valor um pouco mais baixo do que havia sido orçado pelo departamento responsável¹⁹⁹. No relatório da mesma repartição pública, expedido em 14 de fevereiro de 1862, confirmamos que o estrangeiro respeitou o valor do contrato e entregou o serviço dentro do prazo às autoridades competentes²⁰⁰. O europeu também abocanhou trabalhos de menor aporte financeiro na Diretoria das Obras Militares. De forma quase simultânea, em julho de 1861, suas equipes de trabalho fizeram pequenos reparos nos equipamentos do Hospital Militar e do Quartel do 9º Batalhão de Infantaria²⁰¹. Por fim, nos meses de abril e setembro de 1862, o mestre de obras retornou àquele centro médico para trabalhar em sua caixa d’água e encanamento²⁰².

É muito importante destacar que João dos Santos Ferreira Barros foi outro mestre de obras que conseguiu contratar, em princípios da década de 1860, diversos serviços com o escritório responsável pelos reparos de quartéis e fortes. Em 1860, encontramos-lo nos

¹⁹⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-3, fl. 321. OM-4, fl. 19v.

¹⁹⁷ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR049, maços Palácio do Governo janeiro-junho de 1862 e julho-dezembro de 1862. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-3, fls. 294 e 313.

¹⁹⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-3, fl. 117.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰⁰ Idem, fls. 252v-253.

²⁰¹ Idem, fls. 133 e 146.

²⁰² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-4, fl. 19. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR049, maço Palácio do Governo julho-dezembro de 1862.

consertos do portão do 10º Batalhão de Infantaria²⁰³. No ano seguinte, João dos Santos esteve no Quartel do 9º Batalhão de Infantaria. Além de reparar suas dependências, o perito também construiu sua nova escada e coberta²⁰⁴. Em 1862, o Diretor da associação retornou ao mesmo local para aumentar seu xadrez²⁰⁵. Ainda neste ano, sua equipe esteve envolvida com diversos consertos no Hospital Militar, na prisão do Forte das Cinco Pontas e no Quartel do 2º Batalhão de Infantaria²⁰⁶. Portanto, não podemos descartar a possibilidade de Ramph e Cousseiro terem se aproximado da entidade artística por influência direta de João dos Santos. Para o filho do idealizador da Sociedade, uma aliança com aqueles mestres de obras poderia significar mais serviços para seus consócios. Por sua vez, Ramph e Cousseiro encontrariam força institucional para dar maior visibilidade aos seus combates contra os artífices *ilegítimos*.

Considerando a pertinência desta troca de interesses, que provavelmente foi gestada nas dependências da Diretoria de Obras Militares, Cousseiro recebeu o título de Sócio Profecto em outubro de 1862. É importante frisar que o mestre de obras se tornou associado na mesma cerimônia que certificou o artista mecânico alemão, o que ratifica a união entre todos os atores sociais citados com a defesa de “direitos” consagrados pelo costume. Os livros de registros da rebatizada “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” definiram Cousseiro como indivíduo casado e nascido em Pernambuco. Sua idade é de difícil precisão, pois existem conflitos nas fontes. Ora os papéis afirmam que o novo associado se matriculou com 39 anos, ora com 49²⁰⁷. Outras referências apontam que o perito também era proprietário, comerciante e residia nos subúrbios de Santo Amaro²⁰⁸.

²⁰³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-3, fl. 48.

²⁰⁴ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR048, maço Palácio do Governo de Pernambuco março de 1861 e maço Palácio do Governo de Pernambuco dezembro de 1861. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-3, fls. 87, 208, 255v e 256v. OM-4, fl. 22.

²⁰⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-3, fl. 340. OM-4, fl. 23.

²⁰⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-3, fl. 255v. OM-4, fls. 21, 24 e 24v.

²⁰⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 1v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 61 e 64. Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fl. 67. Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos), “Acta da Sessão magna do dia 21 de 8bro de 1862”.

²⁰⁸ Em 1864, Cousseiro e outros proprietários residentes em Santo Amaro apareceram na documentação da Provedoria de Capelas e Resíduos. Eles lutavam pela construção da Capela de Nossa Senhora da Piedade na

Segundo Carlos Lima, os artífices que diversificavam seus negócios nas atividades comerciais tentavam fugir da marca pejorativa do trabalho manual²⁰⁹. Tendo a relativizar tal afirmativa, pois sabemos que uma das marcas da Sociedade era a valorização social das “artes úteis” através do orgulho pelo trabalho morigerado e “aperfeiçoado”.

Conhecido o teor do abaixo-assinado expedido à Mesa Diretora da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, assim como o perfil dos artífices que o confeccionaram, chegamos a algumas importantes conclusões. Uma delas é que existiram diversos e profundos laços cotidianos entre a maior parte dos idealizadores do documento. Ora eles se encontravam na Sociedade, ora no ambiente de trabalho, ora na confraria dedicada ao Patriarca São José. Além disto, também percebemos que à exceção do requerente que nunca foi sócio e que ficamos impossibilitados de identificar, todos os outros artífices experimentavam expressiva vivência na mestrança e haviam alcançado boa visibilidade nas chamadas “artes úteis”. Tais características nos ajudam a compreender o que motivou homens como Francisco Xavier Soares, Theodoro Ramph e Rufino Manoel da Cruz Cousseiro a lutarem contra indivíduos desvinculados de suas tradições corporativas. Contudo, a problemática dos costumes comuns esclarece parcialmente o combate. O incômodo daqueles peritos com os empreiteiros e artífices *ilegítimos* também residiu na sua presença cada vez maior no mercado recifense.

Segundo Raimundo Arrais, desde meados dos oitocentos o Recife experimentava “o crescimento contínuo do solo aterrado e habitado”²¹⁰. Existiram na capital da província especulação fundiária, loteamentos dos sítios dos arrabaldes e o “ímpeto dirigido para a

rua do Lima, em terreno que havia sido deixado para este fim no testamento de Manoel Luis da Veiga. Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (AGTJPE), Setor de Documentos Históricos, Caixa sem indexação, “1864 – Provedoria de Capellas e Resíduos – Autoamento de uma Petição de José Raimundo da Natividade Saldanha, Rufino Manoel da Cruz Cousseiro, Manoel Luis Virães, Candido C. G. Alcoforado, José Gonçalves Ferreira Costa e outros”, fls. 2-3. A documentação disponível também permite que identifiquemos o espraiamento das atividades de Cousseiro para o comércio de víveres. Neste sentido, em 27 de janeiro de 1863, o fiscal da freguesia da Boa Vista fez um relatório à Câmara Municipal do Recife. O artista mecânico havia pedido “licença para fazer um telheiro provisório em seu terreno na Travessa do Lima, para nele estabelecer um talho de carnes verdes”. As autoridades entenderam que o pedido era legítimo e concederam a benesse ao solicitante. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1860-1863, fl. 153v.

²⁰⁹ Carlos Alberto Medeiros Lima, *Trabalho, Negócios e Escravidão: artífices na cidade do Rio de Janeiro, 1790-1808*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1993, dissertação de mestrado em História, pp. 181 e 189.

²¹⁰ Raimundo Arrais, *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 187.

ocupação dos vazios nas áreas centrais”²¹¹. De certa forma, este foi um dos legados da política de “reorganização e do futuro” que foi executada pelo Barão da Boa Vista. Marcus Carvalho afirma que as rupturas experimentadas pelo escravismo, nas áreas de *plantation*, também contribuíram sobremaneira com o crescimento demográfico da cidade, que definitivamente “virou um pólo de atração de toda sorte de gente”²¹². O movimento migratório teria ocorrido porque faltavam “outros núcleos urbanos que atraíssem a população livre e liberta do *hinterland*”²¹³. É provável mesmo que cidades como Goiana e Olinda tivessem perdido gente para o Recife²¹⁴. As pesquisas de Peter Eisenberg demonstraram que este fluxo foi registrado até princípios da década de 1870, quando os “ex-escravos não [mais] se dirigiam em massa para o oeste ou para a capital em busca de melhores oportunidades”²¹⁵.

Desde o início da década de 1860, o desdobramento deste quadro de aumento espacial e populacional resultou na maior oferta de serviços urbanos (transporte, saneamento, iluminação) e na abertura de muitos canteiros de obras públicas e particulares²¹⁶. Ao consultarmos as atas da Câmara Municipal do Recife, percebemos como este processo afetou o cotidiano dos moradores da capital. A demanda por insumos fez com que muitos oleiros diminuíssem a qualidade e o tamanho dos tijolos de alvenaria grossa. Por conta deste “abuso”, os vereadores propuseram uma postura que padronizasse as medidas deste material de construção²¹⁷. Outros debates promovidos pela municipalidade tiveram como foco o destino dos entulhos, “resultantes das obras que se edificam e reedificam nesta cidade”²¹⁸. Foi definido que era preciso marcar um local para despejá-los, pois, no “tempo invernos”, seu acúmulo pelas ruas gerava atoleiros que impediam o

²¹¹ Idem, *ibidem*.

²¹² Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*, Recife, Editora Universitária UFPE, 1998, p. 75.

²¹³ Idem, *ibidem*.

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

²¹⁵ Peter Louis Eisenberg, *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*, Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Unicamp, 1977, p. 202.

²¹⁶ Raimundo Arrais, *op. cit.*, pp. 186-188. Artur Gilberto Garcéa de Lacerda, *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*, Recife, UFPE, 2003, dissertação de mestrado em História. Gisafran Nazareno Mota Jucá, *A implantação de serviços urbanos no Recife: o caso da Companhia do Beberibe (1838-1912)*, Recife, UFPE, 1979, dissertação de mestrado em História.

²¹⁷ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1860-1863, fl. 56v.

trânsito de pessoas e animais de carga²¹⁹. A própria salubridade do Recife era ameaçada por este tipo de sujeira, considerada pelos médicos como um temido “foco pestilencial”²²⁰.

Tendo em vista a crescente demanda por braços que construíssem e reparassem prédios urbanos, os vereadores do Recife tomaram uma importante decisão. Todos os artistas mecânicos envolvidos com o mercado de edificações poderiam fazer obras a seu cargo, independente de seu nível de “aperfeiçoamento”²²¹. É verossímil que esta medida governamental também tenha sido motivada por dois outros fatores. Um deles foi o tráfico interprovincial, responsável pela paulatina diminuição da oferta de trabalho escravo pelas ruas do Recife. Robert Slenes afirma que a maior parte dos cativos que saíram das províncias do Norte era oriunda de zonas mais urbanizadas e fazendas sem vínculos diretos com o mercado externo²²². Ou seja, faltavam escravos na capital para servirem às novas demandas de construção e reparos. Por conta desta ausência, a liberação dos canteiros de obras para todos os artífices que quisessem construir pretendia baratear os custos de produção. Em princípios da década de 1860, a mão-de-obra de pedreiros e carpinteiros especializados estava cara²²³. Neste sentido, o mais pleno gozo do princípio constitucional da liberdade de indústria poderia equacionar o problema. Na história social do trabalho, percebemos que a imposição política da “oferta e procura” foi uma estratégia que tendeu a “proletarizar” os artesãos mais qualificados²²⁴.

Temendo os impactos da medida que havia sido tomada pela municipalidade, o destacado sócio Manoel do Carmo Ribeiro reagiu à presença de peritos *ilegítimos* nos serviços de construção e reparo. Em dezembro de 1863, o mestre pedreiro fez um comunicado à “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Segundo seu relato à Mesa Diretora, “diz que indo a Câmara Municipal” havia censurado o procedimento liberalizante

²¹⁸ Idem, fl. 64.

²¹⁹ Idem, *ibidem*.

²²⁰ Em 1862, o Recife experimentou sua segunda epidemia de cólera. Ariosvaldo da Silva Diniz, *Cólera: representações de uma angústia coletiva – a doença e o imaginário social no século XIX no Brasil*, volume 1, Campinas, Unicamp, 1997, tese de doutorado em História, p. 183.

²²¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 237.

²²² Robert W. Slenes, *The Demography and Economics of Brazilian Slavery*, Stanford, Stanford University, 1976, tese de doutorado, p. 214.

²²³ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1862*, Recife, Typographia Universal, 1883, p. 208.

²²⁴ E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa: a maldição de Adão*, volume 2, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

que os vereadores recentemente haviam assumido. Na sua ótica, os legisladores erraram “em consentir que todos sejam mestres de obras sem provarem habilitação para isto”²²⁵. Curiosamente, as atas do Conselho Administrativo da Sociedade ainda indicaram que os políticos transferiram o ônus de sua decisão para o grupo de artífices, “por nunca se apresentar com seus habilitados”²²⁶. Contudo, as conjunturas nos levam a crer que a réplica tenha sido pura retórica. Não existiam brechas legais para reacender os velhos privilégios corporativos. Depois da legislação de 1860, o Conselho de Estado proibira que as chamadas “sociedades” tentassem “restaurar o monopólio das antigas corporações de ofícios ou arte ou fundar um convênio ou coligação [que pusesse] fora a concorrência”²²⁷.

Para acirrar ainda mais as disputas por serviços entre construtores “legítimos” (diplomado) e “ilegítimos” (não-diplomados), empresas de edificações de casas e prédios urbanos eram idealizadas no Recife. Elas encontrariam terreno fértil no processo de “melhoramentos materiais” da infra-estrutura da cidade. Especial menção merece a companhia de Francisco Maria Duprat, um francês que vivia há alguns anos em Pernambuco²²⁸. Em agosto de 1861, o empresário havia convidado a associação “para fazer parte da Sociedade Comandita de Compra de Terrenos e Edificações de Prédios”²²⁹. No mês seguinte, João dos Santos Ferreira Barros afirmou que os fins da companhia nada tinham a ver com os objetivos da entidade artística, mas que cada sócio tinha autonomia suficiente para aderir individualmente à proposta²³⁰. A Casa fez suas ponderações e

²²⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 237.

²²⁶ Idem, *ibidem*.

²²⁷ Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Fundo Conselho de Estado, código 51, volume 11, fls. 21-21v.

²²⁸ Em 10 de janeiro de 1863, Duprat editou um periódico que pretendia incentivar a promoção de “melhoramentos materiais e morais” em Pernambuco. O estrangeiro afirmou no primeiro número de sua folha que vivia no Império há 28 anos, mas sem indicar em que Província aportou. No Recife, pelo menos desde finais de 1854 escrevia artigos no *Diário de Pernambuco* com o fito de “regenerar moral e materialmente o país”. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, *O Brasil agrícola, industrial, commercial, scientifico, litterario e noticioso*, 10/1/1863.

²²⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 42v.

²³⁰ No *Jornal do Recife* de 29 de agosto de 1862, Duprat informou que “os artistas e obreiros serão admitidos a subscrever quantias de 100\$ a 200\$ realizáveis em prestações semanais de 2\$500 a 1\$250”. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 29/8/1862. Como podemos deduzir, somente os mestres mais prósperos da Sociedade poderiam investir no empreendimento. Além de o valor da cota anual ser relativamente alto, também indica que o subscritor estava minimamente habilitado para o voto primário.

concordou com a fala do mestre²³¹. As atas do Conselho Administrativo não aprofundaram os motivos da decisão, mas podemos deduzi-los comparando o escopo do grupo de artífices com o empreendimento de Duprat. Para melhor conhecê-lo, acompanharemos o processo político que julgou a relevância da organização criada pelo capitalista europeu.

Na verdade, quando Duprat fez o convite à entidade artística, a pertinência de sua empresa ainda estava sendo discutida pelas autoridades locais. Em sessão de 20 de abril de 1861, a Assembléia Legislativa de Pernambuco havia recebido um ofício do francês. O autor pedia que fosse criada uma lei que lhe concedesse “o privilégio exclusivo de 40 anos, a fim de incorporar uma sociedade de construção e edificação de casas na cidade e no campo”²³². Em 7 de maio, a Comissão de Petições informou aos deputados provinciais que havia deferido o pedido. Os comissários entenderam que o empreendimento de Duprat aumentaria as rendas públicas, deixaria o Recife mais belo, traria investimentos externos e ainda ofereceria mais trabalho “aos nossos artistas”, que seriam instruídos por mestres vindos de fora²³³. Dez dias depois, a lei que foi preliminarmente redigida entrou em segunda discussão. “O Sr. Portella pronuncia-se contra o projeto e pede explicações sobre ele”²³⁴. A Casa apoiou o protesto e foi debatida uma emenda, que parece ter sido de autoria do deputado Souza Reis. O adendo determinava que a existência da empresa não deveria prejudicar qualquer particular, caso quisesse construir por conta própria²³⁵.

É bastante provável que o parlamentar referido como “Sr. Portella” fosse o próprio Manoel do Nascimento Machado Portella, que assentou como Sócio Honorário em 1862. Como sabemos, em 1861 o bacharel foi deputado provincial e Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa de Pernambuco. A contestação da exclusividade pretendida por Duprat pode ter sido um dos motivos que levaram à sua matrícula na “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Recordemos que aquela benesse também era concedida aos indivíduos que prestassem bons serviços ao grupo de artífices. Como os *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco* não reproduziram as intervenções do parente de

²³¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 45.

²³² Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1861*, Recife, Typographia Universal, 1882, p. 77.

²³³ Idem, p. 149.

²³⁴ Idem, p. 223.

²³⁵ Idem, ibidem.

Joaquim Pires Machado Portella (que foi um dos maiores defensores dos interesses da Sociedade), tornar-se-á impossível conhecer as minúcias de seu aparte. Contudo, o título concedido pela associação talvez indique que além de ser contra o privilégio requerido pelo francês, “o Sr. Portella” também combatesse a entrada de mais mestres europeus no Recife. Os novos imigrantes seriam competidores diretos dos sócios mais “aperfeiçoados” nas artes mecânicas, fossem pernambucanos, portugueses ou alemães.

Um ano após os acontecimentos até aqui narrados, mais precisamente em 5 de maio de 1862, alguns deputados provinciais comentaram com contrariedade o veto ao projeto de lei. O Presidente de Pernambuco havia oferecido duas justificativas para sua decisão. A primeira delas era que o empreendimento do capitalista europeu era inconstitucional, pois tolhia “a liberdade de indústria”²³⁶. O outro argumento demonstrava que a alçada do Poder Legislativo estava circunscrita somente aos assuntos das obras públicas²³⁷. No dia 9, entrou em debate “o parecer da Comissão de Constituição e Poderes sobre o projeto não sancionado”²³⁸. O deputado Buarque defendeu o veto, pois acreditava que “a companhia [de Duprat] mata a indústria particular”²³⁹. Na sua ótica, até mesmo a emenda que combateu o exclusivo favorecia ao francês. O adendo “presume que os particulares só poderão edificar por própria conta, mas não contratar com um empreiteiro que não seja da companhia”²⁴⁰. Por fim, o deputado Buarque ainda criticou a inconveniência da maquinaria e da aparelhagem que a empresa talvez introduzisse na Província. O uso dos “aparelhos” resultaria em uma baixa de salários que poderia trazer péssimas consequências²⁴¹.

A desconfiança demonstrada pelo deputado Buarque, quanto às mudanças tecnológicas pretendidas pela companhia de Duprat, é algo muito interessante. É bastante provável que o legislador pernambucano temesse que o Recife presenciasse episódios semelhantes às “quebras das máquinas”, que foram vivenciados na Europa entre finais dos setecentos e inícios dos oitocentos. Segundo Hobsbawm, os ataques promovidos por determinados trabalhadores ingleses aos modernos meios de produção foram acompanhados de arruaças (motivadas pelo desemprego e pelo enfraquecimento de suas

²³⁶ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1862*, Recife, Typographia Universal, 1883, pp. 167-168.

²³⁷ Idem, *ibidem*.

²³⁸ Idem, p. 203.

²³⁹ Idem, p. 208.

²⁴⁰ Idem, p. 205.

mais tradicionais redes sociais) e de destruição das propriedades em geral²⁴². Apesar desta postura ofensiva contra o uso da maquinaria, o autor defende que o fenômeno precisa ser entendido como um ajuste nas relações capitalistas. Muito mais do que uma revolta contra o “progresso técnico como tal”, os ataques pretendiam reorganizar os próprios operários²⁴³. Caso o deputado Buarque realmente tivesse conhecimento destes fatos, seu temor estaria justificado pelo alto grau de organicidade das “classes artísticas” que estavam envolvidas com o mercado das edificações.

Na sessão legislativa do dia 24 de maio de 1862, Duprat voltou à carga. Contudo, ao invés de solicitar o privilégio do exclusivo, pediu aos legisladores que lhe concedesse a isenção das décimas urbanas por 10 anos²⁴⁴. Para viabilizar a negociação, Duprat ofereceu como contrapartida o treinamento de órfãos pobres com menos de 15 anos. Todas as despesas realizadas com os meninos desvalidos seriam bancadas pelos cofres da empresa, sem qualquer ônus para a tesouraria provincial. Contudo, o benefício seria restrito aos aprendizes que se envolvessem com as empreitadas da companhia. Para remunerar o investimento, nenhum salário lhes seria pago até completarem 21 anos. Para nortear a convivência entre empresa e agraciados, seriam utilizados os regulamentos das oficinas dos arsenais²⁴⁵. Depois de alguns retoques ao novo projeto, a Lei de número 535 foi aprovada em 20 de junho de 1862. Pelo prazo de 40 anos, Duprat conseguiu isenção fiscal para as instalações de seu empreendimento. As residências construídas pela companhia teriam 50% de desconto por 10 anos, mas para usufruir da mercê o empresário teria que obedecer a uma série de requisitos. Por fim, nada foi tratado sobre a aprendizagem²⁴⁶.

Observados os trâmites que envolveram a aprovação da Lei de número 535, fica nítido que o projeto original da “Sociedade Comandita de Compra de Terrenos e Edificações de Prédios” tinha um importante objetivo secundário: “proletarizar” o trabalho dos mestres de obras que riscavam por conta própria nas obras particulares. Como pudemos

²⁴¹ Idem, pp. 208-209.

²⁴² Eric J. Hobsbawm, *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 15-27.

²⁴³ Idem, ibidem.

²⁴⁴ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1862*, Recife, Typographia Universal, 1883, p. 297.

²⁴⁵ Idem, ibidem.

²⁴⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1862*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1862, pp. 15-16.

observar nos debates parlamentares, estes profissionais somente teriam serviços caso vendessem sua mão-de-obra ao capitalista europeu. É verossímil que a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” tenha recusado o convite feito por Duprat justamente porque defendia a autonomia profissional e a dignidade artística de seus peritos. Junto destes possíveis motivos que justificariam a negativa, outro poderá ser encontrado no próprio abaixo-assinado de 13 de maio de 1862. Como o empresário francês queria abocanhar obras urbanas e rurais sem ser “legítimo artista”, é bastante provável que a associação também nutrisse certa antipatia pela pessoa do estrangeiro²⁴⁷. A existência de um sentimento mais hostil contra Duprat pode ser apoiada no fato de inexistirem propostas para que se tornasse sócio.

Feita a análise do abaixo-assinado e conhecida a conjuntura em que foi escrito e discutido, podemos cotejá-lo com a petição de 6 de abril de 1863, que foi enviada pelos sócios à Assembléia Legislativa. Percebemos que algumas de suas solicitações foram ao encontro das propostas de 13 de maio de 1862, amadurecendo-as. Prova disto é o desejo que fosse criada uma lei que concedesse exclusividade àqueles artífices que estudassem na Sociedade e recebessem suas cartas de exame, o que era uma forma de combater a “proletarização”. Ainda é importante salientar que ambas as fontes convergiram para uma questão de fundo. No início da década de 1860, observamos que todos os envolvidos com o mercado das edificações tentaram burlar ou fazer com que o princípio constitucional da liberdade de indústria fosse respeitado. Contudo, o posicionamento dos atores sempre foi político. Nos debates sobre o projeto de Duprat, por exemplo, era conveniente para a Sociedade a defesa daquele pressuposto. Apesar disto, sabemos que os sócios sempre pretenderam neutralizar seus concorrentes. O protesto de Manoel do Carmo Ribeiro contra a decisão da Câmara Municipal comprova a afirmativa.

É preciso sublinhar que as tensões observadas no “mundo do trabalho” pernambucano foram ao encontro das peculiaridades do liberalismo brasileiro. Por mais que o Recife testemunhasse a defesa do princípio constitucional da liberdade de indústria e o

²⁴⁷ Resguardadas todas as especificidades, a Inglaterra também experimentou problemas semelhantes aos que foram enfrentados pelos pernambucanos. Por volta do terceiro quartel dos oitocentos, a ferrenha disputa por serviços foi responsável pelo nascimento de fortes antipatias na indústria londrina da construção, o que impediu a formação de alianças mais amplas no setor. J. A. McKenna & Richard G. Rodger, “Control by coercion: employers’ associations and establishment of industrial order in the building industry of England and Wales, 1860-1914”, *The Business History Review*, (1985), volume 59, number 2, pp. 213-215.

desenvolvimento do “espírito de empresa”, todos os envolvidos com o mercado de edificações queriam conquistar privilégios. Desta forma, por mais que a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” fosse obrigada a conviver com uma ideologia desfavorável aos seus desejos monopolistas, os sócios perceberam que poderiam enfraquecer a concorrência através do recrudescimento de sua atuação política. Neste sentido, além de contar com o apoio dos Sócios Honorários, a entidade artística esboçou uma estratégia mais radical para orientar sua conduta. No segundo semestre de 1863, os associados discutiram a possibilidade “de se trabalhar a fim de se poder dar um Deputado Provincial nas próximas eleições, o qual protegesse as futuras pretensões da Sociedade”²⁴⁸. Como podemos notar, muito mais do que apoios eventuais no parlamento, os artífices desejavam possuir voz mais ativa entre os que legislavam sobre as obras públicas pernambucanas.

Na sessão de 24 de setembro, contudo, registramos uma reviravolta no ambicioso projeto da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. A proposta que estava na ordem do dia foi retirada da pauta de debates²⁴⁹. Apesar de as fontes nada explicarem sobre a desistência político-eleitoral da associação, é possível imaginar que os sócios fizeram uma escolha acertada. O desejo de a entidade artística abraçar a campanha de certo e determinado indivíduo talvez tivesse efeito contrário ao esperado. Duas hipóteses fundamentam esta afirmativa. Primeiramente, caso o grupo de artífices indicasse aos seus patronos a candidatura de algum mestre de ofício, era improvável que este indivíduo conquistasse sustentabilidade partidária em quaisquer das legendas pernambucanas²⁵⁰. Portanto, do ponto-de-vista dos interesses mais pragmáticos da Sociedade, seria imprudente alimentar alguma indisposição com o bacharelismo daqueles que estavam bem colocados na pirâmide social. Como pudemos observar no transcorrer da tese, mestres, oficiais e aprendizes necessitavam de efetivas relações de compromisso para continuarem trilhando as searas do “Progresso” e da “Civilização”.

²⁴⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 223.

²⁴⁹ Idem, *ibidem*.

²⁵⁰ Rufino Manoel da Cruz Cousseiro, por exemplo, preenchia todos os requisitos para ocupar uma cadeira da Assembléia Legislativa de Pernambuco. No transcorrer do capítulo, observamos que o artista mecânico foi referido como proprietário. Sem dúvida, esta foi uma das prerrogativas que o incluiu na seleta lista de eleitores da freguesia da Boa Vista. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanak Administrativo, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco, para o anno bissexto de 1868*, Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1868, p. 83.

Por sua vez, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também poderia encontrar sérios problemas institucionais ao bancar a candidatura de um único cidadão oriundo das elites letradas e proprietárias. É bastante provável que depois de feita a opção, os demais patronos afrouxassem seu relacionamento com o grupo de artífices. Os prejuízos políticos advindos com este afastamento seriam enormes. Para amparar esta análise, precisamos lembrar do currículo de alguns Sócios Honorários que se matricularam em 1862. Recordemos que três deles foram deputados provinciais: os Machado Portella e Antonio Rangel de Torres Bandeira. Trabalhar pela (re)eleição de um destes homens públicos, ou mesmo de qualquer outro representante da “boa sociedade”, poderia significar o estremecimento de alianças verticais muito mais amplas. Como indicou Richard Graham, “praticamente todo cargo público tinha, por definição, poder para exercer sanções ou conceder recompensas”²⁵¹. Por isso, podemos afirmar que era muito melhor para a associação receber poucos favores de cada um de seus protetores do que enfrentar o boicote de muitos ex-aliados.

Independentemente destas ilações, o zelo da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” com a prática política permitiu que os mestres de ofício alcançassem significativa penetração nas empreitadas organizadas por certos setores e níveis do Estado. Como vimos oportunamente, o grupo de artífices vinha trabalhando por este objetivo desde a década de 1850 e precisava de todos os meios disponíveis para consolidar esta conquista. Prova da maior presença de certos membros da entidade artística nos assuntos da Repartição de Obras Públicas foi uma série de cartas publicadas no *Diário de Pernambuco*. Escritas entre finais de janeiro e princípios de fevereiro de 1862, as correspondências foram motivadas por uma briga que envolveu *Araoum Al Raschid* e Francisco Martins dos Anjos Paula²⁵². Mesmo tendo sido citado neste capítulo, é preciso lembrar que este último perito das chamadas “artes úteis” foi um dos mestres carpintas que fundaram a associação idealizada por José Vicente Ferreira Barros. Além disto, o pernambucano também foi destacado confrade da Irmandade de São José do Ribamar e profissional muito requisitado nos canteiros de obras do Recife.

²⁵¹ Richard Graham, *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997, p. 121.

²⁵² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 23, 27, 29/1 e 3/2/1862.

O cerne da celeuma foram os reparos das pontes de Santo Amaro, Tacaruna e Arrombados. Segundo *Araoum Al Raschid*, Anjos Paula havia conseguido arrematar estes serviços por causa de um esquema armado com o Ajudante de Engenheiro da Repartição de Obras Públicas, José Maria de Carvalho Junior, que estava “quebrado” e precisava de algum dinheiro. O relacionamento entre os denunciados teria sido construído naquele próprio departamento, pois o mestre carpina sempre aparecia para solicitar serviços a Martineau, Engenheiro-Chefe das Obras da Capital²⁵³. Por causa das relações verticais que o perito tecia para contratar serviços governamentais, o correspondente anônimo definia seu desafeto como um indivíduo “traquejado nas lides e chicanas políticas”²⁵⁴. Do outro da polêmica, Anjos Paula contestava todos os desvios de conduta que lhe eram atribuídos. Na sua perspectiva, algum indivíduo sem honra, e que ainda estava escondido covardemente sob um pseudônimo, procurava manchar o bom conceito que havia conquistado na capital da Província²⁵⁵. Independente de quem tinha razão no caso, fica nítido que para conseguir bons trabalhos era necessário fazer articulações políticas²⁵⁶.

A própria presença de Cousseiro, Ramph e João dos Santos na Diretoria da Obras Militares confirma esta tese. Pode causar certo estranhamento o fato de a Companhia de Artífices do Arsenal de Guerra de Pernambuco estar ausente dos serviços que foram realizados por estes peritos. Contudo, as fontes indicam que o Aviso de 19 de outubro de 1861 determinou que todos os serviços que outrora eram feitos pelas mais diversas oficinas

²⁵³ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 23 e 27/1/1862. Pelo menos até 1862, o cargo de engenheiro em chefe da Repartição de Obras Públicas era acumulado pelo Diretor das Obras Públicas. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Relatório ao Excellentíssimo Senhor Comendador Doutor Antonio Marcelino Nunes Gonçalves por ocasião de entregar a Presidência da Província ao Doutor Joaquim Pires Machado Portella*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1862, p. 44. Para confirmar a sobreposição de cargos, em 1860 encontramos William Matineau referido como Diretor da Repartição de Obras Públicas. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco, anno XXX*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1860, p. 102.

²⁵⁴ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 27/1/1862.

²⁵⁵ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 23 e 29/1/1862.

²⁵⁶ É provável que muitos outros sócios tenham conseguido serviços organizados pela Repartição de Obras Públicas. Entretanto, as fontes que estão depositadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife) apresentam um hiato temporal. Para os anos de 1860, os códices intitulados “Obras Públicas” somente registraram empreitadas posteriores ao ano de 1865. Como observaremos no próximo capítulo, na segunda metade da década muitas obras foram contratadas por membros da Sociedade, o que reforça nossa suspeita.

do estabelecimento militar fossem acertados por arrematação²⁵⁷. Outro golpe sofrido pelas oficinas militares foi dado pelo Aviso de 16 de abril de 1862, que diminuiu o quantitativo dos artífices engajados. A partir desta ordem, somente deveria existir suficiente número de artistas mecânicos para fazer a manutenção dos locais de trabalho e o treinamento dos aprendizes²⁵⁸. No processo de mudança de regras, a Oficina de Construção e Reparos ficou engessada. Em finais de 1862, os poucos pedreiros e carpinteiros que permaneceram no destacamento ficaram praticamente sem serviços²⁵⁹. Concorrentemente, quando aparecia alguma empreitada militar sem apelo comercial, a Companhia não tinha profissionais suficientes para deslocar para fortalezas e quartéis de Pernambuco²⁶⁰.

Atento ao processo que implantava novas regras na Diretoria das Obras Militares, Cousseiro utilizou com sabedoria sua matrícula na Sociedade. Logo em princípios de 1863, o perito indicou o 2º Tenente do Corpo de Engenheiros, José Tibúrcio Pereira de Magalhães, ao título de Sócio Honorário²⁶¹. No momento da proposta, o militar era Ajudante da Diretoria das Obras Militares²⁶². Nas hierarquias do departamento, este era o segundo mais importante cargo de comando²⁶³. O fortalecimento da economia de favores entre Cousseiro e Pereira de Magalhães faria com que ambos fossem favorecidos. O perito era considerado pelo departamento “assaz entendido em sua arte” e pleno cumpridor das “obrigações que lhe são impostas”²⁶⁴. Como suas empreitadas eram geralmente mais precisas, baratas e resistentes, o Estado sabia das vantagens de seus serviços. Uma atenta pesquisa permite que nos espantemos com as dezenas de obras que Cousseiro contratou depois que fez aquela indicação. É provável mesmo que esta regularidade também fosse

²⁵⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Guerra, Códice AG-17, fl. 515.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*.

²⁵⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Guerra, Códice AG-16, fl. 503.

²⁶⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Guerra, Códice AG-17, fl. 28.

²⁶¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 81.

²⁶² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-4, fl. 230.

²⁶³ Idem, fl. 257.

²⁶⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-7, fl. 104v.

produto de suas relações com o engenheiro militar, que talvez facilitasse o acesso do perito aos dados mais privilegiados sobre as arrematações que iriam à praça.

Em 1863, entre outros, Cousseiro venceu licitações para fazer diversos reparos nas Fortalezas do Brum e do Buraco e nos Quartéis de Cavalaria, de Santo Amaro e de Olinda²⁶⁵. Naquele mesmo ano, o mestre de obras ainda construiu a nova latrina do Corpo de Guarnição do Quartel da Soledade e o cano de esgoto que ligava o estabelecimento militar ao Hospício. Podemos incluir no rol de suas realizações os novos telheiro e reservatório do Quartel de Cavalaria, a calçada interna e a latrina do 9º Batalhão de Infantaria e a reconstrução do Laboratório Pirotécnico²⁶⁶. Serviços de acabamento também ocuparam o empreiteiro, como a pintura de uma casinha no Forte do Buraco e a forração da secretaria do Forte do Brum²⁶⁷. No ano de 1864, a Diretoria de Obras Militares executou poucas obras, por conta de problemas de força maior²⁶⁸. Apesar disto, além da empreitada que contratou sob fiança de Ramph, realizada no 4º Batalhão de Artilharia a Pé de Olinda, a equipe de Cousseiro voltou ao mesmo local para extinguir formigas e reconstruir sua cimalha²⁶⁹. Em 1865, os serviços do departamento minguraram ainda mais, talvez por causa da “Guerra do Paraguai”. Mesmo assim, o perito fez alguns reparos demandados pelo Quartel de Cavalaria²⁷⁰.

A economia de favores também rendeu a Cousseiro uma série de obras de urgência, que eram feitas sem licitação. Segundo o Ministério dos Negócios de Guerra, os serviços por administração somente seriam feitos quando inexistissem “proponentes que tomem a obra ou concerto por empreitada [entenda-se por arrematação], ou quando as propostas forem de tal maneira desvantajosas que não possam ser feitas”²⁷¹. Como podemos imaginar, estes tipos de contrato foram aqueles que mais favoreceram os artistas mecânicos que teceram relações com as autoridades responsáveis pelas obras militares. Isto porque o

²⁶⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-4, fls. 47, 74, 186, 191, 238, 246.

²⁶⁶ Idem, fls. 50, 67, 103, 138, 169 e 247-248.

²⁶⁷ Idem, fl. 184 e 267.

²⁶⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-5, fl. 13v.

²⁶⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-4, fl. 292.

²⁷⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-5, fl. 101v.

²⁷¹ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR048, maço Palácio do Governo de Pernambuco agosto de 1861.

acordo entre as partes interessadas era direto, sem a necessidade de processos burocráticos mais complexos. É por este motivo que encontramos o mestre de obras pernambucano nos consertos da bomba e cacimba do Quartel de Santo Amaro e do reservatório de água do Quartel de Cavalaria²⁷². Por “ordem urgente”, o sócio também construiu os ventiladores para o paiol da Fortaleza do Brum e ladrilhou o novo fogão do 9º Batalhão de Infantaria, que havia sido comprado de Starr & Cia²⁷³. Por fim, ainda registramos a presença de Cousseiro no conserto e substituição das estivas da cavalaria do Quartel de Cavalaria²⁷⁴.

Outros sócios também foram favorecidos com o convite feito por Cousseiro. Existiu um círculo virtuoso (ou vicioso, dependendo da perspectiva que o leitor queira assumir) entre mestre de obras, Ajudante da Diretoria das Obras Militares, Ramph, Sociedade e João dos Santos. Sem dúvida, este processo ajudou a alimentar as denúncias de favorecimento que existiriam no grupo. O filho de José Vicente Ferreira Barros soube continuar capitalizando suas vantagens pessoais com a maior proximidade do grupo de artífices com a repartição responsável pelos reparos de fortes e quartéis. Em 1863, o artífice tomou ao seu cargo serviços de boa envergadura no Quartel do 2º Batalhão no Hospício²⁷⁵. O retelhamento do Quartel do 2º Batalhão de Infantaria também foi feito pelo perito das “artes úteis”²⁷⁶. Ainda podemos encontrar sua equipe de trabalho na construção de prateleiras e balaustres do Quartel do Corpo de Guarnição da Soledade²⁷⁷. O Diretor da Sociedade também fez algumas obras urgentes. Dentre elas, elencamos os consertos da cobertura do Quartel de Cavalaria e do portão do Quartel do 2º Batalhão de Infantaria²⁷⁸. Por fim, em 1864, João dos Santos reconstruiu a manjedoura do Quartel da Cavalaria²⁷⁹.

O artífice alemão também foi favorecido pelo recrudescimento e maior complexidade de sua economia de favores com a Diretoria de Obras Militares. Em 1863, o mestre de obras Theodoro Ramph venceu uma concorrência para fazer consertos e obras

²⁷² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-4, fls. 265-266 e 269.

²⁷³ Idem, fl. 262 e 267v.

²⁷⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-5, fl. 11v.

²⁷⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, OM-4, fl. 201.

²⁷⁶ Idem, fl. 129.

²⁷⁷ Idem, fl. 113.

²⁷⁸ Idem, fls. 123, 251 e 265.

²⁷⁹ Idem, fl. 444.

novas na Fortaleza das Cinco Pontas²⁸⁰. O estrangeiro também fez o empedramento do Quartel de Cavalaria e a reedificação de parte do muro do 2º Batalhão no Hospício²⁸¹. No ano seguinte, encontramos-lo executando um imponente sistema de esgotamento sanitário no Quartel da Soledade, 9º Batalhão de Artilharia, Hospício e Hospital Militar. A empreitada foi contratada pelo valor total de 7:940\$000rs²⁸². Apesar do significativo aporte financeiro da arrematação, o europeu tinha uma rede social que lhe proporcionava vôos bem mais altos. Afiançado pelo Barão do Livramento, o mestre pedreiro ainda deu um lance astronômico de 30:000\$000rs para construir os paióis de pólvora “no lugar da Torre”²⁸³. Certamente, o volume de trabalho destes dois serviços proporcionaria longa e abundante ocupação para os sócios que eram contramestres, oficiais e aprendizes da associação.

A disputa pela feitura dos depósitos de pólvora e munições nos subúrbios do Recife é reveladora. Um concorrente chamado Francisco Botelho de Andrade chegou a fazer proposta mais baixa que o mestre alemão. Contudo, o Coronel Diretor das Obras Militares fez considerações muito significativas que combinam com o argumento que venho desenvolvendo. Manoel Ignácio Brito afirmou que a diferença de 200\$000rs entre os lances não corresponderia “ao lucro que colherá a Fazenda Nacional dando-se a obra a Theodoro Rampk”²⁸⁴. Afinal, o outro empreiteiro “não está nas circunstâncias” do estrangeiro, que era “pessoa mui reconhecida por todos os Engenheiros desta Província, capaz de bem executar a obra que se projeta fazer”²⁸⁵. Como pudemos verificar mais acima, Cousseiro nutria o mesmo conceito entre os funcionários do departamento. De certa forma, quando Anjos Paula fez suas reclamações no *Diário de Pernambuco*, também procurou preservar a mesma imagem de bom profissional. Portanto, afirmo que o favorecimento público de certos sócios também esteve baseado em critérios técnicos, mesmo que as relações pessoais fossem fundamentais para garantir serviços em mercado mais livre.

Para concluirmos este capítulo, é interessante confrontarmos o que foi analisado até aqui com um artigo publicado no jornal *A Ordem* de 11 de julho de 1865. O periódico

²⁸⁰ Idem, fl. 76.

²⁸¹ Idem, fls. 58 e 198.

²⁸² Idem, fls. 254, 274 e 394.

²⁸³ Idem, fl. 295. O Barão do Livramento foi um dos maiores empreiteiros e empresários de Pernambuco. Em outros capítulos, aprofundaremos as relações entre o nobre e os artífices da Sociedade.

²⁸⁴ Idem, fl. 294.

recifense afirmou, genericamente, que a maior competição por serviços desfavorecia o artífice nativo, pois os estrangeiros tinham poder financeiro para ganhar arrematações e “matar de fome quem sobrevivia dos trabalhos que eram oferecidos pelos arsenais, hospitais etc”²⁸⁶. Na ótica do articulista, portanto, “se se lança as vistas para a classe dos artistas brasileiros, vê-se um quadro pungente e assustador”²⁸⁷. Tudo indica que a folha absolutizou algo que era relativo. Pernambucanos como Cousseiro, João dos Santos e Anjos Paula tinham força política, recursos financeiros e “aperfeiçoamento” suficientes para competir por trabalho e empregar suas equipes. Portanto, como afirmei em outros capítulos, é necessário desnaturalizar a homogeneidade da categoria “artista mecânico”. Da mesma forma, é preciso matizar a problemática do “estrangeiro”. Por mais que a Sociedade nutrisse certas antipatias ao europeu, a entrada de Ramph no grupo de artífices permitiu que muitos sócios fossem empregados em suas empreitadas²⁸⁸.

O mestre de obras alemão precisava contratar bons trabalhadores para manter a qualidade de seus serviços, algo que a entidade artística poderia oferecer. Nem sempre a contratação do oficial estrangeiro dava o retorno esperado. Como vimos em outros capítulos, muitos artífices vindos do *Velho Mundo* deixaram de corresponder às expectativas da “moralização”. Na década de 1860, este quadro também se reproduziu em alguns canteiros de obras e demais locais de trabalho. No relatório do Arsenal de Marinha de Pernambuco, elaborado em 8 de janeiro de 1863, quase todos os artífices belgas que haviam chegado da Europa em finais da década de 1850 foram taxados como “maus operários”²⁸⁹. Dos 17 imigrantes que aportaram no Recife, 14 foram acusados de pecar “pela sua pouca perícia e ainda por [serem] preguiçosos”²⁹⁰. Este tipo de julgamento ficou tão impregnado na memória social pernambucana, que Pereira da Costa registrou o termo

²⁸⁵ Idem, *ibidem*.

²⁸⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, *A Ordem*, 11/7/1865.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸⁸ No ano de 1862, por exemplo, encontramos o sócio e oficial de pedreiro Lourenço José de Santana nos serviços contratados pelo mestre de obras alemão. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 71v. No ano de sua matrícula na Sociedade, 1855, Lourenço José de Santana tinha 20 anos, era “preto”, solteiro, pernambucano e residia em Afogados. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 84-85.

²⁸⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha, AM-25, fls. 35 e 47.

²⁹⁰ Idem, fl. 57.

“belga” entre os *falares populares* mais corriqueiros de inícios do século XX. Segundo o memorialista, o indivíduo que fosse identificado daquele jeito era alguém “que não tem o que fazer, desocupado, ocioso, que anda enchendo as ruas de pernas”,²⁹¹.

Nos primeiros anos da década de 1860, portanto, parece claro ter existido uma boa expectativa de emprego para um mestre de ofício pernambucano (e suas respectivas equipes) que operasse com perícia técnica, tivesse recursos financeiros para competir (ou confiabilidade para acordar com algum fiador), soubesse brigar por direitos próprios (fundados nos costumes corporativos) e possuísse lastro institucional para construir uma forte economia de favores. Em meio aos discursos que falavam do favorecimento do estrangeiro, da liberdade de indústria, do “espírito de empresa” e da penúria do trabalhador nacional, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” construiu estratégias clientelísticas eficientes para que seus membros pudessem sobreviver às mudanças no/do mercado das edificações sem prescindir de seus costumes e valores mais tradicionais.

²⁹¹ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Vocabulário Pernambucano*, 2ª edição, Recife, Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1976, p. 94.

Capítulo 4

Abalos na obra institucional.

4.1. Os fluxos e refluxos entre a associação e a irmandade.

De meados da década de 1860 até o primeiro ano da seguinte, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” conheceu uma crise institucional profunda e sem precedentes. Os registros produzidos pelos sócios indicam que o grupo de artífices experimentou vários contratempos em suas mais diversas atividades pedagógicas e administrativas. Em determinados momentos desse período, a associação somente sobreviveu aos solavancos cotidianos graças ao prestígio acumulado em mais de vinte anos de serviços prestados à indústria pernambucana. Para entender as dimensões dessa crise, é imperativo retroagir no tempo e observar alguns processos concorrentes àqueles que estudamos até aqui, esmiuçando os fluxos e refluxos do (in)tenso relacionamento entre a Sociedade e a Irmandade de São José do Ribamar. Esta é a chave para acompanhar a dialética que engendrou o evento que constituiu um dos mais importantes divisores de águas do empreendimento idealizado por José Vicente Ferreira Barros.

Os três primeiros capítulos do trabalho mostraram como o processo de montagem da entidade artística, ocorrido em finais da década de 1830, foi tributário de múltiplas experiências. Uma de suas mais significativas heranças culturais foi o legado da Irmandade de São José do Ribamar. Na segunda metade dos setecentos, esta confraria tornara-se embandeirada e desfrutara de todas as prerrogativas de uma corporação de ofício. Dentre elas, estava o monopólio sobre o exercício e a aprendizagem das artes de carpinteiro, pedreiro, tanoeiro e marceneiro. Com o fim dos antigos privilégios, a partir da Constituição de 1824, alguns de seus irmãos, todos mestres carpinteiros, entenderam que era necessário reelaborar seus costumes comuns dialogando com os valores dos “novos tempos”. Eles

construíram sínteses entre suas velhas práticas sócio-profissionais e algumas idéias vinculadas ao “Progresso” e à “Civilização” para criarem uma organização com características mais “modernas”. Para estes pernambucanos, homens livres e de pele escura, esta foi uma boa alternativa para competir por serviços na cidade do Recife e até mesmo lutar pela cidadania.

Em meio às tensões ideológicas da primeira metade do oitocentos (que preconizavam o “atraso” das práticas corporativas e o “progresso” dos projetos associativos), os pioneiros e fundadores da então “Sociedade das Artes Mecânicas” compreendiam o novo grupo como uma instância co-operativa à Irmandade de São José do Ribamar. Ou seja, inexistia no imaginário dos primeiros sócios uma perspectiva teleológica de “substituição” entre Irmandade e Sociedade. Muitos daqueles peritos ocupavam lugares de poder nas duas entidades pernambucanas, o que inclusive facilitou, na década de 1840, o abrigo da associação no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Ao mesmo tempo, as duas entidades eram autônomas e cada uma delas tinha seu próprio perfil identitário, institucional, político, burocrático, administrativo e regulamentar. Além disto, nem todos os sócios foram confrades e vice-versa. Portanto, parece evidente que, no Templo, o ideal co-operativo precisava competir com uma plêiade mais ampla de relações entre aqueles homens.

As tensões que envolveram o consórcio ganharam ressonância a partir da década de 1850, quando a rebatizada “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” conquistou projeção pública na cidade do Recife. O sucesso do grupo idealizado por José Vicente Ferreira Barros feria os interesses de alguns irmãos de São José do Ribamar, especialmente daqueles que não possuíam vínculos com o Consistório Leste. Em 9 de setembro de 1852, a Sociedade realizou uma sessão extraordinária para discutir alguns problemas. Um deles envolveu o mestre carpina Luciano Magalhães Ribeiro¹. O artífice se tornou sócio em 1847 e seus registros indicam que tinha 32 anos, era pardo, casado e residente à rua do Rosário (em Santo Antonio)². A Casa estava muito incomodada porque o perito das chamadas “artes úteis” vinha sendo constantemente ofendido por Lino Joaquim de Santa Anna,

¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 13v.

² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 84-85.

Tesoureiro da Irmandade de São José do Ribamar³. É importante destacar que o cruzamento das fontes indicou que este confrade não era membro da Sociedade.

Além de membro da “Sociedade das Artes Mecânicos e Liberais”, Luciano Magalhães Ribeiro também era irmão de São José do Ribamar. O mestre carpina estava sendo acusado de roubar o patrimônio da confraria, o que teria ocorrido quando ocupou uma das cadeiras deliberativas da Mesa Regedora⁴. Nesta instância de poder, encontramos Ribeiro efetuando pagamentos em maio e agosto de 1852, o que permite que deduzamos que Santa Anna o sucedeu na Tesouraria da confraria e reprovou suas contas⁵. No transcorrer da reunião do dia 9 de setembro, os sócios contestaram com veemência o suposto desvio de conduta atribuído a Ribeiro quando mesário da Irmandade. Na perspectiva da Sociedade, o depoimento de Lino Joaquim de Santa Anna era mentiroso e jamais deveria “ficar impune”, pois “claro está que é uma infâmia”⁶. Em última instância, os mandatários da associação acreditavam que o objetivo do Tesoureiro da confraria era “ofender a benevolência da Sociedade na pessoa de um sócio”⁷. Como analisamos em outros capítulos, seria muito negativo para a o grupo de artífices que sua imagem fosse manchada em princípios da década de 1850, pois sua estratégia de reconhecimento público (que passava por valores como honradez e honestidade) ganhava ressonância entre as elites letradas e proprietárias pernambucanas.

Para ajudar o consócio Luciano Magalhães Ribeiro a comprovar sua inocência e manter o bom conceito da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, foi sugerido que os gestores pensassem com “madureza” em alguma forma de responder à injúria⁸. A diretoria da associação convocou três comissários para solicitar os balanços confraternais que foram elaborados por Ribeiro. O que fosse auditado seria apresentado “à Mesa Geral da

³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 13v.

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maço 1852.

⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 13v.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ Idem, *ibidem*.

Irmandade de S. José”⁹. Na seqüência, existiu um profundo silêncio sobre os trabalhos da comissão responsável pela análise daquela contas. Da mesma forma, nada foi tratado sobre os possíveis resultados dos exames contábeis. Entretanto, pouco menos de um ano após a visceral defesa do sócio ofendido, seu nome foi incluído em uma lista de exclusões produzida pela própria entidade artística. Como vimos, o rol foi apresentado ao corpo social em 19 de junho de 1853, sob o pretexto de riscar do Livro de Matrículas os sócios omissos com seus deveres¹⁰. É verossímil que o corte do perito também possa dialogar com a comprovação de seus desfalques no patrimônio da confraria, porém faltam elementos mais substanciais para sustentar esta hipótese. Até mesmo as próprias fontes produzidas pelos irmãos de São José nada trataram sobre a acusação feita contra o ex-Tesoureiro.

Fosse o mestre carpina culpado ou inocente da séria falcatrua de que era acusado, parece que os sócios tinham bons motivos para afirmar que o caso estava sendo utilizado por Santa Anna como pretexto para atingir a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Duas justificativas sustentam esta afirmativa. A primeira delas está ligada às questões burocrático-administrativas que envolviam os afazeres cotidianos das duas organizações estabelecidas na cidade do Recife. Os furtos atribuídos a Ribeiro teriam sido realizados quando o artífice estava investido do cargo de Tesoureiro da Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar. Como inexistiam vinculações mais concretas que imputassem à entidade artística qualquer responsabilidade jurídica sobre o pretense roubo, lembrar que o “ladroão” pertencia à Sociedade tinha uma profunda conotação política. A outra justificativa está fundamentada no fato de Santa Anna nutrir fortes antipatias contra a associação idealizada por José Vicente Ferreira Barros, algo que talvez seja explicado pela ausência de seu nome no Livro de Matrículas do grupo de artífices.

Os rancores do Tesoureiro da Irmandade de São José do Ribamar ficaram evidentes durante a própria sessão extraordinária de 9 de setembro de 1852. No calor dos debates, um dos mestres pedreiros pediu a palavra ao Diretor da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Durante seu aparte, o Primeiro Secretário Francisco José Gomes de Santa Rosa

⁹ Idem, fl. 14v. Comparada com a Mesa Regedora, a Mesa Geral era uma assembléia deliberativa de caráter extraordinário. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”.

afirmou que o “dito Lino de que se fala” teria chamado sua atenção pouco antes do início do encontro excepcional, enquanto entrava na sede da entidade artística¹¹. Segundo Santa Rosa, que também era destacado confrade, Lino Joaquim de Santa Anna havia lhe informado com certo desdém que na “semana vindoura parariam os trabalhos da Sociedade”¹². O motivo alegado para a medida de urgência foi o adoecimento do Sacristão, que, para se recuperar, deixaria “por dez dias [...] a Igreja fechada”¹³. Santa Rosa tentou argumentar com Santa Anna sobre algumas alternativas para o funcionamento do Consistório Leste. Contudo, provocativo, o Tesoureiro da confraria teria dito ao Primeiro Secretário da associação que se as portas do Templo devotado ao Santo Patriarca ficariam fechadas até mesmo para as missas, “quanto mais para a Sociedade funcionar”¹⁴.

Em seu aparte, Santa Rosa confidenciou estar apreensivo com o iminente fechamento temporário da Igreja de São José do Ribamar, o que atrapalharia tanto a vida administrativa da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, quanto a boa fluidez e constância de suas aulas noturnas. Considerando a emergência da situação, o Primeiro Secretário pediu que também fosse incluída na ordem do dia da sessão extraordinária a seguinte proposta:

“Requeiro que vá uma Comissão ao Juiz da Irmandade de S. José a fim de que ele convoque uma Mesa Geral para domingo 12 do corrente, e no caso que ele não anua [sobre a abertura do Templo] recorrer-se ao Juiz de Capelas para assim ordenar, devendo ser os Membros desta Comissão Irmãos da Irmandade de S. José e nesta ocasião a Sociedade pedirá o que lhe convier”¹⁵.

Podemos afirmar que Santa Rosa foi muito audaz quando formulou seu projeto para assegurar o funcionamento da Sociedade no Consistório Leste da Igreja. Em meio à crise, somente os sócios que também eram confrades poderiam dirimir os conflitos testemunhados no segundo semestre de 1852. Caso falhasse este último recurso conciliatório, o litígio entre as organizações seria inevitável. Portanto, apesar de os

¹⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 37-38.

¹¹ Idem, fl. 13v.

¹² Idem, fl. 14.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ Idem, ibidem.

associados que eram irmãos encararem ambas as entidades como instâncias co-operativas, também estavam prontos a considerá-las autônomas e exigir os direitos de cada uma. Em seguida à fala do mestre pedreiro e Primeiro Secretário da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, o Diretor João dos Santos Ferreira Barros entendeu a relevância de suas ponderações e colocou a proposta na pauta do dia. Assim que o projeto de Santa Rosa foi votado e plenamente aprovado, o representante maior da Mesa Diretora escolheu três artífices para elaborar o documento que seria encaminhado à Mesa Geral da Irmandade. As fontes disponíveis não revelam o desenrolar do caso e nem dão pistas sobre a abertura ou o fechamento do edifício religioso durante a convalescença do funcionário da confraria.

O segundo problema que exigiu o encontro de 9 de setembro, por sua vez, demonstrou que Santa Anna também tinha outros companheiros de Mesa Regedora bastante incomodados com a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Poucos dias antes da sessão extraordinária, os vogais haviam indeferido um requerimento em que os sócios requisitavam mais espaços físicos e simbólicos na Igreja de São José do Ribamar¹⁶. O argumento que fundamentou o pedido foi o aumento das atividades administrativas e pedagógicas da entidade artística, advindas tanto das reformas estatutárias de 1851, quanto do recrudescimento de suas políticas de clientela. Ao cotejarmos os papéis produzidos pelos sócios com outros de natureza diversa, percebemos que, assim como Santa Anna, a maior parte dos confrades que ocupou cargos confraternais em 1852 era estranha à Sociedade¹⁷. Nesta conjuntura, por causa da pouca influência dos associados na mais alta esfera de poder da entidade leiga, concluímos que o veto compôs uma ampla articulação política que procurou atrapalhar o “progresso” da associação pernambucana.

¹⁵ Idem, fl. 14v.

¹⁶ Idem, fls. 13v-14.

¹⁷ Em importante almanaque publicado em 1852, o irmão Manoel Joaquim dos Prazeres surgiu como Juiz. O lugar de Escrivão era ocupado por Domingos Soares. Simplício Coelho de Mello apareceu nas funções de Tesoureiro. O periódico desconsiderou o cargo de Procurador Geral. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1852*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1851, p. 217. Em 4 de outubro, Antonio Soares Rosa também surgiu como Juiz da Irmandade de São José do Ribamar (em recibo assinado por um dos fornecedores da confraria). Em 24 de dezembro, o Tesoureiro Felix de Santa Rosa realizou pagamentos de materiais utilizados em recente procissão. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maço 1852. Percebemos que existiu grande rotatividade de confrades nos cargos da Irmandade de São José do Ribamar, o que talvez indique certa instabilidade política no exercício de 1852.

Realizados os debates sobre o indeferimento, o Diretor João dos Santos determinou que o pedido anteriormente endereçado à Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar fosse reencaminhado. Pela segunda vez, o corpo social solicitou uma “licença para [os sócios] transitarem pelo corredor baixo do lado do Evangelho, botando ferragens na porta da rua, e [ministrarem] uma aula no corredor alto do mesmo lado”¹⁸. A queda de braço foi vencida pela associação. No dia 19 de setembro, o representante maior da Mesa Diretora mandou que fossem feitas as adaptações necessárias no edifício religioso, o que significou para os sócios a conquista de total independência de circulação na Igreja. Entre outras possibilidades interpretativas, esta vitória do grupo de artífices pode ter sido fruto da interferência direta das autoridades públicas que a protegiam. Independente da comprovação dessa hipótese, é fato que os associados conseguiram impor suas demandas na Igreja de São José do Ribamar. Com isto, percebemos que a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” começou a reproduzir naquele espaço a mesma projeção que começava a experimentar no Recife.

Conhecidos os problemas debatidos em 9 de setembro, o *Liberal Pernambucano* de 7 de outubro de 1852 contestou todos os argumentos que faziam parecer que a Irmandade perseguia a Sociedade. Logo em suas primeiras linhas, uma carta anônima publicada nos “Avisos Diversos” meditava sobre os sentidos divinos da tolerância. O texto afirmava que, em situações extremas, a “paciência humana” precisava do “concurso de uma força superior” para alargar seus “limites naturais”¹⁹. O preâmbulo era uma metáfora para demonstrar o profundo desgaste de setores da Irmandade de São José do Ribamar com a “sociedade dos artistas”, que vinha testando a temperança de seus anfitriões. O autor da missiva queria que os recifenses soubessem que foi “de boa mente” que confraria abriu as portas de sua Igreja para a Sociedade. Contudo, ao invés de o grupo de artífices retribuir a benesse, “tem-se visto o caso insólito de querer impor suas vontades caprichosas”. É factível que o texto fosse escrito por algum componente da Mesa Regedora e fizesse referências ao episódio do remanejamento espacial, cujo desfecho era inaceitável para quem entendia a associação como algo menos importante que a centenária confraria.

¹⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 13v-14.

¹⁹ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Liberal Pernambucano*, 7/10/1852. As citações que se seguem referem-se a esta fonte.

Sutilmente ameaçador, o texto publicado no *Liberal Pernambucano* lembrou que a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” estava instalada no Templo devotado ao Santo Patriarca por causa de uma “concessão oficiosa”. A informação de que os sócios estavam ocupando de maneira informal o edifício religioso parecia procedente. Era bastante incomum encontrarmos entidades de caráter laico em igrejas católicas. No Recife oitocentista, somente localizamos a “Sociedade Arte e Amizade dos Marceneiros” no Consistório da Igreja do Paraíso²⁰. Fundada em 29 de junho de 1859, seus objetivos eram “o desenvolvimento da arte da marcenaria, o bem estar dos sócios, a beneficência mútua e recíproca entre eles e a proteção de suas famílias”²¹. Geralmente, as irmandades que possuíam igrejas próprias concediam seus altares e consistórios para as congêneres mais pobres, como uma forma de caridade. No caso da Irmandade de São José do Ribamar, desde a década de 1850, sua Igreja protegeu as confrarias de Nossa Senhora do Bom Parto e do Senhor Bom Jesus dos Aflitos.

O autor anônimo daquele texto também propôs medidas mais incisivas para alquebrar a “onipotência” da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, sempre pronta para se meter em assuntos “que não lhe competia”²². Para ilustrar a pretensa arrogância da entidade artística, ele mencionava uma recente reunião confraternal que investigou um de seus ex-mesários, suspeito de “desvio de suas obrigações”. Segundo a carta publicada, como o acusado pela improbidade administrativa era sócio, seus colegas de associação ficaram ofendidos com o interrogatório. Como podemos notar, o texto faz clara referência ao caso que envolveu o ex-Tesoureiro Ribeiro. No auge da revolta, alguns artífices teriam invadido de “modo frenético as sessões da Irmandade com o especioso pretexto de defender o seu consócio acusado”. Por causa de insubordinações como esta, o autor anônimo queria que a organização leiga se aproveitasse dos últimos acontecimentos para cortar “pela raiz essa planta parasita que a pretende assombrar”. De forma contumaz, o texto publicado nos “Avisos Diversos” defendeu a expulsão da Sociedade da Igreja de São José do Ribamar.

²⁰ Recordemos que este Templo hospedou a Irmandade de São José do Ribamar no século XVIII. Isto posto, não foi possível saber se “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” e “Sociedade Arte e Amizade dos Marceneiros” eram rivais.

²¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o anno de 1860*, p. 213. Referimo-nos à Sociedade Arte e Amizade dos Marceneiros em outros momentos da tese.

²² Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Liberal Pernambucano*, 7/10/1852. As citações que se seguem referem-se a esta fonte.

As versões, narrativas e acontecimentos relativos ao ano de 1852 revelam o sectarismo que envolveu as intensas disputas entre a Sociedade e setores da Irmandade. Outra prova contundente dos partidarismos entre ambos os grupos foi a escolha do *Liberal Pernambucano* como veículo das queixas contra a associação. A folha era um órgão da Sociedade Liberal Pernambucana²³. Segundo *O Echo Pernambucano*, esta entidade utilizava seu próprio jornal para brigar com os conservadores, representados pelo *A União*²⁴. É muito interessante perceber que dois redatores deste último periódico foram José Bento da Cunha Figueiredo e Antonio Rangel de Torres Bandeira²⁵: O primeiro colaborou com o grupo de artífices na década de 1850, quando Presidente da Província; o outro se tornaria Sócio Honorário logo no início da década seguinte. Por este motivo, parece coerente que os adversários da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” procurassem se aliar aos liberais. Esta também podia ser uma estratégia potencialmente mais eficaz para melindrar aqueles que ameaçavam o equilíbrio de forças na Igreja de São José do Ribamar.

Pouco mais de um ano após as brigas que chegaram ao conhecimento dos recifenses através da imprensa, os confrades mais resistentes à “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” perderam sua hegemonia na Irmandade de São José do Ribamar. Isto pode ser percebido na composição da Mesa Regedora responsável pelo exercício de 1853. Das quatro mais importantes funções da principal instância de poder confraternal, duas foram preenchidas por irmãos que eram sócios. Apresentado oportunamente, Francisco Manoel Beranger era o Tesoureiro, enquanto Simão de Souza Monteiro prestava serviços como Escrivão²⁶. Associado em 1852, o mestre pedreiro tinha 27 anos, era pardo, casado,

²³ A Sociedade Liberal Pernambucana foi um núcleo que procurou reorganizar os liberais, depois da desarticulação de seu Partido após a Praieira. Em sua primeira fase, uma de suas bandeiras foi o combate à constituição outorgada de 1824. Suzana Cavani Rosas, “Ação, Reação e Transação: a Sociedade Liberal Pernambucana (1851-1861)”, *Clio*, (1998), número 17, p.159.

²⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “A União e o Liberal Pernambucano”, *O Echo Pernambucano*, 18/4/1854. De certa forma, as brigas entre *Liberal Pernambucano* e *A União* foram ecos das disputas ideológicas que ocorreram na imprensa político-partidária durante o movimento praieiro. Izabel Andrade Marson, *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*, São Paulo, Editora Moderna, 1980.

²⁵ Luiz do Nascimento, *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, volume 2, Recife, Editora Universitária UFPE, 1966.

²⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fls. 75, 78 e 78v.

pernambucano e residia na rua do Rangel (em Santo Antonio)²⁷. Por sua vez, os lugares de Juiz e Procurador Geral foram exercidos, respectivamente, por Bento Soares de Aragão e Manoel Francisco Aleixo da Trindade²⁸. É importante frisar que nenhum destes confrades foi encontrado nos livros de registros da associação. Contudo, suas estratégias políticas estiveram relativa e conjunturalmente alinhadas às dos outros mesários.

Prova do diálogo entre os quatro mais influentes representantes da Mesa Regedora foi seu desejo de promover a completa “modernização” da Irmandade de São José do Ribamar. Para que atingissem tal objetivo, era imperativo que o Compromisso de 1838 fosse revisto. Do ponto-de-vista dos valores ideológicos relativos ao “Progresso”, muitos dispositivos daquela constituição confraternal ainda reproduziam aspectos mais familiares ao “atraso” corporativo. Para iniciar o processo de “aperfeiçoamento” institucional da organização leiga, os vogais escolheram cinco membros da Irmandade para compor a Comissão de Reforma do Compromisso. Em 27 de novembro de 1853, todos os indicados receberam a devida chancela para assumir suas funções extraordinárias. Entre os comissários que haviam sido empossados, encontramos três mestres das “artes úteis” que eram muito atuantes na “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Foram eles Francisco José Gomes de Santa Rosa, João dos Santos Ferreira Barros e José Vicente Ferreira Barros Junior²⁹. Sem dúvida, este é um forte indício de que a bem sucedida Sociedade ganhou *status* de modelo para as mudanças confraternais.

No longo processo de revisão do Compromisso de 1838, a experiência associativa dos peritos foi determinante para reorientar a trajetória da Irmandade. No dia 15 de agosto de 1856, por exemplo, João dos Santos encaminhou um requerimento à Mesa Regedora³⁰. É preciso destacar que além de oferecer a petição como comissário, o mestre de ofício também exercia o cargo confraternal de Escrivão³¹. Isto posto, o documento pretendia que fossem revogados dois capítulos do Compromisso de 1838, considerados prejudiciais para

²⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 140-141.

²⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fls. 75, 78 e 78v.

²⁹ Idem, fl. 78.

³⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 10v.

³¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1856*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1855, p. 247.

“a marcha progressiva” da Irmandade³². O primeiro deles concedia privilégios de voto e elegibilidade somente para os irmãos que fossem carpinas, pedreiros, marceneiros e tanoeiros, o que tirava dos demais “toda a influência”³³. O outro exigia a alternância dos quatro ofícios fundadores nos principais lugares da Mesa Regedora, o que impedia que “irmãos de uma mesma arte” se reelegessem no mesmo cargo “em anos sucessivos”³⁴. Estes e outros dispositivos foram identificados e analisados no início da tese. Por fim, João dos Santos ainda propôs que a Igreja do Santo Patriarca fosse doravante “propriedade exclusiva de todos os Artistas”³⁵.

Logo após o comissário e Escrivão oferecer suas propostas de mudança regulamentar à Mesa Regedora, os demais vogais confirmaram a relevância dos temas apresentados. Note-se que Juiz, Tesoureiro e Procurador Geral não eram sócios, o que permite observarmos a continuidade de uma política mais conciliatória entre os dois grupos pernambucanos³⁶. Tendo sido o requerimento oficialmente aceito pela Casa, o corpo confraternal iniciou os debates sobre os privilégios de votar e ser votado, usufruídos de forma exclusiva pelos mestres das quatro artes mecânicas que fundaram a Irmandade de São José do Ribamar. Depois de finalizadas as ponderações e encerrado o confronto de idéias, os mesários realizaram um rápido processo eleitoral para definir o posicionamento institucional no tocante a matéria. Contabilizados os votos, os membros da confraria entenderam que a sobrevivência da entidade leiga realmente dependia da mais ampla representatividade política de todos os seus membros³⁷. Pelo menos do ponto-de-vista

³² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 10v.

³³ Idem, ibidem.

³⁴ Idem, ibidem.

³⁵ Idem, ibidem.

³⁶ Em 1856, João das Virgens Motta era o Juiz, enquanto Francisco das Chagas Oliveira ocupava a Tesouraria. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1856*, p. 247. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 3v e 4v. O Procurador Geral é de mais difícil identificação, pois as fontes deixaram dúvidas se o titular era Francisco João Honorato Serra Grande ou Joaquim José de Santa Anna. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 4v.

³⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 10v.

formal, podemos deduzir que este foi primeiro passo para que o Templo dedicado ao Santo Patriarca se tornasse a casa de todos os artistas.

Quadro 8

Eleições para a Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar

	JUIZ	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	PROCURADOR GERAL
Exercício de 1857	Francisco José Gomes de Santa Rosa	Lucas Evangelista Soares de Brito	Antonio do Espírito Santo	Francisco José de Paula Carneiro
Exercício de 1858	Marciano Martins da Trindade	Domingos José Ribeiro de Gouveia	Miguel Francisco Marinho	?
Exercício de 1859	Marciano Martins da Trindade	Domingos José Ribeiro de Gouveia	Miguel Francisco Marinho	?
Exercício de 1860	Antonio Teixeira dos Santos	Manoel dos Anjos Torres	Manoel Ferreira da Silva	Francisco das Chagas Oliveira
Exercício de 1861	João dos Santos Ferreira Barros	Lucas Evangelista Soares de Brito	João Baptista de Albuquerque	Joaquim Lopes Pereira Guimarães
Exercício de 1862	João dos Santos Ferreira Barros	Manoel Pereira de Hollanda	João Baptista de Albuquerque	Joaquim Lopes Pereira Guimarães
Exercício de 1863	Manoel Pereira de Hollanda	Felippe de Arruda Câmara	Manoel do Carmo Ribeiro	João dos Santos Ferreira Barros

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 3v, 4v, 10v, 14v, 25v, 32, 34, 35v-37, 40v-41. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1857*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1856, p. 219. *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1858*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1857, p. 223. Observações: Os nomes dos irmãos que eram sócios aparecem em negrito. Lucas Evangelista Soares de Brito foi um confrade que havia sido membro da associação. Em 1853, seu nome surgiu no rol de exclusões que foi produzido pela Mesa Diretora. O documento foi citado em outros capítulos.

As fontes confraternais nada relataram sobre os debates relativos ao fim do rodízio anual de carpinas, pedreiros, tanoeiros e marceneiros nas cadeiras de Juiz, Escrivão, Tesoureiro e Procurador Geral. Contudo, o Quadro 8 permite que confirmemos o aceite da segunda proposta de João dos Santos, pois existiram diversas reeleições a partir do exercício de 1859³⁸. Precisamente sobre este ano, pelo menos três dos quatro mais

³⁸ Por mais que existam dificuldades para precisar a data em que o novo Compromisso da Irmandade de São José do Ribamar passou a vigorar, é provável que o documento tenha sido aprovado pelas autoridades civis e eclesiásticas pernambucanas entre os anos de 1856 e 1859. No primeiro marco temporal, vimos que João dos

importantes vogais da Irmandade de São José do Ribamar foram reempoados em seus respectivos cargos. Dentre eles, destacamos que o Tesoureiro era membro da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. Apesar de os livros de registros da entidade artística possuírem dados poucos precisos sobre o perfil sócio-profissional de Miguel Francisco Marinho, encontramos-lo efetuando os pagamentos de suas mensalidades desde janeiro de 1857³⁹. Recordemos ainda que o confrade que reocupou o lugar de Escrivão havia sido sócio até 1853, quando seu nome foi incluído em uma listagem de artífices eliminados por falta de comprometimento com a entidade artística⁴⁰. No final da década de 1850, Gouveia talvez ainda alimentasse certos ressentimentos contra a associação.

O Quadro 8 também permite que verifiquemos outras três reeleições em princípios da década de 1860. Dentre os vogais que foram reempoados no exercício de 1862, dois eram sócios. Um deles foi o sempre visível e articulado João dos Santos. Como podemos verificar naquela tabulação, o perito das “artes úteis” conseguiu reconquistar o principal cargo da Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar. É bastante provável que sua repetida vitória no posto de Juiz fosse uma espécie de reconhecimento político-eleitoral, fruto de seus significativos trabalhos como membro da Comissão de Revisão do Compromisso de 1838. Por sua vez, o mestre pedreiro Joaquim Lopes Pereira Guimarães também foi reeleito para a Procuradoria Geral. O perfil deste artífice pernambucano já foi analisado oportunamente. Notamos ainda que João Baptista de Albuquerque reocupou o posto de Tesoureiro. Entretanto, os diversos registros da “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” revelam que o principal responsável pelos cofres da confraria esteve completamente desvinculado das rotinas institucionais da entidade artística.

Atentos aos dados que compõem o Quadro 8, ainda encontramos subsídios para iniciar uma análise sobre os complexos desdobramentos políticos advindos da “modernização” do Compromisso de 1838. Na medida em que lançamos nosso olhar aos exercícios confraternais de 1862 e 1863, observamos que a maior parte das cadeiras deliberativas da Mesa Regedora foi ocupada por irmãos que eram sócios. Desde princípios da década de 1850, foi a primeira vez que a principal instância de poder da confraria

Santos Ferreira Barros ainda propunha mudanças no documento. No outro, a reeleição já era uma prática observável.

³⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Mensalidades dos Sócios, 1841-1859, fls. 29, 34-36.

⁴⁰ Conhecemo-lo em outros capítulos como Domingos José Ribeiro Gouvim.

registrou tal perfil administrativo. Considerando os fluxos e refluxos do (in)tenso relacionamento entre Sociedade e Irmandade de São José do Ribamar, parece evidente que os irmãos vinculados à entidade artística conseguiram capitalizar expressivos dividendos eleitorais com o recente “aperfeiçoamento” do grupo leigo. Neste sentido, mais uma vez é preciso sublinhar o senso de oportunidade e o protagonismo de João dos Santos Ferreira Barros. Além de ocupar o juizado nos anos de 1861 e 1862, o que sacramentou seu fortalecimento político na confraria devotada ao Santo Patriarca, encontramos-lo na Procuradoria Geral em 1863.

A composição das Mesas Regedoras de princípios da década de 1860 indica ainda que João dos Santos conquistou na confraria o mesmo tipo de comando que vinha exercendo na Sociedade. É relevante sublinhar que a ascensão do mestre de ofício ao mais importante cargo da Irmandade foi concorrente a outro evento registrado em setembro de 1862. Recordemos que João dos Santos havia sido eleito pelos sócios (e confirmado pelo Presidente da Província de Pernambuco) para ocupar o posto de Diretor da rebatizada “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. É possível concluir que a Igreja de São José do Ribamar testemunhou uma extraordinária concentração de poder no período em foco, o que permitiu que o perito das “artes úteis” tivesse muita autoridade. O filho de José Vicente Ferreira Barros sabia da importância político-estratégica de sua hegemonia no Templo devotado ao Santo Patriarca. Prova disto é que seu juizado fez convenientes “votos ao Céu para que em ambas as corporações [Sociedade e Irmandade] rein[asse] uma harmonia infinita”⁴¹. Entre outras vantagens, tal concórdia poderia garantir aos sócios a continuidade do privilégio espacial desfrutado desde 1852.

Podemos supor que o projeto político de João dos Santos fosse de encontro às expectativas de muitos irmãos sem vínculos com a Sociedade. É verossímil que os confrades que estavam alijados do poder confraternal entendessem o discurso de “harmonia infinita” como uma forma de perpetuação do mais recente desequilíbrio de forças ocorrido no Templo devotado ao Santo Patriarca. Para aqueles leigos, o maior perigo do duplo comando de João dos Santos estaria em seu profundo comprometimento com o legado associativo de seu pai. Por causa desta identificação, a Irmandade de São José do Ribamar

⁴¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 34v.

poderia ser subalternizada e utilizada como instrumento de manobra para viabilizar os objetivos institucionais da Sociedade. Em outras palavras, o desejo por “harmonia infinita” tinha potencial suficiente para inverter as tradicionais hierarquias que ordenavam os grupos instalados no edifício religioso. Caso a confraria fosse efetivamente escanteada pela associação, mais uma vez o ideal co-operativo dos primeiros anos estaria ameaçado pelos (in)tenso fluxos e refluxos do relacionamento entre ambos os grupos pernambucanos.

Tendo em vista as análises realizadas em outros capítulos da tese, era efetiva a possibilidade de o projeto de “harmonia infinita” desconsiderar a precedência da confraria em sua própria casa. A Sociedade havia experimentado significativas mudanças identitárias em vinte anos de funcionamento. Uma boa parcela dos sócios mais antigos (que nutriam relações mais tradicionais com a Irmandade de São José do Ribamar) morreu ou saiu do grupo de artífices até 1860. Além disto, a entidade artística também conheceu um expressivo aumento do número de novos associados que não eram membros da organização devotada ao Santo Patriarca. O coroamento do paulatino enfraquecimento dos laços identitários entre Sociedade e Irmandade pode ser observado no Estatuto aprovado em 1862. Um dos dispositivos do regulamento que conduzia a vida institucional dos sócios decretou que Nossa Senhora do Amparo seria a Padroeira da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”⁴². Tal fato imputou aos membros da entidade artística considerável autonomia frente ao orago que, desde os setecentos, protegia a Irmandade e a Igreja de São José do Ribamar.

Os combates ao projeto hegemônico de João dos Santos e o medo de suas possíveis conseqüências ganharam visibilidade a partir de junho de 1863. As vozes contra a “harmonia infinita” tiveram maior ressonância quando o Juiz de Capelas desaprovou as contas do Tesoureiro Manoel do Carmo Ribeiro e resolveu remover a Mesa Regedora que era encabeçada por Manoel Pereira de Hollanda⁴³. A deliberação da autoridade municipal

⁴² Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*, Recife, Typographia d’A Província, 1891, pp. 12-13. O imaginário que envolve Nossa Senhora do Amparo remete o crente à idéia de auxílio. A Santa seria um bom ícone para as sociedades de socorros mútuos. Na Bahia da década de 1870, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (composta por artífices de pele escura) também teve como Padroeira “a Virgem do Amparo”. Julio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador, Ianamá, 1987, p. 50.

⁴³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 60v.

gerou uma profunda desordem administrativa na Irmandade de São José do Ribamar. Para tentar remediar os conflitos, o corpo confraternal entendeu ser preciso marcar uma nova eleição. A data escolhida para o evento foi 11 de outubro⁴⁴. Contudo, como o Templo vivia sob fortes animosidades, o pleito foi remarcado para o dia 29 de novembro. Neste dia, os irmãos também encontraram problemas corporativos para votar⁴⁵. Em 6 de março de 1864, os leigos conseguiram contornar algumas de suas diferenças e foram finalmente às urnas⁴⁶. Contudo, as fontes produzidas pela Irmandade indicam que o processo eleitoral foi iniciado à revelia das ordens governamentais. Tendo em vista a ilegalidade da convocação, a escolha dos novos vogais foi interrompida durante seu transcurso⁴⁷.

Alguns dias depois de sua última decisão, o Juiz Municipal de Resíduos e Capelas finalmente entendeu que era chegado o momento de a Irmandade de São José do Ribamar escolher seus novos mesários. Depois dos seguidos contratempos advindos com a queda do juizado de Manoel Pereira de Hollanda, o processo eleitoral ocorreu em 14 de março de 1864. Cruzando o resultado do pleito com outras fontes, percebemos que três das quatro mais importantes cadeiras deliberativas da Mesa Regedora foram ocupadas por irmãos sem vínculos com a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. O primeiro destes personagens foi José Antonio Soares Rosa, que havia sido eleito para o posto de Escrivão. Já vimos que este indivíduo foi um dos leigos que assumiu o juizado do conturbado exercício de 1852, ano em que alguns devotos do Santo Patriarca ofereceram fortes resistências aos anseios da entidade artística. A documentação indica ainda que o Tesoureiro escolhido pelo corpo confraternal foi Augusto José Teixeira. Por fim, João Bento da Cruz conquistou o direito de tomar posse das prerrogativas de Procurador Geral⁴⁸.

José Luiz do Paraíso conseguiu a maioria dos votos da Irmandade de São José do Ribamar para exercer a função de Juiz⁴⁹. No Livro de Matrículas da Sociedade, o nome do mestre pedreiro foi registrado em 1855, quando contava com 41 anos. O documento ainda informa que o pernambucano era referido como homem preto, solteiro e residente à rua dos

⁴⁴ Idem, fl. 45.

⁴⁵ Idem, fl. 45v.

⁴⁶ Idem, fl. 46v.

⁴⁷ Idem, fl. 47.

⁴⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 47v.

⁴⁹ Idem, ibidem.

Martírios (localizada na freguesia de São José)⁵⁰. Entretanto, existiu uma característica muito peculiar na história associativa de Paraíso: em nenhum momento encontramos-lo na Mesa Diretora ou em qualquer outra instância de poder do grupo de artífices. As fontes disponíveis somente permitem observar o perito das “artes úteis” nos bancos escolares da entidade artística: Paraíso foi estudante de primeiras letras nos anos letivos de 1858 e 1859⁵¹. Seu aproveitamento talvez tenha sido insatisfatório no biênio, possivelmente por causa do excesso de faltas. Em 1861, o mestre pedreiro solicitou aos mandatários da então “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” seu retorno aos estudos do *ABC*⁵².

Diferentemente de sua absoluta discrição no cotidiano institucional da Sociedade, podemos afirmar que Paraíso foi um pernambucano extremamente identificado com a vida política da Irmandade de São José do Ribamar. No início da década de 1850, o artista mecânico foi o Tesoureiro de sua Mesa Regedora. É curioso notar que ao receber certa quantia “para adjutório da Missa de Natal”, Paraíso pediu que José Vicente Ferreira Barros Junior assinasse o respectivo recibo por não “saber ler nem escrever”⁵³. O analfabetismo do vogal justifica sua posterior presença nas aulas noturnas ministradas pela associação. Sobre os exercícios de 1854 e 1860, existem registros de que o especialista foi o terceiro irmão mais votado para o cargo de Juiz⁵⁴. No pleito deste último ano, o mestre pedreiro ainda foi referido pelas atas da confraria como ex-Procurador⁵⁵. Em 1859, o membro da Irmandade também alcançou o mesmo terceiro lugar na disputa pela Procuradoria Geral⁵⁶. Por fim, em

⁵⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 44-45.

⁵¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 1-2. Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fl. 2v. No campo da instrução, José Luis do Paraíso também pretendia “aperfeiçoar” alguns de seus aprendizes. Em 1859, o mestre pedreiro conseguiu uma vaga na turma de alfabetização para Valeriano Raphael de Barros. O órfão tinha 9 anos, era pernambucano e foi referido como preto. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fl. 2. Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fl. 5v.

⁵² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 42v.

⁵³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maço 1852.

⁵⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fl. 81v. Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 32.

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶ Idem, fl. 25v.

1861, o persistente candidato às funções da Mesa Regedora conseguiu o segundo maior número de votos para o lugar de Tesoureiro⁵⁷.

A partir dos resultados do pleito de 1864, chegamos a uma importante conclusão. Os confrades insatisfeitos com o perfil social da Mesa Regedora deposta promoveram uma reviravolta política na Irmandade de São José do Ribamar. Para cimentar o alijamento deliberativo de João dos Santos e de seu projeto de “harmonia infinita”, Cruz, Rosa, Teixeira e Paraíso ainda foram reempossados no exercício de 1865⁵⁸. Insatisfeita com o papel secundário que lhe era imposta, a facção recentemente retirada do poder confraternal começou a combater frontalmente seus adversários. Por conta desta postura aguerrida, em 16 de junho de 1865 o Tesoureiro da Mesa Regedora censurou “a Sociedade pelos atos praticados por diversos membros da mesma”⁵⁹. Dentre as atitudes mais cotidianas reprovadas, os vogais denunciaram que a associação tentava atingir a confraria negando alguns favores e criando desordens no Templo devotado ao Santo Patriarca⁶⁰. No campo político, os mesários também reclamavam dos boatos de que “alguns sócios tentariam a suspensão da Mesa Regedora”⁶¹. Nesta tensa conjuntura, assim como em 1852, a Sociedade era acusada de “soberania absoluta”⁶².

Os rumores que inquietavam determinados setores da Irmandade de São José do Ribamar foram confirmados logo no dia 18 de junho de 1865. Nesta data, uma reunião confraternal de caráter ordinário foi abruptamente interrompida pelo “Escrivão do Juízo de Capelas”, que entregou aos irmãos um documento que havia sido expedido pelo “Ilmo. Sr. Dr. Juiz de Capelas e Resíduos”⁶³. A ordem da autoridade municipal determinava a suspensão imediata de todos os trabalhos da Mesa Regedora recentemente reeleita⁶⁴. Depois deste contragolpe desferido pelos partidários da “harmonia infinita”, a Irmandade de São José do Ribamar convocou outra sessão para o dia 24 de junho. Nos calor dos debates sobre os rumos da organização leiga, os confrades sem vínculos com a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” voltaram a criticar os “sócios que sendo nossos irmãos

⁵⁷ Idem, fls. 35v e 36.

⁵⁸ Idem, fl. 56v.

⁵⁹ Idem, fl. 57.

⁶⁰ Idem, ibidem.

⁶¹ Idem, ibidem.

⁶² Idem, ibidem.

⁶³ Idem, fl. 57v.

⁶⁴ Idem, ibidem.

se têm prestado como revoltosos”⁶⁵. Segundo o entendimento daquela primeira facção, a melhor medida para combater a impertinência de seus adversários era apelar aos “tribunais competentes” e “promover o despejo da [...] Sociedade pelo Juiz que competir”⁶⁶.

Assim como em 1852, o fantasma da expulsão rondava a Igreja de São José do Ribamar. Contudo, os adversários da “harmonia infinita” foram efetivamente à Justiça. Prova disto foi um encontro realizado pelos sócios na noite de 23 de setembro de 1865, na residência de João dos Santos Ferreira Barros⁶⁷. Segundo as atas do Conselho Administrativo da Sociedade, o Primeiro Diretor Adjunto residia na Praça da Boa Vista⁶⁸. O logradouro, também conhecido como Aterro da Boa Vista, estava localizado em freguesia homônima (que além de ser a mais residencial do Recife oitocentista, também comportava boa parcela das camadas médias urbanas)⁶⁹. Podemos destacar a centralidade do endereço de João dos Santos através de uma gravura de Luis Schlappriz, coincidentemente publicada na primeira metade da década de 1860. O olhar do estrangeiro permite observar a igreja matriz, alguns estabelecimentos comerciais e bom número de transeuntes. Tudo indica que as estratégias de mobilidade social do mestre de ofício tenham sido bem sucedidas, pois conseguiu trocar a rua da Assunção (localizada na freguesia mais pobre de São José) por outro lar em área mais nobre.

⁶⁵ Idem, fl. 58.

⁶⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 2v-3.

⁶⁸ Idem, ibidem.

⁶⁹ Raimundo Arrais, *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 231. Silvío Mendes Zancheti, *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*, São Paulo, USP, 1989, tese de doutorado em arquitetura e urbanismo, p. 149.



FIGURA 6 – Praça da Boa Vista (1858-1863), In: Gilberto Ferrez, *O Álbum de Luis Schlappriz: Memória de Pernambuco, álbum para os amigos das artes, 1863*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p. 43.

Quatorze sócios participaram da discreta sessão extraordinária, que foi presidida pelo próprio Primeiro Diretor Adjunto. João dos Santos havia substituído o titular da cadeira, pois seu estado de saúde estava bastante comprometido. Dentre os artífices que compareceram ao evento de caráter secreto, registramos, por exemplo, a presença de Antonio Basílio Ferreira Barros (que cumpria o papel de Primeiro Secretário Interino), Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga, Manoel Pereira de Hollanda e Rufino Manoel da Cruz Cousseiro. Iniciados os trabalhos deliberativos, o principal assunto que orientou a pauta de discussões da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” foi a delicada “questão da entrega da chave”⁷⁰. Os sócios procuravam (re)definir qual seria a postura coletiva mediante o processo de despejo movido por determinados setores da Irmandade de São José do Ribamar. Considerando a delicadeza do assunto, entendemos os motivos de o encontro associativo ocorrer na casa de João dos Santos. As chances de os adversários da

⁷⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 2v-3.

“harmonia infinita” tomarem ciência da trama era muito pequena, ainda mais quando os sócios fizeram a opção pela continuidade do confronto.

Pouco menos de um ano após os conflitos ocorridos em meados de 1865, os sócios foram definitivamente derrotados na queda-de-braço que travavam contra setores da Irmandade de São José do Ribamar. Depois de quase 25 anos de acolhimento no Templo devotado ao Santo Patriarca, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” foi despejada de seu tradicional endereço. Logo após a execução da ordem judicial, os confrades de São José enviaram um ofício à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Datado de 5 de abril de 1866, o documento informava que a destinatária poderia trasladar todos os seus pertences para o “consistório onde funcionava a Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, visto já se ter tirado os seus trastes para depósito público”⁷¹. Para apagar os indícios de que a associação havia funcionado nas dependências do edifício religioso, os novos ocupantes foram obrigados a “logo cair e [borrar] as pinturas que naquele consistório exist[ia] e fazer desaparecer imediatamente as ditas pinturas”⁷². Como podemos observar, havia um profundo desejo de esquecer a presença da Sociedade por parte da secular organização leiga.

⁷¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. fl. 63.

⁷² Idem, ibidem. No Jornal do Recife de 15 de julho de 1863, um artigo intitulado “Apreciável” descreveu o interior do Consistório Leste, que havia passado por recente reforma. No local existiam 16 quadros “representando os instrumentos das diferentes artes e ofícios” e outro com o fim do grupo: “prática de mútua e recíproca beneficência, exercício das virtudes sociais e religiosas”. Na porta de entrada, um pórtico trazia a inscrição “artistas e operários, entrai”. À direita do pórtico, havia “o emblema da classe dos sócios alunos (aprendizes de ofício) representado por duas mãos apertando-se, simbolizando a amizade que os deve ligar desde essa primeira quadra da vida artística; a segunda parte encerra o emblema da classe dos sócios magistrandos (oficiais de ofício) que é uma grinalda de flores de carvalho, simbolizando a firmeza que estes devem ter em executar o risco dos seus mestres de obra. À esquerda da porta de entrada contém a barra o emblema das artes, correspondente à classe dos sócios provectos (mestres aprovados na prática do ofício), e o emblema das ciências, relativo à classe dos sócios magistrals (mestres aprovados em matérias teóricas)”. No plano superior e à direita da cadeira do Diretor, havia uma outra barra com diversos dados. Entre eles, a data da instalação da Sociedade (“encerrada numa grinalda de dez rosas, contendo cada uma delas o nome de um dos sócios instaladores”), a data da visita do Imperador (“circulada [...] por um galho de cafeeiro e outra da planta que produz fumo”), a frase “ilustração e progresso das classes artísticas” e o emblema da religião, “simbolizando o Novo e Velho Testamento”. À esquerda da cadeira, estavam gravadas duas datas: da última reforma da Sociedade (“dentro de uma grinalda de rosas, contendo o nome dos reformadores e análoga a dos instaladores”) e da primeira aula noturna (“dentro de dois ramos da planta conhecida entre nós pelo nome de independência”). Naquele último espaço do Consistório Leste, ainda havia uma grande árvore “simbolizando a beneficência” e o ícone das virtudes religiosas. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Hemeroteca, “Apreciável”, *Jornal do Recife*, 15/7/1863. Como podemos inferir, as pinturas do Consistório Leste sintetizam e confirmam os ideais da Sociedade.

Em 4 de junho de 1866, a Mesa Geral da Irmandade de São José do Ribamar decidiu que também era preciso riscar alguns irmãos “revoltosos” do Livro de Matrículas⁷³. Tal medida completou o processo de ruptura entre confraria e “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Previsivelmente, o primeiro confrade arrolado na lista de cortes foi João dos Santos Ferreira Barros⁷⁴. Com ele, mais nove colegas foram expulsos por unanimidade. Na mesma sessão deliberativa, o “Dr. Provedor de Capelas Virgílio de Gusmão Coelho” e o “Escrivão de Capelas Galdino Temístocles Cabral de Vasconcelos” determinaram o restabelecimento da Mesa Regedora suspensa em junho de 1865. As autoridades recolocaram José Luiz do Paraíso no lugar de Juiz e José Antonio Soares Rosa no de Escrivão⁷⁵. Por sua vez, estes dois vogais reempossaram João Bento da Cruz na Procuradoria Geral e Augusto José Teixeira na Tesouraria⁷⁶. Assim, o retorno dos quatro irmãos às referidas cadeiras foi o resultado de um processo político que possibilitou tanto o expurgo dos confrades identificados com a política de “harmonia infinita”, quanto o despejo da Sociedade.

Para finalizarmos a seção, podemos afirmar que a “progressiva” caminhada da Sociedade foi diretamente acompanhada pelo desgaste de seu relacionamento com a confraria devotada ao Santo Patriarca. Na medida em que João dos Santos Ferreira Barros conseguia reproduzir na entidade leiga o mesmo poder que desfrutava no grupo de artífices, muitos irmãos temeram que a instituição secular fosse subalternizada em seu próprio Templo. Atentos aos combates que promoveram o despejo da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e a exclusão do nome de João dos Santos dos livros de registros da confraria, chegamos a duas importantes conclusões. A primeira delas ratifica que o mestre de obras e a entidade artística possuíam imagens indissociáveis. A outra é que a Irmandade de São José do Ribamar demonstrou profundo vigor político-institucional pelo menos até meados da década de 1860. Neste sentido, é preciso relativizar mais uma vez a perspectiva modelar de que as irmandades (que haviam sido corporações de ofício) sucumbiram à “Modernidade” e foram “substituídas” pelas mutualistas. No Recife, mesmo depois de

⁷³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 67.

⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁵ Idem, fl. 67v.

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

1866, ainda percebemos que muitos artífices que eram sócios continuaram a ser irmãos e vice-versa.

4.2. Tensões políticas e pedagógicas.

O despejo da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” foi um assunto de interesse público, por conta da projeção e visibilidade da instituição na vida cotidiana do Recife oitocentista. A decisão do recém empossado Juiz Municipal de Resíduos e Capelas repercutiu quase que imediatamente na Assembléia Legislativa de Pernambuco, que, desde a década de 1840, era a mais importante financiadora da entidade artística. Na sessão ordinária de 10 de março de 1866, o Deputado Provincial Paes de Andrade trouxe a problemática da expulsão para a pauta do dia dos debates legislativos. O parlamentar liberal requereu a seus pares que se nomeasse uma comissão para tratar exclusivamente do caso⁷⁷. Ela iria visitar o grupo de artífices, examinar seus trabalhos (administrativos e pedagógicos) e julgar a fidelidade dos sócios em relação ao Estatuto. Ao final do processo avaliativo, os comissários proporiam meios urgentes e eficazes para auxiliar a associação⁷⁸. É importante frisar que o requerimento foi prontamente apoiado pela Casa. A chancela foi motivada pela íntima relação institucional entre a Sociedade e a Assembléia Legislativa.

As conjunturas políticas pernambucanas também reforçaram o interesse dos deputados pela “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Na abertura do ano legislativo de 1866, em 1º de março, o Presidente da Província havia destacado a necessidade da instrução profissional em estabelecimentos agrícolas e industriais. Segundo João Lustosa da Cunha Paranaguá, “é para deplorar que nada ou quase nada se haja feito [...] para desviar as classes sociais do pernicioso pendor do funcionalismo e incliná-las às

⁷⁷ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1866*, Tomo III, Recife, Typographia do Correio do Recife, 1871, p. 307. Identificamos a orientação política de Paes de Andrade nos debates de um de seus projetos de lei. Em 1867, Silva Ramos afirmou que o fundamento das idéias do parlamentar era “incontestavelmente [...] liberal”. No transcurso das discussões, que também envolveram Ayres Gama, Arminio Tavares, José Maria e próprio Paes de Andrade, todos pleiteavam uma identidade política afinada com o liberalismo. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1867*, Tomo II, Recife, Typographia do Correio do Recife, 1867, p. 51. Manoel de Carvalho Paes de Andrade 2º era neto de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que proclamou a Confederação do Equador. Além de deputado provincial, foi poeta e escrivão do comércio do Recife. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario Biográfico Brasileiro*, volume 6, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, pp. 46 e 377.

artes úteis, aos ofícios de primeira necessidade, e, sobretudo, ao exercício da agricultura”⁷⁹. Na ótica do governante, a regeneração pelo trabalho era um meio para que seus contemporâneos experimentassem a “transfiguração completa nos costumes públicos”⁸⁰. Ao criar aquelas escolas, Paranaguá acreditava que os crimes seriam substituídos pelo “espetáculo econômico de um povo inteligente e ativo”⁸¹. A “moralização” dos trabalhadores livres era assunto recorrente desde meados dos oitocentos. Portanto, como a temática retornava à lista de prioridades do Poder Executivo, existia um ambiente favorável ao socorro de um grupo modelar no “aperfeiçoamento” dos artífices recifenses.

O entusiasmo de Paranaguá com o “progresso” industrial ficou patente através de seu apoio à Exposição Provincial de Pernambuco, que foi aberta ao grande público em outubro de 1866⁸². Já mencionei a importância deste tipo de festa da “Civilização” que ocorria sucessivamente nas esferas locais, nacionais e internacionais. Assim como Paranaguá, os organizadores do encontro pernambucano entendiam que a prosperidade da Província dependia, entre outros fatores, do estímulo ao ensino profissional (que poderia enfraquecer a cultura do emprego público)⁸³. Terminada a festividade, o relatório que foi entregue ao governo afirmava que “a grande missão do homem é nobilitar-se pelo trabalho

⁷⁸ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1866*, p. 307.

⁷⁹ Idem, pp. 44-45. Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em o 1º de março de 1866 pelo Exm. Snr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, presidente da Província*, Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1866, pp. 30-31.

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁸¹ Idem, *ibidem*. Como vimos em outros capítulos, a relação entre ócio e criminalidade foi um tema que preocupou as elites letradas e proprietárias pernambucanas. Em 1865, o jornal religioso *O Oito de Dezembro* publicou um artigo intitulado “A Ociosidade”. O autor afirmava que lhe parecia “verdadeiramente a mais imprópria cousa do mundo haver leis que castigam mui justissimamente os furtos, adultérios, homicídios e outros pecados, e não haver que punam severissimamente a ociosidade, raiz e princípio de todos os males: por que, assim como é impossível querer esgotar uma fonte sem lhe tomar o princípio de onde nasce, assim é pretender evitar todos os males se se não trabalhar que a gente se ocupe em exercícios que enfreiam apetites desordenados”. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “A Ociosidade”, *O Oito de Dezembro*, 29/10/1865.

⁸² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 15, Livreto 17, *Relatório apresentado ao governo pela Comissão Directora da Exposição de Pernambuco em 1866*, Pernambuco, Typographia de M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1866, p. 8. A Exposição Provincial de Pernambuco de 1866 foi a segunda do gênero. A primeira foi aberta em 17 de novembro de 1861. Este evento foi um preparativo para Exposição Nacional, ocorrida na Corte em dezembro de 1861. Por sua vez, esta antecedeu a Exposição Universal de Londres, realizada em 1862. Mario Mello, “Exposições Pernambucanas”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (1927), volume 28, números 131/134, pp. 249, 250 e 254.

e pelas virtudes; para isto um único elemento lhe basta: a instrução. Sem esta, dificilmente se é bom cidadão, e nunca bom trabalhador”⁸⁴. Mais uma vez, pode-se confirmar a importância do diálogo franco entre as elites letradas e proprietárias de Pernambuco e a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Neste sentido, é interessante notar que o Sócio Honorário Joaquim Pires Machado Portella fez parte da Comissão de Julgamento dos objetos que foram apresentados aos recifenses⁸⁵.

Do ponto-de-vista da política imperial, o pensamento e a prática do Presidente Paranaguá e dos organizadores da Exposição Pernambucana estiveram intimamente relacionados aos ideais da Liga Progressista⁸⁶. Segundo Francisco Iglésias, o grupo foi formado em princípios da década de 1860 e era fundamentalmente composto por liberais e conservadores moderados. De forma panorâmica, a Liga pretendia construir articulações bastante semelhantes àquelas experimentadas pelo Gabinete da Conciliação. Entre outros motes, seus correligionários projetavam melhorias na produção e no comércio nacionais⁸⁷. Essa tendência partidária conquistou rapidamente o poder central durante os gabinetes de Zacarias de Góis e Vasconcelos e do Marquês de Olinda. Alternadamente, ambos assumiram a Presidência do Conselho entre os anos de 1862 e 1868⁸⁸. Ao tratar especificamente de Pernambuco, Suzana Cavani Rosas afirma que os partidários da nova corrente política cooptaram muitas lideranças da Sociedade Liberal Pernambucana (extinta em 1861), conseguindo enfim aplacar “a velha bandeira liberal herdada dos tempos da Confederação do Equador”⁸⁹.

⁸³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 15, Livreto 17, *Relatório apresentado ao governo pela Comissão Directora da Exposição de Pernambuco em 1866*, pp. 103 e 104.

⁸⁴ Idem, p. 104.

⁸⁵ Idem, p. 6.

⁸⁶ A Liga Progressista dominou a política pernambucana desde 1864, com a Presidência de Souza Leão. Paranaguá foi seu sucessor. Fernando da Cruz Gouvêa, *O Partido Liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época*, Brasília, Senado Federal, 1986, pp. 213-217 e 272.

⁸⁷ Francisco Iglésias, “Vida Política, 1848-1866”, In: Sérgio Buarque de Holanda (diretor), *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*, tomo 2, volume 5, 8ª edição, São Paulo, Bertrand Brasil, 2004, pp. 107-108.

⁸⁸ Idem, pp. 107-135. Zacarias de Góis e Vasconcelos encabeçou gabinetes em maio de 1862, entre janeiro e agosto de 1864 e entre agosto de 1866 e julho de 1868. Por sua vez, Marquês de Olinda chefiou gabinetes entre maio de 1862 e janeiro de 1864 e entre maio de 1865 a agosto de 1866. Somente entre agosto de 1864 e maio de 1865, Francisco José Furtado foi o Presidente do Conselho. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 5ª edição, 2 volumes, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, pp. 447-448 e 1173-1175.

⁸⁹ Suzana Cavani Rosas, op. cit., p. 168. Sobre a Conciliação em Pernambuco, consultar: Suzana Cavani Rosas, *Os Emperrados e os Ligeiros: a história da Conciliação em Pernambuco, 1849-1857*, Recife, UFPE, 1999, tese de doutorado em História.

No Recife de 1863, a maior organicidade da Liga possibilitou a criação da folha *O Progressista*⁹⁰. Dentre os colaboradores de sua seção literária estava Antonio Rangel de Torres Bandeira, lente de História e Geografia do Ginásio Pernambucano, que havia recebido o título de Sócio Honorário naquele mesmo ano. O cruzamento das fontes disponíveis permite observar sua íntima relação com Paes de Andrade. Em 1861, o então jovem poeta havia publicado seu primeiro livro, *Flores Singelas*, apresentado ao grande público pela pena do próprio Torres Bandeira⁹¹. O periódico partidário também preconizava o debate social mais amplo. Entre outras discussões, *O Progressista* assinalava a importância da instrução dos “bons operários”, que considerava condição necessária para o surgimento de “um povo laborioso e culto”⁹². Para os editores, a proposta “moralizadora” da Liga era eficaz porque “não excita[va] paixões ruins [no trabalhador e] prega[va] a santa doutrina do trabalho”⁹³. Como podemos concluir, tal projeto de “ordem” precisava de aliados como a Sociedade e era fundamental que os “ligueiros” criassem desde cedo certos laços com o grupo de artífices⁹⁴.

Logo após Paes de Andrade oferecer seu conveniente projeto de auxílio à “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, uma entidade histórica e ideologicamente vinculada ao “Progresso” e à “Civilização”, João Teixeira pediu um pequeno aparte. Assim como seus colegas, este Deputado Provincial também apoiou a nomeação de comissários que investigassem “quais as vantagens que [Pernambuco tinha] obtido desta Sociedade, o número de alunos [atendidos] e o estado do seu adiantamento”⁹⁵. Contudo, João Teixeira nutria dúvidas sobre a completa eficiência da proposta original que pretendia manter o funcionamento do grupo de artífices. Ao considerar os elementos do projeto acalentado pela Assembléia Legislativa, o parlamentar pensava em votar contra a realização da

⁹⁰ *O Progressista* teve vida curta. Em 1864, o *Jornal do Recife* passou a ser o porta-voz da Liga. Luiz do Nascimento, *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, volume 2, Recife, Editora Universitária UFPE, 1966, pp. 102 e 163.

⁹¹ Augusto Blake, op. cit., p. 46.

⁹² Fernando da Cruz Gouvêa, op. cit., pp. 214-215.

⁹³ Idem, ibidem.

⁹⁴ Em notas anteriores, reproduzimos o artigo “Apreciável”, publicado em 1863 no *Jornal do Recife*. A descrição da reforma do Consistório Leste e o elogio ao zelo dos sócios também foi replicado em *O Progressista* do mesmo ano. Como vimos, ambos os periódicos estiveram associados aos princípios da Liga. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos: 1834-1850*, volume X, 2ª edição, Recife, Governo de Pernambuco/FUNDAPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1985, p. 251.

⁹⁵ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1866*, p. 307. As citações que se seguem referem-se a esta fonte.

sindicância. A justificativa para esta atitude era seu profundo conhecimento da situação em que se encontrava a Sociedade idealizada por José Vicente Ferreira Barros. Por ser advogado recentemente contratado pela Sociedade (“para tratar de seus negócios”), João Teixeira alegava que os objetivos da Comissão poderiam promover mais malefícios que vantagens aos sócios.

Feito o alerta, João Teixeira foi convidado pelos presentes a relatar tudo o que sabia sobre a Sociedade e a justificar seu posicionamento. De pronto, o Deputado Provincial teceu um longo comentário sobre as brigas que ocorriam entre os gestores da associação e os confrades que haviam sido depostos da Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar. O parlamentar fazia referência aos combates travados entre João dos Santos (e seu projeto de “harmonia infinita”) e o juizado de José Luiz Paraíso, que foi suspenso em junho de 1865. Na perspectiva do Deputado Provincial, os vogais que haviam sido retirados do poder confraternal eram indivíduos desobedientes, pois continuaram a deliberar à revelia das ordens governamentais. Neste sentido, eles teriam se aproveitado da ausência do “Sr. Dr. Araújo Barros, Juiz de Capelas”, para mover uma ação de despejo contra a Sociedade. Como seu substituto estaria pouco familiarizado com a problemática vivenciada no Templo, deu ganho de causa ao duvidoso argumento de “que a igreja precisava de reparos [e] que a sociedade não podia continuar a funcionar ali”.

João Teixeira finalizou seu relato afirmando que a decisão do recém empossado Juiz Municipal de Resíduos e Capelas havia sido precipitada. Na ótica do parlamentar, a autoridade pública recifense tinha agido injustamente ao despejar a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” da Igreja de São José do Ribamar e levar seus pertences para um depósito público. Por causa de tais atitudes inadvertidas, continuava o político pernambucano, era impossível que qualquer comissão examinasse as rotinas pedagógicas e administrativas do grupo de artífices. A momentânea inatividade da associação impediria o bom andamento dos trabalhos dos comissários, pois estariam impossibilitados de cumprir seu papel fiscalizador. Segundo o Deputado Provincial, as atuais circunstâncias apenas permitiriam que os membros da entidade artística informassem aos representantes da Comissão detalhes “sobre a sua prosperidade, sobre os resultados que tem colhido etc”⁹⁶. Portanto, para que a Assembléia Legislativa pudesse ajudar a “marcha progressiva” dos

⁹⁶ Idem, p. 308.

sócios, era preciso modificar o projeto de Paes de Andrade e desconsiderar as atividades da associação no momento da visita.

Caso acreditemos no relato de João Teixeira, a estratégia dos ex-vogais da Irmandade de São José do Ribamar foi muito engenhosa. Eles solicitaram o despejo da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” durante a troca no Juizado Municipal de Resíduos e Capelas. Recordemos que Francisco de Araújo Barros, que havia sido substituído por Virgílio de Gusmão Coelho, era Sócio Honorário desde 1863. Enquanto Barros estivesse investido daquele cargo jurídico, os adversários de João dos Santos e do projeto de “harmonia infinita” teriam muitas dificuldades para golpear a Sociedade nos assuntos relativos a sua sede. Note-se, entretanto, tendo em vista as redes de clientela que enredavam o grupo de artífices idealizado por José Vicente Ferreira Barros, que o relato feito por João Teixeira foi extremamente parcial. Como o Deputado Provincial também era um advogado que defendia os interesses particulares da associação, tanto sua versão dos fatos relativos ao Templo, quanto sua emenda ao projeto de Paes de Andrade, estavam alinhadas com os interesses públicos de seus contratantes.

Na seqüência dos debates sobre a Sociedade, o Deputado Provincial Correia de Brito apoiou o projeto de Paes de Andrade e o aditamento de João Teixeira. Para instigar ainda mais o ímpeto cooperativo da Assembléia Legislativa, o parlamentar afirmou que a associação “tem prestado muitos e mui importantes serviços aos artistas desta província, e com especialidade aos desta capital”⁹⁷. Na sua perspectiva, a continuidade dos trabalhos da Sociedade dependia da permanência do auxílio financeiro consignado pelo Poder Legislativo, que habilitava os sócios “a melhor desempenhar sua missão civilizatória” e “dar cumprida conta de sua gloriosa tarefa”⁹⁸. Sublinhamos que Floriano Correia de Brito também era identificado com a Liga⁹⁹. No próprio ano de 1866, encontramos-lo defendendo a idéia de que seu grupo político apoiava a “instrução popular”¹⁰⁰. Por este motivo, podemos compreender seu elogio aos serviços prestados pelo grupo de artífices. Por fim, as relações de Correia de Brito reforçam nosso entendimento dos porquês de seu apoio aos

⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁹⁸ Idem, p. 309. Desde a década de 1850, Correia de Brito foi um legislador que “via no emprego da mão-de-obra livre ‘o mais adaptado para moralizar o povo’”. Raimundo Arrais, *op. cit.*, p. 204.

⁹⁹ Fernando da Cruz Gouvêa, *op. cit.*, pp. 263-264.

¹⁰⁰ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1866*, p. 200.

sócios. Desde a década de 1850, o legislador era companheiro de homens como Torres Bandeira, com quem dividiu a redação do jornal *A União*.

Apesar de a Comissão ter sido aprovada e instituída com o aditamento de João Teixeira, inexistem relatos sobre suas atividades¹⁰¹. De qualquer forma, os orçamentos provinciais permitem que constatem parte das decisões dos comissários. Nas leis pernambucanas da segunda metade da década de 1860, observamos que os 2:000\$000rs anuais continuaram a ser empenhados em favor da Sociedade¹⁰². Entretanto, as fontes indicam uma peculiaridade. A partir de 1865, a rubrica “Associação Artística” saiu da Instrução Pública e foi para o Auxílio Industrial. A mudança ocorreu em função da legislação imperial de 1860, que exigiu que os sócios redefiniram seu escopo: instrução ou socorros mútuos. Como vimos, apesar de a economia de favores facilitar a construção de uma espécie de “duplicidade jurídica”, o grupo de artífices havia optado legalmente pelo segundo caráter (o que inclusive exigiu seu rebatismo em 1862). Sendo assim, para que a verba continuasse sendo consignada, era preciso realocá-la. Na nova conjuntura, a Instrução Pública teria dificuldades para justificar sua ajuda à reformada associação.

Garantido o empenho orçamentário, a Sociedade procurou reorganizar sua vida institucional. O primeiro passo nesta direção foi o aluguel de um sobrado, localizado à rua Direita, 18¹⁰³. Na nova sede, as reuniões voltaram a ocorrer regular e oficialmente a partir de 23 de maio de 1867¹⁰⁴. Apesar de não mais compartilharem o mesmo espaço, os conflitos entre Sociedade e Irmandade continuaram a mobilizar ambas as organizações. O

¹⁰¹ Idem, p. 309.

¹⁰² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1865*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1865, p. 47. *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1866*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1866, p. 44. *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1867*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1867, p. 51. *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1868*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1868, p. 96. *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1869*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1869, p. 29. *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1870*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1870, p. 46.

¹⁰³ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios*, p. 20. Existiram mudanças no contrato de aluguel em novembro de 1867. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 15v. A rua Direita ficava em São José, assim como a própria Igreja de São José do Ribamar. Vanildo Bezerra Cavalcanti, *Recife do Corpo Santo*, Recife, Prefeitura Municipal do Recife, 1977, p. 317.

Primeiro Adjunto João dos Santos informou aos sócios sobre um litígio no qual o grupo de artífices exigia a devolução dos “estrados [...] que se acham no Consistório [Leste da] Igreja”¹⁰⁵. O autor da ação foi o Diretor Rufino da Costa Pinto, que recorreu a Provedoria de Resíduos e Capelas em 14 de maio¹⁰⁶. Segundo o suplicante, os administradores da confraria alegaram que o móvel havia permanecido no local porque estava pregado ao assoalho. Por conseguinte, sua retirada causaria avarias no Templo¹⁰⁷. Contudo, Costa Pinto ponderou que a peça que “custou mais de cem mil réis” poderia ser trasladada “sem prejuízo [...] visto que assenta sobre cavaletes”¹⁰⁸. Na seqüência do caso, a confraria declarou que os 25 anos de desleixos e abusos praticados pela Sociedade isentava os leigos de qualquer tipo de trato ou indenização¹⁰⁹.

Em 1º de junho, o Doutor Joaquim José de Campos foi nomeado pela Provedoria de Resíduos e Capelas para ocupar a Promotoria *ad hoc* do caso. De pronto, o bacharel requereu que fosse realizada uma vistoria no Consistório Leste, “com o fim de verificar se o estrado está ou não pregado ao assoalho e se pode ou não ser removido sem inconveniente”¹¹⁰. Pouco tempo depois desta ordem, mais precisamente no dia 7, dois artífices foram intimados pelas autoridades públicas para periciar a bancada. Foram eles Pedro Manoel da Conceição e Antonio Moreira da Silva¹¹¹. No dia seguinte à convocação, as partes interessadas compareceram à Igreja de São José do Ribamar, presenciaram os exames realizados e ouviram de ambos os peritos que o estrado realmente repousava sobre cavaletes¹¹². No mesmo instante, foi determinado que o móvel fosse devolvido aos seus verdadeiros donos e que todas as custas do processo fossem pagas pela administração do patrimônio da Irmandade dona do Templo. O montante cobrado pela Provedoria de

¹⁰⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 6v.

¹⁰⁵ *Idem*, fl. 7.

¹⁰⁶ Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Caixa Igreja IV, “1867 – Provedoria de Capellas e Resíduos – Autoamento da petição de Rufino da Costa Pinto, para o fim n’ella contido”.

¹⁰⁷ *Idem*, fls. 1-3v.

¹⁰⁸ *Idem*, *ibidem*.

¹⁰⁹ *Idem*, fls. 3v-4.

¹¹⁰ *Idem*, fl. 11.

¹¹¹ *Idem*, fl. 14v.

¹¹² *Idem*, fls. 14v-16v.

Resíduos e Capelas foi de 64\$800rs, sendo que 8\$000rs seriam destinados para a remuneração do trabalho de Conceição e Silva¹¹³.

A vitória conquistada em juízo foi muito importante para o moral da Sociedade. Junto da continuidade do auxílio público, da instalação na nova sede e da retomada oficial das atividades associativas, a posse do estrado foi muito comemorada. Para festejar os ventos que sopravam favoravelmente, a Mesa Diretora realizou outra reunião extraordinária em 11 de julho. Nesta data, em reconhecimento aos mais recentes e cruciais serviços prestados, a entidade artística concedeu o título de Sócio Honorário aos cidadãos Joaquim José de Campos, João Francisco Teixeira, Floriano Correia de Brito e Manoel de Carvalho Paes de Andrade¹¹⁴. José Bento da Cunha Figueiredo também foi agraciado com a mesma honraria¹¹⁵. É bastante provável que a demora de sua titulação tenha a ver com suas constantes saídas do Recife¹¹⁶. João dos Santos sugeriu que a Casa também premiasse com o “título de Sócio Efetivo ou Honorário aos Artistas que figuram como árbitros na vistoria judicial”, mas a proposta foi reprovada¹¹⁷. De qualquer forma, Pedro Manoel da Conceição foi incluído no Livro de Matrículas em 13 de agosto de 1868. A fonte indica que o pernambucano era carpina, solteiro e contava 46 anos¹¹⁸.

¹¹³ Idem, fl. 19.

¹¹⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 9. É verossímil que a festividade de 11 de julho de 1867 tenha ocorrido em sessão extraordinária por um motivo muito especial. Nesta data, foi publicada a Lei de número 778, que instituiu o Conselho Artístico Provincial. O objetivo do organismo era premiar as mais diversas categorias artísticas de Pernambuco. Entre outros benefícios, os artífices contemplados tanto poderiam divulgar seu mérito através de tabuletas penduradas em suas oficinas, quanto ganhariam a preferência em serviços organizados pelo governo. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1867*, pp. 107-109. Para fortalecer a conveniência da data da solenidade, é preciso destacar que a referida norma foi um projeto de lei do Deputado Provincial Paes de Andrade. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1867*, Tomo I, Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1867, pp. 74-75.

¹¹⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 9.

¹¹⁶ O Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo experimentou intensa vida política. Por diversas vezes foi Deputado Geral e, em princípios da década de 1860, foi Presidente da Província de Minas Gerais. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, volume X, pp. 107-108.

¹¹⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 9.

¹¹⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 6. Notamos que Pedro Manoel da Conceição havia sido membro da Sociedade em 1852. Na ocasião, sua

Concorrentemente à boa retomada de suas atividades e ao fortalecimento de suas redes clientelares, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também conheceu consideráveis reveses em sua reorganização. No próprio encontro de 23 de maio de 1867, alguns temas relacionados ao ritmo e aos rumos da “marcha progressiva” do grupo de artífices foram discutidos na ordem do dia. O fracasso do projeto de “harmonia infinita” e o conseqüente despejo da Igreja de São José do Ribamar foram eventos que potencializaram algumas diferenças que existiram entre os sócios. Por isso, o Primeiro Adjunto João dos Santos havia aberto os trabalhos da Mesa Diretora afirmando que a associação deveria colocar “dique aos desvarios ou arrefecimentos em que ela tem vivido”¹¹⁹. Para tanto, o mestre de obras convocava seus colegas para discutirem tanto a reforma do Estatuto de 1862, quanto a cassação dos direitos daqueles membros “que se têm tornado omissos no cumprimento de seus deveres”¹²⁰. Caso tais indivíduos continuassem indiferentes às demandas da Sociedade, o filho de José Vicente Ferreira Barros propôs que todos fossem sumariamente excluídos¹²¹.

João dos Santos pretendia iniciar uma revisão no Livro de Matrículas da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” porque muitos sócios estavam desmobilizados e ausentes. Isto já havia ocorrido em 1864, pois as eleições marcadas para outubro foram atrasadas pela constante falta de *quorum*¹²². É bastante provável que a significativa ausência dos eleitores tenha sido uma forma de boicote. Para fundamentar esta impressão, é preciso remontar aos acontecimentos do mês de maio daquele ano. As atas do Conselho Administrativo da Sociedade registram sérias acusações de “que todos os Tesoureiros são

ficha informa que o carpina era pardo, solteiro, pernambucano e residente na rua de Hortas (Santo Antônio). Ao lado de seu registro existe a nota de que o artífice não era mais sócio. Certamente, sua eliminação ocorreu antes de 1860, por causa do período em que o respectivo Livro de Matrículas foi fechado. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 116-117. Podemos confirmar a expulsão de Pedro Manoel da Conceição em 1853. Seu nome compunha uma lista de eliminações examinada em outros capítulos da tese. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 37v-38. Tendo em vista tais informações, concluímos que o carpina se rematriculou em 1868.

¹¹⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 6v.

¹²⁰ Idem, *ibidem*.

¹²¹ Idem, *ibidem*.

¹²² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 263.

feitos pelo Diretor porque este é que é o verdadeiro Tesoureiro”¹²³. Na oportunidade, era o próprio João dos Santos quem ocupava o principal cargo da Mesa Diretora. Fossem os rumores de prevaricação falsos ou verdadeiros, parece que a hegemonia exercida pelo mestre de obras e seus aliados estava sendo contestada de maneira mais sistemática. O questionamento da costumeira concentração de poder talvez tenha sido um dos principais fatores que esvaziou aquele processo eleitoral.

No transcorrer do processo de sua reorganização institucional, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” continuou encontrando sérios obstáculos para realizar eleições para sua Mesa Diretora. Na nova sede, o desinteresse pela vida associativa recrudescia e muitos artífices deixaram de pagar suas mensalidades. O regimento interno da entidade artística determinava que somente estariam habilitados para votar aqueles sócios sem pendências financeiras com a Tesouraria¹²⁴. Por causa deste impedimento, o ano de 1868 se iniciou sem que fossem definidos os nomes dos novos gestores. Como o regulamento estava sendo reformado, a Casa entendeu que era preciso contornar o contratempo e liberou o voto dos inadimplentes¹²⁵. Pouco tempo depois desta medida, o Diretor Rufino da Costa Pinto enviou uma lista tríplice ao Presidente da Província. Escrito em 16 de março, o documento informava o resultado da eleição para o principal cargo da Mesa Diretora. Em 11 de fevereiro, José Francisco Bento havia conquistado 32 votos dos artífices. Por sua vez, Manoel Pereira de Hollanda e José Francisco do Carmo receberam, respectivamente, 14 e 13 votos¹²⁶.

A confirmação do nome de Bento para o cargo de Diretor indica a eficácia das recentes pressões dos sócios contra os grupos hegemônicos da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Dois argumentos sustentam essa afirmativa. O primeiro deles é que o serralheiro era um novato na Mesa Diretora. Antes de 1868, somente encontramo-lo em algumas instâncias de poder mais secundárias da entidade artística, como, por exemplo, as

¹²³ Idem, p. 254.

¹²⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 16v.

¹²⁵ Idem. Ibidem.

¹²⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Coleções Particulares, Sindicatos e Sociedades Diversas, maço Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais – 16 de março de 1868, fls. 5-6.

comissões¹²⁷. Como a matrícula de Bento ocorreu em 1851, notamos que sua nomeação rompeu com mais de 15 anos de coadjuvação política¹²⁸. O outro argumento que reforça a hipótese de uma reviravolta político-administrativa na Sociedade foi a vitória de Bento sobre homens com a envergadura de Hollanda e Carmo. Vimos anteriormente que Carmo entrou para a Sociedade por indicação de João dos Santos. No início dos anos de 1860, o canteiro ajudou a revisar o Estatuto de 1851 e ainda foi eleito Tesoureiro. Por sua vez, Hollanda vinha ocupando lugares na Mesa Diretora desde a década de 1840. Podemos ainda lembrar da ligação do mestre carpina com o projeto de “harmonia infinita”, que foi encabeçado por João dos Santos.

No pleito que ocorreu no início de 1868, a Tesouraria da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” foi confiada ao carpina Pedro Rates Borges¹²⁹. Este era outro indivíduo que possuía pouca representatividade política. Em 1854, Rates fora aceito na associação com apenas 15 anos. Segundo seu termo de assento, ele era pardo, solteiro e residia na rua das Cinco Pontas (localizada na freguesia de São José)¹³⁰. No início da década de 1860, encontramos Rates sendo empregado pela Mesa Diretora para arrecadar as mensalidades dos membros da Sociedade. Contudo, por causa de seu desleixo em cumprir a tarefa, foi demitido do cargo poucos meses depois¹³¹. Em 1863, uma comissão foi escolhida para prestigiar a cerimônia de seu casamento¹³². No mesmo ano, existem indícios de que o carpina havia alcançado a perícia, pois sua oficina funcionava à rua da Concórdia, 34¹³³.

¹²⁷ Em agosto de 1860, José Francisco Bento havia sido nomeado para compor o Conselho de Julgamento e a Comissão para “apresentar o programa para o festejo do aniversário”. Em março de 1863, o serralheiro fez parte da Comissão para a entrega de “ofícios, diplomas e Constituição aos irmãos Honorários”. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 24v, 25v e 83.

¹²⁸ José Francisco Bento foi apresentado em outros capítulos.

¹²⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 20.

¹³⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 116-117.

¹³¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 33.

¹³² Idem, fl. 95v.

¹³³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco, anno XXXIII*, Pernambuco, Typographia M. F. de Faria & Filho, 1863, p. 261. De direito, a perícia de Pedro Rates Borges foi reconhecida pela Sociedade em 1869, quando foi indicado para ganhar o grau de Sócio Provector. Universidade Católica de

Por fim, também é possível identificar que o Tesoureiro eleito em 1868 era confrade da Irmandade de São José do Ribamar. Ainda em 1863, o “irmão Pedro Rates” doou a esmola de 8\$180rs para a festa do Santo Padroeiro¹³⁴.

Rufino Manoel da Cruz Cousseiro foi o escolhido para ocupar o posto de Primeiro Secretário¹³⁵. Já vimos que esse empreiteiro havia entrado na Sociedade em 1862. A filiação do mestre carpina talvez tenha ocorrido por meio de um convite de João dos Santos Ferreira Barros, já que ambos contratavam serviços da Diretoria das Obras Militares. Recordemos também que Cousseiro era confrade de São José. Mesmo assim, após a contagem dos votos, o perito das “artes úteis” recusou o cargo para o qual havia sido eleito¹³⁶. É possível que seu envolvimento com a reforma do Estatuto de 1862 e sua grande atividade nos canteiros de obras tomassem seu tempo¹³⁷. Por conta da negativa de Cousseiro, a Primeira Secretaria foi ocupada interinamente por Simão de Souza Monteiro. Esse mestre pedreiro (que era confrade de São José) havia alcançado a titularidade da cadeira em uma eleição especial, realizada em junho¹³⁸. Em algumas reuniões ocorridas no ano de 1859, Monteiro também havia ocupado de forma provisória aquele mesmo posto¹³⁹. Como podemos concluir, o substituto de Cousseiro também era um sócio que possuía pouca experiência administrativa.

No mesmo pleito extraordinário em que o corpo social resolveu confirmar Monteiro no lugar de Primeiro Secretário, Joaquim Francisco Collares foi escolhido como Segundo Secretário. Sócio em 1863, o carpina tinha 26 anos, era solteiro e pernambucano¹⁴⁰. O artífice havia sido imediatamente registrado como Sócio Aluno, mas passara para o grau de

Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 43.

¹³⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1861-1863, 1865-1869, maço 1863.

¹³⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 18.

¹³⁶ Idem, fl. 19v.

¹³⁷ O mestre de obras pernambucano foi um dos três comissários da Reforma do Estatuto de 1862. Idem, fl. 6v.

¹³⁸ Idem, fl. 20.

¹³⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 20v.

Magistrando, porque era oficial. As fontes indicam que Collares atingiu a perícia em seu ofício no final da década, quando conquistou o título de Sócio Provector¹⁴¹. Dentre outros fatores, seu acesso à mestrança foi facilitado por seus conhecimentos teóricos em geometria, adquiridos nas aulas noturnas da associação, quando Collares fez parte de seu corpo discente nos anos de 1865 e 1866¹⁴². A experiência administrativa do carpina estava no mesmo patamar de seus colegas de Mesa Diretora. Somente em 1863 encontramos-lo nas funções de Procurador e escrutador da Mesa Eleitoral¹⁴³. Em mesma época, Collares ocupou lugares de poder mais secundários na Irmandade de São José do Ribamar. Apesar de oficial, também concorreu e foi derrotado em eleições para vogal da Mesa Regedora¹⁴⁴.

No emprego de Primeiro Procurador, identificamos Felipe Jacome Costa¹⁴⁵. Recordemos que sua entrada na Sociedade ocorreu na mesma data em que Collares foi matriculado. Na oportunidade, o pedreiro pernambucano tinha 33 anos e era casado¹⁴⁶. Assim como seu colega carpina, sabemos que Jacome também havia sido registrado como Sócio Aluno e foi logo promovido ao grau de Magistrando. Outra similaridade com a trajetória de Collares foi seu “aperfeiçoamento” nas aulas de Geometria da associação, que foram freqüentadas entre os anos de 1863 e 1866¹⁴⁷. A confirmação de sua mestrança

¹⁴⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 5.

¹⁴¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 31.

¹⁴² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas de Geometria, 1858-1878, fls. 8-9.

¹⁴³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 94. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 211.

¹⁴⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fls. 41v, 44v, 46v e 47v.

¹⁴⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 20v. Não identificamos quem foi eleito como Segundo Procurador.

¹⁴⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 4v.

¹⁴⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas de Geometria, 1858-1878, fls. 6-9.

somente ocorreu em 1871, quando recebeu o título de Sócio Provector¹⁴⁸. Durante seu mandato, o pedreiro alegou estar doente. Em novembro, seus pares decidiram que o Primeiro Procurador teria uma licença de três meses para cuidar de sua saúde¹⁴⁹. Em 1869, existiram reclamações de que Jacome havia sumido da rua Direita, deixando todos os seus compromissos administrativos de lado¹⁵⁰. Inexistem informações de que o artista mecânico tenha ocupado quaisquer outras funções na “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” ou fosse confrade.

Relativamente ao ano de 1868, as fontes deixaram algumas lacunas sobre quem exerceu o mandato de Orador. Contudo, deduzimos que o titular foi cassado ou pediu demissão da cadeira. Prova disto é que em 7 de dezembro houve outra eleição extraordinária para preencher o posto¹⁵¹. Por enquanto, deixaremos em aberto o resultado deste pleito. Para finalizar a apresentação da Mesa Diretora escolhida na nova sede, falta enunciar quem ocupou os lugares de Primeiro e Segundo Diretor Adjunto. Para tristeza daqueles que queriam renovar os quadros políticos da Sociedade, foram empossados, respectivamente, João dos Santos e Manoel Pereira de Hollanda¹⁵². Há indícios de que ambas as cadeiras eram reservadas para diretores de gestões passadas¹⁵³. Ou seja, inexistiam processos eleitorais mais diretos para definir seus mandatários. Vale ainda frisar que o poder deliberativo de ambos os cargos acessórios era bastante limitado, pois somente com a ausência do Diretor é que os Adjuntos poderiam comandar¹⁵⁴. Neste sentido, a influência mais incisiva de João dos Santos e Hollanda estava condicionada aos contratempos que atingissem a vida cotidiana de Bento.

O exame atento do perfil da Mesa Diretora que geriu a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” em 1868 permite chegar a algumas interessantes constatações. A primeira delas é que um novo grupo de sócios, que também eram confrades, tomou o poder

¹⁴⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 75.

¹⁴⁹ Idem, fl. 27v, 29-29v.

¹⁵⁰ Idem, fl. 47.

¹⁵¹ Idem, fl. 30v.

¹⁵² Idem, fls. 17v e 21.

¹⁵³ Gabinete Português de Leitura (GPL), Recife, Biblioteca/Obras Raras, *Estatutos da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco instituída em 1836 e inaugurada nesta cidade do Recife aos 21 de novembro de 1851*, Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1882, pp. 19-21.

¹⁵⁴ Idem ibidem.

na rua Direita (mesmo que a entidade artística contasse com uma maioria de membros sem vínculos com a Irmandade de São José do Ribamar). Ou seja, por mais que as relações entre ambas as organizações estivessem rompidas, ainda persistiam pontos de convergência mais indiretos, que estavam pautados pela tradição. Também é expressiva a parcela dos artífices recém eleitos que estava em vias de se consolidar na mestrança. É verossímil que eles soubessem que seu sucesso profissional dependia de visibilidade pública e da construção de redes clientela, algo que a conquista da Mesa Diretora lhes proporcionaria. Por fim, à exceção do Diretor, todos os outros cargos foram ocupados por artífices ligados ao mercado das edificações. Portanto, apesar das mudanças, carpinas e pedreiros mantiveram sua hegemonia no grupo de artífices.

No transcorrer de seu exercício, contudo, os novos gestores foram traídos por sua inexperiência administrativa e pelas tensões políticas que permearam a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Em novembro de 1868, a subvenção governamental ainda estava retida nos cofres públicos por falta de comprometimento e atividade do Tesoureiro¹⁵⁵. A repercussão negativa deste fato foi muito bem capitalizada pelos sócios que haviam perdido espaço político na entidade artística. Para compreendermos esse movimento pode-se recuperar a eleição para Orador, que ocorreu no dia 7 de dezembro. Dois motivos levam a crer que os processos que envolveram o novo pleito foram manipulados. Em primeiro lugar, o comparecimento às urnas foi realizado em sessão extraordinária. Em seguida, somente foram contabilizados os votos de 10 sócios. Não causa espanto o fato de João dos Santos conquistar o lugar que estava vago¹⁵⁶. As atribuições fiscalizadoras do Orador eram muito convenientes para o mestre de obras e seus aliados. Aquele que estivesse investido das prerrogativas do cargo acompanharia os atos da diretoria, zelaria pela obediência às leis e exigiria punições para os faltosos¹⁵⁷.

A legitimidade da eleição extraordinária foi questionada pelos demais sócios e a gritaria contra o abuso foi geral. Pouco mais de uma semana depois do pleito realizado sem muita transparência, João dos Santos sucumbiu às críticas e declarou ao corpo social “que,

¹⁵⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 30.

¹⁵⁶ Idem, fl. 30v.

segundo a maneira com que certos membros da Sociedade lhe têm tratado, [...] deixa de ser sócio”¹⁵⁸. Logo após o comunicado, o mestre de obras pediu que os mesários riscassem seu nome do Livro de Matrículas e se despediu do cargo em que recentemente fora empossado¹⁵⁹. Nas primeiras reuniões de 1869, depois do recesso das festividades de final-de-ano, Cousseiro propôs aos membros da entidade artística que fosse nomeada uma comissão para visitar João dos Santos. A instância de poder levaria o recado “para que ele, pelo amor que tem às artes, não queira nesta crise abandonar nossas fileiras”¹⁶⁰. Sem surpresas, nada foi tratado sobre o assunto na documentação. O apelo do empreiteiro talvez ofereça outro elemento para que possamos entender sua recusa do cargo de Primeiro Secretário. A proximidade que tinha com o filho de José Vicente Ferreira Barros provavelmente o impediu de colaborar com seus opositores.

Em meados de 1869, a Mesa Diretora tentou driblar a crescente crise política e a desconfiança administrativa tomando medidas mais contundentes para reorganizar a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. No dia 27 abril, a Assembléia Legislativa de Pernambuco recebeu uma petição que havia sido enviada pelo Diretor José Francisco Bento. O documento apelava para o sentimento “humanitário” e “patriótico” dos Deputados Provinciais, no sentido de liberarem a verba que havia sido empenhada no orçamento do exercício passado¹⁶¹. Segundo o mesário, este dinheiro ainda permanecia retido pela Tesouraria Provincial, impedindo “a satisfação de urgentes necessidades da suplicante, que com isto muito tem sofrido”¹⁶². Corroborando o que foi descrito mais acima, Bento informava aos legisladores que a responsabilidade pelo atraso era do Tesoureiro, que mantinha inconcluso o “processo de habilitação da fiança”¹⁶³. As fontes indicam que, em

¹⁵⁷ Gabinete Português de Leitura (GPL), Recife, Biblioteca/Obras Raras, *Estatutos da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco instituída em 1836 e inaugurada nesta cidade do Recife aos 21 de novembro de 1851*, pp. 20-21.

¹⁵⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 32v.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁰ Idem, fl. 33.

¹⁶¹ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 135P, maço Organização Social e Civil.

¹⁶² Idem, *ibidem*.

¹⁶³ Idem, *ibidem*.

finais de maio, parte ou todo o montante foi repassado ao grupo de artífices¹⁶⁴. Apesar dos problemas institucionais e da falta de pontualidade em seus compromissos, parece que a Sociedade mobilizou seus patronos na concessão da mercê.

Com algum dinheiro em caixa, a Mesa Diretora encontrou fôlego para amenizar as pressões políticas que sofria. Em 29 de maio, a instância de poder produziu uma lista de exclusões com 32 Sócios Efetivos¹⁶⁵. Destes, 71,8% haviam ingressado na Sociedade nas décadas de 1840 e 1850, o que aponta para um desejo de renovação institucional por parte dos novos mandatários¹⁶⁶. Os cortes tiveram imediato impacto quantitativo. Vimos que a associação contava com 67 associados em 1861. Nos dois anos seguintes, mais 20 Sócios Efetivos foram registrados. Depois de um longo interregno, somente detectamos entradas no segundo semestre de 1868. Foram 10 artífices, sendo que 7 eram do mercado de edificações¹⁶⁷. Em 1869, contabilizamos 6 matrículas. Os 5 indivíduos que declararam seu ofício labutavam nas “artes úteis”, sendo que 3 freqüentavam os canteiros de obras¹⁶⁸. Assim, tendo em vista os números absolutos, a lista de eliminações reduziu o número de Sócios Efetivos em 31,06% (de 103 para 71). Concluimos que o total deste tipo de filiado ficou no mesmo patamar observado em 1861. Tudo indica, ainda, que o despejo e seus desdobramentos fortaleceram o desinteresse dos artistas liberais pela Sociedade.

¹⁶⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 38.

¹⁶⁵ Idem, fls. 39-39v.

¹⁶⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fls. 2-2v, 4v e 5. Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 1-4v, 20-21, 44-45, 68-69, 76-77, 92-93 e 140-141. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 210-211 e 233. Livro de Mensalidades dos Sócios, 1841-1859, fls. 34-36.

¹⁶⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fls. 6-8. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 22 e 26v. As atas apontam para a sindicância de outros artífices, mas inexistem registros de que pagaram suas jóias e foram confirmados como membros.

¹⁶⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fls. 8-9. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fls. 3v-5. As atas apontam para a sindicância de outros artífices, mas inexistem registros de que pagaram suas jóias e foram confirmados como membros.

Os cortes também tiveram caráter qualitativo, como se pode verificar, por exemplo, com as saídas dos mestres pedreiros Manoel do Carmo Ribeiro e José Luiz do Paraíso¹⁶⁹. O primeiro esteve comprometido com o projeto de “harmonia infinita” e o outro combateu esta política, sendo um dos maiores responsáveis pelo despejo da Sociedade. Diante do posicionamento político dos dois peritos e do novo perfil da Mesa Diretora, isso significa que seus mandatários pretendiam desvincular a rua Direita das recentes brigas que envolveram Sociedade e Irmandade. A coerência do argumento reside no fato de que alguns mesários eram confrades de São José e estiveram à margem dos embates ocorridos na Igreja devotada ao Santo Patriarca. Outra prova daquele desejo foi a presença de João de Brito Correia na listagem¹⁷⁰. Esse carpinteiro foi gestor da entidade artística e confrade de São José. De certa forma, Correia também esteve vinculado ao projeto de “harmonia infinita”. Considerado revoltoso pela Irmandade em 1866, seu nome fazia parte do mesmo rol que expulsou João dos Santos¹⁷¹.

O corte de João Duarte de Faria Tibau também nos ajuda a compreender a nova política da Sociedade¹⁷². Esse mestre pedreiro, como vimos, participou das comissões que organizaram os orçamentos da Sociedade e atuou na revisão do Estatuto de 1851 (junto com Manoel do Carmo Ribeiro e mais 3 sócios). Por si só, estes já seriam bons motivos para eliminá-lo, pois indicam seu profundo envolvimento com o *status quo* anterior ao despejo. Para reforçar as relações de Tibau com os velhos grupos hegemônicos, as fontes indicam que o mestre pedreiro apoiou João dos Santos Ferreira Barros na mesma reunião em que Cousseiro havia pedido a permanência do mestre de obras na associação¹⁷³. No processo, é verossímil que o próprio Cousseiro estivesse de fora da lista de exclusões de 1869 por ser um grande empreiteiro. Ou seja, seria contraproducente expulsar um empreendedor que empregava muitos trabalhadores em seus serviços de construções e reparos de estruturas urbanas.

¹⁶⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 39.

¹⁷⁰ Idem, ibidem.

¹⁷¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 67.

¹⁷² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 39.

¹⁷³ Idem, fl. 33.

Os artífices que resistiram à política implementada pelos novos grupos hegemônicos da Sociedade tentaram um contragolpe nas eleições de 1869. Depois de alguns adiamentos por causa das recentes confusões, os sócios foram às urnas no dia 14 de outubro¹⁷⁴. É interessante notar que dois velhos aliados de João dos Santos receberam maior número de votos para os lugares de Diretor e Orador. Foram eles, respectivamente, José Francisco do Carmo (que recebeu a segunda maior votação para o mesmo cargo em 1868) e Antonio Basílio Ferreira Barros (irmão mais novo do mestre de obras e lente da Casa)¹⁷⁵. Entretanto, o canteiro recusou a cadeira diretora e foi substituído pelo segundo colocado – o próprio Diretor José Francisco Bento¹⁷⁶. A terceira posição ficou com Manoel Pereira de Hollanda¹⁷⁷. O então Primeiro Adjunto pediu que seu nome fosse retirado da lista tríplice a ser enviada ao Poder Executivo, pois alegou “que de forma nenhuma aceitaria o lugar”¹⁷⁸. Antonio Basílio chegou a assumir o posto de Orador, mas pediu demissão¹⁷⁹. Apesar da tentativa dos opositores, seus potenciais representantes pareceram desinteressados pelos rumos tomados pela Sociedade.

Para ratificar a força dos novos grupos hegemônicos da entidade artística, José Francisco Bento não foi o único gestor a permanecer na Mesa Diretora. A situação manteve Souza Monteiro no posto de Primeiro Secretário¹⁸⁰. Ela também foi responsável pela vitória eleitoral de três sócios sem qualquer familiaridade com a associação. Outra coisa em comum entre os escolhidos é que todos foram matriculados no dia 13 de agosto de 1868. O Sócio Provento Cyrino Rodrigues da Silva Campos foi confirmado pelo corpo social para controlar a Tesouraria¹⁸¹. Na ocasião de seu registro, o pernambucano tinha 48 anos e era solteiro¹⁸². No lugar de Segundo Secretário, o maior número de votos foi conquistado por

¹⁷⁴ Idem, fls. 47v-49.

¹⁷⁵ Idem, fl. 48v.

¹⁷⁶ Nas atas, constatamos que o serralheiro continuou no comando da Sociedade até meados de 1870.

¹⁷⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 48v.

¹⁷⁸ Idem, fl. 49.

¹⁷⁹ Idem, fl. 50v.

¹⁸⁰ Idem, fl. 48v.

¹⁸¹ Idem, fl. 48v e 49v.

¹⁸² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 6v.

Claudino Isidoro dos Santos¹⁸³. No processo de sua indicação para sócio, o torneiro foi referido como oficial e, nessa ocasião, contava com 40 anos¹⁸⁴. O título de Sócio Provector, que confirmava a mestrança, surgiu concomitantemente a sua posse na Mesa Diretora¹⁸⁵. Por fim, o Sócio Aluno Ignácio do Rego Alencar ganhou o lugar de Primeiro Procurador¹⁸⁶. Apesar do grau do paraibano corresponder ao nível de aprendiz, é provável que o canteiro de 25 anos fosse oficial¹⁸⁷.

A escolha de Basílio José da Hora para o posto de Segundo Procurador reafirmar o *espírito* dos novos tempos. Sócio em 1851, o pedreiro foi registrado como homem pardo, solteiro, paraibano e residente à rua dos Pescadores (freguesia de São José)¹⁸⁸. Fechado em 1859, o primeiro Livro de Matrículas da associação informa que Hora “está fora”¹⁸⁹. Ou seja, podemos concluir que o artífice fora riscado ainda na década de 1850. Nas atas do Conselho Administrativo, encontramos alguns motivos de indisposição entre o pedreiro e o grupo de artífices. Em 1852, por exemplo, Hora brigou com o Diretor João dos Santos Ferreira Barros e foi punido pela Mesa Diretora¹⁹⁰. No ano seguinte, o artífice foi multado por uma Comissão de Peritos. A instância de poder alegou que o sócio operou com imperícia em obras que havia executado no Recife¹⁹¹. É interessante observar que seu retorno à associação ocorreu justamente em um período de mudanças, quando João dos

¹⁸³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 48v.

¹⁸⁴ Idem, fl. 22. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 6v.

¹⁸⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 49v.

¹⁸⁶ Idem, fls. 48-49.

¹⁸⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 7.

¹⁸⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859, fls. 12-13.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 9-9v.

¹⁹¹ Idem, fls. 32-35v.

Santos e seus aliados saíam de cena. Não por acaso, o mestre de ofício Basílio José da Hora ressurgia como Sócio Magistral nos últimos anos da década de 1860¹⁹².

Assim, é possível concluir que, apesar do apoio da “boa sociedade”, o despejo da Igreja de São José do Ribamar gerou conflitos irreconciliáveis na rua Direita. Em 1870, encontramos registros de que alguns sócios mais antigos passaram a desprezar a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”¹⁹³. O desinteresse destes artífices estava profundamente ligado a emergência de novos grupos hegemônicos na Mesa Diretora. Em meio aos combates políticos pelo controle administrativo da Sociedade, as atividades pedagógicas acabaram por ficar relativamente marginalizadas. A Diretoria das Aulas tanto sofreu com a crise que afetava a “marcha progressiva” da entidade artística, quanto contribuiu sobremaneira para o seu acirramento. Os problemas que assolaram a Sociedade na segunda metade da década de 1860 são tratados no próximo item, que analisa as tensões cotidianas que enfraqueceram o estabelecimento de ensino particular mantido pelos artífices que trabalhavam na cidade do Recife.

4.3. Crise na Sociedade e nas aulas.

As fontes disponíveis oferecem poucos subsídios para a análise das diversas atividades pedagógicas da associação no período imediatamente posterior ao despejo da Igreja de São José do Ribamar, que ocorreu em princípios de 1866. Sistemáticamente, as atas do Conselho Administrativo da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” só retomaram a temática do “aperfeiçoamento” a partir de meados de 1867, depois do traslado para a rua Direita. Tendo em vista este longo hiato, podemos supor que a falta de uma sede tenha atrapalhado a regularidade das aulas que eram oferecidas aos sócios e aos alunos externos. É bastante provável que algumas lições tenham sido provisoriamente suspensas com o aval das autoridades ou até mesmo transferidas para a residência de João dos Santos Ferreira Barros, já que pelo menos um encontro extraordinário da Sociedade ocorreu na Praça da Boa Vista. Da mesma forma que se pode imaginar a ocorrência de outras sessões

¹⁹² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 49v.

¹⁹³ Idem, fl. 50v.

secretas na casa do mestre de obras (durante os conflitos com o juizado de José Luiz do Paraíso), também é possível supor que o imóvel recebeu as tradicionais aulas noturnas.

Independente da veracidade destas hipóteses, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” tomou uma importante decisão enquanto seus membros e alunos estavam sem pouso definitivo. No início do ano letivo de 1867, a grade curricular administrada pela Diretoria das Aulas foi enxugada. Os registros indicaram que a derradeira turma de Francês foi formada em 1866¹⁹⁴. Dos seus três alunos, dois eram sócios. Inexistem dados mais precisos sobre Manoel Martins da Paixão. No início da década de 1860, encontramos-lo como membro da Comissão de Exame de Contas, do Conselho de Justiça e escrutador da Mesa Eleitoral¹⁹⁵. É provável que o artífice fosse carpina, pois, em 1863, pretendia quitar algumas mensalidades atrasadas com a realização de reparos nas janelas do Consistório Leste¹⁹⁶. Alguns anos depois, Paixão foi excluído na lista de eliminações de 1869¹⁹⁷. O outro associado foi Elias de Rocha Pereira, que sabemos ter sido Secretário das Aulas em 1864. O terceiro indivíduo foi matriculado como aluno externo. Nascido em Pernambuco, o menor havia sido levado aos bancos escolares pelas mãos de sua mãe.

A “marcha progressiva” da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” foi bastante prejudicada com a supressão do ensino da língua estrangeira, pois, como vimos, as aulas de Francês haviam sido criadas para que os sócios desfrutassem de alguma autonomia intelectual para esmiuçar o “sistema do Barão Ch. Dupin”. Recordemos que o método elaborado pelo professor do *Conservatoire de Arts et Métiers* era utilizado no Consistório Leste e estava depositado na biblioteca da entidade artística. No universo das publicações que tratavam do “aperfeiçoamento” daqueles que labutavam nas chamadas “artes úteis”, os escritos de Charles Dupin eram dos mais respeitados e utilizados nos oitocentos. Eles objetivavam instrumentalizar os artistas mecânicos para que executassem seus serviços com

¹⁹⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas no Francês, 1858-1878, fl. 10. Depois de 1866, a entidade artística somente voltou a ensinar o francês em 1871.

¹⁹⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 63, 81v e 93v.

¹⁹⁶ Idem, fl. 85.

¹⁹⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 39.

“inteligência” e ofereciam conhecimentos “teóricos” que complementassem a “prática” das oficinas, por meio de processos de escolarização.

Para a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, o término das lições de língua francesa foi apenas o primeiro golpe em suas rotinas político-pedagógicas. Apesar de o aluguel da nova sede reacender o sonho da retomada da “marcha progressiva”, a Diretoria das Aulas estava na iminência de sofrer outro revés. No dia 20 agosto de 1867, a Diretoria Geral da Instrução Pública enviou um ofício para o Inspetor da Tesouraria Provincial. O documento informava ao funcionário do setor financeiro que Antonio Basílio Ferreira Barros e Felix de Valois Correia, lentes da “Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais”, haviam sido multados¹⁹⁸. Cada um deles deveria pagar 40\$000rs aos cofres públicos, por terem “incorrido no artigo 100 da lei provincial nº 369 de 14 de maio de 1855”¹⁹⁹. Tal dispositivo impunha uma multa entre 20\$000rs e 100\$000rs para os professores e/ou diretores de escolas particulares que deixassem de cumprir suas obrigações legais²⁰⁰. O Artigo 100 estava inserido no Capítulo Único do Título 5, que genericamente regulava as penas que seriam imputadas aos professores e diretores de escolas públicas e particulares²⁰¹.

No dia 21 de agosto, João Franklin da Silveira Távora, Diretor Geral da Instrução Pública, esclareceu ao Barão de Vila Bela, Presidente da Província, que o motivo da pesada multa aplicada aos lentes da entidade artística devia-se ao fato de ambos terem deixado de enviar os mapas “relativos ao movimento de suas aulas, correspondentes aos dois trimestres decorridos”²⁰². Ao recorrermos ao Parágrafo 1 do Artigo 86 da Lei Provincial de número 369, confirmamos que os relatórios dos professores de estabelecimentos particulares seriam enviados às autoridades em períodos “trimensais”²⁰³. A falta de informações coincide com o período em que a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” fazia seu traslado para a

¹⁹⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 24/8/1867.

¹⁹⁹ Idem ibidem.

²⁰⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1855, p. 48.

²⁰¹ Idem, p. 47.

²⁰² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-21, fl. 205. Em 1876, João Franklin da Silveira Távora publicou *O Cabeleira*, um conhecido romance da literatura brasileira. Franklin Távora, *O Cabeleira*, 6ª edição, São Paulo, Editora Ática, 1993, p.3.

²⁰³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, p. 46.

rua Direita e podemos supor que Antonio Basílio e Valois tenham encontrado alguns problemas para lecionar e/ou confeccionar seus relatórios no interregno entre o despejo e a efetiva instalação na nova sede.

Antes de analisar o impacto da multa no corpo social da entidade artística, abrirei um parêntese para tecer duas considerações. Primeiramente, é importante recordar que o objetivo da Lei Provincial de número 369 foi reorganizar a Instrução Pública de Pernambuco. Na primeira metade da década de 1860, as aulas noturnas da rebatizada “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” ficaram subordinadas àquela regra e repartição. Do ponto-de-vista legal, a obediência à norma aprovada em 14 de maio de 1855 resultou de uma engenhosa estratégia política, que contornou a legislação imperial de 1860. No capítulo anterior, vimos que uma “duplicidade jurídica” permitiu que a entidade artística fosse uma organização de socorros mútuos e também mantivesse um estabelecimento particular de ensino. Por conta disto, o grupo de artífices fora obrigado a instituir uma diretoria pedagógica, contratar professores habilitados, criar um regulamento para suas rotinas escolares e prestar contas de suas atividades educacionais à Diretoria Geral da Instrução Pública. Foi especialmente por causa do desrespeito a este último item que o governo de pernambucano entrevistou nos assuntos da Diretoria das Aulas.

A outra consideração permite que identifiquemos as cadeiras que eram ensinadas por Antonio Basílio e Valois. Na “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, o filho mais novo de José Vicente Ferreira Barros, começou a lecionar Língua Nacional em 1860, ao ocupar a cadeira interinamente. Em 1863, o professor foi efetivado na disciplina. Na época da multa, ele ainda era o titular da Língua Nacional²⁰⁴. Em data imprecisa, Valois havia substituído Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga no ensino das Primeiras Letras. Em 1867, ele também já era o titular²⁰⁵. Sabemos que o torneiro pernambucano era um indivíduo bastante interessado em seu “aperfeiçoamento”. Esse artista mecânico havia freqüentado as aulas de Geometria e Francês oferecidas no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Em dezembro de 1862, Valois fora aprovado plenamente no exame

²⁰⁴ Em 1867, as aulas de Língua Nacional que foram ministradas por Antonio Basílio também haviam sido chamadas de “Português” ou “Gramática Portuguesa”. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 9v e 14.

²⁰⁵ Idem, fls. 13v-14.

de Língua Nacional realizado pela própria Sociedade²⁰⁶. Como podemos inferir, o lente possuía qualificação suficiente para ensinar o *ABC* aos sócios e alunos externos.

Do ponto-de-vista legal, Valois conquistou sua habilitação para lecionar em escolas públicas e particulares em 5 de abril de 1864, quando realizou um “exame de capacidade para o magistério primário de 1º grau”²⁰⁷. Aprovado plenamente nas provas escrita e oral, o sócio foi considerado pelos examinadores “no caso de obter o respectivo título [de capacidade]”²⁰⁸. Vale registrar que um deles foi Geminiano Joaquim de Miranda, o mesmo professor público que participou da banca de Primeiras Letras que a Sociedade organizou em 1862. Logo no dia 21 de abril, o qualificado Valois participou de seu primeiro concurso para professor público²⁰⁹. Aprovado em quarto lugar, o torneio ficou de fora da lista de contratações (somente três vagas foram disponibilizadas para a docência primária)²¹⁰. Por um golpe do destino, o exame do sócio perdeu validade quando foi aprovada a Lei Provincial de número 598 (de 13 de maio de 1864), que exigia mais preparo dos professores do “ensino elementar”²¹¹. Valois encontrou problemas para superar o novo exame de capacidade, mas foi aprovado em finais de 1865. Segundo a documentação, o artífice foi cancelado simplesmente por “razão de sua [boa] prova oral e porque foi o que menos erros cometeu na prova escrita”²¹².

²⁰⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 5v.

²⁰⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-16, fl. 85.

²⁰⁸ Idem, fl. 84-85v.

²⁰⁹ Idem, fl. 100.

²¹⁰ Idem, *ibidem*.

²¹¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-18, fl. 26. Aprovada em 13 de maio de 1864, a Lei Provincial de número 598 instituiu a Escola Normal do Recife. O estabelecimento receberia “como alunos todos aqueles cidadãos que se quiserem dedicar à profissão de mestres públicos de instrução primária”. Depois de três anos de sua efetiva instalação, somente os alunos da Escola Normal poderiam concorrer às vagas de professor primário da Diretoria Geral da Instrução Pública. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1864*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1864, pp. 104 e 106.

²¹² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-18, fls. 147-148.

Em abril de 1867, Valois finalmente conseguiu seu espaço na Instrução Pública²¹³. O artífice havia sido empossado na segunda cadeira de ensino primário da longínqua Vila de Cimbres²¹⁴, localizada a 60 léguas do Recife²¹⁵. Em 16 de setembro, por causa das longas viagens que precisava fazer para lecionar, o torneiro pediu que o removessem para a menos distante cadeira de Pedra Tapada²¹⁶, que estava a 18 léguas da capital²¹⁷. Segundo seu requerimento, a mudança se fazia necessária porque era muito difícil “transportar para tão longe a sua mãe enferma”, que nunca poderia ficar “fora de seus cuidados”²¹⁸. Sensibilizadas com o problema, as autoridades concederam a pretendida mercê no dia seguinte à solicitação²¹⁹. Em 28 de setembro, Valois ainda conseguiu outra permissão para que trocasse de lugar com o lente de Apipucos, nos subúrbios do Recife²²⁰. Contudo, sem que saibamos o motivo, o torneiro continuou em Pedra Tapada. Em meio aos problemas pessoais que Valois experimentava, chegamos a duas conclusões. A primeira delas é que o professor encontrou proteção oficial para remediá-los. A outra é que sua conturbada vida docente e familiar também poderia justificar o atraso no envio dos mapas.

Fechado o parêntese, retomemos a análise da multa. A decisão do governo pernambucano ganhou publicidade quando foi reproduzida no *Jornal do Recife* de 24 de

²¹³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-22, fl. 494. Considerando as fontes disponíveis, Valois foi o segundo artífice da associação que conseguiu trabalhar como professor público de instrução primária. Vimos que o primeiro foi José Vicente Ferreira Barros Junior, que, na década de 1850, ocupou a cadeira de Nossa Senhora do Ó, em Olinda. O filho do idealizador da Sociedade ficou na mesma cadeira até 1868, quando pediu transferência para os arredores do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-22, fl. 529.

²¹⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-21, fl. 119. Códice IP-22, fl. 494.

²¹⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-33, fl. 194. A légua equivalia à distância de 6 km. Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 11ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 726. Portanto, Cimbres e Recife estavam separadas 360 km uma da outra.

²¹⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-21, fl. 253.

²¹⁷ A cadeira de Pedra Tapada estava sob a responsabilidade da Delegacia Literária de Limoeiro. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-24, fl. 6. Limoeiro estava a 18 léguas do Recife (o que equivalia a 108 km). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-33, fl. 194.

²¹⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-21, fl. 253.

²¹⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-22, fl. 494.

²²⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-21, fl. 277.

agosto de 1867²²¹. Logo no dia seguinte, a Sociedade realizou uma sessão extraordinária²²². A Casa queria discutir o descompasso “que recentemente se dá na repartição das aulas”²²³. Contudo, somente os lentes Antonio Basílio e Valois compareceram à sindicância²²⁴. Eliziário Gomes de Mello, Diretor das Aulas, faltou ao compromisso alegando estar doente (sabemos que o alfaiate assumiu o cargo em 1864)²²⁵. O professor de Língua Nacional foi o primeiro a se pronunciar, lendo o texto da multa²²⁶. Em seguida, Antonio Basílio procurou amenizar os ânimos relatando sua recente conversa com o Diretor Geral da Instrução Pública. Segundo o entalhador, o burocrata explicou que a punição somente foi imposta porque o “Diretor interino da Sociedade” ficou indiferente a suas advertências²²⁷. Entretanto, o lente replicou que “seu irmão [João dos Santos]” nunca havia recebido nenhum alerta sobre os mapas²²⁸. Ao final da conferência, a autoridade reconheceu a má condução da penalidade e prometeu perdôá-la.

No encontro extraordinário da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, a fala de Antonio Basílio indica que a multa seria relevada sob o pretexto de uma falha de comunicação. No período em foco, inexistem indícios de que Franklin Távora tenha favorecido a entidade artística por ser dela membro Honorário ou Benemérito. Mesmo depois da ajuda ao grupo de artífices, faltam subsídios para afirmar que o Diretor Geral da Instrução Pública tenha recebido alguma indicação para compor seus quadros. Independente de sua efetiva ou iminente entrada na Sociedade, é preciso destacar o fácil e pronto acesso dos sócios aos mais diversos representantes das elites letradas e proprietárias pernambucanas. A promessa de anistia da pena financeira que recaía sobre os ombros de Antonio Basílio e Valois permite verificar, mais uma vez, a penetração pública do grupo de artífices e a eficiência de suas redes de compromisso. Sem elas, dificilmente o lente de Língua Nacional conseguiria confabular com o mais eminente funcionário da Instrução Pública e convencê-lo de sua versão dos fatos.

²²¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 24/8/1867.

²²² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 11v-12.

²²³ Idem, fl. 12.

²²⁴ Idem, ibidem.

²²⁵ Idem, fls. 12v-13.

²²⁶ Idem, fls. 12-12v.

²²⁷ Idem, fl. 12v.

²²⁸ Idem, ibidem.

Terminado o aparte de Antonio Basílio, Valois pediu a palavra aos sócios. O lente de Primeiras Letras procurou demonstrar aos seus colegas que o verdadeiro culpado pela confusão havia sido o Diretor das Aulas. Segundo o depoente, Mello teria mentido à Diretoria Geral da Instrução Pública quando atribuiu o atraso da entrega dos mapas aos professores. Como o alfaiate temia “que a censura caísse sobre ele”, era conveniente que transferisse para terceiros suas obrigações administrativo-pedagógicas²²⁹. Revoltado com a multa e sem saber quando as autoridades a cancelariam, Valois exigiu que a Casa lhe emprestasse 40\$000rs. O torneiro precisava deste dinheiro para quitar o quanto antes sua dívida com a Tesouraria Provincial. Enquanto perdurasse a pendência, o lente ficaria impossibilitado de sacar dos cofres públicos um crédito de 400\$000rs²³⁰. Ao confrontarmos esta informação com o Artigo 25 da conhecida Lei Provincial de número 598, observamos que os professores públicos que atuavam a mais de 30 léguas do Recife tinham direito àquele adiantamento, que seria paulatinamente descontado de seus salários²³¹. Como vimos mais acima, em agosto Valois ainda lecionava em Cimbres.

Ao confrontarmos os esclarecimentos de Antonio Basílio e Valois, algumas questões surgem. Estariam os lentes falando a verdade? João dos Santos ou qualquer outro membro da Mesa Diretora estariam isentos de responsabilidade? O Diretor das Aulas foi o único responsável pelo recebimento da multa? Onde foram parar as advertências da Diretoria Geral da Instrução Pública? A “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também ficou diante das mesmas dúvidas. De uma forma ou de outra, todos eram suspeitos de descumprir suas obrigações legais. Como analisamos, Valois enfrentava muitos contratemplos em sua vida pessoal e trabalhava parte da semana longe do Recife. Por sua vez, Antonio Basílio poderia ter se apropriado do prestígio de seu irmão para arquivar a multa, ficando assim com sua reputação incólume. O próprio Diretor das Aulas poderia ter faltado à reunião porque pretendia se esquivar da sabatina, atitude que por si só era bastante comprometedor. Para chegarem a um veredicto mais consistente sobre a problemática que

²²⁹ Idem, *ibidem*.

²³⁰ Idem, *ibidem*. Em 10 de agosto de 1867, o Diretor Geral da Instrução Pública, Franklin Távora, atestou ao Presidente da Província, Barão de Vila Bela, que Valois tinha direito de receber 400\$000rs. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-21, fl. 119.

²³¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1864*, p. 107.

envolvia a desobediência ao Artigo 100 da Lei Provincial de número 369, os sócios decidiram visitar Mello e interrogá-lo em sua própria residência.

No transcurso da sessão extraordinária do dia 25 de agosto de 1867, uma comissão foi formada para ir ao encontro do alfaiate. Os comissários saíram imediatamente para cumprir a missão e pouco tempo depois retornaram à rua Direita para prestar contas da conversa com o Diretor das Aulas. Segundo o comissário Rufino Manoel da Cruz Cousseiro, que era o relator, Mello admitiu que o “Diretor interino da Sociedade” jamais recebera “ofício algum da Diretoria da Instrução Pública”²³². Ao contrário, as advertências que chegaram à entidade artística foram “para ele Diretor das Aulas”²³³. Entretanto, sem maiores justificativas, o depoente informou ao mestre de obras que não havia lido qualquer ofício. Finalizado o relatório de Cousseiro, parecia que Antonio Basílio e Valois estavam com a razão. Na seqüência do encontro, os debates sobre a matéria foram iniciados pela Mesa Diretora. Como todos os indícios indicavam que a penalidade era fruto dos tropeços de Mello, o gestor das aulas noturnas foi suspenso preventivamente. Assim que recuperasse a saúde, o artífice estava intimado a se explicar perante os sócios²³⁴.

Alguns dias após os intensos debates sobre os problemas relativos à multa que havia sido imposta pela Diretoria Geral da Instrução Pública, a rua Direita sediou outro encontro extraordinário. Em 1º de setembro, João dos Santos estava especialmente preocupado com a “agitação em que se acha a repartição das aulas da Sociedade”, em virtude da falta de comando e perda de rumo²³⁵. Não bastasse o recente término do curso de Francês, as atitudes de Eliziário Gomes de Mello comprometeram a continuidade das lições de Primeiras Letras. Provavelmente decepcionado com os últimos acontecimentos, Valois pediu demissão da cadeira em 27 de agosto²³⁶. Para que a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” não caísse novamente em “desconcerto público”, duas atitudes emergenciais foram tomadas por seus membros²³⁷. Para tentar dirimir o enfraquecimento da Diretoria das Aulas, uma votação definiu que a Mesa Diretora assumiria interinamente a

²³² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 13.

²³³ Idem, ibidem.

²³⁴ Idem, ibidem.

²³⁵ Idem, fl. 13v.

²³⁶ Idem, fls. 13v-14.

²³⁷ Idem, fl. 14.

gerência da instância pedagógica²³⁸. A outra medida foi a imediata nomeação de Antonio Basílio como professor substituto do ensino do *ABC*²³⁹.

O “Livro de Matrículas de Primeiras Letras” indica que, ao deixar a cadeira, o professor Felix de Valois Correia reunia 30 alfabetizando nos bancos escolares da Sociedade²⁴⁰. As inscrições destes estudantes variaram no tempo, ocorrendo entre 20 de janeiro e 17 de agosto de 1867. Todos eram alunos externos e sem vínculos perceptíveis com os sócios. A maioria absoluta deste contingente era composta por menores aprendizes ou aspirantes. A média etária entre os 25 meninos era de 13,04 anos (padrão semelhante ao de outras turmas de Primeiras Letras analisadas oportunamente). Não há referências ao tempo de vida de 4 indivíduos. Entretanto, é provável que também fossem menores, pois não tinham ofício definido. A entrada destes e de outros meninos sem iniciação profissional nas aulas do grupo de artífices aponta para algo relevante. Muitos responsáveis deveriam alimentar a esperança de que os mestres das chamadas “artes úteis” levassem seus protegidos às oficinas e canteiros de obras. Por fim, o último aluno de Primeiras Letras foi Manoel Francisco das Chagas, que contava 21 anos e era funileiro.

Ao compararmos os dados de 1867 com os de finais da década de 1850 e princípios da seguinte, observamos algo muito significativo. A criação da Diretoria das Aulas consolidou a paulatina hegemonia do aluno externo, menor e sem vínculos com a Sociedade nas aulas de Primeiras Letras. Este tipo de discente começou a freqüentar timidamente o Consistório Leste a partir de 1858, quando a gerência da projetada (e malsucedida) Escola Industrial foi concedida legalmente à Sociedade. O perfil da turma assumida por Antonio Basílio permite verificar que a ausência de sócios nas aulas de *ABC* contrariava os princípios iniciais da Sociedade, que preconizavam o “aperfeiçoamento” de seus próprios membros. Além disso, a mudança de orientação político-pedagógica das aulas de leitura e escrita foi ao encontro das exigências da Diretoria Geral da Instrução Pública, que determinava o enquadramento das escolas particulares aos interesses públicos. Ou seja,

²³⁸ Idem, fl. 13v.

²³⁹ Idem, fl. 14.

²⁴⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 11-12.

quando um estabelecimento de ensino privado era promovido à oficialidade, deveria instruir quaisquer meninos sem “moléstias contagiosas” e que fossem vacinados²⁴¹.

Diante da atuação da Diretoria das Aulas nos anos de 1866 e 1867, podemos chegar a uma importante conclusão. Junto do fracasso do projeto de “harmonia infinita” e do despejo da Igreja de São José do Ribamar, o descompasso dos cursos noturnos também permitiu que José Francisco Bento e seus aliados vencessem as eleições de 1868. Neste pleito para a Mesa Diretora, os velhos grupos hegemônicos da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” (que eram coordenados pelo mestre de obras João dos Santos Ferreira Barros) foram derrotados. No poder, Bento e seus subordinados mantiveram o controle sobre a Diretoria das Aulas, pois inexitem referências que indiquem a escolha de um novo comandante para a instância pedagógica. Era muito conveniente para os novos grupos hegemônicos acumular o comando das hierarquias da escola particular, pois o órgão era instrumento para sufocar seus adversários e reforçar ou construir redes de compromisso com as elites letradas e proprietárias pernambucanas.

Apesar de Bento e seus aliados dominarem as principais diretorias da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, os representantes dos antigos grupos hegemônicos retaliaram os novos mandatários a partir de seu último reduto: as salas-de-aula. Na seção ordinária de 12 de maio de 1868, o Tesoureiro Pedro Rates Borges afirmou que a entidade artística precisava “tomar sérias deliberações”, pois era urgente remediar a recente e “prejudicial” falta de professores em seus cursos²⁴². A crer nesse relato, Antonio Basílio deve ter abandonado sem aviso prévio as cadeiras de Primeiras Letras e Língua Nacional. Da mesma forma teria agido João dos Santos, que, como sabemos, ministrava a de Geometria e Arquitetura há alguns anos²⁴³. No período em quadro, os Ferreira Barros sabiam que os novos mandatários encontrariam muitas dificuldades financeiras para substituí-los por outros lentes qualificados. Os cofres da associação haviam ficado exauridos com a mudança de sede, muitos sócios estavam com suas mensalidades atrasadas

²⁴¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, pp. 43 e 47.

²⁴² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 17.

²⁴³ Vale recordar que, a partir de 1863, os conceitos de geometria, aritmética e arquitetura foram condensados em uma mesma cadeira.

e a verba provincial consignada anualmente pelas autoridades estava retida nos cofres públicos.

Parte da problemática levantada por Rates foi solucionada naquele mesmo encontro deliberativo. Depois de algumas considerações, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” determinou que fosse convocado “Cirillo para lecionar na cadeira de Primeira, que se acha vaga em razão do professor retirar-se”²⁴⁴. Em 1858, Cirillo Augusto da Silva já pagava mensalidades à associação²⁴⁵. Nos dois anos seguintes, ele freqüentou as aulas de Primeiras Letras, sendo registrado como um pernambucano de 20 anos e filho de José Francisco Silva²⁴⁶. Estes dados indicam que o novo alfabetizador possuía algum treinamento para lecionar o *ABC* e responsabilizar-se pelos 26 alfabetizandos matriculados em 1868 (todos eram externos e possuíam média etária de 11,9 anos²⁴⁷). Por fim, é preciso destacar que o perfil associativo de Cirillo era bastante semelhante ao dos mesários que tomaram posse neste último ano: apesar da antiguidade na instituição, o entalhador pouco participou da vida institucional da entidade artística.

O problema das Primeiras Letras foi resolvido e não houve nenhum debate sobre as lições de Língua Nacional e Geometria e Arquitetura. Atribuímos o silêncio ao fato de os Ferreira Barros deixarem a Mesa Diretora com pés e mãos atados. Além de inexistirem recursos para a contratação de mais substitutos, a Casa também estava impedida de aceitar professores voluntários, “em razão dos recibos [passados] para a Tesouraria [Provincial]”²⁴⁸. Por conta desta especificidade, aquelas cadeiras entraram em franco processo de decadência. A disciplina matemática era um dos sustentáculos ideológicos da Sociedade, mas o livro de matrículas indica que nenhum indivíduo se inscreveu no curso em 1868 (a última turma foi formada em 1867 e contou com 4 alunos externos²⁴⁹). Por

²⁴⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 17.

²⁴⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Mensalidades dos Sócios, 1841-1859, fls. 34-36.

²⁴⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 2-3.

²⁴⁷ Além das referidas inscrições, somente um outro menor foi matriculado em 2 de junho. Idem, fls. 13-14.

²⁴⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 17.

²⁴⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas de Geometria, 1858-1878, fl. 10. Assim como no caso das aulas de Francês, a entidade artística somente voltou a ensinar os conceitos matemáticos em 1871.

conta desta inoperância, as pressões políticas que João dos Santos vinha sofrendo desde o despejo intensificaram-se. Insatisfeito, o mestre de obras pediu sua demissão oficial da Geometria e Arquitetura em 3 de setembro²⁵⁰. Tal afastamento fez parte do processo que levou o perito a solicitar sua saída da Sociedade, em dezembro de 1868.

No tocante às rotinas da cadeira de Língua Nacional, as fontes disponíveis pouco trataram sobre a temática no período imediatamente posterior ao boicote dos Ferreira Barros. Como o livro de matrículas da disciplina está desaparecido, ficamos impossibilitados de atestar a existência de inscrições no ano letivo de 1868. Em contrapartida, as atas do Conselho Administrativo da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” permitem observar outro dado esclarecedor. Na reunião ordinária de 4 de março de 1869, a Casa relatou ter suprimido o ensino da gramática portuguesa de sua grade curricular²⁵¹. O pouco dinheiro em caixa justificou o mais recente corte da escola particular, pois a Diretoria das Aulas encontrava sérios problemas financeiros para iniciar o ano letivo que despontava. A verba consignada pelo governo provincial continuava retida nos cofres públicos, mediante a falta de comprometimento administrativo do Tesoureiro Pedro Rates Borges com suas prestações de contas.

Como podemos deduzir, Primeiras Letras foi a única disciplina oferecida no ano letivo de 1869. Contudo, os problemas que assolavam a rua Direita prejudicaram a montagem da turma de alfabetização. No encontro de 4 de março, notamos que dois contratemplos atrasavam o início dos estudos. Primeiramente, faltava dinheiro para que a Diretoria das Aulas comprasse “certos objetos” necessários às atividades didáticas²⁵². Por sua vez, “a [falta de uma] lista de alunos matriculados” impedia que o lente da cadeira trabalhasse²⁵³. O livro de registros dos alfabetizando não aponta inscrições até aquele dia. As duas primeiras matrículas foram feitas em 1º de abril, quando Joaquim Geraldo da Conceição entendeu que seus filhos de 10 e 16 anos precisavam continuar seu aprendizado

²⁵⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 25-26.

²⁵¹ Idem, fls. 34-34v.

²⁵² Idem, fl. 34v.

²⁵³ Idem, *ibidem*.

de leitura e escrita²⁵⁴. No transcorrer do mês, mais 8 discentes entraram na turma. Deste total, somente um artífice era sócio, Ignácio do Rego Alencar. Os outros 7 eram menores externos e tinham em média 12,4 anos. A partir de maio, mais 6 meninos ingressaram no aprendizado das primeiras letras. A idade destes estudantes girou em torno de 12,3 anos²⁵⁵.

Antonio Basílio assumiu a titularidade das Primeiras Letras²⁵⁶. É provável que o Diretor Bento procurasse amenizar alguns conflitos com sua recontração. Ao mesmo tempo, imaginamos que o filho mais novo do idealizador da Sociedade tenha voltado à escola particular por causa de seu interesse em ingressar nos quadros docentes da Instrução Pública. Pouco tempo após o retorno às aulas da Sociedade, encontramos Antonio Basílio como aluno-mestre da Escola Normal²⁵⁷. A Lei Provincial de número 598 (de 13 de maio de 1864) havia criado o estabelecimento, que objetivava preparar os futuros professores públicos pernambucanos. Para ingressar em suas fileiras, o interessado precisava ler, escrever e contar²⁵⁸. O curso tinha a duração de 2 anos. No primeiro, o graduando diversificava suas leituras, aprendia caligrafia, princípios de aritmética e o sistema de pesos e medidas. No último, estudava história sagrada, geografia e história (especialmente do Brasil), geometria, desenho linear e metodologias do ensino primário²⁵⁹. O domínio prévio de muitos destes conhecimentos e o emprego do artífice na regência das aulas noturnas aumentavam suas chances de passar no concurso público.

Além da volta de Antonio Basílio, Bento e seus aliados também criaram outra estratégia para minimizar seus fracassos à frente da escola particular. Eles transferiram suas responsabilidades administrativo-pedagógicas para terceiros. Ou seja, o grupo encabeçado pelo serralheiro pretendeu que seus erros parecessem um simples legado de processos políticos-educacionais iniciados na gestão anterior. Este argumento está fundado na análise da listagem de eliminações divulgada em 29 de maio de 1869. Dentre os 32 Sócios Efetivos

²⁵⁴ Pedro e Manoel foram rematriculados nas aulas de Primeiras Letras. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 11, 13 e 15.

²⁵⁵ Idem, fl. 15.

²⁵⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 37.

²⁵⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-25, fl. 635.

²⁵⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, p. 104.

²⁵⁹ Idem, p. 105.

que tiveram seus nomes registrados no documento, destacam-se Eliziário Gomes de Mello e Elias da Rocha Pereira²⁶⁰. Recorrentemente me referi a Mello neste capítulo, mas é importante recordar que o outro artífice foi escolhido pelo alfaiate para ocupar o posto de Secretário das Aulas. Podemos afirmar que os cortes dos dois pernambucanos também tinham relação com o ataque ao antigo *establishment* da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, que comandou as principais instâncias de poder da associação até o pleito de 1868.

Certamente, Bento amenizou suas responsabilidades pelos tropeços da associação e das aulas noturnas porque visava vencer o pleito de 1869, o que de fato ocorreu em outubro. Contudo, a hegemonia do serralheiro e de seus parceiros somente foi restabelecida quando os aliados de João dos Santos renunciaram aos cargos de Diretor e Orador. Iniciado o segundo mandato de Bento, a cadeira de Primeiras Letras continuou a ser a única disciplina oferecida pela entidade artística. Apesar disto, a Diretoria das Aulas encontrava muitos problemas administrativos para iniciar o curso em princípios de 1870. Tardamente, entre finais de julho e inícios de outubro, é que a instância pedagógica conseguiu inscrever 12 estudantes²⁶¹. Além da matrícula do sócio Alencar, outros 7 meninos retornaram aos bancos escolares. De resto, computamos 4 novos estudantes sob a regência de Antonio Basílio. Reproduzindo a média etária dos últimos exercícios, as 11 crianças estavam na faixa de 13,2 anos. Comparativamente com outras turmas de alfabetização que foram formadas na nova sede, percebemos que a de 1870 corou um processo de paulatina queda do número de matrículas no *ABC*.

Talvez por conta de tantas perdas, os sócios tenham demonstrado certo constrangimento em entregar às autoridades provinciais os mapas relativos às atividades pedagógicas de 1870. Segundo as atas do Conselho Administrativo da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, os artífices experimentaram uma certa sensação de “embaraço” quando precisaram relatar ao “Diretor da Instrução Pública” suas poucas

²⁶⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 39. A expulsão de Eliziário Gomes de Mello também será creditada a sua forte atuação no processo movido contra a Irmandade de São José do Ribamar. Na causa do estrado, que foi vencida pela Sociedade, o mestre alfaiate foi o Solicitador. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Caixa Igreja IV, “1867 – Provedoria de Capellas e Resíduos – Autoamento da petição de Rufino da Costa Pinto, para o fim n’ella contido”.

atividades no campo instrucional²⁶². Considerando a reputação que a entidade artística conseguira construir em quase três décadas de existência, compreendemos sua relutância em apresentar o documento ao burocrata. O sentimento de mal-estar também pode ter sido fruto da pequena reciprocidade da Casa com setores das elites letradas e proprietárias pernambucanas. Os mandatários da Mesa Diretora talvez temessem que o estrangulamento da escola particular fosse julgado como inépcia dos artífices e descaso da Sociedade com os socorros governamentais. As autoridades públicas haviam feito alguns esforços tanto para justificar o pagamento da cota anual na época do despejo, quanto para liberar parte dos recursos bloqueados pelos vacilos da gestão de Bento.

Como vimos, os problemas que envolveram os cursos noturnos surgiram depois do fracasso do projeto de “harmonia infinita” e do despejo da Igreja de São José do Ribamar. Ao mesmo tempo, aumentou a perspectiva de enfraquecimento institucional da Sociedade diante dos tropeços da Diretoria das Aulas. Era muito difícil manter a “marcha progressiva” de uma organização que falhava em um de seus maiores objetivos: “aperfeiçoar” os trabalhadores nacionais através de processos de escolarização. Na segunda metade da década de 1860, por mais que existissem grupos de sócios se acusando mutuamente pelos insucessos do estabelecimento de ensino particular (e da própria Sociedade), todos contribuíram para que, simbolicamente, os alicerces do sobrado da rua Direita ruíssem. Como desdobramento deste estrago, os próprios artífices colocaram sua associação à margem da retórica governamental de que era preciso fomentar a instrução das “classes laboriosas”. Neste sentido, a Casa fechou um ciclo de sua história cada vez com menos possibilidades de reconquistar, sob novas bases, o monopólio da formação dos artistas mecânicos.

4.4. O mercado das edificações.

No último quinquênio da década de 1860, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” esteve absolutamente envolvida com os problemas esmiuçados neste capítulo: os

²⁶¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fl. 16.

²⁶² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 54v.

grupos de sócios rivais estavam mais preocupados em disputar as cadeiras da Mesa Diretora do que promover publicamente a entidade artística. As estratégias que sempre fizeram parte das prioridades político-institucionais da associação ficaram em segundo plano. As aulas noturnas diminuíram com a extinção dos cursos de Francês, Língua Nacional e Geometria e Arquitetura. Concorrentemente, as práticas de auxílio-mutuo da Sociedade tornaram-se cada vez mais frágeis. Não há referências documentais de que o grupo de artífices estivesse empenhado, por exemplo, em criar novas comissões de obras de carpinteiro, pedreiro e carpina, que antes eram responsáveis por orçar e contratar os mais variados serviços junto ao mercado pernambucano e distribuí-los entre os trabalhadores que tinham seus nomes inscritos no Livro de Matrículas.

No período posterior ao despejo da Igreja de São José do Ribamar, o descaso com o mutualismo e com o “aperfeiçoamento” dos sócios certamente contribuiu para o gradativo desinteresse dos artífices recifenses pela “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Outros fatores que colaboraram com o esvaziamento da Casa foram as denúncias de privilégios, o fracasso da Diretoria das Aulas e a profunda crise político-institucional que assolou a rua Direita. A maior parte dos associados somente pode contar com seus esforços pessoais para conquistar novas empreitadas. Sem dúvida, tais estratégias particularistas arranhavam o tradicional princípio corporativo que vinha norteando as práticas costumeiras da entidade artística. Tendo em vista a complexa conjuntura que foi analisada até aqui, uma pergunta conduzirá esta seção: os tropeços da entidade artística atrapalharam os Sócios Efetivos na conquista de novos serviços no mercado de edificações pernambucano?

As atas da Câmara Municipal do Recife indicam que os descompassos da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” pouco afetaram a contratação de sócios para a construção de imóveis particulares. Vejamos alguns casos em que os associados fizeram solicitações à municipalidade. Em 17 de janeiro de 1866, os vereadores discutiram um requerimento que havia sido enviado por Theodoro Ramph ao Engenheiro Cordeador²⁶³. O peticionário solicitava à autoridade competente que fosse vistoriado o oitão da casa vizinha a que estava construindo na rua da Conceição, localizada na próspera freguesia da Boa Vista. O artífice estrangeiro construía um imóvel que foi encomendado pelo Conselheiro

²⁶³ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1866-1868, fl. 1.

José Bento da Cunha Figueiredo²⁶⁴. Recordemos que o político tornara-se Sócio Honorário em 1867. É provável que a obra tenha sido encomendada ao mestre europeu a partir dos contatos estabelecidos na própria associação. Discutido o pedido do perito alemão, os vereadores entenderam que nada poderiam decidir sobre a matéria, na medida em que seu cerne nada tinha a ver com assuntos de “interesse público”²⁶⁵.

Na sessão ordinária de 14 de setembro de 1867, a municipalidade discutiu outro requerimento que havia sido enviado pelo mesmo perito estrangeiro. Ao edificar um sobrado na rua Nova (logradouro que tinha prestígio de lugar da moda e da elegância na freguesia de Santo Antonio), o artífice alemão havia informado ao Engenheiro Cordeador que era impossível “presentemente fazer o encanamento das águas pluviais para esgotar debaixo da calçada, como lhe foi intimado, porque a dita calçada é muito baixa, e não se pode colocar os canos necessários para este fim”²⁶⁶. Na petição, Theodoro Ramph solicitou ao Engenheiro Cordeador que lhe fosse concedida uma licença para “encanar as águas pluviais no cano mestre que passa na rua das Flores”²⁶⁷. Tecidas algumas considerações sobre a pertinência do requerimento, os vereadores acharam conveniente que o peticionário recorresse diretamente à Repartição das Obras Públicas. Contudo, a Câmara Municipal ressaltou que o projeto do mestre europeu, que pretendia desviar o fluxo das águas da chuva, era procedente, pois em nada feria as posturas da cidade do Recife.

²⁶⁴ Idem, *ibidem*.

²⁶⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶⁶ Idem, fls. 149v-150.

²⁶⁷ Idem, *ibidem*.



FIGURA 7 – “A rua Nova, por volta de 1865. Como a do Ouvidor, no Rio de Janeiro, nunca perdeu seu prestígio de rua elegante e da moda. À direita, o oitão da Matriz de Santo Antonio e à esquerda, mais adiante, a torre da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares [...] Fotografia, provavelmente, do pernambucano João Ferreira Vilela”. Gilberto Ferrez, *Álbum de Pernambuco e seus Arrabaldes*, Recife, F. H. Carls, 19-?.

Dentre os sócios que consultaram o Engenheiro Cordeador na segunda metade da década de 1860, outros dois merecem especial atenção. Em 10 de maio de 1865, a Câmara Municipal concedeu ao sócio Joaquim Francisco Collares uma autorização para concluir 4 casas que construía “no bairro do Recife”²⁶⁸. No ano seguinte, o mesmo artífice também conseguiu que a municipalidade aprovasse seu pedido para “a construção da sotea” no sobrado da rua do Brum, 66²⁶⁹. Mais duas outras obras que estavam sob o risco do artífice pernambucano foram aprovadas em 1867. Em 21 de novembro, os vereadores permitiram que o empreiteiro fizesse uma “sotea no sobrado de dois andares na rua do Brum, 48”²⁷⁰.

²⁶⁸ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1863-1866, fl. 134v.

²⁶⁹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1866-1868, fls. 73v-74.

²⁷⁰ Idem, fl. 167.

Pouco depois, no dia 7 de dezembro, os legisladores da cidade também concederam ao membro da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” a mercê de fazer “uma sotea na casa térrea nº 64, sita à rua do Pilar”²⁷¹. Frisamos que os referidos logradouros estavam localizados na freguesia do Recife²⁷². Por sua vez, em princípios de 1868, encontramos Felipe Jacome Costa construindo uma casa térrea para a Ordem Terceira do Carmo²⁷³. O imóvel estava sendo edificado na rua das Cruzes, 29 (em Santo Antonio)²⁷⁴.

Nas petições de Collares e Jacome, os artífices foram referidos pelos vereadores como mestres pedreiros²⁷⁵. Entretanto, como sabemos, os livros da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” indicam que eles somente foram reconhecidos como peritos algum tempo depois de realizarem as obras supra. A diferença no registro indica que as aulas noturnas de geometria talvez tenham oferecido aos Sócios Magistrandos (título dado aos oficiais) *status* de mestres de fato. Do ponto-de-vista comercial, parece evidente que os dois artífices souberam capitalizar vantagens com a liberalização dos canteiros de obras pela municipalidade no início da década de 1860. Ou seja, a abertura do mercado de edificações também foi um evento que fortaleceu politicamente os grupos secundários da associação, permitindo que conquistassem legitimidade para derrubar os mestres até então hegemônicos. Recordemos que os próprios Collares e Jacome foram eleitos mesários em 1868.

As atas da Câmara Municipal do Recife também permitem verificar que, no tocante à construção de imóveis no núcleo urbano da cidade (freguesias do Recife, Santo Antonio e Boa Vista), os sócios mantiveram sua mão-de-obra concentrada onde eram requeridos serviços mais “aperfeiçoados”. Este dado é muito representativo, pois denota que o grande fluxo de migrantes do *hinterland* pouco afetou a empregabilidade dos membros da associação na segunda metade da década de 1860. É bastante provável que a grande maioria dos novos habitantes do Recife somente tenha conseguido trabalho na construção de mocambos e cortiços, que se multiplicavam com o crescimento espacial da cidade para

²⁷¹ Idem, fl. 172.

²⁷² Vanildo Bezerra Cavalcanti, op. cit., p. 316.

²⁷³ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1866-1868, fl. 193.

²⁷⁴ Idem, ibidem. Raimundo Arrais, op. cit., p. 344.

áreas pouco valorizadas. Nos anos de 1866 e 1867, a preocupação com o desrespeito à ordem urbana era tamanha que obrigou os engenheiros a refazerem os planos de alinhamento da capital, “tendo em vista um grande desenvolvimento provável da povoação e a respectiva necessidade de novas ruas”²⁷⁶. No bojo deste debate, por exemplo, foram propostas posturas para proibir a edificação de cortiços sem licença²⁷⁷.

Para melhor compreender e justificar a presença de sócios na edificação de imóveis particulares localizados em áreas mais centrais, pode-se recorrer ao relatório da Segunda Exposição Nacional, ocorrida na Corte em 1866. Analisando o desenvolvimento das “construções civis” nas principais cidades do Império, os comissários do evento afirmaram ser preciso levantar mais residências para “as classes médias”²⁷⁸. Em contrapartida, abundavam cortiços para pobres e “espaçosas casas” para os ricos²⁷⁹. Segundo o documento, havia uma falta crônica de habitações para as camadas médias urbanas porque “os chamados mestres de obras, em geral, são incapazes de traduzir qualquer planta geométrica”²⁸⁰. Para suprir a nova demanda e satisfazê-la adequadamente, os redatores do relatório entendiam ser preciso fomentar o ensino industrial e “dar instrução técnica aos mestres e contramestres de obra”²⁸¹. Neste sentido, por mais que a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” vivenciasse uma crise interna, a crescente demanda por habitações de melhor nível estrutural encontrou suporte artístico quase que exclusivo na especialização e comprometimento dos sócios.

A comparação entre os Mapas 1 e 2, construídos por Silvio Zancheti, permite que tenhamos uma boa dimensão do crescimento urbano do Recife no transcorrer da década de 1860. Na primeira representação da cidade, que indica sua mancha urbana no ano de 1865, as freguesias do Recife (A), Santo Antonio e São José (B) eram densamente povoadas. A

²⁷⁵ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1866-1868, fls. 172 e 193.

²⁷⁶ Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Fundo GIF, Série Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Códice 4B-458, maço 315.

²⁷⁷ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1866-1868, fl. 130.

²⁷⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Relatório da 2ª Exposição Nacional de 1866*, 2ª parte, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1869, p. 107.

²⁷⁹ Idem, *ibidem*.

²⁸⁰ Idem, p. 105.

²⁸¹ Idem, p. 107.

freguesia da Boa Vista (C), que era continental e concentrava boa percentagem das camadas médias urbanas, começava a experimentar uma expansão mais efetiva. Na segunda representação, relativa ao ano de 1876, São José seguiu em direção à Cabanga (D). Por sua vez, Boa Vista foi além de seus limites originais, unindo-se ao complexo “rurbano” do Recife (E). O rio Capibaribe foi o mais importante vetor para esta última ocupação dos “arredores” do Poço da Panela, Casa-Forte, Monteiro, Apipucos, Caxangá e Várzea²⁸². Nestes espaços suburbanos da capital da Província, os pernambucanos tanto construíam casas avalizadas pelos Engenheiros Cordeadores, quanto cortiços que desrespeitavam as posturas municipais.

Mapas 1

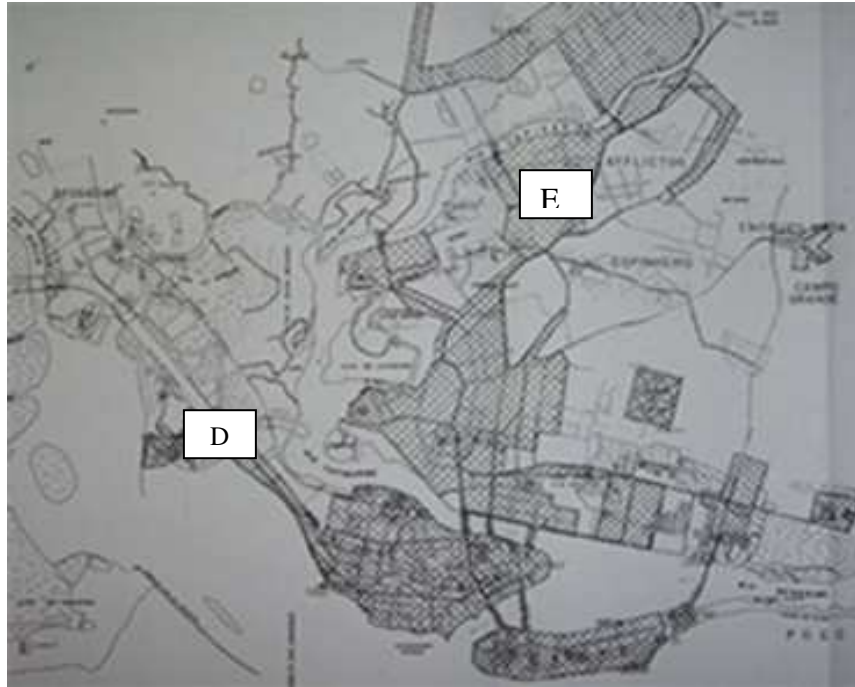
Mancha urbana do Recife em 1865



Fonte: Silvio Mendes Zancheti, *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*, São Paulo, USP, 1989, tese de doutorado em arquitetura e urbanismo.

²⁸² Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, 9ª edição, Rio de Janeiro, Editora Record, 1996, p. 195. Marcus J. M. de Carvalho, “Os Caminhos do Rio: negros canoieiros do Recife na primeira metade do século XIX”, *Afro-Ásia*, (1997), números 19/20, p. 83. Orlando Parahym, *Traços do Recife: ontem e hoje*, Recife, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978, p. 122.

Mapa 2
Mancha urbana do Recife em 1876



Fonte: Silvio Mendes Zancheti, op. cit.

Apesar do descaso da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” com as comissões de obras e dos conflitos com a Irmandade de São José do Ribamar, alguns sócios também conseguiram contratar o restauro de casas e igrejas que pertenciam ao patrimônio das confrarias recifenses. Encontramos os nomes de alguns associados nas prestações de contas de diversas Mesas Regedoras às autoridades pernambucanas competentes. Vejamos alguns exemplos. Entre finais de 1868 e princípios de 1869, a Irmandade do Senhor Bom Jesus da Via Sacra contratou o mestre de obras Manoel Pereira de Hollanda para realizar reparos em um de seus imóveis, localizado na rua do Mondego, 29, e na Igreja de Santa Cruz, onde estava instalada. Dividido em três pagamentos, o artífice pernambucano recebeu o total de 355\$000rs pelos serviços realizados²⁸³. No mês de agosto de 1870, o perito voltou ao mesmo Templo para fazer diversas empreitadas em sua sacristia e no altar do

²⁸³ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (AGTJPE), Setor de Documentos Históricos, Caixa sem indexação, “1869 – Provedoria de Capellas – Autoamento da Petição da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Via Sacra da Igreja de Santa Cruz para o fim de prestar contas de sua receita e despesa”, fls. 14, 18 e 29.

Senhor dos Passos. Para tanto, recebeu o considerável montante de 795\$000rs²⁸⁴. Por fim, destacamos que todos os edifícios reparados pelo sócio ficavam na freguesia da Boa Vista²⁸⁵.

Manoel de Hollanda Lobo, um dos artífices fundadores da então “Sociedade das Artes Mecânicas”, com mais de 70 anos de idade em 1866, coordenou os consertos de alguns imóveis pertencentes ao patrimônio da Irmandade do Espírito Santo, que, segundo as fontes, estava sediada na Igreja do Colégio [dos Jesuítas]²⁸⁶. O Templo em questão também era conhecido como Igreja do Espírito Santo e ficava na Praça Pedro II (freguesia de Santo Antonio). Podemos observá-lo parcialmente na Figura 5 (Capítulo 2), quando sua imagem foi reproduzida junto ao palanque que foi construído para recepcionar Sua Majestade Imperial, quando de sua chegada à cidade do Recife em 1859. No rol dos trabalhos realizados sob a supervisão do experiente mestre, elencamos os reparos de algumas casas nas ruas de Santa Tereza e da Lingüeta e na Praça de Pedro II. Pela empreitada, Lobo recebeu do Tesoureiro da Mesa Regedora 181\$440rs²⁸⁷. Na mesma época, Pedro Rates Borges também foi contratado pela mesma confraria para realizar algumas obras na sacristia onde as alfaías da organização leiga estavam depositadas. Pelos trabalhos, o artífice recebeu a substancial quantia de 589\$500rs²⁸⁸.

Os consertos que José Antonio Alves Neivas realizou na clarabóia da Igreja da Madre de Deus merecem especial menção²⁸⁹. Recordemos que o Sócio Provento entrou na Sociedade em 1863, era mestre estucador e nasceu em Portugal. O contratante dos serviços foi a Irmandade de Santa Ana, que estava instalada no edifício religioso²⁹⁰. Segundo a prestação de contas que a confraria enviou à Provedoria de Capelas, o artífice europeu

²⁸⁴ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (AGTJPE), Setor de Documentos Históricos, Caixa sem indexação, “1871 – O Juízo de Capellas – Autoamento da Petição de Manoel Domingues de Santa Anna Junior, Thesoureiro da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Via Sacra, para o fim de prestar contas de sua receita e despezas”, fls. 7-8.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*. Raimundo Arrais, *op. cit.*, p. 346.

²⁸⁶ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (AGTJPE), Setor de Documentos Históricos, Caixa sem indexação, “1866 – Autoamento da petição do Solicitador do Juízo, para prestação das contas de receita e despeza da Irmandade do Espírito Santo da Igreja do Colégio”.

²⁸⁷ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (AGTJPE), Setor de Documentos Históricos, Caixa sem indexação, “1866 – Autoamento da petição do Solicitador do Juízo, para prestação das contas de receita e despeza da Irmandade do Espírito Santo da Igreja do Colégio”, fl. 9.

²⁸⁸ Idem, fls. 117 e 157.

²⁸⁹ A Igreja da Madre de Deus foi construída em finais dos seiscentos na freguesia do Recife.

recebeu 84\$600rs no dia 22 de julho de 1866²⁹¹. Poucas vezes as fontes descreveram com minúcias os custos da mão-de-obra. Dois oficiais foram contratados pelo mestre estucador por 3\$000rs por dia. Um deles ficou 7 dias no canteiro de obras, percebendo o total de 21\$000rs. O outro trabalhou durante 6 dias, recebendo 18\$000rs. O terceiro oficial, talvez mais especializado, ficou somente 1 dia na empreitada e embolsou 4\$000rs. A tarefa também contou com 3 serventes, que recebiam jornais de 1\$280rs. Por 7 dias de labuta, 2 receberam 8\$960rs cada. O último trabalhou 6 e recebeu 7\$680rs. De resto, foram 11\$000rs de insumos e 5\$000rs pela coordenação de Neivas²⁹².

Tais valores podem ser comparados com os que aparecem na tabela que prescrevia a remuneração dos artífices envolvidos com os serviços organizados e/ou concedidos pela Repartição das Obras Públicas. Segundo um documento, de meados de 1865, a diária do oficial de pedreiro girava entre 1\$600rs e 3\$000rs. Por sua vez, os oficiais de carpina perceberiam entre 1\$600rs e 3\$800rs. Os serventes, de \$800rs a 1\$000rs²⁹³. O Engenheiro Chefe Gervásio Pires Campello entendia que tais valores eram muito altos para os padrões locais. Contudo, eles seriam necessários “para atrair maior número de artistas e serventes”²⁹⁴. Como vimos, muitos trabalhadores deixavam seus serviços inconclusos quando recebiam melhores propostas financeiras e o “gancho” era uma prática bastante disseminada no Recife. Parece evidente que Neivas pagava melhores jornais porque pretendia conservar equipes comprometidas e qualificadas, o que facilitava a entrega de empreitadas no prazo e com considerável padrão técnico. Isso lhe permitia, ainda, manter seu bom nome na praça e suficiente confiabilidade para conseguir novos contratos.

Atestada a presença de sócios nos canteiros de obras particulares das principais freguesias e irmandades do Recife (apesar da crise institucional da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”), vejamos agora as empreitadas organizadas e/ou concedidas pelos órgãos governamentais. Aproveitando o fato de há pouco ser citada a Repartição de Obras Públicas, iniciarei a análise a partir dos serviços que foram demandados pelo governo

²⁹⁰ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (AGTJPE), Setor de Documentos Históricos, Caixa sem indexação, “1867 – Provedoria de Capellas – Autoamento da petição da Meza Regedora da Irmandade de Santa Anna da Igreja da Madre de Deos, para o fim de prestar contas de sua receita e despesa”.

²⁹¹ Idem, fl. 21.

²⁹² Idem, ibidem.

²⁹³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-38, fl. 117v.

²⁹⁴ Idem, fl. 116.

provincial. Seguindo uma tendência que se fortalecia desde inícios dos anos de 1860, aquele departamento aprofundou seu papel de agente fiscalizador, preferindo transferir para terceiros, através de concorrências, as obras de sua alçada²⁹⁵. Prova da relativa inatividade de parte do pessoal da Repartição de Obras Públicas foi a cessão de seu experiente Mestre Pedreiro, Francisco Xavier Soares, ao governo do Pará. Em finais do primeiro semestre de 1869, o artífice pernambucano acordou com a Província do Norte um contrato de dois anos, que somente poderia ser desfeito em caso de doença. O documento também previa um polpudo salário mensal de 200\$000rs, além de traslados e moradia para toda sua família²⁹⁶.

Francisco Xavier Soares assumira o posto de Mestre Pedreiro da Repartição das Obras Públicas em princípios da década de 1850, quando era membro da então “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”. No mesmo período em que o artífice assinou contrato com o governo do Pará, seu nome foi riscado do Livro de Matrículas da rebatizada “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Assim como outros sócios mencionados neste capítulo, o mestre de ofício também estava na lista de eliminações apresentada na sessão magna de 29 de maio de 1869²⁹⁷. É possível que a Casa tenha entendido que a filiação de Soares era incompatível com a grande distância que separava a cidade do Recife de seu novo lar²⁹⁸. Independente da verossimilhança desta hipótese, a viagem do perito pode ser considerada um símbolo da consolidação dos processos de concorrência nas obras públicas provinciais, medida que era absolutamente consoante à diretriz imperial de fomento ao “espírito de empresa”. Os significados desta política foram discutidos em outro

²⁹⁵ Silvio Mendes Zancheti, op. cit., pp. 228-229.

²⁹⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-46, fls. 275, 352-353v.

²⁹⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 39.

²⁹⁸ Sem precisar motivos, as fontes indicaram que Francisco Xavier Soares rompeu seu acordo com as autoridades paraenses. Em fevereiro de 1870, encontramo-lo reparando o cais do Apolo. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-47, fl. 54. Em maio, o mestre pedreiro realizou uma vistoria na “casa em que funciona a Assembléia Provincial”. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR055, maço Secretaria da Presidência de Pernambuco maio de 1870. Apesar do precoce retorno ao Recife, o artífice permaneceu de fora da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. No início da década de 1870, quando a associação substituiu seu Livro de Matrículas, que estava mal conservado, notamos a ausência do nome de Soares no documento. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901.

momento da tese, quando referimo-nos à legislação que pretendia regular a livre iniciativa no Brasil.

Em Pernambuco, é provável que o paulatino desuso do sistema de obras por administração tenha prejudicado o nível de empregabilidade dos membros da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Sabemos que o Mestre Pedreiro da Repartição de Obras Públicas tinha considerável autonomia para montar suas próprias equipes. Neste sentido, como Francisco Xavier Soares pouco edificou ou reparou prédios governamentais nos últimos anos da década de 1860, mínimas foram as suas chances de oferecer serviços para os consócios (fossem oficiais ou contramestres de carpina e pedreiro, por exemplo). Em contrapartida à escassez de obras por administração, podemos supor que os mestres de obras da entidade artística encontraram mais oportunidades para competir por novas empreitadas, na medida em que aumentou o volume de licitações organizadas pelo governo provincial. Para checar esta possibilidade, é necessário aferir, no transcurso da segunda metade da década de 1860, até que ponto os peritos da associação recifense realmente conseguiram marcar presença nas concorrências públicas e vencê-las.

No dia 1º de março de 1868, enquanto relatava suas atividades à Assembléia Legislativa de Pernambuco, o Presidente da Província demonstrou estar insatisfeito com a maioria dos empreiteiros que venciam as concorrências. O Barão de Vila Bela afirmou que era preciso ajustar o sistema de trabalho na Repartição de Obras Públicas. Segundo o representante do Poder Executivo, “seria conveniente que nos processos de habilitação para a arrematação de obras não se desse preferência aos licitantes pelo simples fato dos maiores abates oferecidos”²⁹⁹. O partidário da Liga Progressista justificou sua proposta afirmando que boa parte dos indivíduos que ofereciam os melhores lances eram pouco comprometidos com suas tarefas. “Com raras exceções, só visam auferir o maior lucro possível”³⁰⁰. No lugar deste tipo de empreendedor, continuava ele, era preciso valorizar os que fizessem obras “por si ou por agentes entendidos do serviço que se propusessem executar”³⁰¹. Tais profissionais “não quererão sem dúvida comprometer sua reputação artística, sacrificando-a

²⁹⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Exm. Sr. Barão de Villa-Bella na sessão do 1º de março de 1868*, Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1868, pp. 22-23.

³⁰⁰ Idem, p. 23.

³⁰¹ Idem, *ibidem*.

ao interesse pecuniário; daqui resulta que as obras executadas por estes não de oferecer mais garantias de perfeição e solidez”³⁰².

Emblemático, o discurso do Barão de Vila Bela indica que a maioria dos licitantes que venciam as concorrências eram empreendedores dissociados da cultura corporativa. Compreendemos o incômodo do Barão com tal grupo de arrematantes quando analisamos as fontes. Objetivando o lucro, os capitalistas montavam orçamentos pautados por dois princípios que lhes conferiam grande competitividade. Um deles era a contratação de trabalhadores “proletarizados”, mão-de-obra que abundava no Recife por causa do movimento migratório. O outro era o costume de adulterar o material de construção arrolado nos orçamentos. Em 1867, por exemplo, os consertos do cemitério de São Lourenço da Mata, localizado nos arredores recifenses, foram feitos com argamassa de péssima qualidade. Segundo o fiscal, o preparado era composto “de muito barro e pouca cal e o orçamento manda positivamente que se empregue cal e areia unicamente”³⁰³. Tais práticas eram tão constantes que os pernambucanos tinham certeza de que “as obras que se fazem por conta do Estado são caras e malfeitas”³⁰⁴.

Diante das estratégias utilizadas pelos capitalistas (que os habilitava a vencer licitações organizadas pelo governo pernambucano), é fácil compreender os motivos que levavam os mestres forjados pela cultura corporativa a ficarem praticamente excluídos dos canteiros de obras públicas. Como estes últimos atores zelavam por sua boa reputação sócio-profissional, precisavam manter a qualidade de seus serviços, e isso exigia auxiliares mais bem preparados e remunerados, bem como a escolha de insumos de reconhecida procedência. Por conseguinte, os orçamentos de suas obras eram quase sempre mais altos que os dos empresários citados pelo Barão de Vila Bela em seu relatório à Assembléia Provincial. Parafraseando Eric Hobsbawm, quando discorreu sobre certos grupos de artífices da Inglaterra oitocentista, muitos peritos que estavam estabelecidos na cidade do

³⁰² Idem, *ibidem*. Lembremos que os debates sobre a importância da relação custo/benefício nos canteiros de obras públicas começaram a despontar um pouco antes do relatório do Barão de Vila Bela. Em princípios da década de 1860, vimos que a Diretoria das Obras Militares discutiu um lance que havia sido dado por Theodoro Ramph. O sócio disputava a feitura dos paióis do subúrbio da Torre. Apesar de as cifras de seu orçamento serem maiores que as oferecidas por outros concorrentes, o Diretor Coronel entendeu que os serviços do alemão compensariam a diferença.

³⁰³ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1866-1868, fl. 170.

Recife acumulavam fracassos nas concorrências porque entendiam que “o ofício não era somente uma maneira de fazer dinheiro, mas, na realidade, a renda que ele proporcionava era o reconhecimento [...] do valor do trabalho decente executado decentemente por grupos de homens respeitáveis”³⁰⁵.

A análise de Eric Hobsbawm remete o leitor à supremacia do sistema estandardizado de produção (dominado pela lógica do lucro, da homogeneidade dos processos produtivos e da “proletarização” dos trabalhadores) frente aos valores calcados nas tradições corporativas. Tendo em vista tal perspectiva, os velhos mestres de obras da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também começaram a experimentar um movimento que foi observado por E. P. Thompson, quando estudou mudanças nos costumes tradicionais dos “de baixo” da pirâmide social: a separação entre o “trabalho” e a “vida”³⁰⁶. No mercado das obras públicas pernambucanas, valores como dignidade, honestidade, precisão e honra perdiam relevância simbólica. Em seu lugar, ganhava espaço o tempo e a disciplina do capital. Nos canteiros de obras públicas do Recife, é provável que as necessidades cotidianas de sobrevivência exigiram que muitos membros da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” se sujeitassem a um patrão que pouco se importava com seu costumes e tradições.

Nas obras públicas provinciais, a pequena presença de empreiteiros forjados pelos costumes corporativos também pode ser creditada às falhas da Tesouraria Provincial. Neste sentido, podemos compreender o conveniente silêncio do Barão de Vila Bela sobre a matéria. As fontes disponíveis indicam que os sucessivos governos de Pernambuco atrasavam os pagamentos dos valores contratados com os arrematantes³⁰⁷. Somente quem possuía avultados recursos conseguia suportar uma longa espera pelos dinheiros devidos. A falta de pontualidade da pagadoria pernambucana era certamente um empecilho que impedia os peritos menos afortunados de participarem dos pregões, pois sua capacidade de poupança era insuficiente tanto para suportar um sistemático endividamento com

³⁰⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-47, fl. 201.

³⁰⁵ Eric. J. Hobsbawm, *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, p. 364.

³⁰⁶ E. P. Thompson, *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 300.

³⁰⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-41, fl. 47.

fornecedores, quanto para pagar oficiais e serventes que estavam sob seu comando. Prova da possível insegurança dos mestres de obras em foco com os deslizes financeiros do governo provincial é sua ausência de diversas licitações, mesmo daquelas que eram lucrativamente pouco atrativas para os empresários que estavam estabelecidos em Pernambuco³⁰⁸.

Em meio a tantas complexidades, por mais que o Barão de Vila Bela desejasse mudar as regras vigentes no tocante às obras por arrematação, a própria máquina governamental dificultava a vida dos mestres mais pobres que porventura desejassem contratar serviços junto ao Estado. As fontes disponíveis indicam que somente um único sócio venceu, de forma sistemática, as licitações que foram organizadas pelo governo: trata-se de Rufino Manoel da Cruz Cousseiro. Em outros capítulos, vimos que o mestre de obras possuía meios materiais suficientes para suportar os eventuais atrasos da pagadoria provincial, pois era reconhecido publicamente como proprietário e estava envolvido com outros ramos de comércio. O outro fator que pode comprovar sua estabilidade financeira era sua qualificação como eleitor. Tendo em vista o teor do discurso do relatório de 1868, feito pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa, parece evidente que Cousseiro fazia parte do seleto grupo de empreiteiros que respondia às expectativas técnicas desejadas pelas autoridades públicas, pois era reconhecido por sua precisão artística.

Vejamos alguns exemplos de importantes empreitadas que Cousseiro arrematou junto à Repartição de Obras Públicas. Em 1865, por 139\$600rs, encontramos o sócio executando os consertos da “casinha d’água-férrea na Caxangá”, localizada nos subúrbios do Recife³⁰⁹. No início de fevereiro do ano seguinte, o mestre de obras recebeu o pagamento referente à construção de uma bomba na Estrada dos Aflitos³¹⁰. O contrato foi assinado em 5 de janeiro de 1866, sendo orçada a empreitada em 985\$830rs³¹¹. Em maio, como “arrematante do reboco do Ginásio Provincial”, o artífice executou a terça parte da

³⁰⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-40, fl. 1; OP-42, fl. 156 e OP-43, fl. 330.

³⁰⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-39, fls. 114-116.

³¹⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-40, fl. 104.

³¹¹ Idem, fls. 8-9v.

obra e recebeu a primeira prestação no valor de 840\$000rs³¹². No mês de junho, foi concluída a segunda etapa do serviço e o departamento liberou o pagamento correspondente³¹³. Os serviços na escola secundária foram concluídos no início de 1867, quando foi liberada a última parcela³¹⁴. No segundo semestre de 1868, “o mestre carpina” realizou reparos em outro estabelecimento de ensino, que era a Escola Normal³¹⁵. Por fim, em março de 1869, encontramos-lo nas obras do Palácio da Presidência da Província, onde somente os custos com materiais de construção alcançaram a cifra de 500\$360rs³¹⁶.

Na segunda metade da década de 1860, algumas obras em quartéis e fortalezas também foram feitas pela Repartição de Obras Públicas. É possível que problemas financeiros relacionados à Guerra do Paraguai tenham algo a ver com esta transferência de responsabilidades. Em junho de 1866, por exemplo, Cousseiro concluiu “os concertos feitos em diversos estabelecimentos militares”, o que lhe conferiu um crédito de 670\$800rs³¹⁷. No mês de dezembro, algumas obras mais urgentes no Quartel da Soledade foram feitas pelo montante de 480\$000rs³¹⁸. Por 13 dias de trabalho, 2 pedreiros receberam diárias de 2\$500rs³¹⁹. Como vimos no transcorrer da seção, este era um bom jornal, pois quase chegava ao teto regulado pela tabela de 1865. Pelo mesmo tempo de serviço, 2 serventes auxiliaram aqueles oficiais. Cada um recebeu a diária de 1\$280rs, que, como sabemos, era uma cifra que extrapolava o pagamento máximo que havia sido determinado pelo departamento supra³²⁰. Pela coordenação dos serviços, Cousseiro embolsou 43\$000rs (que equivalia a 10% dos custos totais, que foram 437\$000rs)³²¹. Por fim, em 1867, o sócio fez reparos no Quartel do Hospício, que custaram 290\$580rs³²².

³¹² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-41, fls. 52-53.

³¹³ Idem, fl. 110.

³¹⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-43, fl. 38.

³¹⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-46, fls. 398-400.

³¹⁶ Idem, fl. 113.

³¹⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-41, fl. 173.

³¹⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-42, fl. 249.

³¹⁹ Idem, fl. 250.

³²⁰ Idem, *ibidem*.

³²¹ Idem, *ibidem*.

³²² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-43, fl. 65.

Se observarmos os orçamentos que foram licitados pela própria Diretoria das Obras Militares, recordaremos que, na primeira metade da década de 1860, Cousseiro, Ramph e João dos Santos foram sócios bastante presentes nas empreitadas do órgão. Com o advento da Guerra do Paraguai, os empreiteiros pernambucanos tiveram seus caminhos absolutamente abertos para arrematar todos os serviços em fortalezas e quartéis. Em finais de 1866, segundo o relatório da Diretoria do Arsenal de Guerra de Pernambuco, os pedreiros não faziam mais parte da recém criada Companhia de Operários³²³. De forma geral, toda a referida divisão sofreu com o conflito sul-americano, pois muitos artífices engajados serviram nos “Corpos do Exército”³²⁴. Isto posto, apesar de haver mais arrematações, somente os empreiteiros mais capitalizados conseguiram abocanhar os serviços da Diretoria das Obras Militares. A seção convivía com problemas semelhantes aos enfrentados pela Repartição de Obras Públicas. Não por acaso, Cousseiro foi o único sócio que continuou contratando regularmente com a esfera militar.

No início de 1866, encontramos o mestre de obras pernambucano fazendo vários reparos na Enfermaria Militar do Quartel do Hospício por 313\$260rs³²⁵. Em meados do ano seguinte, foram pagos ao artífice mais 297\$950rs pelos consertos do Quartel de Depósito de Instrução Especial³²⁶. Ainda no final de 1867, Cousseiro recebeu 107\$000rs pelos reparos em uma das salas da residência do comandante da Fortaleza do Brum³²⁷. No mês de maio de 1869, por 650\$000rs, o sócio venceu a licitação para realizar os restauros de parte da coberta do Depósito dos Recrutados do Quartel da Soledade³²⁸. Logo em seguida, no mesmo prédio, o mestre de obras recuperou suas cozinha e arrecadação pelo montante de

³²³ Em 1866, o Arsenal de Guerra tinha oficinas divididas em 6 classes. Elas aglutinavam coronheiros, tanoeiros, marceneiros, carpinteiros, pintores, serralheiros, espingardeiros, ferreiros, correeiros, latoeiros, funileiros, fundidores e alfaiates. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Guerra, Códice AG-20, fl. 364. A Companhia de Operários do Arsenal de Guerra de Pernambuco foi criada em 9 de dezembro de 1865, visando substituir a estrutura da antiga Companhia de Artífices. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Guerra, Códice AG-24, fl. 241.

³²⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Guerra, Códice AG-22, fl. 38.

³²⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-5, fls. 140-141.

³²⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-6, fl. 31.

³²⁷ Idem, fls. 50 e 68.

³²⁸ Idem, fls. 298-299.

125\$000rs³²⁹. Em dezembro do ano em quadro, o perito recebeu 491\$460rs pelas obras de recuperação do Laboratório Pirotécnico³³⁰. No segundo semestre de 1870, 647\$500rs foram pagos a Cousseiro pelos serviços em outro edifício militar³³¹. Ainda em dezembro deste último ano, o Quartel do Hospício mais uma vez recebeu a visita do artista mecânico pernambucano. Nesta oportunidade, foram instaladas “prateleiras e cabides de amarelo” pelo expressivo orçamento de 1:263\$980rs³³².

No final da década de 1860, ainda encontramos Cousseiro arrematando diversos serviços que foram orçados pela Diretoria das Obras Gerais de Pernambuco. As fontes relativas ao departamento surgem eventualmente em meio aos papéis da Repartição de Obras Públicas. Entretanto, segundo um relatório deste último órgão, ambos eram completamente autônomos na feitura e reparo de edifícios governamentais³³³. A Diretoria das Obras Gerais de Pernambuco estava diretamente subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas³³⁴. Ou seja, o responsável pelo escritório pernambucano respondia diretamente à Corte. No transcorrer do ano de 1869, encontramos Cousseiro fazendo diversos trabalhos “gerais” na Alfândega. Dentre os que “já se acha[va]m terminados” até 31 de janeiro de 1870, elencamos os reparos na “coberta da Sala da Abertura” (1:760\$000rs), na “Sala do Guarda-Mór dos Armazéns 6 e 10” (575\$000rs) e no “telhado da área da Sala da Abertura” (376\$200rs)³³⁵. Segundo a documentação, apenas uma empreitada ainda estava “sendo executada”, que era a construção de uma Casa Forte, que havia sido contratada por 1:383\$000rs³³⁶.

No mês de agosto de 1870, Cousseiro entregou uma outra série de empreitadas à Diretoria das Obras Públicas Gerais de Pernambuco. Na própria Alfândega, foram feitos

³²⁹ Idem, fl. 325.

³³⁰ Idem, fls. 350 e 360.

³³¹ Idem, fl. 406.

³³² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-7, fl. 32.

³³³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-38, fls. 115-115v.

³³⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-47, fls. 46-51. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi criada com o Decreto de número 1.067 de 28 de julho de 1860. Apesar de funcionar precariamente, o organismo foi criado para fomentar a “modernização” da economia nacional. Francisco Iglesias, op. cit., p. 98. Neste sentido, podemos afirmar que o planejamento da Secretaria também dialogou com o mesmo processo político que pretendia regular o “espírito de empresa” no país.

³³⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-47, fl. 52.

reparos no Salão da Inspetoria (414\$700rs), no “telhado onde funciona a Vacina” (308\$435rs), no “Armazém nº 1” (156\$100rs) e no “telhado do Armazém nº 10” (642\$690rs)³³⁷. O membro da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também havia concluído os consertos “no telhado do edifício onde funciona a Relação desta cidade” (543\$400rs)³³⁸. Em setembro, o sócio ainda contratou as obras no Lazareto do Pina, orçadas em 2:834\$700rs³³⁹. Existiram vários problemas na execução deste serviço, pois, segundo o licitante, o orçamento feito pela Diretoria das Obras Públicas Gerais de Pernambuco estava aquém das necessidades. Um orçamento suplementar de 2:233\$000rs foi aprovado, mas existia a reclamação de que Cousseiro era “moroso” e descumpria o contrato, apesar de ser “consciosos” e operar com a “segurança devida”³⁴⁰. Terminada a empreitada no segundo semestre de 1871, o sócio estava chateado com as críticas e pediu “indenização pelas perdas e danos que sofreu com a execução da dita obra”³⁴¹.

Podemos assim finalizar o capítulo afirmando que os tropeços da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” pouco atrapalharam a vida profissional dos Sócios Efetivos ligados ao mercado de edificações. Empresários como Cousseiro tinham de empregar muitos auxiliares, em virtude da quantidade e da envergadura das empreitadas realizadas junto aos poderes públicos. O poder de contratação de Cousseiro talvez tenha sido o único motivo que garantiu sua permanência na Sociedade em crise, pois o perito era um forte aliado de João dos Santos Ferreira Barros. Do mesmo modo, a discreta presença deste último sócio nos canteiros de obras também poderá nos ajudar a compreender sua perda de prestígio na associação. Por outro lado, a presença dos peritos da entidade artística nos serviços particulares de construção e reparo do Recife, principalmente naqueles localizados nas áreas mais centrais da cidade, manteve-se graças à necessidade de trabalhadores mais “aperfeiçoados”.

Apesar de os Sócios Efetivos ainda conseguirem empregos junto a empresários como Cousseiro ou construindo e reparando imóveis particulares de recifenses melhor aquinhoados, eles conviveram em um mercado que cada vez mais valorizava o lucro e a

³³⁶ Idem, *ibidem*.

³³⁷ Idem, fl. 107.

³³⁸ Idem, *ibidem*.

³³⁹ Idem, fl. 109.

³⁴⁰ Idem, fls. 188-188v.

³⁴¹ Idem, fl. 235.

defendia a “proletarização” dos canteiros de obras. Como vimos, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” perdia força institucional justamente quando era preciso marcar uma posição em favor das tradições corporativas. Os valores extra-econômicos da produção artesanal perdiam espaço para minimização dos custos e para a conseqüente maximização dos ganhos empresariais. Em meio a este processo, os velhos mestres ainda foram solapados da Mesa Diretora e da Diretoria das Aulas em um momento em que a Casa perdia seu foco original: promover auxílio-mútuo e o “aperfeiçoamento” de seus membros. Tudo levava a crer que o projeto de José Vicente Ferreira Barros tendia ao colapso total, mas, no alvorecer da década de 1870, outras conjunturas surgiram para reorganizar parte da vida institucional do grupo de artífices.

Capítulo 5

Uma Sociedade Imperial e um Liceu.

5.1. Os artífices e a “instrução popular”.

Nos primeiros meses de 1870, D. Pedro II pediu a seus súditos e concidadãos que construíssem escolas primárias nas Províncias do Império. Para o Imperador, esta seria a maneira mais conveniente de a nação comemorar a vitória brasileira na Guerra do Paraguai, pois tais estabelecimentos de ensino teriam maior utilidade pública do que os lugares de memória *strictu sensu*, como estátuas e outros marcos históricos¹. A historiadora Alessandra Frota Martinez afirma que a temática da “instrução popular” foi intensamente discutida a partir dessa época. Além das questões relativas ao ensino dos rudimentos da escrita e da matemática para aqueles que estavam na base da pirâmide social, as elites letradas e proprietárias queriam enfim fortalecer a “moralidade” deste público através da sistemática aprendizagem de ofícios artesanais e agrícolas². No bojo daquele pedido imperial, existiu uma profunda preocupação com a ordem pública: desde a segunda metade da década de 1860, os debates sobre a emancipação dos cativos haviam deixado a esfera legislativa para ganhar os principais jornais³. O crescimento da população livre e pobre exigia que fossem estimulados novos projetos que contribuíssem para o controle social⁴.

¹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*, volume I, Recife, Diário de Pernambuco, 1975, p. 330-331. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Conselheiro João José de Oliveira Junqueira à 27 de outubro último*, Pernambuco, Typographia de M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1872, p. 12.

² Alessandra Frota Martinez, *Educar e Instruir: a instrução popular na Corte Imperial – 1870 a 1889*, Niterói, UFF, 1997, dissertação de Mestrado em História, pp. 8-11, 50 e 83. Na década de 1870, também “generalizou-se o conceito de que a alfabetização dos cidadãos era essencial para moralizar a vida política do país”. Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 282.

³ Entre os anos de 1866 e 1871, o Império conheceu uma forte crise em suas “estruturas tradicionais de poder”. “Todo o processo [de debate e aprovação da Lei do Ventre Livre] foi vivido pelos contemporâneos com agudo sentimento de indeterminação em relação ao futuro”. Sidney Chalhoub, op. cit., pp. 41 e 137.

⁴ Na Corte, por exemplo, a “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional” abraçou as “novas idéias” e criou a Escola Noturna de Adultos (1871) e a Escola Industrial (1873). Luiz Antônio Cunha, *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*, 2ª edição, São Paulo/Brasília, Editora Unesp/FLACSO, 2005, pp. 138-142. Em 19 de maio de 1871, o governo imperial chancelou aquele primeiro estabelecimento

Em Pernambuco, o apelo de Sua Majestade Imperial sensibilizou a Associação Comercial Beneficente. Em outros capítulos, o leitor foi apresentado a esta tradicional entidade de classe, que aglutinava alguns dos mais expressivos negociantes de grosso trato da Província. Para satisfazer a solicitação de D. Pedro II, os membros daquele grupo amalharam recursos para que fosse construída uma escola modelar. Neste estabelecimento de ensino, a *arraia miúda* da capital receberia algumas aulas básicas e profissionalizantes⁵. O público alvo daquela organização era composto por um enorme contingente populacional. Segundo o censo de 1872, quase 90% dos moradores do Recife eram livres ou libertos⁶. Ao mesmo tempo, como a Associação Comercial Beneficente era comprometida com o Trono, o projeto de uma escola básica e profissionalizante também poderia servir para conter o desenvolvimento de “idéias estranhas”. Naquela cidade, algumas teses republicanas que foram defendidas em 1817, em 1824 e pela ala mais radical do Partido da Praia reencontravam terreno fértil no alvorecer da década de 1870⁷.

No mesmo período em que as elites letradas e proprietárias discutiam novas estratégias de fomento à “instrução popular”, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” vivia o clímax de sua crise. A entidade artística havia perdido o compasso de sua “marcha progressiva” quando a conjuntura parecia ser das mais favoráveis aos seus projetos institucionais. No final do ano de 1870, contabilizamos a presença de 36 Sócios Efetivos nos quadros da mutualista, entre os quais estavam alguns artífices que conhecemos no transcorrer da tese: Manoel Pereira de Hollanda, José Vicente Ferreira Barros Junior, Antonio Basílio Ferreira Barros, Felix de Valois Correia, Rufino da Costa Pinto, Rufino

de ensino (instalado na rua do Ourives, número 1). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Fundo GIFL, Série Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Códice 1B1-47, maço 4ª seção, fl. 17

⁵ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit, p. 331.

⁶ Comparando os censos pernambucanos realizados nos anos de 1828, 1856 e 1872, percebemos que a população da cidade do Recife cresceu 248% entre os primeiro e último marcos temporais. Em contrapartida, observamos que, proporcionalmente, a população cativa tendeu a diminuir gradativamente no mesmo período. Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*, Recife, Editora Universitária UFPE, 1998, pp. 74 e 85. José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*, volume II, Recife, Diário de Pernambuco, 1975, p. 643. Marcelo Mac Cord, *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*, Recife, FAPESP/Editora Universitária UFPE, 2005, pp. 29-30. No transcorrer da tese, pudemos demonstrar indiretamente o movimento demográfico em foco.

⁷ Marc Jay Hoffnagel, *From Monarchy to Republic in Northeast Brasil: the case of Pernambuco, 1868-1895*, Indiana: Indiana University, 1975, tese de doutorado em História, pp. 128 e seguintes. Marc Jay Hoffnagel,

Manoel da Cruz Cousseiro e Theodoro Ramph (elencados conforme sua importância corporativa). Havia, entretanto, duas importantes ausências entre os Sócios Honorários. Manoel Figuerôa de Faria, expoente membro do Partido Conservador e dono do *Diário de Pernambuco*, havia morrido em 1866⁸. Em 1869, as fontes disponíveis indicaram que foram realizadas as exéquias do Deputado Provincial Manoel de Carvalho Paes de Andrade⁹.

Quadro 9
Características dos 36 Sócios Efetivos encontrados no final do ano de 1870

Ofícios	Carpinas e Pedreiros	44,40%	Total 100%
	Outros	55,60%	
Nascimento	Pernambuco	86,11%	Total 100%
	Europa	5,55%	
	Outras Províncias	8,34%	
Tipo de artista	Mecânico	94,44%	Total 100%
	Liberal	5,56%	
Grau	Magistral	16,70%	Total 100%
	Provecto	55,55%	
	Magistrando	5,55%	
	Aluno	11,10%	
	Sem definição	11,10%	
Período de matrícula	Entre 1841-1849	11,11%	Total 100%
	Entre 1850-1859	33,33%	
	Entre 1860-1869	55,56%	

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 65v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 211. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fls. 1-5. Em 1874, a associação abriu este último códice para substituir o que estava em uso. O novo incluiu em seus registros os membros mais antigos e que ainda participavam das rotinas associativas. Contabilizamos a existência de 33 Sócios Efetivos matriculados entre 1841 e 1869. Entretanto, no final de 1870, mais 3 antigos sócios estavam na mutualista. Luiz Antonio Beloncio, escultor, entrou no grupo em princípios da década de 1860. Em 1871, o pernambucano foi Procurador Interino. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fl. 8. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 74v. Em 1872, o nome de Theodoro Ramph foi riscado por causa de seu falecimento. Rufino da Costa Pinto morreu em 1873. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1872-1880, fl. 33.

“Rumos de Republicanismo em Pernambuco”, In: Leonardo Dantas da Silva (organizador), *A República em Pernambuco*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990, pp. 157-179.

⁸ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Diccionario Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, Typographia Universal, 1882, pp. 668-670.

⁹ Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario Biográfico Brasileiro*, volume 6, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, pp. 46 e 377.

A comparação dos dados apresentados no Quadro 9 com os números da década de 1860 revela que a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” estava com um reduzido quadro de Sócios Efetivos. Portanto, parece evidente que, além das eliminações de 1869, muitos associados romperam seus vínculos com a rua Direita. Ao final do ano de 1870, também verificamos a manutenção de certo equilíbrio percentual entre o número de pedreiros, carpinas e demais representantes das chamadas “artes úteis”, tendência que foi observada no último decênio. Em contrapartida, o Quadro 9 trouxe uma novidade em relação aos anos de 1850 e 1860. A Casa voltou a contar com uma maioria absoluta de mestres de ofício, algo que somente havia sido registrado na década de 1840. Esse dado indica a possibilidade de a Sociedade ter restaurado um perfil mais elitista, retomando as práticas das antigas hierarquias artesanais. Contudo, pouco mais de 10% dos Sócios Efetivos eram contemporâneos da então “Sociedade das Artes Mecânicas”. Como foi demonstrado em outros momentos da tese, as mudanças geracionais começaram a ganhar visibilidade em princípios da década de 1860 e a predominância de mestres de ofício pode ter outros significados.

Atenta às novas conjunturas e temendo perder espaços políticos e pedagógicos por causa de seus tropeços, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” viabilizou uma espécie de conciliação. Alguns acontecimentos permitem compreender esse processo. O primeiro deles foi a composição da Mesa Diretora eleita em finais do ano de 1870, que contou com Manoel Pereira de Hollanda no cargo de Diretor¹⁰. Recordemos que o mestre de ofício era aliado de João dos Santos Ferreira Barros e comungou do projeto de “harmonia infinita”, como vimos no capítulo 4. Por sua vez, os grupos que tomaram o comando da entidade artística nos anos de 1868 e 1869 também garantiram lugares naquela instância de poder. José Francisco Bento assentou na cadeira de Primeiro Adjunto. Simão de Souza Monteiro continuou na Primeira Secretaria. Claudino Isidoro dos Santos foi reeleito Segundo Secretário¹¹. Como tais mesários exerciam diferentes ofícios, a composição da Mesa Diretora também pode ter visado equilibrar os diversos interesses no interior da Sociedade. Outros fatos que indicam a existência de um amplo acordo no grupo

¹⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1871, quarto anno*, Recife, Typographia do Correio Pernambucano, 1870, pp. 348-349.

¹¹ Idem, *ibidem*.

de artífices foram a matrícula do Sócio Magistral João dos Santos e sua recontração para as aulas de Geometria e Arquitetura, que seria reaberta em 1871¹².

Podemos crer que os sócios também foram motivados a aplacar suas divergências diante das reais possibilidades de a Casa assumir um lugar privilegiado no projeto mais recente de fomento à “instrução popular”. A hipótese é viável, pois, com o retorno dos conservadores ao comando político do Estado, Manoel do Nascimento Machado Portella, um importante patrono da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, passou a ocupar relevantes cargos no Poder Executivo¹³. Ele era Sócio Honorário desde princípios da década de 1860 e havia assumido interinamente a Presidência da Província de Pernambuco em finais de 1869 (por consequência do afastamento do Conde de Baependi). No transcorrer de 1870, ainda encontramos Machado Portella na Segunda Vice-Presidência da administração de Frederico de Almeida e Albuquerque¹⁴. No final deste último ano, o bacharel continuou ocupando a cadeira de Vice-Presidente na gestão confiada a Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. É interessante destacar que esse Conselheiro do Império fazia coro ao poder central, pois também elegeu a “instrução popular” como sua principal bandeira política na condução do governo pernambucano¹⁵.

Em meio às tentativas de reorganização da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e às vicissitudes políticas que marcaram o alvorecer da década de 1870, as fontes indicaram ter havido uma paulatina confluência entre o governo de Diogo Velho e o grupo de artífices que tentava retomar seus rumos. Nas atas da sessão ordinária ocorrida no dia 8 de fevereiro de 1871, o Diretor Manoel Pereira de Hollanda comunicou aos seus consócios que fora convidado pelo Conselheiro para informá-lo sobre os “movimentos da Sociedade”¹⁶. Segundo os registros administrativos da associação, ao final da conversa com

¹² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 52 e 53v. João dos Santos Ferreira Barros está entre os 36 Sócios Efetivos do Quadro 9.

¹³ Os conservadores voltaram a dominar a cena política nacional a partir do Gabinete de 16 de julho de 1868. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 5ª edição, 2 volumes, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 1175.

¹⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o ano de 1871*, p. 41.

¹⁵ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Excellentissimo Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871*, Recife, Typographia de M. F. de F. & Filhos, 1871, p. 4.

¹⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 55v.

o mestre de ofício, o Presidente da Província propôs uma reunião mais formal entre o governo de Pernambuco e a entidade artística, a qual poderia ocorrer nas dependências da mutualista ou em “um dos Salões do Palácio”¹⁷. Depois de analisada a proposta de Diogo Velho no encontro deliberativo, os sócios entenderam que seria mais produtivo que a autoridade pública fosse ao seu encontro. A sugestão acatada pela Casa foi oferecida por Rufino Manoel da Cruz Cousseiro (com o irrestrito apoio de João dos Santos), que defendia o constante preparo da Sociedade para “aceitar qualquer visita”¹⁸.

No dia 23 de fevereiro, o Conselheiro Diogo Velho foi recebido pela Mesa Diretora da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” com toda pompa e circunstância. Ratificando suas prioridades políticas, o Presidente de Pernambuco declarou à Casa que alimentava o desejo de instituir “uma aula industrial para a instrução dos artistas desta Província” e havia sido informado (talvez pelo próprio Machado Portella) sobre a existência e o escopo da mutualista¹⁹. Por isso, logo após tomar ciência sobre as preocupações pedagógicas da entidade artística, decidiu convocar seu Diretor para uma conversa e resolvera atribuir aos sócios a manutenção das lições industriais que propunha. Para tanto, por conta do “pouco espaço [que a associação tinha] para manejo de suas aulas”, oferecia à entidade “um salão que lhe foi concedido pelo Prelado do Convento de Santo Antonio”²⁰. A Casa se comprometeu a discutir a proposta, e, em seguida, concedeu ao visitante o título de Sócio Benfeitor²¹.

O aprofundamento dos laços entre Sociedade e Diogo Velho ganhou visibilidade pública no dia 1º de março de 1871, quando foram abertos os trabalhos da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Em sua fala aos Deputados Provinciais, o Presidente da Província criticou a falta de estabelecimentos de ensino que propagassem “conhecimentos úteis entre os artistas e operários, no duplo interesse de sua elevação moral e adiantamento

¹⁷ Idem, fl. 56.

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Idem, fl. 59.

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ Idem, ibidem. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 15. Segundo a fonte, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque assentou com 40 anos, era paraibano, estadista e casado. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 12.

profissional”²². Segundo o Conselheiro, além do Arsenal de Marinha, do Arsenal de Guerra e do Colégio de Órfãos, era digna de elogios a “Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais, [que, apesar de sua importância, estava] em grande desalento [e] à mingua de proteção”²³. O Conselheiro propôs aos legisladores que, diante da inexistência de recursos para a abertura de uma escola pública industrial, fossem “protegidas mais eficazmente as aspirações daqueles generosos artistas, aumentando a subvenção com que têm sido auxiliados por esta Assembléa”²⁴. Assim, para satisfazer o pedido de Diogo Velho, o orçamento provincial de 1872 subiu de 2:000\$000rs para 3:000\$000rs a tradicional cota concedida aos sócios²⁵.

Preocupado com o fomento do ensino profissionalizante em Pernambuco, Diogo Velho também utilizou sua fala na Assembléia Legislativa para apelar ao “civismo da Associação Comercial Beneficente”²⁶. Segundo o Presidente da Província, era imperativo que os programas instrucionais de seu governo repercutissem em uma entidade onde “as boas idéias encontram sempre abrigo”²⁷. A tentativa de aproximação com os negociantes de grosso trato era estratégica, pois o Conselheiro sabia que a entidade que os representava havia amealhado recursos para fomentar a “instrução popular”. Diogo Velho declarou explicitamente seu interesse nesses recursos, ao afirmar que esperava “obter a sua aquiescência para aplicar [em projetos mais abrangentes de aulas industriais] o produto de uma subscrição que promoveu”²⁸. No entendimento do Presidente da Província, “assim cooperará ela [a Associação Comercial] conosco na obra meritória de abrir nesta capital uma fonte, embora tênue, onde se bebam as noções rudimentares das artes e ofícios”²⁹. O apelo foi ouvido: poucos dias depois, Diogo Velho foi discutir com os diretores da

²² Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Excellentissimo Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871*, op.cit., p. 15.

²³ Idem, ibidem.

²⁴ Idem, ibidem.

²⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1872*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1872, p. 26.

²⁶ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Excellentissimo Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871*, op.cit., p. 15.

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ Idem, ibidem.

²⁹ Idem, ibidem.

Associação Comercial Beneficente o destino dos 10:090\$000rs que haviam sido arrecadados³⁰.

O resultado do diálogo entre Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e a Associação Comercial Beneficente foi o planejamento da construção de um Palacete, que abrigaria o Liceu de Artes e Ofícios do Recife³¹. Para que melhor compreendamos a opção da “boa sociedade” pernambucana por este tipo de escola, é preciso abrir um breve parêntese. Em 23 de fevereiro de 1871, o governo central aprovou o Decreto de número 4.701. A norma concedia ao Liceu de Artes e Ofícios da Corte o título de “Imperial”³². A mercê pretendia revalorizar as aulas deste estabelecimento de ensino, protegê-las e torná-las referenciais na remodelação das políticas nacionais de “instrução popular”. Além de os recifenses tomarem a congênere carioca como modelo, os soteropolitanos também seguiram pelas mesmas searas. Em 1872, a cidade do Salvador inaugurou sua própria escola homônima³³. Para fecharmos o parêntese, podemos concluir que, depois do apelo de D. Pedro II, muitos representantes das elites letradas e proprietárias escolheram os Liceus de Artes e Ofícios como espaços privilegiados para a “moralização” e o “aperfeiçoamento” do cada vez maior contingente populacional urbano, livre e pobre³⁴.

³⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12.

³¹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portella, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit, p. 331.

³² Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Colleção de Leis do Império do Brasil de 1871*, tomo XXXIV, parte II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1871, p. 148. Oportunamente, vimos que, em 1858, o Liceu de Artes e Ofícios da Corte foi fundado pela “Sociedade Propagadora das Belas-Artes”.

³³ Em 20 de outubro de 1872 foi fundada a “Sociedade de Artes e Ofícios”, que também era conhecida por Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Os festejos ocorreram no Palácio do Governo, sendo conduzidos pelo Presidente da Província Joaquim Pires Machado Portella. O primeiro Diretor da mutualista foi o Desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques, mesmo que o grupo fosse majoritariamente formado por artistas e operários. Em 1874, a escola recebeu o título de “Imperial”. Maria das Graças de Andrade Leal, *A Arte de ter um Ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1872-1996*, Salvador, Fundação Odebrecht/Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996. Desde 1863, como sabemos, Joaquim Pires Machado Portella era Sócio Honorário da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Portanto, para o bacharel, a mutualista baiana era uma entidade bastante familiar.

³⁴ Silvia Maria Manfredi, *Educação Profissional no Brasil*, São Paulo, Editora Cortez, 2002, pp. 77-78. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo surgiu em 1882. A Sociedade Propagadora da Instrução Popular, que fundou a escola profissionalizante, atuava desde 1873. Maria Lucia Caira Gitahy, “Qualificação e Urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934)”, In: Maria Alice Rosa Ribeiro (coordenadora), *Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional*, 2ª edição, Campinas, Editora da Unicamp, 1986, pp. 19-118.

O novo projeto das elites letradas e proprietárias pernambucanas, que pretendia acelerar e generalizar a “instrução popular” por meio da abertura de um Liceu de Artes e Ofícios, seduziu diversos cidadãos e entidades provinciais. Tais atores logo trataram de oferecer mais dinheiro e/ou insumos para que o prédio fosse levantado o mais rapidamente possível. Dentre as mais importantes personalidades que doaram recursos para a execução do empreendimento escolar, merece especial destaque o Barão do Livramento. O nobre ofereceu aos idealizadores do Palacete o expressivo montante de 14:535\$157rs³⁵. Como o aristocrata também era um grande empreiteiro, podemos compreender seu interesse mais direto pelo “aperfeiçoamento” dos trabalhadores livres pernambucanos. Sem dúvida, o empresário do ramo das edificações também defendia os interesses de sua classe social. Uma escola profissionalizante do porte do Liceu de Artes e Ofícios poderia ajudar as elites letradas e proprietárias a controlar os processos de “moralização” dos recifenses mais pobres.

Concorrentemente à busca de donativos para o início das obras do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios, seus idealizadores tomaram uma importante decisão. A “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” foi escolhida como mantenedora do futuro estabelecimento de ensino³⁶. Como podemos inferir, esta medida significou, em novas bases, o cumprimento de uma promessa feita por Diogo Velho aos sócios, quando de sua primeira visita à rua Direita. Indiretamente, podemos sugerir que o próprio Barão do Livramento influenciou o consórcio. A hipótese é verossímil. Em primeiro lugar, sabemos que os artífices da associação eram reconhecidos como indivíduos “moralizados” e conviviam com o nobre em um mesmo mercado. No transcorrer da tese, vimos que o empresário mantinha estreitos contatos com o mestre de obras Teodoro Ramph. Recordemos que, no início da década de 1860, o perito alemão participou de uma concorrência pública sob fiança do aristocrata. Por fim, outro argumento que apóia aquela conjectura foi a matrícula do Barão

³⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12.

³⁶ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit, p. 331.

do Livramento como Sócio Benfeitor, fato ocorrido no processo em que os cruzamentos entre Sociedade e Liceu eram consolidados³⁷.

A indicação da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” como mantenedora do Liceu de Artes e Ofícios do Recife foi ratificada no encontro deliberativo do dia 16 de abril de 1871. Nesta data, os sócios foram informados da existência de uma ordem presidencial que determinava a compra de um terreno, para que nele tivessem início as obras do Palacete³⁸. Segundo Manoel do Nascimento Machado Portella, o governo provincial havia chancelado a aquisição da propriedade no dia 15 daquele mês³⁹. Lavrada no dia 20, a escritura dava direito de usufruto do imóvel ao grupo de artífices. Contudo, existiam cláusulas contratuais que ressalvavam que a mercê somente teria validade enquanto os sócios mantivessem suas atividades administrativo-pedagógicas⁴⁰. No mesmo dia em que ocorreu o registro cartorial, o grupo de artífices organizou uma festiva sessão magna. Além de os artistas mecânicos discutirem as questões legais referentes ao consórcio entre Sociedade e Liceu, foram instituídas comissões para organizar os eventos públicos que comemorariam o lançamento da pedra fundamental do edifício dedicado à “instrução popular”⁴¹.

Poucos dias depois, na edição de 23 de abril, o *Diário de Pernambuco* informava aos seus leitores que, “às 5 horas da tarde”, ocorreria o lançamento da pedra fundamental do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios⁴². A folha conservadora fez um rasgado elogio ao significado simbólico da escola, “tão útil quão necessária nos países novos, como o nosso,

³⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 12v. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 74 e 94v. Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 22.

³⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 65v.

³⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12. “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), p. 331.

⁴⁰ *Idem*, p. 332.

⁴¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 66v-67v.

que, por assim dizer, começam a viver a vida esclarecida que vivem desde longos anos os povos mais adiantados em todos os ramos de conhecimentos humanos”⁴³. Tendo em vista a importância deste juízo, de que existiam imbricamentos entre o futuro estabelecimento de ensino e os sentidos mais clássicos de “Civilização” e “Progresso”, vale a pena fazer um breve comentário. O espaço escolhido para a construção do edifício que seria devotado à “instrução popular” foi o Campo das Princesas, localizado na elegante freguesia de Santo Antonio. Na praça em questão estavam instalados diversos prédios públicos, como o Palácio do Governo e o Teatro Santa Isabel. A partir da década de 1870, segundo Raimundo Arrais, o Campo das Princesas “sagrou-se, para as elites, como o lugar mais apropriado para sediar os espetáculos públicos que davam o testemunho da civilização”⁴⁴.



FIGURA 8 – Fotografia tirada por Marc Ferrez em 1875. “Campo das Princesas, depois de ajardinada e protegida por um gradil de ferro. Vemos: o Teatro Santa Isabel, a Câmara Legislativa, recentemente terminada, o Ginásio [Pernambucano] e o Palácio do Governo”. Gilberto Ferrez, *Álbum de Pernambuco e seus Arrabaldes*, Recife, F. H. Carls, 19-?. Um dos marcos da transformação do Campo das Princesas em espaço pedagógico foi seu cercamento e ajardinamento, obra que foi concluída em 19 de outubro de 1872.

⁴² Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Lyceu de Artes e Offícios”, *Diário de Pernambuco*, 23/4/1871.

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Raimundo Arrais, *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, São Paulo, Hummanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 229.

No dia 25, o próprio *Diário de Pernambuco* relatou o lançamento da pedra fundamental, que teria reunido mais de 4.000 pessoas no Campo das Princesas⁴⁵. Dentre os representantes das elites letradas e proprietárias que eram membros da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, estiveram presentes ao ato e fizeram discursos o Presidente da Província e Sócio Benfeitor Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, o Chefe das Obras Públicas e Sócio Honorário José Tibúrcio Pereira de Magalhães e o Presidente do “Club Popular do Recife” e Sócio Honorário Floriano Correia de Brito⁴⁶. Recordemos que os dois últimos membros da entidade artística tiveram seus nomes registrados nos livros da associação desde a década de 1860. Na oportunidade, Brito era Deputado Provincial simpático à Liga Progressista. Pereira de Magalhães, 2º Tenente do Corpo de Engenheiros das Obras Militares⁴⁷. Ainda segundo o “Termo de Assento da 1º Pedra”, este último sócio foi o autor da planta do Palacete. O documento ainda registra que estiveram na festividade, entre outras autoridades, alguns vereadores, deputados provinciais, deputados gerais, o Comandante Superior da Guarda Nacional e Chefe de Polícia⁴⁸.

Logo após o ato público que formalizou a abertura do canteiro de obras do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios, é provável que tenha havido alguma comemoração mais reservada no “Club Popular do Recife”, por causa da falta de espaço físico apropriado na sede da rua Direita. Ao menos, esta sugestão havia sido feita pelos sócios na sessão magna que ocorreu no dia 20 de abril⁴⁹. O Diretor Manoel Pereira de Hollanda, por exemplo, que era membro do grêmio, poderia ter feito a proposta⁵⁰. Caso o brinde tenha realmente ocorrido naquele outro espaço, é interessante perceber que o projeto de criação do estabelecimento de ensino dedicado às artes e ofícios uniu conservadores e liberais em torno da “moralização” da população livre. Os políticos que lideravam a festa eram

⁴⁵ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Lyceu de Artes e Offícios”, *Diário de Pernambuco*, 25/4/1871.

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷ Por motivos incógnitos, Pereira de Magalhães e Brito rejuramentaram em 1871. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fls. 12-12v.

⁴⁸ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Lyceu de Artes e Offícios”, *Diário de Pernambuco*, 25/4/1871.

⁴⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 67.

⁵⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 30/5/1874. Das centenas de sócios arrolados em ordem alfabética, o artífice surgiu na posição de número 392.

conservadores, mas os *Estatutos do Club Popular do Recife*, publicados em 1869, estipulavam que somente os liberais poderiam compor os quadros da entidade⁵¹. O objetivo central da agremiação era, entretanto, “doutrinar o povo nos princípios políticos e sociais” vigentes⁵² - ponto que os aproximava dos conservadores. Outra prova do interesse dos liberais naquela escola foi uma expressiva reportagem publicada no *Jornal do Recife*, que reportou seus leitores aos festejos de 23 de abril⁵³.

Terminadas as comemorações que ocorreram no Campo das Princesas, alguns sócios demonstraram certo descontentamento com as dimensões projetadas para o Palacete. Por conta disto, apesar de oficialmente aberto, o canteiro de obras ficou parado. Em junho de 1871, Manoel do Nascimento Machado Portella, Presidente interino da Província, e Manoel Pereira de Hollanda, Diretor da Sociedade, discutiram a problemática. O resultado deste encontro foi uma autorização para que outra planta fosse feita. Além de espaços para estudos teóricos, o Liceu de Artes e Ofícios também deveria contemplar acomodações para aulas práticas e exposições⁵⁴. João dos Santos Ferreira Barros entregou seu projeto arquitetônico para análise da Casa e das autoridades, mas as fontes disponíveis impedem saber se o desenho foi aprovado⁵⁵. Entretanto, como o mestre de obras foi escolhido para assumir a administração da empreitada, existe a possibilidade de que pudesse supervisionar

⁵¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 16, *Estatutos do Club Popular do Recife*, Recife, Typographia Mercantil – de C. E. Muhlert & Cia, 1869, p. 5. O “Club Popular do Recife” foi criado em 1869. Em 10 de maio, Floriano Correia de Brito enviou seu primeiro estatuto para a análise do Presidente da Província (exigência da legislação imperial de 1860, vista oportunamente). Depois dos trâmites legais, o documento foi aprovado em 12 de agosto. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Coleções Particulares, Clubes e Agremiações, maço Club Popular do Recife, fls. 1-3.

⁵² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 16, *Estatutos do Club Popular do Recife*, p. 3.

⁵³ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Lyceu de Artes e Officios”, *Jornal do Recife*, 25/4/1871. No início da década de 1870, a folha em foco ainda tendia aos princípios liberais. Sylvana Maria Brandão Vasconcelos, *Ventre Livre, Mãe Escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 1996, p. 75.

⁵⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 93-93v. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12. No final da década de 1880, a falta de espaços exigiu que fosse construído um novo prédio, pois faltaram espaços físicos para comportar algumas oficinas. Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Fundo GIF, Série Ministério do Império, Códice GIF 5C-453, fls. 656 e 662.

⁵⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 98-98v.

a execução de seu próprio risco⁵⁶. Independente de termos certeza sobre isso, as mudanças na planta fizeram com que o orçamento original quase que triplicasse. De 40:000\$000rs, os custos saltaram para 104:000\$000rs⁵⁷.

Redefinida a planta do Palacete, os idealizadores do Liceu de Artes e Ofícios foram mais uma vez arrecadar recursos junto aos pernambucanos. Neste ínterim, mais precisamente no mês de setembro, o barracão que guardaria os materiais da empreitada foi finalmente construído. Para confeccioná-lo, foram reutilizados as ferramentas e demais objetos que a Câmara Municipal do Recife comprara para desmanchar um prédio recentemente incendiado⁵⁸. Como as sobras do serviço ficaram sob a guarda da Repartição de Obras Públicas, o Diretor José Tibúrcio Pereira de Magalhães liberou o material para que seus colegas de “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” fizessem aquele almoxarifado. Em novembro, concluídos todos os preparativos para o início das obras do Palacete, João dos Santos Ferreira Barros começou a trabalhar em seus alicerces⁵⁹. Entretanto, como o novo projeto feria o planejamento espacial da cidade, os vereadores do Recife impugnaram a obra em meados de dezembro⁶⁰. Pressionados pelos patronos da associação, a municipalidade alterou parte da planta da cidade em janeiro de 1872. Desta forma, a execução do projeto modificado seguiu sua marcha⁶¹.

No encontro deliberativo do dia 16 de abril de 1871, a Mesa Diretora da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também comunicou aos sócios outra importante mercê governamental, além da aprovação da compra do terreno que abrigaria o Liceu de Artes e Ofícios. O Presidente da Província Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque havia

⁵⁶ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversário, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit, p. 333.

⁵⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12. Há referências de que o segundo orçamento foi de 124:000\$000. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-59, fl. 43.

⁵⁸ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Ofícios do Presidente da Província à Câmara Municipal do Recife, códice 1869/1871.

⁵⁹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversário, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit, p. 333.

⁶⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-48, fl. 396.

articulado apoios financeiros para que a mutualista ocupasse uma nova e mais espaçosa sede, enquanto durassem as obras do Palacete do Campo das Princesas⁶². Neste sentido, nos dias 12 e 14 de maio, os artífices discutiram e aprovaram o aluguel de uma casa bastante ampla e com muitos cômodos, localizada na rua da Imperatriz, 17⁶³. O próximo endereço da entidade artística era um importante ponto de concentração do comércio a retalho da próspera freguesia da Boa Vista. O contrato da sede provisória da associação rezava que Carlos Walter, proprietário do imóvel, receberia a pequena fortuna de 1:000\$000rs mensais pelo negócio⁶⁴. O alemão tinha 38 anos, era casado, exercia o ofício de relojoeiro e se tornou Sócio Profecto poucos dias antes de fazer o acerto patrimonial com a diretoria da Casa⁶⁵.

No transcorrer do processo em que os artífices discutiram a locação do imóvel localizado na rua da Imperatriz, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também procurou construir laços com o Imperial Liceu de Artes e Ofícios da Corte. Como podemos deduzir pela leitura das fontes, esta seria uma forma bastante conveniente de a associação recifense se legitimar institucionalmente junto à congênere carioca. Em 9 de maio de 1871, a Casa aprovou a indicação do nome de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, Diretor

⁶¹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1870-1872, fl. 149v.

⁶² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 65v.

⁶³ Idem, fls. 78 e 79. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*, Recife, Typographia d’A Província, 1891, p. 20.

⁶⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 78 e 79.

⁶⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 7. Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 14. É provável Teodoro Ramph tenha indicado Carlos Walter para a associação. Na mesma data em que o mestre relojoeiro entrou na entidade artística, Herman Walter, seu irmão mais novo e oficial do mesmo ofício, recebeu o título de Sócio Magistrando. Na matrícula, o caçula tinha 28 anos e era solteiro. É interessante notarmos que Herman desposou a neta de Ramph. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Cartório de Órfãos do Recife, COR2, Caixa 348, “Inventariado: Theodoro Ramph; Inventariante: Carolina Ramph (esposa)”, fls. 4v e 16.

daquela tradicional escola profissionalizante, para Sócio Correspondente⁶⁶. Em outros momentos da tese, vimos que o arquiteto foi o idealizador da “Sociedade Propagadora das Belas-Artes”. O respectivo diploma foi anexado a uma carta endereçada ao bacharel. Ela apresentava o grupo pernambucano e solicitava “uma descrição concernente à disciplina que se dá aos alunos [da capital do Império]”⁶⁷. A correspondência foi escrita no dia 14 daquele mês, sendo assinada pelo Diretor Manoel Pereira de Hollanda. Os papéis seriam entregues a Bethencourt por Diogo Velho, que, ao deixar a Presidência da Província no dia 3, anunciou que brevemente seguiria viagem ao Rio de Janeiro.

No mês de junho, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” finalmente trasladava seus pertences para um espaço urbano mais pomposo e de maior visibilidade pública. Na ocasião da mudança para a ampla sede da rua da Imperatriz, novos móveis e utensílios (de uso geral e escolar) foram comprados pela Casa e doados por terceiros⁶⁸. Em meio a todo este movimento renovador, a Mesa Diretora destratou o contrato de aluguel do sobrado da rua Direita e as aulas noturnas tiveram que passar por uma importante e necessária reestruturação⁶⁹. A bibliografia especializada afirma que as atividades pedagógicas do Liceu de Artes e Ofícios do Recife somente foram iniciadas em 1880, quando da inauguração do Palacete do Campo das Princesas⁷⁰. Entretanto, as fontes indicaram que, desde inícios da década de 1870, o estabelecimento de ensino devotado aos saberes artísticos passou a funcionar no logradouro que homenageava D. Tereza Cristina, esposa de Sua Majestade Imperial: basta verificar os artigos publicados em diversos jornais, as atas da própria associação e os relatórios elaborados por Presidentes da Província e Diretores da Instrução Pública⁷¹.

⁶⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 75v. No registro, o nome do dirigente do Imperial Liceu de Artes e Ofícios da Corte foi grafado incorretamente. Encontramo-lo como Francisco José Bithencorte da Silva.

⁶⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos).

⁶⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 91v.

⁶⁹ Idem, fls. 93v e 98.

⁷⁰ Silvia Maria Manfredi, op. cit., p. 78. Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 122.

⁷¹ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda Presidente da Província abriu a sessão da Assembléa Legislativa em 19 de dezembro de 1878*, Recife, Typographia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1879, p. 16. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório*

Para finalizar a seção, podemos deduzir que o consórcio entre “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e Liceu de Artes e Ofícios do Recife provavelmente reacendeu algumas expectativas entre os artífices associados. Desde o fim das corporações de ofício, era concreta a possibilidade de os herdeiros dos misteres artesanais recuperarem a formação dos artífices (mesmo que em bases mais liberais e escolarizantes). Recordemos que, em finais da década de 1850, a então “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” experimentou esperança semelhante, quando conquistou a mercê de administrar a Escola Industrial. Contudo, como vimos, este estabelecimento de ensino profissionalizante tinha ficado apenas no papel, pois a respectiva lei não chegou a ser executada. Agora, ao mesmo tempo em que o consórcio entre Sociedade e Liceu permitia potenciais ganhos simbólicos, os Sócios Efetivos também estavam se deparando com novos desafios. Como vimos, o projeto do Liceu de Artes e Ofícios do Recife veio “de cima”. Como isso foi vivido e percebido pelos artífices que continuaram comandando sua própria associação na rua da Imperatriz?

5.2. O consórcio entre Sociedade e Liceu na primeira metade da década de 1870.

No Recife dos primeiros anos da década de 1870, o consórcio entre Sociedade e Liceu de Artes e Ofícios consolidou a reorganização político-pedagógica do grupo de artífices. A maior envergadura pública da mutualista abriu as portas de sua sede para um significativo contingente de novos Sócios Efetivos. Entre 1871 e 1874, contabilizamos o total de 105 matrículas na rua da Imperatriz. Contudo, o maior fluxo de proponentes exigiu que a Casa reforçasse seus rígidos critérios de seleção. No mês de maio de 1871, por exemplo, os associados avaliaram o perfil de João Francisco da Costa Fialho. Durante a análise de seus papéis, pairou uma dúvida sobre a natureza do ofício que era exercido pelo candidato: o corpo social precisou definir se uma pessoa que labutava como “aparelhador

que ao Presidente da Província apresentou em 31 de janeiro de 1876 o Inspector Geral da Instrução Pública João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Pernambuco, Typographia de M. de Figuerôa de Faria & Filhos, 1876, p. 17. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província em 31 de janeiro de 1877 pelo Inspector Geral João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Pernambuco, Typographia de M. de Figuerôa de Faria & Filhos, 1877, p. 13. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 34v (como este códice apresenta problemas de numeração, o

de gás é Artista”⁷². Por causa das incertezas advindas com os debates sobre a temática, coube à Comissão de Poderes e Ordens “classificar o que é ser Artista e o que é ocupação”⁷³. Como o nome de Fialho não aparece no Livro de Matrículas da Sociedade, parece que os herdeiros da cultura corporativa temiam a confusão de sua imagem com a do “simples” trabalhador manual⁷⁴.

O veto aos proponentes que buscavam proteção junto à Sociedade também foi motivado por sentimentos revanchistas. É interessante observar que os conflitos entre o grupo de artífices e a Irmandade de São José do Ribamar continuavam ecoando na rua da Imperatriz. No final do ano de 1872, Augusto José Teixeira pediu à Mesa Diretora que fosse aceito como Sócio Efetivo. Entretanto, no dia 3 de dezembro, José Vicente Ferreira Barros Junior recomendou que seu nome fosse rejeitado. Na ótica do filho mais velho do idealizador da mutualista, era preciso estar “atento ao modo porque ele se portou para com a Sociedade, quando Tesoureiro da Irmandade de S. José”⁷⁵. No capítulo 4, analisamos os combates entre Teixeira, seus aliados e os defensores do projeto de “harmonia infinita” e vimos como tais brigas foram coroadas pelo despejo da entidade artística da Igreja devotada àquele orago. Esses fatos não haviam sido esquecidos e, no dia 17, José Vicente Junior reforçou seu posicionamento e a Casa votou pela proibição da matrícula⁷⁶. É possível ainda que o boicote a Teixeira tenha sido também um ato de solidariedade de José Vicente ao seu irmão, que foi o mentor daquele projeto político.

pesquisador atentarà às respectivas duplicidades). Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 15/1/1875 e 1/2/1875.

⁷² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 76v.

⁷³ Idem, *ibidem*.

⁷⁴ Na historiografia social do trabalho, encontramos importantes elementos comparativos com o caso pernambucano. Na Inglaterra da primeira metade dos oitocentos, era considerado “indigno” o ofício executado sem que o trabalhador passasse por processos mais tradicionais de aprendizagem. E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa: a maldição de Adão*, volume 2, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001, p. 102. Portanto, o artífice era aquele indivíduo que “aprendera seu ofício através de estágio como aprendiz, em contraste com o ‘operário’ que não tinha nem ofício nem treinamento”. Entre o último quartel dos oitocentos e as duas primeiras décadas do século seguinte, os trabalhadores ingleses que subsistiram labutando no mercado do gás foram convencionalmente considerados como homens “não-capacitados”. Eric J. Hobsbawm, *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 189 e 311.

⁷⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 2v-3v.

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

Quadro 10

Características dos 105 Sócios Efetivos matriculados entre 1871 e 1874

Ofícios	Carpinas e Pedreiros	22,86%	Total 100%
	Outros	75,14%	
	Sem definição	2,00%	
Nascimento	Pernambuco	69,50%	Total 100%
	Europa	19,05%	
	Outras Províncias	7,62%	
	Sem definição	3,83%	
Estado	Casado	54,30%	Total 100%
	Solteiro	36,20%	
	Viúvo	4,80%	
	Sem definição	4,70%	
Tipo de artista	Mecânico	76,20%	Total 100%
	Liberal	21,90%	
	Sem definição	1,90%	
Grau do Sócio Efetivo	Magistral	2,00%	Total 100%
	Provecto	58,10%	
	Magistrando	33,33%	
	Aluno	2,90%	
	Sem definição	3,67%	

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fls. 5-25. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fls. 9v-25.

O cruzamento dos dados dos Quadros 9 e 10 permite conhecer algumas importantes características dos primeiros anos do consórcio entre Sociedade e Liceu de Artes e Ofícios. Inicialmente, analisemos os números relativos à presença de carpinas, pedreiros e outros artífices na mutualista. Segundo os dados de ambas as tabulações, percebemos que, no curto prazo, os Sócios Efetivos que labutavam nos canteiros de obras se tornaram um grupo minoritário nas sessões deliberativas. Somente nas décadas de 1840 e 1850 havíamos observado tal peculiaridade. Em seguida, por mais que um significativo número de oficiais tivesse entrado na associação depois da assinatura do contrato com o governo, os mestres parecem ter consolidado a recente retomada de sua hegemonia no Livro de Matrículas. Por fim, também notamos que os pernambucanos continuaram dominando a entidade artística. Contudo, o percentual de estrangeiros (e de brasileiros nascidos em outras Províncias do Império) chegou a patamares nunca antes registrados. Da mesma forma, podemos interpretar os dados referentes à presença quantitativa dos artistas liberais, em relação aos trabalhadores das chamadas “artes úteis”.

Na Sociedade da primeira metade da década de 1870, foi estratégica a política de atração das mais variadas categorias de artistas mecânicos. O consórcio possibilitou que a associação ambicionasse uma liderança ainda mais ampla. No Recife daqueles anos, muitos artesãos organizados começaram a pensar no fortalecimento de uma identidade coletiva, que fosse além de seus ofícios particulares. Tais atores promoveram reuniões que foram pautadas nos “melhoramentos materiais da classe dos artistas”⁷⁷. Em maio de 1874, a própria Sociedade criou um projeto de fusão das entidades que reuniam trabalhadores especializados⁷⁸. Neste grupo, o “simples” trabalhador manual também estaria excluído⁷⁹. No *Jornal do Recife* de 18 de setembro, a Casa articulou a concretização de sua idéia. Sob o título de “União Artística”, comissários de diversas mutualistas foram convocados a comparecer à rua da Imperatriz⁸⁰. A principal proposta do encontro era convencê-los de que “os artistas reunidos em uma só sociedade se tornarão uma potência”⁸¹. Tendo em vista a história e a experiência do grupo idealizado por José Vicente Ferreira Barros, parece evidente que a “União Artística” era muito mais uma proposta de adesão do que fusão. Ou

⁷⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 58v.

⁷⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 59v. Em 1874, arrolamos diversas associações de trabalhadores pernambucanos: “Amor à Beneficência dos Trabalhadores das Carnes Verdes”, “Filantrópica dos Artistas”, “de Guarda-Livros” e “Beneficente dos Caixeiros Despachantes”. Outras eram mais antigas e foram citadas na tese: “Tipográfica Pernambucana”, “União Beneficente dos Artistas Seleiros”, “Beneficente dos Cocheiros” e “Filantrópica Beneficente dos Artistas Alfaiates”. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Falla com que o Exm. Sr. Commendador Henrique Pereira de Lucena abriu a Sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1874*, Pernambuco, Typographia de M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1874, p. 71. No Recife da década de 1870, o número de associações vai ao encontro de uma tendência observada em outras cidades. A Corte testemunhou a fundação de diversas mutualistas “em fins dos anos 1860 e ao longo dos anos 1870”. Cláudio H. M. Batalha, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11, p. 59. Em São Paulo, várias congêneres foram criadas a partir de 1872. Tânia Regina de Luca, *O Sonho do Futuro Assegurado: o mutualismo em São Paulo*, São Paulo/Brasília, Contexto/CNPq, 1990, p. 9. No período em quadro, o crescimento do fenômeno associativo dialogou com a crise de algumas estruturas imperiais Ronaldo Pereira de Jesus, “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)”, In: Carla M. de Carvalho & Mônica Ribeiro de Oliveira (org.), *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*, Minas Gerais, Editora da UFJF, 2006, pp. 285-304.

⁷⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 61v.

⁸⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, “União Artística”, *Jornal do Recife*, 18/9/1874.

⁸¹ Idem, *ibidem*.

seja, ao invés de a nova entidade ser fruto de processos dialéticos, talvez fosse uma forma de a Sociedade impor seus projetos políticos para além de seus limites institucionais.

Isoladamente, o Quadro 10 deixa a impressão de que existiram vínculos entre o aumento percentual de artistas liberais e o de Sócios Efetivos europeus. Contudo, a absoluta maioria dos representantes das “artes maiores” foi identificada como pernambucana. Por amostragem, destacarei quatro indivíduos que desfrutavam de prestígio público. Um deles merece especial menção. O escultor Antonio Benvenuto Sellini recebeu o título de Sócio Profecto em 20 de abril de 1871, quanto tinha 24 anos e era solteiro⁸². Em 1873, *O Jornal do Recife* fez rasgados elogios às obras de Sellini, que era “o mesmo indivíduo a quem a Comissão Diretora da Exposição de 1866 deu a carta de liberdade, em prêmio de um trabalho de escultura”⁸³. Sim, uma carta de liberdade: apesar do nome, Sellini fora escravo. Em 26 de abril de 1875, por meio da Lei Provincial de número 1.161, seu valor artístico foi reconhecido e ele obteve uma subvenção anual de 1:000\$000rs, para aprimorar sua técnica na “Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro”⁸⁴. Segundo a norma, a mercê duraria 3 anos. Os orçamentos provinciais confirmaram o benefício, que perdurou, pelo menos, entre 1877 e 1880⁸⁵. Entre finais de 1878 e inícios de 1879, Manoel do Nascimento Machado Portella esteve na Corte e acompanhou “os progressos” de seu consócio⁸⁶.

Os outros três artistas liberais pernambucanos que selecionei entraram na Sociedade entre os anos de 1871 e 1874. Pedro Baptista de Santa Rosa era “artista dramático e

⁸² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 68v. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 12. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 6v.

⁸³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, “Relatório da Comissão Directora da Exposição Provincial de Pernambuco em 1872”, *Jornal do Recife*, 20/3/1873.

⁸⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1865*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1865, p. 4.

⁸⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1877*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1877, p. 7. *Collecção de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1879*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filhos, 1879, p. 133. *Collecção de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1880*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filhos, 1880, p. 21.

⁸⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 159 e 145 (observe-se que o códice apresenta problemas de numeração. A página 145 referida surge depois da 160).

músico” e juramentou como Sócio Provector em 21 de junho de 1871⁸⁷. O novo membro da associação ganhara notabilidade pública por compor melodias para a encenação de presépios natalinos, que eram elementos cênicos muito apreciados pelo “povo” nas concorridas festas recifenses de final de ano⁸⁸. Por sua vez, o “músico pianista” Francisco de Paula Neves Seixas ganhou o título de Sócio Provector no dia 6 de março de 1872⁸⁹. Em 1898, a “Revista Diária” do *Diário de Pernambuco* fez obsequiosos elogios ao seu “lindíssimo dobrado para piano”, considerado uma “recomendável composição do distinto professor”⁹⁰. Para finalizar, citamos o “músico” Francelino Domingos de Moura Pessoa, que se tornou Sócio Provector em 21 de dezembro de 1873⁹¹. A etnomusicóloga Rosa Maria Zamith afirma que suas composições para a dança de quadrilhas fizeram fama na Corte. “A Cascata de Cravos”, entre outras peças, ainda exigia “do pianista habilidade técnica para [sua] execução”⁹².

A maior parte dos europeus que entrou na Sociedade era mestre nas artes mecânicas. Entre eles estava o relojoeiro alemão Carlos Walter, proprietário do imóvel na rua da Imperatriz, alugado para a Sociedade. O francês Antonio Felipe Moreau recebeu o título de Sócio Provector em 19 de maio de 1871⁹³. Segundo os críticos, era perito da marcenaria e das obras de talha e um dos mais respeitadas nomes do mercado pernambucano⁹⁴. No ano em que Moreau foi registrado no Livro de Matrículas da associação, sua oficina estava

⁸⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 93v. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 20v.

⁸⁸ Ascenço Ferreira, “Presépios e Pastoris”, *Arquivos*, (1943), números 1 e 2. Waldemar Valente, *Pastoris do Recife Antigo e outros ensaios*, Recife, 20-20 Comunicações e Editora, 1995.

⁸⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 14v.

⁹⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, *Diário de Pernambuco*, 2/3/1898.

⁹¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 20.

⁹² Rosa Maria Zamith, “A dança da quadrilha na cidade do Rio de Janeiro: sua importância na sociedade oitocentista”, *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, (2007), volume 4, número 1, p. 122.

⁹³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 7v. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 17v.

⁹⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “Moureau de Paris, entalhador”, *Jornal do Commercio*, 1/9/1963.

localizada à rua da Imperatriz, 24⁹⁵. Ou seja, o artífice era vizinho da mais nova e provisória sede da Sociedade. Gustavo Adolpho Naumann, nativo da Alemanha, era mestre ferreiro. Ele juramentou como Sócio Provector na mesma cerimônia em que o francês foi assentado⁹⁶. Em 1857, quando ainda era oficial, Naumann firmara um contrato de locação de serviços com o mestre ferreiro Joham Heinrich Day, o que indica que o novo associado havia adquirido ou aperfeiçoado sua perícia trabalhando no Recife⁹⁷. Havia também mestres portugueses que se tornaram Sócios Provectoros como o alfaiate Manoel Martinho Alves Garcia e o canteiro José Manoel da Costa Gamito que foram aceitos pela mutualista em 1871⁹⁸.

No período em quadro, a entrada de Sócios Honorários e Benfeitores também foi expressiva. O Sócio Benfeitor que mais impactou e encheu de orgulho a Sociedade foi D. Pedro II. O Imperador aceitou seu diploma em junho de 1871, quando seguia viagem para o Velho Mundo junto de sua família. Provavelmente, o documento foi entregue durante o breve desembarque do Soberano no porto do Recife, já que o grupo de artífices foi uma das entidades que o recepcionou⁹⁹. Comparativamente ao ano de 1859, notamos a profunda mudança de *status* da associação. Neste último ano, a então “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” havia participado apenas indiretamente do primeiro desembarque de D. Pedro II em terras pernambucanas, pois foram os sócios que construíram a estrutura onde ocorreram os festejos de boas vindas ao nobre visitante. Em 1871, não mais ficavam nos bastidores, mas ocupavam a cena e recebiam, com a entrada no novo Sócio Benfeitor, o título de “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. A mercê estava

⁹⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o ano de 1871*, p. 237.

⁹⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 8. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 18.

⁹⁷ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Documentos Avulsos, “O Sr. Joham Heinrich Day, Mestre Ferreiro, [] das seguintes condições: dois officiaes peritos e laboriosos, à saber, um Official Ferreiro e outro Serralheiro, devendo o último ter perfeito conhecimento das obras de Segeiro”.

⁹⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fls. 9 e 10. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 18v e 19v.

⁹⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicas e Liberais, 1864-1871, fls. 85-85v, 87v e 95.

relacionada tanto à presença de D. Pedro II nos quadros de honra da mutualista, quanto ao reconhecimento por seu desempenho na administração do Liceu de Artes e Ofícios. Em março de 1872, o *Jornal do Recife* já fazia referências ao grupo de artífices com a prestigiosa denominação¹⁰⁰.

Além de D. Pedro II, do Barão do Livramento e de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, outras personalidades da “boa sociedade” também foram seduzidas pela associação, que oferecia excelentes condições para que as classes sociais encontrassem pontos de confluência ideológica. Por ora, elencaremos somente alguns homens públicos que ocuparam relevantes cargos Executivos entre os anos de 1871 e 1874. O Conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, que foi Ministro da Agricultura nos exercícios de 1871 e 1872, ganhou o título de Sócio Honorário neste último período¹⁰¹. Em 1874, o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, que foi Ministro do Império entre 1871 e 1875, também recebeu a mesma mercê¹⁰². Sem exceção, todos os Presidentes da Província de Pernambuco que exerceram seus mandatos na primeira metade da década de 1870 também se tornaram Sócios Honorários. A entidade artística atraiu para seus quadros o Conselheiro João José de Oliveira Junqueira, o Desembargador Francisco de Faria Lemos e o Comendador Henrique Pereira de Lucena¹⁰³. No período em quadro, Manoel do Nascimento Machado Portella, que foi promovido a Sócio Benfeitor em 1871, também ocupou por algumas vezes a Presidência interina de Pernambuco¹⁰⁴.

¹⁰⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 5/3/1872.

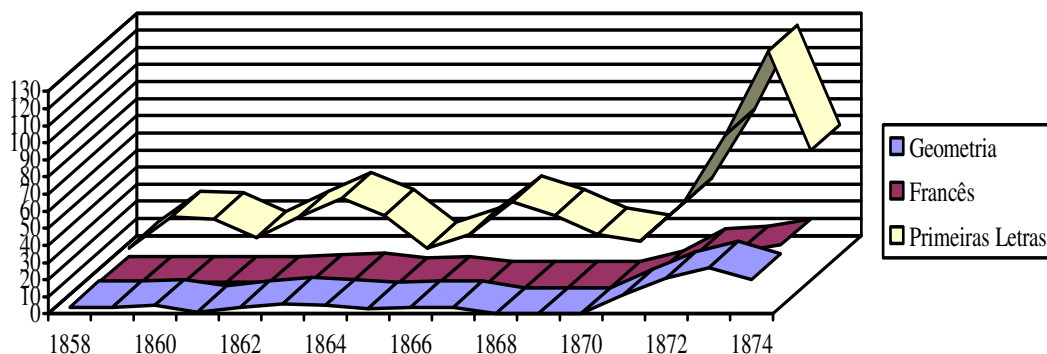
¹⁰¹ Joaquim Nabuco, op. cit., p. 1176. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 16v.

¹⁰² Joaquim Nabuco, op. cit., p. 1176. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 21.

¹⁰³ Idem, fls. 16-16v e 20v.

¹⁰⁴ Manoel do Nascimento Machado Portella foi promovido à condição de Sócio Benfeitor em 3 de dezembro de 1871. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 13v.

Gráfico 3 – Matrículas nas aulas da Sociedade entre os anos de 1858 e 1874.



Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas no Francês, 1858-1878, fls. 1-15. Livro de Matrícula das Aulas de Geometria, 1858-1878, fls. 1-17. Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 1-29.

O Gráfico 3 permite visualizar o crescimento do número de matrículas nas aulas oferecidas pela Sociedade e torna evidente sua pujança nos primeiros anos da década de 1870. Há um profundo imbricamento entre o exponencial crescimento do número de alunos matriculados nas aulas noturnas, o consórcio com o Liceu de Artes e Ofícios, o título de “Imperial”, a proteção de importantes estadistas e o aumento (quantitativo e qualitativo) do quadro de Sócios Efetivos. Sem sombra de dúvida, o reencontro do grupo de artífices com sua “marcha progressiva” foi diretamente proporcional ao seu alinhamento com as políticas governamentais de fomento à “instrução popular”. Ainda atentos ao Gráfico 3, observamos que a nova fase escolar da associação ganhou lastro a partir de 1872, quando todas as suas rotinas administrativo-pedagógicas estavam mais bem estruturadas e acomodadas na nova sede da rua da Imperatriz. Não por acaso, na abertura daquele ano letivo, a Diretoria das Aulas foi aos jornais para oferecer a todos os artistas recifenses e a “seus filhos e agregados” os reorganizados cursos de Primeiras Letras, Geometria, Arquitetura, Francês e Gramática Portuguesa¹⁰⁵.

¹⁰⁵ O dia 3 de fevereiro de 1872 abria o ano letivo. Nas terças, quintas e sábados, o curso de Arquitetura ocorreria entre 19 e 20 horas. Logo em seguida, das 20 às 21 horas, seriam ministradas as aulas de Francês. As lições de Geometria estavam programadas para as segundas, quartas e sextas, entre 19 e 20 horas. Na sequência, Gramática Portuguesa estava marcada para ocorrer das 20 às 21 horas. De segunda à sexta, entre 19 e 21 horas, os discentes aprenderiam as Primeiras Letras. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 27/1/1872. No transcorrer da tese, vimos que Gramática Portuguesa também era chamada de Língua Nacional.

Entre 1872 e 1874, o Francês recebeu uma média anual de 21,66 matrículas¹⁰⁶. A maior parte dos inscritos era composta de menores externos, que contavam com a média etária de 17,23 anos¹⁰⁷. Nesta nova fase da cadeira, verificamos que o perfil dos educandos era muito diferente daquele apresentado antes de sua extinção. No triênio em foco, somente encontramos um único Sócio Efetivo aprendendo língua estrangeira: Antonio Leônidas Douville e Silva¹⁰⁸. O pernambucano entrou na “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” em fevereiro de 1871. Na ocasião, o “imaginário” tinha 32 anos, era casado, residia na freguesia da Boa Vista e juramentou como Sócio Provector¹⁰⁹. Como podemos deduzir, o aprendizado do francês era muito importante para quem precisava estudar manuais de “belas artes”. Dentre os alunos menores externos, apenas um foi identificado como parente de Sócio Efetivo. Bardominiano Mello dos Santos Ferreira Barros, filho de José Vicente Junior, assistiu as referidas lições nos anos de 1872 e 1873, quando estava na faixa dos 15 anos¹¹⁰. Ou seja, a terceira geração dos Ferreira Barros continuava trilhando as searas da mobilidade social.

Nas aulas de Geometria, observamos algumas semelhanças em relação ao curso de Francês. Entre 1872 e 1874, os estudos matemáticos contaram com uma média anual de 22,66 alunos matriculados¹¹¹. Por sua vez, as turmas que foram formadas contabilizaram uma média etária de 18,51 anos¹¹². A maioria esmagadora deste corpo discente estava desvinculada das rotinas associativas. Contudo, apesar desta regularidade, existiram alunos como Luis Bento de Souza Bandeira, que era menor e filho do ex-Diretor e Sócio Magistral José Francisco Bento¹¹³. O aprendiz de ferreiro, que talvez fosse treinado no ofício

¹⁰⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas no Francês, 1858-1878, fls. 13-15.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁸ Idem, fl. 13.

¹⁰⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 55v e 57. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 9v. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl.5.

¹¹⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas no Francês, 1858-1878, fls. 13-14.

¹¹¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas de Geometria, 1858-1878, fls. 15-17.

¹¹² Idem, *ibidem*.

¹¹³ Idem, *ibidem*. Em 20 de abril de 1871, José Francisco Bento foi referido pela associação como Sócio Magistral. É provável que promoção fosse recente. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife,

mecânico por seu próprio pai, mestre serralheiro, freqüentou as lições teóricas por três anos¹¹⁴. Por sua vez, poucos Sócios Efetivos buscaram os conhecimentos espaciais disponibilizados pela rua da Imperatriz. Em 1872, Douville e Silva também se inscreveu em Geometria, o que demonstra sua efetiva preocupação com o “aperfeiçoamento” de seus traços¹¹⁵. Em 1873, Juviano Xavier de Souza foi outro associado que procurou o curso¹¹⁶. Sócio Profecto em 1871, o mestre carpina tinha 29 anos, era casado e natural do Rio Grande do Norte¹¹⁷.

As aulas de Primeiras Letras seguiram a mesma tendência apresentada na década de 1860. Ou seja, no respectivo livro de registros, encontramos um imenso contingente de meninos pernambucanos sem vínculos perceptíveis com a Sociedade. A média etária dos alunos que pretendiam dar os primeiros passos no mundo letrado era de 16,22 anos¹¹⁸. Comparativamente ao último decênio, as classes de alfabetização de 1872, 1873 e 1874 testemunharam a expressiva média de 87,33 inscrições anuais¹¹⁹. Os Sócios Efetivos estiveram ausentes desta estatística, pois inexistem registros de suas matrículas nas Primeiras Letras. Em compensação, nos anos de 1872 e 1873, o perito José Francisco Bento conduziu seu outro filho às aulas de leitura e escrita¹²⁰. Constantino Bento de Souza Bandeira estava na faixa dos 15 anos e era aprendiz de ferreiro, junto de seu irmão¹²¹. Em 1873, José Vicente Junior também achou pertinente que seu outro rebento, Ernestino Rogacio do Sacramento Ferreira Barros, de 13 anos, apreendesse o *ABC*¹²². Com esta medida, outro membro da família do idealizador da mutualista buscava aprimorar seus conhecimentos e condição social.

Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 67v.

¹¹⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula das Aulas de Geometria, 1858-1878, fls. 15-17.

¹¹⁵ Idem, fl. 15.

¹¹⁶ Idem, fl. 16.

¹¹⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 8.

¹¹⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 19-29.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*.

¹²⁰ Idem, fls. 19 e 23.

¹²¹ Idem, *ibidem*.

¹²² Idem, fl. 25.

Esses dados permitem verificar que a maior parte dos alunos da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” era muito jovem e com pouca experiência profissional. Mas também indivíduos mais amadurecidos procuraram as salas-de-aula da rua da Imperatriz. Por conta do alinhamento da Casa às políticas de “instrução popular”, eles poderiam solicitar um benefício que foi conquistado junto aos governantes: a isenção do recrutamento e do serviço ativo da Guarda Nacional. Em 1871, o Sócio Benfeitor Diogo Velho havia prometido aos seus consócios que faria esforços para finalmente “aliviar os alunos deste trabalho”¹²³. Com este importante apoio vindo “de cima”, a associação se calçou juridicamente e formalizou um pedido ao governo pernambucano¹²⁴. Em 5 de junho de 1872, quando o Presidente interino era Machado Portella, o Poder Executivo provincial baixou uma portaria que concedeu a desejada mercê aos “alunos do Liceu de Artes e Ofícios da Sociedade dos Artistas Mecânicos”¹²⁵. A única exigência feita aos discentes da Sociedade foi que cumprissem suas obrigações escolares com “assiduidade e aproveitamento”¹²⁶.

A isenção do recrutamento e do serviço ativo da Guarda Nacional foi mais um fator que estimulou o grande fluxo de matrículas nas aulas da rua da Imperatriz. Contudo, muitos moradores do Recife tentaram auferir vantagens pessoais burlando a portaria. Na documentação relativa à Guarda Nacional, há dois casos emblemáticos da engenhosidade cotidiana de alguns pernambucanos. Em julho de 1873, a Diretoria da Instrução Pública recomendou que Francelino Rodrigues de Moura fosse dispensado de suas obrigações na 8ª Companhia do 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. O pedido estava apoiado em

¹²³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 59v. Sabemos que os sócios reclamavam do serviço ativo na Guarda Nacional desde os anos de 1850.

¹²⁴ O pedido de isenção na Guarda Nacional, por exemplo, estava fundamentado no fato de as aulas da associação ocorrerem em escola particular. Os sócios respaldavam seu requerimento em legislação diversa, mas o ponto de partida era o Parágrafo 3º do Artigo 14 da Lei de número 602, que foi aprovada em 19 de setembro de 1850. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Guarda Nacional, Códice GN-78, fl. 112. Tal dispositivo rezava que teriam isenção da Guarda Nacional “os professores e os estudantes matriculados nos Cursos Jurídicos, Escolas de Medicina, Seminários Episcopais, e outras Academias, ou Escolas Públicas, contando que efetivamente a frequentem. A mesma isenção poderá o Governo conceder a bem dos Colégios, ou Escolas Particulares, que lhes parecerem dignos dela”. Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Colleção de Leis do Império do Brasil de 1850*, tomo XI, parte I, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850, p. 317.

¹²⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Guarda Nacional, Códice GN-81, fl. 349.

¹²⁶ Idem, *ibidem*.

sua matrícula “na aula de língua nacional da Sociedade Imperial das Artes Mecânicas e Liberais”¹²⁷. Entretanto, o Comandante Interino da Guarda Nacional do Recife questionou a solicitação, alegando que Moura havia utilizado as aulas do “Liceu da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” para escapar de um castigo (que foi motivado por suas excessivas faltas àquela divisão)¹²⁸. No final do ano de 1872, João Pedro Nolasco foi acusado de falsificar sua matrícula naquelas mesmas aulas do ensino secundário, pois pretendia “livrar-se do serviço da Guarda Nacional”¹²⁹.

Conhecidas as peculiaridades que envolveram os cursos do Liceu de Artes e Ofícios, voltaremos nossa atenção para a Diretoria das Aulas. Em 1871, Felix de Valois Correia foi promovido a Sócio Magistral e escolhido para ocupar o mais importante posto da escola profissionalizante¹³⁰. Em capítulos anteriores, vimos que o torneiro tinha experiência pedagógica para aceitar o desafio. No transcorrer da década de 1860, o Sócio Efetivo estudou no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar, lecionou Primeiras Letras para seus colegas, foi aprovado no concurso para Professor Público de Instrução Primária e assumiu a cadeira da Vila de Cimbres (transferindo-se para Pedra Tapada). No ano de 1870, o pernambucano havia acumulado ainda mais *status*. O Delegado Literário de Limoeiro fez acalorados elogios “ao zelo e dedicação” de Valois, docente público que conseguia “brilhante resultado [sem empregar] castigos corporais em seus discípulos”¹³¹. O destaque do sócio lhe valeu uma imediata promoção para a 4ª Cadeira da Freguesia da Boa

¹²⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-28, fls. 353-353v.

¹²⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Guarda Nacional, Códice GN-81, fl. 250.

¹²⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Guarda Nacional, Códice GN-78, fls. 318-318v. Em meados dos oitocentos, existiram casos de má-fé semelhantes ao de Nolasco. Jeanne Berrance de Castro, *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, São Paulo/Brasília: Editora Nacional/INL, 1977, p. 180. A partir de 1873, inexistem pedidos de isenção da Guarda Nacional para os alunos do Liceu de Artes e Ofícios. Izabel Marson afirma que a Lei de 10 de setembro de 1873 aboliu a Guarda Nacional, o que explica o fato. Izabel Andrade Marson, *O Império da “conciliação”: política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão*, Campinas, Unicamp, 1999, tese de concurso de livre docência em História, p. 336.

¹³⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 65v e 82v.

¹³¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-24, fls. 6-8. Desde meados da década de 1850, existiram defensores do fim dos castigos corporais nos processos educativos. Eles seriam meios disciplinares indesejados. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Abílio Cezar Borges, *Vinte annos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade*, Rio de Janeiro, Typographia Cinco de Março, 1876.

Vista, localizada no Recife¹³². Certamente, o novo local de trabalho permitiu que Valois aceitasse a direção do Liceu e nela se mantivesse pelo menos até 1874¹³³.

Nas ausências do torneiro, José Vicente Ferreira Barros Junior deliberou como Diretor interino¹³⁴. Sabemos que o mestre carpinteiro tinha uma sólida carreira pedagógica. Na década de 1840, o pai de Bardominiano e Ernestino fez seus estudos secundários no Liceu Provincial. Nos anos de 1850, assumiu a cadeira de Geometria da Sociedade e as aulas públicas primárias de Nossa Senhora do Ó, em Olinda. Em 1868, José Vicente Júnior pediu transferência para o subúrbio recifense de Apipucos. A mudança de regência foi deferida pelo Diretor da Instrução Pública. A autoridade justificou sua atitude dizendo que o lente era “um homem sisudo e cumpridor de seus deveres, como provam os atestados que apresenta de diversos vigários que têm estado na freguesia de Maranguape”¹³⁵. Joaquim Pires Machado Portela poderia até prescindir das informações daquelas autoridades religiosas, caso não fosse uma exigência legal¹³⁶. Ele conhecia José Vicente Junior muito bem e há algum tempo. Sabemos que o administrador público se tornara Sócio Honorário em 1863. Na primeira metade da década de 1870, quando era suplente de Valois, José Vicente Junior lecionava Primeiras Letras no prestigiado Colégio de Órfãos¹³⁷. Nos primeiros anos do Liceu de Artes e Ofícios, o filho mais velho de José Vicente Ferreira Barros também lecionou a mesma disciplina que oferecia aos meninos desvalidos¹³⁸. Vejamos os demais lentes da escola profissionalizante. A partir de 1872, com a saída de

¹³² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-24, fls. 160-161v e 290.

¹³³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 68v.

¹³⁴ Idem, fls. 45 e 57.

¹³⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-22, fl. 490.

¹³⁶ Segundo a Lei de número 369 de 14 de maio de 1855 (“Da Nova Organização da Instrução Pública Provincial”), as atestações emitidas pelos párocos eram documentos fundamentais para que um indivíduo exercesse a carreira docente da Instrução Pública. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco*, Tomo XVIII, anno de 1855, Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1855, p. 34. Em outros momentos da tese, tivemos a oportunidade de melhor esmiuçar e analisar a referida norma provincial.

¹³⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-25, fl. 598. Códice IP-26, fl. 255. Códice IP-29, fl. 82-82v.

¹³⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 27/1/1872. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 34v e 83.

João dos Santos da cadeira de Geometria e Arquitetura, o curso foi desmembrado. Jorge Dornellas, ex-professor de Francês, ocupou interinamente aquela primeira lição¹³⁹. As aulas de língua estrangeira foram ministradas por Manoel Barbosa de Araújo¹⁴⁰. O pernambucano juramentou como Sócio Honorário em 19 de maio de 1871; nessa ocasião, ele residia na rua Formosa, era empregado público e diretor de colégio¹⁴¹. É provável que o título honorífico tenha sido concedido como forma de agradecimento, pois, antes de sua filiação, o representante da “boa sociedade” havia disponibilizado seus serviços ao grupo de artífices¹⁴². Em 1872, Araújo também assumiu interinamente o curso de Língua Nacional (Gramática Portuguesa)¹⁴³. Entretanto, a partir de 1873, Antonio Basílio Ferreira Barros retornou à titularidade da cadeira, que havia sido sua nos anos 1860¹⁴⁴.

Na época em que o filho mais novo de José Vicente Ferreira Barros reconquistou a cadeira de Língua Nacional, muitas coisas haviam ocorrido em sua vida. No final do ano de 1869, o mestre de ofício tornou-se Sócio Magistral¹⁴⁵. Em finais de julho de 1871, quando ainda era aluno-mestre da Escola Normal, Antonio Basílio foi nomeado Professor Público

¹³⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 27/1/1872. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 15v. As fontes disponíveis deixaram uma lacuna sobre quem assumiu a docência da aula de Arquitetura. Em 1873, os registros indicaram que também havia sido criada uma aula de Taquigrafia. Entretanto, nenhuma referência foi feita sobre o lente que ensinou a arte de escrever por abreviaturas. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 33.

¹⁴⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 27/1/1872.

¹⁴¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicas e Liberais, 1864-1871, fl. 79v. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 12. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 12v.

¹⁴² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicas e Liberais, 1864-1871, fl. 64.

¹⁴³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 27/1/1872.

¹⁴⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 28.

¹⁴⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicas e Liberais, 1864-1871, fl. 48.

de Primeiras Letras da Vila das Flores¹⁴⁶. A grande distância entre sua escola e a cidade do Recife fez com que o Sócio Efetivo pedisse transferência para a menos longínqua Palmeira dos Garanhuns¹⁴⁷. Mesmo sem iniciar suas atividades docentes naquela primeira localidade, a mercê foi concedida pelas autoridades. A remoção foi assinada em 26 de dezembro e o requerente iniciou sua regência no dia 15 de janeiro de 1872¹⁴⁸. Ainda insatisfeito, Antonio Basílio solicitou uma segunda transferência para a freguesia da Boa Vista¹⁴⁹. Em 5 de julho, o lente foi prontamente atendido e pôde manter suas rotinas na capital¹⁵⁰. Tendo em vista as facilidades encontradas pelo professor público, não causaria espanto saber que o Diretor Interino da Instrução Pública, João José de Pinto Junior, era Sócio Honorário desde 1871¹⁵¹.

A economia do favor que trouxe Antonio Basílio Ferreira Barros para o Recife não excluiu a competência do docente ou talvez até mesmo se apoiasse nela. No início de 1873, o Conselho Diretor da “Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco” organizava uma escola normal particular na freguesia de Santo Antonio. O objetivo do estabelecimento de ensino era formar professoras primárias. Dentre outros lentes, Antonio Basílio havia sido convidado para ensinar às novas licenciandas¹⁵². A entidade que pretendia contratar o filho mais novo de José Vicente Ferreira Barros foi fundada em 1872¹⁵³. O primeiro Estatuto dessa nova associação informa que seu escopo era promover todos os níveis de ensino, especialmente o primário. Para tanto, o grupo contrataria

¹⁴⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-25, fl. 635.

¹⁴⁷ Idem, fl. 599.

¹⁴⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-26, fl. 278.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-27, fl. 5.

¹⁵¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 12.

¹⁵² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-28, fls. 74-74v.

¹⁵³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Instrução Pública – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província em 31 de outubro de 1878 pelo Inspector Geral João Barbalho Uchoa Cavalcanti*, Recife, Typographia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1878, p. 63.

professores habilitados e fundaria escolas nas paróquias do Recife¹⁵⁴. É possível afirmar que o nascimento da instituição está relacionado ao projeto político mais amplo de fomento à “instrução popular”, que, entre outras realizações, viabilizou a montagem do Liceu de Artes e Ofícios que era mantido pela “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”.

O exame do organograma da Diretoria das Aulas do Liceu de Artes e Ofícios revela que, apesar de o projeto da escola profissionalizante estar vinculado aos que ocupavam o topo da pirâmide social, foram os mestres de ofício pernambucanos que efetivamente controlaram aquela instância de poder. Mais do que simplesmente comandar, Felix de Valois Correia exercia com sucesso a gestão pedagógica do estabelecimento de ensino (os dados do Gráfico 3 fundamentam esta afirmativa). Para tanto, o perito das chamadas “artes úteis” e professor público contou com o precioso auxílio de alguns colaboradores. Entre eles estavam os irmãos José Vicente Junior e Antonio Basílio, que tinham o mesmo perfil sócio-profissional do Diretor das Aulas. Se recordarmos a história mais recente da Sociedade, é importante observar que, com exceção do bacharel Manoel Barbosa de Araújo, todos os sócios envolvidos com o Liceu de Artes e Ofícios eram velhos aliados. Com maior ou menor grau de influência, eles haviam participado do mesmo grupo político que conduziu a associação nos anos anteriores a sua crise.

É impossível pensar nos antigos mandatários da entidade artística sem nos referirmos a João dos Santos Ferreira Barros. Conjuntamente à presença de seus parceiros no Liceu de Artes e Ofícios, o mestre de obras recuperou o prestígio institucional que havia perdido na segunda metade da década de 1860. Entre os anos de 1871 e 1873, o irmão de José Vicente Junior e Antonio Basílio venceu todas as disputas eleitorais para o cargo de Diretor da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Respeitado pelos conservadores, o nome do artífice também foi prontamente chancelado pelos Presidentes de Província. É bem provável que, ao retornar àquela função deliberativa, o perito tenha sido obrigado a abandonar a docência do curso noturno de Geometria e Arquitetura, para a qual foi recontratado em finais de 1870. Contudo, tendo em vista o bom funcionamento do Liceu de Artes e Ofícios, parece evidente que João dos Santos continuou e consolidou a

¹⁵⁴ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa 4, Folheto 43, *Estatutos da Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco*, Recife, Typographia Universal, 1872, pp. 5 e 9.

reorganização da Sociedade, tarefa que havia sido iniciada por Manoel Pereira de Hollanda. Esses dois Sócios Magistrais tiveram diretrizes comuns para a Sociedade¹⁵⁵.

Quadro 11
Mesas Diretoras da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”

	1871-1872	1872-1873	1873-1874
Diretor	João dos Santos Ferreira Barros	João dos Santos Ferreira Barros	João dos Santos Ferreira Barros
Orador	Antonio Leônidas Douville e Silva	Antonio Leônidas Douville e Silva	Antonio Leônidas Douville e Silva
Tesoureiro	Carlos Walter	Juviniiano Xavier de Souza	Juviniiano Xavier de Souza
Primeiro Secretário	Felix de Valois Correia	Pedro Paulo dos Santos	Pedro Paulo dos Santos
Segundo Secretário	Pedro Paulo dos Santos	Carlos Walter	Carlos Walter

Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas dos Trabalhos das Mesas Eleitorais, fls. 3v-5v. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 48-48v e 55. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanak da Província de Pernambuco para o anno de 1873*, Recife, Typographia do Correio do Recife, 1873, pp. 163-164.

Além de mostrar a constante presença de João dos Santos na direção da Sociedade, o Quadro 11 permite verificar que a Mesa Diretora conheceu uma estabilidade política semelhante à da Diretoria das Aulas. Dentre os mesários tabulados, o único desconhecido do leitor é Pedro Paulo dos Santos. Sócio Provector em 1871, o mestre ourives pernambucano tinha 38 anos e era casado¹⁵⁶. À exceção de Valois e João dos Santos, todos os outros administradores eram neófitos, juramentados no mesmo ano em que foi efetivado o consórcio entre Sociedade e Liceu. Assim, além de renovada, a Mesa Diretora reproduzia a composição do Livro de Matrículas (em consonância com o projeto da “União Artística”). Entre 1872 e 1874, a mais importante instância de poder da associação contou com uma maioria de mestres pernambucanos dos mais diversos ramos de atividade. Além da

¹⁵⁵ A passagem do mestre de ofício Manoel Pereira de Hollanda para o grau de Sócio Magistral foi aprovada em junho de 1871. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 85v. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 1.

¹⁵⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 66v. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 11v. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 6. Neste último códice, o ourives é registrado com 44 anos.

presença dos artífices locais, as cadeiras diretoras também foram preenchidas por um estrangeiro e outro nascido no Rio Grande do Norte. Das artes liberais, um pintor de quadros ainda foi empossado Orador.

As análises realizadas até aqui indicaram que o processo de implantação do Liceu de Artes e Ofícios esteve assentado em uma economia do favor entre a rebatizada “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e os setores das elites letradas e proprietárias que dominavam a política provincial. Neste jogo político que mobilizava muitos interesses (por exemplo, a necessidade de manter a ordem pública e de “moralizar” o trabalhador livre), os mestres de ofício pernambucanos continuaram no comando da Mesa Diretora e da Diretoria das Aulas (além de serem também os lentes nos cursos noturnos da rua da Imperatriz). Mais precisamente, os Sócios Efetivos João dos Santos Ferreira Barros e Felix de Valois Correia foram os principais mandatários de ambas as instâncias de poder. Os dois peritos haviam integrado o grupo hegemônico que dominara a associação antes da crise dos anos de 1860. Entretanto, na primeira metade da década de 1870, o mesmo processo que havia colocado a Casa nas searas do “Progresso” e da “Civilização” havia engendrado uma nova crise institucional. Comparativamente à anterior, de finais da década de 1860, seu maior diferencial foi a profunda conexão da vida associativa com as demandas políticas *strictu sensu*.

5.3. A economia do favor e o jogo político.

Como vimos, o projeto do Liceu de Artes e Ofícios do Recife e o aumento das possibilidades de negociação entre a Sociedade e o Palácio do Governo de Pernambuco proporcionou uma série de vantagens para a associação. Entre elas, as elites letradas e proprietárias concederam à entidade artística o título de “Imperial”, prometeram uma nova (e pomposa) sede no Campo das Princesas e a isentaram seus alunos do recrutamento e do serviço ativo da Guarda Nacional. A contrapartida de todas estas benesses foi o envolvimento da Casa com as políticas de fomento à “instrução popular”, que pretendia “moralizar” a crescente mão-de-obra livre. Para os mestres de ofício, esta tarefa ajudava a confirmar a importância de sua organização para a “marcha progressiva” da Província. No primeiro quinquênio da década de 1870, para além do orgulho coletivo de participar de uma

entidade socialmente qualificada, o convívio mais intenso com o primeiro escalão do governo também permitiu que alguns Sócios Efetivos capitalizassem inéditas mercês pessoais.

João dos Santos Ferreira Barros foi o maior beneficiário das novas redes de clientela que viabilizaram a assinatura do consórcio entre Sociedade e Liceu. O mestre de obras utilizou todo seu traquejo político-institucional e a influência de seus patronos para conquistar outros espaços de poder no mundo das artes. A partir de 1871, encontramos o Sócio Magistral participando de uma série de iniciativas ligadas ao “progresso industrial” pernambucano. Na Exposição Provincial de 1872, ele compôs o Júri Especial que avaliou os produtos da mostra¹⁵⁷. Segundo o relatório que foi publicado pela Comissão Diretora do evento, os jurados foram “escolhidos dentre os homens mais ilustrados da província”¹⁵⁸. Mas a economia do favor também esteve presente, já que existiram outras duas justificativas para que o convite fosse feito ao perito. O Sócio Benfeitor Barão do Livramento presidia a organização daquela “Festa do Progresso” e Manoel do Nascimento Machado Portella, também Sócio Benfeitor, foi um dos auxiliares do nobre pernambucano que atuava como empresário do mercado de edificações¹⁵⁹.

Além de sua participação no Júri Especial da Exposição Provincial de 1872, João dos Santos havia granjeado outras oportunidades para consolidar seu nome no mundo das artes. No ano de 1873, o Diretor da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” ocupou o lugar de Presidente do Gabinete Artístico¹⁶⁰. Criado pelo governo pernambucano em 1867, o organismo era conhecido oficialmente como Conselho Artístico Provincial. Sua missão era melhorar a qualidade das artes pernambucanas, prestigiar os artesãos mais “aperfeiçoados” e promover os meios necessários para que estes obtivessem serviços públicos. Sem dúvida, o mestre de obras ocupou um lugar de poder estratégico para concretizar suas ambições e cooperar com seus aliados. Segundo os dispositivos da Lei Provincial número 778 (já comentada anteriormente), cabia ao Presidente da Província a

¹⁵⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 28, *Relatório da Comissão Directora da Exposição Provincial de Pernambuco em 1872*, Pernambuco, Typographia do Jornal do Recife, 1873, p. 79. A Exposição Provincial ocorreu entre os dias 20 e 22 de outubro. Pouco mais de vinte mil visitantes foram conhecer os 741 produtos apresentados. Eles estavam divididos em 14 grupos, sendo um deles foi dedicado exclusivamente à Sociedade. Idem, pp. 2-3, 9, 54-55.

¹⁵⁸ Idem, p. 60.

¹⁵⁹ Idem, p. 62.

prerrogativa de escolher todos os membros do Gabinete Artístico¹⁶¹. Parece evidente que o filho de José Vicente Ferreira Barros conseguiu mais este prestigioso benefício porque mobilizou seus consócios Honorários e Benfeitores.

O Júri Geral da Exposição Provincial de 1875 também contou com a presença de João dos Santos¹⁶². O mestre de obras ainda obteve a mercê de comparecer à seleta sessão inaugural do evento. Nas respectivas atas, a maior parte dos membros da Comissão Central possuía o título de Sócio Honorário e Benfeitor. O Presidente do comitê organizador da Exposição Provincial de 1875 foi Manoel do Nascimento Machado Portella¹⁶³. O posto de Secretário foi ocupado por Felipe de Figuerôa Faria¹⁶⁴. Sócio Honorário em 1871, o engenheiro pernambucano era filho do falecido editor do *Diário de Pernambuco*¹⁶⁵. Além destes comissários, ainda arrolamos o Barão do Livramento e Pedro de Athayde Lobo Moscoso¹⁶⁶. Este último comissário era médico e juramentou como Sócio Honorário em 1872¹⁶⁷. Neste mesmo ano, o Doutor Moscoso foi promovido à chefia da Inspeção da Higiene Pública, permanecendo no cargo até 1886¹⁶⁸. Entrementes, o Diretor da Sociedade ainda foi nomeado para compor mais uma Comissão relacionada à Exposição Provincial de 1875. Ela organizaria os produtores pernambucanos que pretendessem participar da Exposição Internacional da Filadélfia, marcada para o ano de 1876¹⁶⁹.

¹⁶⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak da Província de Pernambuco para o anno de 1873*. Recife: Typographia do Correio do Recife, 1873, p. 165.

¹⁶¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1867*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1867, p. 107.

¹⁶² Instituto Brennand (IB), Recife, Biblioteca, Obras Raras, OR-135, *Exposição Provincial de Pernambuco inaugurada em 4 de julho de 1875 na cidade do Recife*, Recife, Typographia de Manoel Figueiroa & Filhos, 1878, p. 23.

¹⁶³ Idem, pp. 3-4.

¹⁶⁴ Idem, ibidem.

¹⁶⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 13.

¹⁶⁶ Instituto Brennand (IB), Recife, Biblioteca, Obras Raras, OR-135, *Exposição Provincial de Pernambuco inaugurada em 4 de julho de 1875 na cidade do Recife*, pp. 3-4.

¹⁶⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 16v.

¹⁶⁸ Raimundo Arrais, op. cit., p. 365.

¹⁶⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Falla com que o Excellentissimo Senhor Desembargador Henrique Pereira de Lucena abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1875*, Pernambuco, Typographia de M. Figuerôa & Filhos, 1875, pp. 139-140.

Alguns Sócios Efetivos fizeram companhia a João dos Santos nesses espaços de fomento ao “progresso industrial”. No mesmo ano em que o perito das chamadas “artes úteis” presidiu o Gabinete Artístico, o pintor Antonio Leônidas Douville e Silva ocupou a Secretaria do órgão. O empreiteiro e mestre de obras Rufino Manoel da Cruz Cousseiro foi nomeado Tesoureiro. O lugar de Orador foi preenchido por Antonio Ferreira Guedes¹⁷⁰. O “imaginário” juramentou como Sócio Profecto da associação em 1871. Na época de sua matrícula, o pernambucano tinha 24 anos, residia na freguesia da Boa Vista e era um homem solteiro¹⁷¹. No ano de 1873, como podemos concluir, a “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” exerceu total controle sobre o Conselho Artístico Provincial. A distribuição dos cargos descritos permite concluir também que existiu um equilíbrio estratégico na montagem do Gabinete Artístico. As quatro cadeiras diretoras foram divididas igualmente entre artistas mecânicos e liberais. Finalmente, note-se que Douville e Silva participou do Júri Especial que julgou os trabalhos apresentados na Exposição Provincial de 1875¹⁷².

É provável que a projeção pública de João dos Santos e de seus aliados no mundo das artes pernambucanas tenha ajudado a impulsionar o projeto da “União Artística”, mas também permitiu que um segundo grupo de Sócios Efetivos capitalizasse vantagens pessoais no campo da instrução. Vimos que o Sócio Magistral e Professor Público Antonio Basílio Ferreira Barros conseguiu uma rápida transferência de sua cadeira do interior para outra no Recife. Além de facilitar a vida cotidiana do perito, a mercê também lhe conferiu mais prestígio (porque estava lecionando na capital). O favor foi concedido pelo Sócio Honorário e Diretor Interino da Instrução Pública João José de Pinto Junior. Nos primeiros anos da década de 1870, o bacharel privilegiou ainda outro Sócio Magistral. No ano de 1873, quando o burocrata presidiu a “Sociedade Propagadora da Instrução Pública em

¹⁷⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak da Província de Pernambuco para o anno de 1873*, p. 165.

¹⁷¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 55v. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 9v. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 5.

¹⁷² Instituto Brennand (IB), Recife, Biblioteca, Obras Raras, OR-135, *Exposição Provincial de Pernambuco inaugurada em 4 de julho de 1875 na cidade do Recife*, pp. 23-24.

Pernambuco”, o “Professor Felix de Valois Correia” foi um de seus Conselheiros¹⁷³. Na mesma gestão que foi encabeçada por Pinto Junior, o articulado Manoel do Nascimento Machado Portella foi o Primeiro Vice-Presidente da entidade particular que apoiava o ensino primário¹⁷⁴.

Como podemos verificar, a maior parte dos agraciados com mercês de forte apelo público ocupava os principais lugares de poder da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e do Liceu de Artes e Ofícios. Com a assinatura do consórcio entre a associação e a escola profissionalizante, parece evidente que homens como João dos Santos e Valois utilizaram sua hegemonia associativa para auferir mais *status* fora da rua da Imperatriz. É possível supor que, entre outras ambições, eles também pretendessem ampliar o reconhecimento de seu prestígio social. Isto posto, da mesma forma que os principais empregados da Casa foram socialmente beneficiados pelos mandatários conservadores, a economia do favor exigia que demonstrassem fidelidade àqueles que os protegiam. Nos primeiros anos da década de 1870, alguns episódios vinculados à chamada “Questão Religiosa” permitiram que os governantes matriculados na Sociedade cobrassem as contrapartidas devidas. Entretanto, antes de analisar esses acontecimentos, é preciso abrir um parêntese para apresentar os eventos que obrigaram o Poder Executivo a apelar para o apoio do grupo idealizado por José Vicente Ferreira Barros.

Em maio de 1872, Dom Vital foi nomeado Bispo de Olinda e Recife. A nova autoridade eclesiástica questionava o regalismo, pois acreditava na supremacia do poder espiritual sobre o secular. Tal pensamento estava em comunhão com o “ultramontanismo”, que primava pela obediência às normas ditadas por Roma e pelo combate a laicização do Estado. Os “ultramontanos” também pregavam a infalibilidade da Igreja Católica, desprezavam os valores da Modernidade e criticavam os “modos de sentir dos homens do século XIX”¹⁷⁵. Na esfera cotidiana, uma das primeiras medidas de Dom Vital foi “livrar” seu rebanho da maçonaria. No final do mesmo ano em que assumiu o bispado, o pernambucano determinou a expulsão dos “pedreiros livres” das irmandades. A reação de muitos maçons contrários a essas reformas foi imediata. Um dos alvos preferidos deste

¹⁷³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak da Província de Pernambuco para o anno de 1873*, pp. 156-157.

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁵ João Camilo de Oliveira Torres, *História das Idéias Religiosas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1968, pp. 105-112.

público foram os jesuítas, que apoiavam incondicionalmente o projeto encampado pelo Bispo de Olinda e Recife¹⁷⁶. Por conta destes conflitos, a capital da Província testemunhou tumultos de grande envergadura no primeiro semestre de 1873.

No dia 14 de maio, uma pequena multidão de opositores às recentes medidas de Dom Vital se reuniu na Praça do Conde D’Eu. Logo após a concentração ganhar vulto, os populares seguiram de forma “ordeira” para o Ginásio Pernambucano. Em frente ao prédio público, segundo as autoridades policiais, os presentes fizeram uma manifestação em favor do Deão da Sé de Olinda¹⁷⁷. Segundo informam as folhas recifenses, ele havia sido suspenso de suas atividades pelo próprio Dom Vital¹⁷⁸. Terminado o ato naquela escola secundária, a passeata continuou seu deslocamento e parou em frente à tipografia do *Jornal do Recife*. Na sede da folha, os manifestantes parabenizaram seu proprietário pelo modo “que se tem conduzido na questão maçônica”¹⁷⁹. O documento produzido pelas autoridades policiais ainda indica que, durante as homenagens ao editor, José Mariano Carneiro da Cunha teria subido numa carroça e incitado as massas a atacarem os jesuítas¹⁸⁰. Marc Hoffnagel afirma que o orador em questão era um líder de personalidade carismática, sendo reconhecido publicamente como um liberal radical que defendia o republicanismo e os avanços democráticos¹⁸¹.

Ainda segundo as autoridades policiais, logo após o incisivo discurso de José Mariano, os ânimos dos presentes se exaltaram. Dois grupos inflamados foram formados pelos manifestantes que estavam em frente à tipografia do *Jornal do Recife*. Um deles foi até o Colégio dos Jesuítas e cometeu “atos de verdadeiro canibalismo”¹⁸². As fontes indicaram que uma missa realizada no local foi violentamente interrompida. Em meio ao desespero dos fiéis, o padre que ministrava os ofícios religiosos havia sido espancado pelos

¹⁷⁶ Jair Gomes de Santana, *Embates da Fé: católicos e protestantes no Recife, 1860-1880*, Recife, Unicap, 2007, dissertação de mestrado em Ciências da Religião.

¹⁷⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Polícia Civil, Códice PC-134, fl. 179.

¹⁷⁸ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Brilhante Ovação”, *A Província*, 16/5/1873. O Deão de Olinda foi punido por causa de sua filiação à maçonaria. Flávio Guerra, *Lucena, um estadista de Pernambuco*, Recife, APEJE, 1958, p. 135.

¹⁷⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Polícia Civil, Códice PC-134, fl. 179v.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁸¹ Marc Jay Hoffnagel, *From Monarchy to Republic in Northeast Brasil*, pp. 138-139.

¹⁸² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Polícia Civil, Códice PC-134, fl. 180.

invasores. Insatisfeitos, eles ainda apunhalaram o pároco e quebraram alguns objetos sagrados que estavam no interior do templo. Neste ínterim, enquanto as forças públicas organizavam a defesa do Palácio da Soledade (residência oficial de Dom Vital) e do Colégio de Santa Dorotéia, o outro grupo de manifestantes seguiu para a tipografia do periódico *A União*¹⁸³. O jornal, idealizado pelos jesuítas, contava com o favor do Bispo de Olinda e Recife e era dirigido por José Soriano de Souza¹⁸⁴. Nos registros policiais, os populares que se deslocaram para aquela empresa foram acusados de arrombar sua porta, quebrar e queimar todos os seus pertences¹⁸⁵.

Nos dias 15 e 16 de maio, respectivamente, o *Jornal do Recife* e *A Província* noticiaram que as manifestações haviam reunido um contingente de 3.000 pessoas¹⁸⁶. Nesta última folha, que era um órgão do Partido Liberal, alguns correligionários protestaram contra o envolvimento de seus nomes nos tumultos do dia 14. Entre eles, encontramos João Francisco Teixeira e Floriano Correia de Brito, ambos representantes das elites letradas e proprietárias, bem como Sócios Honorários da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”¹⁸⁷. Apesar de os signatários do documento apoiarem as críticas que eram feitas a Dom Vital, afirmaram que jamais pretenderam que o ato público em favor do Deão da Sé de Olinda tivesse “um caráter hostil”¹⁸⁸. O *Diário de Pernambuco*, polarizando os debates, afirmou que as arruaças que sacudiram a cidade do Recife pretendiam desmoralizar o governo conservador e seduzir a população local para a mais pura “hipocrisia política”¹⁸⁹. Tendo em vista o temor diante das “idéias estranhas” ao Trono, podemos traduzir tal expressão como republicanismo e democracia.

Para deixar o clima do Recife ainda mais tenso, no dia 16 foram espalhados cartazes pelas ruas da cidade. Segundo as forças públicas, eles convocavam os moradores da capital para outra manifestação. O encontro foi marcado para ocorrer no final da tarde, no Campo

¹⁸³ Idem, fls. 180-180v.

¹⁸⁴ Jair Gomes de Santana, op. cit., p. 34.

¹⁸⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Polícia Civil, Códice PC-134, fls. 180-180v.

¹⁸⁶ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Ao público” e “Brilhante Ovação”, *A Província*, 16/5/1873. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, “Manifestação popular”, *Jornal do Recife*, 15/5/1873.

¹⁸⁷ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Ao público” e “Brilhante Ovação”, *A Província*, 16/5/1873.

¹⁸⁸ Idem, ibidem.

¹⁸⁹ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Os acontecimentos de 14 e 16”, *Diário de Pernambuco*, 20/5/1873.

das Princesas¹⁹⁰. Entretanto, o anúncio intrigou às autoridades porque omitia o mote da reunião. Por volta das 4 horas, segundo os registros policiais, José Mariano e seus aliados apareceram na varanda do Teatro Ginásio Dramático e mais uma vez fizeram discursos. Particularmente, o liberal radical teria “glorificado os atentados do dia 14 e qualificado os atos de verdadeiro patriotismo e civismo”¹⁹¹. De sobreaviso desde o quebra-quebra da antevéspera, a cavalaria foi até o local e ordenou aos populares que dispersassem. Havia a desconfiança de que as recentes desordens tornassem a ocorrer, na medida em que 1.500 pessoas estavam concentradas naquela praça¹⁹². As fontes policiais informaram que, apesar do pedido dos oficiais, os manifestantes permaneciam no local e, por isso, tiveram que ser retirados à força do Campo das Princesas¹⁹³. Mais uma vez, os recifenses conviveram com cenas de truculência e intranqüilidade.

Nos dias subseqüentes, a imprensa pernambucana voltou à carga. No *Jornal do Recife* dos dias 19 e 20 de maio, em matéria intitulada “A lei e os fatos do dia 16”, setores liberais reclamaram dos abusos cometidos pelo governo conservador no Campo das Princesas¹⁹⁴. Segundo a folha, o ato público havia sido definido pelas autoridades como um “ajuntamento ilícito”¹⁹⁵. Por este motivo, o “povo [teria sido injustamente] espaldeirado e pisado à pata de cavalo”¹⁹⁶. Neste sentido, a edição do dia 20 d’*A Província* também fez severas críticas ao Presidente de Pernambuco. O órgão do partido liberal afirmou que Henrique de Pereira de Lucena assistiu “impassível aos atos de espancamento brutal dos seus concidadãos”¹⁹⁷. Em contrapartida, o *Diário de Pernambuco* publicou um artigo chamado “Os acontecimentos de 14 e 16”¹⁹⁸. Alimentando a guerra ideológica entre os partidos políticos, o articulista reiterava a opinião de que os últimos tumultos haviam sido uma orquestração contra o governo provincial¹⁹⁹. Entre os dias 23 e 26, no setor

¹⁹⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Polícia Civil, Códice PC-134, fl. 209.

¹⁹¹ Idem, fl. 209v.

¹⁹² Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *A Província*, 20/5/1873.

¹⁹³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Polícia Civil, Códice PC-134, fl. 209v.

¹⁹⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, “A lei e os fatos do dia 16”, *Jornal do Recife*, 20/5/1873.

¹⁹⁵ Idem, ibidem.

¹⁹⁶ Idem, ibidem.

¹⁹⁷ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *A Província*, 20/5/1873.

¹⁹⁸ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Os acontecimentos de 14 e 16”, *Diário de Pernambuco*, 20/5/1873.

¹⁹⁹ Idem, ibidem.

“Publicação a Pedido”, o mesmo periódico ainda apresentou uma série de textos que continuaram imputando aos liberais os desastres que sacudiram o Recife²⁰⁰.

Os tumultos de maio foram fruto da resposta governamental aos usos políticos que liberais radicais e republicanos fizeram da “Questão Religiosa”. No próprio seio do Partido Liberal, entretanto, alguns correligionários temiam que seus nomes fossem vinculados aos feitos de José Mariano. Parece evidente, portanto, que os conflitos que transtornaram a vida cotidiana dos recifenses eram muitos mais complexos do que uma simples disputa partidária. A repressão às manifestações públicas de 14 e 16 também extrapolou os limites de uma aliança monolítica entre o governo conservador e as medidas antimaçônicas de Dom Vital. Alguns Sócios Honorários que compunham os quadros do Poder Executivo pernambucano, por exemplo, eram maçons. O Diretor das Obras Públicas, José Tibúrcio Pereira de Magalhães, fazia parte da Augusta Loja Capitular União e Beneficência²⁰¹. Pedro de Athayde Lobo Moscoso, Chefe da Inspetoria da Higiene Pública, era irmão da Loja Capitular Firmeza e Humanidade²⁰². Assim como outras congêneres, ambas as organizações publicaram notas no *Jornal do Recife* para criticar o Bispo de Olinda e Recife (daí, a homenagem feita ao editor da folha).

Conhecidos os eventos de 14 e 16 de maio de 1873 e suas ligações com o combate aos liberais radicais e republicanos, podemos fechar o parêntese e voltar à cobrança das mercês concedidas pelo Poder Executivo aos Sócios Efetivos. No dia 20, a Sociedade realizou uma sessão ordinária. Neste encontro deliberativo, o “Dr. Barbosa” aproveitou o ensejo para comentar “as tristes e lamentáveis cenas ultimamente havidas nesta cidade [do Recife]”²⁰³. O Sócio Honorário e professor de francês do Liceu de Artes e Ofícios afirmou que os tumultos surpreenderam todos os cidadãos que “almejam a paz e tranqüilidade pública”, independentemente de sua “cor política”²⁰⁴. Para Manoel Barbosa de Araújo, todas as formas de desordem eram nocivas, pois “sem sossego público não pode a indústria

²⁰⁰ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 23, 24 e 26/5/1873.

²⁰¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 9/1/1873.

²⁰² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 14/1/1873.

²⁰³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 16v-17.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*.

desenvolver-se, o comércio prosperar e a agricultura florescer”²⁰⁵. Por conta do tradicional compromisso da associação com a “moralidade” e com o “Progresso”, o bacharel entendia que o apoio do grupo era crucial para a manutenção da “tranquilidade pública”²⁰⁶. Para tanto, o membro do governo conservador propôs à Mesa Diretora que uma Comissão fosse “congratular-se com o Exmo. Sr. Presidente da Província, pelo restabelecimento da ordem e paz das famílias”²⁰⁷.

Na própria sessão ordinária do dia 20 de maio de 1873, os consócios presentes aprovaram aquela visita à máxima instância do poder provincial²⁰⁸. Os comissários escolhidos para a tarefa foram Antonio Leônidas Douville e Silva, Pedro Paulo dos Santos, José Vicente Ferreira Barros Junior, Felix de Valois Correia e Belchior Miguel dos Santos²⁰⁹. O último indivíduo da listagem juramentou como Sócio Profecto em 24 de novembro de 1872. Na ocasião, o mestre marceneiro pernambucano tinha 39 anos e era solteiro²¹⁰. No *Diário de Pernambuco* de 28 de maio de 1873, os recifenses foram informados de que Lucena recebeu a Comissão no dia anterior²¹¹. Representando a Sociedade, os visitantes afirmaram que estavam em desacordo com a desordem pública e que apoiavam a pronta resposta governamental aos tumultos. Segundo os comissários, “um povo amotinado esquece seus deveres, desconhece o princípio da autoridade, ataca todos os direitos de propriedade, de honra e até a conservação da própria vida”²¹². Por fim, a entidade artística prometeu que faria todo o possível para continuar colaborando com “o progresso científico, moral e material da sociedade pernambucana”²¹³.

Como podemos observar, três membros da Comissão eram mandatários da Mesa Diretora, da Diretoria das Aulas e beneficiários diretos dos favores governamentais: José Vicente Junior, Valois e Douville e Silva. Portanto, a presença destes Sócios Efetivos naquela instância de poder provisória fez parte de um intenso jogo político. Por mais que

²⁰⁵ Idem, *ibidem*.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*.

²⁰⁸ Idem, fl. 17v. A fonte omite o número de associados que participaram da votação.

²⁰⁹ Idem, *ibidem*.

²¹⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 18v

²¹¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “Honrosíssima Demonstração”, *Diário de Pernambuco*, 28/5/1873.

²¹² Idem, *ibidem*.

²¹³ Idem, *ibidem*.

tais indivíduos estivessem retribuindo favores aos seus patronos, o discurso de apoio a Lucena não foi uma mera reprodução ideológica de valores vindos “de cima”. Sabemos que a Sociedade foi forjada na tradição corporativa, que pressupunha hierarquia e disciplina. Além disto, uma das principais lutas dos mestres de ofícios associados era o reconhecimento de seus talentos e virtudes. Especialmente sobre este último aspecto, para que os peritos conquistassem mobilidade social ascendente era preciso que tivessem posses, defendessem o direito de propriedade e lutassem pela estabilidade da ordem em seus sentidos mais amplos. Independente destas questões de fundo, também é interessante perceber como um outro grupo de Sócio Efetivos se apropriou da montagem da Comissão para desestabilizar o poder dos principais mandatários da Casa e sacudir a rua da Imperatriz.

No *Jornal do Recife* de 5 de junho de 1873, na seção de “Publicações Solicitadas”, foi publicado um abaixo-assinado intitulado “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Protesto”. O documento havia sido redigido em 28 de maio e, nele, 58 Sócios Efetivos manifestavam-se contrários ao apoio dado pela associação às recentes atitudes do Presidente da Província, considerado por eles o responsável pelo “tristíssimo fato de 16 do corrente”²¹⁴. Os signatários do documento informavam os recifenses que a posição oficial da Sociedade “não foi o pensamento geral do corpo coletivo”²¹⁵. Segundo a fonte, somente 15 membros (“inclusive o Diretor”) teriam discutido a proposta apresentada pelo “Sócio Honorário Bacharel Manoel Barbosa de Araújo, distinto funcionário público em exercício de seu emprego na Secretaria da Presidência”²¹⁶. Portanto, na perspectiva dos signatários, os 9 votos que havia aprovado a moção eram irrelevantes, pois o Livro de Matrículas contava com “140 membros ativos”²¹⁷. Segundo os manifestantes, o apoio ao projeto do lente de Francês corrompia os princípios da Sociedade, que “não tem feição partidária”²¹⁸.

Apesar de o abaixo-assinado cobrar uma espécie de “neutralidade” política da associação, inexistiu qualquer vestígio de isenção quando os 58 Sócios Efetivos procuraram o *Jornal do Recife* que, como vimos, era uma folha simpática aos liberais. O grupo de

²¹⁴ A lista tem 59 nomes, mas há uma duplicidade. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Protesto”, *Jornal do Recife*, 5/6/1873.

²¹⁵ Idem, ibidem.

²¹⁶ Idem, ibidem.

²¹⁷ Idem, ibidem.

associados que repudiou as atitudes de Lucena também pode ser dividido em quatro subgrupos com interesses particulares. No primeiro agrupamento, estão Carlos Walter e Juviniانو Xavier de Souza, Sócios Provectos e mandatários da Casa quando da elaboração do abaixo-assinado. Provavelmente, os dois mestres estavam chateados por terem sido excluídos da rede de favores que vinha beneficiando outros representantes da Sociedade e do Liceu de Artes e Ofícios. Tal exclusão pode ser explicada por serem eles neófitos na Sociedade, mas talvez o peso maior tenha que ser creditado ao fato de terem nascido fora dos limites de Pernambuco, o que talvez dificultasse seu traquejo com os políticos locais.

No abaixo-assinado produzido no dia 28 de maio de 1873, também notamos a presença de ex-mesários que haviam gerenciado os negócios da entidade artística durante sua crise. Registraram seus nomes no protesto os Sócios Efetivos Claudino Isidoro dos Santos, Basílio José da Hora, Joaquim Francisco Collares, Pedro Rates Borges e Ignácio do Rego Alencar. Parece evidente que estes artistas mecânicos estavam bastante contrariados diante de sua marginalização institucional, o que ocorreu logo após o retorno de João dos Santos Ferreira Barros à cadeira diretora da Sociedade. Por sua vez, o terceiro subgrupo de associados era composto por dois antigos aliados do mestre de obras: José Francisco do Carmo e Rufino da Costa Pinto. O primeiro ingressara no grupo de artífices pelas mãos do Diretor. Junto do filho do idealizador da mutualista, o outro também fora expulso da Irmandade de São José do Ribamar e era um dos que defendiam o projeto de “harmonia infinita”²¹⁹. Provavelmente, Carmo e Costa Pinto também tenham ficado frustrados com sua marginalização institucional, mas seus motivos eram diametralmente opostos aos do subgrupo anteriormente analisado.

O quarto conjunto aglutinou Sócios Efetivos que tinham ligações mais estreitas com o Partido Liberal. O mestre carpina Manoel Pereira de Hollanda encabeça a lista. Por conta de sua simpatia partidária, é possível que este velho aliado de João dos Santos também tenha sido traído em suas pretensões. Ao cruzarmos os nomes que constam no abaixo-assinado com a relação de membros do “Club Popular do Recife”, encontramos mais quatro associados que eram próximos à oposição. Em comum, todos estes indivíduos entraram na mutualista no ano de 1871. O Sócio Provecto Juvêncio Aureliano da Cunha César era

²¹⁸ Idem, *ibidem*.

²¹⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869, fl. 67.

pernambucano e tipógrafo²²⁰. Compartilhando o mesmo ofício, o paraibano Francisco de Assis Monteiro Pessoa desfrutava do título de Sócio Magistral²²¹. O Sócio Provecto Galdino José Peres Campello exercia a profissão de mestre pedreiro e nasceu em Pernambuco²²². Fechando o rol, o alfaiate pernambucano Anselmo Ayres de Azevedo juramentou como Sócio Provecto²²³. As fontes disponíveis impedem que saibamos qual foi ou se existiu algum grau de comprometimento entre estes Sócios Efetivos e os liberais radicais que agitaram o Recife no mês de maio.

Dentre os Sócios Efetivos que tinham interesses comuns, ainda poderíamos constituir um quinto conjunto somente com os maçons. Os mestres de ofício Campello, Rates e Walter eram membros da Augusta Loja Capitular União e Beneficência, a mesma freqüentada pelo Diretor das Obras Públicas e Sócio Honorário Pereira de Magalhães²²⁴. O mestre alfaiate Rufino da Costa Pinto fazia parte da Loja Philotimia²²⁵. Em tese, os citados peritos das chamadas “artes úteis” poderiam combater algum tipo de posicionamento antimaçônico dos mandatários da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Entretanto, este tipo de ilação é praticamente insustentável. O próprio João dos Santos Ferreira Barros era membro efetivo da Loja Capitular União e Beneficência²²⁶. Essa Loja

²²⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 9v. Das centenas de sócios do “Club Popular do Recife” arrolados em ordem alfabética, o tipógrafo surgiu na posição de número 342. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 30/5/1874.

²²¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 7v. Das centenas de sócios do “Club Popular do Recife” arrolados em ordem alfabética, o tipógrafo surgiu na posição de número 159. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 30/5/1874.

²²² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 5v. Das centenas de sócios do “Club Popular do Recife” arrolados em ordem alfabética, o pedreiro surgiu na posição de número 191. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 30/5/1874.

²²³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 6. Das centenas de sócios do “Club Popular do Recife” arrolados em ordem alfabética, o alfaiate surgiu na posição de número 9. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 30/5/1874.

²²⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 9/1/1873.

²²⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 25/1/1873.

²²⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 9/1/1873.

também contava com o empreiteiro Rufino Manoel da Cruz Cousseiro em seus quadros²²⁷. Como vimos, na década de 1860, Pereira de Magalhães, João dos Santos e Cousseiro construíram uma forte parceria na Diretoria das Obras Militares. Tal proximidade foi fruto dos laços maçônicos, ou ao contrário²²⁸.

Assim, o documento publicado em 5 de junho de 1873 também tinha o objetivo de protestar contra a concentração de poderes e benefícios na rua da Imperatriz. Contudo, a iniciativa dos 58 Sócios Efetivos foi ignorada. Por conta disto, uma outra forma de pressão foi feita sobre os grupos hegemônicos. No segundo semestre de 1874, a falta de *quorum* exigiu que o pleito para a Mesa Diretora fosse adiado diversas vezes²²⁹. O drama prosseguiu até o mês de julho de 1875, quando foi finalmente escolhida a Mesa Eleitoral²³⁰. Na sessão magna de 26 de setembro, os mandatários do novo exercício administrativo foram empossados. Sua composição revela que a recente estratégia de esvaziamento político surtiu efeito. Francisco de Assis Monteiro Pessoa, que participou do abaixo-assinado, foi escolhido para a Primeira Secretaria²³¹. Na Segunda Secretaria, encontramos Francisco de Paula Carneiro Uchoa²³². Sócio Provector em 1873, o armador pernambucano tinha 32 anos e era casado²³³. O novo mesário era colega de Monteiro Pessoa no “Club Popular do Recife”²³⁴. O insatisfeito mesário Juviniiano Xavier de Souza, que também assinou aquele documento, permaneceu na Tesouraria²³⁵.

²²⁷ Idem, *ibidem*.

²²⁸ É provável que a presença de artífices e governantes maçons na Sociedade tenha algo a ver com a assinatura do consórcio. Na década de 1870, segundo Alexandre Mansur Barata, a maçonaria se engajou na manutenção e construção de escolas que instruísem o “povo” com aulas noturnas. Alexandre Mansur Barata, *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira, 1870-1910*, Campinas, Editora da Unicamp/Centro de Memória da Unicamp, 1999, pp. 138-139.

²²⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 15/7, 12/8 e 24/12/1874.

²³⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 94v.

²³¹ Idem, fls. 102v-103.

²³² Idem, fl. 103v.

²³³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 20. Em 1877, por razões comerciais, o associado mudou seu nome para Francisco de Paula Mafra.

²³⁴ Das centenas de sócios do “Club Popular do Recife” arrolados em ordem alfabética, o alfaiate surgiu na posição de número 178. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 30/5/1874.

²³⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 102v-103.

A vitória daqueles que protestaram no *Jornal do Recife*, contudo, foi parcial e pouco expressiva. Pela primeira vez, um membro das elites letradas e proprietárias sentou-se na cadeira de Diretor. O Sócio Benfeitor Manoel do Nascimento Machado Portella abocanhou o mais importante cargo da Sociedade²³⁶. Sem dúvida, a partir deste momento, o compromisso partidário da Casa ficou absolutamente declarado. João dos Santos, que havia sido intitulado Sócio Benfeitor em maio, ocupou o lugar de Primeiro Adjunto e ganhou um retrato no Salão de Honra²³⁷. Definitivamente, quem entrasse na rua da Imperatriz era obrigado a relacionar aquele mestre de obras à associação. Neste sentido, parafraseando Pierre Nora, tal retrato era um “lugar de memória” que propunha “ilusões de eternidade”²³⁸. O posto de Segundo Adjunto foi ocupado por Pedro Paulo dos Santos, que havia sido mesário no transcorrer dos primeiros anos do consórcio e participara da Comissão que apoiou o Presidente Lucena²³⁹. Por ato de 14 de setembro, o ourives foi promovido à categoria de Sócio Benfeitor²⁴⁰. Para as funções de Orador, foi eleito o Sócio Magistral Antonio Basílio Ferreira Barros, que também acumulou a Diretoria Interina do Liceu de Artes e Ofícios²⁴¹.

Nas atas do Conselho Administrativo da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, inexistem referências mais precisas sobre a ocorrência de outras eleições institucionais no último quinquênio da década de 1870. No *Almanak da Província de Pernambuco para o anno de 1879*, a Mesa Diretora da entidade artística manteve a mesma composição apresentada em 1875²⁴². Ao mesmo tempo, Antonio Basílio Ferreira Barros continuava a acumular a direção do Liceu de Artes e Ofícios do Recife e a regência

²³⁶ Idem, fls. 97v e 102v.

²³⁷ Idem, fls. 86v, 102v-103v. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 1.

²³⁸ Pierre Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, *Projeto História*, (1993), número 10, p. 13.

²³⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 102v-103.

²⁴⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 6.

²⁴¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 99, 102v-103.

²⁴² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanak da Província de Pernambuco para o anno de 1879*, /s.l./, /s.e./, /s.d./, p. 70.

da cadeira de Língua Nacional²⁴³. Ainda segundo o *Almanak*, além de Segundo Adjunto, Pedro Paulo dos Santos também respondia pela Secretaria da escola profissionalizante. O Censor das Aulas era o ex-mesário e artista liberal Antonio Leônidas Douville e Silva²⁴⁴. Portanto, é provável que João dos Santos Ferreira Barros e seus aliados tenham se perpetuado nos principais cargos administrativos e pedagógicos da rua da Imperatriz. Entretanto, faltam elementos mais substanciais para sustentar esta hipótese e é preciso entender os motivos.

Certamente, os favores pessoais concedidos aos Sócios Efetivos na segunda metade da década de 1870 ajudaram a reforçar a continuidade daqueles indivíduos nas principais cadeiras da Mesa Diretora e da Diretoria das Aulas. Nesse período, como vimos, os aliados de João dos Santos Ferreira Barros monopolizaram inúmeras mercês de forte apelo público. Por exemplo, o ourives Pedro Paulo dos Santos conquistou o emprego de arquivista da Assembléia Legislativa de Pernambuco e avaliador do Tribunal do Comércio²⁴⁵. Entretanto, quase todas as benesses identificadas nas fontes estiveram ligadas ao campo educacional. Em 1878, os irmãos e Professores Públicos Antonio Basílio e José Vicente Ferreira Barros Junior foram indicados pelas autoridades para participar de Conferências Pedagógicas. Tais encontros foram organizados para repensar as práticas instrucionais que estavam sendo utilizadas na Província. Ao final das reuniões de caráter oficial, ambos os filhos do idealizador da Sociedade receberam menções-honrosas por terem oferecido boas idéias para a feitura do Novo Regulamento da Instrução Pública²⁴⁶.

Em função dos debates que pretendiam implementar mudanças na Lei Provincial de número 369 (que, como sabemos, organizou a Instrução Pública de Pernambuco em 1855), duas associações de professores foram fundadas em 1878, sob a proteção do governo provincial. No dia 24 de maio, foi inaugurado o “Instituto dos Professores de Pernambuco”. O objetivo do grupo era aprimorar os conhecimentos de seus filiados e promover encontros pedagógicos que discutissem possíveis melhorias no “desenvolvimento” da instrução

²⁴³ Idem, p. 71.

²⁴⁴ Idem, ibidem.

²⁴⁵ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Mais um”, *Jornal do Recife*, 12/1/1877.

²⁴⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-35, fls. 46-47.

pernambucana²⁴⁷. Na abertura dos trabalhos, Felix de Valois Correia, ex-Diretor do Liceu de Artes e Ofícios, foi empossado como o Primeiro Secretário da nova entidade²⁴⁸. Logo no dia seguinte, foram abertas as portas do “Grêmio dos Professores Primários”. O escopo desta associação era bastante semelhante ao de sua congênere²⁴⁹. No primeiro ano de funcionamento do grupo de lentes, seu Orador foi Antonio Basílio Ferreira Barros²⁵⁰. Vale destacar que a seção inaugural do “Grêmio dos Professores Primários” ocorreu na sede da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, o que reforça a hipótese de articulações políticas entre as duas entidades²⁵¹.

No ano de 1879, a economia do favor viabilizou ainda outra estupenda benesse para a descendência de José Vicente Ferreira Barros. O Sócio Magistral Antonio Basílio foi conduzido às aulas maiores da Faculdade de Direito do Recife. A mercê foi concedida pela Lei Provincial de número 1.349, aprovada no dia 6 de março²⁵². Entre outros dispositivos, a norma exigia que o beneficiário indicasse algum professor de bom nível para substituí-lo interinamente na docência pública, enquanto permanecia em licença remunerada para realizar os estudos jurídicos. O benefício somente vigoraria enquanto o bacharelado freqüentasse as aulas maiores, com regularidade e o necessário aproveitamento²⁵³. Os livros de registro de uma das mais tradicionais escolas superiores do Império confirmam a matrícula de Antonio Basílio no 1º ano do Curso Jurídico, no mesmo ano em que a Lei Provincial de número 1.349 foi sancionada²⁵⁴. Entretanto, as listagens de formandos que

²⁴⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Instrução Pública – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província em 31 de outubro de 1878 pelo Inspector Geral João Barbalho Uchoa Cavalcanti*, pp. 61-62.

²⁴⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Almanak da Província de Pernambuco para o anno de 1879*, p. 68.

²⁴⁹ Idem, *ibidem*.

²⁵⁰ Idem, *ibidem*.

²⁵¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 157v.

²⁵² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Província de Pernambuco – Colleção das Leis Provinciais Sancionadas e Publicadas no Anno de 1879*, Recife, Typographia de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1879, pp. 30 e 31.

²⁵³ Idem, *ibidem*.

²⁵⁴ Arquivo Geral da Faculdade de Direito do Recife (AGFDR), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Códice “Livro de Matrícula do 1º ano –1869/1887”, fl. 102. Códice “Certidões de Idade – 28 (1879)”, registro 110. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, *Lista Geral dos Estudantes Matriculados nas Aulas Maiores da Faculdade de Direito do Recife no anno lectivo de 1879*, Recife, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

colaram grau entre os anos de 1828 e 1931 não incluem seu nome: o aluno de pele escura não se bacharelou²⁵⁵.

Os dados referentes à segunda metade da década de 1870 indicam que a rua da Imperatriz fortaleceu sua fidelidade ao Partido Conservador e manteve o binômio poder/favor nas mãos do grupo de João dos Santos. Tal peculiaridade, no entanto, fortaleceu a crise que rondava aquela Casa desde o apoio dado ao Presidente Lucena. Apesar de as atas silenciarem sobre o assunto, é possível afirmar que muitos Sócios Efetivos abandonaram a Sociedade durante a diretoria de Machado Portella. Nos festejos de inauguração do Palacete, 1880, pouco mais de 80 associados e convidados participaram dos brindes²⁵⁶. A fotografia tirada durante as comemorações registrou apenas 45 Sócios Efetivos²⁵⁷. O desinteresse dos recifenses pela Sociedade e por suas aulas noturnas também foram termômetros da crise. No período em quadro, somente 18 artistas mecânicos e liberais ingressaram na Sociedade²⁵⁸. Também houve uma sensível e crescente queda no número de inscrições nas Primeiras Letras, como mostra o Gráfico 4. As cadeiras de Geometria e Francês mantiveram os mesmos padrões desde a assinatura do consórcio, apesar de a primeira apresentar declínio em 1875 e a outra nos anos de 1875, 1877 e 1878.

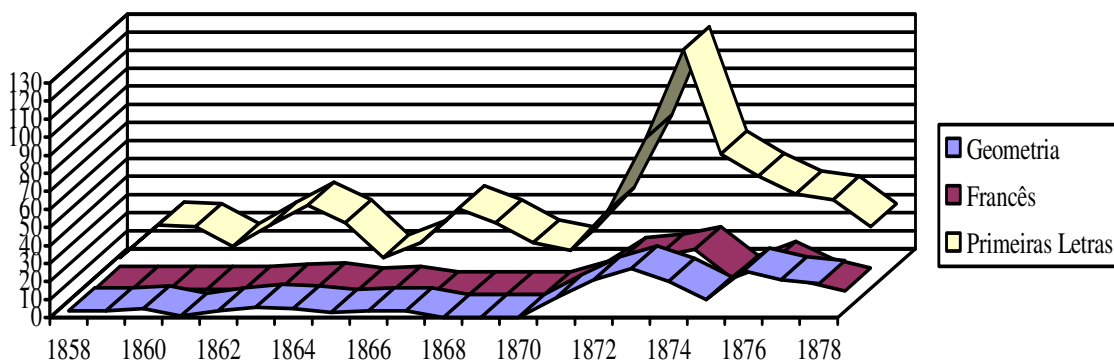
²⁵⁵ Arquivo Geral da Faculdade de Direito do Recife (AGFDR), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Lista Geral dos Bacharéis e Doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931*, 2ª edição, Recife, Typographia Diário da Manhã, 1931.

²⁵⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1880-1886, fl. 3.

²⁵⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 30, Folheto 18, *Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes – sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversário*, Recife, Typographia de Manoel de Figuerôa de Faria e Filhos, 1881, pp. 24-25.

²⁵⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fls. 21-29v.

Gráfico 4 – Matrículas nas aulas da Sociedade entre os anos de 1858 e 1878.



Fonte: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrículas no Francês, 1858-1878, fls. 1-18. Livro de Matrícula das Aulas de Geometria, 1858-1878, fls. 1-21. Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 1-36.

A explícita partidarização da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também mobilizou politicamente seus adversários. No último quinquênio da década de 1870, a mutualista perdeu sua hegemonia no processo de montagem da “União Artística”. Segundo *O Echo Artístico*, a entidade que pretendia aglutinar as mais diversas associações de ofício iniciou suas atividades no dia 23 de janeiro de 1876²⁵⁹. O primeiro encontro ocorreu no escritório da própria folha, que tomou para si a condução da idéia que circulava pelos canteiros, tendas e oficinas da capital da Província. Os indivíduos que participaram do ato solene queriam amplificar a voz da “classe artística” e viabilizar a chegada de seus membros “à representação nacional”²⁶⁰. Marc Hoffnagel afirma que o novo grupo ainda pleiteava “uma mudança na legislação eleitoral que elevaria os votantes ao *status* de eleitor”²⁶¹. A comparação dos nomes dos mesários e comissários da “União Artística” com os dos principais membros do grupo idealizado por José Vicente Ferreira Barros confirma a distância entre as duas organizações²⁶².

²⁵⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “União Artística”, *O Echo Artístico*, 25/1/1876.

²⁶⁰ Idem, *ibidem*.

²⁶¹ Marc Jay Hoffnagel, “Rumos de Republicanismo em Pernambuco”, In: Leonardo Dantas da Silva (organizador), *A República em Pernambuco*, p. 166.

²⁶² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Hemeroteca, “Reunião Artística”, *O Echo Artístico*, 25/1/1876. Na verdade, nenhum dos primeiros mandatários da “União Artística” fazia parte da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. O Presidente escolhido foi H. Clorindo Taylor. José Pereira Monteiro Pessoa foi o Primeiro Secretário. A Segunda Secretaria foi ocupada por Manoel Antonio Azevedo Pontes.

Além do afastamento institucional propriamente dito, “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e “União Artística” também se diferenciavam no campo político-partidário. *O Echo Artístico* era uma folha que vinha sendo impressa na tipografia d’A *Província*, que sabemos possuir íntimas relações com o Partido Liberal²⁶³. Outra peculiaridade que caracterizava o jornal oposicionista era o apoio que recebia de José Mariano²⁶⁴. Nesta seção, vimos que o pernambucano abraçava idéias “estranhas ao Trono” e enfrentara a autoridade de Dom Vital nos conturbados episódios relacionados à “Questão Religiosa”. Havia, portanto, sólidas alianças entre “União Artística”, *O Echo Artístico*, os liberais radicais e os republicanos. Sendo assim, é compreensível que os mandatários da Sociedade e do Liceu de Artes e Ofícios estivessem excluídos dos lugares de poder da “União Artística”. Entretanto, por mais que os grupos hegemônicos da rua da Imperatriz estivessem sem legitimidade organizacional para falar em nome da “classe artística”, as disputas pela liderança dos trabalhadores mais ou menos especializados continuaram agitando a cidade do Recife.

No dia 3 de janeiro de 1877, o *Diário de Pernambuco* publicou uma convocatória intitulada “Manifestação Popular”²⁶⁵. Às 4 horas da tarde do dia 7, “um grande número de artistas” prometia se concentrar na Igreja de São Pedro dos Clérigos²⁶⁶. Em seguida, os idealizadores do evento pretendiam caminhar até o Palácio da Soledade e presentear Dom Vital com “uma pena de ouro e uma escrivanhinha de prata”²⁶⁷. Na perspectiva dos organizadores, esta seria uma forma de demonstrar solidariedade ao religioso e compensá-lo dos constantes ataques políticos que vinha recebendo. As fontes disponíveis são imprecisas quanto ao número de manifestantes que apoiaram o Bispo de Olinda e Recife. Entretanto, no dia 11, o *Diário de Pernambuco* publicou um abaixo-assinado com 131 signatários. O documento exaltava o sucesso da festividade ocorrida no domingo e contava com o aval de diversos Sócios Efetivos da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Entre eles, merecem especial menção Felix de Valois Correia, Pedro Paulo dos

²⁶³ Luiz do Nascimento, *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, volume 2, Recife, Editora Universitária UFPE, 1966.

²⁶⁴ Idem, *ibidem*.

²⁶⁵ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Hemeroteca, “Manifestação Popular”, *Diário de Pernambuco*, 3/1/1877.

²⁶⁶ Idem, *ibidem*.

²⁶⁷ Idem, *ibidem*.

Santos, Antonio Basílio Ferreira Barros e José Vicente Ferreira Barros Junior²⁶⁸. Para estes homens, defender Dom Vital era uma forma de atacar a liderança da “União Artística”.

No próprio dia 3, a mesma convocatória publicada no *Diário de Pernambuco* também saiu no *Jornal do Recife*²⁶⁹. Entretanto, junto dela, a folha, que era simpática aos liberais, trouxe outra nota. Um grupo que dizia representar os carpinteiros e marceneiros retrucou o texto intitulado “Manifestação Popular”, ao ironizar o tal “grande número de artistas” que reconhecidamente apoiava os “jesuítas”²⁷⁰. No dia seguinte, o *Jornal do Recife* ainda divulgou o manifesto “Audácia Jesuítica”²⁷¹, que afirmava “que a nobre classe artística desta província era indiferente à manifestação que em seu nome engendram fazer alguns impostores”²⁷². No dia 5, foi a vez dos tipógrafos declararem que “não foram consultados nem prestam apoio à manifestação que em nome da classe artística se acha anunciada para domingo”²⁷³. Na mesma edição, outras categorias também protestaram: ourives, cabeleireiros, chapeleiros, seleiros, armadores, ferreiros, serralheiros, maquinistas, charuteiros e cigarreiros²⁷⁴. Parece evidente que o antijesuitismo destes trabalhadores caminhava junto com o questionamento da liderança pretendida pelos aliados de João dos Santos

Para os artífices pernambucanos que estiveram envolvidos com os liberais radicais e os republicanos, a “União Artística” permitiu que parâmetros de legitimidade identitária fossem impostos à “classe artística”. Contudo, os mestres de ofício que comandavam a rua da Imperatriz também possuíam representatividade suficiente para confrontar seus adversários. Em meio a esta luta pela hegemonia horizontal, o consórcio entre Sociedade e Liceu permitiu que João dos Santos Ferreira Barros e seus aliados ultrapassassem os limites do “simples” reconhecimento de seu prestígio artístico. Eles efetivamente ocuparam lugares de poder em entidades e eventos que foram organizados por seus patronos, que eram integrantes do governo provincial. Na segunda metade da década de 1870, portanto, a

²⁶⁸ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Hemeroteca, “Ainda a manifestação artística”, *Diário de Pernambuco*, 11/1/1877.

²⁶⁹ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Manifestação Popular”, *Jornal do Recife*, 3/1/1877.

²⁷⁰ Idem, *ibidem*.

²⁷¹ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Audácia Jesuítica”, *Jornal do Recife*, 4/1/1877.

²⁷² Idem, *ibidem*.

²⁷³ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Jornal do Recife*, 5/1/1877.

²⁷⁴ Idem, *ibidem*.

“Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e o Liceu de Artes e Ofícios se transformaram em verdadeiros trampolins para que seus gestores conquistassem projeção pública. Considerando os novos rumos dados à associação, poucas reminiscências restavam do tempo em que seu escopo era “somente” instruir e assistir os membros que atravessavam dificuldades.

5.4. Uma empresa de edificações.

Em julho de 1871, os Sócios Efetivos discutiram e cancelaram uma proposta apresentada pelo Sócio Benfeitor Barão do Livramento, que sugeria que a Casa também atuasse como uma empresa de edificações. Para que o projeto tivesse sustentabilidade econômica e administrativa, o poderoso empresário prometia afiançar os orçamentos que o futuro empreendimento encaminhasse aos pregões públicos²⁷⁵. A proposta era bastante importante para a sobrevivência cotidiana de muitos dos artífices associados. A Sociedade teria lastro para competir com os empresários de grande porte, que vinham dominando as obras públicas desde o recrudescimento do sistema de arrematações. Como vimos, a maior parte dos capitalistas estava mais preocupada com o lucro do que com a qualidade de seus serviços, o que causava muitos transtornos tanto para a Tesouraria Provincial, quanto para os mestres de obras menos aquinhoados. Portanto, a entidade artística poderia encontrar ali um caminho para se adaptar às transformações de seu disputado mercado e ganhar mais fôlego para conviver com o *laissez-faire*.

A proposta foi aprovada e, no primeiro semestre de 1872, a nova empresa de edificações assinou um contrato com a Repartição de Obras Públicas. A “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” construiria a Escola Modelo²⁷⁶. Segundo o documento, o edifício seria levantado na freguesia de Santo Antonio e acomodaria estudantes primários de ambos os sexos²⁷⁷. Os pagamentos da obra estariam divididos em 6 prestações. À exceção da primeira, paga logo no início dos trabalhos, as outras seriam

²⁷⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 96 e 97.

²⁷⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-57, fl. 723.

quitadas após a entrega de determinadas etapas da empreitada²⁷⁸. Em agosto de 1872, a associação recebeu a segunda parcela, referente à feitura dos alicerces do prédio ao nível do eixo da rua Marques de Herval²⁷⁹. A parcela subsequente foi paga em outubro, quando as paredes do imóvel estavam na altura das empostas das janelas²⁸⁰. Em agosto de 1873, o prédio da Escola Modelo estava “em estado de colocar-se o encanamento para iluminação a gás”²⁸¹. Nesta fase, a associação recebeu o montante de 7:532\$350rs, relativo à quinta parcela²⁸². No início de 1874, o serviço foi entregue ao governo de Pernambuco, que mandou “lavrar o respectivo termo de entrega e passar o competente certificado”²⁸³.

Logo após o cumprimento das formalidades exigidas pela Repartição de Obras Públicas, a “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” pediu uma indenização compensatória por acréscimos na empreitada. A direção da Casa alegou que o forro do estabelecimento de ensino estava projetado de forma simples. Originalmente, os custos do componente arquitetônico haviam sido orçados em 2:833\$600rs. Entretanto, os responsáveis pelo serviço foram compelidos a fazer um forro especial²⁸⁴. Por conta da mudança, a associação solicitou às autoridades governamentais que fosse reembolsada em 4:372\$000rs. Em 1876, a Repartição de Obras Públicas entendeu que a indenização era justa, mas determinou que os empresários da obra recebessem somente o montante de 3:000\$000rs²⁸⁵. A decisão constou da Lei Provincial de número 1.281, aprovada em 9 de julho de 1877, que determinava que o Presidente da Província indenizasse “com a quantia

²⁷⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-51, fl. 441.

²⁷⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-52, fl. 109.

²⁷⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-50, fl. 78. Códice OP-52, fl. 109.

²⁸⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-50, fl. 191. Códice OP-52, fl. 109.

²⁸¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-52, fl. 68.

²⁸² *Idem*, fl. 109.

²⁸³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-53, fls. 56 e 57.

²⁸⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-52, fls. 147-148, 165-165v e 261-263v.

²⁸⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-57, fls. 723-723v.

de 3:000\$000rs aos membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, encarregados da construção da Escola Modelo, pelas obras que demais fizeram”²⁸⁶.

A partir da amostragem dos custos e do tempo de edificação da Escola Modelo, podemos concluir que o canteiro de obras da freguesia de Santo Antonio ofereceu bons níveis de empregabilidade aos artífices. Ou seja, a “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” conseguiu ocupação para muitos de seus mestres e suas respectivas equipes. Ainda na primeira metade da década de 1870, um serviço particular também mobilizou a mutualista que ganhara caráter empresarial: a construção do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios. No transcorrer do capítulo, vimos que João dos Santos Ferreira Barros foi destacado como perito responsável pela empreitada. Como vimos, o projeto original da escola profissionalizante fora orçado em 40:000\$000rs, mas a planta foi refeita e o custo da obra quase triplicou. Contudo, o volume dos donativos recebidos pela Casa cobria somente a maior parte dos gastos exigidos pelo primeiro desenho²⁸⁷. Em dezembro de 1873, quando o dinheiro das subscrições acabou, os trabalhos foram paralisados. Nos 2 anos de empreitada, foram concluídos os alicerces do Palacete e suas paredes exteriores, que consumiram o total de 32:900\$000rs²⁸⁸.

Existem indícios de que a nova empresa também procurou atuar no mercado de “casas populares”. Peter Eisenberg afirma que o crescimento demográfico do Recife tendeu a se estagnar na década de 1870²⁸⁹. Contudo, ainda existia uma grande demanda por boas moradias “populares” na capital. Em 1872, preocupada com o crescimento dos arrabaldes, a Câmara Municipal criticava a proliferação de residências de taipa²⁹⁰. No ano seguinte, os vereadores constatavam o rápido povoamento dos subúrbios da Torre e o surgimento de

²⁸⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1877*, pp. 35-36. É difícil saber se os artífices superfaturaram a mudança no orçamento ou se o governo os remunerou inadequadamente.

²⁸⁷ Segundo o Diretor Machado Portella, a Sociedade conseguiu arrecadar “monta em perto de 40:000\$000rs”. “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit, p. 333.

²⁸⁸ Idem, p. 334. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-59, fl. 43.

²⁸⁹ Peter Louis Eisenberg, *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*, Rio de Janeiro/Campinas, Paz e Terra Unicamp, 1977, p. 202.

²⁹⁰ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1870-1872, fls. 170-170v.

cortiços na freguesia de São José²⁹¹. Em 1874, moradias eram construídas na cidade sem autorização²⁹². Entre outros, o *Jornal do Recife* esteve atento à problemática habitacional. Na edição de 15 de fevereiro de 1872, a folha publicou um artigo intitulado “Habitações para gente pobre”, que comentava as iniciativas européias que procuravam construir casas mais baratas para a “classe operária”²⁹³. Em 18 de dezembro, sob o título “A questão das habitações”, o periódico voltou a insistir que o modelo europeu seria salutar para o Recife, onde “vemos [...] morarem famílias de 8 e mais pessoas em casebres imundos por aluguéis fabulosos, sem claridade e nem ventilação”²⁹⁴.

Em 17 de outubro de 1872, a “Popular-Cooperativa Predial” publicou um informe no *Jornal do Recife*, comunicando aos leitores a abertura de seus trabalhos no último dia 5. Segundo a nota, o Estatuto da mutualista havia sido aprovado pelo Decreto de número 5.084, de 11 de setembro²⁹⁵. A norma autorizava “a incorporação da Associação Popular Cooperativa Predial da cidade do Recife”²⁹⁶. Os associados do grupo seriam as pessoas livres que estivessem interessadas em se cotizar para comprar ou construir residências²⁹⁷. Os imóveis que fossem adquiridos ou levantados seriam sorteados²⁹⁸. Os valores cobrados dos cooperativados eram módicos: 5\$000rs no primeiro mês e 1\$000rs nos demais²⁹⁹. A proximidade da “Popular-Cooperativa Predial” com a rua da Imperatriz é explicitada no Artigo 10 de seu Estatuto. O dispositivo rezava que “se por ventura esta associação dissolver-se, seu capital em prédios passará a pertencer à Sociedade dos Artistas Mecânicos

²⁹¹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1872-1875, fl. 220.

²⁹² Idem, fl. 270.

²⁹³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, “Habitações para gente pobre”, *Jornal do Recife*, 15/2/1872.

²⁹⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, “A questão das habitações”, *Jornal do Recife*, 18/12/1872.

²⁹⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, “Associação Predial”, *Jornal do Recife*, 17/10/1872.

²⁹⁶ Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1872*, tomo XXXV, parte II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1872, p. 811. No início da década de 1870, a Corte também testemunhou o surgimento de iniciativas similares à “Popular-Cooperativa Predial”. Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Lia de Aquino Carvalho & Myriam Stanley, *Questão Habitacional e o Movimento Operário*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1989, p. 42.

²⁹⁷ Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1872*, op. cit, p. 811.

²⁹⁸ Idem, p. 812.

²⁹⁹ Idem, p. 813.

e Liberais desta capital”³⁰⁰. Talvez, esta fosse uma forma de compensar possíveis descontos que a entidade artística ofereceria para empreitar para a cooperativa.

Nos primeiros anos da década de 1870, a “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” foi uma empresa que conquistou visibilidade no mercado recifense. Concorrentemente, os Sócios Efetivos também conseguiram trabalho através de empreitadas arrematadas por Rufino Manoel da Cruz Cousseiro, que continuou vencendo licitações públicas de pequena e grande envergadura. Apesar de a concorrência ocorrer em bases mais liberais desde a década de 1860, o perito continuou equilibrando orçamentos competitivos com qualidade artística. Por conta de seus vantajosos serviços, os órgãos governamentais permaneceram tributando a Cousseiro “toda confiança”³⁰¹. Vejamos algumas obras realizadas pelo associado nesse período. Em 1871, junto às Obras Militares, o pernambucano arrematou a feitura de benfeitorias no Quartel do Hospício por 367\$640rs³⁰². No mesmo ano, Cousseiro também venceu uma licitação organizada pelas Obras Públicas Gerais. Por 854\$625rs, sua equipe fez os devidos reparos no Lazareto do Pina³⁰³. Entre finais de 1872 e inícios de 1873, Cousseiro labutou em outros canteiros que foram licitados pelas Obras Militares. Na Tesouraria da Fazenda e no Arsenal de Guerra, o empreiteiro fez consertos que foram arrematados pelo valor de 4:880\$500rs³⁰⁴. Na oportunidade, aquela repartição também devia 267\$198rs ao mestre de ofício, pois recentemente havia finalizado a troca de parte do emadeiramento do depósito militar³⁰⁵. O amigo de João dos Santos Ferreira Barros ainda contratou outras obras no Arsenal de Guerra. Em 1873, o Sócio Efetivo consertou a coberta da “oficina de carpinas”³⁰⁶. Ao final do trabalho, Cousseiro recebeu o montante de 1:198\$000³⁰⁷. No ano seguinte, foi a vez da oficina de ferreiro receber a equipe do perito. O pernambucano embolsou 325\$880rs pelos

³⁰⁰ Idem, *ibidem*.

³⁰¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-9, fl. 272.

³⁰² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-7, fls. 188v-189.

³⁰³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-56, fls. 95-95v.

³⁰⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-8, fl. 42. OM-7, fls. 251 e 261.

³⁰⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-8, fl. 42.

³⁰⁶ Idem, fl. 94.

³⁰⁷ Idem, *ibidem*.

reparos em suas forjas³⁰⁸. Como podemos verificar, as Oficinas de Construção e Reparos e de Obras Brancas do Arsenal de Guerra continuavam dependentes do sistema de arrematações. O mapa de seus funcionários confirma tal afirmativa. Em 1873, os dois locais de trabalho contabilizavam apenas 1 Mestre, 1 Contra-Mestre e 7 Oficiais com diversos níveis de “aperfeiçoamento”³⁰⁹.

A partir de 1874, novas prioridades estatais sacudiram a dinâmica do mercado de edificações pernambucano. A roda da fortuna começou a girar em ritmo diverso justamente quando uma crise institucional batia às portas da rua da Imperatriz. Naquele ano, a Repartição de Obras Públicas ganhou novo regulamento e chefia. O engenheiro Victor Fournié foi contratado pelo governo do Barão de Lucena para organizar “melhoramentos materiais” nas estradas e no porto do Recife³¹⁰. Para tanto, o francês contaria com o auxílio técnico de alguns compatriotas. De imediato, eles elaborariam um banco de dados sobre os recursos naturais e infra-estruturais da Província³¹¹. Com esta política estratégica, o governo pernambucano pretendia “modernizar” o escoamento da crescente produção açucareira. Segundo Peter Eisenberg, as mais recentes inovações tecnológicas incorporadas pelos engenhos exigiam “progressos” logísticos³¹². Evaldo Cabral de Mello apontou que o governo central também reconhecia ser preciso tecer uma malha ferroviária entre as zonas canavieira e portuária. Neste sentido, alguns investimentos mais pontuais foram feitos no período em quadro³¹³.

O regulamento de 1874 também intensificou o caráter fiscalizador da Repartição de Obras Públicas, o que fortaleceu ainda mais o sistema de arrematações³¹⁴. Para torná-lo mais competitivo e vantajoso para o erário, aquela norma determinou que os pregões fossem divulgados nos grandes jornais pernambucanos³¹⁵. Com esta diretriz, o governo

³⁰⁸ Idem, fls. 307 e 318.

³⁰⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Guerra, Códice AG-27, fl. 37.

³¹⁰ Flávio Guerra, op. cit., p. 108. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-53, fl. 100.

³¹¹ Silvio Mendes Zancheti, *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*, São Paulo, USP, 1989, tese de doutorado em arquitetura e urbanismo, p. 245.

³¹² Peter Louis Eisenberg, op. cit., p. 70 e seguintes.

³¹³ Evaldo Cabral de Mello, *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*, Rio de Janeiro/Brasília, Nova Fronteira/INL, 1984. Em especial, consultar o capítulo intitulado “As províncias do Norte e os ‘melhoramentos materiais’”.

³¹⁴ Silvio Mendes Zancheti, op. cit., pp. 245 e 260.

³¹⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-58, fls. 258-259.

provincial desejava promover “melhoramentos materiais” e minimizar seus investimentos. Ou seja, na medida em que mais concorrentes se interessassem pelas obras de infraestrutura, aumentavam as chances de os orçamentos baratearem. No caso da construção e reparo de prédios urbanos, o fortalecimento do sistema de arrematações era muito mais favorável àqueles que encaravam o produto de seu trabalho como simples mercadoria. Em outros capítulos da tese, vimos que os capitalistas começaram a conquistar hegemonia nas obras públicas no transcorrer da década de 1860. Eles levavam considerável vantagem sobre os competidores que valorizavam certos aspectos extra-econômicos de sua produção. No bojo deste último grupo, incluímos a maioria dos Sócios Efetivos que foram forjados nos costumes corporativos.

No bojo do processo político que ambicionava fomentar obras infra-estruturais sem muito onerar os cofres públicos, Fournié escreveu ao Barão de Lucena. Em 16 de setembro de 1874, o engenheiro se mostrou preocupado com a falta de pessoal qualificado na Província³¹⁶. O técnico propôs ao nobre pernambucano que a própria Repartição de Obras Públicas formasse “aprendizes das profissões industriais”³¹⁷. Para tanto, o departamento se comprometia a montar uma Aula Prática de Geometria³¹⁸. De pronto, o Presidente de Pernambuco aprovou o projeto. Logo no dia 17, a Escola Prática ganhou autorização para funcionar nas dependências da Escola Modelo³¹⁹. Além de formar desenhistas, apontadores de obras e agrimensores, o estabelecimento de ensino também pretendia preparar novos mestres de obras³²⁰. Tendo em vista a natureza estatal da Escola Prática, o perfil sócio-profissional de Fournié e a necessidade de barateamento dos custos de produção, podemos afirmar que a iniciativa instrucional pretendia proletarizar o trabalho daqueles que labutavam nos canteiros de obras.

Imediatamente, a Escola Prática criou dois problemas para a rua da Imperatriz. O primeiro atingiu sua Tesouraria. Logo em 1874, a subvenção anual foi reduzida de

³¹⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-54, fls. 193-194.

³¹⁷ Idem, fl. 194v.

³¹⁸ Idem, *ibidem*.

³¹⁹ Idem, fl. 375.

³²⁰ Idem, *ibidem*.

3:000\$000rs para 2:000\$000rs. O grupo de artífices reclamou da medida³²¹. Contudo, os orçamentos provinciais indicam que o protesto foi em vão³²². Por sua vez, a Aula Prática de Geometria arruinaria os planos monopolistas do Liceu de Artes e Ofícios. Para tentar contornar a ameaça, os Sócios Efetivos foram à Câmara Municipal do Recife. Em 14 de outubro, os vereadores foram pressionados a fazer “uma postura ou regulamento a fim de que só possam ser mestres de obras os artistas que apresentarem habilitação dada pela Sociedade Liceu e Artes”³²³. Recordemos que a associação havia feito pedido semelhante em 1863, quando os canteiros de obras da cidade tinham sido liberados para quem quisesse edificar. Como no passado, é provável que a solicitação tenha sido indeferida. A Câmara manteve sua posição, assim como tomou a mesma atitude diante de pedidos semelhantes, como o feito em 1875 por alguns açougueiros que reclamavam o controle do mercado de carnes. A municipalidade respondeu que a lei de 1º de outubro de 1828 “proíb[ia] expressamente que a Câmara ponha restrição à ampla liberdade do comércio, indústria e agricultura”³²⁴.

Podemos abrir um parêntese para detalhar a relação entre “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e Câmara Municipal do Recife. Apesar do provável veto, ambas as instituições continuavam bem relacionadas. Assim como em outras décadas, os vereadores da capital ainda chancelavam a contratação dos mestres de obras associados em vistorias de imóveis avariados ou irregulares. O procedimento ecoava os tempos em que a Irmandade de São José do Ribamar ainda era uma corporação de ofício. Em 8 de fevereiro de 1871, o perito Theodoro Ramph prestou serviços para o Fiscal da freguesia de Santo

³²¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 57v.

³²² De 1874 até 1879, a cota permaneceu em 2:000\$000rs. Entretanto, em 1880, a Casa conseguiu um reajuste de 100%. É provável que a inauguração do palacete tenha influenciado a decisão governamental. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1874*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1874, p. 41. *Collecção de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1875*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1875, p. 35. *Collecção de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1876*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1876, p. 29. *Collecção de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1877*, p. 7. *Collecção de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1879*, p. 133. *Collecção de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1880*, p. 21.

³²³ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1872-1875, fl. 461.

Antonio. O artífice alemão utilizou seus sólidos conhecimentos artísticos para “vistoriar um prédio incendiado na rua do Barão da Vitória”³²⁵. Em 8 de janeiro de 1875, foi a vez de João dos Santos Ferreira Barros e Joaquim Francisco Collares inspecionando um sobrado que estava localizado na mesma rua da associação³²⁶. Talvez, os dois Sócios Efetivos estivessem aplacando antigas rivalidades, que ganharam evidência durante a crise que assolara a ex-sede da rua Direita.

Fechado o parêntese, retornemos à Escola Prática e ao projeto de obras infra-estruturais. No dia 4 de dezembro de 1876, o professor da Aula Prática de Geometria foi intimado a relatar suas atividades ao Poder Executivo. Neste período, Fournié não mais dirigia a Repartição de Obras Públicas. Entre outras informações, o documento descrevia as dificuldades enfrentadas pela Escola Prática. Poucos meses após o início das atividades do estabelecimento de ensino, pressões políticas desfizeram os vínculos formais do francês com a Repartição de Obras Públicas³²⁷. Ainda segundo o lente da disciplina matemática, mais do que simplesmente alijar a Aula Prática de Geometria da adequada proteção pública, o fim do convênio produziu “o resultado mais desastroso”³²⁸. No *Jornal do Recife* dos dias 16 e 18 de maio de 1876, percebemos as dimensões do referido estrago. Ambas as edições publicaram protestos contra o inevitável fechamento do curso profissionalizante³²⁹. Talvez a “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” tenha tido influência no processo de “descredenciamento” da Escola, afinal, para consolidar a centralidade do Liceu de Artes e Ofícios, era salutar que sua mais nova concorrente fosse mortalmente golpeada.

Após a exoneração de Fournié, a diretoria da Repartição de Obras Públicas foi ocupada interinamente. Um novo titular somente seria empossado em 1883. Silvio Zancheti afirma que o resultado deste hiato foi o esvaziamento político daquele órgão

³²⁴ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1875-1876, fl. 53.

³²⁵ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1870-1872, fl. 81.

³²⁶ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1875-1876, fl. 514.

³²⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-59, fls. 140-140v.

³²⁸ Idem, fl. 140v.

³²⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, “Escola Prática”, *Jornal do Recife*, 16/5/1876. “Escola Prática”, *Jornal do Recife*, 18/5/1876.

governamental³³⁰. A pesquisa desse historiador oferece outro dado muito relevante. Na segunda metade da década de 1870, a maior parte das verbas controladas pela Repartição das Obras Públicas foi empenhada em empreitadas infra-estruturais. Ainda que Lucena tenha deixado a Presidência da Província em 1875, seus sucessores mantiveram o foco nos projetos logísticos. Silvio Zancheti tabulou a alocação de recursos empreendida por aquele departamento e constatou que, em 1876, 7,2% de suas verbas foram comprometidas com construções e reparos, enquanto 92,8% foram destinadas a empreitadas de base. Em 1877, a proporção foi de 1,3% contra 98,7%. No ano de 1878, a percentagem foi de 5,4% contra 94,6%. No exercício de 1879, os documentos registraram 1,4% contra 98,6%. Somente no ano de 1880 os números voltam a ser equivalentes aos de décadas anteriores. Ou seja, 29,6% por 70,4%³³¹.

Como se pode verificar, a Repartição de Obras Públicas consumiu uma ínfima parcela de seu orçamento com empreitadas urbanas de construção e reparos. No último quinquênio da década de 1870, tal peculiaridade significou menos empregos para os artífices que empreendiam ou labutavam neste negócio. Os membros da Sociedade, em especial, foram sistematicamente derrotados nas contratações dos poucos orçamentos licitados. Em parte, isso se deve à dificuldade que alguns associados tinham em desvincular o produto de seu trabalho dos valores extra-econômicos. Em época de escassez e de forte concorrência, a cultura corporativa era péssima conselheira. Por outro lado, desde que Fournié substituiu Pereira de Magalhães na cadeira diretora da Repartição de Obras Públicas, os Sócios Efetivos perderam uma importante fonte de dados sobre os serviços que iriam à praça. Pereira de Magalhães era Sócio Honorário desde a década de 1860 e seu afastamento da repartição pode ajudar a compreender o sumiço dos membros da Sociedade nos contratos públicos.

Na luta pelas raras oportunidades de contratar construções e reparos junto à Repartição de Obras Públicas, a empresa “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também sofreu duas profundas derrotas. Ambas estão ligadas à retomada dos trabalhos de edificação do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios. Sabemos que a empreitada particular fora interrompida em dezembro de 1873, quando todas as verbas que a Casa ameahara se esgotaram. A primeira derrota impingida à entidade artística ocorreu em finais

³³⁰ Silvio Mendes Zancheti, op. cit., p. 247.

de 1876, quando seus peritos perderam o comando do canteiro de obras do Campo das Princesas. Na ocasião, o Poder Executivo decidiu que ele seria reaberto através do sistema de arrematação³³². Para viabilizar o processo licitatório, a planta original foi redesenhada (tendo como base os elementos arquitetônicos que já haviam sido levantados) e os custos da nova empreitada orçados em 58:540\$328rs³³³. No dia 19 de abril de 1877, a associação sofreu um segundo golpe. Apesar do apoio financeiro do Barão do Livramento, foi o poderoso empresário Thomaz de Carvalho Soares Brandão Sobrinho que arrematou os serviços que faltavam, por 55:027\$906rs³³⁴.

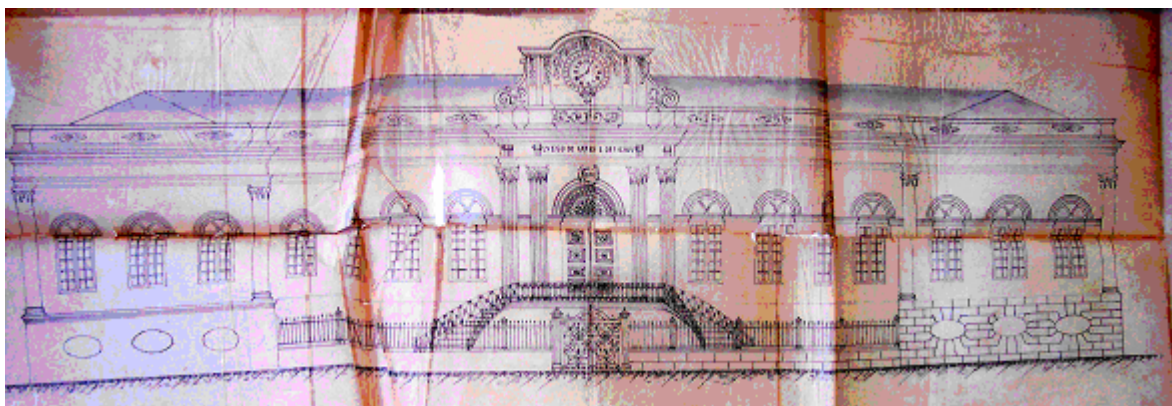


FIGURA 9 – “Palacete do Lyceu de Artes e Offícios – projecto modificativo”. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-61, fl. 442.

As fontes disponíveis não revelam quais foram os mestres, contramestres, oficiais e ajudantes contratados por Brandão Sobrinho. Caso o capitalista tenha arregimentado seus empregados no seio da própria “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, podemos aventar uma interessante hipótese. O processo de “proletarização” que ganhava força no Recife fechava seu cerco à rua da Imperatriz. Como o grupo de artífices e seus mais destacados peritos vinham perdendo a maioria dos pregões públicos, é possível que

³³¹ Idem, p. 254.

³³² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Offícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 124 e 125.

³³³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-59, fl. 29.

³³⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Offícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 125. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, presidente da província, abriu a sessão da Assembléa Legislativa em 19 de dezembro de 1878*, Recife, Typographia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1879, p. 35.

alguns dos membros menos afortunados tenham se submetido a piores condições de trabalho e salário. Do ponto-de-vista das necessidades cotidianas mais elementares, era preferível ter algum dinheiro para comprar farinha e toucinho do que passar fome. Um dos relatórios da Diretoria das Obras Públicas Gerais, escrito em outubro de 1878, informa que os canteiros de obras públicas na capital da Província rareavam tanto que o desemprego “resulta[va] em grande vexame para os pobres e desvalidos operários, que vêm a cada dia piorar a sua sorte”³³⁵.

Em meio a tantas dificuldades, a Repartição de Obras Públicas concedeu um precioso alento para a Sociedade. No segundo semestre de 1878, ocorreu um desentendimento entre o departamento e Brandão Sobrinho. O capitalista havia pedido uma reavaliação do orçamento que arrematou, alegando que seus gastos eram superiores aos acordados³³⁶. Para aumentar a tensão entre as partes, o cronograma de pagamentos ao arrematante entrou em descompasso. Em meio às rugas, a obra do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios sofreu nova paralisação³³⁷. Em novembro, o impasse ganhou tamanho vulto que acabou resultando em destrato³³⁸. Neste momento, o pavimento térreo do prédio estava finalizado. No superior, apenas uma das salas havia recebido acabamento³³⁹. Para que a mutualista e a escola profissionalizante funcionassem em sua sede própria, os Sócios Efetivos ganharam a mercê de tocar o canteiro de obras e utilizar os recursos que estavam disponíveis³⁴⁰. Um grupo de comerciantes ainda foi mobilizado para fazer novas subscrições³⁴¹. Após quase dois anos de andaimes, argamassas, tijolos e salários, os associados inauguraram seu Palacete no dia 21 de novembro de 1880.

³³⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-64, fls. 159-159v.

³³⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-61, fls. 487-488.

³³⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 158.

³³⁸ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit, p. 334.

³³⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-61, fl. 405.

³⁴⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-62, fl. 302.

³⁴¹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit, p. 334. Universidade



FIGURA 10 – Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, FOTOS, Armário 8.2.2. (7), negativo 04470; COSTA, Menna da [Liceu de Artes e Ofício, PE, 1880]. Observação: A fotografia foi tirada dias depois da inauguração do Palacete. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 30, Folheto 18, *Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes – sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversário*, pp. 26-27.

Ainda em relação às obras públicas, outra possibilidade de os Sócios Efetivos encontrarem trabalho era oferecida pela Diretoria das Obras Militares. As fontes indicam que os artífices forjados nos costumes corporativos conseguiram arrematar muitas construções e consertos junto ao Exército. Entretanto, há uma grande ironia nesta constatação. Na segunda metade da década de 1870, dois dos maiores vencedores de licitações foram Basílio José da Hora e Augusto José Teixeira³⁴². Como vimos, os mestres de ofício foram adversários implacáveis de João dos Santos Ferreira Barros e de seus aliados. A forte presença de Hora e Teixeira na Diretoria das Obras Militares é simultânea

Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 158v.

³⁴² Em 1875, Basílio José da Hora arrematou a feitura dos ladrilhos do Corpo da Guarda (80\$000rs) e do xadrez do Hospital Militar (200\$000rs). No mesmo ano, o perito também construiu os fogões da cozinha do Quartel de Recrutadas na Fortaleza do Brum (82\$000rs) e do Quartel das Cinco Pontas (37\$000rs). Neste último estabelecimento militar, Hora ainda construiu suas latrinas (693\$000rs). Em 1876, ainda encontramos-lo no Quartel das Cinco Pontas construindo penitenciárias e prisão para inferiores (788\$900rs). O perito também fez os portões e cavalariças do Quartel da Companhia de Cavalaria (360\$000rs). Neste último ano, o artífice ainda construiu penitenciárias no Quartel dos Operários Militares do Arsenal de Guerra e no Quartel da Companhia de Cavalaria (ambos por 623\$000rs). Em 1877, Hora fez grandes reparos na Fortaleza do Brum (1:300\$000rs) e executou melhorias em dependências do Hospital Militar (400\$000rs). Por sua vez, no ano de 1877, encontramos Augusto José Teixeira consertando a cobertura da Casa da Ordem do Quartel do Hospício. Em 1878, Teixeira remendou o assoalho e pôs nova trave no Quartel da Companhia de Cavalaria (48\$950rs). No mesmo período, ainda encontramos-lo na construção da cozinha do 10º Batalhão de Infantaria (530\$000rs) e nos consertos do Laboratório Pirotécnico (28\$470rs) e no conserto da cobertura do Hospital Militar (299\$200rs). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos

ao sumiço de Cousseiro dos serviços arrematados pelo órgão, que somente conquistou um serviço de reparos. Curiosamente, o amigo do então Primeiro Adjunto da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” foi o único participante do pregão. Em 1876, o Sócio Efetivo consertou o Quartel de Recrutas da Fortaleza do Brum por 102\$820rs (o orçamento era de 104\$920rs)³⁴³.

Podemos compreender a dinâmica da Diretoria das Obras Militares seguindo a mesma linha interpretativa adotada em outros casos previamente analisados. Assim como ocorreu na Repartição de Obras Públicas, é possível que o desenvolvimento do *laissez-faire* tenha prejudicado os mais destacados mestres de obras e empreiteiros da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Por outro lado, também podemos supor que Basílio José da Hora e Augusto José Teixeira procuraram se adaptar à lógica de mercado, o que facilitou sua penetração nas obras que eram orçadas em quartéis e fortalezas. Independente da veracidade destas hipóteses, desde a década de 1860 houve uma forte pressão liberalizante no ramo das edificações pernambucanas. Os anos de 1870 testemunharam a consolidação deste processo. O sumiço dos mais destacados associados das obras públicas pode ser atribuído a sua crença nos valores mais viceriais dos costumes corporativos. Para fugirem da crescente “proletarização” das artes mecânicas e de sua conseqüente “indignidade”, homens como os irmãos Ferreira Barros tiveram a acuidade de utilizar o consórcio entre Sociedade e Liceu em seu favor.

Os Sócios Efetivos que desfrutaram de hegemonia na rua da Imperatriz se apropriaram do consórcio entre Sociedade e Liceu para reafirmar sua distinção em novos tempos e bases. O trabalho executado com perfeição, o zelo para com a dignidade artística, o uso da inteligência nos ofícios mecânicos e a necessidade de um longo treinamento eram valores que rapidamente perdiam importância simbólica e econômica nos canteiros de obras. A principal meta de uma empreitada tornara-se o lucro e para isso era necessário baratear os custos de produção. Em contrapartida, a ideologia do “Progresso” e da “Civilização” precisava se alimentar de *compromisso, racionalidade e ordem*. Por causa disto, João dos Santos Ferreira Barros e seus aliados conseguiram escapar do desprestígio

Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-9, fls. 1, 53, 65, 109, 111, 120, 160, 168, 183, 184, 277, 281, 339, 353, 415, 416, 423 e 433. Códice OM-10, fls. 13, 48, 53, 57 e 76.

³⁴³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares, Códice OM-9, fls. 272 e 289.

social. Eles demonstraram aos que estavam no topo da pirâmide social que tinham lastro para ocupar funções de forte apelo público. Sem dúvida, o título de “Imperial” e a manutenção do Liceu de Artes e Ofícios foram importantes trunfos para que os velhos mestres de ofício conseguissem manter sua cidadania e avançar na direção de novos direitos. Entretanto, como vimos, este processo se fez às custas do enfraquecimento institucional da associação.



FIGURA 11 – Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, FOTOS, Armário 8.2.2. (6), negativo 04340; COSTA, Menna da [Liceu de Artes e Ofício, PE, 1880: membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais]. Detalhe da foto.

Conclusão

Menna da Costa fotografou o Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife em novembro de 1880. O registro imagético fez parte dos festejos que saudaram a inauguração do imponente prédio, projetado para abrigar tanto as diversas aulas da escola profissionalizante, quanto as rotinas administrativas da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Foi naquela ocasião que Manoel do Nascimento Machado Portella, Diretor da mutualista, reuniu 45 Sócios Efetivos para que eles deixassem suas imagens registradas para a posteridade¹. Sintético, o documento surge nesta conclusão como um “recado numa garrafa”². Ou seja, com as análises realizadas até aqui, é possível interpretar densamente essa fonte e compreender seus significados mais profundos. Mais do simplesmente revelar dezenas de homens perfilados na porta de entrada de um imóvel, essa fotografia nos envia uma série de mensagens que ilustram e apóiam os argumentos defendidos no transcorrer da tese. Ao mesmo tempo, é só com base na pesquisa realizada e na interpretação dos dados que expusemos aqui que é possível decifrar o recado.

No centro da foto está o principal mandatário da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, Manoel do Nascimento Machado Portella. Sua posição demarca a importância institucional do cargo ocupado e o deixa em destaque. O membro das elites letradas e proprietárias se fazia acompanhar por indivíduos bastante conhecidos dos leitores deste trabalho. Entre eles encontra-se João dos Santos Ferreira Barros³. Como o mestre de obras era Primeiro Diretor Adjunto da mutualista, é bastante provável que estivesse à direita de Machado Portella. Não há fontes que permitam ter certeza disso, mas se a hipótese for verdadeira, pode-se observar que o pardo tinha um tom de pele bastante escuro. Assim como ele, muitos outros homens de pele escura usam casacas. Por mais que este tipo de vestuário fosse utilizado em momentos festivos, ele era um símbolo de distinção social e ajudava Ferreira Barros e outros artífices especializados a se distinguirem do simples

¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 30, Folheto 18, *Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes – sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversário*, Recife, Typographia de Manoel de Figuerôa de Faria e Filhos, 1881, pp. 26-27.

² Clifford Geertz, *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, LTC, 1989, p. 38.

³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 30, Folheto 18, *Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes – sessão de inauguração do Lyceu de Artes e*

operário⁴. A demarcação deste limite era muito importante em um mercado de edificações que se “proletarizava”. A casaca também era uma peça de roupa que poderia separar o homem de cor livre do mundo da escravidão. Na mesma época, no Rio de Janeiro, o príncipe dom Obá II, por exemplo, também lançava mão deste recurso para mostrar sua diferença em relação aos demais escravos da Corte⁵.

Na fotografia tirada em novembro de 1880, outros mandatários da “Imperial Sociedades dos Artistas Mecânicos e Liberais” e do Liceu de Artes e Ofícios do Recife estão presentes na imagem registrada por Menna da Costa. Entre eles podemos ver Felix de Valois Correia, Pedro Paulo dos Santos e Antonio Leônidas Douville e Silva, situados bem próximos aos Sócios Benfeitores Machado Portela e João dos Santos⁶. É fácil identificá-los. Segundo o Estatuto de 1862, os membros da Mesa Diretora deveriam prender os emblemas de seus cargos em uma fita⁷. Tanto o Diretor quanto o Primeiro Adjunto utilizavam apetrecho semelhante em volta do pescoço, assim como os consócios a sua volta. Isso significa que a disposição espacial dos sócios na imagem registrada por Menna da Costa imortalizou hierarquias que eram alimentadas desde o tempo das corporações de ofício. Da mesma forma que os principais mestres apareceram no centro da foto, dois meninos ocupam as extremidades. Eles deviam ser menores aprendizes, que freqüentavam as aulas noturnas.

Para além da continuidade das hierarquias corporativas, a fotografia de Menna da Costa também permite confirmar o protagonismo dos homens de cor nos principais lugares

Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversário, pp. 26-27.

⁴ Tradicionalmente, o vestuário é um fator de distinção entre os trabalhadores. Vejamos alguns exemplos. Na virada do século XIX para o XIX, os caixeiros fluminenses procuravam se distinguir dos operários a partir do zelo com suas roupas. Fabiane Popinigis, *Proletários de Casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*, Campinas, Editora da Unicamp, 2007, p. 46. Na França de finais do século XIX, os trabalhadores militantes usavam *la blouse et la casquette* nas horas de lazer. Eric. J. Hobsbawm, *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, p. 285.

⁵ Eduardo Silva, *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 30, Folheto 18, *Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes – sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversário*, pp. 26-27. No dia em que a fotografia foi feita, Antonio Basílio Ferreira Barros estava ausente da associação. José Vicente Ferreira Barros Junior morreu em 1878. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 1.

de poder da Sociedade e do Liceu. Neste sentido, esse registro imagético pode ser encarado como um duro golpe às teorias racistas que povoavam corações e mentes de boa parte da nova intelectualidade recifense. Na capital da Província, a “geração dos 70” fomentava nos meios acadêmicos “o estudo consciencioso do mecanismo social das condições mesológicas, das hereditariedades, dos atavismos dos povos, dos fatores físicos, antropológicos e sociais”⁸. Ela pretendia demonstrar cientificamente os dilemas sociais do Brasil e os obstáculos que impunham ao “Progresso”. Os artífices letrados e de pele escura da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” deviam ser um enorme incômodo para aqueles que consideravam os “negros” seres *naturalmente* indolentes e apáticos. Mais que isso: as engenhosas alternativas de alinhamento à “Civilização” e ao “Progresso” construídas por aqueles peritos das artes mecânicas e liberais se chocavam com os parâmetros analíticos daqueles jovens pensadores recifenses.

Apesar de os mais destacados Sócios Efetivos de pele escura enfrentarem a lógica dos ideólogos racistas, eles próprios não defendiam quaisquer critérios genéricos de “igualdade”, fossem eles quais fossem. Há pelo menos dois indícios a justificar tal afirmativa. Primeiramente, os artífices de cor da associação utilizavam estratégias destinadas a dissociá-los dos estigmas da escravidão, um fardo que os perseguia enquanto descendentes de (ex-)cativos. De certa forma, na fotografia de Menna da Costa, os Sócios Efetivos de pele escura sinalizavam que o “negro” era o *outro*. Ou seja, os que ali estavam *não eram* ex-escravos e libertos sem clara ocupação profissional, nem amedrontavam o “mundo da ordem”⁹. Em segundo lugar, apesar de mestres e operários integrarem o mundo do trabalho, na foto os Sócios Efetivos pareciam ser “iguais” aos capitalistas que os que “proletarizavam”. As roupas solenes dos Sócios Efetivos também indicavam sua “superioridade” frente aos recifenses que tinham “reles” ocupações manuais. Não podemos esquecer que a Sociedade era extremamente seletiva e reprovava o ingresso deste tipo de candidato “desqualificado” em suas fileiras.

⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Offícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 61v.

⁸ Lilia Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, 3ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 149.

⁹ Célia Maria de Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Em meio a andaimes, casacas, tijolos e livros, homens como os irmãos Ferreira Barros conseguiram driblar importantes limites sociais que foram impostos aos seus “irmãos de cor”. O mais interessante é que eles e outros artífices especializados fizeram isto sem necessariamente negar os valores que ajudavam a restringir as oportunidades sociais e econômicas para os homens e mulheres egressos da escravidão. Os Sócios Efetivos de pele escura queriam ver reconhecidos sua inteligência, seu mérito, iniciativa e disciplina. Tais valores nunca foram por eles questionados, ao contrário. Por isso mesmo, puderam acreditar no “Progresso” e na “Civilização” - essas não eram noções que foram simplesmente “impostas”, vindas “de cima”. A foto de Menna da Costa não é, portanto, um simulacro. Os valores que mobilizavam os mais destacados mestres de ofício daquela associação constituíam um legado de experiências ético-profissionais denso e dinâmico.

Para alcançarem conquistas sociais na segunda metade dos oitocentos, homens como os irmãos Ferreira Barros reelaboraram antigos costumes. Eles redefiniram a noção de “trabalho disciplinado” que a “boa sociedade” pensava impor. Não devemos pensar que eram seres “atípicos”. O que seria “típico”? Não há como engessar múltiplas experiências em modelos ideais. Os Sócios Efetivos de pele escura mais especializados sentiam-se diferentes e desiguais do restante das classes subalternas porque haviam conseguido realizar um projeto que visava alçá-los a um lugar social que achavam merecer. Nesse sentido, esse grupo de artífices criou seu próprio sentido de “progresso” e alcançou privilégios que foram construídos a partir de suas próprias experiências e expectativas. Por mais que parecessem responder a meras exigências “modernizadoras” de seus patronos, foram eles que fizeram suas próprias histórias.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes:

1.1 . Fontes Manuscritas:

1.1.1. Recife:

Arquivo Geral da Faculdade de Direito do Recife (AGFDR).

Setor de Documentos Manuscritos.

- a) Códice “Certidões de Idade – 28 (1879)”.
- b) Códice “Livro de Matrícula do 1º ano –1869/1887”.

Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (AGTJPE).

Setor de Documentos Históricos.

- a) Caixa sem indexação, “1856 – Provedoria de Capellas – Autoamento da Certidão da Notificação feita às Irmandades da Cidade do Recife. A Irmandade das Almas da freguesia de Santo Antonio”.
- b) Caixa sem indexação, “1864 – Provedoria de Capellas e Resíduos – Autoamento de uma Petição de José Raimundo da Natividade Saldanha, Rufino Manoel da Cruz Cousseiro, Manoel Luis Virães, Candido C. G. Alcoforado, José Gonçalves Ferreira Costa e outros”.
- c) Caixa sem indexação, “1866 – Autoamento da petição do Solicitador do Juízo, para prestação das contas de receita e despesa da Irmandade do Espírito Santo da Igreja do Colégio”.
- d) Caixa sem indexação, “1867 – Provedoria de Capellas – Autoamento da petição da Meza Regedora da Irmandade de Santa Anna da Igreja da Madre de Deos, para o fim de prestar contas de sua receita e despesa”.
- e) Caixa sem indexação, “1869 – Provedoria de Capellas – Autoamento da Petição da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Via Sacra da Igreja de Santa Cruz para o fim de prestar contas de sua receita e despesa”.

- f) Caixa sem indexação, “1871 – O Juízo de Capellas – Autoamento da Petição de Manoel Domingues de Santa Anna Junior, thesoureiro da Irmandade do Bom Jesus da Via Sacra, para o fim prestar contas de sua receita e despesas”.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

Setor de Documentos Manuscritos.

Coleção Machado Portella.

- a) Col. M. P. 1.
- b) Col. M. P. 2.
- c) Col. M. P. 3.

Coleções Particulares.

- a) Clubes e Agremiações.

Maço “Club Popular do Recife”.

- b) Sindicatos e Sociedades Diversas.

Maço “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais – 16 de março de 1868”.

Série Arsenal de Guerra.

- a) Códice AG-8.
- b) Códice AG-16.
- c) Códice AG-17.
- d) Códice AG-20.
- e) Códice AG-22.
- f) Códice AG-24.
- g) Códice AG-27.

Série Arsenal de Marinha.

- a) Códice AM-16.
- b) Códice AM-17.
- c) Códice AM-18.
- d) Códice AM-20.
- e) Códice AM-20.
- f) Códice AM-22.
- g) Códice AM-25.

Série Diversos II.

- a) Códice DII-15.

Série Guarda Nacional.

- a) Códice GN-78.
- b) Códice GN-81.

Série Instrução Pública

- a) Códice IP-6.
- b) Códice IP-7.
- c) Códice IP-15.
- d) Códice IP-16.
- e) Códice IP-17.
- f) Códice IP-18.
- g) Códice IP-19.
- h) Códice IP-21.
- i) Códice IP-22.
- j) Códice IP-24.
- k) Códice IP-25.
- l) Códice IP-26.
- m) Códice IP-27.
- n) Códice IP-28.
- o) Códice IP-29.
- p) Códice IP-35.

Série Obras Militares.

- a) Códice OM-1.
- b) Códice OM-3.
- c) Códice OM-4.
- d) Códice OM-5.
- e) Códice OM-6.
- f) Códice OM-7.
- g) Códice OM-8.
- h) Códice OM-9.

i) Códice OM-10.

Série Obras Públicas.

a) Códice OP-24.

b) Códice OP-33.

c) Códice OP-38.

d) Códice OP-39.

e) Códice OP-40.

f) Códice OP-41.

g) Códice OP-42.

h) Códice OP-43.

i) Códice OP-46.

j) Códice OP-47.

k) Códice OP-48.

l) Códice OP-51.

m) Códice OP-52.

n) Códice OP-53.

o) Códice OP-54.

p) Códice OP-56.

q) Códice OP-57.

r) Códice OP-58.

s) Códice OP-59.

t) Códice OP-61.

u) Códice OP-62.

v) Códice OP-64.

Série Polícia Civil.

a) Códice PC-134.

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE).

Divisão de Arquivo.

Série Ofícios Recebidos.

a) Caixa OR041.

Maço 02/1844, “Relatório da Câmara do Recife à Assembleia Legislativa, 16/12/1843”.

Maço 1846, “Relatório do Diretor do Colégio de Órfãos de Olinda à Assembléia Legislativa – 17/8/1846”.

b) Caixa OR042

Maço 1847, “Relatório do Colégio de Órfãos à Assembléia Legislativa – 2/1/1847”.

Maço 1848, “Relatório do Colégio de Órfãos de Olinda, 18/1/1848”.

Maço 1849, “Mappa demonstrativo dos Nomes, Idades, entradas, officios, comportamento e Aptidão dos Orphãos deste Collegio no anno de 1848”.

Maço abril de 1859.

c) Caixa OR043.

Maço 05/1850.

d) Caixa OR048.

Maço Palácio do Governo de Pernambuco março de 1861.

Maço Palácio do Governo de Pernambuco agosto de 1861.

Maço Palácio do Governo de Pernambuco dezembro de 1861.

Maço Secretaria do Governo de Pernambuco 1861.

Maço Secretaria do Governo de Pernambuco agosto de 1861.

e) Caixa OR049.

Maço Palácio do Governo janeiro-junho de 1862.

Maço Palácio do Governo julho-dezembro de 1862.

f) Caixa OR055.

Maço Secretaria da Presidência de Pernambuco maio de 1870.

Série Petições.

a) Caixa 117P.

Maço Religião.

b) Caixa 118P.

Maço Organização Social e Civil.

Maço Religião.

- c) Caixa 122P.
Maço Educação.
- d) Caixa 125P.
Maço Educação.
- e) Caixa 128P.
Maço Religião.
- f) Caixa 129P.
Maço Educação.
- g) Caixa 131P.
Maço Religião.
- h) Caixa 135P.
Maço Sociedade Civil.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Setor de Documentos Manuscritos.

Documentos Avulsos.

- a) “O Sr. Joham Heinrich Day, Mestre Ferreiro, [] das seguintes condições: dois officiaes peritos e laboriosos, à saber, um Official Ferreiro e outro Serralheiro, devendo o último ter perfeito conhecimento das obras de Segeiro”.

Série Atas da Câmara Municipal do Recife.

- a) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1849-1852.
- b) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1852-1855.
- c) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1855-1858.
- d) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1858-1860.
- e) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1860-1863.
- f) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1863-1866.
- g) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1866-1868.
- h) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1870-1872.
- i) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1872-1875.
- j) Atas da Câmara Municipal do Recife, 1875-1876.

Série Cartório de Órfãos do Recife.

- a) COR2 Caixa 348.

“Inventariado: Theodoro Ramph; Inventariante: Carolina Ramph (esposa)”.

Série Ofícios do Presidente da Província à Câmara Municipal do Recife.

- a) Códice 1869/1871.

Série Tribunal da Relação.

- a) 1849 Caixa 2.

“Execução de Dívida. Executante: José Antonio Lourenço. Executado: Julião Beranger”.

Estante A.

- a) Gaveta 15.

“Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”.

- b) Gaveta 16.

“Regulamento n. 113 de 3 de Janeiro de 1842 dando nova organização as Companhias de Aprendizizes Menores dos Arsenais de Guerra em conformidade do art. 39 da Lei n. 243 de 30 de Novembro de 1841”.

Série Igreja.

- c) Caixa Igreja IV.

“1867 – Provedoria de Capellas e Resíduos – Autoamento da petição de Rufino da Costa Pinto, para o fim n’ella contido”.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Arquivo.

Série Irmandade de São José do Ribamar.

- a) Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1841-1849.
- b) Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1850-1854, 1856-1859, maços 1850 e 1857.
- c) Caixa Irmandade de São José do Riba Mar – Recibos, Correspondências Recebidas – anos 1861-1863, 1865-1869.

- d) Livro Mestre de Matrículas de Pedreiro, Marceneiros, Carpinteiros e Tanoeiros.
- e) Livro de Receitas, 1786-1854.
- f) Livro de Receitas e Despesas, 1860-1907.
- g) Livro de Recibos, 1786-1854.
- h) Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854.
- i) Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1854-1855.
- j) Livro dos Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1855-1869.

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Biblioteca/Coleções Especiais.

Série Liceu de Artes e Ofícios.

- a) Caixa Material de Pesquisa do Liceu 1 (documentos avulsos).
- b) Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos).
- c) Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853.
- d) Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863.
- e) Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864.
- f) Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871.
- g) Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicas e Liberais, 1872-1880.
- h) Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicas e Liberais, 1880-1886.
- i) Livro de Atas dos Trabalhos das Mesas Eleitorais.
- j) Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863.
- k) Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras).
- l) Livro de Matrículas da Aula de Geometria, 1858-1878.
- m) Livro de Matrículas no Francês, 1858-1878.

- n) Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878.
- o) Livro de Matrícula dos Sócios, 1841-1859.
- p) Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871.
- q) Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901.
- r) Livro de Mensalidades dos Sócios, 1841-1859.
- s) Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios.

1.1.2. Rio de Janeiro:

Arquivo Nacional (AN).

Fundo Conselho de Estado.

- a) Caixa 532.
Pacote 1, Documento 25.
- b) Códice 51.
Volume 11

Fundo GIFL.

Série Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

- a) Códice 4B-458.
Maço 315.
- b) Códice 1B1-47.
Maço 4ª seção, fl. 17.

Série Ministério do Império.

- a) Códice 5C-453, fls. 656 e 662.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Arquivo.

Coleção Senador Nabuco.

- a) Lata 361
Pasta 18.

1.2 . Fontes Impressas:

1.2.1. Periódicos:

Jornais:

Liberal Pernambucano, 7/10/1852.

“A associação de artistas mecânicos em Pernambuco”. *O Echo Pernambucano*, 7/9/1853.

“Relatório do estado actual da Sociedade das Artes Mechanicas e Liberaes em Pernambuco, que em nome da direcção da mesma fez o respectivo director em o dia 10 de julho proximo passado”. *Diário de Pernambuco*, 6/10/1853.

“A União e o Liberal Pernambucano”. *O Echo Pernambucano*, 18/4/1854.

“O que são os artistas brasileiros”. *O Brado do Povo*, 26/8/1854.

“Folhetim Político”. *O Echo Pernambucano*, 20/3/1855.

“O futuro dos nossos artistas mecânicos. A Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Marinha”. *Diário de Pernambuco*, 25/1/1858.

Diário de Pernambuco, 23, 27, 29/1 e 3/2/1862.

“Do trabalho em geral, considerado em relação a sua influência física, moral e social”. *Diário de Pernambuco*, 15, 17 e 18/2/1862.

“A nossa exposição”. *Diário de Pernambuco*, 21/3/1862.

“Os recentes trabalhos sobre a condição física e moral dos artistas”. *Diário de Pernambuco*, 29/8 e 1/9/1862.

Jornal do Recife, 29/8/1962.

O Brazil agrícola, industrial, commercial, scientifico, litterario e noticioso, 10/1/1863.

“Apreciável”. *Jornal do Recife*, 15/7/1863.

Diário de Pernambuco, 31/1/1865.

Diário de Pernambuco, 3/2/1865.

Jornal do Recife, 22/4/1865.

A Ordem, 11/7/1865.

“A Ociosidade”. *O Oito de Dezembro*, 29/10/1865.

Jornal do Recife, 24/8/1967.

“Lyceu de Artes e Offícios”. *Diário de Pernambuco*, 23/4/1871.

“Lyceu de Artes e Offícios”. *Diário de Pernambuco*, 25/4/1871.

“Lyceu de Artes e Offícios”. *Jornal do Recife*, 25/4/1871.

Jornal do Recife, 27/1/1872.

“Habitações para gente pobre”. *Jornal do Recife*, 15/2/1872.

Jornal do Recife, 5/3/1872.

“Associação Predial”. *Jornal do Recife*, 17/10/1872.

“A questão das habitações”. *Jornal do Recife*, 18/12/1872.

Jornal do Recife, 9/1/1873.

Jornal do Recife, 14/1/1873.

Jornal do Recife, 25/1/1873.

“Relatório da Comissão Directora da Exposição Provincial de Pernambuco em 1872”.
Jornal do Recife, 20/3/1873.

“Manifestação popular”. *Jornal do Recife*, 15/5/1873.

“Brilhante Ovação”. *A Província*, 16/5/1873.

“A lei e os fatos do dia 16”. *Jornal do Recife*, 20/5/1873.

“Os acontecimentos de 14 e 16”. *Diário de Pernambuco*, 20/5/1873.

A Província, 20/5/1873.

Diário de Pernambuco, 23, 24 e 26/5/1873.

“Honrosíssima Demonstração”. *Diário de Pernambuco*, 28/5/1873.

“Honrosíssima Demonstração”. *Jornal do Recife*, 29/5/1873.

“Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Protesto”. *Jornal do Recife*,
5/6/1873.

Jornal do Recife, 15/7/1874.

Jornal do Recife, 12/8/1874.

“União Artística”. *Jornal do Recife*, 18/9/1874.

Jornal do Recife, 24/12/1874.

Jornal do Recife, 15/1/1875.

Jornal do Recife, 1/2/1875.

“União Artística”. *O Echo Artístico*, 6/11/1875.

“Reunião Artística”. *O Echo Artístico*, 25/1/1876.

“Escola Prática”. *Jornal do Recife*, 16/5/1876.
“Escola Prática”. *Jornal do Recife*, 18/5/1876.
O Echo Artístico, 17/12/1876.
“Manifestação Popular”. *Diário de Pernambuco*, 3/1/1877.
“Manifestação Popular”. *Jornal do Recife*, 3/1/1877.
“Audácia Jesuítica”. *Jornal do Recife*, 4/1/1877.
Jornal do Recife, 5/1/1877.
“Ainda a manifestação artística”. *Diário de Pernambuco*, 11/1/1877.
“Mais um”. *Jornal do Recife*, 12/1/1877.
Diário de Pernambuco, 2/3/1898.
“Moureau de Paris, entalhador”. *Jornal do Commercio*, 1/9/1963.

Revistas:

ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o anno de 1860, organizado por José de Vasconcellos. Pernambuco: Typographia Commercial de Geraldo H. de Mira & C., 1860.

ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o anno de 1861, organizado por José de Vasconcellos. Pernambuco: Typographia Commercial de Geraldo H. de Mira & C., 1861.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco, anno XXX. Recife: Typographia de Manoel Figueroa de Faria, 1860.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco, anno XXXIII. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1863.

ALMANAK Administrativo, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco, para o anno bissexto de 1868. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1868.

ALMANAK da Província de Pernambuco para o anno de 1873. Recife: Typographia do Correio do Recife, 1873.

ALMANAK da Província de Pernambuco para o anno de 1879. /s.l./: /s.e./, /s.d./.

FOLHINHA de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagôas para o anno de 1850.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1849.

FOLHINHA de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagôas para o anno de 1851.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1850.

FOLHINHA de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagôas para o anno de 1852.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1851.

FOLHINHA de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagôas para o anno de 1856.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1855.

FOLHINHA de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1857.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1856.

FOLHINHA de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1858.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1857.

FOLHINHA de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1859.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1858.

FOLHINHA de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1861.

ÓCIOS de Espanoles Emigrados, (1826), tomo VI, número 30.
<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12482087572351512976846>.

Atualizado em 25/7/2007.

REVISTA do Lyceu de Artes e Officios (Pernambuco), 25 de novembro de 1928.

1.2.2. Outras fontes impressas:

ANNAES da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1861. Recife: Typographia Universal, 1882.

ANNAES da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1862. Recife: Typographia Universal, 1883.

ANNAES da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1866. Tomo III. Recife: Typographia do Correio do Recife, 1871.

ANNAES da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1867. Tomo I. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1867.

ANNAES da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1867. Tomo II. Recife: Typographia do Correio do Recife, 1867.

BORGES, Abílio Cezar. *Vinte annos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade.* Rio de Janeiro: Typographia Cinco de Março, 1876.

CÓDIGO Criminal do Império do Brasil, Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1869.

COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XV, anno de 1850. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1850.

COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVI, anno de 1851. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1851.

COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1855.

COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XX, anno de 1857. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1857.

COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, anno de 1859. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1859.

COLLECÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1834. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

COLLECÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.

COLLECÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1860. Tomo XXI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860.

COLLECÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1860. Tomo XXIII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860.

COLLECÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1871. Tomo XXXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

COLLECÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1872. Tomo XXXV. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

COLLECÇÃO de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1860. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1860.

COLLECÇÃO de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1861. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1861.

COLLECÇÃO de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1862. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1862.

COLLECÇÃO de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1863. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1863.

COLLECÇÃO de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1864. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1864.

COLLECÇÃO de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1865. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1865.

COLLECÇÃO de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1866. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1866.

COLLECÇÃO de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1867. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1867.

COLLECÇÃO de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1868. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1868.

COLLECÇÃO de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1869. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1869.

COLLECÇÃO de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1870. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1870.

COLLECCÃO de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1872.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1872.

COLLECCÃO de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1874.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1874.

COLLECCÃO de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1875. Pernambuco:
Typographia de M. F. de Faria, 1875.

COLLECCÃO de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1876. Pernambuco:
Typographia de M. F. de Faria, 1876.

COLLECCÃO de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1877.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1877.

COLLECCÃO de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1879.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filhos, 1879.

COLLECCÃO de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1880.
Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filhos, 1880.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º anniversário da sua installação pelo director da mesma sociedade.*
Recife: Typographia d'A Província, 1891.

DUPIN, Charles. *Applications de Géométrie et de Méchanique a la marine, aux ponts et chaussées etc.* Paris: Bachelier Libraire, 1822.
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k110325x>. Atualizado em 24/7/2007.

_____. *Effects de L'Enseignement Populaire de La Lecture, de L'Écriture, de L'Arithmétique, de La Géométrie et La Méchanique, appliquées aux arts, sur les prospérités de La France, discours prononcé dans la séance d'ouverture du Cours normal de Géométrie et de Méchanique appliquées, le 29 novembre 1826, au Conservatoire de Arts et Métiers.* Paris: Bachelier Libraire, 1826.
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k110299j>. Atualizado em 24/7/2007.

_____. *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts: cours normal à l'usage des artistes et des ouvriers, des sous chefs et des chefs d'ateliers et de manufactures.* Trois parties. Paris : Bachelier Libraire, 1826.

_____. *Introduction au cours de mécanique appliqué aux arts ouvert près du Conservatoire des Arts et Métiers*. Paris: Bachelier Libraire, 1821.

_____. *Introduction d'un nouveau cours de mécanique appliqué aux arts ouvert près du Conservatoire des Arts et Métiers*. Paris: Bachelier Libraire, 1824.

ESTATUTOS do Club Popular do Recife. Recife: Typographia Mercantil – de C. E. Muhlert & Cia, 1869.

ESTATUTOS da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco instituida em 1836 e inaugurada nesta cidade do Recife aos 21 de novembro de 1851. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1882.

ESTATUTOS do Monte Pio Popular Pernambucano, aprovados por provisão do governo da Província em 9 de dezembro de 1861. Recife: Typographia Universal, 1862.

ESTATUTOS da Sociedade Auxiliadora das Artes e Officios e Beneficente dos Socios e Suas Famílias sancionados em 9 de agosto de 1835. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito & Companhia, 1835.

ESTATUTOS da Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco. Recife: Typographia Universal, 1872.

EXPOSIÇÃO Provincial de Pernambuco inaugurada em 4 de julho de 1875 na cidade do Recife. Recife: Typographia de Manoel Figueiroa & Filhos, 1878.

FALLA com que o Exm. Sr. Commendador Henrique Pereira de Lucena abriu a Sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1874. Pernambuco: Typographia de M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1874.

FALLA com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, presidente da província, abriu a sessão da Assembléa Legislativa em 19 de dezembro de 1878. Recife: Typographia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1879.

FALLA com que o Excellentissimo Senhor Desembargador Henrique Pereira de Lucena abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1875. Pernambuco: Typographia de M. Figuerôa & Filhos, 1875.

FALLA com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda Presidente da Província abriu a sessão da Assembléa Legislativa em 19 de dezembro de 1878. Recife: Typographia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1879.

FALLA recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Excellentissimo Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871. Recife: Typographia de M. F. de F. & Filhos, 1871.

IMPERIAL Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes – sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversário. Recife: Typographia de Manoel de Figuerôa de Faria e Filhos, 1881.

INSTRUÇÃO Pública – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província em 31 de outubro de 1878 pelo Inspector Geral João Barbalho Uchoa Cavalcanti. Recife: Typographia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1878.

LISTA Geral dos Bacharéis e Doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no anno de 1828, até o anno de 1931. 2ª edição. Recife: Typographia Diário da Manhã, 1931.

LISTA Geral dos Estudantes Matriculados nas Aulas Maiores da Faculdade de Direito do Recife no anno lectivo de 1879. Recife: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

MAIA, Emílio Joaquim da Silva. *Discurso sobre as Sociedades Scientificas e de Benemerencia que tem sido estabelecidas na America.* Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Brito, 1836.

MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Autos do Inquérito da Revolução Praieira.* Brasília: Senado Federal/Editora da UnB, 1979.

_____. *Crônica da Rebelião Praieira – 1848 e 1849.* Brasília: Senado Federal, 1978.

ORAÇÃO que na pomposa solemnidade da inauguração da nova Matriz de San-José da cidade do Recife, no dia 8 de dezembro de 1864 recitou Joaquim Ferreira dos Santos..., Pernambuco: Typographia do Correio do Recife, 1864.

PROVÍNCIA de Pernambuco – Colleção das Leis Provinciais Sanccionadas e Publicadas no Anno de 1879. Recife: Typographia de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Conselheiro João José de Oliveira Junqueira à 27 de outubro último. Pernambuco: Typographia de M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1872.

RELATÓRIO da 2ª Exposição Nacional de 1866. 2ª parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em o 1º de março de 1866 pelo Exm. Snr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, presidente da Província. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1866.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Exm. Sr. Barão de Villa-Bella na sessão do 1º de março de 1868. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1868.

RELATÓRIO apresentado ao governo pela Comissão Directora da Exposição de Pernambuco em 1866, Pernambuco, Typographia de M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1866.

RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província em 31 de janeiro de 1877 pelo Inspector Geral João Barbalho Uchoa Cavalcanti. Pernambuco: Typographia de M. de Figuerôa de Faria & Filhos, 1877.

RELATÓRIO que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou na abertura da sessão ordinária em 1 de março de 1852 o Exm. Presidente da mesma Província. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1852.

RELATÓRIO que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco appresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1855. Recife: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1855.

RELATÓRIO da Commissão Directora da Exposição Provincial de Pernambuco em 1872. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1873.

RELATÓRIO da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 9 de agosto de 1861. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1861.

RELATÓRIO ao Excellentissimo Senhor Commendador Doutor Antonio Marcelino Nunes Gonçalves por ocasião de entregar a Presidencia da Província ao Doutor Joaquim Pires Machado Portella. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1862.

RELATÓRIO que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Presidente da Província Conselheiro Presidente da Província Sergio Teixeira de Macedo apresentou o Director Geral da Instrucção Publica Joaquim Pires Machado Portella. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1857.

RELATÓRIO que ao Presidente da Província apresentou em 31 de janeiro de 1876 o Inspector Geral da Instrucção Pública João Barbalho Uchoa Cavalcanti. Pernambuco: Typographia de M. de Figuerôa de Faria & Filhos, 1876.

1.2.3. Cronistas e viajantes:

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.* Tomo 1. São Paulo: Martins, /s.d./.

DOM Pedro II. *Viagem a Pernambuco em 1859.* Recife: Arquivo Público Estadual, 1952.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridional do Brasil.* São Paulo/Belo Horizonte: Editora da USP/Itatiaia, 1975.

VAUTHIER, Louis Léger. *Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier, 1840-1846.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.

1.3. Fontes Iconográficas:

Charles Dupin (1820), por Julien Leopold Boilly. In: Smithsonian Institution Libraries, <http://www.sil.si.edu>. Atualizado em 02 de setembro de 2007.

FERREZ, Gilberto. *O Álbum de Luis Schlappriz: Memória de Pernambuco, álbum para os amigos das artes, 1863.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. p. 29.

_____. *Álbum de Pernambuco e seus Arrabaldes.* Recife: F. H. Carls, 19-?.

Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, FOTOS, Armário 8.2.2. (6), negativo 04340; COSTA, Menna da [Liceu de Artes e Ofício, PE, 1880: membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais].

Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. FOTOS, Armário 8.2.2. (7), negativo 04470; COSTA, Menna da [Liceu de Artes e Ofício, PE, 1880].

Panorama da freguesia de São José (1856), por Frederick Hagedorn. Litografia aquarelada de Guesdon. Diretoria de Documentação/CEHIBRA. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco-Recife.

2. Bibliografia:

2.1. Obras de referência:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Biográfico Brasileiro*. volume 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino [...]*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

INVENTÁRIO [da] Coleção Machado Portella (Manoel do Nascimento Machado Portella). Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Arquivo Público Estadual, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices de Pernambuco*. Mimeo.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Diccionario Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Typographia Universal, 1882.

_____. *Vocabulário Pernambucano*. 2ª edição. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

2.2. Tese e Dissertações:

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: USP, 2001. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Recife: UFPE, 2005. Dissertação de mestrado em História

CARVALHO, Gisele Melo de. *Interiores Residenciais Recifenses: a cultura francesa na casa burguesa do Recife no século XIX*. Recife: UFPE, 2002. Dissertação de mestrado em História.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *A Guerra dos Moraes: a luta dos senhores de engenho na Praieira*. Recife: UFPE, 1986. Dissertação de mestrado em História.

COSTA, Edlúcia da Silva. *As Agruras e Aventuras dos Recrutados no Recife*. Recife: UFPE, 2002. Dissertação de mestrado em História.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angústia coletiva – a doença e o imaginário social no século XIX no Brasil*. 2 volumes. Campinas: Unicamp, 1997. Tese de doutorado em História.

GALLO, Ivone Cecília D’Avila. *A Aurora do Socialismo: fourierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)*. Campinas: Unicamp, 2002. Tese de doutorado em História.

HOFFNAGEL, Marc Jay. *From Monarchy to Republic in Northeast Brasil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. Indiana: Indiana University, 1975. Tese de doutorado em História.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A implantação de serviços urbanos no Recife: o caso da Companhia do Beberibe (1838-1912)*. Recife: UFPE, 1979. Dissertação de mestrado em História.

LACERDA, Artur Gilberto Garcéa de. *Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)*. Recife: UFPE, 2003. Dissertação de mestrado em História.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Trabalho, Negócios e Escravidão: artífices na cidade do Rio de Janeiro, 1790-1808*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. Dissertação de mestrado em História.

LINS, Ana Maria Moura. *A Burguesia sem Disfarce: a defesa da ignorância versus as lições do capital*. Campinas: Unicamp, 1992. Tese de doutorado em Educação.

LUZ, Itacir Marques da. *Compassos Letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. João Pessoa: UFPB, 2008. Dissertação de mestrado em Educação.

MAC CORD, Marcelo. *O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1873*. Campinas: Unicamp, 2001. Dissertação de mestrado em História.

MAIA, Clarissa Nunes. *Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: o controle social sobre escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888)*. Recife: UFPE, 1995. Dissertação de mestrado em História.

MARSON, Izabel Andrade. *O Império da “conciliação”: política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão*. Campinas: Unicamp, 1999. Tese de Concurso de Livre Docência em História.

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e Instruir: a instrução popular na Corte Imperial – 1870 a 1889*. Niterói: UFF, 1997. Dissertação de Mestrado em História.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. *Pequenos Aprendizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. Recife: UFPE, 2003. Dissertação de mestrado em História.

MURASSE, Celina Midori. *A Educação para a Ordem e o Progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)*. Campinas: Unicamp, 2001. Tese de doutorado em Educação.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e Caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)*. Niterói: UFF, 1995. Dissertação de mestrado em História.

_____. *“Os Santos Pretos Carmelitas”: o culto aos santos, catequese e devoção negra no Brasil Colonial*. Niterói: UFF, 2002. Tese de doutorado em História.

REGINALDO, Lucilene. *O Rosário dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: Unicamp, 2005. Tese de doutorado em História.

RIBEIRO, Tadeu Daniel. *As Razões da Arte. A questão artística brasileira: política ilustrada e neoclassicismo*. 2 volumes. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. Tese de doutorado em História.

RIOS, Wilson de Oliveira. *A Lei e o Estilo: a inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira (Salvador e Vila Rica, 1690-1750)*. Niterói: UFF, 2000. Tese de doutorado em História.

ROSAS, Suzana Cavani. *Os Emperrados e os Ligueiros: a história da Conciliação em Pernambuco, 1849-1857*. Recife: UFPE, 1999. Tese de doutorado em História.

- SANTANA, Jair Gomes de. *Embates da Fé: católicos e protestantes no Recife, 1860-1880*. Recife: Unicap, 2007. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião.
- SANTOS, Felipe Manoel Simões dos. *A Organização e Gestão das Universidades: aplicação ao ensino superior público português*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. Dissertação de mestrado em Gestão e Estratégia Industrial.
- SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das Igrejas ao Cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Campinas: Unicamp, 2005. Dissertação de mestrado em História.
- SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: PUC-RS, 2004. Tese de doutorado em História.
- SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de Construção das Práticas de Escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: UFPE, 2006. Tese de doutorado em História.
- SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de Honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: UFPE, 2004. Dissertação de mestrado em História.
- SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery*. Stanford: Stanford University, 1976. Tese de doutorado.
- SOARES, Luiz Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense, 1840-1880*. 2 volumes. Niterói: UFF, 1980. Dissertação de mestrado em História.
- VITORINO, Artur José Renda. *Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880*. Campinas: Unicamp, 2002. Tese de doutorado em História.
- _____. *Processo de Trabalho, Sindicalismo e Mudança Técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. Campinas: Unicamp, 1995. Dissertação de mestrado em História.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Campinas: Unicamp, 2002. Tese de doutorado em História.

ZANCHETI, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. São Paulo: USP, 1989. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo.

2.3. Livros e Artigos:

ALBUQUERQUE E COSTA, Cleonir Xavier de & ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *José Mamede Alves Ferreira: sua vida, sua obra – 1820-1865*. Recife: APEJE/Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/Governo do Estado de Pernambuco, 1985.

ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos Vícios*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

AULER, Guilherme. *A Companhia de Operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1959.

AZEVEDO, Célia Maria de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACON, Francis. *Novo Organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira, 1870-1910*. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória da Unicamp, 1999.

BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (organizador). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 145-158.

_____. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11. pp. 41-66.

BEATTIE, Peter M. *The Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*. Durham/NC: Duke University Press, 2001.

BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BICALHO, Maria F. B. “Mediação, pureza de sangue e oficiais mecânicos. As Câmaras, as festas e a representação do Império português”. PAIVA, Eduardo F. & ANASTASIA, Carla

- Maria Junho (organizadores). In: *O Trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume/PPGH/UFMG, 2002. pp. 307-321.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BOTO, Carlota. “Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet”. *Educação e Sociedade*, (2003), volume 24, número 84. pp. 735-762.
- BRADLEY, Margaret & PERRIN, Fernand. “Charles Dupin’s Visits to the British Isles, 1816-1824. *Technology and Culture*, (1991), volume 32, number 1, pp. 47-68.
- BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Ianamá, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, Marcus J. M. “Os Caminhos do Rio: negros canoieiros do Recife na primeira metade do século XIX”. *Afro-Ásia*, (1997), números 19/20. pp. 75-93.
- _____. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.
- _____. “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. *Revista Brasileira de História*, (2003), volume 23, número 45. pp. 209-238.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo/Brasília: Editora Nacional/INL, 1977.
- CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do Corpo Santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1977.
- _____. “O Recife e a origem dos seus bairros centrais”. In: Arquivo Público Estadual de Pernambuco (organizador). *Um Tempo do Recife*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1978. pp. 221-252.
- CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988. pp. 17-48.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COMMONS, John R. et al. *History of Labour in the United States*. 2 volumes. New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1966.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos: 1740-1794*. volume 6. Recife: Governo de Pernambuco/FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

_____. *Anais Pernambucanos: 1834-1850*. volume 10. 2ª edição. Recife: Governo de Pernambuco/FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

_____. “Estudo histórico-retrospectivo sobre as Artes em Pernambuco”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (1900), número 54. pp. 3-45.

COSTA E SILVA, Maria Conceição Barbosa da. *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia/Fundação Cultural do Estado da Bahia/Empresa Gráfica da Bahia, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio. *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*. 2ª edição. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/FLACSO, 2005.

DE LUCA, Tânia Regina. *O Sonho do Futuro Assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo/Brasília: Contexto/CNPq, 1990.

DESROCHE, Henri. *Solidarités Ouvrières: sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900)*. tome 1. Paris : Les Editions Ouvrières, 1981.

DIDEROT, Denis. *Da Interpretação da Natureza e Outros Escritos*. São Paulo: Iluminuras, 1989.

EISENBERG, Peter Louis. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Unicamp, 1977.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

_____. *Iluminismo*. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Volume 1. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

FERREIRA, Ascenço. “Presépios e Pastoris”, *Arquivos*, (1943), números 1 e 2.

FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais Mecânicos na Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura da Cidade do Salvador/Departamento de Cultura/Museu da Cidade, 1974.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 volumes. São Paulo: Dominus/Editora da USP, 1965.

FRAGOSO, Hugo. “A Igreja na formação do Estado liberal”. In: HAUK, João Fagundes... et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. 3ª ed. tomo II/2. Petrópolis: Edições Paulinas, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Um Engenheiro Francês no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GITAHY, Maria Lucia Caira. “Qualificação e Urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934)”. In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coordenadora). *Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. pp. 19-118.

GOMES, Francisco José S. “A Igreja e o Poder: representações e discursos”. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (org.). *A Vida na Idade Média*. Brasília: Editora UnB, 1997.

_____. “De súdito a cidadão: os católicos no império e na República”. In: *História e Cidadania*. v. 2. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP/ANPUH, 1998.

GONÇALVES, Adelaide. “As Comunidades Utópicas e os primórdios do Socialismo no Brasil”, *E-topia: Revista Eletrônica de Estudos sobre a Utopia*, (2004), número 2. <http://www.lettras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>. Acessado em 5/5/2007.

GOULDNER, Alvin W. “Artisans and Intellectuals in the German Revolution of 1848”. *Theory and Society*, (1983), volume 12, number 4. pp. 521-532.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O Partido Liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época*. Brasília: Senado Federal, 1986.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de & JINZENJI, Mônica Yumi. “Escolarizar para moralizar: disposições sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)”. *Revista Brasileira de Educação*, (2006), volume 11, número 31. pp. 114-132.

- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUERRA, Flávio. *Lucena, um estadista de Pernambuco*. Recife: APEJE, 1958.
- _____. “O Recife e o Conde da Boa Vista”. In: ARQUIVO Público Estadual de Pernambuco (organizador). *Um Tempo do Recife*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1978. pp. 265-288.
- _____. *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*. 2ª edição revista e ampliada. Recife: Fundação Guararapes, 1970.
- GUESLIN, André. *L’Invention de l’Économie Sociale: idées, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans la France du XIXe siècle*. 2^e édition révisée et augmentée. Paris : Economica, 1998.
- HAVELOCK, Eric A. *A Revolução da Escrita na Grécia e suas Conseqüências Culturais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Editora da Unesp, 1996.
- HEBRARD, Jean. “Eslavagem et Dénomination: imposition et appropriation d’un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, (2003), número 53/54. pp. 31-92.
- HOBBSBAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. “Rumos de Republicanismo em Pernambuco”. In: SILVA, Leonardo Dantas da (organizador). *A República em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990. pp. 157-179.
- HOPKINS, Eric. *Working-Class Self-Help in Nineteenth-Century England*. London: UCL Press, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848-1866”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (diretor). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. tomo 2. volume 5. 8ª edição. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2004. pp. 17-139.

- JESUS, Ronaldo Pereira de. “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)”. In: CARVALHO, Carla M. de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Minas Gerais: Editora da UFJF, 2006. pp. 285-304.
- KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LANGHANS, Franz-Paul. *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: subsídios para sua história*. volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943.
- LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”. *Projeto História*, (1998), número 16. pp. 25-38.
- _____. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A Arte de ter um Ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1872-1996*. Salvador: Fundação Odebrecht/Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.
- LEÓN, Fernando P. de. *A Igreja da Irmandade do Patriarca São José*. Recife: IPHAN, 2004. Mimeo.
- LIMA, Carlos Alberto Medeiros. “Sobre a lógica e a dinâmica das ocupações escravas na cidade do Rio de Janeiro (1789-1835)”. In: SOUSA, Jorge Prata (organizador), *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LINDEN, Marcel van der (edictor). *Social Security Mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*. Bern: Lang, 1996.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino & STANLEY, Myriam. *Questão Habitacional e o Movimento Operário*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1989.
- LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo. *A Presença da Igreja no Brasil*. São Paulo: Editora Giro, 1977.
- MAC CORD, Marcelo. “Os Ferreira Barros: uma família de artífices de cor nas searas da mobilidade social, Recife, século XIX”. Mimeo.

_____. *O Rosário de D. Antonio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: FAPESP/Editora Universitária UFPE, 2005.

MACHADO, Lourival Gomes. “Arquitetura e Artes Plásticas”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (diretor). *História Geral da Civilização Brasileira: a Época Colonial*. tomo 1. volume 2. 7ª edição. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1993. pp. 106-120.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MARSON, Izabel Andrade. “O Engenheiro Vauthier e a Modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do Progresso”. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994. pp. 35-59.

_____. *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

MARTINHO, Antônio Manoel Matoso. “A criação do ensino industrial em Portugal”. *Mathesis*, (2006), número 15. pp. 53-81.

MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real, 1808-1824*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MATTOS, Hebe Maria Mattos. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 3ª edição. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MC KENNA, J. A. & RODGER, Richard G. “Control by coercion: employers’ associations and establishment of industrial order in the building industry of England and Wales, 1860-1914”. *The Business History Review*, (1985), volume 59, number 2, pp. 203-231.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/INL, 1984.

MELLO, José Antônio Gonsalves de (organizador). *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*. 2 volumes. Recife: Diário de Pernambuco, 1975.

_____. *A Igreja de Nossa do Terço*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1984.

_____. (coordenador). *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*. Recife: IPHAN, 1975. Datilografado.

MELLO, Mario. “Exposições Pernambucanas”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (1927), volume 28, números 131/134. pp. 249-266.

MENEZES, José Luiz Mota. “A presença de negros e pardos na arte pernambucana”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (2005), número 61. pp. 305-338.

MULVEY, Patricia. “Slave Confraternities in Brazil: their role in Colonial Society”. *The Americas*, (1982), volume XXXIX, number 1. pp. 39-68.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5ª edição. 2 volumes. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. volume 2. Recife: Editora Universitária UFPE, 1966.

NOMELINI, Paula Christina Bin. *Sociedade Humanitária Operária: o mutualismo no estudo da classe operária*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, (1993), número 10. pp. 7-28.

PANNABECKER, John R. “Representing Mechanical Arts in Diderot’s ‘Encyclopedie’”. *Technology and Culture*, (1998), volume 39, number 1. pp. 33-73.

PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1978.

PEREIRA, Miriam Halpern. “Artesãos, Operários e o Liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840)”. *Ler História*, (1988), número 14. pp. 41-86.

PERFIL do Liceu e Análise Sócio-econômica do Corpo Discente. Recife: Unicap, 1980.

PERRIN, Fernand. “Le Conservatoire des Arts et Métiers et sa transformation en un véritable enseignement technique sous l’impulsion de Charles Dupin”. *Bulletin de L’Académie François Bourdon*, (2001), n. 2. <http://www.afbourdon.com/Telechargement/Detail Bulletins/Bulletin 2/PAGE20.pdf>.

Atualizado em 14/7/2007.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Estevão. *A Associação Comercial de Pernambuco*. Recife: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1940.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PROTHERO, Iorwerth. *Artisans & Politics in early nineteenth-century London: John Gast and his times*. London: University Paperbacks, 1979.

QUINTAS, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004.

RALLE, Michel. “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha”. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, (1999), volume 6, números 10/11. pp. 15-38.

REIS, João José. “Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão”. *Tempo*, (1996), volume 2, número 3. pp. 7-33.

_____. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RENDA, Arthur José Vitorino. “Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira”. In: BATALHA, Cláudio H. M. et al (organizadores). *Culturas de Classe: identidade e diversidade no operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

ROSAS, Suzana Cavani. “Ação, Reação e Transação: a Sociedade Liberal Pernambucana (1851-1861)”. *Clio*, (1998), número 17. pp.159-170.

- RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do Mestre Artesão*. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Black and Mulatto Brotherhoods in Colonial Brazil: a study in collective behavior". *Hispanic American Historical Review*, (1974), volume 54, number 4. pp. 567-602.
- SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005.
- SAVAGE, Mike. "Classe e História do Trabalho". In: BATALHA, Cláudio H. M. et al (organizadores). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- SCHWARTZ, Lilia Moritz. *As Barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SEWELL JUNIOR, William H. *Work & Revolution in France: the language of labor from the Old Regime to 1848*. New York: Cambridge University Press, 1982.
- SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Leonardo Dantas da. *Recife: uma história de quatro séculos*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
- SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOUZA, Jorge Prata. "A mão-de-obra de menores escravos, libertos e livres nas instituições do Império". In: SOUZA, Jorge Prata (organizador). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.
- SQUEFF, Letícia Coelho. "A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista". *Cadernos CEDES* (2000), ano XX, número 51. pp. 103-118.

- STOTT, Richard. "Artisans and Capitalist Development". *Journal of the Early Republic*, (1996), volume 16, number 2, pp. 257-271.
- TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. 6ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*, volume 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a maldição de Adão*, volume 2. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- VALENTE, Waldemar. *Pastoris do Recife Antigo e outros ensaios*. Recife: 20-20 Comunicações e Editora, 1995.
- VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão. *Ventre Livre, Mãe Escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.
- WRIGLEY, Julia. "The Division between Mental and Manual Labor: artisan education in science in nineteenth-century Britain". *The American Journal of Sociology*, (1982), volume 88, supplement: Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class and States. pp. S31-S51.
- ZAMITH, Rosa Maria. "A dança da quadrilha na cidade do Rio de Janeiro: sua importância na sociedade oitocentista". *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, (2007), volume 4, número 1. pp. 113-132.